

Arquivo Histórico da Madeira

Nova Série | N.º 4 | 2022



Título: *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4

Editor: Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira

Local e Data: Funchal, 2022

Periodicidade: Anual

ISSN: 2184-5743

Sítio da Internet: <https://ahm-abm.madeira.gov.pt>

Contacto Eletrónico: ahm.abm.sretc@madeira.gov.pt

Direção: Nuno Mota

Conselho Editorial*: Filipe dos Santos (coord.); Andreia Sousa; Nélio Pão

Conselho Científico: Ana Madalena Trigo de Sousa (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Ana Salgueiro (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Diogo Ramada Curto (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa); Fátima Barros (Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira); Inês Amorim (Faculdade de Letras – Universidade do Porto); Jorge Freitas Branco (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa); Paulo Esteireiro (Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng.º Luiz Peter Clode); Paulo Miguel Rodrigues (Faculdade de Artes e Humanidades – Universidade da Madeira)

Capa (Imagem): COSTA, Ângela, 1989, *A minha Terra* [pormenor], água-tinta, 40,7 x 29,5 cm, coleção do MUDAS.Museu de Arte Contemporânea da Madeira, inv. MACM/PL/AC01GRAV

A revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, respeita a liberdade dos autores no que concerne à escolha da ortografia; assim, este n.º 4 apresenta contributos que seguem o Acordo Ortográfico de 1990 e outros redigidos segundo normas anteriores.

O conteúdo dos estudos e ensaios é da exclusiva responsabilidade dos seus autores, o mesmo se aplicando aos direitos das imagens inseridas.

A denominação, o conteúdo e a permanência das hiperligações e dos sítios da Internet referenciados nos artigos não estão sob o controle da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, entidade editora da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série; conseqüentemente, não são da sua responsabilidade.

* Com a colaboração de Mónica Rodrigues, estudante do Mestrado em Linguística: Sociedades e Culturas, da Universidade da Madeira, que realizou estágio curricular no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

Índice

Contents

Editorial	5
Estudos / Ensaios	13
Studies / Essays	
A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI	15
Lime and Construction in the Madeira Archipelago in the 15 th -16 th Centuries <i>Dinis Gouveia Pacheco</i>	
Nótulas Histórico-Genealógicas da Família Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco (Séculos XV-XX)	47
Historical-Genealogical Notes of the Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco Family (15 th -20 th Centuries) <i>Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes</i>	
Los Otros Isleños de Canarias: La Insularidad Portuguesa en el Proceso de Conformación de la Sociedad Canaria durante los Siglos XVI y XVII	89
The Other Islanders in the Canary Islands: The Portuguese Insularity in the Process of Shaping the Canary Islander Society during the 16 th and 17 th Centuries <i>Javier Luis Álvarez Santos</i>	
Sindicar a Justiça Senhorial: Os «Autos da Residência» do Ouvidor da Capitania de Machico (1740)	105
Syndicate the Lordly Justice: The «Autos da Residência» of the «Ouvidor» from Machico Captaincy (1740) <i>Ana Madalena Trigo de Sousa</i>	
As Geografias Médicas e a Apologia do Clima da Madeira: A Propósito da Climatoterapia da Tísica na Primeira Metade do Século XIX	165
The Medical Geographies and the Apology of Madeira's Climate: Regarding the Climatotherapy of Phthisis in the First Half of the 19 th Century <i>Ismael Vieira</i>	

A Família Blandy na Madeira: Investimentos e Estratégias Empresariais no Século XIX (Uma Visão Panorâmica)	183
The Blandy Family in Madeira: Investments and Business Strategies in the 19 th Century (Overview) <i>Liliana Correia</i>	
Arquitetura e Turismo na Madeira, (Des)Continuidades Históricas	243
Architecture and Tourism in Madeira, Historical (Dis)Continuities <i>Rui Campos Matos</i>	
Memória, Narrativa e Experiência – O Diário do Americano Edward Watkinson Wells sobre a Madeira	273
Memory, Narrative and Experience – The Journal of the American Edward Watkinson Wells about Madeira <i>Susana Caldeira</i>	
A Epidemia de Cólera na Madeira (1856): Das Políticas Régias às Práticas Locais	299
The Cholera Epidemic in Madeira (1856): From the Royal Policies to Local Practices <i>Nulita Raquel Freitas Andrade</i>	
Madeirans: The First Indentured Labourers in Suriname (1863-1864)	317
Madeirenses: Os Primeiros Trabalhadores Contratados no Suriname (1863-1864) <i>Humphrey E. Lamur</i>	
A Correspondência Açoriana de João dos Reis Gomes	347
The Azorean Correspondence of João dos Reis Gomes <i>Paulo César Vieira Figueira</i>	
Da Estranheza (do Fantástico) no Cinema de Manuel Luiz Vieira Produzido na Madeira na Década de 1920	381
On the (Fantastic) Strangeness of the Cinema Produced by Manuel Luiz Vieira on Madeira Island in the 1920s <i>Ana Salgueiro</i>	
Um Projeto Utópico: O Estabelecimento de uma Colónia Naturista Infantil na Madeira (1929)	407
A Utopian Project: The Establishment of a Children's Naturist Colony in Madeira (1929) <i>Isabel Drummond Braga</i>	
Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)	419
Madeiran Migration to Angola and Mozambique (1940-1974) <i>Odete Mendonça Henriques Souto</i>	

Património Fotográfico: Entre o Arquivo e o Museu – Um Caso de Ação e de Estudo, o Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s	453
Photographic Heritage: Between the Archive and the Museum – A Case of Action and Study, the Madeira Photography Museum – Atelier Vicente’s <i>Emília Tavares</i>	
Formas de Tratamento de Segunda Pessoa do Singular em Português: Representações e Crenças de Falantes Madeirenses	465
Forms of Address of Second Person of Singular in Portuguese: Representations and Beliefs of Madeiran Speakers <i>Aline Bazenga</i>	
Exemplos para a História da Ortografia no Funchal: Da Paisagem Linguística ao Património Linguístico com a Toponímia	501
Examples for the History of Orthography in Funchal: From Linguistic Landscape to Linguistic Patrimony with Toponymy <i>Helena Rebelo</i>	
Notas Históricas para o Estudo de um Itinerário da Alimentação, com Origem na Farinação dos Cereais, nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira	557
Historical Notes for the Study of a Food Itinerary, with Origin in Cereal Flour, in the Azores and Madeira Archipelagos <i>Duarte Nuno Chaves</i>	

Editorial

Apresentação

Vem a lume, neste ensejo, o n.º 4 da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, veículo científico e cultural da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM), através da ação da Direção de Serviços do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV).

Sem temor de se incorrer em exagero, ou em falsas imodéstias, pode afirmar-se que esta iniciativa editorial continua a se revelar um êxito, no tocante a volume de contributos e a qualidade científica.

Vale a pena relembrar que a DRABM, instituída em Abril de 2020, é o serviço executivo da Secretaria Regional de Turismo e Cultura «que tem por missão a salvaguarda e a divulgação do património documental e bibliográfico da Região Autónoma da Madeira, assegurar a memória contínua da sua Administração, incentivar a difusão do livro e da leitura, promover o conhecimento e a investigação científica da história da Região no quadro do espaço atlântico» (Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M, de 27 de abril).

O CEHA-AV é, por sua vez, a partir de junho de 2020, a unidade orgânica da DRABM que lida com o último desiderato referido, tendo-lhe sido outorgadas, portanto, «atribuições e competências nos domínios da **investigação científica e da edição no âmbito da história e do património cultural e arquivístico**» (Portaria n.º 369/2020, de 16 de julho; o negrito é nosso).

Tais atribuições e competências são concretizadas com acuidade, mas obviamente de modo não exclusivo, na prossecução da edição da presente revista, que obedece – recorde-se – aos seguintes parâmetros editoriais: privilegia a História, a Memória e o Património – material e imaterial – do Arquipélago da Madeira e as áreas do conhecimento da História, das Ciências Sociais e Humanas e da Arquivística;

conta com Conselho Editorial e Conselho Científico; segue normas editoriais uniformizadoras; tem periodicidade anual; é divulgada em suporte digital e fica alojada em linha, para acesso livre e gratuito (<https://ahm-abm.madeira.gov.pt/>).

Em sinergia com a atividade editorial que a DRABM, por intermédio do CEHA-AV, tem vindo a desenvolver, e num gesto de afirmação científica e cultural, foram equacionados outros meios e oportunidades para incremento e permuta de conhecimentos e resultados de investigações científicas. Nesse sentido, estabeleceu-se como projeto axial e estrutural a organização de um congresso científico, que decorreu no CEHA-AV de 23 a 26 de novembro do passado ano de 2021.

O congresso, com a designação *Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises*, cumprindo as aspirações que estiveram na sua génese – e segundo opiniões e impressões que nos foram comunicadas –, constituiu uma relevante oportunidade para divulgar e pôr em diálogo pesquisas e indagações relacionadas com a História, a Memória e o Património do Arquipélago da Madeira. No âmbito do congresso, não se estabeleceram restrições temporais ou temáticas no tocante às intervenções que viessem a ter lugar; somente se equacionou um enquadramento geográfico – o Arquipélago da Madeira (e todos os fenómenos relacionados com este espaço insular). Almejou-se a aprendizagem e a discussão de: tópicos novos ou recorrentes de investigação; métodos e abordagens teórico-conceptuais transdisciplinares; evoluções, conjunturas e acontecimentos; constantes estruturais; fenómenos comparativos e especificidades; diacronias e sincronias; condições de insularidade, periféricidade e centralidade – desde a longínqua centúria de Quatrocentos até ao ainda novel, mas já eivado de mutações e desafios (e, enfim, agruras), século XXI.

Desde o início da organização do congresso que se elegeu como objetivo que os artigos que brotassem das conferências – em número de três – e das comunicações – 34, reunidas em dez painéis – viessem a ser inseridos nos n.ºs 4 (correspondente ao ano corrente) e 5 (de 2023) da revista *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*.

Deste modo, a maior parte dos artigos agora divulgados – com exceção dos contributos de Ana Salgueiro, Humphrey Lamur e Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – resulta já de comunicações apresentadas ao referido congresso.

Em nome da DRABM, endereçamos reconhecidos agradecimentos aos autores que, neste periódico, contribuem para levantar, pedra a pedra, artigo a artigo, um mais sólido edifício do conhecimento sobre a Madeira.

Depois do Centenário, ainda Aragão

Eis que é passado o centenário do nascimento de António Aragão, amplamente assinalado no Arquipélago no ano de 2021. Mas no nosso caso, Aragão é dificilmente uma figura que passa. Não retornamos a ele apenas levados pela corrente de uma efeméride. Pelo contrário, Aragão é uma presença permanente. Pelos motivos conhecidos, muitos deles sublinhados em várias das iniciativas a que assistimos e que procuraram objetivar o relevo de Aragão enquanto figura maior da cultura, das artes e da literatura. Mas ainda por outros, que se prendem de uma forma mais direta com as especificidades, por assim dizer, do nosso ofício; com a memória da publicação – esta publicação, agora eletrónica – em que Aragão fixou também as suas palavras; enfim, com a memória da própria instituição que António Aragão dirigiu e que é um elo que nos liga, inevitavelmente, a ele.

Uma das componentes fundamentais da obra e do legado cultural incrivelmente diverso de António Aragão diz respeito à defesa e salvaguarda do património cultural *latu sensu*. Com efeito, os seus contributos nesta área, pela dimensão técnica e científica das campanhas de prospeção e divulgação que empreendeu, representarão momentos seminais ao nível da gestão e da proteção de vários domínios do património cultural madeirense. É, pois, claro que nesses domínios em concreto – como, de resto, noutros – Aragão “desbravou caminhos”, apontou rumos e direções, e que a geração que lhe sucedeu, na responsabilidade e no desafio de identificar e salvaguardar o património cultural regional, certamente foi colher no seu exemplo conhecimento, critério e, talvez acima de tudo, sentido ético do dever de preservação das múltiplas formas em que a cultura se concretiza, materializa e adquire expressão.

A exposição alusiva a António Aragão que a DRABM teve a oportunidade de levar ao público no Arquivo e Biblioteca da Madeira, entre junho e outubro de 2021, teve precisamente como desígnio ilustrar as múltiplas facetas da sua intervenção no estudo e defesa do património cultural insular. Em diálogo com esse projeto expositivo, e de algum modo esquematizando a informação que Jorge Valdemar Guerra sistematizou para esse mesmo projeto, podemos afirmar que essas múltiplas facetas se traduzem fundamentalmente nas seguintes esferas de atuação: a investigação histórica, a divulgação documental e arquivística, a arqueologia, a inventariação arquitetónica e urbanística, a inventariação artística, a etnografia e a prospeção da cultura popular e do património cultural material e imaterial.

António Aragão iniciou o seu percurso na administração pública em 1953, enquanto conservador do Arquivo Distrital do Funchal. Seria também nesta instituição, entretanto regionalizada em 1980, que, em 1986, culminaria esse mesmo trajeto,

já enquanto diretor do Arquivo, cargo que exerceu desde 1972. Entre estas duas datas extremas e mesmo para além da última são conhecidos os muitos projetos a que Aragão se dedicou no âmbito da salvaguarda e da divulgação do património cultural não especificamente arquivístico. Assim, suspeitamos que a cronologia do percurso de Aragão pelos meandros do património cultural regional denuncia que, para ele, os arquivos – seu primeiro espaço de atuação – não foram capazes de alimentar uma curiosidade que rapidamente se alastraria a toda uma multiplicidade de expressões do património e da cultura; não se revelaram território vasto o suficiente para nutrir um perfil universalista em que o conservador e arquivista prontamente se haveriam de mesclar com o historiador, o historiador da arte, o arqueólogo, o etnógrafo, etc.

Daqui podemos talvez derivar uma hipótese: a experiência inicial, enquanto conservador, do *arquivo* – âmbito assinalavelmente frágil e perecível do património – terá atuado para Aragão como semente de uma sensibilidade e de uma inclinação para a conservação das múltiplas formas nas quais se encerra – e perde – a memória. Porque é disso que essencialmente se trata – de resgatar vestígios de memória – no multifacetado trabalho de Aragão em torno do património cultural regional: estejam esses vestígios encerrados num fólio gasto de pergaminho, nas ruínas exumadas de um convento rural, nas fachadas que marcam o ritmo distintivo da arquitetura urbana, na originalidade das formas simples e despojadas da arquitetura popular, no traço exuberante da azulejaria ou da ourivesaria sacra, na transparência com que o registo sonoro do quotidiano e das tradições populares invoca – como uma espécie de hipertexto – a profundidade (a espessura) do tempo e da memória na paisagem insular. Porque, na verdade, o meio e o espaço insulares singularizam e, diríamos mesmo, intensificam a experiência da memória; e tanto mais quanto esse meio e esse espaço se afirmam *geográfica, histórica e sociologicamente* como dispositivos de insulação, como máquinas de produção de bolsas de insularidade dentro da própria ínsula. No fundo, foi a essa propensão mnemónica insular, traduzida numa vasta profusão de suportes materiais e imateriais da memória, que – depois do arquivo e paralelamente ao arquivo – Aragão se dedicou, numa prolífica atividade de inventariação, prospeção e recolha. Num certo sentido, Aragão projeta o arquivo, enquanto dispositivo recoletivo e metódica de retenção da memória, para além dos seus próprios limites institucionais e materiais estritos. Dito de outro modo: Aragão oscila entre o arquivo enquanto técnica e meio instrumental, por um lado, e enquanto princípio, conceito, ideia, por outro. O mesmo será ainda dizer que Aragão terá permanecido essencialmente arquivista enquanto foi arqueólogo, historiador da arte, etnógrafo, inventariador de tradições orais, etc. Nessa *permanência do arquivo* e na

sua projeção a regiões disciplinares vizinhas, irmanadas pelo desígnio da preservação da memória, Aragão, ainda que porventura involuntariamente, confronta afinal o universo do arquivo com uma precoce mensagem de modernidade.

Já enquanto diretor do Arquivo Distrital do Funchal/Arquivo Regional da Madeira, como poderemos recordar António Aragão? Diga-se, antes de mais, que, para procurar uma resposta a esta questão, não tivemos minimamente o ensejo de nos suportar numa pesquisa sistemática de fontes. Não obstante essa limitação, arriscamos afirmar que uma tal resposta tem antes de mais que ver com os seus contributos no plano da modernização e atualização dos procedimentos técnicos associados à conservação e ao tratamento do património documental regional, e com a defesa do reforço de meios ao dispor da proteção desse património. Atente-se, por exemplo, no primeiro relatório de atividades do Arquivo Distrital do Funchal que Aragão redige após reassumir funções de conservador do Arquivo em agosto de 1969. Esse documento informa-nos de toda uma azáfama de iniciativas tomadas num intervalo de poucos meses. Em primeiro lugar as que se prendem com as condições materiais das instalações, «em mísero estado de conservação», e com a adoção de medidas elementares de defesa do acervo, como os trabalhos de pintura e caiação, ou a desinfecção geral das dependências do Arquivo no palácio de São Pedro, empreendidas para debelar «um foco de térmitas existente há largos anos» junto dos núcleos documentais mais importantes, o que levava Aragão a reportar que «pela primeira vez, desde a sua fundação de quase meio século, o Arquivo Distrital foi pintado, concertado e sofreu uma desinfecção geral». Medidas também no plano da organização e do tratamento documental, como a reordenação dos arquivos notariais e paroquiais, o início da «arrumação dos milhões de processos, salvados do antigo incêndio do Palácio de São Pedro», ou a inventariação e organização do arquivo da Câmara Municipal do Funchal e de outros núcleos documentais mais relevantes, vários dos quais «numa grande mistura caótica», como a que se verificava numa das salas do anexo na calçada de Santa Clara, n.º 8. Tendo a Junta Geral disponibilizado um «ficheiro metálico, com todas as condições exigidas», a equipa de Aragão, «fazendo uso duma séria disciplina arquivista», iniciou «uma arrumação geral por fichas do recheio do Arquivo», substituindo com esse novo instrumento descritivo o «antigo Roteiro», que consistia apenas em um livro, elaborado ao tempo da fundação do Arquivo Distrital do Funchal. Medidas ainda no plano estrito da preservação e da conservação do acervo, como a aquisição de novas estantes, a instalação de uma nova oficina de conservação e restauro, a higienização de documentos

(a primeira desde 1948), a encadernação de livros em condição mais frágil¹. Não nos alongaremos na recuperação deste interessante relatório de atividades, estando em crer que, com a sua invocação, fomos capazes de ilustrar o modo como também na gestão do património documental e arquivístico a intervenção de Aragão levou o esclarecimento e o critério técnicos a instâncias da cultura e do património então ainda mal ou insuficientemente bafejadas no arquipélago pelo sopro da ciência.

Recordaremos ainda Aragão pela intenção de renovação das funções do acesso e da divulgação, implícita na criação da Série Documental do *Arquivo Histórico da Madeira*. Nas palavras do próprio, tratava-se de intentar «uma nova perspetiva» para o *Arquivo Histórico da Madeira*, e de, como a propósito da criação da presente Nova Série tivemos a oportunidade de relevar, «o transformar numa espécie de repositório sistematizado da documentação histórica sujeita à guarda do Arquivo Distrital do Funchal ou de quaisquer agrupamentos documentais que digam respeito à história da Madeira e se encontrem dispersos por outros Arquivos». Almejava-se, assim, tornar mais acessível a «qualquer interessado ou investigador» a documentação histórica madeirense, e, ao mesmo tempo, visava-se «um processo de salvaguarda documental» por via da replicação das fontes em suportes impressos (numa equação em tudo semelhante à que se pratica hoje em dia entre replicação digital e preservação documental)². Bem entendido, o *Arquivo Histórico da Madeira* sempre tivera – entre outras – essa função de instrumento de acesso a documentos e coleções, imprimindo na cultura organizacional do Arquivo a valorização das funções do acesso. Estamos mesmo em crer que a precocidade com que o Arquivo Distrital do Funchal abraçou, desde os seus primórdios no começo da década de trinta do século passado, essa dimensão da divulgação através do *Arquivo Histórico da Madeira*, é um fator de diferenciação no meio arquivístico nacional e um veículo de relativização de toda uma cultura custodialista e patrimonialista dos arquivos em que o Arquivo Distrital do Funchal necessariamente se movia. Mas a criação de uma Série Documental vem adicionar critério, sistematicidade e método a essa valorização do acesso. Não circunscrever a intervenção do arquivo às funções tradicionais e predominantes da custódia; não esgotar a metódica arquivística na descrição, no tratamento documental, na conservação e no restauro, alastrando-a ao acesso e à divulgação, num princípio de abertura do arquivo a novas plateias

¹ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Arquivo Distrital do Funchal, Relatórios de atividade, 1931-1970, pt. 58, disponível em <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=1387969>.

² ARAGÃO, António, 1972, «Palavras Prévias», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, Série Documental, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, pp. IX-X.

e num prenúncio de inflexões paradigmáticas que haveriam de conduzir, um pouco por todo lado, à profunda transformação da fisionomia dos arquivos – eis mais um contributo substancial que podemos reportar a António Aragão enquanto homem de cultura, eis mais um caminho apontado por Aragão, desta feita no domínio específico dos arquivos. Um caminho que hoje, malgrado tantos os anos já passados, nos compete ainda percorrer.

Aragão foi pois, talvez acima de tudo, um homem de modernidade, de irreverência e de ruturas – na literatura, nas artes, na salvaguarda e proteção do património cultural regional. Nos arquivos também. Esse é um facto que não podíamos deixar de sublinhar; e um motivo adicional para a justíssima homenagem que todos lhe devemos.

*Nuno Mota
Filipe dos Santos*

Estudos / Ensaio

Studies / Essays

A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI

Lime and Construction in the Madeira Archipelago in the 15th-16th Centuries

*Dinis Gouveia Pacheco*¹

Resumo

A fixação de povoadores na Madeira implicou a construção de habitações com materiais locais e alguns importados, tais como cal e telha. Com o surto urbano no Funchal e a conclusão das obras reais, a câmara municipal do Funchal e o próprio rei D. Manuel I proibiram a laboração de fornos de cal na ilha, reservando a lenha para o fabrico de açúcar. O declínio desta produção na primeira metade do século XVI e a necessidade de fortificar o Funchal parecem contribuir para a importação de cal e a eventual exploração de pedreiras de calcário no arquipélago da Madeira. A edilidade funchalense controlou a venda de cal e utilizou-a em algumas obras municipais, pois esta era essencial para a edificação de igrejas, fortificações e casas senhoriais.

Palavras-chave: Calcário; Lenha; Forno de Cal; Cal.

Abstract

The settlement of inhabitants in Madeira implied the construction of houses with local materials and some imported ones, such as lime and tiles. With the urban growth of Funchal and the completion of royal buildings, Funchal municipal authorities and King Manuel 1st prohibited the work of limekilns in Madeira Island, preserving firewood for

¹ Mestre em História e Cultura das Regiões pela Universidade da Madeira com a tese *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*; docente de História na EBS Dona Lucinda Andrade, em regime de mobilidade/destacamento no ano letivo 2021-22 na *Rota da Cal – Associação de Investigação e Divulgação de Fornos de Cal*. Nos tempos mais recentes investigou a indústria da cal no arquipélago da Madeira, tendo redigido as entradas «A indústria da Cal» e «Núcleo Museológico – Rota da Cal» para o *Dicionário Enciclopédico da Madeira* e publicado «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, 2020. Contacto: dinispax@gmail.com.

the sugar cane industry. The decline of this production in the first half of the 16th century and the need to secure Funchal city seem to have contributed to lime importation and to the beginning of limestone quarrying in Madeira archipelago. The municipality of Funchal controlled the lime trade and used it in several projects because it was essential in constructions such as churches, fortifications and manor houses.

Keywords: Limestone; Firewood; Limekiln; Lime.

Introdução

O reconhecimento e ocupação de algumas das ilhas que formam o arquipélago da Madeira no primeiro quartel do século XV integraram-se num processo de expansão europeu, no qual os Portugueses desempenharam um papel primordial. Estas ilhas atlânticas já se encontravam cartografadas desde meados do século anterior mas o seu povoamento e exploração económica ocorreram apenas após 1419-20. Para o efeito, recorreram ao arroteamento das terras mediante a celebração de contratos de sesmaria por períodos de cinco anos, num sistema político-administrativo de capitánias-donatarias adotado pela Coroa portuguesa e pelo Infante D. Henrique, nos termos do foral concedido às ilhas². As cartas de doação das capitánias foram promulgadas a 8 de maio de 1440 (Machico), 1 de novembro de 1446 (Porto Santo) e 1 de novembro de 1450 (Funchal), tendo como seus beneficiários, respetivamente, os capitães Bartolomeu Perestrelo, Tristão Vaz Teixeira e João Gonçalves Zarco.

A fixação dos primeiros povoadores nas ilhas da Madeira e Porto Santo correspondeu ao início do processo de humanização da paisagem, quer através da distribuição de terras para arroteamento quer da realização de diversas benfeitorias³, nomeadamente socalcos, levadas, poços de rega e moradias ou a construção de edifícios religiosos, civis e militares. Muitos desses primeiros residentes eram oriundos

² *Arquivo Histórico da Madeira (AHM)*, 1972, vol. XV, pp. 17-18, 3 de agosto de 1461, *apontamentos E capitulos Do ymfante dom fernamdo pera esta ylha*: aquele período de tempo era ampliado quando aproveitavam as terras. *AHM*, 1973, vol. XVI, p. 281, 13 de janeiro de 1493, *Resposta do duque a os apõtamentos que leou aluaro Dornellas*: referência ao «senhor ymfante dom amrique meu tio que deos aja que essa ylha comencou apouoar». PEREIRA, 1991, *Estudos sobre História da Madeira*, p. 21. COSTA, 1998, «O municipalismo no arquipélago da Madeira 1470-1550», p. 183. CARITA, 2017, *História do Funchal*, pp. 10-12.

³ *AHM*, 1972, vol. XV, p. 21, 16 de agosto de 1461, *Carta de doaçam Destas ylhas Del Rey A o ymfante Dom EmRique*: «Ihe Damos poder que elle posa mamdar fazer nas Ditas ylhas todollos proueytos E bem feytorias Aquellas que Entendere por bem E proueyto Das Ditas ylhas E Dar em perpetuo ou tempo ou aforar todas as Ditas terras» na Madeira, Porto Santo e Desertas.

«da Beira Tra los Montes Amtre Douraminho», atraídos quer pela «calidade da terra» quer seguindo os passos «doutros parentes que tem na terra»⁴.

A presente investigação sobre a indústria da cal na Madeira procura aprofundar o conhecimento sobre esta atividade milenar, de enorme relevância para o edificado de pedra e cal no espaço insular. Assim, começamos por identificar algumas situações envolvendo o fabrico ou a importação de cal no século XV e nas duas primeiras décadas do século XVI para erigir as construções mais emblemáticas do arquipélago, culminando com o controlo da comercialização e proibição da laboração dos fornos de cal com o intuito de preservar a lenha e o tabuado para o fabrico e acondicionamento do açúcar de cana sacarina. Não obstante, poderá datar de meados dessa centúria o início da exploração de afloramentos calcários existentes nas ilhas da Madeira e do Porto Santo e no ilhéu de Baixo ou ilhéu da Cal⁵, associados às obras de fortificação do Funchal, especialmente após o saque corsário em 1566.

Este tema já foi objeto de estudo particularmente pelo Prof. Doutor Adriano Ribeiro aquando da prestação de provas de doutoramento e em alguns artigos publicados na imprensa local, bem como em monografias sobre os municípios do arquipélago⁶. Assim, além da revisão da literatura existente sobre a indústria da cal, esta investigação histórica procurou aprofundar alguns assuntos e utilizar fontes não tratadas por aquele distinto investigador⁷. O presente texto pretende ser a primeira parte de um conjunto de artigos onde procuramos abarcar a exploração de pedreiras calcárias e o fabrico de cal em inúmeros fornos que laboraram no arquipélago da Madeira até à década de 1990.

1. A Cal e o Edificado no Primeiro Século do Povoamento

No que respeita aos recursos minerais existentes no subsolo, D. Duarte reservou para a Coroa quaisquer «vyeyros De ferreyria E Dou[t]ros metaees» na carta de doação das ilhas ao Infante D. Henrique, em 1433, depois confirmada por D. Afonso

⁴ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 352, 19 de junho de 1546. Cf. CARITA, 2014, *História da Madeira*, pp. 57-60.

⁵ FRUTUOSO, 1998, *Saudades da Terra – Livro II*, p. 25: refere «grossos moledos de penedia branca, como baça» na descrição do Porto Santo.

⁶ RIBEIRO, 1990, «A indústria da cal em S. Vicente (1680-1903)», p. 4. RIBEIRO, 1991, «A indústria da Cal em Câmara de Lobos», pp. 251-255. RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (séculos XV-XX): um factor de aproximação* [...]. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo – Aspectos da sua Economia*.

⁷ COSTA, 1998, «O municipalismo no arquipélago da Madeira 1470-1550», pp. 185-186: a documentação municipal nos séculos XV-XVI perdeu-se quase por completo – os Livros de Vereações do Funchal cobrem apenas 35 anos.

V, em 1461⁸. Esta cláusula respeitou o estipulado nas Ordenações Afonsinas no que concernia aos «Direitos Reaaes, que aos Reys perteence d’aver em seus Regnos per Direito Commum»⁹. Porém, os vieiros não metálicos, entre os quais se incluem os de calcário, ficaram excluídos daquela limitação, pelo que os direitos sobre os mesmos pertenciam por inerência ao Infante D. Henrique e às pessoas por ele designadas para exercerem a sua autoridade e administração, as quais podiam «Dar em perpetuo ou tempo ou aforar todas as Ditas terras A quem lhe aprouuer»¹⁰.

Não obstante, as referências históricas mais antigas relacionam-se com a importação de pedra de cal em meados do século XV, como se pode comprovar na resposta do infante D. Fernando relativamente a um pedido de isenção de dízima sobre a importação daquela matéria-prima, alegando que «he Dizima Reall E em toda terra Se paga». Além de defender aquela prerrogativa régia e do «Snñorio que os Snñores tem em suas terras», o mesmo infante argumentou que «Se leua aessa ylha / tam Rala mente E De tam poucos que se nam deue sêtir ho Dereyto Della»¹¹. Esta constatação permite-nos comprovar que nos primeiros edifícios erigidos no arquipélago e no aproveitamento da terra se utilizaram materiais locais, especialmente

«pedra que cada hum apanha pera fazer suas cassas E Da madeyra que colhees pera has Ditas casas fazeer E Repairar E Das forcas E trizcas E / outra madeyra delgada que Se poem nas latadas E vinhas E tapadura E yso mesmo Dalenha que queimaaees Em vosas cassas»¹².

Foi assim que João Gonçalves Zarco erigiu uma moradia em madeira na zona dos arrifes de Santa Catarina, numa posição sobranceira ao vale do Funchal, a qual foi consumida pelas chamas segundo o testemunho de Luís de Cadamosto¹³.

⁸ AHM, 1972, vol. XV, p. 22, 16 de agosto de 1461, *Carta de doaçam Destas ylhas Del Rey A o ymfante Dom Emrique*. SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo [...]*, vol. II, pp. 788-789: relação de donatários do arquipélago da Madeira – Infante D. Henrique (1433-1460), Infante D. Fernando (1460-1470), Infanta D. Beatriz (como tutora dos filhos) (1470-1482), Duque D. Diogo (1482-1484) e Duque D. Manuel (1484-1495).

⁹ *Ordenaçoes do Senhor Rey D. Affonso V*, Lv.º II, p. 215, Título XXIII, 26 Item: «Direito Real he argentaria, que significa veas d’ouro, e de prata, e qualquer outro metal os quaaes todo home poderá livremente cavar em todo lugar, com tanto que ante que o comece a cavar, d’entrada pague a ElRey [...]».

¹⁰ AHM, 1972, vol. XV, pp. 21-22, 16 de agosto de 1461, *Carta de doaçam Destas ylhas Del Rey A o ymfante Dom Emrique*.

¹¹ AHM, 1972, vol. XV, p. 14, 3 de agosto de 1461, *apontamentos E capitulos Do ymfante dom fernamdo pera esta ylha*. Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Funchal (CMFUN), Lv.º 1397, fl. 147. PEREIRA, 1991, *Estudos sobre História da Madeira*, p. 110.

¹² AHM, 1972, vol. XV, pp. 13-14, 3 de agosto de 1461, *apontamentos E capitulos Do ymfante dom fernamdo pera esta ylha*: isentou a dízima sobre estes materiais de construção e uso comum, à excepção da madeira de cedro e teixo ou em tabuado, alegando «aymda que agora pareça que adita madeyra De çedro E teyxno nom pode fazer mjmgoa Deue se creer que o fara aolomge».

¹³ FRUTUOSO, 1998, *Saudades da Terra – Livro II*, p. 34. SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo [...]*, vol. II, pp. 728-729. CARITA, 2014, *História da Madeira*, p. 22.

A importação de cal foi novamente referida nas décadas de 1470-80 em resoluções municipais relativas à rua dos Mercadores, determinando-se que «se descobriem as Cazas de palha» e «q[ue] az cazaz de palha da rua se cobriem de telha»¹⁴. Esta iniciativa tinha por intuito prevenir a deflagração de incêndios naquela importante artéria do Funchal, que nos nossos dias corresponde a um troço da rua de Santa Maria, onde se fixaram inicialmente entre 15 e 20 estabelecimentos comerciais e residências de negociantes bem como engenhos responsáveis pelo fabrico de açúcar para exportação¹⁵. O traçado da nova rua originou ainda a negociação de algumas alterações urbanísticas entre a vereação e alguns particulares, nomeadamente demolir o «camt[o] das [ca]ssas de Joham Fernamdez», ou seja, a abertura daquela artéria suscitou uma intimação a um proprietário para «[t]irar ho dyto rrecamto» que confrontava com a via pública¹⁶.

No que respeitou à cobertura do edificado, o incumprimento daquela determinação deu origem à aplicação de penas

«por nam em cobriem as cassas E engenhos de telha segundo por m[im] E mandado deues saber que eu mandey ysto p[e]llo averer por muyto bem dessa terra por que fazemdo se asy se leyxam de fazer muytas perdas nas casas que se queimam»¹⁷.

Em 1493, incomodado com a delonga em executar a sua determinação e com os pedidos de perdão das respetivas coimas, D. Manuel resolveu «que quero primeyro saber çerto o que acerqua deste casso he feyto E que pessoas som as que nas taes p[e]nnas emcorrerã»¹⁸. Assim, podemos inferir que a cobertura das casas e engenhos com material mais resistente a incêndios foi acatada com alguma dificuldade pelos residentes, provavelmente devido aos custos inerentes à aquisição dos materiais necessários àquela empreitada, designadamente madeiras para as armações, cal e a

¹⁴ AHM, 1933, vol. III, p. 33, «Ementa dos Livros de Vereações da Câmara do Funchal (Lv.º 1.º 1470-72)». AHM, 1933, vol. III, p. 105, «Ementa dos Livros de Vereações da Câmara do Funchal Lv.º 2.º (1481-1482)». AHM, 1973, vol. XVI, pp. 273-274, 3 de julho de 1492, *aluará do duque Em que mamda correger ho camjnhó Da Ribeyra de sam françisco*: referência a «boys carregados Demadeyra E com bestas Carreguadas De palha E lenha». Cf. SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo [...]*, vol. II, pp. 728-729.

¹⁵ AHM, 1933, vol. III, p. 34, «Ementa dos Livros de Vereações da Câmara do Funchal (Lv.º 1.º 1470-72)»: referência às formas de barro, que deveriam ser 7 ou 8 por arroba. ARAGÃO, 1987, *Para a História do Funchal*, pp. 38, 59-60 e 76-77. SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo [...]*, vol. I, p. 159. CARITA, 2014, *História da Madeira*, p. 206.

¹⁶ AHM, 1990, vol. XIX, p. 10, s.d., *Este he hum acordo da Camara em que mandam desfazer ho camto da casa de Joham Fernamdez* [documento atribuído ao século XV]: estipularam a multa de 20 cruzados em caso de incumprimento da deliberação camarária.

¹⁷ AHM, 1973, vol. XVI, p. 280, 13 de janeiro de 1493, *Reposta do duque a os apõtamentos que leuou aluaro Dornellas*.

¹⁸ AHM, 1973, vol. XVI, p. 280, 13 de janeiro de 1493, *Reposta do duque a os apõtamentos que leuou aluaro Dornellas*.

própria telha¹⁹ [Imagem n.º 1]. Por vezes a vereação tinha de impor a sua jurisdição, visto que obrigou o pedreiro Rui Gomes a cobrir «a sua Caza de telha p[or] q[ue] a tinha»²⁰.

Imagem n.º 1 – Capela de São Paulo, São Pedro, Funchal



Fonte: foto do autor (2021).

As construções em madeira e cobertura de palha proveniente dos cereais cultivados abundavam à medida que arroteavam as terras, mas ressalvando que durante esses trabalhos «nom poerem fogos nas Ditas terras que forem Dadas De sasmaria E por este mamdo atodos aquelles cujas as Ditas terras Sam que com machados E perquallqueer outra maneyra que poderem as alimpem E nam com fogo»²¹. A própria edilidade funchalense procurou restringir as casas com cobertura de colmo no interior da malha urbana através da publicação de posturas em meados do século XVI, mas a toponímia local revela a volatilidade decorrente destas construções, como o atestam as ruas da Queimada de Cima e da Queimada de Baixo, assim nomeadas após um grande incêndio ocorrido a 26 de julho de 1593 que, no espaço de quatro

¹⁹ AHM, 1972, vol. XV, p. 124, 12 de novembro de 1483, *Reposta Do Duque a alguüs apomtamentos Sobre hos Dereytos*: referência à importação de louça de barro e telha. COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 14, 24 de julho de 1508: menção à importação de «ferro e vinho azeite tejlha». Cf. ARAGÃO, 1987, *Para a História do Funchal*, pp. 59-60. CARITA, 2014, *História da Madeira*, p. 206. GASPARGAS, 2021, *A Arquitectura no Arquipélago da Madeira*, p. 15.

²⁰ AHM, 1933, vol. III, pp. 103-104, «Ementa dos Livros de Vereações da Câmara do Funchal Lv.º 2.º (1481-1482)».

²¹ AHM, 1972, vol. XV, p. 38, 7 de novembro de 1466, *Apomtamentos do Jmfante Dom fernamdo Em Reposta De outros pera esta ylha*.

horas, consumiu aproximadamente 154 imóveis²². Assim, as preocupações com os avultados prejuízos provocados pelos incêndios, pois «alguñas vezees acomteeçe averem cassas em que se q[ue]imam somas daçuquares E canaueaees», motivaram a interseção de procuradores do concelho do Funchal para obterem a isenção dos impostos régios que oneravam os proprietários afetados por aquelas calamidades²³.

No sentido de impulsionar a urbanização das vilas do Funchal e Machico nas últimas décadas do século XV, o duque D. Manuel isentou o pagamento da dízima que incidia sobre a madeira e a pedra por um período de três anos, mas «soamente pera ho fazer das cassas»²⁴. Assim, tudo indica que as primeiras habitações foram edificadas com a «madeyra que trazem da Serra pera Suas Cassas E asy da pedra que trazem das pedreyras E doutros lugares pera ellas E asy da call que Sy faz que nũa costumaram pagar»²⁵. A última referência indicia a laboração de fornos de cal no Funchal, pois era mais fácil transportar a pedra de cal para aí ser calcinada do que a cal viva ou hidratada. Acresceu ainda um novo pedido de isenção de dízima sobre o fabrico de cal, mas o donatário reafirmou o cumprimento do disposto no foral, tal como deliberou o infante D. Fernando. Relacionado com o aumento da população na ilha e as necessidades frumentárias, o mesmo duque determinou a reparação ou construção de moinhos em diversos locais, especificando «que facam mays no dito logo do funchall dous moynhos boões de pedras gramdes E aluuas»²⁶, isto é, as mós seriam provavelmente lavradas em calcário²⁷.

Terá sido apenas após a construção de capelas e igrejas a pedra e cal, como a «ygreJa do funchall E machico E Santa cruz E camara de lobos»²⁸, que se edificaram

²² SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo* [...], vol. II, p. 729. ARAGÃO, 1987, *Para a História do Funchal*, pp. 36 e 222-223. CARITA, 2017, *História do Funchal*, pp. 40-42.

²³ AHM, 1972, vol. XV, p. 149, 22 de março de 1485, *Apontamentos del Rey dom manuell Semdo Duque pera esta ylha Da madeyra*: concorda com a anulação do imposto do quarto do açúcar.

²⁴ ABM, CMFUN, Lv.º 1397, fl. 151, *Capitollo para que não paguem Dizima da Madeira e pedra que se troveer para o Funchal e no mais se cumpra o foral e o mesmo concede a Maxico anno de 1483*. AHM, 1972, vol. XV, p. 152, 22 de março de 1485, *Apontamentos del Rey dom manuell Semdo Duque pera esta ylha Da madeyra*. AHM, 1973, vol. XVI, pp. 280-281, 13 de janeiro de 1493, *Resposta do duque a os apõtamentos que leuou aluaro Dornellas*: o duque alegou que «ho dizimo da hordem em que Eu nom tenho poder nem sam mays que hum ministrador» mas que ia consultar os outros membros da Ordem de Cristo para deliberarem sobre o pedido de isenção.

²⁵ AHM, 1972, vol. XV, p. 152, 22 de março de 1485, *Apontamentos del Rey dom manuell Semdo Duque pera esta ylha Da madeyra*. ALVES, 2016, *Argamassas no Arquipélago da Madeira*, pp. 4-5.

²⁶ AHM, 1973, vol. XVI, p. 239, 23 de fevereiro de 1490, *Carta do duque com hum Regimemto Açerqua do Carçereyro E presos E açerqua dos moynhos neçarios a esta Jurdicam*.

²⁷ FRUTUOSO, 1998, *Saudades da Terra – Livro II*, p. 44: refere-se a «moinhos com pedras alvas».

²⁸ AHM, 1972, vol. XV, p. 152, 22 de março de 1485, *Apontamentos del Rey dom manuell Semdo Duque pera esta ylha Da madeyra*. PEREIRA, 1990, *Documentos sobre a Madeira* [...], p. 183, 27 de julho de 1523: requerimento de João Gil, morador no Caniço, para que se cumpra o alvará de D. Manuel I determinando erigir a capela de Santo Antão a pedra e cal, despendendo-se 30 000 réis.

as primeiras habitações em alvenaria. Não obstante, o duque D. Manuel acautelou as reparações necessárias a cada edifício religioso ou à sua ornamentação com uma dotação anual de 5000 réis, ficando essas despesas devidamente registadas²⁹. No caso da igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Machico, a capela-mor teve de ser demolida e reconstruída em 1536 «por estar toda aberta»³⁰. O pedreiro Pedro Álvares ficou responsável pela renovação do telhado, mediante a aquisição de quatro milheiros de telhas e a construção de «seis degraus abucelados, de parede a parede, e lageamento da capela, tudo com pedra boa de Câmara de Lobos»³¹. As despesas com os materiais de construção ficaram assim discriminadas: 9300 réis de cal, 200 réis de areia e 1150 réis em mão-de-obra (pedreiros e servidores)³². A disparidade de custos leva-nos a inferir que a aquisição de cal – que representou cerca de 87% da despesa – condicionou sobremaneira a disseminação desta técnica construtiva.

Segundo o cónego Jerónimo Dias Leite, a residência de Constança Rodrigues, filha de Diogo Afonso de Aguiar e neta do primeiro capitão do donatário do Funchal, erigida nas imediações da igreja de S. Pedro, foi a primeira habitação a pedra e cal do arquipélago, tendo aquele autor acrescentado que a primeira casa sobrada foi construída por João Manuel, nas imediações do Campo do Duque, enquanto as demais eram térreas e de tabuado³³. Como se depreende, estas novas construções em pedra seca ou aparelhada e cobertura em telhado podiam ser argamassadas com

²⁹ AHM, 1973, vol. XVI, p. 207, 29 de novembro de 1487, *Carta do duque Em que mamda que Se gastem Se forem neçesareos çinco mjll rrs Em cada hum anno Em cada ygreJa desta ylha*.

³⁰ AHM, 1932, vol. II, p. 117, 12 de fevereiro de 1521: alvará para se fazer pregão da obra da capela-mor. PEREIRA, 1990, *Documentos sobre a Madeira [...]*, p. 334, 13 de janeiro de 1536: mandado do capitão João Gonçalves da Câmara, vedor da fazenda, para João Mendes pagar a Pedro Álvares, pedreiro, 60 665 réis pela reconstrução da capela-mor.

³¹ PEREIRA, 1990, *Documentos sobre a Madeira [...]*, p. 334, 22 de janeiro de 1536: pagamento de 6400 réis a Maria de Seixas pelas telhas; p. 401, [?] 1536: pagamento de 1800 réis aos pedreiros Gonçalo Álvares e Afonso Fernandes pelo «telhamento e percintamento» da capela-mor; p. 402, 21 de março de 1536: preço base de arrematação de 1950 réis por degrau e 1300 réis por braça de lageamento; p. 402, 10 de maio de 1536: pagamento de 10 000 réis ao pedreiro Pedro Álvares do lageamento e degraus da capela de Nossa Senhora da Conceição da igreja de Machico; p. 381, 5 de novembro de 1536: pagamento de 4000 réis ao pedreiro que lajeou a capela-mor; p. 348, 1 de junho de 1537: os degraus e o lageamento foram arrematados por 24 780 réis; pp. 359-360, [?] 1542: petição de Pedro Galvão para lhe ser levado em conta o valor pago ao pedreiro Pedro Álvares.

³² PEREIRA, 1990, *Documentos sobre a Madeira [...]*, p. 401, [?] 1536: valores pagos por João Mendes, almoxarife, perante Vasco Fernandes Ferreira, vedor das obras.

³³ SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo [...]*, vol. II, pp. 728-729 e 734-735: atribuiu a construção da primeira casa em pedra a Zarco. CARITA, 2014, *História da Madeira*, pp. 204-205 e 208: considerou o palheiro, a casa de pedra e teto de colmo, a casa redonda de S. Jorge, a casa de empena, a casa de meio fio em Santana e a casa de salão no Porto Santo como legados das construções populares no arquipélago da Madeira. GASPAR, 2021, *A Arquitectura no Arquipélago da Madeira*, p. 15.

cal, eventualmente obtida em pedreiras locais³⁴. As novas urbanizações estavam relacionadas com o aumento dos lucros provenientes da comercialização do açúcar após 1466, altura em que o infante D. Fernando reduziu o imposto de fabrico de um terço para um quarto. No início do século seguinte, D. Manuel I diminuiu ainda mais aquele imposto, fixando-o em um quinto³⁵.

O enriquecimento proporcionado pela exportação do açúcar traduziu-se no recheio das igrejas com arte sacra, mas igualmente no surto urbano da vila. Assim, D. Manuel I elevou o Funchal a cidade por carta de 21 de agosto de 1508, aludindo a que

«a villa Do fumchall na nossa ylha Da madeyra teem creçido Em muy grãde pouoraçam E como viuem nella muytos fidallgos caualleyros E pessoas homrradas E De gramdes fazêdas pollas quaaes E p[e]llo gramde trauto Da dita ylha Esperamos com aJuda de Noso Sñor que adita villa muyto mays Se em nobreza E acreçemte»³⁶.

As novas edificações deram azo a algumas intervenções da câmara para disciplinarem o surto e salubridade urbana. Nesse sentido, «mandaram vijr o senhor provedor e o almoxarife Yoam Manuell pera falarem sobre as casas que foram jmpedidas»³⁷. Ainda que restringissem algumas construções, também davam parecer positivo a alterações urbanísticas solicitadas por particulares, designadamente

«dar licença a Bemto Gonçalluez pera abrir hũ portall e duas janelas de adufas na praça a qual licemça lhe dão por parecer nobreza da cidade a praça ficar com portaes de camtaria e janelas e as testadas dos alçados e varidos e melhor a praça gornecida do que ora esta por nom poderem obrigar os ereos que pera ela nom tem seruemtia»³⁸.

Contudo, a supramencionada licença ficou dependente do pagamento de um foro anual de 400 réis e condicionada à possibilidade do concelho reverter a sua decisão de forma unilateral. Outro exemplo foi a licença concedida a João Garcia para «fazer hũ balcão na testada das casas em que viue que foram de Fernam do Poo o quall balcão quer fazer da banda do mar sobre o calhao que he do concelho»³⁹. Neste caso,

³⁴ SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo* [...], vol. I, p. 346: má qualidade do calcário da ilha da Madeira e fraca qualidade no Porto Santo.

³⁵ AHM, 1972, vol. XV, pp. 26-29, 29 de abril de 1466, *Comtrauto del Jmfante dom fernamdo Sobre hos quartos Do açuquar*. AHM, 1972, vol. XV, p. 152, 22 de março de 1485, *Apomtamentos del Rey dom manuell Semdo Duque pera esta ylha Da madeyra*. AHM, 1974, vol. XVIII, p. 494, 8 de setembro de 1507, *carta del Rey noso Senñor Sobre apagua do açuquar Ser nalfandega mudado o tributo de quarto em q[ui]nto*.

³⁶ AHM, 1974, vol. XVIII, pp. 512-513, 21 de agosto de 1508, *Carta del Rey noso Em que faz çidade aeste fumchall*. GASPAR, 2021, *A Arquitectura no Arquipélago da Madeira*, pp. 24-25.

³⁷ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], pp. 29-30, 10 de janeiro de 1509 [1508 no original].

³⁸ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 337, 24 de março de 1546.

³⁹ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 369, 16 de outubro de 1546: «Acordo pera se fazer o balcam de Joam Garçia».

as vantagens relacionavam-se não só com o pagamento de foro para incremento das receitas municipais, mas sobretudo porque o balcão seria coberto e telhado

«e debaixo d'elle se fara hũa casa de que o concelho tem muita necessidade pelo lugar omde he pera nella residirem os almotações e espriuão das jmosyções [...] e bem asy pera aly se despacharem os naujos que vem de fora e dos que trouxeram de mantimentos se saber e fazer liuro da emtrada porque nunca se sabe o como a terra esta»⁴⁰.

Na verdade, apenas ficou registado aquele intuito, pois mais adiante concluíram que «loguo ao presentem nom pode a camara fazer esta casa mandaram fazer este asemto pera que a mjm sprivam fique em lembrança de o dizer aos officiaes que vierem pera o poerem em efeyto»⁴¹.

A construção de balcões «por baixo da bamda do Calhao que sam armados sobre o chão do concelho» deu origem a diversos problemas sanitários que a câmara procurou solucionar. Os motivos de queixa relatados em vereação prendiam-se com o facto de «lhe ocuparem o ar mas ajnda usam de tam maa visinhamça com a cidade que todollas agoas e sugidade de suas casas deitão pelos balcões abaixo e sujão e chão do concelho de maneira que nenhũa pessoa pode pasar por baixo»⁴². Assim, determinaram que

«toda a pessoa que teuer balcão o tenha bem tapado e cuberto pelo menos hũa braça e mea com telhado em maneira que ja que acupam o ar do concelho e se seruem d'elle o concelho posa serujr se e aproueitar bem do chão de baixo e o que for pera ficar pera seruentia limpa e boa por omde toda pessoa se posa serujr seguro de sugidade e omde o concelho teuer necessidade de tapar e fazer casas pera agasalhar madeiras e louça e outras cousas que vem de fora»⁴³.

Foi igualmente por iniciativa de D. Manuel que foi lançado um imposto especial sobre o vinho em 1485, denominado imposição, revertendo a sua receita para «cousas de nobreçimento E acreçentamento E honrra dessa vila como atee quj he feyto»⁴⁴.

⁴⁰ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 369, 16 de outubro de 1546: «Acordo pera se fazer o balcam de Joam Garçia».

⁴¹ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 369, 16 de outubro de 1546: antes de iniciar as obras, João Garcia teve de escriturar o foro que constituía receita para a câmara municipal.

⁴² COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 401, 1 de junho de 1547.

⁴³ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 401, 1 de junho de 1547: multa de 500 réis a quem despejar imundícies e não utilizar «buracos abertos e a sugidade caida no direito delles e quem quiser despejar sua casa da sogidade o botara contra o mar [...] em parte onde a mare o levar posa» ou demolição dos balcões e multa de cinco cruzados se não os cobrissem e fechassem no prazo de três meses.

⁴⁴ AHM, 1973, vol. XVI, pp. 227-228, 5 de outubro de 1489, *Carta do duque Em que manda que aJaymposisam no vinho E que Se Despemda Em nobreçimento Desta villa*. AHM, 1973, vol. XVI, p. 235, 20 de fevereiro de 1490, *Carta do duque em que faz mençam que ha ymposisam E atribuyda pera as obras do concelho E nobreçimento da villa Emque manda yso mesmo q[eu] os ofiçiaaes da camara tomê dello comta de como segagasta odito dinheyro*. AHM, 1973, vol. XVI, pp. 281-282, 13 de janeiro de 1493, *Reposta do Duque a os apôtamemtos que leuou aluaro Dornellas*.

Com as receitas do mesmo foi possível levantar os Paços do Concelho, a Sé, a Alfândega e arranjar o largo do Pelourinho. Deste modo, a casa da câmara foi rebocada e o paço dos tabeliães ficou concluído em 1492, o convento de Santa Clara em 1496, o hospital em 1508 e a Sé e a alfândega no final da década seguinte⁴⁵, sendo estas as principais edificações a pedra e cal que subsistiram até aos nossos dias⁴⁶ [Imagem n.º 2].

Imagem n.º 2 – Alfândega do Funchal, Sé, Funchal



Fonte: foto do autor (2021).

⁴⁵ PEREIRA, 1990, *Documentos sobre a Madeira* [...], p. 27, 7 de setembro de 1517: alvará régio autorizando João Saraiva a dar a Estêvão Fernandes, tesoureiro das obras da Sé e da Alfândega, respetivamente 600 000 réis e 200 000 réis para aquelas obras. COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. X: prefácio do autor. SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo* [...], vol. I, pp. 566-567.

⁴⁶ FRUTUOSO, 1998, *Saudades da Terra – Livro II*, p. 46. ARAGÃO, 1987, *Para a História do Funchal*, pp. 55-56, 126, 175, 220-221 e 284: considerou as capelas de S. Paulo e Encarnação, o torreão leste da Fortaleza de S. Lourenço, a Torre do Capitão, o solar de D. Mécia e alguns portais e janelas como obras de alvenaria daquela época. COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. IX: afirmou no prefácio que apenas a Sé e a Alfândega escaparam à destruição. SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo* [...], vol. I, pp. 160-161. CARITA, 2015, *História da Madeira*, pp. 235-240. CARITA, 2017, *História do Funchal*, pp. 43-44 e 48-49. GASPAR, 2021, *A Arquitectura no Arquipélago da Madeira*, pp. 16-21 e 28.

No caso da Sé, o mesmo governante isentou a cal fabricada na Madeira do pagamento de dízima «atee sobre ello nam verdes outro noso mandado em conmtroyro»⁴⁷ e autorizou igualmente a extração de pedra, barro e a construção dos caminhos imprescindíveis ao exercício dessas indústrias, salvaguardando a devida indemnização aos respetivos senhorios⁴⁸ [Imagem n.º 3]. Esporadicamente, o monarca permitiu aplicar a renda da imposição à realização de obras de proteção do Funchal devido ao «gramde dapno que has Ribeyras nesa çidade fazem E por terdes praticado poder se dar ayso algum Remedio afortalezamdo se os lugares E partes Das Ditas Ribeyras»⁴⁹. Aliás, os proprietários de imóveis confinantes com as linhas de água tinham de consertar os muros de forma a permitirem o livre curso das mesmas⁵⁰. Em Santa Cruz também erigiram em 1525 uma parede a pedra e cal ao longo da ribeira para proteção das casas da Alfândega⁵¹. De igual modo, a salvaguarda da igreja de S. Bento e do lugar da Ribeira Brava implicaram algumas intervenções no leito da ribeira⁵².

⁴⁷ AHM, 1973, vol. XVII, pp. 400-401, 1 de junho de 1500, *Carta dell Rey noso señor em q[ue] manda da call que se faz na ylha pera aygreJa que se nam pague dizima*. SARMENTO, 1933, *Notícia Histórico-Militar sobre a Ilha do Porto Santo*, p. 95: emprego de calcário «vindo do Continente» na Sé do Funchal. RODRIGUES, 2013, *A pintura Proto-Barroca e Barroca no arquipélago da Madeira [...]*, Anexo E, p. 8: aquisição em julho de 1586 de 30 moios de cal para consertos da Sé ao mareante Domingos Marques, por 21 600 réis.

⁴⁸ ABM, CMFUN, Lv.º 1397, fls. 147 e 150v.º-151: esta isenção não contemplou as madeiras de cedro e teixo ou em tabuado.

⁴⁹ AHM, 1974, vol. XVIII, p. 538, 10 de agosto de 1511, *carta del Rey noso Snñor em que atribue ho dinheyro da emposisam pera corregimento das Ribeyras por este anno soomemte*. ABM, CMFUN, Lv.º 1213, fls. 69-69v.º, 9 de março de 1563: 400 000 réis para conserto e limpeza das ribeiras do Funchal. COSTA, 1958, «A Ilha do Porto Santo em 1770», pp. 28-29: as fortificações também podiam ser edificadas com pedra e barro ou pedra e cal.

⁵⁰ SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo [...]*, vol. I, p. 96.

⁵¹ PEREIRA, 1990, *Documentos sobre a Madeira [...]*, p. 203, [?] 1525: mandado de João de Ornelas de Vasconcelos para Leonel Pontes pagar 12 600 réis a Pedro Rodrigues, pedreiro, morador em Santa Cruz, cujo documento de quitação data de 4 de setembro de 1525.

⁵² ABM, CMFUN, Lv.º 1213, fls. 81-81v.º, 28 de maio de 1565: 500 cruzados para conserto e fortificação da ribeira do lugar da Ribeira Brava. COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal [...]*, p. 136, 30 de agosto de 1597: atribuição de 20 000 réis para as obras na ribeira e ordem para cada vizinho da Ribeira Brava contribuir com um dia de trabalho. SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo [...]*, vol. I, p. 99.

Imagem n.º 3 – Capela de São Paulo, São Pedro, Funchal



Fonte: foto do autor (2021).

Além de utilizado pelos oleiros, o barro destinava-se a assentar paredes de alvenaria ou a misturar com a cal utilizada para preencher os espaços no interior das paredes de pedra aparelhada, mas também era imprescindível ao purgar dos açúcares e à cobertura dos fornos de cal durante a cozedura⁵³. Assim, em resposta aos capítulos apresentados pelos procuradores da ilha da Madeira, o duque D. Manuel autorizou que «obarro Se possa tirar De quall queer terra que seJa Saluo Se for canaueall ou vinha ou orta ou trra de pam quoamdo for comtinuada memte Semeada»⁵⁴. Não obstante, a olaria viria a ser condicionada em meados do século XVI devido ao «dano que se segue dos oleiros que nesta cidade fazem louça [...] que ate fim deste mes de outubro se despejem do barro que tem e dahy em diante nom façam mais

⁵³ ABM, CMFUN, Lv.º 1397, fl. 28: *Capitollo para que de qualquer terra se possa tirar barro para purgar os assucares exseto dos canaviais, vinho, orta ou terra que sempre se semeia anno de 1483*. FRUTUOSO, 1998, *Saudades da Terra – Livro II*, p. 26. CARITA, 2014, *História da Madeira*, p. 138. RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (séculos XV-XX) [...]*, pp. 50-51. Cf. COELHO et al., 2009, *A Cal na Construção*, p. 26. ALVES, 2016, *Argamassas no Arquipélago da Madeira*, pp. 15-16.

⁵⁴ AHM, 1972, vol. XV, p. 133, 12 de novembro de 1483, *Reposta Do Duque a alguís apomtamentos Sobre hos Dereytos*. ALMEIDA, 1907, *Archivo de Marinha e Ultramar [...]*, p. 45: provisão de D. Manuel I, de 9 de fevereiro de 1502.

louça algũa»⁵⁵. Esta postura foi reforçada com a proibição da importação de barro alegando «o grande prejuizo (sic) que era pera este pouo laurase baro do Porto Samto»⁵⁶.

Na última década de Quatrocentos, o duque D. Manuel comunicou por carta a determinação de D. João II em construir uma «çerca E muros nesta villa do fûchall», cujo «caderno da maneyra que se ha de fazer açerqua no fûchall E Da despessa» prevista com a mesma ascendia a 10 158 000 réis, sem contabilizar a indemnização das propriedades afetadas e o pagamento aos cabouqueiros. A cerca e muralha de proteção projetadas para o Funchal espraiavam-se por uma área de aproximadamente 20 hectares e previam a utilização de quatro moios de cal por «cada braça Dalto e de larguo»⁵⁷. Assim, os cálculos apontavam para a necessidade de 16 600 moios de cal, orçados em 4 680 000 réis, o que representava cerca de 46% do montante orçamentado. Esta obra, com aproximadamente 1600 metros de extensão e nove metros de altura, a erigir entre as ribeiras de S. Francisco – atualmente ribeira de S. João – e de Santa Luzia, correspondia à área de expansão urbana que se desenvolveu em torno do Campo do Duque, o «lugar mays conujnjemte E no meyo da pouooaçam omde todos podees yr mays Sem trabalho»⁵⁸. Determinou ainda as formas de financiamento e o auxílio mútuo entre os habitantes das duas capitánias da ilha da Madeira nas obras de fortificação das respetivas vilas, nos termos seguintes

⁵⁵ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], pp. 367-368, 16 de outubro de 1546: o incumprimento da postura era punido com pena de prisão. COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], pp. 47-48, 8 de fevereiro de 1589: os oleiros foram intimados a não venderem nem cozerem loiça sem o prévio conhecimento da Câmara e do juiz do ofício, sob pena de 50 cruzados.

⁵⁶ COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 53, 15 de abril de 1589: os infratores sujeitam-se a «des cruzados paguos da cadea e ho barqueiro que ho troxer paguara a mesma pena e perderar (sic) ho barquo».

⁵⁷ AHM, 1973, vol. XVI, pp. 285-288, 21 de junho de 1493, *caderno da maneyra que se ha de fazer açerqua no fûchall E Da despessa*: um moio de cal custava 300 réis. PEREIRA, 1991, *Estudos sobre História da Madeira*, pp. 50-51. ARAGÃO, 1987, *Para a História do Funchal*, pp. 76-77. GONÇALVES, 1993, «Um projecto adiado a muralha Quatrocentista do Funchal», pp. 254-260: as contas apresentadas não estão corretas, mas cerca de quatro quintos dos mais de dez milhões de réis diziam respeito a materiais de construção – pedra, areia e cal. SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo* [...], vol. I, pp. 596-597; e vol. II, pp. 832-833.

⁵⁸ AHM, 1973, vol. XVI, p. 202, 20 de novembro de 1486, *Carta do duque em que manda que se faça apraçã em hum seu chãoo*. AHM, vol. XVI, p. 212, 17 de julho de 1488, *carta do duque Sobre Se fazer ho moesteyro E ygreJa*.

«vos outros Da Jurdiçam De machiquo aquj aJaees De ajudar E trabalhar nam o deuees Dau eer por agrauo por que depois que esta çerqua acabada Se parecer neseçario façerse la outra os Da Jurdiçam do fumchall aJudarom a yso. Asy como vos outros Aguora auees DaJudar»⁵⁹.

Contudo, este projeto grandioso não se materializou por reclamação dos residentes, os quais relevaram os pesados encargos a que se encontravam sujeitos com as várias obras em curso e demonstraram a «grande oprissam a terra E que fazemdo se rreçeberiees todos muytas perdas E assaz danos», levando ao cancelamento da obra de defesa da vila do Funchal por carta régia de 9 de janeiro de 1494⁶⁰. Acresceu ainda o desinteresse dos proprietários em desviarem a mão de obra das lucrativas plantações de cana sacarina e dos engenhos que fabricavam o açúcar e outros derivados⁶¹.

Assim, a opção tomada foi no sentido de se construírem algumas fortificações «sobre a emposysam do vinho que el Rey nosso senhor tomava pera os baluartes»⁶² [Imagem n.º 4]. Além desta fonte de financiamento, «sua allteza mandava que çertos [beens] a que se ora nam sabya herdeiros se ouuesem de dar pera os baluartes que sua allteza mandava fazer nesta cidade»⁶³, isto é, por intermédio do donatário, D. João III ordenou que o juiz dos órfãos entregasse o dinheiro à sua responsabilidade ao recebedor do baluarte, com a garantia de que seria ressarcido desse montante pelas rendas da imposição ou pelas receitas da câmara ou mediante o lançamento de um finto.

⁵⁹ AHM, 1973, vol. XVI, p. 285, 21 de junho de 1493, *Carta do duque Em que mamda que se faca çerca E muros nesta villa dofūchall*.

⁶⁰ AHM, 1973, vol. XVI, pp. 292-293, 9 de janeiro de 1494, *carta del Rey em que manda nom se façam açerqua E muros que mandou fazer*. PEREIRA, 1991, *Estudos sobre História da Madeira*, p. 129: 80 000 000 réis aprovados em Cortes para fazer face às despesas de «guerra em que sam com el Rey de Çezillia e com hos meus Reygnos de castella». AHM, 1958, vol. X, pp. 65-69, 17 de agosto de 1478: competia à Madeira pagar 1 200 000 réis, o equivalente a 1,5% da verba aprovada em Cortes para as despesas de guerra com Castela. AHM, 1972, vol. XV, pp. 95-96, 18 de junho de 1479, *Carta del Rey dom Joham em que manda pagar hum mjllhom aesta ylha*: o rei teve em consideração «hos grandes trabalhos E neçesidades que passaram os primeyros povoadores dessa ylha». AHM, 1972, vol. XV, pp. 109-111, 12 de junho de 1481, *carta del Rey Em que faz qujta aesta ylha Dos mjllhom E Duçêtos mjll rrs quatroçemtos mjll*: cobrança imediata de 600 000 réis «E quoamto aos Duçemtos mjll rrs aveemos por beem que os nom paguees por aguora».

⁶¹ AHM, 1973, vol. XVI, p. 288, 21 de junho de 1493: o duque D. Manuel impôs um dia de trabalho por ano a todos os homens «E escrauos pera Serujrem na Dita obra», à exceção de «fidalgos Caualleyros E escudeyros». CARITA, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira [...]*, vol. I, pp. 64 e 274. Aragão, 1987, *Para a História do Funchal*, pp. 73-76 e 231-232. VIEIRA, 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira [...]*, p. 91: em 1506 atingiu-se o auge no fabrico de açúcar, com cerca de 3385 toneladas.

⁶² AHM, 1973, vol. XVI, pp. 299-300, 8 de julho de 1494, *carta do duque Em que mãda que pratiquem com vicemte sodre sobre açerca E baluartes*: fica determinado construir «alguûs baluartes E Defemsõe es asy nella como nas outras partes Desa ylha». COSTA, 1998, *Vereações da Câmara do Funchal*, p. 245, 31 de dezembro de 1531.

⁶³ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal [...]*, p. 266, 13 de março de 1532.

Imagem n.º 4 – Forte de São Lourenço, Sé, Funchal



Fonte: foto do autor (2021).

As referências esparsas à construção ou reconstrução de edifícios a pedra e cal persistiram ao longo do século XVI, sendo por vezes associadas a disposições testamentárias. A título de exemplo, no testamento de João Esmeraldo, lavrado a 30 de outubro de 1533, constavam várias referências a casas aforadas em frente à sua residência, nomeadamente ao galego que teve Álvaro Fernandes e ao castelhano João Rodrigues, «as quais casinhas e os tresentos reis tenho apropriados para a capella de santa anna e mando que sejam coregidas e feitas de novo pedra e quall»⁶⁴.

1.1 Um Diferendo Fiscal sobre o Fabrico de Cal

O fabrico de cal na ilha da Madeira deu azo a alguns conflitos relacionados com a cobrança de impostos, tal como sucedeu com o escudeiro Vasco Fernandes quando procedeu a uma cozedura de 120 moios de cal no Funchal, em março de 1500. João Gonçalves e Antão Fernandes, à época «Remdeyros Das meuças», ou seja, «a elles pertemçia aRecadarem E Reçeberem todos hos direyτος E cousas que anos pertemçiam comteudas em ho noso foral», exigiram-lhe o pagamento da dízima. Para o efeito, recorreram a Fernão Coelho, almoxarife do concelho, para arrecadarem os seus direitos, mais precisamente 12 moios de cal ou um cruzado por moio, acrescido de custas judiciais. Nesse sentido, apresentaram uma carta régia que atestava a incidência de dízima sobre a «adita pedra E noso Snñor deos por sua virtude de pedra fez call». Em sua defesa, o dito escudeiro alegou que a pedra de cal de Portugal, transportada em navio português, estava isenta do pagamento de dízima e que o havia pago sobre «aalenha com que se adita call cozera», invocando ainda a isenção de dízima sobre a cal fabricada para as obras da igreja nova do Funchal. Não obstante, aquele magistrado deliberou «que ho dito Reo dizime verdadeyra memte a dita call E seja Sem custas»⁶⁵.

Não conformado com a sentença do almoxarife, o procurador do réu recorreu para o contador da Alfândega do Funchal, o qual solicitou aos demandantes que juntassem aos autos a transcrição dos capítulos do foral. Assim, os demandantes instruíram que

⁶⁴ AHM, 1934-35, vol. IV, pp. 159-161, testamentos, João Esmeraldo, o *Velho* (1533).

⁶⁵ AHM, 1973, vol. XVII, pp. 405-407, 15 de março de 1501, *Semtemça da call que se faz em esta ylha*.

«Toda pedra E tiJollo que se hy faça E apanhe ham de pagar ho dizimo nesto se tera esta maneyra domde quer que se vemdeer cada hua desta cousas ou as trouxerem pera fazer seus proueytos allj me paguem o dizimo asy he ho vemder no forno ou na pedreya»⁶⁶.

Por seu turno, o réu apresentou outro capítulo do mesmo foral onde constava que «Todalas outras mercadarias que forem de nosos naturaees asy destes Reygnos como de nosas ylhas forem naujos do Reyno nom pagaram dizima». Tendo em conta os documentos apresentados, o contador sentenciou que «nom he bem Julgado pllo almoxarife Em comdenar ho Reo E coRegemdo sua Semtemça o absoluo E seJa sem Custas»⁶⁷.

Insatisfeitos com a arbitragem de Francisco Álvares, contador e juiz da Alfândega do Funchal, os demandantes recorreram deste juízo para a Chancelaria Régia, mas o prazo que «ouueram dapareceer nesta fazemda com sua apellaçam he passado E muyto mays E como foram apregoados E esperados E nam parecerom per sy nem per outrem avemos adita apellaçam per deserta». Assim, os vedores da Fazenda consideraram o recurso improcedente, determinaram a aplicação da sentença anterior e condenaram os demandantes a indemnizarem o réu «por hos beës dos apelantes» em 413 réis relativos às custas judiciais e ao pagamento de 41 réis de dízima da sentença⁶⁸.

2. A Proibição da Laboração de Fornos de Cal na Madeira

A indústria da cal no arquipélago ficou condicionada com a intervenção régia no início do século XVI, em consonância com uma deliberação aprovada em vereação da Câmara Municipal do Funchal, a 7 de agosto de 1518. Assim, nessa data ficou exarado em ata que «se lamce pregam em esta çidade que nenhũ mestre de nenhũ navio nom seja ousado que traga pedra pera fazer call em esta cjdade so pena de pagar vimte cruzados»⁶⁹. No ano imediato, D. Manuel I proibiu a importação de pedra de cal e os fornos para a cozer em «toda a dita jlha so pena de quallquer pessoa que ha ffezer a perder a metade pera quẽ ho acusar e a outra / pera os cativos»,

⁶⁶ AHM, 1973, vol. XVII, p. 407, 15 de março de 1501, *Semtemça da call que se faz em esta ylha*.

⁶⁷ AHM, 1973, vol. XVII, p. 407, 15 de março de 1501, *Semtemça da call que se faz em esta ylha*. AHM, 1973, vol. XVI, pp. 266-269, 8 de fevereiro de 1492, *Semtemça del Rey Em que mamda que hos moradores desta ylha nam paguem Dizima nem portagem nos Reygnos de portugall*: evidenciaram que aquela isenção foi concedida há 41 anos pelo rei D. Afonso V. SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo [...]*, vol. I, p. 143.

⁶⁸ AHM, 1973, vol. XVII, pp. 407-408, 15 de março de 1501, *Semtemça da call que se faz em esta ylha*.

⁶⁹ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal [...]*, p. 57, 7 de agosto de 1518.

a que acresciam dois anos de degredo «pera as partes dallem». O monarca considerou que «sse gasta muita cãtidade de llenha a qual vaaj desfallecêdo», o que certamente prejudicaria «o fazer de seus açuquares»⁷⁰.

Todavia, a preocupação com as fontes de combustível já lhe tinha sido manifestada em 1483 pelos procuradores do concelho do Funchal relativamente à concessão de terras em regime de sesmaria pelo capitão do donatário de Machico, tendo o duque-donatário respondido favoravelmente ao pedido apresentado para que

«hũa legoa aa Reedor Do fumchall que nam tem Ja outro furnjmento pera lenha pera Seus açuquares as quaaes ho Dito capitam Da ahomês simplizes E de tam bayxa comdiçam que nam fazem all Se nam pooer fogo aas Ditas terras E queymar alenha Dellas sem fazerem proueyto o que aos moradores Do Dito fumchall he grande perda»⁷¹.

Esta prerrogativa régia pretendia reservar o coberto lenhoso da ilha para o fabrico e acondicionamento do denominado “ouro branco”, cuja produção atingiu o auge nas primeiras décadas dessa centúria, sem descurar a preocupação com a preservação do arvoredado e as disponibilidades hídricas⁷². Esta questão voltou a ser abordada designadamente em 1520 e 1532, no primeiro caso com intervenção régia para dirimir o diferendo que opunha as câmaras do Funchal, Ponta do Sol e Calheta à de Machico no que respeitava à concessão de licenças para o corte de lenha⁷³ e, no segundo, a vereação do Funchal aprovou uma postura para «que todos os

⁷⁰ ABM, CMFUN, Lv.º 1397, fl. 151. ABM, CMFUN, Lv.º 1398, fl. 70v.º. AHM, 1974, vol. XVIII, p. 497, 18 de novembro de 1507, *Carta del Rey noso Snñor Em que manda se nam façam navios nesta ylha: não se construa «naos nem navios» na ilha da Madeira «A bem Do fazimemto Dos açuquares»*. AHM, 1974, vol. XVIII, pp. 508-509, 18 de agosto de 1508, *Regimemto del Rey noso Snñor Sobre alenha q[ue] se nam queyme mays q[ue] se guarde*. AHM, 1974, vol. XVIII, pp. 563-564, 5 de março de 1515, *Regimemto del Rey noso Snñor A çerqua Do cortar Da madeyra E lenha E outras cousas: apenas podiam construir «batees De pescar E De carroto pera Serujmtia DaDita ylha»*. AHM, 1990, vol. XIX, p. 25, 30 de julho de 1519, *Carta del Rej que nõ cozã na jlha call so pena de ha perderẽ a metade pera quẽ os acusar e a outra metade pera os cativos e dous anos de degredo pera allem*. SARMENTO, 1933, *Notícia Histórico-Militar sobre a ilha do Porto Santo*, p. 95. AGOSTINHO, 2015, *Caracterização e modelação de um forno de produção de cal*, pp. 2 e 7: o fabrico de 1 quilo de cal absorvia cerca de 840 Kcal e 1 quilo de calcário dava origem a cerca de 560 grama de cal e 440 grama de dióxido de carbono. VIEIRA, 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira [...]*, p. 91: em 1506 abateram-se mais de 50 000 toneladas de lenha para o processamento da cana sacarina.

⁷¹ AHM, 1972, vol. XV, pp. 133-134, 13 de novembro de 1483, *Reposta Do Duque a alguũs apomtamentos Sobre hos Dereytos*. VIEIRA, 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira [...]*, pp. 89-95: para fabricar 1 quilo de açúcar gastavam 15 quilogramas de lenha.

⁷² AHM, 1932, vol. II, p. 114, 27 de fevereiro de 1542: Francisco Salvaterra escreveu ao rei que as fontes que regavam os canaviais secaram devido ao corte das madeiras.

⁷³ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal [...]*, pp. 100-101, 3 de novembro de 1520: «elles eram muito agravados pelos hofficiaes da camara de Machiquo os quererem obrigar a lhe jrem pedir licença pera as lenhas e madeiras que na serra da jurdiçam de Machiquo mandavam fazer e tiravam com seus bois e bestas pera provimento dos engenhos e por que na jurdiçam do Fumchall nam avia nenhũa».

moradores da serra sejam quadrilheiros e asy os pastores todos e que todos acudam com mujta delygencia aos fogos e arroydos e a premder os mallfeitores quando lhe for requerjdo»⁷⁴. Esta deliberação camarária foi apregoadada nas praças da cidade, em Câmara de Lobos e na Ribeira Brava. Com o mesmo intuito, o monarca permitiu o embarque na capitania de Machico «pera o fumchall da dita ylha taboado E madeyra pera se fazer cayxas E emgenhos asy como se sempre fez sem njso poerdes duuida algũa por quamto por ser asy bem E em proueyto de nosas Remdas»⁷⁵. A mesma argumentação foi utilizada para proibir o fabrico de sabão na capitania do Funchal devido «a mujta necesydade que na dita jlha ha de madeira e llenha pera os emgenhos daçuquer e a mujta camtydade della que se nelles guasta»⁷⁶. Concomitantemente, por essa altura já estariam concluídas as principais obras régias no Funchal, como seja a Alfândega Nova cujas paredes foram rebocadas com cal adquirida em 1517⁷⁷, dispensando portanto a laboração de fornos de cal na Madeira.

A necessidade de materiais de construção mais acessíveis esteve na origem de uma intervenção do procurador do concelho na vereação de 28 de junho de 1532. Nesse sentido, Rodrigo Anes solicitou a intervenção dos oficiais camarários para

«ver hos camjnhos pera os mandarem prover do que nesario lhes fose e asy costrangerem a Yoam de Pores que hora tem a fazenda de Joam de Canha que hesta detras de Santa Catarina que abra se camjnho per omde sempre foy pera seruentya desta cydade pera tyrar barro e area como sempre por elle tyraram e por ora o camjnho estar demarcado de maneira que njnguem se pode serujr»⁷⁸.

Alegou que a interrupção da circulação naquele percurso de usufruto comum elevou o custo de cada carga de areia de dois vinténs para um tostão, prejudicando toda a população. Aqueles materiais seriam provavelmente extraídos de uma área localizada a oeste do Funchal, apropriadamente denominada Areeiro.

As posturas de 1587 determinaram que «todo o almocreve q[ue] vier com lenha ou da serra ou de mar a levará diretamente ao engenho», fazendo uma clara alusão

⁷⁴ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 269, 23 de março de 1532: determinaram multa de 500 réis a quem não cumpria a postura, a dividir em partes iguais entre a câmara e o denunciante.

⁷⁵ AHM, 1974, vol. XVIII, p. 558, 17 de maio de 1514, *aluará del Rey noso Snñor Em que mamda que hos do fũchall tirem madeyra E taboado da Jurdiçam de machico*. AHM, 1974, vol. XVIII, pp. 574-575, 6 de agosto de 1515, *Carta del Rey noso Snñor De merçees que fez aesta çidade*: D. Manuel I procurou assegurar lenha e tabuado «pera fazimemto E Emcayxamemto Dos Ditos Açuquares E Asy pera proujsam Das casas».

⁷⁶ AHM, 1990, vol. XIX, pp. 45-46, 14 de julho de 1529, *Trelado do aluará del Rey per que deffêde que se nõ ffaça nehũ sabã aqui na ylha*: o incumprimento era punido com a perda do produto e multa de dez cruzados, sendo metade para o denunciante e o restante para os cativos.

⁷⁷ ARAGÃO, 1987, *Para a História do Funchal*, p. 157.

⁷⁸ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 294, 28 de junho de 1532.

ao abastecimento do Funchal com madeira transportada de outras partes da ilha, especialmente por barco⁷⁹. Porém, mesmo atendendo à consideração de D. Filipe II sobre os «Reis meus predecessores proibiram com graves penas que ninguém cortasse arvores na Ilha da Madeira, nem fizesse esmoutadas», a indústria sacarina entrou em declínio na segunda metade do século XVI, pois «cincoenta e tantos engenhos, se extinguíram, e não ha hoje mais que cinco»⁸⁰.

3. O Estanco da Cal e as Obras Municipais no Século XVI

Apesar dos condicionamentos ao funcionamento dos fornos de cal na ilha da Madeira, as principais obras civis e religiosas careciam de cal para as argamassas de assentamento, enchimento, reboco e caiação do edificado⁸¹. O controlo municipal sobre o abastecimento de cal interferiu inclusivamente com o normal funcionamento das vereações, ao ponto de «Em quarta fejr xxix djas do mes de janeiro mjll b^cxxii [1522] nom se fez vereaçam per por amdarem os hofficiaes sobre a descarregua da call do senhor Santiago»⁸². Como facilmente se constata, tratava-se de cal importada destinada a edificar um templo com a invocação de São Tiago Menor, recém designado protetor da cidade do Funchal por ocasião da peste que assolava a Madeira desde o ano anterior⁸³. Em vereação,

«fezeram xb [15] espiritos –a saber– ho nome de Jhesu e ho nome de Nosa Senhora Virgem Marya e Sam Joham Bautysta e hos doze apostollos e mandaram vjr em a mesa hũ menyno de seys ou sete anos por nome Joham pera tyrar hũ dos ditos espiritos pera daquelle santo que sayse se fazer hũa igreja e envocaçam do dito santo que asy per sorte sayse e prouve ao senhor Deus sayr ho nome do Santyago Menor»⁸⁴.

⁷⁹ AHM, 1931, vol. I, p. 74, *Posturas q[ue] fizerão os Offiçiaes do anno de oiteta & sete*.

⁸⁰ SILVA, 1855, *Collecção Chronologica* [...], p. 81: Carta Régia de D. Filipe II, de 24 de maio de 1636.

⁸¹ SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo* [...], vol. I, p. 343. PACHECO, 2020, «A Indústria de Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», p. 497.

⁸² AHM, 1932, vol. II, p. 115, 5 de novembro de 1521: o vereador João Correia endereçou uma carta ao rei sobre o início de uma igreja em honra de S. Tiago Menor. COSTA, 1998, «O municipalismo no arquipélago da Madeira 1470-1550», p. 201: a capela tinha 12 côvados de vão e 10 de largo, o corpo da igreja 24 côvados de vão e 14 de largo, mas a obra, iniciada a 21 de julho de 1521, em terra doada por António de Espínola, ainda só tinha a altura de um homem. COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 137, 29 de janeiro de 1522.

⁸³ AHM, 1990, vol. XIX, pp. 81-84, 17 de março de 1521, *Auto que se fez do milagre do bem avemturado Samtiago padroejro desta cidade e da obrigaçã que tem os vereadores da cidade serem mordomos da sua casa [e como toda cidade e Cabido fez voto solene para se lhe fazer prossição e dizer misa cantada cõ a solenidade cõ que se faz e dia de Corpus Cristo per cuja vertude se obrou o mjlagre]*: referência à «ygreja do dito apostolo que lhe logo foy edyficada novamente».

⁸⁴ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 118, 8 de junho de 1521.

Anos mais tarde, os vereadores do Funchal determinaram arranjar o caminho que dava acesso ao templo do protetor da cidade. Para o efeito, contrataram a obra ao pedreiro Mateus Rodriguez, para que

«faça hũa calçada no camjnho de Santyago –a saber– des das casas da cidade junto do Corpo Samto ate a entrada do terejro de Santyago por ser o camjnho mujto roim e a dita casa ser do bem aventurado apostollo padroeiro desta cidade e casa de mujta devaçam a quall sera da largura de vimte cymquo pallmos»⁸⁵.

A obra foi ajustada a 130 réis por cada braça «e omde quer que ouer rocha a cortara e lhe sera comtado e medido como callçada a quall calçada sera com suas travesas bem obrada», ressaltando a condição do arrematante prestar a necessária fiança e «dejar hũ cruzado per esmolla»⁸⁶. Os trabalhos foram iniciados de imediato, uma vez que, decorrido um mês, a vereação aprovou o pagamento de 10 000 réis ao dito pedreiro e referiu outros 4000 réis que já lhe haviam saldado por conta das rendas da imposição⁸⁷. Todavia, o preço desta obra foi substancialmente superior ao acordado com «Francisco Perez mestre das calçadas que acabase de fazer a calçada que tem começado na Carreira que vai pera Sam Pedro que lha pagaram e faram pagar a rezão de setenta rs por braça»⁸⁸.

No final da mesma centúria, o acesso à igreja de S. Tiago foi novamente a hasta pública, acrescido «da bamda do mar junto com a calçada hũ muro de tres palmos em alto»⁸⁹ para salvaguarda desta via pública. A traça da muralha foi encomendada a Mateus Fernandes, mestre das obras reais, «ho qual deu loguo hũs apontamentos de como se auja de fazer»⁹⁰. Este plano foi utilizado pela câmara para adjudicar a obra ao pedreiro Manoel Rodriguez pelo montante de 60 000 réis, comprometendo-se este «segunda feira que uem noue deste mes comesar a dita hobra com hoficiaes que pera isso tomarara e se hobrjguou não tirar mão da dita hobra ate a não acabar conforme a dita trasa.»⁹¹ Concluída a empreitada, seria o próprio mestre das obras reais a certificar-se que a mesma cumpria o estipulado.

⁸⁵ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 270, 6 de abril de 1532.

⁸⁶ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], pp. 270-271, 6 de abril de 1532: o vereador Aires de Ornelas responsabilizou-se pelo pagamento da obra e a vereação obrigou-se a ressarcir-lo pelos bens e rendas do concelho.

⁸⁷ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 276, 4 de maio de 1532.

⁸⁸ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 370, 23 de outubro de 1546.

⁸⁹ COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 65, 9 de setembro de 1589, e p. 66, 7 de outubro de 1589.

⁹⁰ COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 66, 7 de outubro de 1589.

⁹¹ COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 66, 7 de outubro de 1589.

A existência de um poço de abastecimento público de água «que he da mor serujdam da çidade» nas imediações do edifício do Hospital da Santa Casa da Misericórdia levantou algumas questões de salubridade⁹². A vereação deliberou em 1547 mudar aquela localização, alegando que seria em «proll da cidade e saude como tambem por ficar major praça do espiritall e melhor serujço de que tem por ser mujto estreita a seruentia»⁹³. Assim, acordaram fazer o novo poço na entrada da rua Nova, no local onde existia uma casa pequena por cima da nascente de água que abastecia o poço anterior. Deste modo, para o executarem tiveram de entrar em acordo com os herdeiros a fim de expropriarem aquele imóvel por um valor justo, considerando que o mesmo tinha sido edificado sobre o “chão do concelho”. O proprietário daquelas casas, o sapateiro Pedro Alvarez, foi convocado para tomar conhecimento da deliberação camarária, tendo este respondido que «tinha as casas que estam hobrjgadas a limpar o dicto poço [...] que nom tynha nenhüs embargos a jso antes lhe parecyta muito bem e era contente ha hobrigaçam que tinha no lympar no outro que ora se fazia»⁹⁴. Em seguida colocaram a obra em pregão e adjudicaram-na pelo menor custo ao pedreiro Gonçalo Alvarez, tendo-lhe adiantado «dinheiro de contado e asy lhe daram call pera asentar a pedraria»⁹⁵.

O novo poço para abastecimento público na rua de Santa Maria ficou concluído em setembro de 1547. Todavia, alguns atos de vandalismo conspurcavam as águas, designadamente por parte de «moradores e espraos e outras pessoas que lhe deitam dentro sujidade e pedras e fazem outros semelhantes danos»⁹⁶. Para evitar estes inconvenientes, a vereação aprovou uma multa de 100 réis a quem praticasse aqueles atos, aplicando-se de forma preventiva a

«qualquer pessoa acostada ao poço que nom ouuer de tirar agoa delle e porque os que isto fazem são moços e espraos os pais e senhores e amos os terem avisados que o nom façam e fazendo elles pagaram a pena per seus familiares e nom a pagamdo os premderam ate pagar e a pena sera a metade pera o concelho e a outra pera quem acusar»⁹⁷.

O abastecimento de cal para a edificação do Colégio dos Jesuítas, em 1577, voltou a colocar em evidência a inexistência ou insuficiência desta matéria-prima no arquipélago, sendo necessário providenciar à sua importação da região do

⁹² FRUTUOSO, 1998, *Saudades da Terra – Livro II*, p. 47. COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 412, agosto de 1547: alegaram «que parece ser muito contagioso o lugar omde esta».

⁹³ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 412, agosto de 1547.

⁹⁴ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 413, agosto de 1547.

⁹⁵ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], pp. 413-414, setembro de 1547.

⁹⁶ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 416, 1 de outubro de 1547.

⁹⁷ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 416, 1 de outubro de 1547.

Mondego. Esta pretensão foi deferida pela autoridade régia, embora salvaguardando a prioridade no fornecimento de cal para a execução das obras reais⁹⁸. Todavia, alguns autores defendem que a exploração de pedra calcária no Porto Santo e nos ilhéus confinantes teve início em 1533, em resultado da revogação da referida proibição para acorrer às obras de fortificação do Funchal, particularmente após o saque corsário francês de 1566 que durou 15 dias, liderado por Pierre-Bertrand de Monluc⁹⁹. Não obstante, no que respeitou ao Regimento de fortificação de D. Sebastião, implementado até 1595 pelo mestre das obras reais Mateus Fernandes, «a única muralha verdadeiramente levantada e passada a pedra e cal na cidade, era a da Ribeira de João Gomes»¹⁰⁰. Contudo, decorridos dois anos o Governador-Geral da Madeira solicitou dinheiro à câmara municipal do Funchal para a conclusão da fortaleza «que estaua aberta»¹⁰¹.

Além da edificação das obras reais, a sua manutenção recorrente devido às inclemências climatéricas pressupunha a utilização de cal, cuja extração e fabrico desconhecemos. No caso da Sé do Funchal, os consertos efetuados nos telhados em 1578 implicaram a aquisição de alguma cal e outros materiais, orçados em 13 553 réis. As intervenções na cobertura e nas paredes desta igreja sucederam-se em 1582, 1585 e nos séculos seguintes, ficando as despesas registadas nos livros de Receita e Despesa da Fábrica¹⁰².

O fabrico e a comercialização da cal constituíam domínios sob a alçada municipal. A edilidade do Funchal publicou uma postura no decurso do século XV

⁹⁸ CARITA, 2013, *Colégio dos Jesuítas do Funchal* [...], p. 44: pedido formulado a 2 de abril e diferido a 15 de abril de 1577.

⁹⁹ AHM, 1932, vol. II, p. 115, 12 de março de 1528: solicitaram a construção de uma fortaleza. FRUTUOSO, 1998, *Saudades da Terra – Livro II*, pp. 136, 141 e 151. PEREIRA, 1990, *Documentos sobre a Madeira* [...], p. 34: a 12 de março de 1529, a câmara do Funchal enviou uma carta ao monarca requerendo a construção de uma fortaleza para defesa do porto [há uma discrepância no ano relativamente à referência anterior]. RIBEIRO, 1992, «A cal no Porto Santo [...]», p. 16. *Anais do Município do Porto Santo*, 1989, p. 22: em nota de pé de página. ARAGÃO, 1987, *Para a História do Funchal*, pp. 238-241: o capitão dos corsários morreu três dias depois de sofrer um ferimento no joelho e foi sepultado no convento de S. Francisco. CARITA, 2017, *História do Funchal*, pp. 66-74. BREHM e TRINDADE, «O saque ao Funchal em 1566 e as suas Repercussões no reinado de D. Sebastião», pp. 25 e 40-44.

¹⁰⁰ ABM, CMFUN, Lv.º 1213, fls. 139-143v.º, 14 de abril de 1572: Regimento das obras de fortificação; fls. 150v.º-151, 19 de janeiro de 1576: lançamento de 7000 cruzados para as obras de fortificação. Cf. CARITA, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira* [...], vol. I, p. 227.

¹⁰¹ COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 138, 26 de setembro de 1597: requereu 3000 cruzados para sustento dos soldados e dinheiro das rendas do concelho para conclusão da fortaleza.

¹⁰² CLARA e RODRIGUES, 2020, «Intervenções e limpezas documentadas no Retábulo e no Cadeiral...», pp. 177-180.

para punir, entre outras coisas, a venda de cal sem conhecimento do almotacé¹⁰³. A mesma câmara municipal emitiu um pregão em 1518 punindo a importação de pedra de cal¹⁰⁴, mas permitiu e fiscalizou a comercialização deste produto imprescindível às argamassas usadas em muitas edificações em alvenaria.

Por intermédio de um documento de 1531, constatamos a regulamentação do preço e o arrolamento dos rendimentos da cal em «hũ quaderno deste anno em que se fez o asento diso», sendo o moio comercializado a 600 réis, exceto um moio «pera coregimento da casa desta camara». Assim, Pero Allvarez, «cotyleiro tesoureiro da emposição dos vinhos», ficou encarregado de 25 moios de cal mas, segundo o próprio, «nom achou mais de dezanove mojos». Durante esse ano procedeu à comercialização de 18 moios daquela cal pelo montante de 10 600 réis (deveriam ser 10 800 réis), aos quais descontou 200 réis correspondentes à sua gratificação, 610 réis de aluguer do armazém e outras despesas e 1500 réis do pagamento de touros «pera a festa do primcipe»¹⁰⁵. O valor remanescente, mais precisamente 8310 réis (deveriam ser 8290 réis), «ouuerom por deposytados em mão do dito Pero Aluarez pera se comprar outra cal pera as necessarias»¹⁰⁶. Todavia, no ano seguinte os oficiais da câmara determinaram que entregasse «por tantos tostões e vintens e mejos que fez a dita soma de oyto mill trezentos e dez rs» ao pedreiro Mateus Rodriguez, o qual ficou como depositário daquele valor¹⁰⁷.

A respeito da celebração do nascimento do príncipe herdeiro, os oficiais da câmara decidiram «corerem touros e fazerem folias e danças e hũa procysam solene [...] e ordenarom que pera allgũs jntermeses e damças e pelas se dese dos dinheiros da camara e comcelho», a qual despesa seria inicialmente lançada no livro de receitas e despesas do tesoureiro municipal, mas depois transportada para as contas do tesoureiro da imposição dos vinhos¹⁰⁸. A celebração do padroeiro da cidade também se assinalava com «touros pera dja do bem aventurado apostollo Samtyago» e arranjos nas pontes da cidade por conta das receitas da imposição dos vinhos, «por ora nom

¹⁰³ AHM, 1990, vol. XIX, p. 12, s.d. [século XV], *Postura da Camara que n[en]hum rregatam possa vemder a mercadoria que comprar na terra sem liçemça da Camara*: elencaram os panos de linho ou burel, cal, telha, tijolo e mantimentos, sobre os quais devia «sser posta almotaçaria onesta».

¹⁰⁴ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 57, 7 de agosto de 1518.

¹⁰⁵ Tratou-se do nascimento do príncipe D. Manuel (1 de novembro de 1531 – 14 de abril de 1537), filho de D. João III e de D. Catarina de Áustria.

¹⁰⁶ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 245, 31 de dezembro de 1531; p. 279, 15 de maio de 1532.

¹⁰⁷ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 279, 15 de maio de 1532.

¹⁰⁸ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 244, 21 de dezembro de 1531; p. 245, 31 de dezembro de 1531.

aver outro dinheiro domde se posam fazer as ditas despesas»¹⁰⁹. Contudo, aquelas alimárias tinham de cumprir determinados requisitos, especialmente «çimquo touros pera a festa do bem aventurado Santiago os quaes seram de tres anos pera cima e precurar de os dar os melhores que elle puder»¹¹⁰.

O custo do moio de cal era mais elevado em localidades mais afastadas do Funchal, provavelmente em resultado dos custos com a navegação de cabotagem. A Misericórdia de Machico registou alguns movimentos relacionados com a aquisição de cal, designadamente 6 moios em 1546 pelo montante de 2730 réis (cada moio a 455 réis) ou a venda de três ou quatro moios de cal em 1557 para a edificação da igreja de S. Sebastião, no Caniçal, neste caso a 1000 réis cada moio¹¹¹. Na Misericórdia da Calheta, o provedor António Rodrigues de Mondragão procedeu a uma esmola de 2 moios de cal em 1574, avaliados em 1800 réis, para concertos no edifício¹¹².

A autoridade dos vereadores estava simbolizada nas varas que ostentavam em cerimoniais e no exercício das suas funções. Estas eram pintadas em vermelho, apesar de não termos informação sobre a forma como essa tinta era produzida e aplicada¹¹³. Estas ilações decorreram da convocação para a vereação de 30 de outubro de 1546 de «Pero Delgado correeiro e lhe foy encomendado que quisesse pimtar as varas pera a camara e niso nom acrecentase o preço daquelo a que ate ora custaram». Este respondeu que «as pimtaria porem que lhe era necessarjo fazer asy outras pinturas que hũus lhe pediam como rodela e cousas de pouca sustancia», mas «temia levarem lhe a praça por nom ter carta de examinação». Atendendo à necessidade de prover aqueles trabalhos e à inexistência de oficiais habilitados, a vereação deliberou que «nom ha obras forçadas senam que os homens faziam de sua vontade e que por jso lhe dauam licença e podia usar sem examinação visto como nom avia quem o examinase»¹¹⁴.

A execução das varas voltou a ser referida na vereação de 8 de março de 1550. A câmara do Funchal pagou a «Joam de Covilhã dez varas que tem dado que valem a rezão de Lta [50] rs» e outros 184 réis de diversas despesas relacionadas com «tinta penas e caretos de banco e pulpeto as jgrejas omde vaj a prosyção em a cidade».

¹⁰⁹ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 274, 17 de abril de 1532: contrataram os touros a Joana Falcoa; p. 274, 27 de abril de 1532.

¹¹⁰ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], pp. 396-397, abril de 1547: em dia ilegível.

¹¹¹ AHM, 1990, vol. XIV, pp. 88-89.

¹¹² AHM, 1962-63, vol. XIII, p. 242.

¹¹³ FRUTUOSO, 1998, *Saudades da Terra – Livro II*, p. 130: os vereadores «levaram varas vermelhas da governança».

¹¹⁴ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], pp. 370-371, 30 de outubro de 1546.

Assim, a despesa total com aquela festividade religiosa ascendeu a 684 réis, dos quais 73% destinavam-se exclusivamente às aludidas varas¹¹⁵.

O estanco da cal vigorou durante todo o século XVI, pois, num documento de 31 de dezembro de 1598, «Gonsalo Annes», porteiro da câmara do Funchal, prestou contas de 30 moios e cinco alqueires de cal destinados às obras municipais, mas acrescentou que estas não se materializaram por falta de verba. Contudo, aquele porteiro declarou um donativo de sete moios de cal ao padroeiro da cidade, «pera o caminho de Nossa Senhora do Monte e pera a Ribejra de Nossa Senhora do Calhao»¹¹⁶. O rendimento da cal desse ano ascendeu a 11 680 réis, aos quais deduziram 1350 réis de concertos na ribeira de João Gomes, 3900 réis de despesas com os lázaros, 5460 réis de diversos trabalhos para «taparem as portas da rua do Pejxe e Sabão e Uaradouros», incluindo 1200 réis com o aluguer do armazém da cal e 300 réis de emolumentos ao notário. Os 970 réis remanescentes foram entregues a «Andre Gallos» para serem despendidos com os leprosos¹¹⁷.

Apesar das necessidades recorrentes de cal, designadamente na segunda metade do século XVI, a Câmara Municipal do Funchal retomou «ha prouizão que esta no cartorio desta camara pella qual defende el Rej nosso senhor que não aia nesta cidade e jlha fornos de cal»¹¹⁸. Assim, determinaram lançar um pregão para

«que nenhũu barquejro nem mestre de nauio tragua a esta cidade pedra para fazer cal sendo crua com penna de a perder e a embarcação em que a troxer a metade para os captiuos e outra ametade para quem accusar, e em dous annos de degredo para hũ dos luguares de Africa»¹¹⁹.

A postura explicitou claramente que aquela proibição apenas condicionava a importação da matéria-prima para o fabrico de cal em fornos sediados na ilha da Madeira. Por isso, a cal viva ou hidratada continuava a ser livremente importada e utilizada nas mais diversas obras de alvenaria.

¹¹⁵ COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 470, 8 de março de 1550. COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 472, 17 de maio de 1550: nova conta das varas e outras despesas feitas até esse dia, perfazendo 700 réis. COSTA, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 473, 2 de junho de 1550: João de Covilhã entregou mais duas varas «e çem rs que deu aos almotaçes que seruem este mes».

¹¹⁶ COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], pp. 146-147, 31 de dezembro de 1598.

¹¹⁷ COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], pp. 146-147, 31 de dezembro de 1598.

¹¹⁸ COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 200, 7 de junho de 1600.

¹¹⁹ COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], p. 200, 7 de junho de 1600.

Conclusão

A fixação de população no arquipélago da Madeira e a humanização da paisagem foi conseguida com aproveitamento de recursos naturais locais, mas igualmente com materiais de construção importados. O coberto florestal abundante teve de ser arroteado para se abrirem clareiras para as habitações, estruturas de apoio ao povoamento e áreas de cultivo, fornecendo ainda materiais de construção e de apoio à agricultura ou à vida quotidiana. Após a instalação das primeiras casas em madeira e cobertura de colmo, com as implicações de segurança inerentes a esse material combustível, começaram a erigir edifícios de culto e casas senhoriais em alvenaria e cobertura de telha. Todavia, a pedra de cal era praticamente inexistente na ilha da Madeira, sendo necessário importá-la particularmente do reino e complementar eventualmente com algum calcário extraído no Porto Santo ou no ilhéu de Baixo. A exploração de barreiros foi permitida pelo duque D. Manuel, pois servia para assentar paredes em alvenaria, misturar com a cal ou cobrir os próprios fornos de cal durante a fase de calcinação do calcário. Contudo, a partir de 1546 a câmara municipal do Funchal interditiu a utilização de barro oriundo do Porto Santo.

A necessidade de cal durante as primeiras décadas do povoamento terá sido residual mas, com o aumento da riqueza proporcionada pela cultura sacarina, deu-se um surto de urbanização a oeste do primitivo núcleo de povoamento, no denominado Campo do Duque. Concomitantemente verificou-se a necessidade de fortificar o Funchal e os principais aglomerados urbanos, quer com a construção de baluartes e fortes quer com o delinear de um projeto para uma muralha com cerca de nove metros de altura e 1600 metros de extensão. Porém, o preço da cal inviabilizou a sua disseminação, uma vez que em regra representava pelo menos cerca de metade dos valores orçamentados. Assim, um moio de cal ascendia a cerca de 300 réis em 1493, 400 réis em 1500, 600 réis em 1531 e 720 réis em 1586, correspondendo a um aumento de 240% no espaço de um século, mas em particular após a proibição da importação de pedra de cal na ilha da Madeira. Porém, estes valores eram substancialmente superiores em localidades mais afastadas do Funchal, como sejam 1000 réis no Caniçal, em 1557, ou 900 réis na Calheta, em 1574.

A laboração de fornos de cal deu origem a algumas contendas legais, particularmente no que respeitava à cobrança de direitos sobre a matéria-prima. Na segunda metade do século XV, o infante D. Fernando asseverou o pagamento de dízima mas em 1485 o duque D. Manuel isentou-a por três anos quando

aplicada à pedra para a construção de habitações, mas em tudo o resto respeitou o estipulado no foral concedido às ilhas. Em 1500 o monarca voltou a isentar a dízima que incidia sobre a pedra de cal destinada à edificação da Sé, contanto que aquela tivesse origem no reino e fosse transportada em barco português, tal como aludiu o escudeiro Vasco Fernandes em sua defesa.

Com a conclusão das principais obras régias no Funchal, tais como o Convento de Santa Clara, a Sé e a Alfândega Nova, a câmara municipal e o monarca D. Manuel I proibiram o fabrico de cal na Madeira, respetivamente em 1518 e 1519. Intentavam com isso evitar os enormes gastos de lenha na calcinação do calcário e salvaguardar essa fonte de combustível para a laboração dos numerosos engenhos que fabricavam açúcar e derivados para exportação. Porém, a partir de meados do século XVI os canaviais entraram em declínio e a necessidade de defesa da cidade do Funchal, através da construção de fortificações, pode ter impulsionado a exploração de pedreiras no Porto Santo ou no ilhéu de Baixo, mas seguramente a importação de cal do reino de Portugal.

A edilidade funchalense, através da almotaçaria, controlava a venda a retalho de diferentes géneros, incluindo a cal, cujos rendimentos foram arrolados ao longo do século XVI em cadernos para esse fim destinados. Além disso, forneceu a cal para algumas obras municipais e fixou o preço da sua comercialização. Este rendimento foi utilizado em diversos pagamentos, como sejam o armazenamento da própria cal, atos notariais e intervenções pontuais em edifícios, poços para o abastecimento público de água, arruamentos e muralhas.

Fontes

ALMEIDA, Eduardo de Castro, 1907, *Arquivo de Marinha e Ultramar: Madeira e Porto Santo, I, 1613-1819*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

ALMEIDA, Eduardo de Castro, 1909, *Arquivo de Marinha e Ultramar: Madeira e Porto Santo, II, 1820-1833*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Anais do Município do Porto Santo, 1989, Porto Santo, Câmara Municipal.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Registo Geral (Índices dos Tomos da CMF – Índice de Lamedo)*, Lv.^{os} 1397-98.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Registo Geral (Tomo 2.º)*, Lv.º 1213 [1503-1593].

Arquivo Histórico da Madeira, 1931, vol. I, Funchal, Câmara Municipal; 1932, vol. II, Funchal, Arquivo Distrital; 1933, vol. III, Funchal, Junta Geral Autónoma do Distrito; 1934-35, vol. IV, Funchal, Arquivo Distrital; 1958, vol. X, Funchal, Arquivo Distrital; 1962-63, vol. XIII, Funchal, Arquivo Distrital; 1990, vol. XIV, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – DRAC; 1972, vol. XV, Funchal, Arquivo Distrital; 1973, vol. XVI, Funchal, Arquivo Distrital; 1973, vol. XVII, Funchal, Arquivo Distrital; 1974, vol. XVIII, Funchal, Arquivo Distrital; 1990, vol. XIX, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – DRAC.

COSTA, José Pereira da, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal do Século XV*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico.

COSTA, José Pereira da, 1998, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal na Primeira Metade do Século XVI e Apenso Vereações da Câmara de Santa Cruz 1515-1516*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

COSTA, José Pereira da, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal (Segunda metade do século XVI)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

FRUTUOSO, Doutor Gaspar, 1998, *Saudades da Terra – Livro II*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V, 1792, Lv.º II, Coimbra, Real Imprensa da Universidade.

PEREIRA, Fernando Jasmins, 1990, *Documentos sobre a Madeira no século XVI existentes no Corpo Cronológico. Análise Documental*, vol. I, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre da Tombo.

SILVA, José Justino de Andrade, 1855, *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza Compilada e Annotada, 1634-1640*, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza.

Bibliografia

AGOSTINHO, João Emanuel Viegas, 2015, *Caracterização e modelação de um forno de produção de cal*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Mecânica, Lisboa, Instituto Superior Técnico.

- ALVES, Raul Manuel Costa, 2016, *Argamassas no Arquipélago da Madeira. Caracterização da "Brita Lavada"*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Especialização em Perfil de Construção, Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- ARAGÃO, António, 1987, *Para a História do Funchal. 2.ª Edição Revista e Aumentada*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- BREHM, António e TRINDADE, Cristina, 2020, «O Saque ao Funchal em 1566 e as suas Repercussões no reinado de D. Sebastião», in *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, n.º 2, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, pp. 15-79.
- CARITA, Rui, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, vol. I, Funchal/Lisboa, Secretaria Regional da Educação – Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- CARITA, Rui, 2013, *Colégio dos Jesuítas do Funchal: Memória Histórica*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira.
- CARITA, Rui, 2014, *História da Madeira*, vol. I, Funchal, Imprensa Académica.
- CARITA, Rui, 2015, *História da Madeira*, vol. II, Funchal, Imprensa Académica.
- CARITA, Rui, 2017, *História do Funchal*, 2.ª edição, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira.
- CLARA, Isabel Santa e RODRIGUES, Rita, 2020, «Intervenções e Limpezas Documentadas no Retábulo e no Cadeiral da Sé do Funchal (Séculos XVI a XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, n.º 2, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, pp. 145-208.
- COSTA, Mário Alberto Nunes, 1958, «A ilha do Porto Santo em 1770», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. X, Funchal, Arquivo Distrital, pp. 2-54.
- COSTA, José Pereira da, 1998, «O Municipalismo no Arquipélago da Madeira 1470-1550», in *O Município no Mundo Português. Seminário Internacional*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 183-210.
- COELHO, Ana Zulmira Gomes; TORRAL, F. Pacheco; JALALI, Said, 2009, *A Cal na Construção*, Guimarães, TecMinho – Universidade do Minho.
- GASPAR, Emanuel, 2021, *A Arquitectura no Arquipélago da Madeira do Povoamento à Contemporaneidade*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.

- GONÇALVES, Iria, 1993, «Um projecto adiado a muralha Quatrocentista do Funchal», in *Actas III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, pp. 253-260.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, pp. 493-542.
- PEREIRA, Fernando Jasmins, 1991, *Estudos sobre História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- RIBEIRO, Ana Maria, 1992, «A cal no Porto Santo», in *Xarabanda – revista*, n.º 2, pp. 16-18.
- RIBEIRO, João Adriano, 1990, «A indústria da cal em S. Vicente (1680-1903)», in *Diário de Notícias*, n.º 47635 (1990.10.14), Funchal, p. 4.
- RIBEIRO, João Adriano, 1991, «A indústria da Cal em Câmara de Lobos», in *Girão – Revista de Temas Culturais do Concelho de Câmara de Lobos*, Câmara de Lobos, pp. 251-255.
- RIBEIRO, João Adriano, 1995, *A Indústria da Cal (séculos XV-XX): um factor de aproximação entre as ilhas do Porto Santo e da Madeira*, Tese complementar de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RIBEIRO, João Adriano, 1997, *Porto Santo – Aspectos da sua Economia*, Porto Santo, Câmara Municipal.
- RODRIGUES, Rita, 2013, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira entre 1646 e 1750: a eficácia da imagem*, Tomo II, Tese de Doutoramento em Letras – Especialidade em Estudos Interculturais, Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1933, *Notícia Histórico-Militar sobre a Ilha do Porto Santo*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias.
- SILVA, José Manuel Azevedo, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVIII)*, vols. I e II, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- VIEIRA, Alberto, 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Nótulas Histórico-Genealógicas da Família Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco (Séculos XV-XX)

Historical-Genealogical Notes of the Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco Family (15th-20th Centuries)

*Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes*¹

Resumo

O presente trabalho tem como base um manuscrito de Fernão Pedro João Alfredo de Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco, intitulado *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco*, Funchal, 1925, procurando desenvolvê-lo em duas partes distintas: a 1.ª de cariz biográfico-histórica, onde se descreve os membros mais salientes desta família Castelbranco Manuel e Teixeira Spínola de Castelbranco, que se destacaram nas áreas parlamentar, militar e da causa constitucional, na carreira diplomática e na cultura, académicos e docentes universitários; e a 2.ª parte no desenvolvimento das famílias e linhas concedidas a esta família por brasão de armas (em 3-4-1807 e 15-6-1857), nomeadamente 1.º Castelbranco, 2.º Freitas, 3.º Teixeira, 4.º Spínola, acrescentando-se a linha da varonia Costa Manuel e os Acciaiuoli.

Palavras-chave: Manuscrito; Biografia; História; Política; Parlamentar; Família; Genealogia; Castelbranco Manuel; Teixeira Spínola de Castelbranco; Brasão de Armas.

Abstract

The present work is based on a manuscript by Fernão Pedro João Alfredo de Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco, entitled *From Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco*,

¹ Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2005), Licenciatura em História pela Universidade Autónoma de Lisboa "Luís de Camões" (1990), Curso de Especialização em Ciências Documentais, na opção de Documentação e Biblioteca pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1998-2000), sócio correspondente do Instituto Português de Heráldica e sócio da Associação Portuguesa de Genealogia, documentalista e bibliotecário do sector audiovisual; autor de mais de 60 artigos e quatro monografias publicadas. Endereço electrónico: luiscardosodemenezes@yahoo.com.

Funchal, 1925, seeking to develop it in two distinct parts: the 1st of a biographical-historical nature, which describes the most prominent members of this family Castelbranco Manuel and Teixeira Spínola de Castelbranco, who stand out in the parliamentary, military and constitutional cause areas, in the diplomatic career and in culture, academics and university professors; and the 2nd part in the development of families and lines granted to this family by coat of arms (in 3-4-1807 and 15-6-1857), namely 1st Castelbanco, 2nd Freitas, 3rd Teixeira, 4th Spínola, adding the line of Costa Manuel and the Acciaiuoli.

Keywords: Manuscript; Biography; History; Politics; Parliamentary; Family; Genealogy; Castelbranco Manuel; Teixeira Spínola de Castelbranco; Coat of Arms.

Introdução

O presente artigo teve como base um manuscrito de Fernão Pedro João Alfredo de Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco, intitulado *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco*, Funchal, 1925, propriedade do arquivo pessoal do Prof. Doutor Vicente Paiva Brandão.

Divide-se o mesmo em duas partes distintas.

A primeira, de cariz biográfico-histórica, inicia-se nos primórdios do Vintismo com o casal **Maurício José de Castelbranco Manuel** (1761-?), Deputado às Cortes Constituintes (1821-1822) e Juiz de Fora de Ponta Delgada (1789) e Ribeira Grande (1792), ilha de S. Miguel, Açores, e **D. Maria Dionísia de Freitas e Mendonça** (1773-1844), desenvolvendo-se na sua prole de filhos e netos: 1.º **José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco** (1801-1889), Marechal-de-Campo (1861) e Brigadeiro, Bacharel formado em Matemática pela Universidade de Coimbra (1821), Lente Substituto da Real Academia da Marinha (1822), Lente e Director da Escola Politécnica de Lisboa, Conselheiro de Sua Majestade Fidelíssima, Fidalgo de Cota de Armas (por carta de brasão de armas de 3-4-1807, escudo esquartelado: 1.º Castelbanco; 2.º Freitas; 3.º Teixeira; 4.º Spínola), insigne militar e académico; 2.º **Joaquim Pedro de Castelbranco** (1810-1884), Contra-Almirante (1868), Fidalgo de Cota de Armas (por carta de brasão de armas de 15-6-1857), militar português na Causa Liberal, casado com **Joana de Melo e Freitas Cogominho** (c. 1815-?), pais de **Pedro de Castelbranco Manuel** (1837-1911), 2.º Barão de S. Pedro de *jure uxoris* (1878), Camareiro Secreto do Papa Leão XIII, Doutor em Medicina pela Universidade de Paris e Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Ministro Plenipotenciário em Constantinopla (1890), diplomata português, etc., e de **Eduardo Ernesto de Castelbranco**

(1840-1905), General de Divisão (1900), fundador do Director do Museu de Artilharia (1876-1905), Director do Jardim Zoológico, etc., militar português; 3.º **João de Freitas e Mendonça de Castelbranco** (1813-?), Deputado por Seia (entre 1865-1867), Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra (1841), parlamentar; e 4.º **Maurício José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco** (1814-1901), 1.º Oficial Chefe de Repartição do Governo Civil da Madeira, funcionário público, etc., que casou com **D. Carlota Acciaiuoli de Noronha** (1808-?), de quem foi filho **Maurício Carlos de Castelbranco** (1841-1901), Escriturário da Fazenda do Funchal, folhetinista e poeta distinto.

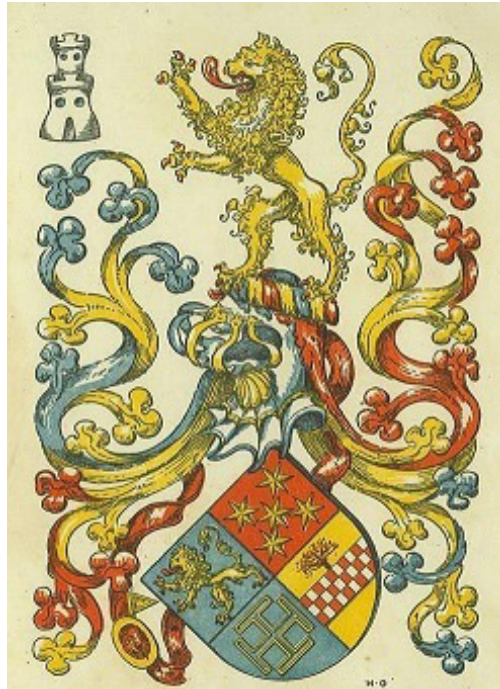
Destaca-se esta família em diversas áreas – **A) na parlamentar**, ou seja, como Deputados pelos círculos eleitorais da Madeira (1821-1822) e Seia (1865-1868), defendendo os interesses dos círculos pelos quais foram eleitos: na defesa da aguardente da Madeira, impedindo a importação de bebidas estrangeiras através de uma política pautal mais agravada; na introdução da disciplina de Mestre nas ilhas da Madeira e Açores; na reforma, dos forais (1821-1822); na preocupação da melhoria das vias rodoviárias entre Coimbra-Celorico da Beira e Guarda-Covilhã (1865-1868), etc.; **B) na carreira militar e defesa da Causa Constitucional**, fazendo parte da expedição dos 7500 constitucionais que vieram a desembarcar no Mindelo (a 8-7-1832); no cerco do Porto e batalhas que se seguiram (1832-1834); na fundação e criação do Museu de Artilharia (1876-1905), hoje Museu Militar, etc.; **C) como académicos e docentes universitários**, na Real Academia da Marinha e Escola Politécnica de Lisboa, etc.; **D) na carreira diplomática**, como ministro Plenipotenciário em Constantinopla (1890); e **E) na cultura**, como folhetinista e poeta distinto.

Segue-se uma segunda parte, que se fundamenta principalmente no Processo de Justificação de Nobreza de José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)², que contém detalhadamente os registos paroquiais (de baptismo e casamento) das linhas de armas concedidas a esta família (a 3-4-1807 e 15-6-1857) – 1.º Castelbranco (provenientes de Maria Josefa Mendes de Castelbranco); 2.º Freitas; 3.º Teixeira; 4.º Spínola (provenientes de D. Maria Dionísia de Freitas e Mendonça) – iniciando-se com a linha Costa Manuel (da varonia) e terminando na linha Acciaiuoli (de Carlota Acciaiuoli de Noronha). Sublinhe-se, por último, que o citado Processo de Justificação de Nobreza é requerido por D. Maria

² ANTT, Casa Real, Processo de Justificação de Nobreza, José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, Maço n.º 43, n.º 24.

Dionísia de Freitas e Mendonça (1773-1844) em nome de seu filho José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco (1801-1889), então menor de seis anos e visto seu pai ter já falecido em 1803.

Figuras n.ºs 1 e 1 A – Brasão de Armas Castelbranco Freitas, Teixeira, Spínola e Castelbranco, existente na casa de família em Valezim, Seia, e vista geral de Valezim, Seia



Fonte: CASTELBRANCO, 1925, *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco*, (manuscrito).

I – Maurício José de Castelbranco Manuel, Licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra, Deputado proprietário pela província da Madeira às Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (1821-1822), prestando juramento a 30-4-1821 e exercendo funções até 4-11-1822, Juiz de Fora de Ponta Delgada (1789) e Ribeira Grande (1792), ilha de S. Miguel, Açores, político português e deputado, de uma distintíssima família da Ilha da Madeira, filho de **José Fernando da Costa Manuel** e de sua mulher **Maria Josefa Mendes de Castelbranco**³.

Segundo o padre Fernando Augusto da Silva, no *Elucidário Madeirense*, o mesmo frequentou e obteve a licenciatura em Leis pela Universidade de Coimbra, o que lhe teria permitido seguir a carreira de magistrado⁴.

Encontra-se na região de Seia, Guarda, a 6-8-1806, permutando com Joaquim Manuel da Silveira Castelo Branco de Melo umas terras que tinha em Valezim, denominadas Quintais, por outras em Arganil, denominadas Souselo.

No último quartel do século XVIII e primeiro quartel do século XIX, desempenhou por alguns anos o cargo de Juiz de Fora no arquipélago da Madeira e nos Açores.

Foi eleito Deputado proprietário pela província da Madeira para as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (legislatura de 24-1-1821 a 4-11-1822), prestando juramento a 30-4-1821, apenas três meses depois de se terem iniciado os trabalhos parlamentares⁵.

Teve a oportunidade de votar favoravelmente com a maioria em matérias como: a deputação permanente a favor da composição desta de três mais três membros, a favor da eleição do sétimo membro; na Lei Eleitoral, o voto directo; a existência de jurados em causas cíveis e igualmente a suspensão do *habeas corpus* em caso de rebelião ou conspiração; e contra a nomeação do sucessor à Coroa do executivo no Brasil e contra a existência ali de uma só delegação do mesmo. Votou desfavoravelmente contra a expedição punitiva ao Rio de Janeiro; e a favor do adiamento da discussão sobre a representação da Junta de S. Paulo e contra o regresso imediato do Príncipe Regente, D. Pedro.

Muitas das suas intervenções parlamentares protegeram e defenderam as causas das ilhas da Madeira e dos Açores, como sejam: a 19-7-1821, para que fossem discutidos os assuntos da Madeira, inclusive, se necessário fosse, em sessão

³ SILVA, MENEZES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 261; CLODE, 1983, *Registo bio-bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 116; AFONSO, VALDEZ, 1988, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. III, p. 421.

⁴ VAZ, 1963, *Famílias da Madeira e Porto Santo*, vol. I, p. 234.

⁵ CASTRO, PEREIRA, CLUNY, 2002, *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823)*, vol. II, pp. 95-98; GORJÃO, 1821, *Galeria dos Deputados das Cortes Geraes [...]*, pp. 355-357.

extraordinária; na defesa da aguardente da Madeira, impedindo a entrada de produto estrangeiro, através de uma política pautal (a 29-9-1821); mostrando o descontentamento dos agricultores madeirenses contra a aguardente estrangeira, porque arruinaria a venda local e iria fazer definhar as poucas destilarias existentes (a 4-10-1821); fez uma declaração de voto para que as pipas de aguardente que viessem do Continente para a Madeira pagassem 40 000 réis cada (a 5-10-1821) e, meses depois, mostrou-se contra a entrada de aguardente do Continente na Madeira, pois a sua proibição durante séculos fizera prosperar a ilha (a 17-7-1821); defendeu a necessidade urgente da criação da cadeira de Mestre de primeiras letras nas várias freguesias da Madeira e ilhas dos Açores, usufruindo estes de um vencimento de 130 000 reais (a 30-11-1821 e 17-12-1821); bateu-se pela constituição de deputação permanente de um quarto de deputados ultramarinos de forma a não suscitar «ciúme e desconfiança entre as províncias metropolitanas e ultramarinas» (a 14-11-1821)⁶; na discussão da reforma dos forais, defendendo a sua redução a metade, pois assim não se descontentaria ninguém, e que o cálculo do pagamento do foro devia ser elaborado em função da qualidade da terra e produção da mesma, pois era injusto tributar de forma idêntica uma terra fértil e uma infértil (a 24-11-1821); na avaliação dos forais da competência do Governo, dever-se-ia formar uma Comissão de Avaliadores, os Louvadores, que fariam o assento das avaliações dos foros num livro público, registando o que cada foreiro deveria pagar (a 16-2-1822, a 2-3-1822 e a 20-6-1822)

* em Valezim, Seia, Guarda, sendo baptizado a 21-12-1761⁷

= em S. Pedro, Funchal, a 20-8-1789, com sua parente **D. Maria Dionísia de Freitas e Mendonça**⁸, * no Senhor do Bom Jesus de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira, a 10-10-1773, sendo baptizada a 17-10, † a 18-2-1844, filha de **Francisco de Abreu e Freitas**, Capitão de Ordenanças de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira (antes de ?-12-1784), e de sua mulher **Ana Joaquina de Freitas e Mendonça**. Foram pais de:

⁶ CASTRO, PEREIRA, CLUNY, 2002, *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823)*, vol. II, p. 97.

⁷ Refira-se que, em termos genealógicos, os símbolos usados neste artigo significam: * – nasceu; Δ – baptizado; = – casou; e † – morreu; Arquivo Distrital da Guarda, Registos Paroquiais, Paróquia de Valezim, Seia, Mistos 1 (1594-1785), fl. 451.

⁸ Sabe-se que este casal teve também os seguintes filhos: João, que se ignora se casou e teve geração; Manuel, que casou com D. Rosa, sem geração; Rita, que casou com Cândido de Freitas Abolu, sem geração; Teresa Júlia, casada com Filipe Joaquim Acciaiuoli de Noronha, veja-se CASTELBRANCO, 1925, *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco* (manuscrito), pp. 27-28, 65-66.

Figura n.º 2 – José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco (1801-1889),
Marechal-de-Campo e Brigadeiro



Fonte: Biblioteca Nacional, gravura de António Joaquim de Santa Bárbara, fl. ca. 1838-1864, [s.l.: s.n., 1840], cota digitalizada: E-226-V.

1 (II) José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, Marechal-de-Campo (21-1-1861) e Brigadeiro, Bacharel formado em Matemática pela Universidade de Coimbra (1821), Lente Substituto da Real Academia da Marinha (1822), Director da Escola Politécnica de Lisboa, Vogal da Junta Administrativa e Lente da 2.^a Cadeira da Escola Politécnica de Lisboa, Conselheiro de Sua Majestade Fidelíssima (como lente

decano e director da Escola Politécnica), Fidalgo de Cota de Armas (por carta de brasão de armas de 3-4-1807, escudo esquartelado: 1.º Castelbanco; 2.º Freitas; 3.º Teixeira; 4.º Spínola; timbre de Castelbanco)⁹, Sócio da Real Academia de Ciências, Comendador da Ordem Militar de S. Bento de Avis (na qualidade de lente decano da Academia Real da Marinha e da Escola Politécnica, que, segundo as leis da sua criação, tinha as honras e preeminências das da Universidade de Coimbra) e condecorado com a Medalha das Campanhas da Liberdade, Medalha de Ouro da Classe de Comportamento Exemplar, Medalha de Prata da Classe de Valor Militar e Medalha de Prata da Classe de Bons Serviços, etc., militar, professor universitário e académico português.

Fez os primeiros estudos no Funchal, num colégio inglês instalado durante a Guerra Peninsular e frequentou a Aula Régia de Desenho, as aulas do Pátio das Artes e a de Latim no Seminário da Madeira.

Assentou praça como Cadete a 21-6-1816, num Corpo de Artilharia da Guarnição da Madeira, sendo então governador da ilha o Tenente-General Florêncio José Correia de Melo. Obteve licença para vir para o Reino, de modo a prosseguir os estudos e curso de Artilharia e também frequentar o curso de Matemática na Universidade de Coimbra, obtendo o bacharelato em 1821 e sendo promovido a 2.º Tenente a 22-1-1821. Seguem-se as promoções militares: 1.º Tenente a 12-6-1824, Capitão a 24-7-1834, Major a 26-11-1840, Tenente-Coronel a 19-4-1847, Coronel por decreto de 29-4-1851 e, mais tarde, Brigadeiro. Passou à situação de reforma com a patente de Marechal-de-Campo a 21-1-1861, ficando adido à Torre de Belém.

A par da carreira militar, realiza um percurso académico de realce, iniciado em 1822, quando foi nomeado e despachado Lente Substituto da Real Academia da Marinha, por proposta da congregação dos lentes daquele estabelecimento de ensino, e em resultado do concurso público a que, segundo a lei, eram admitidos unicamente doutores ou bacharéis formados em Matemática, tendo obtido preferência sobre os diversos concorrentes. A este despacho seguiu-se ser logo chamado pelo Ministério da Marinha em 1823 para vir reger a cadeira do 1.º ano da Real Academia da Marinha e interromper o serviço militar em que estava no seu Corpo de Artilharia. Em 1823, foi integrado no Real Corpo de Engenheiros e nesta arma continuou a sua carreira militar até ao posto de Brigadeiro. Em 1833 e 1834, participou como engenheiro militar nas Campanhas da Liberdade

⁹ BAENA, 1991, *Archivo heraldico-genealogico*, vol. I, p. 384; Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Cartório da Nobreza, livro VII, fl. 165; ANTT, Casa Real, Processo de Justificação de Nobreza, José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, Maço n.º 43, n.º 24; Arquivo Distrital da Guarda, Registos Paroquiais, Paróquia de Valezim, Seia, Baptismos 1 (1785-1843), fl. 98.

(1828-1834), entrando em diversas batalhas. Quando em 1835 foi extinta a Real Academia da Marinha e outros estabelecimentos de instrução pública superior e criado o Instituto de Lisboa, foi nomeado Lente de Mecânica, que ainda começou a funcionar, mas não prosseguiu por ter havido mudança de ministério. Em 1837, sendo definitivamente extinta a Academia Real da Marinha e criada a Escola Politécnica de Lisboa, foi nomeado Vogal da Junta Administrativa e Lente da 2.^a Cadeira. Depois desempenhou graciosamente, durante nove anos, a função de Director desta escola superior, cumulativamente com a docência, até que, por motivo de saúde, obteve a sua jubilação. Ainda depois de jubilado, foi responsável pela fiscalização das obras de reconstrução do edifício da Escola Politécnica, que fora destruído por um incêndio a 22-4-1843.

Era Sócio da Real Academia de Ciências, eleito por ter escrito um tratado de Álgebra superior, que a Academia aceitou e mandou imprimir à sua custa.

Escreveu diversas obras adaptadas como compêndios na Escola Politécnica de Lisboa: *Noções de Calculo Diferencial* (Lisboa, 1838), *Elementos de Algebra Superior, coordenados para uso dos alumnos da Escola Polytechnica* (Lisboa, 1843), *Aplicação da Algebra á Geometria, lições coordenadas para uso dos alumnos da Escola Polytechnica* (Lisboa, 1847), etc.¹⁰

* em N.^a S.^{ra} do Rosário, Valezim, Seia, a 7-1-1801, sendo baptizado a 17-1, † em Lisboa a 7-2-1889

= em S.^{ta} Isabel, Lisboa a 23-9-1834 com **Maria José Justiniana Fava**, * na Lapa, Lisboa, filha de **Duarte José Fava** e de **Maria Eduarda das Necessidades**¹¹. Filha:

1.1 (III) Henriqueta Eugénia Castelbranco

* em S.^{ta} Isabel, Lisboa, em 1839

= nas Mercês, Lisboa, a 24-12-1861, com seu primo-coirmão **Eduardo Ernesto de Castelbranco**, General de Divisão reformado (a 15-11-1900), Director do Museu de Artilharia (1876-1905), Subdirector e Director na Fábrica de Armas, etc., * no Funchal, Madeira, a 17/27-3-1840, † em Lisboa a 4/ 24-2-1905, filho de **Joaquim Pedro de Castelbranco**, Contra-Almirante e de **Joana de Melo e Freitas Cogominho**, com geração¹².

¹⁰ SILVA, MENEZES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 261; CLODE, 1983, *Registo bio-bibliográfico de Madeirenses [...]*, pp. 115-116; COSTA, 2005, *Os generais do Exército Português [...]*, vol. II, tomo I, pp. 484-485; PEREIRA, 1906, *Portugal: dicionário histórico, chorográfico, heraldico, biográfico, bibliográfico [...]*, 2.º vol. (B-C), pp. 873-874.

¹¹ CASTELBRANCO, 1925, *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco* (manuscrito), pp. 27-28, 65-66.

¹² AFONSO, VALDEZ, 1988, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. III, p. 421.

Figura n.º 3 – Contra Almirante Joaquim Pedro de Castelbranco (1810-1884)



Fontes: PEREIRA, 1906, *Portugal: diccionário histórico, chorográfico, heraldico, biográfico, bibliográfico [...]*, 2.º vol. (B-C), p. 873

2 (II) Joaquim Pedro de Castelbranco, Contra-Almirante, pela liquidação da reforma com o vencimento mensal de 75 000 réis (a 31-12-1868 por Ordem da Armada n.º 1 de 1869), Capitão de Mar-e-Guerra (a 19-12-1867), ficando Adido ao Corpo de Marinheiros da Marinha (por despacho de 31-12-1868), Fidalgo de Cota de Armas (por carta de brasão de armas de 15-6-1857, escudo esquartelado: 1.º Castelbranco; 2.º Freitas; 3.º Teixeira; 4.º Spínola; timbre de Castelbranco)¹³, Comendador e Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Avis, Cavaleiro da Ordem de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa, Medalha das Campanhas da Liberdade, Comendador da Ordem da Coroa de Carvalho da Holanda, Comendador da Ordem de S.º Estanislau da Rússia, etc., militar português.

Em 1821 veio para Lisboa em companhia de seu pai e, depois de cursar as aulas para obter os necessários preparatórios, matriculou-se no primeiro ano da Academia Real da Marinha, que frequentou com distinção. Tendo obtido o prémio ou partido de Aspirante, foi nomeado Voluntário de escala a 4-8-1828. Frequentou a Companhia dos Guardas-Marinhas, seguindo-se-lhe o tirocínio de embarques. Foi despachado Guarda Marinha extraordinário a 26-10-1830 e efectivo a 27-8-1832, 2.º Tenente da Armada a 20-10-1832, 1.º Tenente a 22-11-1834, Capitão-Tenente graduado a 12-12-1844 e efectivo a 6-11-1851, Capitão-de-Fragata adido ao Corpo de Veteranos da Marinha a 3-3-1858, Capitão de Mar-e-Guerra adido ao mesmo Corpo a 19-12-1867, e Contra-Almirante reformado a 31-12-1868.

¹³ BAENA, 1991, *Archivo heraldico-genealogico*, vol. I, p. 384; ANTT, Cartório da Nobreza, livro IX, fl. 17; ANTT, Casa Real, Processo de Justificação de Nobreza, Joaquim Pedro de Castelbranco, Maço n.º 62, n.º 17.

Embarcou pela primeira vez na fragata *Diana* a 11-8-1828, embarcando depois na charrua *Maria Cardoso* a 4 de Novembro, que seguiu viagem para Angola e outros portos de África; na corveta *D. João I* a 16-6-1831, sendo este embarque para o tirocínio do posto de 2.º Tenente. A 11 deste mês entrara no rio Tejo a esquadra francesa, comandada pelo almirante Albin Roussin (1781-1854), e a corveta *D. João I* foi um dos navios que a esquadra aprisionou. Joaquim Pedro de Castelbranco conseguiu com alguns dos oficiais passar a bordo duma das embarcações francesas que o levaram para Toulon, emigrando assim para França pelos seus princípios liberais.

As autoridades francesas mandaram-no para Belle-Isle, onde depois embarcou a 4-2-1832 na corveta *Juno*, que o levou à ilha Terceira. Ainda a 14-2, esteve embarcado no transporte *Sofia* e a 2-11-1832 no brigue *Vila Flôr*.

Fez parte da expedição dos 7500 constitucionais que vieram a desembarcar nas praias do Mindelo a 8-7-1832, comandados por D. Pedro IV. Esteve no cerco do Porto prestando relevantes serviços: assistiu ao combate naval de 11-10-1832, fazendo parte do brigue *23 de Julho*, da pequena esquadra do comando do Vice-Almirante Rose George Sertorius. Por algum tempo comandou a marinhagem destacada na serra do Pilar em Fevereiro e Março de 1833, na escuna *Liberal* e na *Canhoeira*, prestando juntamente com oficiais da Marinha um serviço arriscado, entrando e saindo da barra do Porto, debaixo dum fogo vivo da margem esquerda do rio, com o fim de abastecer os sitiados. Ainda andou a bordo da fragata *Rainha* em Julho de 1833; na corveta *Portuense* a 8-11-1833; no brigue *Folk* a 23-3-1834 e no iate *Soledade* a 12-5-1834.

Depois de tantos trabalhos a sua saúde ressentiu-se, sendo por esse motivo adido ao Corpo de Veteranos da Marinha e encarregado do porto do Funchal (ou Oficial de Registo do Porto do Funchal) e respectivo departamento marítimo (desde ?-7-1834 a 2-1-1858), onde prestou alguns serviços, lembrando sempre e propondo aos sucessivos governos da metrópole melhoramentos indispensáveis para aquela tão importante estação naval¹⁴.

* no Senhor do Bom Jesus de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira, a 11-6-1810, sendo baptizado a 29-6, † na Madeira a 16-6-1884

= em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 11-7-1836, com **Joana de Melo e Freitas Cogominho**, * em S. Pedro, Funchal, Madeira, cerca de 1815, filha de **José Joaquim de Freitas e Abreu** e de **Joana Vitória de Melo Cogominho**, * em S. Mamede, Évora¹⁵.
Foram seus filhos:

¹⁴ PEREIRA, 1906, *Portugal: dicionário histórico, chorográfico, heraldico, biográfico, bibliográfico* [...], 2.º vol. (B-C), p. 873; SUBTIL, 2010, «Um caso inédito no Funchal», pp. 27-28.

¹⁵ AFONSO, VALDEZ, 1988, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. III, p. 422.

Figura n.º 4 – Pedro de Castelbranco Manuel (1837-1911), 2.º Barão de S. Pedro *jure uxoris*



Fonte: SERRANO, 2017, «Perfis diplomáticos portugueses no Oriente Próximo: de Lisboa para Constantinopla», p. 212.

2.1 (III) Pedro de Castelbranco Manuel, 2.º Barão de S. Pedro de *jure uxoris* (por decreto de D. Luís I de 12-8-1878), Camareiro Secreto do Papa Leão XIII, Bacharel formado em Letras e em Ciências, Doutor em Medicina pela Universidade de Paris, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Ministro Plenipotenciário em Constantinopla (de 27-7-1890 a 30-8-1890), Secretário de Legação em Berna (1874), Madrid, Berlim (1881, 1883), Roma (1882, 1887), Haia (1885), Associado Provincial da Academia Real das Ciências de Lisboa, Comendador da Ordem de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa e da Ordem de Cristo, Grã-Cruz e Comendador da Ordem de Carlos III de Espanha, Grã-Cruz da Ordem de Isabel, a Católica, de Espanha, Cavaleiro Grã-Cruz de 1.ª/2.ª Classe da Ordem de S. Gregório Magno da S.ª Sé, Grã-Cruz da Ordem de S.º Estanislau e de S.ª Ana da Rússia, Grã-Cruz da Ordem da Estrela Polar da Suécia, Grã-Cruz da Ordem Imperial do Medjidié da Turquia, Comendador da Legião de Honra de França, Comendador da Ordem da Coroa da Prússia, Grande Oficial da Ordem de S.ª Rosa das Honduras, diplomata português, etc.

Iniciou a sua carreira pública como Chefe de Repartição no Ministério das Obras Públicas, como Visitador dos Correios do Reino em 1865, lugar do qual subiu a Chefe da Secção Central da Direcção-Geral dos Correios e Postas do Reino em 1866.

Em 1868, passou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, passando a servir em comissão no ano de 1869, sendo nomeado para coadjuvar o 1.º Conde de Ávila (depois 1.º Marquês de Ávila e 1.º Duque de Ávila e de Bolama) nas negociações com a Grã-Bretanha e Irlanda sobre a Ilha de Bolama, incidente

internacional que estava sendo arbitrado por Ulysses S. Grant (1822-1885), 18.º Presidente dos Estados Unidos da América (1869-1877).

Em 1870, regressou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo empossado de Oficial Tradutor, lugar para que fora nomeado a 21-8-1869. Em 1873, foi promovido a 2.º Oficial da Direcção Política do mesmo Ministério e, em 1874, foi servir na Repartição do Gabinete. A 15 de Agosto do mesmo ano, foi mandado acompanhar o Conselheiro Eduardo Lessa ao Congresso de Berna sobre serviços postais. Teve depois comissões de serviço, consecutivamente, em Madrid e Roma. Em 1881 foi enviado a Berlim como Secretário do 1.º Conde de Rilvas (antes 1.º Barão e 1.º Visconde de Rilvas), encarregado de missão especial naquela Corte, e em 1882 foi nomeado 1.º Secretário para a Embaixada em Roma. Foi ali Administrador do Instituto de S.^{to} António dos Portugueses até 15-11-1883, onde foi nomeado Encarregado de Negócios em Berlim, ficando depois como 1.º Secretário na mesma capital. Voltou depois a reassumir o seu lugar na Repartição, no gabinete do Ministro, e pouco tempo depois foi nomeado Encarregado de Negócios Interino em Haia em 1885. Teve ainda uma missão extraordinária a Roma em 1887, e finalmente em 1890, depois de ter percorrido vários postos, foi nomeado Ministro Plenipotenciário com a missão, que se estendeu de 27-7-1890 a 30-8-1890, de entregar a Abdulamide II (1842-1918), 34.º Sultão Otomano (1876-1909), a banda das Três Ordens, com a qual o rei D. Carlos I de Portugal resolvera homenagear este soberano. Regressou depois a Lisboa em seguida à entrega das credenciais, continuando em serviço no Ministério, e sendo logo nomeado Chefe do Gabinete do Ministro e, depois do advento da República, aposentou-se a seu pedido e retirou-se à vida particular, até à sua morte¹⁶.

* no Funchal, Madeira, a 19-4-1837, † a 14-12-1911

= em 1862 com **D. Delfina de Ornelas e Vasconcelos**, * a 22-6-1836, † 21-1-1914, que herdou a opulenta casa de seu pai, filha de **Daniel de Ornelas e Vasconcelos**, 1.º Barão de S. Pedro (decreto de 12-8-1845), Senador (1838-1842), Par do Reino (por carta régia de 3-5-1842, tomando posse a 26-1-1844), Vereador da Câmara Municipal de Lisboa (1846), * no Funchal, Madeira, a 22-7-1800, sendo baptizado em N.^a S.^{ra} do Calhau, † em Lisboa a 23-2-1878 e de **Carlota de Ornelas Frazão do Carvalho**, sobrinha materna do 1.º Conde de Carvalho. Filha:

¹⁶ SILVA, MENEZES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 261; AFONSO, VALDEZ, 1988, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. III, p. 421; *Anuario* [...], 1889, pp. 219-221.

2.1.1 (IV) Josefina de Ornelas e Vasconcelos de Castelbranco Manoel

* na Sé, Funchal, a 10-11-1864, † em Lisboa a 24-5-1919

= na Graça, Lisboa, a 10-11-1881 com **José Ribeiro da Cunha**, Governador Civil do Funchal (de 9-4-1896 a 4-2-1897, de 13-6-1901 a 18-10-1904, de 22-3-1906 a 17-5-1906 e de 27-6-1910 a 5-10-1906) e do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, * na Madalena, Lisboa, a 5-12-1853, † em Lisboa a 14-5-1915, filho de **José Ribeiro da Cunha** e de **Maria Carlota de Paiva**, com geração e representação dos Barões de S. Pedro¹⁷.

Figura n.º 5 – Eduardo Ernesto de Castelbranco (1840-1905), General



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 27-2-1905, n.º 69.

2.2 (III) Eduardo Ernesto de Castelbranco, General de Divisão reformado (a 15-11-1900), Director do Museu de Artilharia (1876-1905), Subdirector e Director na Fábrica de Armas, Chefe da 3.^a Repartição da Direcção-Geral da Artilharia, Director do Conselho Fiscal do Montepio Geral, Director do Jardim Zoológico, Sócio Honorário da Sociedade Nacional de Belas Artes, Grande-Oficial e Comendador da Ordem de S. Bento de Avis, Comendador da Ordem Militar de Santiago da Espada, condecorado com as Medalhas de Prata da Classe de Comportamento Exemplar e com a Cruz de 2.^a Classe de Mérito Militar de Espanha, etc., militar português¹⁸.

¹⁷ ZUQUETE, 1961, *Armorial Lusitano*, p. 348; MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, BOBONE, 2008, *Secretaria-Geral – Governadores Civis 1835-2008*, pp. 108-109.

¹⁸ AFONSO, VALDEZ, 1988, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. III, p. 421; ASSOCIAÇÃO, 2008, *Meninos da Luz* [...], p. 70.

Fez os primeiros estudos no Colégio Militar, depois ingressou na carreira das armas a 11-8-1857, fazendo a sua formação académica superior de início na Escola Politécnica de Lisboa e depois na Escola do Exército, onde abraçou a arma de Artilharia.

Foi promovido a 2.º Tenente a 30-7-1858, a Capitão a 8-10-1873, a Major a 31-10-1884, a Tenente-Coronel a 27-7-1889, a Coronel a 30-12-1889. Passou à situação de reforma como General de Divisão a 15-11-1900. Prestou serviço em algumas unidades e estabelecimentos militares da sua Arma: no Regimento de Artilharia n.º 1, na Fábrica de Armas, onde foi Subdirector e Director, na Inspeção de Material de Guerra na Madeira, na 3.ª Divisão Militar do Porto, e ainda na 3.ª Repartição da Direcção-Geral da Artilharia.

Contudo, a sua grande missão deu-se em 1876, quando o General António Florêncio de Sousa Pinto (1817-1890) o encarregou de fundar o Museu de Artilharia, hoje Museu Militar. Começou por instalar as colecções no antigo edifício da Calçada Nova, hoje rua do Museu de Artilharia, passando em 1895 para as salas da Direcção-Geral da Artilharia e Fundação de Baixo. Em 1896, aquele complexo arquitectónico foi alvo de grandes obras de remodelação e ampliação, com uma decoração adequada. Teve ainda o cuidado de organizar e publicar o Catálogo das Colecções do Museu de Artilharia reorganizado em 1897, que foi reeditado com actualizações em 1901 e 1903¹⁹.

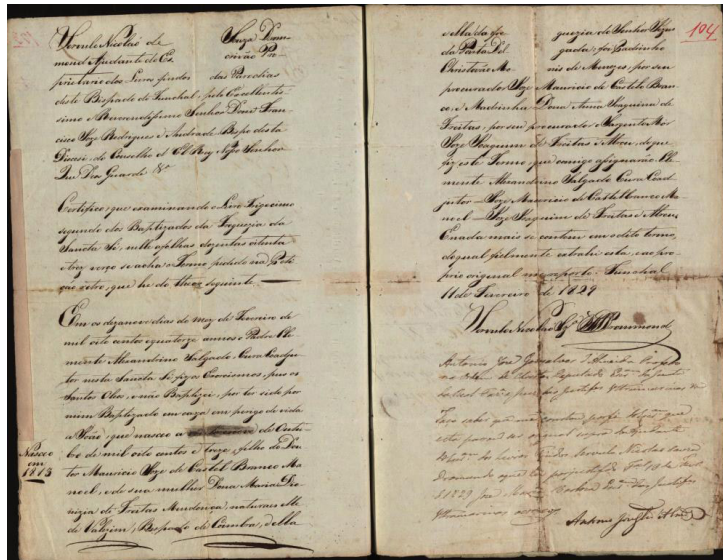
* no Funchal, Madeira a 17/27-3-1840, † em Lisboa a 4/24-2-1905

= nas Mercês, Lisboa, a 24-12-1861, com sua prima coirmã **Henriqueta Eugénia de Castelbranco**, * em S.ª Isabel, Lisboa, em 1839, filha de **José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco**, Marechal-de-Campo (21-1-1861) e Brigadeiro, Bacharel formado em Matemática pela Escola do Exército ou Universidade de Coimbra (1821), Lente Substituto da Real Academia da Marinha (1822), Director da Escola Politécnica de Lisboa, e de **Maria José Justiniana Fava**, com geração²⁰.

¹⁹ SILVA, MENEZES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 261; CLODE, 1983, *Registo bio-bibliográfico de Madeirenses [...]*; COSTA, 2005, *Os generais do Exército Português*, vol. II, tomo II, pp. 382-383.

²⁰ CASTELBRANCO, 1925, *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco* (manuscrito), pp. 63-64, 106-107.

Figura n.º 6 – Certidão de Idade de João de Freitas e Mendonça de Castelbranco em 1835



Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra, Certidões de Idade (1834-1900), IV-1.ª D-5-2-61.

3 (II) João de Freitas e Mendonça de Castelbranco, Deputado (entre 1865-1867), Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra (1841), Cavaleiro da Ordem de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa, parlamentar e político português, montou uma fábrica de lanifícios em Seia, da qual tirou poucos proveitos.

Matriculou-se em 1835 em Filosofia e Matemática na Universidade de Coimbra, bacharelando-se em Matemática em 1841.

Eleito deputado pelo círculo eleitoral de Seia, em 1865, prestou juramento a 26-1-1865, tendo tido modesta intervenção na Câmara dos Deputados²¹. Em meados de Março desse mesmo ano, apresentou um requerimento, pedindo um aumento de ordenado para o porteiro do Observatório da Universidade de Coimbra; subscreveu depois uma interpelação ao Ministro das Obras Públicas, sobre a necessidade de acabar a construção da estrada que ligaria Coimbra a Celorico da Beira; preocupou-se ainda com a melhoria das comunicações nessa zona, enviando requerimentos e pedindo cópias dos estudos sobre a estrada da Guarda à Covilhã, estudo levado a cabo em virtude das representações dos «povos dos concelhos da Covilhã e Fundão»²². Não casou, mas teve pelo menos sete filhos naturais que perfilhou:

* na Sé, Funchal, a 29-10-1813, sendo baptizado a 19-2-1814

3.1 (III) Eduardo de Freitas de Castelbranco, Secretário das Finanças da Covilhã, sem geração.

²¹ MÓNICA, ALMEIDA, et al., 2004-2006, *Dicionário Biográfico Parlamentar* [...], vol. I, p. 698.

²² AFONSO, VALDEZ, 1988, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. III, p. 421.

3.2 (III) Joaquim Pedro de Freitas de Castelbranco, Agrónomo em Viseu e Guarda, s.g.

3.3 (III) Maurício de Freitas de Castelbranco, Ajudante do Recebedor em Seia, que casou com uma senhora natural de Valezim, Seia, com sucessão que habitou a casa de seus ascendentes.

3.4 (III) Carlos e Alberto de Freitas de Castelbranco, gémeos que morreram entre os 20 e 30 anos, sem geração.

3.5 (III) Álvaro de Freitas de Castelbranco, Escrivão das Finanças em Seia e Barquinha, morreu viúvo e sem geração.

3.6 (III) José de Freitas de Castelbranco, Alferes de Infantaria, fez o curso da Escola do Exército, faleceu solteiro e sem geração.

4 (II) Maurício José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, Comendador da Ordem de Cristo, exerceu durante mais de 30 anos o cargo de 1.º Oficial Chefe de Repartição do Governo Civil da Madeira e desempenhou várias comissões de serviço, etc.²³

* na Sé, Funchal, a 5-12-1814, † na rua dos Aranhas, n.º 6, em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 8-8-1901

= na Sé, Funchal, a 30-11-1839, com sua prima coirmã **D. Carlota Acciaiuoli de Noronha**, * em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 19-1-1808, filha de **Filipe Joaquim Acciaiuoli de Noronha**, Coronel de Milícias e Capitão de Auxiliares da Companhia do Arco de S. Jorge, distrito da Ponta Delgada (em 2-12-1794), Ajudante de Ordens do 1.º Conde do Bonfim, * em S. Vicente, Madeira, a 8-9-1761, e de sua prima coirmã **D. Ana Coleta de Freitas e Abreu**, * no Senhor do Bom Jesus de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira, a 27-2-1770, ver **ACCIAIUOLI, n.º X**, onde vem a sua ascendência²⁴. Foram seus filhos:

4.1 (III) Maurício Carlos de Castelbranco, Escriturário da Fazenda do Funchal, folhetinista e poeta distinto, colaborou em diversos periódicos e jornais do Funchal: *Direito, O Recreio, O Crepúsculo, Diário Popular*, e tinha várias poesias publicadas nas colectâneas *Flores da Madeira e Álbum Madeirense*, etc.²⁵

²³ CLODE, 1983, *Registo bio-bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 116.

²⁴ A Carlota Acciaiuoli de Noronha vem no assento de baptismo de seu filho Maurício Carlos de Castelbranco, em 1841, como natural de S. Pedro, Funchal, onde de facto nasceu a 19-1-1808, mas no assento de casamento, em 1839, vem como natural da Sé, Funchal, in Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Registos Paroquiais, Paróquia de S. Pedro, Funchal, Baptismos (1834-1848), fl. 268 v.º e Registos Paroquiais, Paróquia da Sé, Funchal, Casamentos (1838-1852), fl. 20 v.º.

²⁵ SILVA, MENEZES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 261; CLODE, 1983, *Registo bio-bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 116, refere erradamente que nasceu em 1842; GOMES, 1953, «Algumas Notas Sobre os Poetas [...]», pp. 20-24; VIEIRA, 1884, *Álbum Madeirense [...]*, pp. 76 e 192.

* em S. Pedro, Funchal, Madeira a 16-10-1841, sendo baptizado a 6-1-1842, † na rua das Velas, Sé, Funchal, a 6-9-1901

= por volta de 1867, com **D. Guilhermina Maria Vasconcelos Fernandes**²⁶,

* Porto da Cruz, Machico, Madeira, filha de **Manuel Fernandes** e de **Josefa Cândida de Vasconcelos**. Foram seus filhos:

4.1.1 (IV) Maria Gabriela de Castelbranco

* em S.^{ta} Luzia, Funchal, Madeira, a 9-6-1868²⁷

= em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 31-7-1884, com **Vicente Cândido Machado**, Doutor em Medicina pela Universidade de Paris, médico no Funchal, * na Sé, Funchal, a 3-10-1855, filho de **Vicente Cândido Machado**,

* em N.^a S.^{ra} Monte, Funchal, Madeira e de **Carolina Augusto Monte**, * em S.^{ta} Luzia, Funchal, Madeira²⁸. Foi sua filha:

4.1.1.1 (V) Maria Vera de Castelbranco Machado

* em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 18-7-1885, † no Porto a 29-12-1972

= no Funchal, Madeira, a 11-9-1909 com **João Antonino da Ascensão de Paiva Faria Leite Brandão**, Governador Civil do Funchal (de 22-2-1908 a 11-1-1910), Vereador da Câmara Municipal do Porto, Senhor das Casas do Pomar, em Lanhoso, do Rio em Gondizalves, Braga, e do Campo de S. Tiago em Braga, participou em acções de combate em Moçambique e foi candidato pelo Centro Católico Português às eleições legislativas de 29-1-1920, * em Braga a 10-5-1877, † no Porto a 15-12-1975, filho de **João Alexandre Paiva Leite Faria Brandão** e de **Adelaide Maria José Raio**, com geração²⁹.

4.1.2 (IV) Gastão de Freitas Teixeira de Spínola, Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi para Inglaterra em 1895

* em N.^a S.^{ra} Monte, Funchal, Madeira, a 19-7-1870, sendo baptizado em S.^{ta} Luzia = em Ryde, ilha de Wight, Newport, sul de Southampton, Inglaterra, a 8-6-1895, com **Any Elisa Willock**, * em Nortlake-on-Thames a 30-10-1865, filha de **Henry Davis Willock** e de **Mary E. Boilean**³⁰. Foi seu filho:

²⁶ Não se consegue obter o registo de baptismo de D. Guilhermina Maria Vasconcelos Fernandes, visto não existirem assentos de baptismo nesta freguesia de N.^a S.^{ra} de Guadalupe, Porto da Cruz, Madeira, entre 1824-1859.

²⁷ Sabe-se que nasceu nesta data embora não existam assentos de baptismo nesta freguesia de S.^{ta} Luzia, Funchal, Madeira, entre 1868 e 1873.

²⁸ CASTELBRANCO, 1925, *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco* (manuscrito), pp. 31-32, 33-34.

²⁹ FERREIRA, 1994, *Vellosos, de Santa Tecla de Geraz* [...], p. 24; MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, BOBONE, 2008, *Secretaria-Geral – Governadores Civis 1835-2008*, p. 109.

³⁰ CASTELBRANCO, 1925, *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco* (manuscrito), pp. 32-33.

4.1.1.2 (VI) Fernão Pedro João Alfredo de Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco, autor do manuscrito *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco*, Funchal, 1925³¹.

* em Shanklin, ilha de Wight, Newport, a 24-6-1898, sendo baptizado em Ryde a 13-8-1898

II – LINHAS FAMILIARES

COSTA MANUEL, dos Morgados de Valezim, Seia, Guarda

Figuras n.ºs 7 e 7 A – Casa dos Senhores do Morgado de Valezim em Seia, e brasão de armas da Casa



Fonte: GONÇALVES, 2006, *Raízes da Beira* [...], pp. 385-386.

³¹ CASTELBRANCO, 1925, *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco* (manuscrito), pp. 33-34.

A família Costa Manuel descende por legítima varonia de Fernando da Costa, natural provavelmente de Alcofra, Vouzela, Viseu cerca de 1598³².

I – **Fernando da Costa**, progenitor do Morgado de Valezim, Seia, Guarda, * 1598

II – **Diogo Fernandes da Costa**, * em Alcofra, Vouzela, Viseu, cerca de 1639

= com **Maria Fernandes**, * em Valezim, Seia

III – **Martinho Fernandes da Costa**, * em Valezim, Seia

= com **Maria Lopes**, * em Valezim, Seia, filha de **Manuel Dias**, da freguesia de [Cales] da Beira e de **Isabel Lopes**, de Valezim, Seia

IV – **José Fernando da Costa Manuel**, matriculado em Cânones pela Universidade de Coimbra (1745-1754), * em 1727, † em Valezim, Seia, a 10-4-1803

= em Valezim, Seia, a 13-6-1757, com **Maria Josefa Mendes de Castelbranco**, Δ em Valezim, Seia, em 8-2-1714, filha de **Manuel Mendes Serrano** e de **Maria Mendes Castelbranco**, naturais da freguesia de Valezim, Seia³³, ver **MENDES CASTELO-BRANCO, de Loriga, Seia, Guarda n.º XII**, onde vem a sua ascendência.

V – **Maurício José de Castelbranco Manuel**, Licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra, Deputado da Madeira às Cortes Constituintes (1821-1822), Juiz de Fora de Ponta Delgada (1789) e da Ribeira Grande (1792), ilha de S. Miguel, etc.

* em Valezim, Seia, sendo baptizado a 21-12-1761³⁴

= em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 20-8-1789, com sua parente **D. Maria Dionísia de Freitas e Mendonça**, * no Senhor do Bom Jesus de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira, a 10-10-1773, sendo baptizada a 17-10, † a 18-2-1844, filha de **Francisco de Abreu e Freitas**, Capitão de Ordenanças de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira (antes de ?-12-1784), * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, a 16-12-1709, † antes de 12-8-1784 e de **Ana Joaquina de Freitas e Mendonça**, dos Senhores do Morgado de Val da Bica, Δ no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 16-6-1744 (com quem casou no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 7-5-1769), ver **FREITAS n.º X, TEIXEIRA n.º VIII e SPÍNOLA ou ESPÍNOLA n.º XI**, onde vem a sua ascendência

³² GONÇALVES, 2006, *Raízes da Beira* [...], vol. II, pp. 383-386; CLODE, 1983, *Registo bio-bibliográfico de Madeirenses* [...], p. 210; CASTELBRANCO, 1925, *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco* (manuscrito), pp. 8, 11-12, 26-27, 85.

³³ Arquivo Distrital da Guarda, Registos Paroquiais, Paróquia de Valezim, Seia, Mistos 1 (1594-1785), fl. 644.

³⁴ Arquivo Distrital da Guarda, Registos Paroquiais, Paróquia de Valezim, Seia, Mistos 1 (1594-1785), fl. 451.

MENDES CASTELO-BRANCO, de Loriga, Seia, Guarda

Figura n.º 8 – Armas Castelo-Branco



Castelo-Branco

Fonte: ZUQUETE, 1961, *Armorial Lusitano*, p. 150.

Os Mendes Castelo-Branco, de Loriga, Seia, aqui estudados, remontam a Martim Vaz de Castelo-Branco, Monteiro-mor do Reino e Alcaide-mor da Covilhã, nascido cerca de 1340/1350, tronco principal desta família Castelo-Branco na Covilhã.

As armas desta linhagem são: de azul com um leão de ouro, armado e lampassado de vermelho; timbre: o leão do escudo³⁵.

I – **Martim Vaz de Castelo-Branco**, «muito honrado Fidalgo»³⁶, como refere o Livro de Linhagens do século XVI, acrescentando que foi Monteiro-mor do Reino e Alcaide-mor da Covilhã, Senhor da Renda dos Judeus de Penamacor (por mercê do rei D. João I de Portugal em 1422), * cerca de 1340/1350

II – **Isabel Vaz de Castelo-Branco**, tia do 1.º Conde de Vila Nova de Portimão, * cerca de 1397, † e sendo sepultada na igreja de S.ª Eulália nos Coutos de Baixo e de Cima em Viseu junto de seu marido:

«aqui jaz o mui honrado cavaleiro Vasco Paes, filho de Vasco Paes Cardoso alcaide mor de Trancoso snr de Moreira e de Ervilham e a muy honrada snrª Isabel Vasques de Castello-Branco sua mulher filha de Martim Vasques de Castello-Branco q foy monteiro mor deste Reyno e alcaide mor da Covilhaã; em esta egreja se dizem sempre missas por suas almas»³⁷

= com **Vasco Pais Cardoso**, Fidalgo da Casa do Rei D. Manuel I e do Infante D. Fernando, Cavaleiro, Senhor dos Coutos de Rio de Asnes, jaz sepultado na Igreja de

³⁵ ANTT, Casa Real, Processo de Justificação de Nobreza, José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, Maço n.º 43, n.º 24; ZUQUETE, 1961, *Armorial Lusitano*, p. 150; MENDES, 1995, *Freires de São Gião* [...], p. 53; GONÇALVES, 2006, *Raízes da Beira* [...], vol. II, pp. 383-386, 420-421, 428; Mendes de Castelo-Branco § 1 a 6 – de Mem Rodrigues de Castelo-Branco (n.º IV) a Águeda Mendes Castelo-Branco (n.º X), pp. 420, 421, 428 e Mendes de Loriga § 1 n.º 1 a 6, de Maria Mendes Castelbranco (n.º XI) a Maria Josefa Mendes Castelbranco (n.º XII), pp. 383-384; BAENA, 1991, *Archivo heraldico-genealogico*, vol. I, p. 150.

³⁶ FARIA, 1956, *Livro de Linhagens do Século XVI*, p. ?.

³⁷ SOVERAL, 2004, *Ascendências Visienses* [...], vol. I, pp. 40, 267, 273.

S.^{ta} Eulália, * cerca de 1385, filho de **Vasco Pais Cardoso**, Escudeiro-Fidalgo de D. João I e depois do Infante D. Henrique, 1.º Senhor dos Coutos de Rio de Asnes em Viseu, pelo Cabido de Viseu, Alcaide-mor do castelo de Trancoso, Guarda, 6.º Senhor da Casa e da Honra de Cardoso em S. Martinho de Mouros, Resende, Viseu, Senhor de Moreira do Rei em Trancoso e do Couto de Ervilhão em Souto Pires, Pinhel (que vendeu ao Conde de Marialva) e de **Beatriz Anes do Amaral**, que parece ter herdado a quinta do Amaral, apesar de ter um irmão

III – **Brites Vaz Cardoso**, * cerca de 1420

= com **Lopo Rodrigues de Azevedo**, Fidalgo da Casa do Infante D. Fernando, Contador Geral da Beira, Senhor de Arcozelo e de Pega na Guarda:

«passou de Entre Douro, e Minho a viver na Beira foi Fidalgo da Casa do Infante D. Fernando, Pay do Rey D. Manuel, Contador Geral da Beira e Trás os Montes foi por sua mulher Sr. de Arcuzello não longe de Gouveia, e de Pega no termo da cidade da Guarda, viveo na villa de Fornos junto de Algodres Bispado de Viseu comarca de Pinhel então hoje de Linhares»³⁸

* cerca de 1390, filho de **Gonçalo Rodrigues de Abreu**, Alcaide-mor de Évora, e de **D. Teresa Pereira**, irmã de **S. Nuno Álvares Pereira** (1360-1431), canonizado a 26-4-2009

IV – **Mem Rodrigues de Castelo-Branco**, * cerca de 1450

= com **Joana de Castelo Branco**, * na Covilhã, Castelo Branco, filha de **Vasco Rodrigues de Castelo-Branco** e de **Leonor Francisca**

V – **Miguel Mendes de Castelo-Branco**, que depois de viúvo se fez clérigo e foi Arcipreste de S. Salvador de Monsanto, Idanha-a-Nova, Castelo-Branco, * cerca de 1480

= com **Bárbara Mendes Castelo-Branco**, filha de **António Mendes Ribeiro**

VI – **Sebastião Mendes de Castelo-Branco**, Juiz pela Ordenação e dos Órfãos da Covilhã, viveu no tempo dos reis D. Manuel I e D. João III, que o honraram com «alguns empregos»³⁹, conforme justificação feita a seu neto Domingos Mendes Castelo-Branco em Loriga a 9-3-1628, onde se afirma que serviu de Juiz pela Ordenação e Juiz dos Órfãos na vila da Covilhã, * cerca de 1510

= com **Isabel Pires Teixeira**, filha de **Pedro Teixeira**

VII – **António Mendes de Castelo-Branco**, Cavaleiro-Fidalgo com 500 réis de moradia, Capitão da vila de Loriga, combatente em África, tendo sido armado Cavaleiro em Ceuta em Agosto de 1558 por D. Fernando de Menezes, governador

³⁸ GAYO, 1989, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. I, p. 90 (Abreus) e vol. III, p. 291 (Cardosos).

³⁹ GONÇALVES, 2006, *Raízes da Beira [...]*, vol. II, § 1 Mendes Castelos-Brancos, p. 420.

da cidade: «serviu com grande honra e aceitação nos lugares de África com armas e cavalo à sua custa»⁴⁰, * cerca de 1540

= 2.^a vez com **Maria Pinto Pereira**, * em Fernão Joanes, termo da Guarda, filha de **Domingos Pereira Pinto**, homem Fidalgo, «descendente dos senhores de Britiande»⁴¹ e de **Catarina Dias**

VIII – **Domingos Mendes Castelo-Branco**, o *Mil Diabos*, Capitão-mor de Loriga, Alvoco, Sandomil e Vila Pouca (desde 1630-1660), Ouvidor de D. Francisco Coutinho (* c. 1588-?), 6.º Conde de Redondo, proprietário dos ofícios de Tabelião Público, Judicial e Notas e Escrivão das Execuções de Loriga e Alvoco da Serra (carta de 3-6-1623), assim como de Escrivão Público, Judicial, Notas e Órfãos, Câmara, Almoçaria das mesmas (por carta de 16-8-1623), ambas concedidas pelo 6.º Conde de Redondo; combatente na Guerra da Restauração (1640-1668):

«passando com a sua companhia por vezes do socorro à Beira, achando-se na facção do castelo de Elges, praça de S. Felices, Vila Vieja e Bugaio, e na tomada de Caria foi dos primeiros que escalaram a muralha, conforme se refere a tença concedida a seu filho António Mendes Castelo-Branco»⁴²

* em Loriga, Seia, cerca de 1580

= com **Catarina de Pomar**, * cerca de 1590, † em Loriga, Seia, a 15-7-1651, filha de **António Francisco de Abreu** e de **Catarina Lopes de Abreu**

IX – **Águeda Mendes Castelo-Branco**, Δ em Loriga, Seia, a 10-10-1620, era irmã de **António Mendes de Castelo-Branco**, Fidalgo de Cota de Armas (por carta de brasão de armas de 26-2-1656), Familiar do S.^{to} Ofício (por carta de 26-9-1659), Capitão Auxiliar de Infantaria, combatente na Guerra da Restauração, Δ em Loriga, Seia, a 7-12-1627

= com **André Martins de Figueiredo**, referido como Fidalgo de Cota de Armas em 1656, que viveu em Valezim de «sua fazenda e trato, dos principais, ricos e abonados»⁴³, * em Valezim, Seia, filho de **Diogo João** e de **Isabel Martins**, naturais de Valezim, Seia

X – **Catarina Mendes do Pomar**, Δ em Valezim, Seia, a 7-5-1652, era irmã de **António Mendes Castelo-Branco**, Familiar do S.^{to} Ofício (por carta de 18-5-1696)⁴⁴

⁴⁰ GONÇALVES, 2006, *Raízes da Beira* [...], vol. II, § 1 Mendes Castelos-Brancos, p. 420.

⁴¹ GONÇALVES, 2006, *Raízes da Beira* [...], vol. II, § 1 Mendes Castelos-Brancos, p. 420.

⁴² GONÇALVES, 2006, *Raízes da Beira* [...], vol. II, p. 421.

⁴³ GONÇALVES, 2006, *Raízes da Beira* [...], vol. II, § 1 Mendes Castelos-Brancos, p. 421 e § 4, p. 428.

⁴⁴ A Catarina Mendes do Pomar era irmã de Manuel Martins Castelo-Branco, padre, ordenado em 1664, * em Loriga, Seia; e de António Mendes Castelo Branco, Familiar do S.^{to} Ofício (por carta de 18-5-1696), * em Valezim, Seia, que casou em Valezim, Seia, a 25-2-1665, com Francisca de Lima, filha de Sebastião Martins de Lima e de Maria Serrano, naturais de Valezim, Seia, in ANTT, Habilitação do S.^{to} Ofício, TSO-CG, Habilitações, António Mendes Castelo Branco, Maço 28, documento 758, 1692.

= com **Cosme Francisco Preto**, morador com sua mulher em Loriga, e viveram posteriormente de seus gados e lavouras, * em Alvoco da Serra, Seia, filho de **António Preto** e de **Águeda Francisca**

XI – **Maria Mendes Castelbranco**, Δ em Valezim, Seia, a 6-4-1688

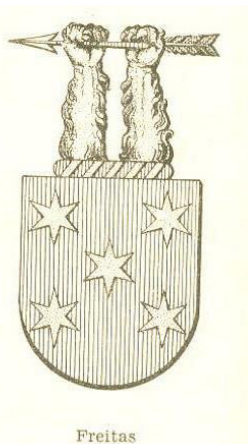
= em Valezim, Seia, a 6-12-1702 com **Manuel Mendes Serrano**, Δ em Valezim, Seia, a 27-2-1672, filho de **António Mendes**, * em Valezim, Seia, Δ a 15-1-1638 e de **Maria Serrano** (com quem casou em Valezim, Seia, a 11-5-1671); neto paterno de **Francisco Mendes**, viveu com sua mulher em Loriga, filho de **Ana Pinto**, * cerca de 1600 e de **Domingas Francisca**, filha de **Amaro Francisco**⁴⁵.

XII – **Maria Josefa Mendes Castelbranco**, Δ em Valezim, Seia, em 8-2-1714, era irmã de **António Mendes Serrano**, que fez Inquirições de *Genere* em 1730 e escritura de património em 1737, Δ em Valezim, Seia, a 14-6-1710

= em Valezim, Seia, a 13-6-1757, com **José Fernando da Costa Manuel**, matriculado em Cânones pela Universidade de Coimbra (1745-1754), * em 1727, † em Valezim, Seia, a 10-4-1803, filho de **Martinho Fernandes da Costa**, * em Valezim, Seia, e de **Maria Lopes**, * em Valezim, Seia, ver **COSTA MANUEL, dos Morgados de Valezim, Seia, Guarda n.º IV**, onde vem a sua ascendência

FREITAS

Figura n.º 9 – Armas Freitas



Fonte: ZUQUETE, 1961, *Armorial Lusitano*, p. 228.

⁴⁵ No Processo de Justificação de Nobreza de José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, vem dito erradamente que a ligação dos Castelo-Branco faz-se através de Manuel Mendes Serrano (1672-?), filho de Domingos Mendes Castelo-Branco (c. 1580-?), quando devia dizer que vem através de sua mulher Maria Mendes Castelbranco (1688-?), bisneta do referido Domingos Mendes Castelo-Branco.

A família Freitas remonta a João Rodrigues de Freitas (?-1523), natural de Lagos, que foi o primeiro membro desta família que passou ao arquipélago da Madeira na segunda metade do século XV, onde teve terras de sesmaria na Madalena do Mar, no concelho de Ponta do Sol, filho de Nuno de Freitas (c. 1400-?), Cavaleiro Fidalgo, natural de Lagos.

As armas dos Freitas são: de vermelho, com cinco estrelas de seis raios de ouro; timbre: dois braços de leão, de ouro em pala, segurando nas garras uma flecha de prata hasteada de vermelho ou dois braços de leão de ouro, passados em aspa⁴⁶.

I – **Nuno de Freitas**, Cavaleiro Fidalgo, * em Lagos, Faro, cerca de 1400
= em Faro 1425 com [?]

II – **João Rodrigues de Freitas**, foi o primeiro desta família que passou à ilha da Madeira, onde teve terras de sesmaria na Madalena do Mar, Ponta do Sol e jaz sepultado na igreja de S.^{ta} Maria da Madalena, que ali fundara Henrique Alemão, * em Lagos, Faro, cerca de 1440, † na Madalena do Mar, Ponta do Sol, Madeira, em 1523 (jaz sepultado na igreja de S.^{ta} Maria da Madalena)
= em 1490 com **Isabel Lopes**, Aia de D. Maria de Noronha, mulher de João Gonçalves da Câmara, 2.º Capitão-donatário do Funchal, * em Guimarães cerca de 1450, † na Madalena do Mar, Ponta do Sol, Madeira, a 13-6-1524, filha de **Gonçalo Pires**, * em Guimarães, Braga, cerca de 1420 e de **Constança Lopes** (com quem casou em Braga em 1443)

III – **João Rodrigues de Freitas**, o *Moço*, sucedeu no morgadio de sua mãe, * na Madalena do Mar, Ponta do Sol, Madeira, cerca de 1490
= em S.^{ta} Cruz, Madeira, cerca de 1510, com **Isabel Antunes Drummond**, * cerca de 1490, † a 21-9-1578, filha de **João de Leiria**, homem nobre, da cidade de Leiria, que foi encarregue, pelo 3.º Capitão-donatário do Funchal, de levar um presente ao Papa Leão X «com tanto luzimento que parecia embaixador de um grande príncipe»⁴⁷, * em S.^{ta} Cruz, Madeira, cerca de 1455/1460 e de **Isabel Anes de Drummond**, * cerca de 1460

⁴⁶ NORONHA, 1948, *Nobiliário genealógico das famílias* [...], vol. II, Freitas da Madalena, pp. 291-293 a 298, do n.º I – Nuno de Freitas (c. 1400-?), Cavaleiro Fidalgo, ao n.º V – Bernardo de Freitas da Silva (c. 1579/1580-1645); PORTOCARRERO, 1791, *Livro das Famílias Nobres deste Reino* [...], p. 791; CLODE, 1983, *Registo bio-bibliográfico de Madeirenses* [...], p. 139; ZUQUETE, 1961, *Armorial Lusitano*, p. 228; ANTT, Casa Real, Processo de Justificação de Nobreza, José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, Maço n.º 43, n.º 24.

⁴⁷ NORONHA, 1948, *Nobiliário genealógico das famílias* [...], vol. II, p. 243; PORTOCARRERO, 1791, *Livro das Famílias Nobres deste Reino* [...], p. 791.

IV – **Nuno Rodrigues de Freitas**, o *Moço*, Senhor do Morgado da Madalena, * na Madalena do Mar, Ponta do Sol, Madeira, cerca de 1520

= na Calheta, Madeira a 9-3-1565 com **Leonor da Silva Vasconcelos**, filha de **Pedro Gonçalves de Andrade**, Moço Fidalgo da Casa Real e Capitão do Cabo de Gué e de **Beatriz da Silva e Vasconcelos**

V – **Bernardo de Freitas da Silva**, * cerca de 1579/1580, † a 12-5-1645

= em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 28-2-1604, com **Isabel Escórcio**, * cerca de 1587, filha de **João Rodrigues Escórcio**, * em S.^{ta} Cruz, Madeira, cerca de 1552, † em 13-5-1605, e de **Maria Pacheco da Fonseca**, * cerca de 1560, † em 1612; neta paterna de **Diogo Rodrigues Escórcio de Drummond**, * cerca de 1510 e de **Juliana Gerales**, * cerca de 1579; bisneta paterna de **João Rodrigues**, * cerca de 1480, e de **Leonor Escórcio de Drummond**, * cerca de 1480; por esta sua bisavó é trisneta de **Antão Álvares de Carvalho**, * cerca de 1455, † em S.^{ta} Cruz, Madeira, a 20-1-1516 e de **Beatriz Escórcio Drummond**, * cerca de 1445, † na Madeira a 2-4-1527, filha de **João Escórcio Drummond** ou Sir **John Drummond V**, * na Escócia cerca de 1400 e de **Branca Afonso da Cunha**

VI – **Álvaro de Freitas e Andrade**, casou-se 2.^a vez em 1689, com 81 anos, com Francisca do Quental de Matos, * em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 19-12-1607, † em S.^{ta} Maria Maior, Funchal, Madeira, antes de 30-1-1696⁴⁸

= 2.^a vez em S. Vicente, Madeira, a 1-5-1689, com **Francisca do Quental de Matos**⁴⁹, que teve como padrinhos de baptismo os irmãos de seu marido e futuros cunhados o Capitão Francisco Freitas da Silva e sua irmã Beatriz da Silva, Δ em S. Vicente, Madeira, a 7-11-1668, filha de **Domingos Mendes Quental**, Capitão e de **Maria Caldeira**, ver **TEIXEIRA n.º IV**, onde vem a sua ascendência.

VII – **Sebastiana de Freitas e Andrade**, Δ em S. Vicente, Madeira, a 26-1-1690⁵⁰
= em S. Vicente, Madeira, a 20-1-1709, com **Manuel de Mendonça e Gouveia**, Capitão e 1.º Juiz Ordinário de S. Vicente, Madeira, Administrador do vínculo do Vale da Bica,

⁴⁸ ABM, Registos Paroquiais, Paróquia de S. Pedro, Funchal, Baptismos (1598-1611), fl. 60; ANTT, Casa Real, Processo de Justificação de Nobreza, José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, Maço n.º 43, n.º 24; era irmão de João de Freitas da Silva, que levantou na ilha da Madeira e a suas expensas em 1631, uma companhia de 100 homens, com os quais foi servir em Pernambuco, onde foi morto pelos holandeses em 1633. Como morreu solteiro, foi seu tio Brás de Freitas da Silva, que recebeu, em 7-8-1647, uma mercê do rei pelos serviços prestados pelo seu sobrinho. Era filho de Bernardo de Freitas da Silva e de Leonor da Silva Vasconcelos, da família dos Freitas da Madalena do Mar, veja-se ABM, Registo Geral da Câmara do Funchal, tomo V, fl. 163; SILVA, MENEZES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 387; ANTT, Portarias do Reino, livro 6, fl. 46 v.º; NORONHA, 1948, *Nobiliário genealógico das famílias [...]*, vol. II, 293-298.

⁴⁹ ABM, Registos Paroquiais, Paróquia de S. Vicente, Madeira, Casamentos 3 (1661-1716), fl. 130 v.º.

⁵⁰ ABM, Registos Paroquiais, Paróquia de S. Vicente, Madeira, Baptismos 6 (1689-1708), fl. 11.

filho do Alferes **Manuel Mendonça** e de **Filipa de Gouveia**, moradores no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira

VIII – **José de Freitas e Mendonça**, Capitão de Ordenanças da freguesia de S. Jorge, termo da vila de S. Vicente (até 22-8-1776), * em S. Vicente, Madeira, a 23-7-1710, † antes de 22-8-1776

= no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a ?-10-1735, com **Antónia de Miranda e Spínola**, Δ no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 13-6-1711, sendo baptizada a 19-6, filha de **Jorge Correia de Miranda e Spínola**, * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, a ?-3-1685, e de **Maria Dias Ribeiro**, * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, ver **SPÍNOLA n.º X**

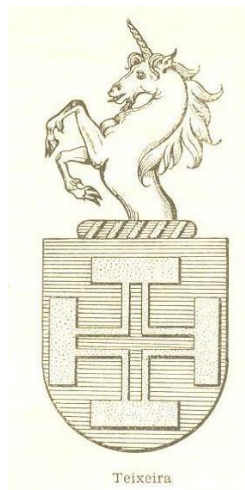
IX – **Ana Joaquina de Freitas e Mendonça**, dos Senhores do Morgado de Vale da Bica, Δ no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 16-6-1744

= no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 7-5-1769, com **Francisco de Abreu e Freitas**, Capitão de Ordenanças de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira (antes de ?-12-1784), * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, a 16-12-1709, † antes de 12-8-1784, filho de **Manuel de Freitas e Abreu** ou **Manuel Pinto de Freitas**, * em S. Bento, Ribeira Brava, Madeira, 19-12-1683, e de **Bernarda Mendes da Trindade** (com quem casou em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, a 31-8-1708), * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, filha de **Inácio Gonçalves**, Alferes e de **Maria Mendes**; neto paterno de **António de Freitas e Abreu**, carpinteiro, Δ em S. Bento, Ribeira Brava, Madeira, a 20-6-1661, e de **Inácia Pinto**, de S.^{to} António (com quem casou na Sé, Funchal, a 26-12-1678), filha de **Manuel Pinto** ou **Fernandes**, ver **TEIXEIRA n.º VII**

X – **D. Maria Dionísia de Freitas e Mendonça**, * a 10-10-1773, † a 18-2-1844
= em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 20-8-1789, com seu parente **Maurício José de Castelbranco Manuel**, Licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra, Deputado da Madeira às Cortes Constituintes (1821-1822), Juiz de Fora de Ponta Delgada (1789) e da Ribeira Grande (1792), ilha de S. Miguel, * em Valezim, Seia, sendo baptizado a 21-12-1761, filho de **José Fernando da Costa Manuel**, matriculado em Cânones pela Universidade de Coimbra (1745-1754), * em 1727, † em Valezim, Seia, a 10-4-1803, e de **Maria Josefa Mendes de Castelbranco**, Δ em Valezim, Seia, a 8-2-1714 (com quem casou em Valezim, Seia, a 13-6-1757), ver **COSTA MANUEL, dos Morgados de Valezim, Seia, Guarda n.º V**

TEIXEIRA

Figura n.º 10 – Armas Teixeira



Fonte: ZUQUETE, 1961, *Armorial Lusitano*, p. 520.

A família Teixeira remonta a Gaspar Rodrigues Teixeira (c. 1505-?), Fidalgo de Cota de Armas (por carta de brasão de armas de D. João III passada em Évora a 7-9-1535, escudo de campo azul e uma cruz de ouro potência e vazia do primeiro; diferença: uma brica de prata e nela um "X" de preto; elmo de prata aberto guarnecido de ouro; paquife de ouro e azul; timbre: uma aspa de azul perfilada de ouro; com todas as honras dos fidalgos por descender da nobre geração dos Teixeira)⁵¹, casado com Luzia de Freitas, que seria filha de Lucas Fernandes e de Leonor Lourenço Teixeira (c. 1460-?), neto materno de Lourenço Rodrigues Teixeira (c. 1430-?) e bisneto de João Rodrigues Teixeira (c. 1400-?), fidalgo muito honrado e tronco da nobre geração dos Teixeira.

Os Teixeira aqui estudados remontam a Brás Gonçalves Brasão (c. 1565-?), casado com Maria Gomes, moradores em S. Vicente, Madeira, espalhando-se para outros locais como S. Jorge, Santana, Arco de S. Jorge e mais tarde Funchal por linhas femininas, dando origem aos Brasões Gomes, Brasões Gouveias e Brasões Teixeiras.

As suas armas são: de azul com uma cruz de ouro potência e vazia; timbre um unicórnio de prata, armado de ouro sainte⁵².

⁵¹ BAENA, 1991, *Archivo heraldico-genealogico*, vol. I, p. 237; ANTT, Chancelaria de D. João III, livro X, fl. 136 v.º.

⁵² CLODE, 1983, *Registo bio-bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 70; VAZ, 1963, *Famílias da Madeira e Porto Santo*, vol. I, p. 280 e 282; ANTT, Casa Real, Processo de Justificação de Nobreza, José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, Maço n.º 43, n.º 24; ZUQUETE, 1961, *Armorial Lusitano*, p. 520.

I – **Brás Gonçalves Brasão**, * em S. Vicente, Madeira, cerca de 1565, † em S. Vicente, Madeira

= com **Maria Gomes**, * em S. Vicente, Madeira, † em S. Vicente, Madeira, entre 1602/1604

II – **Pedro Brás Teixeira**⁵³, * em S. Vicente, Madeira, cerca de 1587

= na Ermida de N.^a S.^{ra} do Rosário, S. Vicente, Madeira, a 14-9-1608, com **D. Antónia Caldeira**, * cerca de 1592, filha de **José Caldeira**, que empregou a terça parte dos seus bens na construção da capela de N.^a S.^{ra} do Rosário, que instituiu na Vargem, e aí foi sepultado com sua mulher, † em S. Vicente, Madeira, em 1626 e de **Maria Lourenço**

III – **Maria Caldeira**, Δ em S. Vicente, Madeira, a 13-9-1637

= em S. Vicente, Madeira, a 24-11-1659, com o Capitão **Domingos Mendes Quental**, Δ em S. Vicente, Madeira, a 20-9-1637, filho de **António Mendes** e de **Maria Francisca**

IV – **Francisca do Quental de Matos**⁵⁴, Δ em S. Vicente, Madeira, a 7-11-1668

= em S. Vicente, Madeira, a 1-5-1689 com **Álvaro de Freitas e Andrade**, * em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 19-12-1607, † em S.^{ta} Maria Maior, Funchal, Madeira, antes de 30-1-1696⁵⁵, filho de **Bernardo de Freitas da Silva**, * cerca de 1579/1580, † 12-5-1645, e de **Isabel Escórcio**, * cerca de 1587 (com quem casou em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 28-2-1604), ver **FREITAS n.º VI**, onde vem a sua ascendência

V – **Sebastiana de Freitas e Andrade**, Δ em S. Vicente, Madeira, a 26-1-1690

= em S. Vicente, Madeira, a 20-1-1709, com **Manuel de Mendonça e Gouveia**, Capitão e 1.º Juiz Ordinário de S. Vicente, Madeira, Administrador do vínculo do Vale da Bica, filho do Alferes **Manuel Mendonça** e de **Filipa de Gouveia**, moradores no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira

VI – **José de Freitas e Mendonça**, Capitão de Ordenanças da freguesia de S. Jorge, termo da vila de S. Vicente (até 22-8-1776), * em S. Vicente, Madeira, a 23-7-1710, † antes de 22-8-1776

= no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a ?-10-1735, com **Antónia de Miranda e Spínola**, Δ no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 13-6-1711, sendo baptizada a

⁵³ No Processo de Justificação de Nobreza de José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, vem dito erradamente que este Pedro Brás Teixeira fora baptizado em S. Vicente, Madeira, a 10-9-1568, tendo casado em S. Vicente, a 10-11-1594, com D. Antónia Caldeira, nascida cerca de 1578, filha de João Caldeira, e que ele seria filho de Gaspar Rodrigues Teixeira, Fidalgo de Cota de Armas (por carta de brasão de armas de D. João III passada em Évora a 7-9-1535) e de Luzia de Freitas, o que os registos paroquiais contradizem.

⁵⁴ ABM, Registos Paroquiais, Paróquia de S. Vicente, Madeira, Casamentos 3 (1661-1716), fl. 130 v.º.

⁵⁵ ABM, Registos Paroquiais, Paróquia de S. Pedro, Funchal, Baptismos 3 (1598-1611), fl. 60; ANTT, Casa Real, Processo de Justificação de Nobreza, José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, Maço n.º 43, n.º 24.

19-6, filha de **Jorge Correia de Miranda e Spínola**, * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, a ?-3-1685, e de **Maria Dias Ribeiro**, * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, ver **SPÍNOLA n.º X**, onde vem a sua ascendência

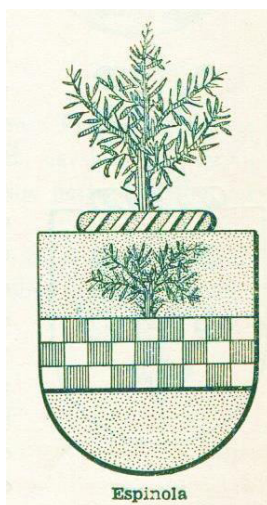
VII – **Ana Joaquina de Freitas e Mendonça**, Δ no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 16-6-1744

= no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 7-5-1769, com **Francisco de Abreu e Freitas**, Capitão de Ordenanças de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira (antes de ?-12-1784), * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira a 16-12-1709, † antes de 12-8-1784, filho de **Manuel de Freitas e Abreu**, * em S. Bento, Ribeira Brava, Madeira, 19-12-1683, e de **Bernarda Mendes da Trindade**, ver **FREITAS n.º IX e SPÍNOLA n.º XI**, onde vem a sua ascendência

VIII – **D. Maria Dionísia de Freitas e Mendonça**, * a 10-10-1773, † a 18-2-1844 = em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 20-8-1789 com seu parente **Maurício José de Castelbranco Manuel**, Licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra, Deputado da Madeira às Cortes Constituintes (1821-1822), Juiz de Fora de Ponta Delgada (1789) e da Ribeira Grande (1792), ilha de S. Miguel, * em Valezim, Seia, sendo baptizado a 21-12-1761, filho de **José Fernando da Costa Manuel**, matriculado em Cânones pela Universidade de Coimbra (1745-1754), * em 1727, † em Valezim, Seia, a 10-4-1803, e de **Maria Josefa Mendes de Castelbranco**, Δ em Valezim, Seia, a 8-2-1714 (com quem casou em Valezim, Seia, a 13-6-1757), ver **COSTA MANUEL, dos Morgados de Valezim, Seia, Guarda n.º V e FREITAS n.º X**, onde vem a sua ascendência

SPÍNOLA ou ESPÍNOLA

Figura n.º 11 – Armas Espínola ou Spínola



Fonte: ZUQUETE, 1961, *Armorial Lusitano*, p. 199.

Apelido nobre e muito antigo que provém de Micer Baptista Spínola (c. 1440-1512), Cavaleiro-Fidalgo da Casa Real, que foi o primeiro da sua família a passar à Madeira, recebendo de Lançarote Teixeira, em 1470, muitas terras no Porto da Cruz, Faial e S.^{ta} Cruz, etc., e de sua mulher Isabel Martins, e membro de uma das 28 famílias nobres da República de Génova.

As armas Spínola são: de ouro, com uma faixa xadrezada de prata e vermelho de três tiras, sustendo um ramo de espinhas de vermelho, movente do bordo superior da faixa; timbre: o ramo do escudo⁵⁶.

I – Baptista Spínola

= com **N. Centurione**

II – Micer Baptista Spínola, Cavaleiro-Fidalgo da Casa Real, foi o primeiro da sua família a passar à Madeira, recebendo de Lançarote Teixeira, em 1470, muitas terras no Porto da Cruz, Faial e S.^{ta} Cruz; fez testamento em 1512, vinculando a sua terça parte em seu filho João Baptista, * em Génova, Ligúria, Itália, cerca de 1440, † em S.^{ta} Cruz, Madeira, a 6-10-1512

= com **Isabel Martins**

III – João Baptista Spínola, Almotacé e Vereador, mercador de açúcar, Cavaleiro da Casa Real, * em S.^{ta} Cruz, Madeira, cerca de 1480, † em Gaula, S.^{ta} Cruz, Madeira

= em 1500 / 1510 com **Branca Rodrigues**, * em S.^{ta} Cruz, Madeira, cerca de 1487, filha de **Rodrigo Afonso Portocarrero**, o Velho

IV – Miguel Baptista Spínola

* em S.^{ta} Cruz, Madeira, entre 11-1-1519 e 10-1-1522

= na Sé, Funchal, Madeira, cerca de 1551, com **Antónia Gramacho**, * em S.^{ta} Cruz, Madeira, cerca de 1530, filha de **Salvador Gramacho**, Almoxarife da Câmara do Funchal, * em S.^{ta} Cruz, Madeira, cerca de 1490, e de **Isabel Matoso**, * em S.^{ta} Cruz, Madeira; neta paterna de **Rui Gramacho**, Fidalgo, que foi um dos primeiros povoadores de S.^{ta} Cruz, Madeira, onde teve terras de sesmaria em 1470, * em Évora cerca de 1450 e de **Inês Pires Escórcio** (filha de **André Pires**, Capitão-mor de Ceuta e de **Ana Escórcio**, neta materna de **João Escórcio Drummond** e de **Branca Afonso**; neta materna de **Pedro Matoso** e de **Margarida Afonso da Costa**)

⁵⁶ MATOS, 2001, *Subsídios para a História do Porto da Cruz* [...], pp. 168-169 dos n.º I a IV; ANTT, Casa Real, Processo de Justificação de Nobreza, José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, Maço n.º 43, n.º 24; CLODE, 1983, *Registo bio-bibliográfico de Madeirenses* [...], pp. 116-117, 162; ZUQUETE, 1961, *Armorial Lusitano*, p. 199; MACHADO, 1944, *Nobiliário da ilha Terceira*, vol. II, pp. 9-10 de Leão Spínola (n.º I) a Pedro Spínola Dória (n.º III).

V – **Maria Baptista Spínola**, * cerca de 1555⁵⁷

= em S.^{ta} Cruz, Madeira com **Lúis Miranda Correia de Lordelo**, * cerca de 1550, filho de **Martim Correia Miranda**, * Machico, Madeira, * cerca de 1530 e de **Beatriz de Lordelo**, * cerca de 1535; neto paterno de **Francisco Correia Miranda**, Juiz dos Órfãos do Machico, * cerca de 1500 e de **Joana Luís**, * cerca de 1500; neto materno de **Lopo de Lordelo**, * cerca de 1470 e de [?] **Spínola**; bisneto materno de **Tristão Vaz Teixeira**, o *Tristão das Damas*, 2.º Capitão-donatário do Machico, * cerca de 1430 e de **Guiomar de Lordelo**; trineto materno de **Tristão Vaz**, 1.º Capitão-donatário do Machico (a 8-5-1440), Fidalgo de Cota de Armas, Escudeiro da Casa do Infante D. Henrique, tendo sido o descobridor oficial, com **João Gonçalves Zarco**, da ilha da Madeira, * cerca de 1395 e de **Branca Teixeira**, * cerca de 1400

VI – **Lúis Miranda Correia de Lordelo**, * em S.^{ta} Cruz, Madeira, cerca de 1580

= em S.^{ta} Cruz, Madeira, a 12-4-1605, com **Maria de Sousa**, * em S.^{ta} Cruz, Madeira, cerca de 1580, filha de **Francisco Fernandes** e de **Catarina Gonçalves** ou de **Sousa**

VII – **Antónia Gramacho Spínola**, * em S.^{ta} Cruz, Madeira, a 31-1-1606

= em S.^{ta} Cruz, Madeira, a ?-5-1633, com **André Fernandes**, * em S.^{ta} Cruz, Madeira

VIII – **Teotónio de Miranda Spínola**, * em S.^{ta} Maria do Calhau, Funchal, Madeira

ou S.^{ta} Cruz, Madeira cerca de 1635

= em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, a 6-6-1679, com **Maria do Faial**, * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, filha de **Manuel António Faial** e de **Joaquina Maria**, naturais de S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira

IX – **Jorge Correia de Miranda e Spínola**, * em S. Brás do Campanário, Ribeira

Brava, Madeira, a ?-3-1685

= no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 7-7-1710, com **Maria Dias Ribeiro**, * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, filha de **Manuel Gomes Barreto** e de **Maria Gomes Ribeiro**

X – **Antónia de Miranda e Spínola**, Δ no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a

13-6-1711, sendo baptizada a 19-6

= no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a ?-10-1735, com **José de Freitas e Mendonça**, Capitão de Ordenanças da freguesia de S. Jorge, termo da vila de S. Vicente (até 22-8-1776), * em S. Vicente, Madeira, a 23-7-1710, † antes de 22-8-1776, filho de **Manuel de Mendonça e Gouveia**, Capitão e 1.º Juiz Ordinário de S. Vicente, Madeira,

⁵⁷ Entre os n.os IV e VI deste capítulo não se consegue obter mais informações biográficas, dada a inexistência de registos paroquiais da paróquia de S.ta Cruz, nomeadamente de baptismos entre 1543-1597, casamentos entre 1552-1596 e óbitos entre 1556-1596; NORONHA, 1948, *Nobiliário genealógico das famílias* [...], vol. III, pp. 485-486.

e de **Sebastiana de Freitas e Andrade**, ver **FREITAS n.º VIII** e **TEIXEIRA n.º VI**, onde vem a sua ascendência

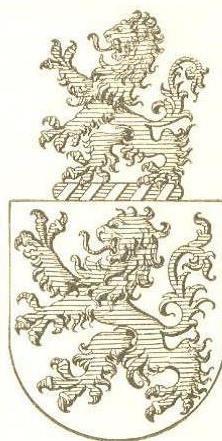
XI – **Ana Joaquina de Freitas e Mendonça**, dos Senhores do Morgado de Val da Bica, Δ no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 16-6-1744

= no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 7-5-1769, com **Francisco de Abreu e Freitas**, Capitão de Ordenanças de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira (antes de 7-12-1784), * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, a 16-12-1709, † antes de 12-8-1784, filho de **Manuel de Freitas e Abreu**, * em S. Bento, Ribeira Brava, Madeira, 19-12-1683 e de **Bernarda Mendes da Trindade**, * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, ver **FREITAS n.º IX** e **TEIXEIRA n.º VII**, onde vem a sua ascendência

XI – **D. Maria Dionísia de Freitas e Mendonça**, * a 10-10-1773, † a 18-2-1844
= em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 20-8-1789, com seu parente **Maurício José de Castelbranco Manuel**, Licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra, Deputado da Madeira às Cortes Constituintes (1821-1822), Juiz de Fora de Ponta Delgada (1789) e da Ribeira Grande (1792), ilha de S. Miguel, * em Valezim, Seia, sendo baptizado a 21-12-1761, filho de **José Fernando da Costa Manuel**, matriculado em Cânones pela Universidade de Coimbra (1745-1754), * em 1727, † em Valezim, Seia, a 10-4-1803 e de **Maria Josefa Mendes de Castelbranco**, Δ em Valezim, Seia, a 8-2-1714 (com quem casou em Valezim, Seia, a 13-6-1757), ver **COSTA MANUEL, dos Morgados de Valezim, Seia, Guarda n.º V**, onde vem a sua ascendência

ACCIAIUOLI

Figura n.º 12 – Armas Acciaiuolis



Achioli

Fontes: ZUQUÊTE, 1961, *Armorial Lusitano*, p. 29.

Os Acciaiuolis da ilha da Madeira procedem de Simão Acciaiuoli, natural de Florença, Fidalgo de Cota de Armas (por carta de brasão de armas de 27-10-1529), que veio para o Funchal, Madeira, em 1515, filho de Zenóbio Acciaiuoli, aristocrata de Florença e de Genebra Amadori ou de Catarina Delphini, neto de Zenóbio Acciaiuoli e de Maria Guarini.

As armas dos Acciaiuolis são em campo de prata, com um leão azul armado e lampassado de vermelho; timbre: o leão das armas⁵⁸.

I – **Simão Acciaiuoli (Simone Acciaiuoli)**, Fidalgo de Cota de Armas (por carta de brasão de armas de D. João III dada em Lisboa a 27-10-1529, escudo de campo de prata com um leão azul com língua e unhas vermelhas; elmo de prata aberto guarnecido de ouro; paquife de prata e azul; e por timbre o mesmo leão das armas; com todas as honras e privilégios de fidalgo por descender da linhagem dos Acciaiuoli, que na senhoria de Florença são Fidalgos)⁵⁹, veio para o Funchal, Madeira, em 1515, onde fundou a capela de N.^a S.^{ra} da Natividade ou do Faial, acima da cidade; fundou igualmente o Capítulo Velho de S. Francisco, onde tinha altar de N.^a S.^{ra} da Piedade, * cerca de 1497, † a 15-2-1544

= com **Maria Drummond Pimentel**, filha de **Pedro Rodrigues Pimentel**, Fidalgo da Casa Real, da família Pimentel, de Torres Novas, que passou à ilha da Madeira em 1470, e de **D. Isabel Ferreira Drummond**

II – **Zenobio Acciaiuoli**, Fidalgo Cavaleiro (a 5-2-1595), Cavaleiro do Hábito da Ordem de Cristo, herdou a casa paterna por morte de seu irmão Francisco Acciaiuoli (falecido a 20-8-1562), que jurou com sua mulher serem fidalgos muito ilustres a 14-6-1583, diante Francisco Pardo, Desembargador dos Agravos e Corregedor do Cível da Corte e Escrivão, * na Sé, Funchal, Madeira cerca de 1530, † a 20-5-1598 (sendo sepultado no Capítulo Velho de S. Francisco)

= no Funchal a 19-5-1562 com **D. Maria de Vasconcelos**, da Sé, * cerca de 1540, † a 24-9-1621, filha de **Duarte Mendes de Vasconcelos**, «fez morgado de sua terça n'a quinta d'os Reis por cima d'esta cidade [do Funchal]»⁶⁰, * cerca de 1490,

⁵⁸ NORONHA, 1948, *Nobiliário genealógico das famílias [...]*, vol. I, pp. 37-38, 43 e 44, do n.º I ao n.º V; FONSECA, 1935, *Nobiliarquia Pernambucana*, vol. II, pp. 11-12; GAYO, 1989, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. I, pp. 136-137; VAZ, 1963, *Famílias da Madeira e Porto Santo*, vol. I, pp. 26-31; DORIA, 2003, *Acciaiuolis, Madeira e Brasil, I [...]*, pp. 13-17, 22-26; CLODE, 1983, *Registo bio-bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 13; BRITO, BORREGO, GUIMARÃES, 2002, *Livro genealógico das famílias desta cidade de Portalegre*, pp. 59-61; ZUQUETE, 1961, *Armorial Lusitano*, p. 29.

⁵⁹ BAENA, 1991, *Archivo heraldico-genealogico*, vol. I, p. 346, ANTT, Chancelaria de D. João III, Livro LII, fl. 81 v.º.

⁶⁰ NORONHA, 1948, *Nobiliário genealógico das famílias [...]*, vol. III, § 15, Vasconcelos, p. 532.

† a 12-7-1554, e de **D. Joana Rodrigues de Mondragão**; neta paterna de **Joane Mendes de Vasconcelos**, * cerca de 1450, e de sua mulher **Maria Lourenço de Miranda** ou **Inês Moniz**; bisneta paterna de **Martim Mendes de Vasconcelos**, dito o *Moço*, Cavaleiro da Casa do Infante D. Fernando e Fidalgo Cavaleiro, * cerca de 1400 e de **Helena Gonçalves da Câmara**, * cerca de 1430, filha de **João Gonçalves Zarco**, 1.º Capitão-donatário do Funchal (por mercê do Infante D. Henrique em carta de 1450) e Fidalgo de Cota de Armas (por carta de brasão de armas do rei D. Afonso V de Portugal de 4-7-1460, armas de Câmara), navegador ao serviço do Infante D. Henrique, tendo sido o descobridor oficial, com Tristão Vaz Teixeira, da ilha da Madeira e de **Constança Rodrigues de Sá**

III – **Gaspar Acciaiuoli de Vasconcelos**, Fidalgo da Casa Real, Comendador do Hábito de Cristo com a pensão de 40 000 réis (alvará de 26-3-1647), «serviu com valor e dispendio n’as guerras do Brasil»⁶¹, nomeadamente em Olinda, Pernambuco e no cerco feito a S. Salvador da Baía pelo Conde de Nassau; casou em Pernambuco e depois mudou a sua casa para a ilha da Madeira, * na Madeira, em 1578, † na Sé, Funchal, a 4-5-1668

= em Pernambuco, Brasil, a 10-6-1618, com sua parente **D. Ana Cavalcanti de Albuquerque**, † em ?-3-1674, filha de **João Gomes de Melo** e de **Margarida de Albuquerque**; neta materna de **Filippo di Giovanni Cavalcanti** ou **Filipe Calvalcanti**, radicado em Pernambuco, após 1558, * em Florença, Itália, em 12-6-1525 e de **Catarina de Albuquerque**, * em Olinda, Recife, Brasil, cerca de 1544, † aí em 1614

IV – **Zenobio Acciaiuoli de Vasconcelos**, Fidalgo Cavaleiro (a 5-2-1695), Coronel de Cavalaria das Ordenanças (1681), «servio n’as guerras de Pernambuco com muito valor, ganhando fama de esforçado cavaleiro»⁶², Mestre-de-Campo do Terço da Guarnição da Praça de Pernambuco (por carta patente de D. Pedro II de 22-10-1681 até 1697), Comendador das Ordens de S. Miguel da Ribeira de Diu e de Cristo, além de ter recebido a Alcaidaria-mor da cidade de Olinda, que se tornou hereditária nos seus descendentes directos até o século XVIII; militou, tal como seu irmão mais novo, João Baptista, nas guerras contra os holandeses em Pernambuco, tendo estado nos combates dos Afogados, nas duas batalhas dos Guararapes e na capitulação da campina da Taborda a 27-1-1654; como Coronel da Junta convocada pelo Governador Fernão de Sousa Coutinho a 15-1-1671, no paço do Senado da Câmara de Olinda, foi encarregue para tratar de um pedido de socorro feito pelo governador de Angola, Francisco de Távora, e em 1688 foi apontado, pelo governador

⁶¹ NORONHA, 1948, *Nobiliário genealógico das famílias* [...], vol. I, § 4, Acciaiolis, p. 43.

⁶² NORONHA, 1948, *Nobiliário genealógico das famílias* [...], vol. I, § 4, Acciaiolis, p. 43.

e capitão-general, Fernão Cabral, como membro do triunvirato que deveria assumir o governo da Capitania de Pernambuco, por falecimento do citado governador, * em Pernambuco, Brasil, a 30-4-1619, † em Pernambuco, em 1697

= em Olinda, Pernambuco, por volta de 1654, com sua parenta **D. Maria** (ou **Mécia**) **Pereira de Moura Cavalcanti**, filha de **Cosme Dias** ou (**Nunes**) **da Fonseca** e de **D. Mécia** (ou **Maria**) **de Moura**; neta materna de **D. Filipe de Moura**, Governador e Capitão-mor de Pernambuco e de **Genebra Cavalcanti**, * Brasil, cerca de 1550 (filha de **Filipe Cavalcanti**, que veio para Portugal em 1558, * a 12-6-1525 e de **Catarina de Albuquerque**, * Olinda, Recife, Brasil, cerca de 1544, † aí em 1614; neta materna de **Jerónimo de Albuquerque**, o Adão Pernambucano, * cerca de 1500 e de **Maria do Espírito Santo Arcoverde**, * cerca de 1510)

V – **Filipe de Moura Acciaiuoli**, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Alcaide-mor de Olinda, sucedendo a seu pai (por carta régia de 20-3-1705), Vereador da Câmara de Olinda (em 1692), Juiz Ordinário de Olinda (eleito em 1703), não tomando posse porque o cargo foi transformado em Juiz de Fora, viveu em Pernambuco, * cerca de 1655, † em Pernambuco, antes de 10-10-1710

= antes de 26-3-1676 com sua prima coirmã **D. Margarida Acciaiuoli**, * cerca de 1630, filha de **João Baptista Acciaiuoli** e de **D. Maria de Melo**

VI – **João Baptista Acciaiuoli**, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (por alvará de 21-1-1711), Alcaide-mor de Olinda (a 9-6-1712) e Recife, * cerca de 1680

= com sua prima **D. Beatriz Acciaiuoli**, filha de **Miguel Acciaiuoli de Vasconcelos**

VII – **D. Inês Teresa** ou **Francisca Acciaiuoli de Moura**, * em Pernambuco, cerca de 1705

= em S.^{to} Amaro de Pernambuco, Brasil, em 1729 com o Doutor **Lourenço de Freitas Ferraz de Noronha**, Governador da Paraíba, Brasil, Ouvidor-geral do Reino de Angola (desde 1734), Juiz de Fora de Olinda e Recife (por carta régia de 13-9/11-1727 até 1737), * S.^{to} António de Pernambuco, ou Funchal, Madeira, † em Angola, filho de **Manuel Freitas Ferraz** e de **Domingas de Noronha**, naturais do Funchal, Madeira; neto paterno de **António Ferraz** e de **Maria de Freitas**; neto materno de **António Martins de Noronha** e de **Inácia Gonçalves** ou **Lopes**

VIII – **Filipe Acciaiuoli Ferraz de Noronha**, Capitão-mor de Ordenanças de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira (desde pelo menos 1781 até ?-6-1788), Capitão de Ordenanças de Machico, Madeira (em 30-8-1764), Capitão de Ordenanças de Arco de S. Jorge, termo da vila de S. Vicente, Madeira (em 22-8-1776), Capitão de Ordenanças

da Ribeira Grande, S. Vicente, Madeira (até 5-4-1781)⁶³, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo (em 16-12-1754), * em S. Paulo, Luanda, Angola cerca de 1730, † antes de 12-6-1788

= em S. Vicente, Madeira, por volta de 1760 com **D. Antónia Maria de Freitas e Abreu**, * no Arco de S. Jorge, Madeira, a 3-3-1740, filha de **José de Freitas e Mendonça**, Capitão de Ordenanças da freguesia de S. Jorge, termo da vila de S. Vicente (até 22-8-1776), * em S. Vicente, Madeira, a 23-7-1710, † antes de 22-8-1776 e de **Antónia de Miranda e Spínola**, Δ no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 13-6-1711, sendo baptizada a 19-6, ver **TEIXEIRA n.º VI e SPÍNOLA n.º X**, onde vem a sua ascendência

IX – **Filipe Joaquim Acciaiuoli de Noronha**, Coronel de Milícias e Capitão de Auxiliares da Companhia do Arco de S. Jorge, distrito da Ponta Delgada (a 2-12-1794), Ajudante de Ordens do 1.º Conde do Bonfim, pronunciado pela alçada da justiça em 1822, fugiu para o estrangeiro, * em S. Vicente, Madeira, a 8-9-1761⁶⁴

= cerca de 1791 com sua prima coirmã **D. Ana Coleta de Freitas e Abreu**, * no Senhor do Bom Jesus de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira, a 27-2-1770, filha de **Francisco de Abreu e Freitas**, Capitão de Ordenanças de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira (antes de ?-12-1784), * em S. Brás do Campanário, Ribeira Brava, Madeira, a 16-12-1709, † antes de 12-8-1784, e de **Ana Joaquina de Freitas e Mendonça**, dos Senhores do Morgado de Val da Bica, Δ no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 16-6-1744 (com quem casou no Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, a 7-5-1769), ver **FREITAS n.º IX, TEIXEIRA n.º VII e SPÍNOLA n.º XI**, onde vem a sua ascendência

X – **D. Carlota Acciaiuoli de Noronha**, * em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 19-1-1808

= na Sé, Funchal, Madeira a 30-11-1839 com seu primo coirmão **Maurício José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco**, Comendador da Ordem de Cristo, 1.º Oficial Chefe de Repartição do Governo Civil da Madeira, desempenhou várias comissões de serviço, colaborou em vários periódicos e jornais madeirenses, * na Sé, Funchal, a 5-12-1814, † na rua dos Aranhas, n.º 6, em S. Pedro, Funchal, Madeira, a 8-8-1901, filho de **Maurício José de Castelbranco Manuel**, Licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra, Deputado da Madeira às Cortes Constituintes (1821-1822),

⁶³ BORREGO, 2008-2014, *Habilitações nas Ordens Militares [...]*, tomo I, pp. 396-397; BORREGO, 2006, *As Ordenanças e as Milícias em Portugal [...]*, vol. I, pp. 481 e 488.

⁶⁴ No assento de casamento de sua filha Carlota Acciaiuoli de Noronha na Sé, Funchal, Madeira, a 30-11-1839, vem como natural da freguesia de S. Vicente, onde de facto nasceu a 8-9-1761, mas na de baptismo de sua filha em S. Pedro, Funchal, a 19-1-1808, vem erradamente como natural do Arco de S. Jorge, Santana, Madeira, in ABM, Registos Paroquiais, Paróquia da Sé, Funchal, Casamentos (1838-1852), fl. 20 v.º e Registos Paroquiais, Paróquia de S. Pedro, Funchal, Baptismos (1804-1808), fl. ?.

Juiz de Fora de Ponta Delgada (1789) e da Ribeira Grande (1792), ilha de S. Miguel, * em Valezim, Seia, sendo baptizado a 21-12-1761, e de **D. Maria Dionísia de Freitas e Mendonça**, * no Senhor do Bom Jesus de Ponta Delgada, S. Vicente, Madeira, a 10-10-1773, sendo baptizada a 17-10, † a 18-2-1844, ver **COSTA MANUEL, dos Morgados de Valezim, Seia, Guarda n.º V**, onde vem a sua ascendência

Fontes e Bibliografia

1 – Fontes Manuscritas e Não Publicadas

1.1 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Cartório da Nobreza, livro VII, livro IX.

Casa Real, Processo de Justificação de Nobreza, José de Freitas Teixeira Spínola de Castelbranco, Maço n.º 43, n.º 24.

Casa Real, Processo de Justificação de Nobreza, Joaquim Pedro de Castelbranco, Maço n.º 62, n.º 17.

Habilitação do S.^{to} Ofício, TSO-CG, Habilitações, António Mendes Castelo Branco, Maço 28, documento 758, 1692.

Chancelaria de D. João III, livro X, Livro LII.

Portarias do Reino, livro 6.

1.2 – Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM)

Registos Paroquiais, Paróquia de S. Pedro, Funchal, Baptismos 3 (1598-1611), fl. 60, Baptismos (1804-1808), fl. 268 v.º, Baptismos (1834-1848), fl. 268 v.º.

Registos Paroquiais, Paróquia da Sé, Funchal, Casamentos (1838-1852), fl. 20 v.º.

Registos Paroquiais, Paróquia de S. Vicente, Madeira, Baptismos 6 (1689-1708), fl. 11, Casamentos 3 (1661-1716), fl. 130 v.º.

Registo Geral da Câmara do Funchal, tomo V.

1.3 – Arquivo Distrital da Guarda

Registos Paroquiais, Paróquia de Valezim, Seia, Baptismos 1 (1785-1843), Mistos 1 (1594-1785), fls. 451 e 644.

1.4 – Arquivo Pessoal do Prof. Doutor Vicente Paiva Brandão

CASTELBRANCO, Fernão Pedro João Alfredo de Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco, 1925, *De Freitas Teixeira de Spínola de Castelbranco* (manuscrito), Funchal.

1.5 – Biblioteca Nacional

Gravura de António Joaquim de Santa Bárbara, fl. ca. 1838-1864, [s.l.: s.n., 1840],
cota digitalizada: E-226-V.

1.6 – Arquivo da Universidade de Coimbra

Certidões de Idade (1834-1900), IV-1.ª D-5-2-61.

2 – Fontes Secundárias

GOMES, Alberto F., 1953, «Algumas Notas Sobre os Poetas das Flores da Madeira»,
in *Das Artes e da História da Madeira*, vol. III, n.º 15, pp. 20-24.

Ilustração Portuguesa, 27-2-1905, n.º 69.

SUBTIL, José Carlos de Brito, 2010, «Um caso inédito no Funchal», in *Revista da Armada*,
n.º 440, ano XXXIX, pp. 27-28.

3 – Monografias

AFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Rui Dique Travassos, 1988, *Livro de Ouro da Nobreza*, vol. III, [s.l.], J.A. Telles da Sylva.

Anuario Diplomático e Consular Portuguez, 1889, Lisboa, Imprensa Nacional.

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO COLÉGIO MILITAR, 2008, *Meninos da Luz – Quem é Quem II*, Lisboa, Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar.

BAENA, Visconde de Sanches de, 1991, *Archivo heraldico-genealogico*, 2.ª edição,
vol. I, [Braga, s.n.].

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira, 2008-2014, *Habilitações nas Ordens Militares – Ordem de Cristo A-F*, tomo I, Lisboa, Guarda-mor.

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira, 2006, *As Ordenanças e as Milícias em Portugal: Subsídios para o seu estudo*, vol. I, Lisboa.

BRITO, Manuel da Costa Juzarte de, BORREGO, Nuno, GUIMARÃES, Gonçalo de Mello,
2002, *Livro genealógico das famílias desta cidade de Portalegre*, Lisboa, [s.n.].

CASTRO, Zília Osório de (dir.), PEREIRA, Sara Marques (ed. lit.), CLUNY, Isabel (ed. lit.),
2002, *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823)*, vol. II, Lisboa,
Assembleia da República, Afrontamento.

CLODE, Luiz Peter, 1983, *Registo bio-bibliográfico de Madeirenses: Sécs. XIX e XX*,
Funchal, Caixa Económica do Funchal.

- COSTA, António José Pereira da (coord. e ed. lit.), PINTO, Luís Vasco Valença (introd.), OLIVEIRA, Carlos Manuel de Barros Martins Beirão de (invest. e orient. cient.), et al.; SOARES, Alberto Ribeiro (colab.), et al., 2005, *Os generais do Exército Português*, vol. II, tomo I, *Das invasões francesas à queda da monarquia: 1807-1864*, Lisboa, Biblioteca do Exército, e vol. II, tomo II, *Das invasões francesas à queda da monarquia: 1864-5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Biblioteca do Exército.
- DORIA, Francisco Antonio, 2003, *Acciaiolis, Madeira e Brasil, I. Acciaoli de Vasconcellos, Moura Acciaoli*, Bingen.
- FARIA, António Machado, 1956, *Livro de Linhagens do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- FERREIRA, Luís Velloso, 1994, *Vellosos, de Santa Tecla de Geraz: sua ascendência e descendência*, Porto, Esquina.
- FONSECA, A. J. Victoriano Borges da, 1935, *Nobiliarchia Pernambucana*, vol. II, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- GONÇALVES, Eduardo Osório, 2006, *Raízes da Beira: genealogia e património da Serra da Estrela ao Vale do Mondego*, vol. II, Lisboa, Dislivro.
- GAYO, Felgueiras, 1989, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. I (tomo 1-3), tomo 1, Braga, Carvalhos de Basto e vol. III.
- GORJÃO, José Damásio Roussado, 1821, *Galeria dos Deputados das Cortes Geraes e Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa (restaurada em 26 de Janeiro de 1821)*, Lisboa, Thypographia Rollandiana.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, BOBONE, Madalena (coord.), NUNES, Júlio, 2008, *Secretaria-Geral – Governadores Civis 1835-2008*, Lisboa, Divisão de Documentação e Arquivo.
- MACHADO, Eduardo de Campos de Azevedo Soares Fernando, 1944, *Nobiliário da ilha Terceira*, vol. II, Porto.
- MATOS, Silvério Aníbal de Matos, 2001, *Subsídios para a História do Porto da Cruz*, [s.l., s.n.].
- MENDES, Nuno Canas, 1995, *Freires de São Gião: história de uma família do Vale do Alva*, Lisboa, Rio de Mouro, Pedro Ferreira.
- MÓNICA, Maria Filomena (dir.), ALMEIDA, Pedro Tavares de (colab.), et al., 2004-2006, *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, Imprensa de Ciências Sociais.
- NORONHA, Henrique Henriques de, 1948, *Nobiliário genealógico das famílias que passarão a viver a esta ilha d'a Madeira depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420, 1700*, [S. Paulo], Revista Genealógica Brasileira, vols. I, II e III.

- PEREIRA, J. M. Esteves, PEREIRA, Guilherme Rodrigues, 1906, *Portugal: dicionário histórico, chorográfico, heraldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico: abrangendo a minuciosa descrição... de todos os factos notaveis da história portugueza, etc., etc. [...]*, 2.º vol. (B-C), Lisboa, João Romano Torres.
- PORTOCARRERO, Bernardo Pimenta de Avelar, 1791, *Livro das Famílias Nobres deste Reino de Portugal dos Apelidos que pertencem a Terra, Traslados de diversos Autores*, [s.l.], Libanio da Silva.
- SERRANO, Duarte, 2017, «Perfis diplomáticos portugueses no Oriente Próximo: de Lisboa para Constantinopla», in *Arte, Cultura e Património do Romantismo. Actas do 1.º Colóquio "Saudade Perpétua"*, CEPESE, p. 212.
- SILVA, Padre Fernando Augusto da, MENEZES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I (A-E), Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura.
- SOVERAL, Manuel Abranches, 2004, *Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*, vol. I, Porto.
- VAZ, Cónego Fernando de Meneses, 1963, *Famílias da Madeira e Porto Santo*, vol. I, Madeira, Edição da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- VIEIRA, Francisco, 1884, *Álbum Madeirense, Poesia de Diversos Auctores Madeirenses*, Funchal, M. J. Teixeira Jardim.
- ZUQUETE, Afonso E. M., 1961, *Armorial Lusitano*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda.

Los Otros Isleños de Canarias: La Insularidad Portuguesa en el Proceso de Conformación de la Sociedad Canaria durante los Siglos XVI y XVII

The Other Islanders in the Canary Islands: The Portuguese Insularity in the Process of Shaping the Canary Islander Society during the 16th and 17th Centuries

*Javier Luis Álvarez Santos*¹

Resumen

Las islas de la Macaronesia han estado condicionadas por su geografía insular. El carácter fragmentado y aislado del territorio, al tiempo que fronterizo y relacionante de estos peñascos en el seno del Atlántico, han determinado la naturaleza de sus habitantes desde su incorporación al Occidente. Esta dualidad, compuesta por las limitaciones geográficas y el dinamismo socioeconómico, construyó entre sus moradores una cosmovisión particular del mundo insular y del entorno circunatlántico.

El estudio que presentamos se circunscribe al periodo de la consolidación de las relaciones atlánticas, desde mediados del siglo XVI y buena parte del siglo XVII, y ahonda en las particularidades sociales que definieron a la comunidad isleña portuguesa –madeirense y azoriana– en el espacio insular castellano de la Macaronesia: las Islas Canarias. El carácter fronterizo de estos archipiélagos ibéricos en el Atlántico definió la organización social en el ámbito insular macaronésico, en las que destacaron las aportaciones de diferentes comunidades forasteras. Particularmente relevante en Canarias será la presencia de portugueses procedentes de Madeira y Azores, especialmente durante el periodo de la agregación de Portugal a la Monarquía Hispánica. Estos otros insulares entremezclaron sus intereses con el devenir de los canarios, haciendo de las necesidades ajenas las suyas propias. Estos estrechos vínculos facilitaron la aceptación de estos individuos exógenos

¹ Doctor con mención internacional en Historia Moderna por la Universidad de La Laguna y la Universidade Nova de Lisboa. Investigador integrado en el CHAM – Centro de Humanidades y profesor de Historia Moderna en la ULPGC (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria). Principales áreas de interés: La conformación de sociedades insulares y fronterizas en el Atlántico en la Edad Moderna. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7845-6521>. E-mail: jlasantos@fcsch.unl.pt.

por parte de esta otra sociedad insular. El objeto de este trabajo es identificar aquellos trazos madeirenses y azorianos que conformaron una identidad ibérica común en las Islas Canarias: la insular.

Palabras clave: Macaronesia; Identidad; Insular; Canarias; Madeira; Azores; Edad Moderna.

Abstract

The islands of Macaronesia have been conditioned by their insular geography. These islands are a fragmented and isolated territory, but at the same time they are border and related spaces in the interior of the Atlantic. These characteristics have determined the nature of its inhabitants since its aggregation to the West. This duality, made up of geographical limitations and socioeconomic dynamism, built among its inhabitants a particular worldview of the insular world and the circum-Atlantic environment.

This research focuses on the period of consolidation of Atlantic relations, from the mid-sixteenth century to the mid-seventeenth century, and it analyses the social particularities that defined the Portuguese island community –Madeiran and Azorean– in the Castilian insular space into the Macaronesia islands: The Canary Islands. The border character of these Iberian archipelagos in the interior of the Atlantic defined the social organization in the Macaronesian insular area, in which the contributions of different foreign communities stood out. Particularly relevant in the Canary Islands was the settlement of groups of Portuguese from Madeira and Azores, especially during the period of the aggregation of Portugal to the Hispanic Monarchy. These other islanders intermingled their interests with the prosperity of the islanders of the Canary Islands, making the needs of others their own. These close ties facilitated the acceptance of these exogenous individuals by this other island society. The purpose of this research is to identify those Madeiran and Azorean traces that formed a common Iberian identity in the Canary Islands: the insular identity.

Keywords: Macaronesian Islands; Identity; Islander; Canary Islands; Madeira; Azores; Early Modern Age.

Metodología

La documentación consultada para este trabajo proviene en su mayoría de los protocolos notariales de Tenerife. Esta isla, además de conservar buena parte de la documentación a diferencia de los restantes territorios insulares canarios, también sobresalió por su dinamismo económico con el exterior. Particularmente hemos abordado, a través de diversas catas de años y escribanos, las escribanías de los principales núcleos de la Isla: la capital y su puerto –la ciudad de La Laguna y Santa Cruz de Tenerife– y los puertos y centros urbanos de Garachico y La Orotava para la segunda mitad del siglo XVI y primera de la centuria siguiente. Estos registros se encuentran custodiados en el Archivo Histórico Provincial de Santa Cruz de Tenerife (a partir de ahora AHPST).

Subsidiariamente a esta documentación, hemos complementado la información a partir del estudio de las Informaciones de Solterías y Viudedades, conservadas en el Archivo Histórico Diocesano de San Cristóbal de La Laguna (AHDSCLL) y de los procesos inquisitoriales custodiados en el Archivo del Museo Canario (AMC).

Estado Actual de la Cuestión

Han sido numerosas las investigaciones que se han dedicado al estudio de las comunidades extranjeras en Canarias, habitualmente en forma de trabajos concretos para determinados grupos nacionales. Así, han destacado los ensayos acerca de la presencia de italianos, y en particular de genoveses; de flamencos y sus lazos con el norte de Europa; así como la estadía de ingleses, franceses, o irlandeses². No obstante, siempre han estado referidos a determinadas islas y períodos, siendo escasas las publicaciones que hayan tratado esta cuestión de manera general.

Sin ninguna duda han sido las relaciones con los archipiélagos de Azores y Madeira, las que han atraído con mayor fuerza el interés de los historiadores. Por parte de los investigadores canarios, Lobo Cabrera y Torres Santana han destacado el intercambio poblacional entre las islas y las actividades comerciales complementarias que se generan entre ellas³. En el mismo sentido, han realizado estudios en los que comparan estos territorios insulares; tanto en el contexto económico, como en político y cultural⁴. Por su parte, del lado portugués, han llevado sus trabajos sobre los archipiélagos a un entorno más amplio, partiendo de la posición geoestratégica de éstos han analizado las conexiones entre la Península y América a través de las rutas atlánticas⁵. A este respecto, Alberto Vieira ha sido uno de sus máximos exponentes, persistiendo en sus investigaciones en la valorización de los

² Algunos de estos trabajos: MARRERO RODRÍGUEZ, 1950, «Los genoveses en la colonización de Tenerife», pp. 52-65; ASÍN y VIÑA BRITO, 2004, *La Palma. La herencia de Flandes*; FAJARDO SPÍNOLA, 1996, *Las conversiones protestantes en Canarias: siglos XVII y XVIII*; LOBO CABRERA, 1987, «Los mercaderes franceses en Canarias en el siglo XVI», pp. 11-48; GUIMERÁ RAVINA, 1985, *Burguesía extranjera y comercio atlántico: la empresa comercial irlandesa en Canarias*.

³ TORRES SANTANA, 1996, «Los azoreanos en las Canarias orientales», pp. 287-301; LOBO CABRERA, 1985, «Gran Canaria y los contactos con las islas portuguesas atlánticas: Azores, Madeira, Cabo Verde y Santo Tomé», pp. 311-333.

⁴ LOBO CABRERA, 1990, «La Historia de las islas: Canarias y Madeira», pp. 531-546.

⁵ MATOS, 1985, «Las relaciones de las Azores con la América española y las Canarias durante los siglos XVI y XVII», pp. 723-745.

espacios isleños como sujeto de estudio, cuya realidad socioeconómica se desarrolla en el contexto atlántico⁶.

Desde el Seno del Mar Atlántico

El mundo insular macaronésico siempre ha estado presente en la Historia del Atlántico, y viceversa. Desde la Antigüedad ya se meditaba sobre unas islas míticas, constructoras de utopías, cuya localización se situaba en el Atlántico. Este interés por unas tierras en el Océano continuó durante los descubrimientos europeos. De este modo, en la ruta hacia América tropical, Canarias fue el principal acceso de Europa al Nuevo Mundo mientras que en el tornaviaje Azores era un puerto estratégico. Y es que las condiciones de la navegación a vela en el Atlántico hacían obligatoria la escala de las embarcaciones en estas islas; pero al mismo tiempo existían razones de tipo económico, ya que la permanencia de las naos en los Archipiélagos permitía el intercambio de mercancías. Así, de manera recíproca, los isleños demandaban productos foráneos para el consumo interno a la vez que comercializaban los excedentes en el mercado exterior.

En este sentido se ha aplicado para Canarias un modelo económico, el cual es extensible al resto de las islas macaronésicas, cuyas características son las siguientes: máxima potenciación de las economías de escala; equilibrio entre los recursos agrícolas dedicados al consumo interno y los comercializados; complementariedad entre islas exportadoras y abastecedoras mediante la vertebración del mercado regional; y minimización de costes y riesgos con la diversificación y especialización económica entre Archipiélagos a lo largo de los siglos XVI y XVII⁷. Por tanto, se infiere que el Océano se ha convertido en el eje regulador de estos espacios insulares.

El Atlántico va adquiriendo durante la Edad Moderna el mismo papel estructural que hasta entonces había ostentado el Mediterráneo como mar interior que articula, relaciona y comunica entre sí distintas regiones. A este respecto, Alberto Vieira planteó que aquél habría sido una invención europea de los siglos XV y XVI, orquestado por

⁶ Entre sus obras podemos destacar: 1987, «O comércio de cereais das Canárias para a Madeira nos séculos XVI-XVII», pp. 325-351; 1991, «As conexões canario-madeirenses nos séculos XV a XVIII», pp. 865-917; 1992, *Portugal y las islas del Atlántico*; 2001, «Las Islas y el mundo atlántico. 1580-1648», pp. 309-347; 2002, «The Fortune of Fortunates. The Islands and the Atlantic System», pp. 199-247; 2004, «As ilhas atlânticas para uma visão dinâmica da sua história», pp. 219-264.

⁷ GUIMERÁ RAVINA y VIEIRA, 1996, «El sistema portuario-mercantil de las Islas del Atlántico Ibérico», p. 206.

las políticas coloniales de las potencias emergentes⁸. Desde entonces, se habría forjado un vínculo entre ambos lados del Océano a través de la mediación directa de las Islas, asumiendo éstas una función estratégica en el cruce de rutas, así como en la circulación de personas y productos.

La multiplicidad de rutas fue el resultado del complemento entre las áreas insulares y continentales, como consecuencia de las características de aprovechamiento económico allí disponibles. Pero estas particularidades deben ser entendidas dentro del entorno geográfico del Océano, ya que las corrientes y vientos delinearon el trazado de los viajes hacia el Nuevo Mundo. De este modo, los itinerarios portugueses y castellanos presentaban un recorrido bien distinto. Mientras que los primeros salían de Lisboa y Oporto, los castellanos partían de Sevilla con destino a las Antillas teniendo como puntos clave en sus derroteros los archipiélagos de Canarias y Azores. Esta última escala, la azoreana, tiene su interpretación en la protección de los navíos por las armadas de la Corona en el retorno desde América más que por la necesidad de abastecimiento o reparo de las embarcaciones. Por el contrario, la intervención del archipiélago madeirense en las grandes rutas atlánticas fue ocasional, entendiéndose esta ausencia por su posición marginal en el trayecto natural. Pero aquél no quedó ajeno en este itinerario, en ocasiones sirvió como escala en viajes a Brasil y Guinea o para el suministro de vino para el consumo de los tripulantes.

La permanencia de esta ruta de aprovisionamiento aceleró la expansión de los cambios mercantiles entre los tres archipiélagos, ya que el comercio entre éstos se asoció al intercambio de productos concretos. Los madeirenses tenían para ofrecer a Azores: vino, azúcar o manufacturas europeas; mientras que para Canarias la oferta se centraba en frutos y paños. Por su parte, las islas azoreanas suministraron cereales a las otras dos regiones a la vez que se convertían en consumidoras principales del vino madeirense y canario.

Pero estos contactos comerciales surgen simultáneamente como consecuencia –y causa– de las migraciones humanas. Desde fines del siglo XVI el archipiélago español se sitúa en primer lugar en la emigración madeirense. Esta acentuada presencia fue el resultado de las posibilidades económicas que Canarias ofrecía, así como por la demanda de mano de obra y la posibilidad de penetración mercantil en la costa africana y posteriormente en el continente americano. Sin embargo, para que permanezca este entramado de contactos económicos, es necesaria

⁸ VIEIRA, 2001, «Las Islas y el mundo atlántico. 1580-1648», pp. 309-347.

previamente la existencia de una comunidad que quiera mantener dichos vínculos para después desarrollar las posibilidades de cambio.

Además, el contexto de la Unión política facilitó esta interacción, ampliándose los intereses hacia otras áreas, mostrándose especialmente en el trato triangular que mantenía Canarias con Cabo Verde, Guinea y Angola⁹; así como en la localización del Archipiélago en el mejor camino de las embarcaciones desde Lisboa a Brasil.

Lo mismo ocurría con el mercado esclavista: en ocasiones los barcos portugueses se abastecían de vino antes de partir hacia este continente, a la vez que muchos de estos barcos negreros recalaban en Canarias antes de continuar hacia América aprovechando para dejar parte de la mercancía a requerimiento del mercado isleño. Este comercio se fundamentaba en la presencia de un factor, asentado principalmente en Cabo Verde, encargado de exportar esclavos y otras mercancías como carne y cuero a cambio de caldos tinerfeños. En estas operaciones actuaban tanto vecinos, autoridades civiles y eclesiásticas de la Isla, como mercaderes portugueses que procedían por su cuenta o por orden de agentes radicados en Lisboa¹⁰.

Si la Europa el siglo XVII se caracteriza por estar sumida en un periodo de crisis económica, Canarias, por su parte, va a adaptarse a este contexto desvinculándose del comercio castellano-mediterráneo al tiempo que se consolida como una de las plazas mercantiles más importantes del Atlántico¹¹. Así, el Archipiélago había conseguido una estabilidad económica –al contrario que la Metrópolis–, que junto a su inmejorable situación oceánica le convertirá en un polo de atracción de comerciantes extranjeros¹².

Canarias, al igual que Portugal, son territorios cuya área de difusión natural es el océano Atlántico. Los portugueses, tras el proceso de Reconquista entendieron que su estabilidad dependía de la capacidad de expansión hacia nuevos espacios. Igualmente, los canarios fueron conscientes de la necesidad de integrar su economía en el mercado americano y africano a través del tráfico marítimo.

Además, junto a esta misma visión atlantista, se añaden otros vínculos que van más allá de los intereses mercantiles. Con este mismo principio de intensiones no extraña la existencia de un continuo y abundante intercambio entre Portugal y sus

⁹ En 1625, Álvaro González Gransses, vecino de Cacheo en Guinea, dio crédito por 2000 ducados en diversas letras a Pascual de Acosta, vecino de Santiago de Cabo Verde y capitán de la carabela San Antonio, a pagar a Luis Rodríguez de Acuña en Lisboa. Éstas las ha de pasar en Canarias y cargar tantas pipas de vino como pudiese. AHP SCT, leg. 2278, f.º 358v.º.

¹⁰ LOBO CABRERA y BRUQUETAS DE CASTRO, 1998, «Viajes y negocios de La Palma a Cabo Verde (1600-1650)», p. 62.

¹¹ MACÍAS HERNÁNDEZ, 1992, «Canarias y la crisis del siglo XVII. La singularidad isleña», pp. 176-206.

¹² OTTE, 1982, «Canarias: plaza bancaria europea en el siglo XVI», pp. 157-174.

colonias que tenía su base de aprovisionamiento en las islas Canarias, cuyos vinos conseguidos a más bajos precios que en la Metrópoli –y en los propios archipiélagos lusos–, se utilizaban para abastecer los puertos brasileños, para el truke de esclavos en las costas africanas y para mantener el contrabando con Indias.

La Presencia Portuguesa en Canarias: el Ejemplo de la Isla de Tenerife

El peso cuantitativo de la comunidad lusa en Tenerife desde su incorporación a la corona de Castilla ha repercutido en un atractivo debate en la historiografía canaria. La obligación de una rápida repoblación facilitará la integración de este contingente en la incipiente sociedad insular. No en vano, los portugueses se beneficiarán de los repartimientos de tierra de la Isla e, igualmente, participarán en el cultivo de la caña de azúcar y su exportación desde estos primeros años¹³. En consecuencia, es un hecho constatable la implantación de este colectivo en la sociedad y en la economía isleña, así como su intensificación durante gran parte de la Edad Moderna, por lo menos hasta mediados del Seiscientos.

Por otro lado, es indudable que la población portuguesa es una de las comunidades foráneas más relevantes en cuanto al número de individuos se refiere. De este modo, mientras genoveses y flamencos irán desapareciendo, los naturales de Portugal se adecuarán a cada nueva circunstancia, consolidándose con el paso de los siglos. En proporción, los portugueses ya eran mayoritarios frente a otros extranjeros desde antes de la Unión Ibérica, pero se acrecentarán gradualmente hasta alcanzar su máximo esplendor durante el primer cuarto del XVII.

Este hecho es consecuencia del establecimiento de redes socioeconómicas instituidas tanto en Europa como en América, haciendo que sus acciones en Tenerife sean notables y continuas en el tiempo. Y, a su vez, la sociedad isleña se percatará y accederá a este nivel de integración de largo recorrido de la población portuguesa para aprovecharse de sus negocios y conexiones. No se trata, por tanto, de un contingente hermético dedicado exclusivamente al comercio exterior, como los ingleses, sino que participan en todas las actividades productivas que se desarrollan en la Isla. Por tanto, han establecido un entramado tan próspero, a la vez que amoldable a las distintas coyunturas, que casi no sufren los cambios significativos en tiempos cortos.

¹³ BELLO LEÓN, 1998, «La participación de los extranjeros en los repartimientos canarios. Introducción a su estudio», pp. 187-213.

La historiografía canaria ha justificado la relevancia de la población extranjera según la capacidad mercantil que son capaces de desarrollar a partir de un determinado negocio que les trae a Canarias para extender todo su potencial económico hasta que por un acontecimiento preciso esta empresa monopolista en la que intervienen deja de ser rentable para éstos y se marchan; sin concebir que los portugueses, gracias a su capacidad de adaptación, han permanecido en el Archipiélago e incluso han interactuando con estos otros extranjeros durante un siglo y medio.

Las Actividades Desarrolladas por los Isleños Portugueses en Tenerife

Agricultores

El trabajo agrícola va a ser la actividad principal en que se desenvuelvan los madeirenses que se establezcan en Tenerife durante la primera mitad del siglo XVII¹⁴. La explicación podría encontrarse en el hecho de que Madeira está relegada, como hemos visto, a un segundo plano en cuanto a su participación en la ruta Atlántica que conecta Europa con América. Se trata de una región que en este periodo se encuentra esquilmada en cuanto a recursos agrícolas y por lo tanto es incapaz de rivalizar con el trigo de Azores y el vino de Canarias. De esta manera, los agricultores madeirenses se encontrarían en la necesidad de emigrar a otros lugares más prósperos a la par que cercanos. En este caso, Tenerife.

Por otro lado, la ocupación agrícola conlleva una estancia mínima de varios años, según se percibe al consultar la temporalidad de los contratos agrarios. Este hecho obligará a los campesinos que llegan a Tenerife a integrarse en la sociedad que les acoge. Los protocolos que hemos estudiado nos indican que después de esta larga estadía, una cantidad importante se deciden quedarse definitivamente en la Isla. Así, por ejemplo, el medianero Manuel Díaz decidió vender en 1603 su propia heredad de viña y casa en la villa de la Caleta (Calheta) en la isla de Madeira¹⁵.

¹⁴ Son realmente escasos los agricultores portugueses que mencionan su procedencia en la documentación trabajada. No obstante, creemos que es significativo indicar que la mitad de éstos fueron originarios de Madeira.

¹⁵ AHPST, leg. 1527, f.º 49.

Artesanos

La sociedad tinerfeña durante este período de la Edad Moderna poseía la capacidad para autoabastecerse –o en caso de necesidad, de obtener provisiones de otras islas del Atlántico– y de fomentar la exportación de caldos. Por tanto, con los suministros garantizados y regulados por las autoridades, se desarrollará un tejido económico apto para sustentar otros oficios que no dependan directamente de la producción de alimentos. Al mismo tiempo, el desarrollo de estos sectores viene determinado por las carencias derivadas de las características geológicas y geográficas de Canarias. Se precisan productos de primera necesidad que adquieren una gran demanda, tales como los metales y ciertos tejidos. Pero, para que estos productos lleguen debe de existir alguna contrapartida para los barcos y comerciantes que trafican con Tenerife. Es aquí donde encajan los productos de carga –azúcar y vino–, así como unas condiciones favorables para navegar en el Océano.

Destaca la presencia lusa en este oficio desde antes de la Unión –probablemente rastreable desde la Conquista–, aumentando desde 1580 y consolidándose especialmente desde comienzos del Seiscientos. Esta característica no es exclusiva de Tenerife, Alexis Brito González muestra para el siglo XVII en las Islas Orientales el predominio de los originarios de Portugal como principales artesanos, seguidos muy de lejos por franceses y holandeses en Gran Canaria¹⁶.

En Canarias no existe un gremio, por lo menos constituido legalmente como tal. Sin embargo, sí existen estrechos vínculos, entre el oficio, la familia y la procedencia, como se desprende de las diligencias hechas por el Santo Oficio en 1632 sobre el azoreano Gaspar Hernández. Un individuo que se avecindó en Garachico, casándose con María García y que en el año 1600 se marcha a Asunción en Paraguay¹⁷. La particularidad de este asunto, es que tanto el protagonista como su suegro son toneleros. Además, sus dos hijos llegaron a ser oficiales de toneleros, marchándose éstos a Angola y Buenos Aires respectivamente.

Observamos a partir de esta información que se crea una red familiar mediante un parentesco común, que comienza en San Miguel de Azores, pasando por Tenerife y que termina diversificándose por América y África. Pero es que a esta trama familiar se complementa con la laboral: si el matrimonio no fue pactado, por lo menos tiene un motivo para celebrarse. Tanto el padre como él son toneleros de la misma zona,

¹⁶ BRITO GONZÁLEZ, 2002, *Los extranjeros en las Canarias Orientales en el siglo XVII*, p. 35.

¹⁷ AMC, Inq., XLIV-13.

lo que nos señala una relación previa. Es más, cuando se le pregunta a María García por los testigos de la boda, informa que uno de ellos es Gonzalo Álvarez, asimismo tonelero de Garachico y también llamado a declarar ante la Inquisición por el mismo caso junto con otros dos toneleros más.

Por otro lado, debemos constatar que el acceso al aprendizaje podía estar motivado por el entorno del joven, habitualmente de procedencia humilde, y la necesidad de la familia que requería la marcha del muchacho para hacer frente a situaciones de crisis, puesto que durante el aprendizaje el mantenimiento corría a cargo del maestro. Así Leonor Hernández, que tiene a su marido ausente en Madeira, coloca a su hijo José con el cordonero Lázaro de Soberanis durante cuatro años y medio¹⁸. También este mismo maestro va a acoger a otro portugués, en este caso Manuel Viera, menor de veinticinco años, que se compromete a aprender el oficio de sombrerero durante tres años¹⁹. Acuerdo que será ratificado un año después, en 1626, cuando su padre, vecino de Madeira, llegue a Tenerife²⁰.

Por tanto, se esboza cómo predominan los procedentes de las islas portuguesas en este oficio dentro del conjunto de portugueses. Su integración puede ser consecuencia de que es un trabajo de larga duración, derivando en la necesidad de un arraigo en la Isla.

Navegantes

Sin volver a desarrollar el entramado de las relaciones comerciales, por lo menos debemos recordar que la principal circunstancia que determina el paso de navegantes lusos por Tenerife es el avituallamiento de las naves, esencialmente vinos canarios, de tal forma que tras el embarque de los suministros los navíos capitaneados por portugueses continúan su derrotero hacia las propias colonias lusas.

Pero esta ruta no está establecida por los vínculos políticos entre la metrópoli y sus territorios de ultramar, sino por el carácter mercantil del mismo. Es decir, si nos fijamos, las embarcaciones que se dirigen a Brasil, Angola y Cabo Verde, trafican con el principal producto exportador de la Isla, mientras que las demás mercancías – cereales principalmente– se comercializan con los puertos peninsulares. Algo similar

¹⁸ AHPST, leg. 696, f.º 186v.º.

¹⁹ AHPST, leg. 696, f.º 295.

²⁰ AHPST, leg. 696, f.º 90.

ocurre con las islas del Atlántico. Como hemos señalado, el comercio macaronésico es básicamente complementario. Así, en 1626, el madeirense Juan Fernández despachó de su navío surto en Garachico ciertas fanegas de trigo que había cargado en la isla de San Miguel por varias pipas de vino²¹. Pero también puede ocurrir que navegantes de las islas portuguesas participen en los intercambios dentro del propio Archipiélago. Por ejemplo, otro oriundo de Madeira, el maestre Pedro Pires, fletó su fragata al regidor de origen luso Luis Lorenzo para hacer diversos viajes a Lanzarote y Fuerteventura para traer a Tenerife trigo y ganado caprino. Como se observa, los dos interesados tienen la misma procedencia, pero el encargo no tiene nada que ver con Portugal, sino con el tráfico interinsular canario²².

Por otro lado, contamos con un porcentaje de lusos que han trabajado en la mar y que finalmente deciden hacer vida marital en Tenerife, con el consecuente arraigo. Particularmente reveladoras son las aportaciones de los expedientes de Solterías y Viudedades consultados a este respecto ya que las autoridades eclesiásticas solían preguntarles a aquéllos por su origen, su familia, por dónde han viajado, etc. Además, consultaban a otros testigos. Éstos generalmente también eran marinos portugueses, con el objetivo contrastar y ampliar la información del solicitante.

De esta forma sucede en el caso del madeirense Domingo Hernández, el cual salió de su isla en 1636 con Gaspar Perera, a quien lo define como primo de consanguinidad y con el que creció. Juntos se fueron a Brasil y volvieron a Madeira en 1638. Y, un año después, tras pasar por La Palma, se establecerán en Tenerife²³.

Del mismo modo, a comienzos de marzo de 1640 un marinero de Setúbal, Tomás Borges, pretende casarse con María López, vecina de Santa Cruz de Tenerife. Lo llamativo del caso es que se descubre que ya estaba comprometido. No una, sino dos veces: en Madeira y en Setúbal. Pero al profundizar en las declaraciones detectamos que los testigos están influenciados por el capitán de la carabela. Las autoridades, dudosas de las declaraciones, vuelven a preguntar a los marineros al servicio del dicho señor. Finalmente, se da a conocer que el que estaba casado en Madeira era su hermano y no él. Y que en esa isla le embarcó el capitán, con la intención de casarle con una sobrina suya en la villa de Setúbal²⁴.

²¹ AHPST, leg. 2105, f.º 287v.º.

²² AHPST, leg. 2104, f.º 180v.º.

²³ Informaciones de Solterías y Viudedades, 1638. AHDSCLL, Fondo Histórico Diocesano, leg. 01.

²⁴ Informaciones de Solterías y Viudedades, 1640. AHDSCLL, Fondo Histórico Diocesano, leg. 01.

Los Mecanismos de Integración

A lo largo de la exposición se ha ido presentando, en líneas generales, la relevancia demográfica de este colectivo insular exógeno así como los sistemas de integración de estos otros isleños en la sociedad tinerfeña.

Creemos que es necesario profundizar en ciertos puntos, así como aportar nuevos datos para comprender estos vínculos sociales y familiares. Con frecuencia, los emigrantes utilizan la isla de Madeira como escala antes de llegar a Tenerife, pasando previamente por Lanzarote. Efectivamente, esta isla es a menudo la puerta de entrada al Archipiélago para los procedentes de las islas portuguesas, y ese acceso se realiza muchas veces pasando por Madeira, donde muchas veces han hecho una escala de varios años²⁵. Como ejemplo, el marinero Thomé González, natural de San Miguel. Éste salió de su tierra hacia Madeira, donde pasó cuatro años, de allí a Lanzarote y finalmente se estableció en Tenerife²⁶.

Asimismo, otro mecanismo de integración y paisanaje lo encontramos en los soldados de la leva, como se deduce del informe de soltería de Lorenzo Cardoso de 1640, natural de las Islas de Abajo y vecino de Santa Cruz –aunque antes había estado en Madeira–, cuyos testigos son todos compañeros del reclutamiento. Es más, uno de éstos indica que lo conoce y trata, «por ser como son de una tierra y lugar»²⁷.

Conclusiones

A modo de síntesis, cabe atender que las relaciones entre los archipiélagos macaronésicos deben englobarse en un contexto más amplio: el Atlántico. Éste va a determinar los lazos económicos, sociales y culturales entre los espacios insulares; pero también la reciprocidad entre tres continentes y estos territorios fragmentados.

A partir de este razonamiento, hemos analizado la complementariedad entre los Archipiélagos, más concretamente los vínculos constituidos entre Tenerife con las islas portuguesas en un periodo marcado por el auge de su comercio exterior. En contrapartida a la expansión del cultivo de la vid, este espacio insular canario demandará productos de primera necesidad, los cuales serán abastecidos en gran medida por las posesiones lusas del Océano. Igualmente, esta economía basada en

²⁵ A este respecto, véase FAJARDO SPÍNOLA, 1990, «Azores y Madeira en el archivo de la Inquisición canaria. Nuevas aportaciones», pp. 663-684.

²⁶ Informaciones de Solterías y Viudedades, 1640. AHDSCLL, Fondo Histórico Diocesano, leg. 01.

²⁷ Informaciones de Solterías y Viudedades, 1640. AHDSCLL, Fondo Histórico Diocesano, leg. 01.

la producción de caldos, precisará de más mano de obra tanto en el sector agrícola como en el manufacturero. Aunque las fuentes primarias analizadas no acostumbran a indicar la procedencia de los cultivadores, creemos que los madeirenses participaron enérgicamente en las labores de labranza. Éstos habían trabajado en la caña de azúcar y ahora intervienen en la producción vitivinícola. Por su parte, los azoreanos se dedicaron en su mayor parte a la actividad manufacturera; incorporándose incluso al colectivo artesanal tinerfeño.

Asimismo, este espacio insular requiere de individuos que conecten las distintas plazas atlánticas; bien como agentes comerciales asentados en los distintos puertos estratégicos; o bien como navegantes que distribuyan este sistema mercantil interinsular y atlántico. Entre los primeros destacan los mercaderes que trafican con Cabo Verde, mientras que será poco usual la aparición de mareantes macaronésicos. No obstante, gracias a la información aportada por los marineros portugueses que surcan los Archipiélagos, hemos podido conocer los múltiples mecanismos de integración en la sociedad canaria.

Fuentes Primarias Citadas

Archivo Histórico Provincial de Santa Cruz de Tenerife, Protocolos Notariales (legajos): 696,1527, 2105, 2104 y 2278.

Archivo del Museo Canario, Fondo Inquisición: caja XLIV, expediente 13.

Archivo Histórico Diocesano de San Cristóbal de La Laguna, Fondo Histórico Diocesano: Informaciones de Solterías y Viudedades, legajo 01.

Bibliografía

ASÍN, Luis y VIÑA BRITO, Ana, 2004, *La Palma. La herencia de Flandes*, La Palma, Cabildo Insular de La Palma.

BELLO LEÓN, Juan Manuel, 1998, «La participación de los extranjeros en los repartimientos canarios. Introducción a su estudio», in *El Museo Canario*, n.º 53, pp. 187-213.

BRITO GONZÁLEZ, Alexis, 2002, *Los extranjeros en las Canarias Orientales en el siglo XVII*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria.

- FAJARDO SPÍNOLA, Francisco, 1990, «Azores y Madeira en el archivo de la Inquisición canaria. Nuevas aportaciones», in *II Colóquio Internacional de História da Madeira, Funchal, septiembre de 1989*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 663-684.
- FAJARDO SPÍNOLA, Francisco, 1996, *Las conversiones protestantes en Canarias: siglos XVII y XVIII*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria.
- GUIMERÁ RAVINA, Agustín y VIEIRA, Alberto, 1996, «El sistema portuario-mercantil de las Islas del Atlántico Ibérico», in *História das Ilhas Atlânticas (Actas do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas)*, t. I, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 203-232.
- GUIMERÁ RAVINA, Agustín, 1985, *Burguesía extranjera y comercio atlántico: la empresa comercial irlandesa en Canarias*, Santa Cruz de Tenerife, Gobierno de Canarias/CSIC.
- LOBO CABRERA, Manuel y BRUQUETAS DE CASTRO, Fernando, 1998, «Viajes y negocios de La Palma a Cabo Verde (1600-1650)», in *XII Coloquio de Historia Canario-Americana (1996)*, t. I, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, p. 57-75.
- LOBO CABRERA, Manuel, 1985, «Gran Canaria y los contactos con las islas portuguesas atlánticas: Azores, Madeira, Cabo Verde y Santo Tomé», in *V Coloquio de Historia Canario-Americana (1982)*, t. IV, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, pp. 311-333.
- LOBO CABRERA, Manuel, 1987, «Los mercaderes franceses en Canarias en el siglo XVI», in *VI Coloquio de Historia Canario-Americana (1984)*, t. I (primera parte), Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, pp. 11-48.
- LOBO CABRERA, Manuel, 1990, «La Historia de las islas: Canarias y Madeira», in *II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 531-546.
- MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio, 1992, «Canarias y la crisis del siglo XVII. La singularidad isleña», in *Revista de Historia Canaria*, n.º 177, pp. 176-206.
- MARRERO RODRÍGUEZ, Manuela, 1950, «Los genoveses en la colonización de Tenerife», in *Revista de Historia Canaria*, n.º 89, pp. 52-65.
- MATOS, Artur Teodoro de, 1985, «Las relaciones de las Azores con la América española y las Canarias durante los siglos XVI y XVII», in *V Coloquio de Historia Canario-Americana (1982)*, t. I (segunda parte), Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, pp. 723-745.
- OTTE, Enrique, 1982, «Canarias: plaza bancaria europea en el siglo XVI», in *IV Coloquio de Historia Canario-Americana (1980)*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, pp. 157-174.

- TORRES SANTANA, Elisa, 1996, «Los azoreanos en las Canarias orientales», in *História das Ilhas Atlânticas (Actas do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas)*, t. I, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 287-301.
- VIEIRA, Alberto, 1987, «O comércio de cereais das Canárias para a Madeira nos séculos XVI-XVII», in *VI Coloquio de Historia Canario-Americana (1984)*, t. I (primera parte), Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, pp. 325-351.
- VIEIRA, Alberto, 1991, «As conexões canario-madeirenses nos séculos XV a XVIII», in *VIII Coloquio de Historia Canario-Americana (1988)*, t. I, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, pp. 865-917.
- VIEIRA, Alberto, 1992, *Portugal y las islas del Atlántico*, Mapfre, Madrid.
- VIEIRA, Alberto, 2001, «Las Islas y el mundo atlántico. 1580-1648», in *IV Centenario del ataque de Van der Does a las Palmas de Gran Canaria (1999): Coloquio Internacional Canarias y el Atlántico, 1580-1648*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, pp. 309-347.
- VIEIRA, Alberto, 2002, «The Fortune of Fortunates. The Islands and the Atlantic System», in PIETSCHMANN, Horst (ed.), *Atlantic History. History of the Atlantic System. 1580-1830*, Göttingen, Vandenhoeck&Ruprecht, pp. 199-247.
- VIEIRA, Alberto, 2004, «As ilhas atlânticas para uma visão dinâmica da sua história», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 50, pp. 219-264.

Sindicar a Justiça Senhorial: Os «Autos da Residência» do Ouvidor da Capitania de Machico (1740)

Syndicate the Lordly Justice: The «Autos da Residência» of the «Ouvidor» from Machico Captaincy (1740)

Ana Madalena Trigo de Sousa¹

Resumo

Em 1740, o então ouvidor da capitania de Machico, Lourenço Biard, era alvo de «residência», isto é, de uma sindicância, devidamente conduzida pelo corregedor que, em representação do rei e nos termos das Ordenações Régias, averiguava a atuação daquele oficial responsável pelo exercício da justiça de segunda instância. O resultado desta diligência revelou-se numa fonte peculiar e de grande interesse para o estudo do papel do ouvidor do donatário. Simultaneamente, permite traçar um cenário social das Vilas de Santa Cruz e de Machico, com os seus vários agentes, e perceber como teriam interagido com o magistrado alvo de sindicância.

Este estudo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, são sintetizadas as prerrogativas do donatário da capitania de Machico onde se incluía a capacidade de nomear ouvidor que, em seu nome, exercia a justiça de 2.ª instância. De seguida, a atenção é focalizada nos provimentos de nomeação de Lourenço Biard como ouvidor e lugar-tenente da capitania de Machico, outorgados pelo donatário entre 1730 e 1753; e na sua ténue presença na documentação municipal de Machico e de Santa Cruz. Os «autos da residência» de 1740 são o fundamento da terceira parte. Estabelecido o enquadramento legislativo das residências, interessa perceber o modo como se processou a sindicância

¹ Investigadora Auxiliar, da Carreira de Investigação Científica, do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira / Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em História (1992) e Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa Séculos XV-XVIII (1997) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Em 2004 obteve aprovação, por unanimidade, com distinção e louvor, nas Provas Públicas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar, com a dissertação *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, editada nesse mesmo ano. Tem vários estudos publicados no âmbito da história política e institucional do arquipélago da Madeira nas épocas moderna e contemporânea. Para mais informação: <https://www.researchgate.net/profile/Ana-Madalena-Trigo-De-Sousa>. Contacto: madalena.sousa@madeira.gov.pt.

a Lourenço Biard. Assim, a análise do perfil social das 94 testemunhas inquiridas, do conteúdo das suas respostas e, por último, da apreciação feita pelo corregedor sindicante, permitirão perceber esta residência como um instrumento ao serviço do equilíbrio de poderes nos municípios de Santa Cruz e de Machico.

Palavras-chave: Ouvidor; Capitania; Machico; Residência.

Abstract

In 1740, the «ouvidor» from Machico's captaincy in Madeira Island, named Lourenço Biard, was the purpose of a «residência», that is, an inquiry managed by the regal magistrate who, on behalf of the Portuguese king and under the terms of the royal law, investigated the fulfilment of the «ouvidor», who was the local official responsible for the 2nd instance justice. The result of this diligence proved to be a peculiar historical source with great interest in studying the role of the Machico lord grantee's ouvidor. Simultaneously, this source allows to comprehend the social panorama from the villages of Santa Cruz and Machico, with their various agents, and to understand how they would have interacted with the official targeted by this regal inquiry.

This study is divided into three parts. In the first one, we summarise the Machico captaincy lord grantee's prerogatives, including the right to appointing the «ouvidor» who, on his behalf, exercised 2nd instance justice. Next, our attention is focused on the Lourenço Biard's appointment as «ouvidor» and lieutenant, approved by Machico captaincy lord grantee between 1730 and 1753; and also, in the «ouvidor» tenuous presence within Machico's and Santa Cruz's municipal documentation. The «residência» records of 1740 are the main subject of the third, and last, part. Having established the legislative framework for the «residências», it is interesting to understand how this inquiry was carried out. Thus, the analysis of the 94 interviewed witness's social profile, of the content of their answers and, finally, of the regal magistrate assessment, will allow us to perceive this «residência» as an instrument serving the power balance in the municipalities of Santa Cruz e Machico.

Keywords: «Ouvidor»; Captaincy; Machico; Inquiry.

Introdução

No âmbito da execução do projeto de investigação – O Arquivo do Juízo dos Resíduos e Capelas: organização, descrição arquivística e estudo histórico de um acervo da antiga organização judicial do arquipélago da Madeira (séculos XVI-XIX) –, foi por nós localizado, no fundo relativo ao Contencioso, um processo documental deveras singular, com data de 1740: o «Treslado dos autos da residência que toma o Doutor Joseph Burgueta de Oliveira juiz de fora corregedor na cidade do Funchal e seus termos ao ouvidor desta capitania de Santa Cruz e Machico do tempo que serviu

o dito cargo»². Trata-se de um traslado, efetuado em fevereiro de 1741 pelo escrivão responsável pela escrituração destes «Autos de Residência», Pedro de Miranda, à data escrivão do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas. É um extenso documento, constituído por 51 fólios manuscritos, frente e verso, em bom estado de conservação, permitindo a leitura da totalidade dos fólios, sem qualquer hiato. Além disso, já se encontra devidamente cotado, ou seja, disponível para consulta de qualquer investigador interessado³.

Os «Autos da residência do ouvidor da capitania de Santa Cruz e Machico» reportam-se ao processo de sindicância da atuação deste oficial de justiça pelo então corregedor que, em representação do rei, teve a incumbência de inspecionar o desempenho do ouvidor de Santa Cruz e Machico mediante a inquirição de um total de 94 testemunhas. A amplitude desta inquirição permite perceber como funcionava a sindicância de uma justiça senhorial, permite, de igual modo, uma leitura e análise de um microcosmo social e, ainda, uma perceção de como o ouvidor sindicado exerceu a justiça de segunda instância⁴.

O termo «residência» ou «sindicato» significava, nesta época, a inspeção periódica a que um oficial da administração periférica da coroa estava sujeito, por ocasião do final do seu mandato. Tratava-se de um processo jurídico-administrativo, legalmente consagrado desde as Ordenações Manuelinas (1521), destinado a reunir informação para que o rei pudesse conferir o desempenho dos magistrados locais, quer os de nomeação régia, como os corregedores, os juizes de fora ou os provedores das comarcas, quer os de nomeação senhorial, designadamente os ouvidores⁵. O processo de «residência» aplicar-se-ia à totalidade do aparelho judicial, incluindo os

² Arquivo e Biblioteca da Madeira, em diante ABM, Juízo dos Resíduos e Capelas, em diante JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7.

³ A componente do trabalho de arquivística histórica, desenvolvido no âmbito do projeto de investigação mencionado, compreendeu o tratamento de um total de 875 processos do Fundo Contencioso do arquivo do Juízo dos Resíduos e Capelas. Estão todos identificados, seriados e cotados. No entanto, muitos encontram-se em mau estado de conservação.

⁴ Durante a etapa histórica do Antigo Regime, no arquipélago da Madeira, e à semelhança do restante território do reino de Portugal, a aplicação da justiça em primeira instância, nos feitos cíveis e crimes com exceção dos casos que envolvessem a justiça suprema, cabia à instituição municipal. A de segunda instância cabia ao ouvidor do donatário, ou ao corregedor régio, caso este estivesse presente no espaço insular. A figura do ouvidor desapareceria com a extinção das capitánias-donatárias em 1766 (Funchal), 1767 (Machico) e 1770 (Porto Santo). Veja-se SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, pp. 31-39, pp. 141-145.

⁵ MELO, 2017, «Sindicantes e Sindicados: Os Magistrados e suas Residências na América Portuguesa (Século XVIII)», pp. 41-68. Segundo a autora, o procedimento jurídico-administrativo da residência, feita aos magistrados, pode considerar-se «um dos mais importantes instrumentos do sistema de fiscalização e controle régio» (pp. 41-43).

de nomeação feita por donatários⁶. Com efeito, as *Ordenações Filipinas*, em vigor à data da produção da fonte em apreço, incluíam, clara e inequivocamente, os ouvidores de senhores de terras de jurisdição: o seu Título LX intitulando-se *Como os corregedores das comarcas, ouvidores dos mestrados e de senhores de terras, e juizes de fora darão residência*⁷, ditava, passo a passo, a forma como se devia desenrolar este exame ao modo de agir do oficial de justiça em causa, durante o tempo que residiu no território onde desempenhara o seu ofício. O visado era obrigado a «dar residência», isto é, a «dar conta da sua vida e ações» a outro oficial nomeado pelo rei especialmente para o efeito de «tirar residência», isto é, de se informar «do procedimento de outrem»⁸.

Teoricamente, a documentação gerada pelo processo jurídico-administrativo das residências estaria representada em dois fundos documentais: um, gerado na localidade onde decorria a sindicância, constituído por um auto que compreendia várias etapas – chegada do oficial sindicante, afixação dos editais dando noticia de que se ia fazer residência, destituição de funções do oficial sindicado que ficava obrigado a ausentar-se no decurso do inquérito, inquirição das testemunhas, decisão final do sindicante –; o outro, gerado no Desembargo do Paço e arquivado no fundo «Controle do Exercício da Magistratura: Autos e Certidões de Residência»⁹, e que compreende, usualmente, três pequenos documentos – a carta pela qual o oficial cessante solicitava a residência, o breve resumo da residência efetuada e, por último, o despacho final da Relação¹⁰. Entre a documentação que integra o fundo dos Autos e Certidões de Residência produzida entre 1730 e 1753, isto é, durante o período em que o ouvidor da capitania de Machico, Lourenço Biard, exerceu o cargo e do qual deu «residência» em 1740, só localizámos duas informações relativas a magistraturas que desempenharam funções na Ilha da Madeira, a saber: Sebastião Mendes de Vasconcelos, que serviu como juiz de fora entre 9 de setembro de 1730 e 21 de abril de 1734¹¹; e Manuel Vieira Pedrosa da Veiga, seu sucessor nesse mesmo cargo (que

⁶ CAMARINHAS, 2012, «As Residências dos Cargos de Justiça Letrada», pp. 161-172.

⁷ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX. A análise detalhada do conteúdo desta legislação será feita no ponto 3 deste ensaio.

⁸ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX. Com vista a uma clarificação das expressões «dar residência» e «tirar residência», recorremos à informação em nota do Editor na página 112.

⁹ Arquivos Nacionais Torre do Tombo, em diante ANTT, Antigo Regime, Administração Central: Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, Expediente da Secretaria e do Despacho da Mesa, n.º 6: Controle do Exercício da Magistratura 1702-1823: Autos e Certidões de Residência.

¹⁰ CAMARINHAS, 2012, «As Residências dos Cargos de Justiça Letrada», pp. 161-172.

¹¹ ANTT, Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despachos da Mesa, Expediente da Secretaria e do Despacho da Mesa, n.º 6: Controle do Exercício da Magistratura 1702-1823: Autos e Certidões de Residência, Maço 11, Documento n.º 309 e Documento n.º 311.

acumulou com as funções de corregedor), tendo-o desempenhado entre 21 de abril de 1734 e 17 de outubro de 1739¹². A tipologia documental encontrada, para estes dois casos, é praticamente idêntica: em primeiro lugar, a certidão de cumprimento das ordens régias durante o exercício dos seus cargos, permitindo solicitar, no término do mandato, a respetiva «residência»; de seguida, um breve resumo da dita. Não consta nenhum despacho da Relação, nem para Sebastião Mendes de Vasconcelos, nem para Manuel Vieira Pedrosa da Veiga. As datas que constam nestes pequenos documentos merecem a nossa atenção. Sebastião Mendes de Vasconcelos recebeu, a 13 de outubro de 1734, a certidão «para sua residência» e, dois dias mais tarde, a certidão de residência, com a justificação de que tinham sido vistos na Mesa do Desembargo:

«Os autos de residência que o juiz de fora da Ilha da Madeira Manuel Vieira Pedrosa da Veiga tirou ao seu antecessor Sebastião Mendes de Vasconcelos de todo o tempo que serviu o dito cargo e constar deles ter servido bem, com limpeza de mãos, bom acolhimento às partes. O declararam assim e mandaram se lhe passasse a sua certidão»¹³.

Por seu turno, Manuel Vieira Pedrosa da Veiga recebeu, a 23 de setembro de 1740, a certidão «para sua residência» e, a 13 de outubro seguinte, a sua certidão de residência, com uma fundamentação em tudo análoga à do seu antecessor:

«Sendo vistos nesta Mesa os autos da residência que tirou o bacharel José Burgueta de Oliveira ao bacharel Manuel Vieira Pedrosa da Veiga de todo o tempo que serviu o lugar de juiz de fora da cidade do Funchal, e por constar haver o sindicado servido muito bem com limpeza e satisfação mandam se lhe passem suas certidões»¹⁴.

Em nenhuma das duas situações aqui apontadas foram localizados os «autos da residência» dos magistrados em causa. Teoricamente, teriam sido realizados no terreno, ou seja, na cidade do Funchal, onde ambos serviram como juiz de fora. No entanto, desconhecemos o seu paradeiro e se, porventura, terão chegado aos nossos dias, pois, não nos esqueçamos, os arquivos judiciais produzidos nas localidades distantes do(s) centro(s) de poder foram-se depauperando, ao longo do tempo.

Os casos que conseguimos apurar no Desembargo do Paço – Sebastião Mendes de Vasconcelos e Manuel Vieira Pedrosa da Veiga – reportam-se a dois juizes de fora

¹² ANTT, Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despachos da Mesa, Expediente da Secretaria e do Despacho da Mesa, n.º 6: Controle do Exercício da Magistratura 1702-1823: Autos e Certidões de Residência, Maço 14, Documento n.º 35 e Documento n.º 37.

¹³ ANTT, Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despachos da Mesa, Expediente da Secretaria e do Despacho da Mesa, n.º 6: Controle do Exercício da Magistratura 1702-1823: Autos e Certidões de Residência, Maço 11, Documento n.º 309 e Documento n.º 311.

¹⁴ ANTT, Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despachos da Mesa, Expediente da Secretaria e do Despacho da Mesa, n.º 6: Controle do Exercício da Magistratura 1702-1823: Autos e Certidões de Residência, Maço 14, Documento n.º 35 e Documento n.º 37. José Burgueta de Oliveira será o responsável pela residência do ouvidor da capitania de Machico, Lourenço Biard.

do Funchal, sendo ambos bacharéis, isto é, com formação em Direito¹⁵. No entanto, sobre a atuação dos ouvidores senhoriais, o rei também mandou tirar residência¹⁶. No caso específico dos ouvidores do donatário da capitania de Machico, existem menções, no século XVII, de que foram alvo de sindicância¹⁷. Contudo, não há notícia da localização dos respetivos «autos de residência».

O caso em estudo – os autos da residência do ouvidor de Machico Lourenço Biard, de 1740 – reveste-se de duas particularidades: por um lado, a inexistência da sua “subida” ao Desembargo do Paço; por outro, o facto de constituir, que se saiba, o único processo de inquirição de uma justiça senhorial da Ilha da Madeira que perdurou até aos dias de hoje. Logo, estamos perante uma fonte inédita e reveladora da riqueza e complexidade documentais de um arquivo local, em concreto, o Arquivo e Biblioteca da Madeira. Toda uma singularidade que, aliada às condições físicas do documento (bom estado de conservação, total legibilidade, disponibilidade para consulta), contribuem para fazer dele um objeto de estudo e, quiçá, um ponto de partida para outras investigações.

A análise da sindicância do ouvidor da capitania de Machico, Lourenço Biard, revela-se auspiciosa. O seu conteúdo é rico, não só de informação, como também de silêncios. A presença de quase uma centena de testemunhas inquiridas, e as suas respostas, permitem percecionar um microcosmo social com os seus vários agentes, e a forma como estes teriam interagido com o ouvidor sindicado. A abundância de respostas, onde a palavra e o silêncio estão presentes, e a apreciação final feita pelo corregedor sindicante poderão antever este processo de residência como uma construção cuja finalidade seria demonstrar a existência de uma justiça senhorial em harmonia com os vários poderes presentes na capitania.

Este ensaio encontra-se dividido em três partes. Na primeira, serão sintetizadas as prerrogativas do donatário da capitania de Machico estando, entre elas, a capacidade de nomear o ouvidor que, em nome do donatário, exercia a justiça de segunda

¹⁵ Manuel Vieira Pedrosa da Veiga surge, na documentação do Desembargo do Paço citada na nota anterior, como «bacharel». Relativamente a Sebastião Mendes de Vasconcelos, não surge nesta documentação com esta designação, mas sabemos por outras fontes que tinha esse estatuto. Veja-se ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral 1720-1749, Livro 1219, fl. 120v.º, fl. 134v.º.

¹⁶ A consulta dos Autos e Certidões de Residência, do Desembargo do Paço, revela uma clara predominância das magistraturas régias, designadamente, de juizes de fora, de corregedores e de provedores de comarcas. Relativamente a ouvidores, a documentação que chegou ao Desembargo do Paço é muito mais escassa. O que não quer dizer que não possam ter sido feitas e que tivessem, porventura, permanecido nos arquivos locais, acabando, por motivos que desconhecemos, por não subir ao tribunal régio.

¹⁷ VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, pp. 115-120. Segundo o autor, os ouvidores Manuel Vieira de Afonseca, em 1666, e João de Morais Tavares, em 1677.

instância. De seguida, a análise, alicerçada na documentação dos concelhos de Santa Cruz e de Machico (Registo Geral e Vereações), é focalizada nos provimentos de nomeação de Lourenço Biard outorgados pelo donatário entre 1730 e 1753; e, também, na ténue presença deste ouvidor nos atos administrativos municipais. Os «autos da residência» de 1740 são o fundamento da terceira e última parte. Estabelecido o enquadramento legislativo das residências, com recurso à informação das *Ordenações Filipinas*, interessa perceber o modo como se processou a sindicância a Lourenço Biard. Assim, a análise do perfil social das 94 testemunhas inquiridas, do conteúdo das suas respostas e, por fim, da apreciação feita pelo corregedor sindicante, permitirão perceber esta residência como um instrumento ao serviço do equilíbrio de poderes nos municípios de Santa Cruz e de Machico.

1. Prerrogativas do Donatário da Capitania de Machico: A Justiça Intermédia e o Papel do Ouvidor

Localizado na zona leste da Ilha da Madeira, o território que correspondia à capitania de Machico era composto pelos concelhos de Santa Cruz e de Machico, cujas vilas e sedes do poder municipal tinham jurisdição sobre a toda a sua área circundante¹⁸. Em termos populacionais, com base nas escassas fontes de que dispomos, o concelho de Machico era muito mais populoso que o de Santa Cruz. No início da década de 20 do século XVIII, o total de habitantes da vila e freguesias do termo do município de Machico era pouco mais de 10 000; em contrapartida, Santa Cruz, vila e freguesias do termo, contava com cerca de 3200 residentes. Relativamente às vilas propriamente ditas, em 1722, Machico tinha cerca de 2000 moradores e Santa Cruz à volta de 1500¹⁹.

A capitania de Machico era, tal como as suas congéneres do Funchal e de Porto Santo, pertença do rei de Portugal que, com vista à sua conservação e

¹⁸ O concelho de Machico era, em 1740, composto pelas freguesias de Machico, vila, Água de pena, Caniçal, Porto da Cruz, Faial, Santa Ana, São Jorge, Arco de São Jorge, Ponta Delgada, São Vicente, Seixal e Porto do Moniz. O seu território abrangia toda a costa norte, até ao Porto do Moniz. O concelho de Santa Cruz era composto pelas freguesias de Santa Cruz, vila, Gaula, Caniço e Camacha.

¹⁹ Estes números, do ano de 1722, foram registados pelo cronista Henrique Henriques de Noronha nas *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal da Ilha da Madeira*, veja-se SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, pp. 74-76. Os quadros apresentados para os concelhos de Santa Cruz e Machico tiveram como fonte, para o ano de 1722, os quantitativos deixados por Henrique Henriques de Noronha. Só no decurso da segunda metade do século XVIII é que, por iniciativa dos governadores e capitães-generais, se procederam aos primeiros levantamentos demográficos.

administração, a doara a um senhorio logo no início do povoamento do arquipélago. Na época a que se reporta este estudo, o senhor de jurisdição e donatário desta capitania era D. Francisco de Portugal e Castro, 2.º marquês de Valença e 8.º Conde de Vimioso²⁰. Juntamente com os municípios de Santa Cruz e de Machico (com as respetivas atribuições devidamente outorgadas pelo rei), o donatário formava o mais «importante corpo do sistema tradicional de poder a nível local»²¹, e era responsável pela conservação e administração do território da capitania. Quais eram os poderes do donatário D. Francisco de Portugal e Castro? Uma resposta a esta interrogação encontrar-se-ia nas cartas de mercê da doação confirmadas pela coroa. Porém, não se localizou qualquer carta, havendo, sim, informação de que, desde 1656 e por morte do então donatário, o 5.º Conde de Vimioso, nunca mais se dera qualquer confirmação régia²². Apesar de não termos as cartas de mercê da doação a D. Francisco de Portugal e Castro, as várias confirmações, feitas pelo rei D. João V ao donatário da capitania do Funchal, o Conde de Castelo Melhor, permitem perceber quais eram as componentes da doação de um bem da coroa – a capitania – a um donatário. Com efeito, tratava-se de um processo que compreendia três realidades, a saber: a jurisdição, a dada dos ofícios e a faculdade da cobrança de

²⁰ MIGUEL, 2012, *Descobrir a Dimensão Palaciana de Lisboa na Primeira Metade do Século XVIII. Titulares, a Corte, Vivências e Sociabilidades*, Volume III, Anexos, pp. 467-470: «D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, 2.º Marquês de Valença, 8.º Conde de Vimioso (1679-1749). Era filho bastardo do 7.º Conde de Vimioso [...]. Era membro do Conselho do Rei, mordomo-mor da rainha, donatário da capitania de Machico na Ilha da Madeira, Senhor da Casa de Basto, comendador de São Miguel de Chorença, de Santiago de Ambrões, de São Martinho de Sande, de São Miguel de Souto, de São Nicolau de Salés, na Ordem de Cristo; comendador de Almodôvar e de Garvão, na Ordem de Santiago. Padroeiro do Convento de São José de Ribamar, Académico e Censor da Academia Real da História [...]. Sucedeu-lhe o seu filho D. José Miguel João de Portugal e Castro, 3.º Marquês de Valença e 9.º Conde de Vimioso (1706-1775).».

CARVALHO, 2004, «As Instruções de D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença, a seus filhos. Um Texto para a Jocaboia?», pp. 319-347. Afirma este autor, nas páginas 319, nota 1, e 320, que o seu nome completo ora aparece como D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, ora como D. Francisco Paulo de Portugal e Castro, e que, como filho legitimado de D. Miguel de Portugal, 7.º Conde de Vimioso, representou «o último caso em que se concedeu a legitimação de um filho bastardo herdeiro de uma grande casa. D. Francisco de Portugal e Castro pertencia, por sangue e titularidade, à alta nobreza, aos social e oficialmente reconhecidos por “Grandes”».

²¹ NETO, 2005, «Senhorios e Concelhos na Época Moderna: Relações entre Dois Poderes Concorrentes», pp. 149-165.

²² CARITA, 1996, *História da Madeira. O Século XVIII. Arquitetura de Poderes*, p. 176. Segundo o autor, esta informação provém de uma ordem do Conselho da Fazenda, de 20 de Outubro de 1767, que determinava que o provedor da fazenda do Funchal tomasse posse da capitania «das vilas de Santa Cruz e Machico» que estavam vagas desde a morte do 5.º Conde de Vimioso, D. Luís de Portugal, em 1656, e sem sucessão «em que depois sem título se introduziu seu irmão, o 6.º Conde de Vimioso, D. Miguel de Portugal, falecido em 1680, e depois o filho natural deste, o Marquês de Valença, D. Francisco de Portugal e o atual. D. José Miguel de Portugal, os quais todos não tiraram cartas nem mercê têm para o poderem requerer».

rendas. A doação da jurisdição cível e crime (com exceção dos crimes cuja punição implicasse a aplicação da pena de morte ou de mutilação) foi um privilégio sucessivamente confirmado pelo rei e sob o princípio da natureza intermédia da jurisdição senhorial que estava posicionada entre a justiça dos juizes municipais e a justiça régia. Esta prerrogativa radicava na presença, dentro do território da capitania, do ouvidor do donatário que tinha a faculdade de tomar «conhecimento dos recursos das justiças municipais (juizes ordinários ou de fora) concedendo recurso para o tribunal do rei»²³. O ouvidor era provido trienalmente podendo, no entanto, ver a sua jurisdição suspensa aquando da presença, no território da sua jurisdição, do magistrado representante do rei, o corregedor. Na capitania do Funchal, os homens que ocuparam este cargo eram letrados, isto é, homens com formação em leis. O mesmo não sucedeu na capitania de Machico em que, quase sempre, foram escolhidos indivíduos com formação militar²⁴. Todos os encargos relacionados com os pagamentos dos ordenados do ouvidor, e funcionários adjuvantes, eram da responsabilidade do donatário e pagos pelas rendas que tinha o privilégio de cobrar no espaço da sua capitania²⁵. A dada dos ofícios representava a capacidade de prover os ofícios vagos, dando ou apresentando funcionários, mas nunca a criação de novos ofícios porque tal era um direito exclusivo do rei. Assim, o donatário provia ou apresentava os lugares do funcionalismo da capitania que eram posteriormente escolhidos e confirmados pelo poder municipal²⁶. Finalmente, a faculdade de cobrar os rendimentos gerados no território da capitania que, no caso do Funchal, consistia no monopólio sobre determinados meios de produção como os moinhos, os fornos de pão, as serras de águas, e os proventos do exclusivo da venda de sal e de sabão. Importa referir a existência de uma outra

²³ HESPANHA, 1995, *História de Portugal Moderno Político e Institucional*, p. 198 e p. 233.

²⁴ VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, pp. 128-129, Quadro VIII e Quadro IX. Sobre a Ilha do Porto Santo, o autor refere que esta contou com a presença de logotenentes e governadores, mas não de ouvidores, de forma sistemática e regular, uma vez que os seus donatários sempre estiveram presentes na Ilha, veja-se p. 119.

²⁵ SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, pp. 34-38.

²⁶ SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, pp. 34-38. Os ofícios providos pelo donatário eram os de escrivão dos órfãos, escrivão da almotaçaria e alcaldaria, tabelião do público judicial e notas, meirinho da serra, inquiridor, contador e distribuidor, alcaide e carcereiro. No caso da capitania de Machico, D. Luís de Portugal, Conde de Vimioso, recebeu esta mercê, de dada dos ofícios, por carta de 8 de janeiro de 1605, VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, pp. 106-107. Segundo este autor, o donatário de Machico, no concelho com o mesmo nome apresentava oito escrivães do judicial e um alcaide, e no concelho de Santa Cruz apresentava um contador, distribuidor e inquiridor do juízo ordinário e do juízo dos órfãos.

tipologia de rédito – a redízima –, ou seja, a cobrança de 10% sobre todos os rendimentos existentes no espaço da capitania²⁷.

O donatário era o administrador da justiça intermédia e, em virtude da sua ausência do território da capitania de Machico²⁸, delegava-a no seu ouvidor que aí residia. O provimento deste oficial de justiça cabia ao donatário e, por norma, era trienal, mas podendo ser prorrogado²⁹. O ouvidor era, repetimo-lo, o responsável pela execução da justiça de segunda instância, isto é, daquela que se situava entre as justiças locais e os tribunais do reino, competindo-lhe tomar conhecimento dos recursos das sentenças da primeira instância e emitir os respetivos despachos³⁰. O ouvidor de Machico tinha, face ao seu homólogo da capitania do Funchal, duas importantes particularidades: não era um letrado, ou seja, não detinha formação universitária em leis e, por outro lado, desempenhava funções de cariz militar na capitania, uma vez que recebia, para além da nomeação de ouvidor, a de lugar-tenente³¹. Para além da administração da justiça em segunda instância, o ouvidor e lugar-tenente da capitania de Machico detinha outras prerrogativas, claramente reveladas pela documentação municipal. Referimo-nos à superintendência da eleição dos oficiais camarários onde era possuidor de voto de desempate, podendo mandar prender quem, sendo eleito, se recusasse a servir o cargo sem apresentar justificação; igualmente, à eleição dos juizes das levadas do concelho de Machico; e, por fim, à escolha do carcereiro e alcaide das vilas. O ouvidor também desempenhava as funções de superintendência nos atos de concessão de licenças para corte de madeiras³². Neste ponto específico, a presença do ouvidor devia-se à necessidade

²⁷ SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, pp. 34-38.

²⁸ À época, os marqueses de Valença e condes de Vimioso residiam em Lisboa no seu palácio sito à rua do Conde, ou do Alecrim, e tinham como residências de recreio a Quinta do Campo Grande, nos arredores da cidade, e a Quinta de Ribamar, junto ao rio Tejo, veja-se MIGUEL, 2012, *Descobrir a Dimensão Palaciana de Lisboa na Primeira Metade do Século XVIII. Titulares, A Corte, Vivências e Sociabilidades*, Volume II, pp. 283-286.

²⁹ SOUSA, 2020, *O Ouvidor das Capitánias do Funchal e de Machico*.

³⁰ HESPANHA, 1994, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político Portugal Século XVII*, pp. 394-401. De acordo com o autor, «nas apelações cíveis, o recurso depende da iniciativa da parte; nas apelações crime, o recurso é oficioso e obrigatório, por parte da justiça (*Ordenações Filipinas*, II, 45, 49)».

³¹ CARITA, 1996, *História da Madeira. O Século XVIII. Arquitetura de Poderes*, p. 167.

³² GOMES, 2002, *Machico. A Vila e o Termo. Formas do Exercício do Poder Municipal (Fins do Século XVII a 1750)*, pp. 176-180. Segundo a autora, o ouvidor era o responsável por convocar a reunião dos heréus para que elegessem os juizes das levadas do concelho de Machico, ou seja, a Levada Nova, a Levada das Figueiras, a Levada das Lajes e Ribeiros, a Levada do Desembarcadouro e a Levada de Cima. Até à correção de 1736, feita pelo corregedor Manuel Vieira Pedrosa da Veiga, o ouvidor supervisionava o processo de escolha dos almotacés e dos oficiais pedâneos das freguesias do termo.

de defesa das rendas do donatário, geradas por esta atividade económica, pelo que participava, juntamente com os juizes ordinários e vereadores, na «corrida da serra» ou «devassa dos caminhos» com a finalidade de, anualmente, aferir o estado em que se encontravam os recursos das serras e estabelecer condenações sobre cortes de madeira efetuados sem licença camarária³³. O ouvidor da capitania de Machico estava presente noutras duas circunstâncias: dava o seu parecer, juntamente com a vereação, no momento de «abertura do vinho» e fixação do seu preço de venda; manifestava intervenção quando eram dirigidas petições para providenciar o conserto «das cadeias da vila, da casa da Câmara, auditório e pelourinho», o que constituía obrigação do donatário³⁴. Finalmente, devemos mencionar que o ouvidor tinha direito a receber um ordenado anual no valor de 80 000 réis, sem emolumentos, e contava com a ajuda dos tabeliães das vilas e de um meirinho, este com a faculdade de receber, anualmente, 18 000 réis, juntamente com um moio de trigo, mais a quantia de 12 000 réis a ser repartida pelos homens que o auxiliavam no desempenho do cargo³⁵.

A jurisdição do donatário, representada localmente pelo seu ouvidor, ficava de imediato suspensa sempre que um corregedor, magistrado de nomeação régia, entrava no território da capitania. O articulado da carta régia de 20 de abril de 1735, ordenando a correição de Manuel Vieira Pedrosa da Veiga, é disso exemplo. Este era o juiz de fora que recebera ordem para inspecionar e correger a cidade do Funchal e as demais vilas porque, «ainda que sejam de donatários», não estavam isentas da autoridade suprema do rei³⁶. De acordo com o documento, o rei entendia ser necessário este procedimento, em virtude da inexistência de visitas de magistrados régios desde 1684; mas, também, porque o então governador e capitão-general,

³³ GOMES, 2002, *Machico. A Vila e o Termo. Formas do Exercício do Poder Municipal (Fins do Século XVII a 1750)*, pp. 177-180.

³⁴ GOMES, 2002, *Machico. A Vila e o Termo. Formas do Exercício do Poder Municipal (Fins do Século XVII a 1750)*, pp. 177-180.

³⁵ VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, pp. 115-120.

Dever-se-á explicitar que a informação sobre as atribuições do ouvidor e lugar-tenente da capitania de Machico é proveniente, fundamentalmente, da documentação desse mesmo município, sendo praticamente impossível dar exemplos relativos ao município de Santa Cruz, cujo acervo anterior ao século XIX é praticamente inexistente. Com efeito, e para além do exemplar relativo a 1515-1516, só existe um único livro de vereações para o século XVIII que se inicia em 1793. Em contrapartida, o Registo Geral deste município cobre quase todo o século XVIII, uma vez que começa em 1710 e termina em 1806. Veja-se *Instrumentos Descritivos da Câmara de Santa Cruz* no sítio do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. A documentação do município de Machico que sobreviveu até ao presente tem início, somente, nos primórdios do século XVII: os Livros de Vereações têm início em 1606 e o Registo Geral em 1637. Veja-se *Instrumentos Descritivos da Câmara de Machico* no sítio do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

³⁶ ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral 1637-1747, Livro 84, fls. 472v.º-476.

após uma visita às vilas da Calheta, da Ponta do Sol, de Santa Cruz e de Machico, reportara várias queixas sobre o modo de atuação dos juízes almotacés, e respetivos escrivães, por motivo das suas devassas para arrecadar as receitas concelhias³⁷. Quando o corregedor entrava em ação ficava a pertencer-lhe o exercício da justiça de segunda instância, isto é, o conhecimento dos recursos relativos às sentenças emitidas pelos juízes ordinários municipais; e, não menos relevante, a supervisão das eleições municipais. Nesta circunstância, nenhuma câmara podia, sem a presença do corregedor, eleger os juízes e vereadores, nem tão pouco «admitir para ato algum de jurisdição» o ouvidor do donatário³⁸.

Em virtude dos protestos do donatário da capitania do Funchal, o conde de Castelo Melhor, perante a correição de Manuel Vieira Pedrosa da Veiga, o rei D. João V acabaria por outorgar, em dezembro de 1738, uma provisão sobre a jurisdição dos corregedores. Em linhas gerais, reforçava a noção de que cabia ao rei, única e exclusivamente, o uso da correição e da justiça suprema (aplicação da pena de morte ou pena de mutilação); e que um corregedor enviado à Madeira tinha o poder de suspender os ouvidores dos donatários, pois assim o acontecera em todas as correições feitas neste espaço insular como nos Açores, desde o seu descobrimento até então³⁹. O pensamento crítico do rei D. João V, face à atuação dos ouvidores das Ilhas, ficou patente, sublinhando a ideia de que estes tinham, ao contrário dos seus congéneres do reino:

«Uma alçada tão crescida que excede muito a dos ministros mais graduados do reino pela necessidade de usarem dela em tanta distância das Relações, em ordem de se evitarem despesas e castigarem delitos com mais celeridade, não havendo facilmente outros ministros por quem se possa administrar justiça, de que com muita congruência se introduziu a prática de que quando em às Ilhas vai corregedor em correição [...] seja esse o executor da jurisdição referida pois sempre nele há mais segura confiança de que usará com mais acerto dos poderes da dita alçada, sendo muito frequentes os abusos dela em os ditos ouvidores»⁴⁰.

Por conseguinte, e perante uma queixa oriunda do donatário da capitania do Funchal, o rei demonstrou neste diploma, de forma contundente, a superioridade da jurisdição régia face à jurisdição senhorial. Nesta perspetiva, o juiz de fora do Funchal, Manuel Vieira Pedrosa da Veiga, enquanto estivesse em correição, era a entidade que administrava, prioritariamente, a justiça de segunda instância, o que ficou manifesto

³⁷ ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral 1637-1747, Livro 84, fls. 472v.º-476.

³⁸ ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral 1637-1747, Livro 84, fls. 472v.º-476.

³⁹ ABM, Câmara Municipal de Santa Cruz, Registo Geral 1710-1806, Livro 327, fls. 109-114v.º.

⁴⁰ ABM, Câmara Municipal de Santa Cruz, Registo Geral 1710-1806, Livro 327, fls. 109-114v.º.

na correição realizada no início de 1736. Com efeito, no edital dirigido a todas as câmaras municipais, este magistrado destacava o seu estatuto de corregedor com alçada e com especial ordem régia em toda a Ilha da Madeira⁴¹.

Contrariamente ao seu congénere do Funchal, o donatário da capitania de Machico não se teria pronunciado sobre a presença do juiz de fora e corregedor Manuel Vieira Pedrosa da Veiga em terra de sua jurisdição. Uma explicação plausível poderá residir no facto de o ouvidor de Machico não ser um indivíduo com formação em leis e que, por esse motivo, poderia não sentir incómodo com a presença de um magistrado régio⁴². A visita do corregedor Manuel Vieira Pedrosa da Veiga, que ficou registada na documentação do concelho de Machico, não revelou qualquer tipo de oposição por parte do ouvidor em exercício, Lourenço Biard. De acordo com Fátima Freitas Gomes, a presença de Manuel Vieira Pedrosa da Veiga, junto do município de Machico, revelou-se em dois importantes aspetos, a saber: por um lado, na supervisão da eleição municipal que se traduziu na elaboração do «arrolamento e informação das pessoas da governança da Vila de Machico», a 31 de dezembro de 1735, no qual, com grande detalhe, se fixaram importantes elementos que permitem antever o perfil social e económico dos homens ligados ao poder⁴³; por outro lado, ditou o afastamento da presença do ouvidor como supervisor do processo de escolha dos almotacés e dos juízes dos lugares do Norte, pondo fim a um costume praticado no município de Machico⁴⁴.

⁴¹ ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral 1637-1747, Livro 84, fls. 472v.º-476, fls. 478v.º-480v.º. Voltamos a afirmar que a correição de Manuel Vieira Pedrosa da Veiga, superiormente determinada em 1735 e ocorrida no início de 1736, foi a primeira a ocorrer no século XVIII. Temos de remontar à década de 80 do século anterior para verificar a existência da última correição. Com a extinção das capitánias-donatarias do Funchal, em 1766, de Machico, em 1767, e de Porto Santo, 1770, o corregedor torna-se uma instituição permanente neste espaço insular. Assim sucedeu até à implantação definitiva do Liberalismo no século XIX, veja-se SOUSA, 2006, «Os Provimentos dos Corregedores nos Municípios da Madeira e Porto Santo: 1768 a 1833», pp. 137-170.

⁴² VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, p. 128: Quadro VIII, p. 129: Quadro IX. De acordo com os dados expressos nestes dois quadros, os ouvidores do Funchal eram, maioritariamente, bacharéis ou licenciados; e os ouvidores de Machico eram, maioritariamente, capitães ou capitães-cabo.

⁴³ GOMES, 2002, *Machico. A Vila e o Termo. Formas do Exercício do Poder Municipal (Fins do Século XVII a 1750)*, pp. 253-255, Quadro n.º 4, em anexo. Segundo a autora, a intervenção do corregedor Manuel Vieira Pedrosa da Veiga teria «implementado, pela primeira vez, ao que se sabe, na Ilha, uma eleição trienal de acordo com o que estabelecia o Alvará de 1671, recorrendo a informadores e arrolamentos de elegíveis», pp. 175-176.

⁴⁴ GOMES, 2002, *Machico. A Vila e o Termo. Formas do Exercício do Poder Municipal (Fins do Século XVII a 1750)*, p. 176.

2. Os Provimentos de Ouvidor e Lugar-Tenente da Capitania de Machico Outorgados a Lourenço Biard (1730-1753)

Os documentos que estabeleciam a nomeação do ouvidor e lugar-tenente da capitania de Machico eram, por norma, da responsabilidade do seu donatário e, usualmente, com a duração de um triénio. No entanto, as fontes consultadas revelaram uma realidade um pouco distinta, devido à ausência do donatário no espaço físico da capitania. Assim, quando havia algum atraso na nomeação de um novo ouvidor e lugar-tenente, o governador e capitão-general da Ilha da Madeira assumia a responsabilidade de redigir e assinar uma provisão com uma validade de meses, com a expectativa de que, no decurso desse tempo, chegasse o documento emitido pelo donatário⁴⁵. Conforme já referido, os ouvidores da capitania de Machico não eram letrados, ao contrário dos seus homólogos da capitania do Funchal, e exerciam a função de lugar-tenente daquele território. Consequentemente, a nomeação deste oficial comportava dois documentos separados: o de ouvidor e o de lugar-tenente, e recaía, maioritariamente, em indivíduos com formação militar⁴⁶.

Estas características – não letrado e lugar-tenente – estão presentes no ouvidor Lourenço Biard apesar de, nem nos autos de residência, nem nos provimentos de nomeação surgir com a designação de capitão ou capitão-cabo. A escassa informação que nos foi possível coligir acerca deste indivíduo permite afirmar que seria filho de Francisco Biard que, em 1703, desempenhava as funções de cônsul de França, no Funchal⁴⁷. Previamente, o seu nome surge como capitão da companhia de ordenanças de Santa Ana, tendo, para esse efeito, prestado juramento a 30 de dezembro de 1678⁴⁸. A única certeza que possuímos, de momento, é a de que Lourenço Biard representou ao donatário, D. Francisco de Portugal, a sua vontade de servir como ouvidor e lugar-tenente da capitania de Machico. Obteve a sua primeira nomeação em 1730 e serviu durante 24 anos consecutivos, sendo substituído apenas em 1754. Foi o ouvidor e lugar-tenente da capitania de Machico que mais tempo

⁴⁵ GOMES, 2002, *Machico. A Vila e o Termo. Formas do Exercício do Poder Municipal (Fins do Século XVII a 1750)*, pp. 177-180.

⁴⁶ VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, p. 129: Quadro IX. Quase todos estão identificados como capitão ou capitão-cabo.

⁴⁷ CARITA, 1996, *História da Madeira. O Século XVIII: Arquitetura de Poderes*, p. 169.

⁴⁸ VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, p. 345, Quadro III: Companhias de Ordenanças da Ilha da Madeira 1627-1700.

esteve em exercício de funções⁴⁹. O conteúdo das cartas de provimento de ouvidor, num total de seis, e das cartas de provimento de lugar-tenente, num total de três, outorgadas a Lourenço Biard, permite perceber, ainda que vagamente, o conteúdo do cargo e a forma do seu desempenho:

– O primeiro provimento de ouvidor data de 10 de janeiro de 1730. Foi outorgado pelo então governador e capitão-general da Ilha da Madeira, Filipe de Alarcão e Mascarenhas, por tempo de três meses enquanto o rei não mandasse o contrário. O fundamento desta nomeação governamental fora a vacatura do cargo e a necessidade de cumprimento do «serviço do rei [...] por pessoa que bem o sirva». Lourenço Biard tinha, segundo este documento, «os requisitos necessários». Todavia, desconhecemos a natureza de tais requisitos. Ficava estipulado, à semelhança de qualquer provimento emitido em nome do rei, que o designado serviria sob juramento, podendo receber os respetivos «próis e percalços» depois de pagar os «novos direitos»⁵⁰.

– Data de 9 de outubro de 1731 o primeiro provimento outorgado por D. Francisco de Portugal e Castro, «Marquês de Valença e Conde de Vimioso, donatário da capitania de Machico». Os motivos deste documento tinham sido, segundo as palavras de D. Francisco de Portugal, a representação que lhe fora dirigida pelo próprio Lourenço Biard, pela qual afirmara a sua vontade de servir o dito cargo por ter os «requisitos necessários para bem o servir» e por já estar em exercício «com boa satisfação». Simultaneamente, a vereação de Machico teria dado uma «boa informação» sobre o candidato peticionário. D. Francisco de Portugal deixou expressa sua opinião acerca de Lourenço Biard: este era «digno de ser provido por ter partes e suficiência necessária para bem exercer o cargo». Qual o conteúdo deste cargo? Segundo o provimento em causa, era, claramente e por esta ordem: o serviço do rei, o serviço do donatário e o direito das partes. A jurisdição concedida, compreendendo as vilas e respetivos termos de Santa Cruz e Machico, era aquela que pertencia ao donatário nos termos das doações régias e transmitida aos ouvidores para o «bom governo da capitania». Salientamos, ainda, a ordem do donatário aos poderes locais

⁴⁹ SOUSA, 2020, *O Ouvidor das Capitánias do Funchal e de Machico*.

O quadro, por nós elaborado, com um arco cronológico iniciado em 1606, data do livro mais antigo de Vereações da Câmara de Machico que se conhece, e finalizado em 1764, com a nomeação do último ouvidor e lugar-tenente ocorrida antes da extinção da capitania donataria em 1767, revela, apesar das lacunas existentes, que Lourenço Biard foi o ouvidor que mais tempo esteve em exercício, só seguido pelos casos de Manuel Lomelino de Viveiros, com 18 anos de serviço, e de Matias de Mendonça e Vasconcelos, com 12 anos de ativo. Os restantes exerceram por tempo inferior a dez anos, havendo vários casos de um único desempenho trienal ou mesmo inferior a três anos.

⁵⁰ ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral 1637-1747, Livro 84, fls. 399-400v.º.

(juízes, vereadores, fidalgos e homens bons) para que reconhecessem e obedecessem «inteiramente» ao novo ouvidor; o mandado de três anos, conforme a «ordenação do reino» em que Lourenço Biard, sendo morador na Ilha da Madeira, ficava obrigado a residir no território da dita capitania «a maior parte do tempo»⁵¹.

– Cerca de três anos mais tarde, a 12 de janeiro de 1735, constata-se a existência de um novo provimento, mas sendo concedido pelo governador e capitão-general, João de Abreu Castelo-Branco, e com uma validade de três meses. Este documento governamental, passado a requerimento do próprio Lourenço Biard, tivera por fundamento o término de seu exercício de ouvidor e lugar-tenente e, para além disto, não poderia obter uma provisão de prorrogação dada pelo donatário, «sem que se lhe tir[asse] residência»⁵².

– Houve um novo alvará de provimento, da autoria do Marquês de Valença, nomeando Lourenço Biard ouvidor e lugar-tenente da capitania de Machico a 5 de abril de 1737. Coloca-se a questão: teria o nomeado, entretanto, dado a sua residência? É-nos impossível responder a esta questão – se teria havido alguma residência antes da conhecida de 1740 – atendendo ao estado de deterioração do documento, impedindo uma leitura minimamente aceitável⁵³.

– A 25 de fevereiro de 1746, D. Francisco de Portugal e Castro voltava a confiar em Lourenço Biard, mediante a concessão de um novo provimento de ouvidor e lugar-tenente desta capitania, devido «à grande confiança e boa informação [...] da sua inteligência e capacidade e muito mais pela boa residência que deu do lugar de meu ouvidor nos anos de 1739 até 1741 conforme certidão passada pelo escrivão da correição do crime da Corte de Lisboa em 24 de janeiro de 1746»⁵⁴. Impõe-se a pergunta: Estaria o donatário a referir-se à residência de finais de 1740, em análise neste ensaio, ou a uma outra posteriormente tirada? Chama-nos a atenção a existência de uma certidão passada pelo escrivão da Correição do Crime de Lisboa, o que acontecia, segundo as Ordenações do Reino, quando um oficial alvo de residência era considerado culpado no âmbito de causas que envolvessem quantias superiores a 10 000 réis ou suscetíveis de aplicação de uma pena corporal. Nessa circunstância, os autos concluídos pelo desembargador sindicante eram enviados à Mesa do Desembargo do Paço que, por sua vez, os remetia para despacho de um corregedor

⁵¹ ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral 1637-1747, Livro 84, fls. 421v.º-424.

⁵² ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral 1637-1747, Livro 84, fls. 469-470v.º.

⁵³ ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral 1736-1756, Livro 86, fls. 4v.º-6.

⁵⁴ ABM, Câmara Municipal de Santa Cruz, Registo Geral 1710-1806, Livro 327, fls. 177-177v.º.

do crime⁵⁵. Infelizmente, não encontramos qualquer referência à residência de Lourenço Biard, ouvidor e lugar-tenente da capitania de Machico, da Ilha da Madeira, no Desembargo do Paço (Certidões de Residência), nem nos é possível pesquisar na Correição do Crime de Lisboa, porque a documentação existente tem datas de produção com início em 1754 e terminando em 1833⁵⁶.

Voltando ao provimento de D. Francisco de Portugal e Castro, de fevereiro de 1746, verifica-se, à semelhança do anterior, a afirmação de que o ouvidor nomeado deverá bem servir, em primeiro, o rei e depois o donatário; e que este provimento, por tempo de três anos, estaria conforme as «ordenações destes reinos e senhorios de Portugal e doações dos donatários». Finalizava com a fórmula usual do direito do nomeado a prós e percalços e pedindo aos poderes locais, câmaras e fidalgos das vilas de Machico e Santa Cruz e da recém-criada vila de São Vicente, que reconhecessem Lourenço Biard como ouvidor, dando-lhe o respetivo juramento e posse do cargo, com o dever de lhe obedecerem e de cumprir as suas «sentenças, juízos e mandados» sem qualquer dúvida ou embargo⁵⁷.

– No final de 1753, Lourenço Biard recebeu a sua última nomeação de ouvidor da capitania de Machico, cuja apresentação e registo constam na documentação do município de Santa Cruz com data de 21 de janeiro de 1754. Foi feita pelo rei e com uma duração de quatro meses, certamente porque o donatário D. Francisco de Portugal e Castro tinha falecido, em setembro de 1749, e o seu sucessor estaria em processo de requerimento da confirmação do estatuto herdado, o que poderia levar algum tempo. De acordo com este documento, Lourenço Biard estava a aguardar a nomeação de um sindicante para lhe tirar nova residência⁵⁸. A 23 de abril de 1754, apresentou-se na câmara de Santa Cruz um novo ouvidor, Manuel Moniz de Meneses, com um provimento assinado pelo governador e capitão-general da Ilha da Madeira⁵⁹.

– Os provimentos de lugar-tenente da capitania de Machico, outorgados a Lourenço Biard, e que conseguimos localizar, foram três: dois com datas simultâneas aos de ouvidor, nomeadamente de 9 de outubro de 1731 e de 25 de fevereiro

⁵⁵ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX, § 1.º.

⁵⁶ A documentação relativa ao Fundo da Correição Crime da Corte, depositada no Arquivo Nacional Torre do Tombo, integra processos respeitantes às causas que competiam a este Juízo julgar: «devassas, certidões de prisão, agravos, autos de cartas de seguro, termos de bem viver, residências, libelos, injúrias, sentenças crime, livramentos, sequestros, salteadores, querelas e cartas de seguro». As suas datas de produção compreendem os anos de 1754 a 1833. Informação sobre este Fundo disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4373338>, consultada em 2021-08-03.

⁵⁷ ABM, Câmara Municipal de Santa Cruz, Registo Geral 1710-1806, Livro 327, fls. 177-177v.º.

⁵⁸ ABM, Câmara Municipal de Santa Cruz, Registo Geral 1710-1806, Livro 327, fls. 193v.º-194.

⁵⁹ ABM, Câmara Municipal de Santa Cruz, Registo Geral 1710-1806, Livro 327, fl. 130.

de 1746 –, e um outro, datado de 10 de setembro de 1737, que julgamos ter sido atribuído juntamente com o provimento de ouvidor de 5 de abril desse mesmo ano. Todos foram, sem exceção, assinados pelo donatário D. Francisco de Portugal e Castro e com o fundamento da sua impossibilidade de residir no espaço da capitania das «suas vilas de Machico e Santa Cruz» e, em virtude dessa ausência, poderem «acontecer alguns danos e prejuízos ao serviço do rei e dele [donatário]». A escolha recaía em Lourenço Biard, a quem «por outra carta tinha feito seu ouvidor» e por ter os «merecimentos, inteligência, capacidade e todos aqueles requisitos que são necessários para ser loco tenente»⁶⁰. Estes três documentos sublinham o carácter militar da ouvidoria da capitania de Machico e da sua ligação com o cargo de lugar-tenente: «para que possa em tudo e por tudo usar nas coisas de guerra e nas mais que necessário for conforme o uso e posse com que sempre estiveram os seus antecessores na dita jurisdição [...] e que sempre pertenceram aos loco-tenentes das ditas vilas»⁶¹. Sublinham, de igual modo, as funções como representante, no terreno, do donatário. Com efeito, o lugar-tenente da capitania «usava», «dispunha» e «administrava» tudo o que pertencia à jurisdição senhorial⁶².

De uma forma geral, os provimentos de Lourenço Biard como ouvidor e lugar-tenente traduzem, claramente, as principais características da jurisdição do donatário da capitania de Machico. Em primeiro lugar, uma jurisdição exercida à distância devido à ausência física do donatário. Logo, precisaria de alguém da sua confiança e que tivesse as qualidades ditas necessárias para servir, como ouvidor e por esta ordem: i) o rei; ii) o donatário; iii) o direito das partes. Como lugar-tenente afigurava-se imprescindível a escolha de pessoa apta para «as coisas de guerra». Que ligação existiria entre ouvidor-donatário? Seria de índole clientelar? Não nos esqueçamos que, para o caso em estudo, fora Lourenço Biard quem tomou a iniciativa de se dirigir ao donatário, solicitando o cargo para si, tendo D. Francisco de Portugal e Castro anuído e reiterado este elo de ligação por tempo de quase 24 anos, ultrapassando, clara e inequivocamente, os limites temporais prescritos pela lei em vigor. A terceira componente que importa sublinhar é a ligação que ficava estabelecida entre o ouvidor e as justiças locais e gente da governança. Efetivamente, em todos os provimentos concedidos a Lourenço Biard foi afirmado o imperativo do

⁶⁰ ABM, Câmara Municipal de Santa Cruz, Registo Geral 1710-1806, Livro 327, fls. 93-93v.º; fls. 178-179. ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral 1736-1756, Livro 86, fls. 17-18.

⁶¹ ABM, Câmara Municipal de Santa Cruz, Registo Geral 1710-1806, Livro 327, fls. 93-93v.º; fls. 178-179. ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral 1736-1756, Livro 86, fls. 17-18.

⁶² ABM, Câmara Municipal de Santa Cruz, Registo Geral 1710-1806, Livro 327, fls. 93-93v.º; fls. 178-179. ABM, Câmara Municipal de Machico, Registo Geral 1736-1756, Livro 86, fls. 17-18.

reconhecimento dos poderes locais – municípios e fidalgos – perante o nomeado a quem deveriam permitir que usasse, dispusesse e administrasse tudo aquilo que ao donatário pertencia, e devendo cumprir, integralmente, as sentenças, juízos e mandados proferidos pelo ouvidor. Logo, o ouvidor teria de atuar num cenário onde existiam outros personagens de grande relevo. Teria de exercer o poder num contexto onde estavam outros poderes, igualmente, em ação. Impõe-se a questão: como se daria esta interação? A presença, na documentação municipal, do ouvidor e lugar-tenente Lourenço Biard verifica-se ténue, discreta, perfeitamente inserida no âmbito das funções atrás descritas, e sem vestígios de conflituosidade. A título de exemplo, e apenas para o município de Machico, dada a falta de documentação de Santa Cruz, constatou-se a atividade de Lourenço Biard em diversas situações: na superintendência da eleição dos oficiais de justiça que iriam servir de juízes ordinários e vereadores no triénio que se iniciava, bem como no auto da tirada do pelouro que, anualmente, definia a composição do elenco camarário⁶³; na superintendência da eleição dos juízes das levadas do concelho de Machico⁶⁴; na apresentação de três candidatos ao cargo de alcaide da vila e, por último, no despacho de petições para a construção de serras de água no concelho de Machico⁶⁵. Até 1736, data em que a correição de Manuel Vieira Pedrosa da Veiga impôs novas regras, conforme referido atrás, vimos o ouvidor Lourenço Biard a presidir a escolha dos juízes almotacés e dos oficiais pedâneos das freguesias do Norte⁶⁶. Infelizmente, não conseguimos localizar nenhuma situação em que Lourenço Biard apresentasse os três candidatos ao cargo de carcereiro da cadeia da vila, nem nas concessões de licenças para cortes de madeira e devassa da serra, tudo competências do ouvidor⁶⁷.

De acordo com a documentação municipal que foi possível consultar⁶⁸, a conduta de Lourenço Biard ter-se-ia regulado pela ausência de situações de conflito com o poder municipal ou com qualquer outra entidade com significativas prerrogativas na vida comunitária, ao contrário de que sucedera no passado em que ouvidores se envolveram em querelas com a esfera municipal, obrigando à

⁶³ ABM, Câmara Municipal de Machico, Vereações 1729-1737, Livro 115, fls. 79-80v.º.

⁶⁴ ABM; Câmara Municipal de Machico, Vereações 1745-1754, Livro 117, fls. 33-33v.º.

⁶⁵ ABM, Câmara Municipal de Machico, Vereações 1729-1737, Livro 115, fls. 24v.º-25.

⁶⁶ ABM, Câmara Municipal de Machico, Vereações 1729-1737, Livro 115, fls. 35v.º-36, fls. 42v.º-43.

⁶⁷ GOMES, 2002, *Machico. A Vila e o Termo. Formas do Exercício do Poder Municipal (Fins do Século XVII a 1750)*, p. 178, Nota n.º 70; p. 180, Nota n.º 77.

⁶⁸ Saliente-se que o Livro de Vereações da Câmara Municipal de Machico, relativo aos anos de 1737 a 1745, encontra-se bastante deteriorado, com muitas manchas de água que cobrem a informação ou provocaram descoloração da tinta. ABM, Câmara Municipal de Machico, Vereações 1737-1745, Livro 116.

intervenção do governador e capitão-general da Ilha da Madeira para pôr termo à atuação supostamente excessiva daquele oficial, e que teria motivando queixas por parte da população da capitania⁶⁹.

3. Os Autos da Residência do Ouvidor e Lugar-Tenente da Capitania de Machico, Lourenço Biard (1740)

Decorridos entre 20 de novembro e 22 de dezembro de 1740, os autos da residência do ouvidor Lourenço Biard constituem um processo cuja singularidade chamou a nossa atenção.

Para uma definição clara do que representava o procedimento jurídico-administrativo de uma residência, recorremos às definições apresentadas por Nuno Camarinhas e Isabel Pereira de Melo. De acordo com Nuno Camarinhas a residência constitui:

«O instrumento da fiscalização da atividade dos juizes cessantes do qual dependia a sua progressão na carreira. Promovido pelo Desembargo do Paço, o processo da residência cobria a totalidade do aparelho judicial letrado, isto é, tanto os juizes nomeados diretamente pela Coroa quanto os juizes letrados nomeados por donatários como a Casa de Bragança, a Casa da Rainha, a Universidade de Coimbra, o Arcebispado de Braga, entre outros. Uma vez no local, procedia a um inquérito, junto de testemunhas, sobre o seu comportamento durante o período em que estivera nomeado. Esse processo era posteriormente remetido para o tribunal da relação competente onde, depois de analisado, um juiz relator concluía sobre a qualidade da residência e a necessidade, ou não, de se proceder a um processo»⁷⁰.

Por seu turno, Isabel Pereira de Melo reforça a importância da residência, cuja realização:

«É um procedimento jurídico-administrativo que já estava previsto na legislação desde as Ordenações Manuelinas (1521) [e] pode ser considerado um dos mais importantes instrumentos do sistema de fiscalização e controle régio [...] para acompanhar o desempenho de seus magistrados, a monarquia mandava instaurar uma sindicância – residência – ao término dos mandatos para verificar o cumprimento das atividades durante o exercício dos ofícios»⁷¹.

⁶⁹ GOMES, 2002, *Machico. A Vila e o Termo. Formas do Exercício do Poder Municipal (Fins do Século XVII a 1750)*, p. 221: Documento n.º 4, p. 222: Documento n.º 5. São dois documentos, com data de 1711, em que o governador e capitão-general da Ilha da Madeira admoestava o então ouvidor e lugar-tenente da capitania de Machico em virtude das queixas dos habitantes daquele território relativamente à forma como o ouvidor procedera nas condenações impostas aos infratores encontrados na sequência da devassa da serra por terem efetuado cortes de madeiras sem o respetivo licenciamento.

⁷⁰ CAMARINHAS, 2012, «As Residências dos Cargos de Justiça Letrada», pp. 161-172.

⁷¹ MELO, 2017, «Sindicantes e Sindicados: Os Magistrados e suas Residências na América Portuguesa (Século XVIII)», pp. 41-68.

A mesma autora, noutra obra, salienta a residência como um processo alicerçado na convocação e inquirição de testemunhas:

«Durante a sua realização a população tinha a possibilidade de expressar as suas queixas contra os magistrados [...] ocorria toda uma movimentação na comarca durante a realização da residência, pois a convocação de testemunhas para depor contra ou a favor do magistrado representava no mínimo um ato simbólico de julgamento das suas atividades»⁷².

Dentro das definições estabelecidas por estes autores gostaríamos de destacar as seguintes ideias: a residência como um procedimento devidamente enquadrado pela legislação régia; a residência como um processo que cobria toda a magistratura letrada, fosse de nomeação régia, fosse de nomeação senhorial; o seu carácter simbólico por se alicerçar na inquirição de testemunhas.

No entanto, as investigações efetuadas por Nuno Camarinhas e por Isabel Pereira de Melo incidiram, apenas, na análise das residências das magistraturas letradas e de nomeação régia. A atividade dos ouvidores senhoriais será menos conhecida, com exceção dos ouvidores da Casa de Bragança e, porventura, de algumas outras casas com importância social e política⁷³. Por conseguinte, não existe informação abundante e sistematizada sobre as formas de nomeação, sobre a atividade jurisdicional e o perfil social dos ouvidores dos senhorios de menor dimensão e de menor relevância política. As razões que poderão explicar esta realidade prendem-se, quase exclusivamente, com a escassez de fontes e/ou com a sua imensa dispersão. Para o caso em apreço – o ouvidor da capitania de Machico nomeado pelo donatário Marquês de Valença e Conde de Vimioso –, seria importante a consulta de fundos documentais pertencentes a esta casa senhorial. Contudo, o seu arquivo terá ardidado em 1755⁷⁴. Em relação às residências, a análise deve ser feita num plano duplo: por um lado, o que consta no

⁷² MELO, 2013, *Magistrados ao Serviço do Rei: A Administração da Justiça e os Ouvidores Gerais na Comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*, pp. 202-205.

⁷³ Sobre a Casa de Bragança veja-se CUNHA, 2000, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*; sobre as relações entre os donatários e os poderes locais veja-se CUNHA, 2005, «Relações de Poder, Patrocínio e Conflitualidade. Senhorios e Municípios (Século XVI-1640)», pp. 87-108. Para referências a outras realidades senhoriais, veja-se NETO, 2005, «Senhorios e Concelhos na Época Moderna: Relações entre Dois Poderes Concorrentes», pp. 149-165.

⁷⁴ SALDANHA, 1992, *As Capitanias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, p. 52. Para uma informação sobre a avaliação dos rendimentos do Marquês de Valença em 1795 veja-se MONTEIRO, 1998, *O Crepúsculo dos Grandes: a Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, p. 261, Quadro n.º 27. Devemos ainda mencionar que D. Francisco de Portugal e Castro, donatário da capitania de Machico que, sucessivas vezes, nomeou Lourenço Biard como ouvidor e lugar-tenente, deixou uns escritos, dedicados aos seus filhos, sobre moralidade e religião. Sobre este assunto veja-se CARVALHO, 2004, «As Instruções de D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença, a seus Filhos. Um Texto para a Jacobeia?», pp. 319-347.

Desembargo do Paço e que é, na maioria das vezes, «o documento em que o juiz cessante solicita a residência, o resumo da residência e o despacho final da relação», e em que «raramente se contêm os inquéritos às testemunhas, e muitas vezes existe apenas parte dos documentos referidos»⁷⁵. Por outro lado, o universo dos arquivos locais, pois será neles onde se poderá, eventualmente, encontrar o processo com os inquéritos às testemunhas e a avaliação do sindicante, uma vez que se tratava de um documento gerado ao nível da comarca ou capitania. Foi, precisamente, no Arquivo e Biblioteca da Madeira onde a realização de trabalhos de identificação de conteúdos de núcleos documentais, pouco conhecidos e nada estudados, nos permitiu encontrar, quase por acaso, este processo revestido de singularidade: uma residência de um ouvidor da capitania de Machico, oficial de justiça de nomeação senhorial, destituído de formação em leis, mas com o cargo de lugar-tenente. O que denota que o procedimento jurídico-administrativo das residências podia ser mais abrangente do que o determinado pelas Ordenações Régias.

Com efeito, a nossa análise das *Ordenações Filipinas*, no seu Livro I, Título LX: «Como os corregedores das comarcas, ouvidores dos mestrados e de senhores de terras, e juizes de fora darão residência»⁷⁶, permitiu definir um conjunto de etapas que, segundo o legislador, deviam compreender uma residência.

– O processo iniciava-se com o pedido de residência que o interessado, entenda-se o oficial em final de mandato, devia dirigir ao rei, solicitando o envio de um desembargador para lhe «tomar residência». Era obrigatório o envio deste pedido sob pena de o interessado ficar privado do ofício em causa e, cumulativamente, ficar impedido, para sempre, de exercer «ofício de julgar»⁷⁷;

– Uma vez nomeado pelo rei, o desembargador sindicante deveria dirigir-se à cidade ou vila onde o sindicato esteve em funções. Aí chegado, devia enviar avisos a todas as localidades da jurisdição do sindicato informando da ordem régia para tirar residência, e que toda a pessoa que quisesse queixar-se do procedimento do sindicato deveria comparecer para apresentar a respetiva demanda. A residência tinha a duração de um mês para que o sindicante pudesse ouvir todas as queixas e inquirir as testemunhas chamadas para o efeito⁷⁸;

⁷⁵ CAMARINHAS, 2012, «As Residências dos Cargos de Justiça Letrada», pp. 161-172.

⁷⁶ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX.

⁷⁷ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX, Prólogo.

⁷⁸ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX, § 1.º.

– No decurso da residência, o sindicado tinha de, obrigatoriamente, abandonar o local, informando da sua saída. A audição e despacho das causas que competiam ao sindicado eram assumidos, durante esse mês, pelo desembargador sindicante⁷⁹;

– A etapa da inquirição de testemunhas era essencial, mesmo que ninguém tivesse apresentado qualquer queixa ou demanda contra o sindicado. Importa realçar que o articulado deste título, do § 4.º ao § 18.º, refere especificamente a residência de corregedores, omitindo juízes de fora e ouvidores de donatários, e introduz um questionário, muito específico, dirigido aos «oficiais da correição e os juízes e oficiais que serviram no seu tempo e tabeliães e alguns homens mais principais», com o fim de aferir se o sindicado cumpriu as suas funções⁸⁰. Na sequência da inquirição a este grupo de indivíduos, eram chamadas outras testemunhas para se lhes perguntar se «sabem [mais] alguma coisa [...] e das que disserem serão perguntadas como o sabem e por quem e quais eram as pessoas culpadas nisso com o corregedor»⁸¹;

– Uma vez concluída a inquirição, seguia-se a análise dos «livros e papéis correspondentes», devidamente exibidos ao desembargador sindicante pelos escrivães competentes. Pretendia-se apurar, nos feitos crimes despachados pelo sindicado, se «houve ou não apelação» e porquê. Havendo constatação de alguma negligência por parte dos escrivães, estes seriam chamados a alvo de uma inquirição pessoal⁸²;

– A averiguação era extensível aos oficiais que trabalharam diretamente com o sindicado, em concreto, escrivães, meirinhos e oficiais, sendo inquiridos sobre a forma como exerceram os seus ofícios e ouvidas pessoas que os quisessem demandar⁸³;

– Apurado o resultado da residência e havendo culpa por parte do sindicado, o desembargador sindicante podia executar, sem apelo nem agravo, as causas, envolvendo quantias até 8000 réis, nos bens de raiz, e 10 000 réis, nos bens móveis. Nas causas que envolvessem quantias superiores ou que implicassem a aplicação de uma pena corporal, o desembargador sindicante deveria concluir os autos e enviá-los à Mesa do Desembargo do Paço que, por seu turno, os mandava despachar por um corregedor do crime⁸⁴;

⁷⁹ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX, § 2.º.

⁸⁰ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX, § 4.º a § 18.º.

⁸¹ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX, § 18.º.

⁸² *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX, § 19.º e § 20.º.

⁸³ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX, § 21.º.

⁸⁴ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX, § 1.º.

– Finalmente, a determinação de que o processo de residência tinha, obrigatoriamente, de ser vertido a escrito e registado em «capítulo próprio»⁸⁵.

A legislação vigente denota uma parcialidade que importa sublinhar: a figura do corregedor, magistrado de nomeação régia, surge como preponderante e objeto de uma atenção muito específica. Algo que talvez se possa explicar por uma superioridade jurisdicional que determinava que, chegado a uma comarca ou a um domínio senhorial, ficava, de imediato, responsável pela jurisdição de segunda instância e decretava a suspensão de juízes de fora ou de ouvidores⁸⁶. A referência aos juízes de fora e ouvidores de donatários remete-se, praticamente, ao título. Seriam objeto do mesmo tipo de quesitos do que o corregedor, no âmbito das residências? A questão permanece em aberto. No entanto, sobre a atuação dos ouvidores senhoriais, o rei também mandava tirar residência, conforme se pode aferir em alguma documentação do Desembargo do Paço⁸⁷.

Temos informação de que na Madeira, ao longo do tempo, teria havido ouvidores alvo de residência. No século XVI, e de acordo com António Vasconcelos de Saldanha, existiram situações de ouvidores que, sujeitos à sindicância do corregedor, foram suspensos das suas funções por motivo de irregularidades no desempenho do seu cargo⁸⁸. Mais especificamente, e para os ouvidores do donatário da capitania de Machico, Nelson Veríssimo refere que, no século XVII, houve dois casos de oficiais alvo de residência⁸⁹. No entanto, não há notícia da localização dos respetivos «autos de residência». O que nos permite afirmar que a residência do ouvidor Lourenço Biard poderá ser um caso isolado, mas apenas do ponto de vista documental, uma vez que conseguiu resistir ao desgaste do tempo.

A residência do ouvidor Lourenço Biard teve início no dia 20 de novembro de 1740 com a chegada do corregedor sindicante José Burgueta de Oliveira à Vila de Santa Cruz. Uma vez instalado nas casas de sua aposentadoria, exibiu perante a vereação daquele município a competente provisão régia, com data de 12 de fevereiro anterior, ordenando a residência. Em simultâneo, o corregedor sindicante

⁸⁵ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX, § 22.º.

⁸⁶ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LVIII.

⁸⁷ A consulta dos Autos e Certidões de Residência, do Desembargo do Paço, revela uma clara predominância das magistraturas régias, designadamente, de juízes de fora, de corregedores e de provedores de comarcas. Relativamente a ouvidores, a documentação que chegou ao Desembargo do Paço é muito menos numerosa. O que não quer dizer que não possa ter sido feita e que tenha permanecido nos arquivos locais, acabando por não subir ao tribunal régio por motivos que são desconhecidos.

⁸⁸ SALDANHA, 1992, *As Capitánias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina*, p. 150.

⁸⁹ VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, pp. 115-120. Segundo o autor, foram os ouvidores Manuel Vieira de Afonseca, em 1666, e João de Morais Tavares, em 1677.

exibiu o despacho de nomeação do escrivão escolhido para registrar por escrito este ato: Pedro de Miranda, à data escrivão da Provedoria dos Resíduos e Capelas⁹⁰. O processo só estaria concluído a 23 de fevereiro do ano seguinte, com o traslado do documento para «guarda», não havendo menção ao seu envio para a Corte⁹¹. Talvez pela diligência do escrivão Pedro de Miranda, em guardar no arquivo da Provedoria dos Resíduos e Capelas um exemplar da residência do ouvidor Lourenço Biard, o processo se tenha preservado até aos nossos dias.

O Quadro I sintetiza as etapas que marcaram o procedimento da residência.

Quadro I: Etapas do Processo de Residência do Ouvidor e Lugar-Tenente da Capitania de Machico 1740

Data	Local	Procedimento Realizado
20-11-1740	Vila de Santa Cruz	O juiz de fora corregedor sindicante exhibe perante a vereação a ordem régia para proceder à residência do ouvidor e o despacho de nomeação do escrivão responsável.
21-11-1740	Vila de Santa Cruz	O juiz de fora corregedor sindicante manda suspender do exercício de funções o ouvidor sindicado. Este abandona a Vila de Santa Cruz.
21-11-1740	Vila de Santa Cruz	O juiz de fora corregedor sindicante manda afixar editais, que anunciam a residência nas Vilas de Santa Cruz e Machico e nos lugares do termo.
23-11-1740	Vila de Santa Cruz	O juiz de fora corregedor sindicante dirige um precatório à vereação de Machico.
23-11-1740	Vila de Santa Cruz	Registo da certidão em como o ouvidor suspenso se encontra no Funchal.
21-11-1740/ 03-12-1740	Vila de Santa Cruz	Inquirição das testemunhas nas casas de aposentadoria do corregedor sindicante.
16-12-1740/ 21-12-1740	Vila de Machico	Inquirição das testemunhas nas casas de aposentadoria do corregedor sindicante.
22-12-1740	Vila de Santa Cruz	Análise pelo juiz de fora corregedor sindicante de alguns processos-crime processados pelo ouvidor sindicado.
23-02-1741	Funchal	Treslado dos autos de residência para «guarda».

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7.

Além do ouvidor e lugar-tenente, foi também alvo de sindicância o seu meirinho de nome Francisco Teixeira Melim que, de igual modo, saiu do território da capitania, indo para a cidade do Funchal enquanto se desenrolou o processo. Infelizmente,

⁹⁰ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fls. 1-1v.º.

⁹¹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fls. 40v.º-41.

o traslado relativo à inquirição das testemunhas convocadas para dar o seu depoimento sobre a conduta do meirinho da ouvidoria encontra-se incompleto⁹².

Conforme consta do quadro acima, o juiz de fora da cidade do Funchal⁹³ e corregedor (é o título que ficou registado nos autos de residência apesar de, na respetiva provisão, o rei se lhe dirigir apenas como juiz de fora da Ilha da Madeira) José Burgueta de Oliveira chega à Vila de Santa Cruz, onde exibiu a provisão régia ordenando que «tomasse residência» ao ouvidor da capitania de Machico do tempo que serviu o dito cargo. Essa provisão, com data de 12 de fevereiro de 1740, contém o que seriam os objetivos deste procedimento: a residência visava «todo o tempo» que Lourenço Biard exercitou o cargo de ouvidor, abrangendo os seus oficiais coadjuvantes; o juiz de fora corregedor sindicante deveria, de imediato, nomear por escrivão «a pessoa mais apta e suficiente que [lhe] parecer[sse]»; a residência deveria decorrer pelo prazo de 30 dias; os seus resultados seriam enviados ao rei, em concreto «os autos dela serrados [sic] dando [lhe] conta como o dito ouvidor exercitou o dito cargo, do seu talento, vida e costumes, se é de bom ocultamento às partes»; e, por último, a sua remessa para a Mesa do Desembargo do Paço «para se ver e despachar como for justiça»⁹⁴.

Fundamental neste processo era a nomeação do escrivão responsável, pessoa deviamente capacitada para o efeito. A nomeação de Pedro de Miranda, à data escrivão dos Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas⁹⁵, ocorreu logo à chegada à Vila de Santa Cruz e, uma vez nomeado, prestou o respetivo juramento aos Santos Evangelhos: «para que bem e verdadeiramente escrevesse e fizesse tudo o que era obrigado por razão do [seu] ofício»⁹⁶. O ato de suspensão do ouvidor sindicado é um outro momento antecipador da residência que importa mencionar. Chamado à presença do juiz de fora corregedor sindicante, Lourenço Biard tomou conheci-

⁹² ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fls. 44-51v.º.

⁹³ José Burgueta de Oliveira foi nomeado juiz de fora do Funchal a 23 de maio de 1739, ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral 1735-1754, Livro 1220, fl. 54. Esteve em exercício até 1747, altura em que o seu sucessor, Miguel de Arriaga, foi nomeado, ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral 1735-1754, Livro 1220, fl. 95v.º.

⁹⁴ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fls. 1v.º-2. Seria este o documento, supostamente enviado à Mesa do Desembargo do Paço, que procurámos, em vão, no conjunto documental dedicado aos Autos e Certidões de Residência, com datas extremas de 1702 a 1832.

⁹⁵ A competência de Pedro de Miranda, como escrivão do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, seria notória, uma vez que, no decurso da década de 30 do século XVIII, ficara responsável por tratar, na prática, das verificações das missas e das averiguações dos bens sobre os quais estariam impostas as pensões para pagamento dos encargos pios deixados pelos testadores. Veja-se TRINDADE, 2012, *Plantar Nova Cristandade. Um Desígnio Jacobeu para a Diocese do Funchal. Frei Manuel Coutinho 1725-1741*, pp. 181-202.

⁹⁶ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fl. 2v.º.

mento da competente provisão régia e, convidado a declarar se tinha alguma dúvida ou suspeita face ao sindicante ou ao escrivão nomeado, declarou estar sem razão de suspeição e sem receio de «dar residência». No imediato, foi suspenso da sua atividade pelo sindicante José Burgueta de Oliveira, com ordem de se instalar na cidade do Funchal, enquanto a sindicância estivesse em curso⁹⁷. Estando o ouvidor devidamente afastado do território que esteve sob a sua jurisdição, deu-se início ao processo.

O primeiro passo consistiu na divulgação, junto da população residente no território da capitania, de que se ia tirar residência ao ouvidor e lugar-tenente Lourenço Biard. A afixação de editais nos espaços públicos, com o seu apregoamento, foi o meio de informar as pessoas. Assim aconteceu, primeiro na Vila de Santa Cruz, sede de poder municipal, e lugar da primeira aposentadoria do magistrado sindicante (a segunda aposentadoria seria, uns dias mais tarde, na vizinha Vila de Machico, também sede de poder municipal) com o edital afixado no seu pelourinho a 21 de novembro. Seguiu-se a freguesia do Caniço, a 23 de novembro; a Vila de Machico, a 24 de novembro, o mesmo dia que na freguesia de Santa Ana; culminando a afixação de editais nas freguesias do Porto da Cruz e de São Vicente no dia 27 de novembro. Estes editais eram afixados na porta das igrejas-matrizes das respetivas Vila de Machico e restantes freguesias, onde chegavam por mão dos caminheiros convocados para este efeito⁹⁸.

O conteúdo destes editais expressava a ligação à comunidade exigida no procedimento de residência. Assim, e sob a respetiva ordem régia, convidava-se:

«Toda a pessoa que se quiser queixar de Lourenço Biard ouvidor que foi nesta capitania de Machico e de seus oficiais de justiça de algum agravo ou injustiça que lhe hajam feito ou contra qualquer deles quiser por alguma ação de dívida, o venha fazer perante o doutor juiz de fora sindicante que se acha nesta vila de Santa Cruz e por especial provisão do dito Senhor [Rei] lhe está tirando residência dos cargos e ofícios que todos serviram os quais estão suspensos enquanto durar esta residência [...] ele [o sindicante] fará justiça aos queixosos e credores»⁹⁹.

A Vila de Santa Cruz surge como o local onde decorreu a maior parte do processo, algo que nos causa alguma perplexidade. Pois, se a residência deveria decorrer no «centro administrativo da jurisdição»¹⁰⁰, esse estatuto pertencia à vizinha

⁹⁷ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fls. 3-3v.º; fls. 8-8v.º. A certidão de apresentação de Lourenço Biard no Funchal, com data de 23 de novembro, foi passada por um tabelião do judicial da mesma cidade que, de imediato, a enviou para Santa Cruz para ser registada nos autos de residência.

⁹⁸ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fls. 4-6.

⁹⁹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fls. 3v.º-4.

¹⁰⁰ CAMARINHAS, 2012, «As Residências dos Cargos de Justiça Letrada», pp. 161-172.

Vila de Machico que era a sede da capitania. As duas vilas, que à data integravam o território da capitania de Machico, tinham o mesmo estatuto administrativo: ambas eram sedes de poder municipal, dotadas das respetivas vereações e com a sua gente da governança.

Com efeito, a presença do sindicante na Vila de Machico deu-se apenas entre 16 e 21 de dezembro para inquirição das testemunhas arroladas no local. Por essa razão, o juiz de fora corregedor sindicante, a 23 de novembro, dirigiu um precatório aos juizes ordinários do município de Machico onde os informava que, por especial ordem régia, ia tirar residência do ouvidor da capitania. Em consonância, era-lhes ordenado que reunissem «todos os papéis e autos que o dito ouvidor tomou conhecimento enquanto serviu o dito cargo [...] nos venham apresentar dentro do termo de três dias para os vir examinar na forma da lei com cominação de que não vindo no dito termo proceder contra eles como me parecer justiça»¹⁰¹. Este precatório chama a atenção para dois importantes aspetos: que o ouvidor tinha emitido sentenças; que essas mesmas sentenças tinham sido registadas por escrito e que encontrar-se-iam na posse de escrivães da vila e/ou termo de Machico¹⁰².

A inquirição das testemunhas arroladas constituiu, a par da decisão final do juiz de fora corregedor sindicante, o momento central do procedimento da residência do ouvidor e lugar-tenente Lourenço Biard.

No âmbito da inquirição ou devassa do ouvidor – sendo esta a expressão que aparece no documento e usada no sentido de fazer inquirição¹⁰³ – foram arroladas, no total, 94 testemunhas, todas do sexo masculino¹⁰⁴. Por seu turno, as testemunhas inquiridas na devassa do meirinho da ouvidoria foram somente 32 e todas elas também estiveram presentes na devassa do ouvidor. Esta diferença numérica deve-se ao facto de a parte relativa à inquirição das testemunhas do meirinho se encontrar incompleta, pois termina, abruptamente, no final da resposta da testemunha n.º 32¹⁰⁵.

¹⁰¹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fl. 7.

¹⁰² ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fl. 7v.º. Deduzimos que o documento se esteja a referir aos escrivães do público, judicial e notas, cujos papéis avulsos ter-se-ão perdido. Para Machico, os fundos notariais só se iniciam no século XIX. Veja-se ABM, Instrumento de Descrição n.º 55.

¹⁰³ Fazer inquirição ou tirar devassa são expressões que significariam o mesmo, sendo usadas no âmbito de uma sindicância judicial, onde se incluía o procedimento de reunir depoimentos e analisar provas. Veja-se *Dicionário da Língua Portuguesa Cândido de Figueiredo*, 1987, Volume I, p. 884.

¹⁰⁴ Veja-se MELO, 2013, *Magistrados ao Serviço do Rei: A Administração da Justiça e os Ouvidores-Gerais na Comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*, pp. 202-205; p. 214. A ausência das mulheres neste procedimento administrativo-judicial explica-se pela situação de discriminação em que viviam, não usufruindo do mesmo estatuto jurídico dos homens. Sobre este assunto veja-se HESPANHA, 1982, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, p. 229.

¹⁰⁵ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fl. 51v.º.

Para uma análise do processo de inquirição das testemunhas observou-se a seguinte metodologia:

- Divisão dos dados identificadores das testemunhas em quatro itens¹⁰⁶, cuja análise pretende estabelecer:
- O seu local de morada;
- A sua idade;
- O seu estatuto socioprofissional;
- O seu nível de literacia;
- Verificação dos itens de inquirição e sua correspondência ao determinado nas Ordenações;
- Análise das respostas das testemunhas:
- Levantamento das expressões constantes;
- Levantamento das respostas personalizadas;
- Perceção da existência de uma correlação de forças visando a construção de um cenário de paz comunitária.

Os nomes de todos os inquiridos integram o anexo deste estudo, com a apresentação de dois quadros: o primeiro contendo o nome, idade e morada dos inquiridos, o segundo identificando o seu estatuto socioprofissional. Atendendo a que as 32 testemunhas presentes na inquirição do meirinho da ouvidoria estiveram presentes na do ouvidor, optou-se por assinalar os nomes dos que desta fizeram parte, e não apresentar um quadro específico, cuja informação seria redundante. Reiteramos que a devassa do meirinho da ouvidoria está incompleta e, por isso, não permitiu estabelecer um universo que justifique uma análise separada.

Como eram arroladas as testemunhas? De acordo com os dados da fonte, nenhuma delas se teria apresentado com o intuito de fazer alguma queixa contra o ouvidor sindicado. Logo, será lícito deduzir que teriam sido convocadas pelo juiz de fora corregedor sindicante com a finalidade de reunir um conjunto de homens representativo do conjunto social e profissional das Vilas de Santa Cruz e Machico, e que teriam lidado, de forma mais ou menos direta, com o ouvidor sindicado no âmbito das suas funções judiciais. Referia-se, de igual modo, que o número de

¹⁰⁶ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 8v.º em diante. A aplicação desta metodologia deveu-se ao articulado da fonte, em que cada uma das testemunhas era identificada pelo seu nome, idade, local de morada e profissão. No final do seu testemunho todas assinavam, ou escrevendo o seu nome ou desenhando uma cruz, sinal de que não sabiam ler nem escrever. Esta análise abrange as 94 testemunhas da devassa do ouvidor onde já estão incluídas as 32 da devassa do meirinho.

testemunhas arrolado para os processos de residência não estava determinado por lei, ficando ao critério do oficial sindicante «perguntar quantas fossem necessárias»¹⁰⁷.

O Quadro II apresenta o local de morada das 94 testemunhas inquiridas no âmbito da devassa do ouvidor, onde já estão incluídas as 32 presentes na do meirinho da ouvidoria.

Quadro II: Local de Morada das Testemunhas Inquiridas

Local de Morada	N.º de Indivíduos
Vila de Machico e seu termo	34
Vila de Santa Cruz e seu termo	53
Cidade do Funchal	1
Não consta	6
Total de inquiridos	94

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 8v.º-38.

Os indivíduos com residência na Vila de Santa Cruz, e seu termo, representam mais de metade do total das testemunhas inquiridas nesta devassa. Em contrapartida, os inquiridos de Machico, e seu termo, foram apenas 34. Houve um único caso de um indivíduo com residência no Funchal, de seu nome Joseph Matias de Carvalho. Desempenhava as funções de escrivão da Auditoria Geral de Guerra, da Ilha da Madeira, mas estava, à data, como «assistente» (no sentido de presente) na Vila de Santa Cruz¹⁰⁸. Assinalamos seis casos em que não ficou registada a morada das testemunhas, por motivo que desconhecemos (teria sido lapso do escrivão Pedro de Miranda?). Uma delas era o então Juiz dos Resíduos e Provedor das Capelas, Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas, que estava, à data, como «assistente» na Vila de Santa Cruz, mas que era, certamente, residente na cidade do Funchal¹⁰⁹. Idêntica explicação poderá ser dada para a testemunha Francisco da Cunha da Ribeira Tojal que desempenhava o cargo de «capitão entre tudo com exercício na sala do Excelentíssimo Governador e Capitão General desta Ilha»¹¹⁰. Teria como morada a cidade do Funchal, onde estava estacionado o governador e capitão-general, mas, encontrava-se, à data desta residência, presente na Vila de Santa Cruz. A testemunha Duarte Ferreira de Vasconcelos, então Juiz dos Órfãos da Capitania

¹⁰⁷ MELO, 2017, «Sindicantes e Sindicados: Os Magistrados e suas Residências na América Portuguesa (Século XVIII)», pp. 41-68.

¹⁰⁸ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 13.

¹⁰⁹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 10.

¹¹⁰ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 12v.º.

de Machico e o seu respetivo escrivão, Francisco Correia Pinto, também não têm o seu local de morada identificado¹¹¹. Os outros dois casos, sem menção, foram Francisco Bettencourt e Freitas, fidalgo escudeiro da Casa Real, e um dos almotacés de Santa Cruz, João Drummond de Vasconcelos. Este último tem a particularidade de ter sido a única testemunha com uma resposta dissonante, como veremos um pouco mais à frente, e também a única cujo registo se encontra incompleto¹¹². Porquê a discrepância entre o número de testemunhas residentes em Santa Cruz, 53, face ao de Machico, apenas 34? Se voltarmos a observar o Quadro I, verifica-se que o juiz de fora corregedor sindicante esteve, em aposentadoria, muito mais tempo em Santa Cruz do que em Machico. Com efeito, nesta última vila esteve apenas cerca de seis dias. Todo o restante tempo esteve em Santa Cruz. Houve uma clara preferência, da parte do sindicante, por esta vila onde acabariam por ser arroladas mais testemunhas do que em Machico. As razões que explicariam esta atitude do sindicante José Burgueta de Oliveira são meramente especulativas (melhores condições de aposentadoria em Santa Cruz?), uma vez que as respostas favoráveis ao ouvidor sindicado vieram de ambas as vilas.

A idade dos inquiridos é o segundo aspeto que importa analisar. O Quadro III apresenta os dados respetivos.

Quadro III: Idade das Testemunhas Inquiridas

Idade	N.º de Indivíduos
Menos de 20	1
Entre 20-30	21
Entre 31-40	29
Entre 41-50	15
Entre 51-60	17
Entre 61-70	7
Mais de 71	3
Não consta	1
Total de inquiridos	94

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 8v.º-38.

A informação sobre a idade das testemunhas surge, sempre, acompanhada da expressão «pouco mais ou menos»¹¹³, o que denotava, por parte do indivíduo interrogado, a ausência de um conhecimento preciso da sua data de nascimento.

¹¹¹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 19v.º, fl. 28.

¹¹² ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 9v.º, fls. 25v.º-26.

¹¹³ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 8v.º. A título de exemplo.

O quadro em apreço revela uma predominância de indivíduos com idades situadas na faixa etária entre os 31 e os 40 anos, seguida da faixa etária entre os 20 e os 30. Recorreu-se aos indivíduos que estariam, em princípio, no pleno uso das suas faculdades físicas e mentais. A menor representatividade de homens mais velhos justifica-se por uma baixa esperança média de vida e, ao mesmo tempo, porque os indivíduos suscetíveis de viver mais tempo iriam, lentamente, perdendo o uso das suas capacidades motoras e cognitivas, condição que os impedia de serem arrolados como testemunhas.

Mas, houve exceções, porque contámos com a presença de três indivíduos com idades superiores a 71 anos, «pouco mais ou menos»: foram eles Joseph Gouveia de Sousa, de 78 anos; Carlos Lomelino Barreto, com 77 anos; e Manuel Moreira da Silva com 80¹¹⁴. Em sentido inverso, a presença de indivíduos com menos de 20 anos resumiu-se a um único caso: João José de Bettencourt e Freitas, à data com 18 anos, filho do então Juiz dos Resíduos e Provedor das Capelas, Pedro Nicolau de Bettencourt e Freitas, e também testemunha neste processo de sindicância¹¹⁵. À semelhança do quadro anterior, o elemento dissonante, o almotacé de Santa Cruz, João Drummond de Vasconcelos, não teve direito a ter a sua idade registada.

A identificação profissional de cada uma das testemunhas permite perceber um panorama social e profissional muito heterogéneo¹¹⁶. Os dados que se apresentam no Quadro IV assim o podem corroborar.

Quadro IV: Estatuto Socioprofissional das Testemunhas Inquiridas: Tipologias Apuradas

Estatuto Socioprofissional	N.º de indivíduos
Alcaide do mar da capitania de Machico	1
Almotacé	2
Arrais do barco de pesca da vila	2
Cargo judicial: juiz dos resíduos e provedor das capelas; juiz dos órfãos; Procurador das causas; Requerente	4
Escrivão camarário	2
Escrivão da almotaçaria	1
Escrivão da auditoria de guerra	1
Escrivão da barca do Porto Santo	1
Escrivão do judicial	6
Escrivão dos órfãos	2
Estanqueiro / ou Fanqueiro*	1

¹¹⁴ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 23, fl. 30v.º, fls. 31-31v.º.

¹¹⁵ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 13v.º.

¹¹⁶ Atendendo à representação esquemática dos Quadros IV e V, remetemos para a consulta do anexo onde consta a lista das testemunhas, numeradas de 1 a 94, com os seus nomes e respetivo estatuto socioprofissional.

Homem da governança	9
Homem do mar	4
Juiz ordinário em exercício	3
Lavrador	15
Militar: ordenanças da capitania de Machico; Ajudante do forte do Desembarcadouro de Machico; capitão na sala do governador e capitão-general	4
Não consta	1
Ofícios mecânicos	11
Ofícios municipais: porteiro, alcaide	3
Outro	3
Procurador do concelho	2
Sangrador	2
Vereador municipal em exercício	3
Vive de sua agência	1
Vive de sua fazenda	10
Total de inquiridos	94

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 8v.º-38.

*O mesmo indivíduo que surge na devassa do ouvidor identificado como «estanqueiro» surge identificado na devassa do meirinho da ouvidoria como «fanqueiro».

A análise dos elementos socioprofissionais das testemunhas inquiridas permitiu-nos apurar 25 tipologias que, pela sua diversidade, podem dividir-se em grupos social e economicamente bem definidos, conforme consta no Quadro V:

Quadro V: Estatuto Socioprofissional das Testemunhas Inquiridas:
Divisão por Categorias e Predominâncias

Grupo Socioprofissional	N.º de indivíduos
Os homens da lavoura	25
Os homens do poder municipal	19
Os homens do mundo da escrita	13
Os oficiais mecânicos	11
Os homens do mar	6
Os militares	4
Os homens do universo judicial	4
Os funcionários municipais	3
Outro	3
Os homens ligados à atividade económica	2
Os homens da medicina	2
Fazenda real	1
Não consta	1
Total de inquiridos	94

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 8v.º-38.

As duas primeiras categorias destacam-se. De facto, os homens da lavoura e os do poder municipal estiveram representados em maior número, com 25 e 19 ocorrências, respetivamente. Quando usamos a expressão lavoura estamos a incluir as duas tipologias que ficaram registadas: em 16 casos, as testemunhas identificavam-se como «lavrador», e nos restantes, as testemunhas afirmaram «viver de sua fazenda». Estas expressões poderão refletir a mesma ou, porventura, diferentes realidades. Seguindo este raciocínio, «lavrador» significava aquele que possuía propriedades lavradas ou aplicar-se-ia àquele que trabalhava a terra, não a possuindo. Relativamente ao «vive de sua fazenda», cremos estar em presença de indivíduos que eram proprietários da dita terra. De qualquer forma, os homens ligados ao mundo rural, fossem proprietários ou meros trabalhadores, foram o grupo que esteve presente em maior número.

De seguida, surgiram os homens ligados ao poder municipal, num total de 19 casos. Dentro desta categoria, convém destacar os diferentes cargos apurados e as ligações aos dois municípios em apreço. Assim, os dois almotacés que testemunharam eram da Vila de Santa Cruz. Dos juizes ordinários em exercício, dois eram da Vila de Machico e o outro de Santa Cruz. Quanto aos vereadores, verificou-se uma situação inversa, sendo um de Machico e os outros dois de Santa Cruz. Em relação aos procuradores do concelho, esteve presente o titular de cada um dos municípios. Para além dos indivíduos em exercício de funções, verificamos a presença dos «homens da governança», isto é, daqueles que costumavam desempenhar as funções de juiz ordinário, vereador ou procurador do concelho. Ficou registado o depoimento de três indivíduos da governança de Machico e de outros três da governança de Santa Cruz. Houve duas situações em que os inquiridos se apresentaram como «fidalgo escudeiro da Casa Real» e «fidalgo de geração», expressões que traduziam a sua pertença ao grupo dos que tinham acesso à vereação municipal¹¹⁷. Destacou-se o facto de o jovem de 18 anos, João José de Bettencourt e Freitas, se identificar como «fidalgo escudeiro da Casa Real e filho de Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas»¹¹⁸.

Os «homens do mundo da escrita», no total de 13 casos, representam um grupo muito específico onde se constatou a presença do escrivão da almotaçaria da Vila de Machico; de um escrivão da auditoria de guerra da Ilha da Madeira, à data presente na Vila de Santa Cruz; de um escrivão da barca do Porto Santo, responsável

¹¹⁷ Sobre as governanças dos municípios madeirenses no século XVIII, veja-se SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, pp. 98-122; e GOMES, 2002, *Machico. A Vila e o Termo. Formas do Exercício do Poder Municipal (Fins do Século XVII a 1750)*, pp. 228-229.

¹¹⁸ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 13v.º.

pela escrituração dos registos do movimento da carga transportada entre as Vilas de Machico e Santa Cruz e a Ilha do Porto Santo; dos dois escrivães municipais em exercício, ou seja, um da câmara de Santa Cruz e outro da câmara de Machico; dos dois escrivães dos órfãos da capitania de Machico; e, por último, dos escrivães do judicial e notas: um da Vila de Santa Cruz, e cinco com sede em Machico, e cuja presença teria sido fundamental para este inquérito, uma vez que as decisões judiciais do ouvidor teriam sido registadas por estes homens¹¹⁹.

Os homens que desempenham os ofícios mecânicos surgem representados em 11 ocorrências. A identificação destes indivíduos permitiu vislumbrar a atividade mestreial destas vilas, onde se verificava a existência de mestres alfaiate, caldeireiro, carpinteiro, sapateiro, tanoeiro e torneiro, ofícios cuja prática assegurava o funcionamento da vida quotidiana das suas populações.

Em seis depoimentos verificou-se a presença dos homens cuja atividade estava ligada ao mar. A denominação «homens do mar» abrangia não só os arrais dos barcos de pesca das vilas, um de Santa Cruz e o outro de Machico, como os pescadores que atuavam nesses barcos, responsáveis pelo fornecimento do pescado à população daqueles concelhos.

Considerámos a categoria dos militares, num total de quatro indivíduos, cuja identificação profissional remetia para as ordenanças da capitania de Machico, nomeadamente, um sargento-mor e dois ajudantes, e ainda a presença de um capitão «com exercício na sala do governador e capitão-general».

Os homens do universo judicial totalizam quatro ocorrências: com a presença do Juiz dos Resíduos e Provedor das Capelas, do Juiz dos Órfãos da capitania de Machico; e, ainda, do «procurador das causas» da Vila de Santa Cruz, e do «requerente» da vila de Machico, que pensamos serem indivíduos que pertenciam ao mundo da justiça local e, munidos de algum conhecimento nas formalidades do direito, assistiam as partes durante o decorrer dos processos¹²⁰.

Os funcionários municipais que estiveram presentes, num total de três casos, foram o alcaide de Santa Cruz, o porteiro da mesma, e o porteiro do município de Machico. Igualmente, com apenas três ocorrências, e que se optou por colocar numa categoria indiferenciada, temos os «filhos de ...»: sem qualquer menção profissional,

¹¹⁹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93: Documento n.º 7, fl. 7v.º. Veja-se HESPANHA, 1988, «Sábios e Rústicos: A Violência Doce da Razão Jurídica», pp. 31-60. O autor sublinha a importância destes indivíduos na prática jurídica das pequenas comunidades: «sabendo ler e escrever e dominando a praxe judicial e a arte notarial, escrivães e tabeliães, foram durante vários séculos os únicos técnicos do direito escrito a nível local».

¹²⁰ HESPANHA, 1988, «Sábios e Rústicos: A Violência Doce da Razão Jurídica», pp. 31-60.

ficaram registados com referência à figura paterna, também presente neste inquérito, ou ao estatuto social. O caso de João José de Bettencourt e Freitas é paradigmático, pois aparece como «fidalgo escudeiro da Casa Real e filho de Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas»¹²¹. Os homens que considerámos associados à atividade económica foram dois: um «estanqueiro» ou «fanqueiro» da Vila de Santa Cruz (o mesmo nome aparece com estas duas indicações, uma na devassa do ouvidor, a outra na do meirinho); e um indivíduo que «vive de sua agência». Apurámos duas ocorrências de indivíduos com a categoria socioprofissional de «sangrador» que poderia apontar a ligação à prática médica da flebotomia, e que prestavam serviço em cada uma das vilas. Finalmente, o alcaide do mar da capitania de Machico, homem ligado à vigilância do porto da vila com fins de natureza fiscal¹²². Houve um único caso – da testemunha Joseph Telo de Meneses Afonseca – em que não consta qualquer tipo de informação de índole social ou profissional¹²³.

O Quadro VI contém a informação sobre o modo de assinar das 94 testemunhas convocadas, o que nos permite tecer algumas considerações sobre os seus níveis de literacia.

Quadro VI: Modo de Assinar das Testemunhas Inquiridas

Modo de Assinatura	N.º de Indivíduos
Assinatura com o nome	64
Assinatura com uma cruz	30
Total de inquiridos	94

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 8v.º-38.

De acordo com a informação contida no Quadro VI, 64 testemunhas escreveram, no final do seu depoimento, o respetivo nome, o que nos revela uma predominância do grupo dos indivíduos alfabetizados. Alguns deles dominariam, perfeitamente, a leitura e a escrita, como seria o caso do juiz dos Órfãos, do juiz dos Resíduos e Capelas, e dos vários escrivães que estiveram presentes nesta inquirição.

Em contrapartida, somente 30 indivíduos assinaram de cruz, denotando que não sabiam ler nem escrever. O analfabetismo foi visível entre aqueles cuja categoria social e profissional correspondia aos lavradores (15 ocorrências); aos oficiais mecânicos

¹²¹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 13v.º.

¹²² Veja-se MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira. Segunda Metade do Século XVI*, pp. 128-129.

¹²³ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 36v.º.

(5 ocorrências); aos homens do mar (5 ocorrências); aos dois porteiros municipais; aos dois indivíduos que viviam da sua fazenda; e, por último, ao indivíduo que vivia de sua «agência».

Quais as perguntas que foram feitas às testemunhas? O interrogatório dirigido pelo juiz de fora corregedor sindicante revelou-se mínimo. Efetivamente, resumiu-se a um único quesito que se repetiu, sem qualquer alteração, em 93 indivíduos interrogados na devassa do ouvidor, e nos 32 indivíduos arrolados na devassa do meirinho da ouvidoria: «Perguntado a ele testemunha pelo conteúdo da Ordenação, título das residências»¹²⁴; e «Perguntado a ele testemunha pelo conteúdo da Ordenação, título das residências sobre o meirinho da ouvidoria»¹²⁵. O único caso em que não consta a pergunta, nem o juramento aos Santos Evangelhos feito pela testemunha, ocorreu na devassa do ouvidor e deu-se com a testemunha João Drummond de Vasconcelos, juiz almotacé da Vila de Santa Cruz¹²⁶.

O juramento aos Santos Evangelhos, prestado pelas testemunhas, era uma prática em consonância com a predominância do Catolicismo, e pretendia comprometer o seu discurso com a verdade. Constituía uma etapa presente em todos os procedimentos de natureza judicial e administrativa. Decorria no momento preciso em que a testemunha, uma vez identificada com o seu nome, ocupação, morada e idade, ouvia a pergunta em questão para, de imediato, dar a sua resposta¹²⁷.

Verificamos que o juiz inquiridor optou pela realização de uma única pergunta, de teor vago, mas com a devida referência ao ordenamento legislativo em vigor. Será que todas as testemunhas arroladas, e possuidoras de um nível de literacia diferente, indo desde os que não sabiam ler nem escrever até aos escrivães e juizes, eram conhecedoras do conteúdo das Ordenações Régias em vigor e, mais especificamente, do título relativo às residências? Tendo por base os elementos do Quadro VI, entendemos que não. Note-se que 64 indivíduos sabiam ler e escrever (face a 30 que somente assinaram pondo uma cruz), mas, será que todos os alfabetizados teriam igual conhecimento do conteúdo das Ordenações? Esta interrogação remete-nos para a necessidade de colocar algum cuidado na análise das respostas dadas pelas testemunhas.

A heterogeneidade social e profissional presente nesta inquirição é manifesta com a presença de vários agentes que intervinham na vida comunitária de Santa

¹²⁴ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 8v.º. A título de exemplo.

¹²⁵ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 44-44v.º. A título de exemplo.

¹²⁶ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 25v.º-26.

¹²⁷ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 8v.º. A título de exemplo.

Cruz e de Machico, condição suficiente para terem sido arrolados como testemunhas. Consequentemente, importa colocar a questão: qual seria o grau de credibilidade das repostas dadas? Ou, dito de outro modo, qual seria o nível de conhecimento, de cada uma das testemunhas, em relação à atividade do ouvidor e ao modo como agiu?

Para uma análise do conteúdo das repostas dadas pelas 94 testemunhas, recorreremos a uma metodologia que integrou os seguintes procedimentos: 1.º) o apuramento das repostas que se revelaram constantes, quer na terminologia usada, quer nas ideias expressas; 2.º) o apuramento das repostas personalizadas, isto é, daquelas que, quer na terminologia quer nas ideias, foram exclusivas de algumas das testemunhas, e tentando vislumbrar se houve um conhecimento mais próximo da atividade do ouvidor, mediante o cruzamento entre estas repostas personalizadas e o estatuto profissional e social dos seus autores; 3.º) a verificação da existência de situações de conflito, entre as testemunhas e o ouvidor, ou, ao invés, a constatação de um cenário de harmonia comunitária.

Sendo manifestamente impossível estabelecer a veracidade ou falsidade do teor informativo das repostas dadas pelas 94 testemunhas, destacamos, para a compreensão do fenómeno desta residência, o valor das palavras que, pela mão do escrivão Pedro de Miranda, ficaram registadas para a posteridade e que foram a condição essencial para a construção desta residência e do seu resultado final. A decisão do sindicante tomada no local, favorável ou desfavorável, era determinante para o futuro do sindicato.

A informação recolhida, relativa ao conteúdo das repostas dadas, é apresentada em dois quadros: um com o levantamento das repostas de terminologia e conteúdos constantes; o outro com o levantamento das de teor mais personalizado e com a identificação dos respetivos autores.

Quadro VII: As Respostas das Testemunhas Inquiridas: Expressões Constantes

Voz da comunidade	«Sabe por ser público e nunca ouviu o contrário» «Sempre ouviu dizer muito bem» «Sempre o ouviu louvar por bom ministro» «Nunca ouviu coisa alguma contra o sindicato» «Sempre ouviu dizer louvores do sindicato» «Todos dizem bem dele» «Sempre ouviu dizer bem sem haver queixa alguma»
-------------------	---

<p>Como o sindicado administrou a justiça</p>	<p>«Procedeu com bom agrado e acolhimento das partes» «Agrado das partes» «Aviamento das partes» «Grande aviamento às partes» «Faz justiça com muito agrado às partes» «Administra a justiça com muita retidão» «Notório procedimento» «Por todos, louvado por bom ministro» «Sabe e é público que agiu bem no seu cargo» «Bom ministro sem fama em contrário» «Em tudo bem procedido»</p>
<p>Do carácter do sindicado</p>	<p>«Muito limpo de mãos» «Limpo de mãos» «Independente» «Muito reto»</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 8v.º-38.

Previamente, importa referir que em todas as 94 respostas consta a afirmação «nada disse aos costumes» e, igualmente, o seu encerramento com a fórmula «e mais não disse»¹²⁸. A expressão «nada disse aos costumes» era uma fórmula habitual das inquirições, devassas ou judiciais, segundo prescrito nas *Ordenações Filipinas*. De facto, o título LXXXVI, do Livro I, determinava a obrigatoriedade de o inquiridor perguntar à testemunha pelo costume, ou seja, se esta tinha algum tipo de conluio com alguma das partes envolvidas no processo em causa¹²⁹. Pretendia-se clarificar a idoneidade da testemunha para depor no âmbito do processo para o qual fora arrolada. Relativamente à inquirição do meirinho da ouvidoria, houve uma única e constante resposta «disse nada nem dos costumes», comum às 32 testemunhas que ficaram registadas¹³⁰.

Para a análise interpretativa das respostas dadas, e atendendo ao elevado número de testemunhas, agrupámos o seu discurso em três itens classificativos, a saber: a voz da comunidade, enquanto manifestação de um sentimento e/ou opinião por todos partilhado; como o sindicado administra a justiça, ponto central e fim último desta inquirição; o seu carácter, atendendo ao registo de uma adjetivação qualificando-o.

Observando o conteúdo das respostas, é perfeitamente perceptível um recurso permanente à utilização de expressões que traduzem uma voz da comunidade ou

¹²⁸ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 8v.º. A título de exemplo.

¹²⁹ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LXXXVI.

¹³⁰ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 44-51v.º.

voz do povo, designadamente, «sabe por ser público», «sempre ouviu dizer», «nunca ouviu nada em contrário», «todos dizem bem», denotando como as testemunhas evitavam uma resposta assertiva, ou por não terem lidado com o ouvidor sindicado, ou por mera ignorância, optando, sim, por se escudarem no sentimento comunitário. A forma como o ouvidor Lourenço Biard teria administrado justiça constitui o fulcro desta inquirição. Os depoimentos tanto podem mostrar um conhecimento próximo, por terem as testemunhas constituído parte em algum processo despachado pelo ouvidor, ou recorrer à voz do povo que manifestava um apreço comum por Lourenço Biard. As respostas que demonstram um conhecimento de causa, ressaltam de o ouvidor ter procedido com agrado às partes envolvidas nos processos, a par da imparcialidade e retidão. Nas outras, que podem evidenciar um desconhecimento direto da atuação judicial do ouvidor, ressaltam as expressões que, de novo, confiam no sentimento comum: «por todos louvado», «sabe e é público», «sem fama em contrário». O caráter do ouvidor Lourenço Biard foi, também, objeto de atenção dos deponentes, cujas respostas queriam demonstrar que aquele oficial agira com independência, com retidão e limpeza de mãos, ou seja, alguém que teria julgado com total isenção.

As respostas de conteúdo constante e repetitivo revelaram, por parte das testemunhas, uma adoção, intencional ou não, de se escudarem no sentimento comunitário e, assim, evitarem uma manifestação mais direta e pessoal, se é que a possuíam, pois temos de considerar a ignorância das pessoas como fator determinante para a sua participação neste inquérito, contribuindo para uma manifestação coletiva de harmonia comunitária. No entanto, em 33 ocorrências, cerca de um terço do total dos inquiridos, foi possível verificar a existência de uma avaliação mais direta e particularizada.

Essas respostas constam do Quadro VIII que, em consideração ao volume informativo, foi desdobrado em três partes, cada uma subordinada aos itens já mencionados no quadro anterior. Nas colunas do lado direito, constam as transcrições das expressões únicas e a identificação, pelo seu número de ordem, da testemunha que as proferiu. Nas colunas da esquerda, surge a associação entre a testemunha e o seu estatuto socioprofissional, com a finalidade de se poder aferir de que forma os vários agentes das comunidades de Santa Cruz e Machico avaliaram a atuação do ouvidor sindicado¹³¹.

¹³¹ Para uma informação completa de cada uma das 94 testemunhas, veja-se os quadros em anexo.

Quadro VIII: As Respostas das Testemunhas Inquiridas: Expressões Personalizadas

A) Voz da Comunidade sobre o Sindicado

Identificação socioprofissional da testemunha	Depoimento e n.º da testemunha que o proferiu
N.º 8: Ajudante da ordenança	«Tem sido reputado de melhor ouvidor que veio a esta capitania» (N.º 8)
N.º 28: Lavrador	«É quisto por todos» (N.º 28)
N.º 35: Lavrador	«Não dá motivo algum a que se fale dele» (N.º 35)
N.º 38: Juiz dos órfãos	«É dito que não tem vindo outro ouvidor mais bem procedido [...] sem que dele houvesse queixa alguma» (N.º 38)
N.º 40: Homem da governança	«É muito útil à capitania» (N.º 40)
N.º 41: Homem da governança	«Sempre viveu nesta vila e desde que se entende não viu melhor ouvidor» (N.º 41)
N.º 63: Juiz ordinário	«Foi dos melhores ouvidores desta capitania» (N.º 63)
N.º 68: Procurador do concelho	«Segundo pública notícia o sindicado tem procedido singularmente no cargo» (N.º 68)
N.º 70: Sangrador	«Melhor ouvidor que houve nesta capitania segundo os louvados» (N.º 70)
N.º 80: Vereador	«É o melhor ouvidor que conheceu esta capitania» (N.º 80)
N.º 84: Escrivão da barca do Porto Santo	«De tal modo se tem havido que é amado por todos» (N.º 84)
N.º 92: Vive de sua fazenda	«Não se lembra de ouvidor melhor que o sindicado» (N.º 92)

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 8v.º-38.

A primeira parte do Quadro VIII – a voz da comunidade sobre o sindicado – apresenta os 12 deponentes que, embora com recurso a expressões que remetem para um sentimento generalizado – «tem sido reputado», «é quisto por todos», «é dito que», «segundo pública notícia», «segundo os louvados», «amado por todos» –, foram mais expressivos e, como tal, deram respostas únicas.

Os homens ligados ao poder estão em maioria, e todos reforçaram as qualidades positivas do ouvidor sindicado: Hilário Morais Drummond, da governança da Vila de Santa Cruz, para quem o ouvidor era «muito útil à capitania»¹³²; o juiz ordinário da câmara de Machico, Manuel de Vasconcelos e França, que afirmava que Lourenço Biard «foi dos melhores ouvidores desta capitania»¹³³; e o vereador Francisco de Vasconcelos Mendonça, igualmente da câmara de Machico, asseverando que foi «o melhor ouvidor que conheceu esta capitania»¹³⁴. Por seu turno, o juiz dos órfãos da

¹³² ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 20-20v.º.

¹³³ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 27v.º.

¹³⁴ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 33v.º.

capitania de Machico, Duarte Ferreira de Vasconcelos, sublinhou o bom procedimento do sindicado e a ausência de queixas, por parte dos habitantes da capitania, relativas à sua atuação¹³⁵. Diogo Telo de Meneses, homem da governança da Vila de Santa Cruz, afirmava sempre ter «vivido nesta vila e desde que se entende não viu melhor ouvidor»¹³⁶. São afirmações que demonstram uma articulação positiva entre os vários poderes em atuação. A mesma noção, do sindicado como o «melhor ouvidor» que a capitania conheceu, foi também transmitida pelo ajudante da ordenança, Tomás da Costa Pinto, pelo sangrador, Carlos Lomelino Barreto, e por Francisco Dias, que vivia de sua fazenda¹³⁷. O procedimento discreto do sindicado foi apontado por Matias Pereira, lavrador, com as palavras «não dá motivo algum a que se fale dele»¹³⁸.

Quadro VIII B): Como o Sindicado Administrou a Justiça

Identificação socioprofissional da testemunha	Depoimento e n.º da testemunha que o proferiu
N.º 15: Sangrador	«Bom agrado às partes como o experienciou» (N.º 15)
N.º 19: Homem do mar	«Exemplar, porque faz justiça sem dependência» (N.º 19)
N.º 20: Oficial de tanoeiro	«Muito pronto em fazer as suas obrigações» (N.º 20)
N.º 39: Homem da governança	«Quando despacha é por letrados que tem na cidade e estes com o segredo de justiça» (N.º 39)
N.º 43: Oficial de sapateiro	«Era do serviço de Deus e bem do povo ser o sindicado sempre ouvidor desta capitania porque não vexa a pessoa» (N.º 43)
N.º 56: Almotacé	«Sendo ele, testemunha, almotacé da vila de Santa Cruz e mandado prender o arrais do barco de pesca da vila por não trazer o peixe que pescava, o ouvidor mandou-o soltar sem estar por agravo perante o ouvidor» (N.º 56)
N.º 62: Almotacé	«Não pode haver melhor procedimento pois na administração da justiça não despacha senão por letrado [...] não pode haver pessoa que possa dizer o contrário salvo se for levado do ódio e má vontade» (N.º 62)
N.º 66: Escrivão do judicial	«Sabe de ouvir e por experiência própria que o sindicado foi exemplar» (N.º 66)
N.º 75: Vive de sua fazenda	«Só despacha com letrado» (N.º 75)
N.º 78: Escrivão da câmara	«Ao seu parecer não tem havido ouvidor leigo nesta capitania mais singular porque só despacha com letrado» (N.º 78)

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 8v.º-38.

¹³⁵ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 19v.º.

¹³⁶ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 20v.º-21.

¹³⁷ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 10v.º-11, fl. 30v.º, fl. 38.

¹³⁸ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 18v.º-19.

A segunda parte do Quadro VIII – como o sindicato administrou a justiça – integra dez depoimentos, e tem a particularidade de mostrar único momento de tensão entre poderes – entre o ouvidor e um dos almotacés de Santa Cruz – e, com ele, o único registo da voz dissonante de uma comunidade que só tecia elogios ao ouvidor. A heterogeneidade social dos deponentes está patente com os vários agentes da comunidade a expressar a sua opinião face ao modo como Lourenço Biard teria administrado a justiça.

As afirmações registadas no quadro em apreço transmitem um conjunto informativo que importa aferir. De acordo com os depoimentos de duas das testemunhas, o ouvidor sindicado fez justiça com «bom agrado às partes», sendo sublinhado que se estava a depor com conhecimento de causa: «como o experienciou», segundo João de Sousa Pereira, de ofício sangrador; ou «por experiência própria», conforme as palavras de António de Vasconcelos Escórcio, escrivão do judicial¹³⁹. Para além do agrado às partes envolvidas nos processos, o ouvidor sindicado era referido como alguém «exemplar, porque faz justiça sem dependência», segundo o testemunho de Manuel Rodrigues, homem do mar,¹⁴⁰; ou, ainda, como alguém cumpridor das suas obrigações, conforme dito por João Teixeira de Mendonça, tanoeiro¹⁴¹. O ouvidor Lourenço Biard surge referenciado, no testemunho de um outro mesteiral, Francisco Costa Garcês, oficial de sapateiro, com a qualidade de não «vexar a pessoa», devendo, por isso e a «bem do povo», ser sempre o «ouvidor desta capitania»¹⁴². Em três testemunhos foi coincidente uma informação deveras reveladora. Referimo-nos a António Spínola de Quintal, homem da governança, a Martinho de Sousa Sampaio, que vive de sua fazenda, e ao escrivão da câmara de Machico, Manuel Taveira Bisforte, que alegavam que o ouvidor só despachava os processos com o auxílio de letrados (indivíduos com formação jurídica) da cidade do Funchal e que agiam em respeito ao segredo de justiça. Tal procedimento conferiu-lhe uma singularidade, digna de nota: «não tem havido ouvidor leigo nesta capitania mais singular porque só despacha com letrado»¹⁴³. O único conflito que ficou patente, em toda a inquirição, ter-se-ia dado entre o ouvidor e um dos almotacés da Vila de Santa Cruz. Com efeito, João Drummond de Vasconcelos foi a única testemunha a dizer mal do sindicado, contrariando o discurso

¹³⁹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 13, fl. 29.

¹⁴⁰ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 14.

¹⁴¹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 14v.º.

¹⁴² ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 21v.º.

¹⁴³ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 20, fl. 32, fl. 33.

caracterizado pelo elogio constante. Segundo o deponente, o problema radicava numa decisão, dele almotacé, de mandar prender o arrais do barco de pesca de Santa Cruz, por não descarregar o peixe que pescava e, dessa forma, prejudicar o abastecimento local. Porém, o ouvidor tomara a iniciativa de mandar libertar o dito arrais, sem ter havido a correspondente apresentação de agravo que justificasse a aplicação de uma decisão por parte ouvidor. Consequentemente, teria havido, na perspetiva desta testemunha, uma ingerência do ouvidor nos assuntos de almotaçaria¹⁴⁴. No entanto, o outro almotacé da Vila de Santa Cruz, João Nunes de Vasconcelos, proferiu um testemunho em que desvalorizou as acusações do seu colega: reiterando a particularidade de Lourenço Biard só despachar com o auxílio de um letrado, alegou que aqueles que não valorizassem este procedimento seriam apenas movidos pelo «ódio e má vontade»¹⁴⁵.

Quadro VIII C): Do Carácter do Sindicado

Identificação socioprofissional da testemunha	Depoimento e n.º da testemunha que o proferiu
N.º 7: Oficial de sapateiro	«Pacífico [...] dos melhores ouvidores que vieram a esta vila» (N.º 7)
N.º 8: Ajudante da ordenança	«Tem bom génio» (N.º 8)
N.º 12: Porteiro da câmara	«Foi o melhor ouvidor que veio a esta capitania por ser benigno» (N.º 12)
N.º 28: Lavrador	«Bom procedimento» (N.º 28)
N.º 40: Homem da governança	«Independente [...] em tal forma que não aceita nem uma fruta que se lhe manda» (N.º 40)
N.º 45: Oficial de torneiro	«Não há homem de melhor génio que o sindicado» (N.º 45)
N.º 53: Vive de sua fazenda	«É de singular génio que não motiva queixa» (N.º 53)
N.º 59: Procurador do concelho	«Não haverá ouvidor como o sindicado por ser muito quieto e pacífico» (N.º 59)
N.º 69: Homem da governança	«Foi muito amigo dos pobres» (N.º 69)
N.º 88: Escrivão da almotaçaria	«Não pode haver melhor pessoa que o sindicado» (N.º 88)
N.º 90: Não consta	«Sem que com o dito cargo tenha molestado a nenhuma pessoa» (N.º 90)

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 8v.º-38.

Finalmente, a terceira, e última parte do Quadro VIII – do carácter do sindicado –, onde se continua a constatar a heterogeneidade social dos indivíduos que

¹⁴⁴ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 25v.º-26.

¹⁴⁵ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 27-27v.º.

responderam de forma personalizada. Efetivamente, homens com estatutos e funções muito distintos convergiram numa apologia das qualidades pessoais do ouvidor sindicado. Verifica-se, maioritariamente, as afirmações sobre a sua bondade – «pacífico», «bom génio», «benigno», «quieto» – e sobre a sua retidão – «bom procedimento», «independente», «não aceita nem uma fruta que se lhe manda», «amigo dos pobres», «sem que tenha molestado a nenhuma pessoa» –, todo um conjunto de virtudes que teriam feito com que, contra o ouvidor sindicado, nunca tivesse havido queixa alguma, segundo as palavras da testemunha Joseph Carlos Bettencourt, que vive de sua fazenda¹⁴⁶. Segundo Manuel Carvalho Henriques, escrivão da almotaçaria, não podia «haver melhor pessoa do que o sindicado»¹⁴⁷ que, por essa razão, fora considerado «dos melhores ouvidores que vieram a esta vila [de Santa Cruz]»¹⁴⁸, palavras ditas por António de Araújo, oficial de sapateiro; por sua vez, o porteiro da câmara de Santa Cruz, Manuel Sousa de Mendonça, não hesitou em apelidá-lo «o melhor ouvidor que veio a esta capitania»¹⁴⁹.

No seu conjunto, as respostas dadas pelas 94 testemunhas poderão transmitir-nos, quase em simultâneo, duas circunstâncias: o valor da palavra e o valor do silêncio. Por não podermos saber da veracidade ou falsidade das afirmações proferidas pelos deponentes, resta-nos atender às palavras que ficaram registadas pelo escrivão. A avaliação muito positiva e, por vezes, quase apologética da atuação e da pessoa do ouvidor Lourenço Biard, é-nos transmitida por palavras, expressões, afirmações, usadas para construir uma laudatória acerca de um ouvidor que foi considerado, pelos vários agentes das comunidades de Santa Cruz e de Machico, como o melhor que a capitania alguma vez teria tido. Quando nos referimos ao valor do silêncio, deve-se à constatação de que mais de dois terços do total das testemunhas deram respostas tão sucintas quanto iguais, remetendo-se ao que se ouvia dizer, ao que se sabia por ser público, evitando uma resposta mais assertiva. Teriam estas pessoas chegado a privar com o ouvidor em questão? O considerável número de testemunhas, a diversidade do seu estatuto socioprofissional, e a natureza das respostas dadas, permitem estabelecer esta residência como uma forma de construção de um cenário onde existiria um equilíbrio social e de poderes entre os vários agentes das vilas de Santa Cruz e de Machico que foram chamados a depor. De todos eles, ficaram registados as suas palavras e o seu silêncio. Só a voz discordante de um dos almotacés

¹⁴⁶ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 24v.º-25.

¹⁴⁷ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 36-36v.º.

¹⁴⁸ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 10v.º.

¹⁴⁹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 12.

da Vila de Santa Cruz destoou deste cenário de paz social e, talvez por isso, foi o único caso em que o registo ficou incompleto.

Finalmente, importa conhecer a avaliação final do juiz de fora corregedor sindicante. Ter-se-ia deixado influenciar por tantos elogios?

Concluída a inquirição das testemunhas, o sindicante passou a avaliar a forma como os autos crime tinham sido processados pelo ouvidor sindicado, com a finalidade de dar o provimento «na forma que era estilo»¹⁵⁰. Terão sido vistos todos os despachos proferidos pelo ouvidor? Pensamos que não, uma vez que ficou escrito «entre os papéis que vieram»¹⁵¹, o que nos leva a supor que o juiz de fora corregedor sindicante terá analisado apenas aqueles que lhe teriam chamado mais a atenção. Por outro lado, há que ter em consideração a data em que esta análise teria sido efetuada pelo sindicante. Conforme consta do Quadro I, relativo às etapas do processo de residência do ouvidor e lugar-tenente da Capitania de Machico, vê-se que a mencionada análise dos ditos «papéis que vieram» decorreu no dia 22 de dezembro. A data subsequente que aparece no documento é de 23 de fevereiro de 1741, quando o escrivão Pedro de Mirando, já no Funchal, concluiu o «treslado para guarda»¹⁵². Deduzimos que a análise do sindicante não se teria prolongado, uma vez que a festa do Natal decorria daí a três dias.

Os poucos processos que foram sujeitos à avaliação do juiz de fora corregedor sindicante constam do Quadro IX.

Quadro IX: Os Processos-Crime Despachados pelo Ouvidor Sindicado

Natureza do crime	Sentença de 1.ª instância	Sentença de apelação do ouvidor
Resistência, com agressão; ao alcaide de Santa Cruz Ré: Josefa Maria, filha de Matias de Freitas	O juiz ordinário da câmara de Santa Cruz: «solta e livre»	Confirmação da sentença de 1.ª instância.
Resistência, com agressão; ao alcaide de Santa Cruz Ré: Ana de Jesus, filha de Matias de Freitas	O juiz ordinário da câmara de Santa Cruz: «solta e livre»	Confirmação da sentença de 1.ª instância.
Resistência, com agressão, ao alcaide de Santa Cruz Reu: António de Freitas, filho de Matias de Freitas	O juiz ordinário da câmara de Santa Cruz: «solto e livre»	Confirmação da sentença de 1.ª instância.

¹⁵⁰ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 38v.º.

¹⁵¹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 38v.º.

¹⁵² ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 40v.º-41.

Posse de armas proibidas Réu: Manuel Lomelino de Vasconcelos, escrivão do judicial de Machico	O juiz ordinário da câmara de Machico: «solto e livre»	Confirmação da sentença de 1. ^a instância.
Rapto: «furto de moça» Réu: Francisco Dias	O juiz ordinário da câmara de Machico: «solto e livre»	Confirmação da sentença de 1. ^a instância.
Rapto: «furto de moça» Réu: Manuel Vieira do Nascimento	O juiz ordinário da câmara de Machico: «solto e livre»	Confirmação da sentença de 1. ^a instância.
«Erros de ofício»: deixar os presos andar fora da prisão Réu: o carcereiro de Machico	O juiz ordinário da câmara de Machico: «suspensão do dito ofício»	Confirmação da sentença de 1. ^a instância.

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 38v.º-39v.º.

A informação contida no Quadro IX suscita um conjunto de ilações que importa expor.

Em primeiro lugar, e em conformidade com o disposto nas *Ordenações Filipinas*, a avaliação do juiz de fora corregedor incidiu, somente, nos feitos crime e com a finalidade de verificar se houve ou não apelação por parte da justiça¹⁵³.

Os crimes assinalados compreendem um caso de resistência com agressão a uma autoridade, em concreto, ao alcaide da Vila de Santa Cruz, praticado por três irmãos da freguesia da Camacha que, por isso, foram julgados em separado; um caso de posse de armas proibidas, cujo réu, Manuel Lomelino de Vasconcelos, escrivão do judicial da Vila de Machico, tinha sido apanhado com um espadim e uma faca comum; dois crimes de rapto, designado no documento por «furto de moça» e, por último, a incúria do carcereiro de Machico que deixava os reclusos andar fora da prisão, com a agravante de terem fugido indivíduos sentenciados pela prática de crimes graves¹⁵⁴. Em relação aos réus mencionados, reconhecemos a presença de duas testemunhas que foram arroladas nesta sindicância: o réu Manuel Lomelino de Vasconcelos, escrivão do judicial de Machico e acusado da posse de armas proibidas, e o réu Francisco Dias, que vivia de sua fazenda, e acusado de ter raptado uma mulher. Os seus depoimentos foram, em tudo, abonatórios da pessoa e atuação do ouvidor

¹⁵³ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro I, Título LX, §19.º e §20.º.

¹⁵⁴ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 38v.º-39v.º.

Lourenço Biard: segundo as palavras de Francisco Dias, era «público e notório o bom procedimento do sindicado sem dele haver queixa alguma mas sim todos o louvam por bom ministro muito limpo de mãos e agrado às partes»¹⁵⁵; por sua vez, Manuel Lomelino de Vasconcelos, afirmou que «não se lembra de outro ouvidor melhor que o sindicado porque foi em toda a matéria muito limpo de mãos e agrado às partes e independente sem haver coisa em contrário»¹⁵⁶. Dois testemunhos que, enquanto partes de processos de feitos crimes, terão proferido os seus depoimentos com algum conhecimento de causa. Ter-se-ão sentido «agradados», com alguma razão, uma vez que tinham sido absolvidos na primeira instância e com as respetivas sentenças a serem confirmadas pelo ouvidor.

Com exceção do carcereiro de Machico, que foi sentenciado a suspensão do exercício do seu ofício, os restantes réus foram todos considerados «soltos e livres», segundo as sentenças proferidas pela primeira instância. À época, eram os juízes ordinários municipais os seus responsáveis, e as suas sentenças só podiam ser modificadas por intermédio de recurso para a instância superior¹⁵⁷. De acordo com os dados do Quadro IX, todas as sentenças outorgadas, quer pelo juiz ordinário de Santa Cruz, quer pelo juiz ordinário de Machico, foram alvo de apelação¹⁵⁸, ou seja, de recurso para o ouvidor que se limitou a concordar com as decisões dos juízes municipais.

A avaliação do juiz de fora corregedor sindicante foi, em todos os crimes por ele verificados, de discordância com a atuação do ouvidor. Ao verificar que o sindicado confirmara todas as sentenças «sem que apelasse por parte da justiça»¹⁵⁹, revelou uma divergência de fundo. Com efeito, o ouvidor tinha a obrigação de ter remetido todos esses processos para instância superior, porque não estava habilitado a emitir sentenças, com carácter definitivo, em causas crimes, uma vez que tal prerrogativa

¹⁵⁵ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 37-37v.º.

¹⁵⁶ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 37v.º.

¹⁵⁷ Veja-se SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, pp. 141-144.

¹⁵⁸ Segundo António Vasconcelos de Saldanha, a expressão apelação pode ser entendida, em sentido lato, como recurso. Em sentido estrito, o recurso da apelação ocorria por motivos de facto ou por motivos de aplicação do direito. Em contrapartida, o recurso de agravo significava que o julgador recorrido tinha violado o direito. Ou seja, a apelação teria a ver com a matéria de fundo, e o agravo com a forma como fora julgada a causa. Os agravos só podiam ser apreciados ou pelos corregedores das comarcas ou pelos tribunais da corte. Veja-se SALDANHA, 1992, *As Capitanias. O Regime Senhoria na Expansão Ultramarina*, pp. 159-160.

¹⁵⁹ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 39-39v.º.

estava restrita aos feitos cíveis¹⁶⁰. O articulado das Ordenações do Reino era, a este respeito, muito evidente: «E as apelações dos feitos crimes que os Senhores de Terras ou seus ouvidores sentenciarem virão aos ouvidores de cada uma das Relações a que pertencer»¹⁶¹.

O último momento desta sindicância, e que teria, supostamente, ainda decorrido no dia 22 de dezembro, contou com a presença do ouvidor Lourenço Biard, entretanto chamado à presença do juiz de fora corregedor. Este perguntou-lhe a razão pela qual não apelara da sua parte, enviando as sentenças proferidas para o tribunal do reino. A resposta de Lourenço Biard centrou-se no seu procedimento de solicitar, sempre, a assessoria de um letrado para proferir os seus despachos e sentenças¹⁶². Mais alegou o ouvidor sindicado que os despachos e sentenças, por ele proferidos, constavam de 18 autos, escritos e assinados por letrados da Ilha da Madeira, e cujas letras e sinais o juiz de fora corregedor sindicante reconheceu, assim como o escrivão Pedro de Miranda¹⁶³. Quando confrontado com a questão se sabia, ao certo, quais os feitos que cabiam em sua alçada, na forma das doações do donatário da capitania de Machico, o ouvidor sindicado limitou-se a alegar a sua ignorância, com o fundamento de não ser letrado. Por ter sempre despachado devidamente assessorado, entendia Lourenço Biard ter «cumprido com a sua obrigação»¹⁶⁴. Tendo sido conferidos esses 18 autos apresentados pelo ouvidor, que infelizmente não foram copiados para integrar esta residência, o sindicante não criminou o sindicado¹⁶⁵. Todavia, ordenou ao ouvidor Lourenço Biard que, futuramente, no âmbito do despacho dos feitos crimes, seria obrigado a apelar por parte da justiça senhorial, isto é, obrigado a remeter as sentenças por si proferidas para os tribunais da Corte; e que, nos casos graves, fosse anexada a provisão do letrado consultado, cujo despacho deveria declarar, expressamente, se o feito em causa cabia na alçada do ouvidor¹⁶⁶.

A perspectiva do juiz de fora corregedor sindicante afigurou-se inequívoca: um ouvidor senhorial sem formação em direito não podia sentenciar, em definitivo, processos de feitos crimes, devendo, sempre, apelar da sua parte, para a instância superior, ou seja, os tribunais da Corte. Por sua parte, Lourenço Biard defendeu-se com a alegação de sempre solicitar a competente assessoria jurídica. Uma particularidade

¹⁶⁰ SALDANHA, 1992, *As Capitanias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina*, p. 160.

¹⁶¹ *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro II, Título XLV, § 49.

¹⁶² ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 40.

¹⁶³ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 40.

¹⁶⁴ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 40.

¹⁶⁵ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 40.

¹⁶⁶ ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fl. 40v.º.

atestada e sublinhada por muitas das testemunhas interrogadas, e que nos elucida sobre a forma como este ouvidor senhorial desempenhou a sua função.

O resultado da sindicância feita ao ouvidor Lourenço Biard, em que este não foi criminado pelo juiz de fora corregedor sindicante, e tendo beneficiado de um conjunto de testemunhos laudatórios da sua pessoa e desempenho judicial, revelou-se em sintonia com três realidades que importam mencionar: em primeiro lugar, com os propósitos da Coroa face às residências efetuadas aos magistrados, régios ou senhoriais; em segundo, com o pensamento político do donatário da capitania de Machico, D. Francisco de Portugal e Castro; e, por último, com a desejada manutenção do equilíbrio entre os vários agentes sociais e os poderes locais.

Os procedimentos das residências, enquanto mecanismo gerador de informação sobre o modo como os oficiais de justiça tinham exercido as suas funções, assumiram grande importância para a Coroa e que, por isso, os manteria até ao século XIX¹⁶⁷. Segundo os estudos que incidiram nos processos localizáveis no Desembargo do Paço, as residências e os seus bons resultados transmitem, nas palavras de Nuno Camarinhas, uma solidariedade corporativa, onde as magistraturas ao serviço do rei ou dos senhores de jurisdição seriam um grupo composto por homens «de mãos limpas, afáveis às partes, bons despachadores, retos, prudentes, desinteressados, muitas vezes referidos como dos melhores ministros que serviram o lugar»¹⁶⁸. Nesta perspetiva, as supostas qualidades do ouvidor Lourenço Biard, reiteradamente afirmadas por 93 testemunhas, entre as 94 inquiridas, harmonizavam-se com o «ideal do bom juiz no Antigo Regime», nas palavras de Isabel Pereira de Melo e que seria aquele magistrado «zeloso, virtuoso, servo de Deus, limpo de mãos [...] que conhece e executa as leis, que não se deixa envolver em parcialidades locais»¹⁶⁹.

Este arquétipo é, igualmente, possível de ser encontrado no pensamento político do donatário da capitania de Machico, e responsável pela nomeação e renomeação do ouvidor Lourenço Biard durante mais de 20 anos, o marquês de Valença, D. Francisco de Portugal e Castro. Com efeito, nas *Instruções* escritas para os seus filhos, afirmava contundentemente que «ministro que não é limpo de mãos não se pode lavar com quanta água tem o mar» e que às virtudes da «retidão, desinteresse e inteligência dos negócios» devia acrescentar-se «o modo com as partes, a cortesia

¹⁶⁷ MELO, 2017, «Sindicantes e Sindicados: Os Magistrados e suas Residências na América Portuguesa (Século XVIII)», pp. 41-68.

¹⁶⁸ CAMARINHAS, 2012, «As Residências dos Cargos de Justiça Letrada», pp. 161-172.

¹⁶⁹ MELO, 2017, «Sindicantes e Sindicados: Os Magistrados e suas Residências na América Portuguesa (Século XVIII)», pp. 41-68.

com os opositores e a benevolência com os requerentes», sem nunca esquecer a expedição dos processos sem quaisquer delongas¹⁷⁰.

Os depoimentos das testemunhas sobre as características pessoais e sobre o seu desempenho como ouvidor, levam-nos à seguinte questão: teria Lourenço Biard contribuído, de forma intencional ou não, para uma manutenção do equilíbrio social e político das comunidades onde atuou? Verificou-se que, entre autos analisados pelo sindicante, nunca contestou as sentenças outorgadas pelos juízes ordinários municipais; que nunca contestou os resultados das eleições municipais ou se envolveu em processos de devassas de cortes de madeiras, constituindo estes dois últimos os «pontos sensíveis» em que os antagonismos entre ouvidor e poder municipal poderiam ocorrer¹⁷¹. Com efeito, a sua discretíssima presença na documentação municipal poderá revelar que, dentro do cenário onde atuavam vários agentes e poderes, escolheu colocar-se à margem e exercer o seu papel de ouvidor não letrado com o cuidado de solicitar ajuda jurídica para proferir os seus despachos e sentenças. Teria o ouvidor respeitado, sempre, o papel de cada agente social e de poder das Vilas de Santa Cruz e de Machico? O único depoimento crítico da sua atuação, proferido por um dos almotacés de Santa Cruz, revela-nos que não. No restante, vingou a ideia de uma paz comunitária, real ou construída para estes autos, mas sistematicamente reiterada por todas as outras testemunhas. O comportamento discreto e pacífico, expressão de bondade, retidão, prudência e diligência, acabaria por se ter articulado, na perfeição, com o modo de administração do direito não letrado junto das comunidades locais, caracterizado pelo respeito pela ordem social e política estabelecida¹⁷²; e onde a capacidade de um ouvidor não letrado em obter o acordo, o consentimento, o compromisso e de criar uma sintonia com os agentes locais, seriam as condições que ditaram a sua permanência no cargo durante mais de 20 anos consecutivos.

Conclusão

Com este estudo, centrado numa fonte inédita, procurou-se demonstrar as potencialidades de um arquivo local, neste caso do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

¹⁷⁰ CARVALHO, 2004, «As Instruções de D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença, a seus Filhos. Um Texto para a Jacobeia?», pp. 319-347.

¹⁷¹ VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, pp. 115-120.

¹⁷² HESPANHA, 1994, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal Século XVII*, pp. 443-444.

Com efeito, o exame dos «Autos da Residência» do ouvidor da capitania de Machico, feitos em 1740, permitiu perceber o modo como funcionava a sindicância de uma justiça senhorial e, simultaneamente, como esta teria interagido com os vários agentes sociais e profissionais das Vilas de Santa Cruz e de Machico, no âmbito do exercício da justiça de recurso.

A análise destes «Autos de Residência» possibilitou uma importante constatação: o procedimento das residências podia ser mais abrangente do que o prescrito pelas Ordenações Régias que definiram uma moldura jurídica muito estrita onde, praticamente, só seriam contempladas as magistraturas letradas de nomeação régia. Contudo, a vivência administrativa local, felizmente registada pela mão de um escrivão zeloso, revelou uma residência de uma justiça senhorial e não letrada.

A inquirição de 94 testemunhas e a apreciação do sindicante sobre a forma como o ouvidor sindicado exerceu a justiça de recurso, constituíram os pontos fundamentais desta análise. A presença de quase uma centena de testemunhas arroladas demonstrou um cenário marcado pela heterogeneidade social. Os seus depoimentos foram decisivos para a construção de uma laudatória da pessoa e ações do ouvidor sindicado, com uma única exceção que, certamente pela voz crítica e dissonante, não teve direito a ver o seu depoimento registado na totalidade. Por sua vez, a avaliação do processamento dos autos crime despachados pelo ouvidor sindicado permitiu vislumbrar a realidade criminal destas duas pequenas comunidades e a forma como as justiças municipais julgaram estes atos. A avaliação do juiz de fora sindicante resultou na não criminalização do ouvidor Lourenço Biard.

Quer a abundância de testemunhos elogiosos, quer a apreciação demonstrada pelo juiz de fora sindicante, levam-nos a afirmar esta residência como uma construção, cuidadosamente vertida a escrito, de um cenário de ordem social e política nas vilas de Santa Cruz e de Machico, onde o papel do ouvidor fora o de alguém que procurara estar (quase) sempre em sintonia com os poderes locais e com os seus agentes. Todo um comportamento que, aliado ao cuidado de despachar e emitir sentenças com assessoria de letrados; de fazer justiça com agrado às partes e não vexando as pessoas, teria contribuído para a manutenção daquele equilíbrio, entre indivíduos e entre poderes, que se desejava reger a vida destas duas pequenas comunidades.

Fontes

Manuscritos

Arquivos Nacionais Torre do Tombo (ANTT)

Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, Expediente da Secretaria e do Despacho da Mesa, n.º 6: Controle do Exercício da Magistratura 1702-1823, Autos e Certidões de Residência, Maço 11, Documento n.º 309 e n.º 311; Maço 14, Documento n.º 35 e n.º 37.

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM)

Câmara Municipal do Funchal:

Registo Geral Livro 1219, Livro 1220.

Câmara Municipal de Machico:

Registo Geral Livro 84, Livro 86.

Vereações Livro 115, Livro 117.

Câmara Municipal de Santa Cruz:

Registo Geral Livro 327.

Juízo dos Resíduos e Capelas (JRC), Contencioso: Caixa n.º 93, Documento n.º 7.

Impressos

Ordenações Filipinas, 1985, Livros I e II, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.

NORONHA, Henrique Henriques de, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal da Ilha da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Bibliografia Citada

CAMARINHAS, Nuno, 2012, «As Residências dos Cargos de Justiça Letrada», in *Cargos e Ofícios nas Monarquias Ibéricas: Provimentos, Controlo e Venalidade*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 161-172.

- CARITA, Rui, 1996, *História da Madeira. O Século XVIII. Arquitetura de Poderes*, Funchal, Secretaria Regional de Educação.
- CARVALHO, José Adriano, 2004, «As Instruções de D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença a seus Filhos. Um Texto para a Jacobeia?», in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 1, pp. 319-347.
- CUNHA, Mafalda Soares da, 2000, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa.
- CUNHA, Mafalda Soares da, 2005, «Relações de Poder, Patrocínio e Conflitualidade. Senhorios e Municípios (Século XVI-1640)», in *Os Municípios do Portugal Moderno. Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais*, Lisboa, Colibri, pp. 87-108.
- Dicionário da Língua Portuguesa Cândido de Figueiredo*, 1978, 15.ª Edição, Volume I, Lisboa.
- GOMES, Fátima Freitas, 2002, *Machico, a Vila e o Termo. Formas do Exercício do Poder Municipal (Fins do Século XVII a 1750)*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- HESPANHA, António, 1982, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Almedina.
- HESPANHA, António, 1988, «Sábios e Rústicos: A Violência Doce da Razão Jurídica», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 25/26, pp. 31-60.
- HESPANHA, António, 1994, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal Século XVII*, Coimbra, Almedina.
- HESPANHA, António, 1995, *História do Portugal Moderno. Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta.
- MELO, Isabel Pereira de, 2013, *Magistrados ao Serviço do Rei: A Administração da Justiça e os Ouvidores Gerais da Comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*, Dissertação de Doutoramento em História Social apresentada à Universidade Federal Fluminense.
- MELO, Isabel Pereira de, 2017, «Sindicantes e Sindicados: Os Magistrados e suas Residências na América Portuguesa (Século XVIII)», in *Revista História e Justiça*, n.º 8, pp. 41-68.
- MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva, 2012, *Descobrir a Dimensão Palaciana de Lisboa na Primeira Metade do Século XVIII. Titulares, a Corte, Vivências e Sociabilidades*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- MIRANDA, Susana, 1994, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira. Segunda Metade do Século XVI*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

- MONTEIRO, Nuno, 1998, *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- NETO, Margarida Sobral, 2005, «Senhorios e Concelhos na Época Moderna. Relações entre dois Poderes Concorrentes», in *Os Municípios do Portugal Moderno. Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais*, Lisboa, Colibri, pp. 149-165.
- SALDANHA, António Vasconcelos, 1992, *As Capitánias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2006, «Os Provimentos dos Corregedores nos Municípios da Madeira e Porto Santo 1768 a 1833», in *História do Municipalismo. Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 137-170.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2020, *O Ouvidor das Capitánias do Funchal e de Machico*, Documento de Investigação disponível em <https://www.researchgate.net/publication/339487563>.
- TRINDADE, Ana Cristina, 2012, *Plantar Nova Cristandade. Um Desígnio Jacobeu para a Diocese do Funchal. Frei Manuel Coutinho 1725-1741*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Anexo: Devassa do Ouvidor da Capitania de Machico, Lourenço Biard (1740)

Quadro X: Nome, Idade e Morada das Testemunhas Inquiridas

Nome da testemunha	Idade	Morada
1. Vicente de Freitas	40 anos	Vila de Santa Cruz
2. Pedro Telo de Meneses	30 anos	Santa Cruz
3. Diogo Mendonça e Silva	26 anos	Santa Cruz
4. Francisco Bettencourt e Freitas	30 anos	Não consta
5. Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas	44 anos	Não consta
6. Manuel Dias	50 anos	Ventrecha, Santa Cruz
7. António de Araújo	20 anos	Vila de Santa Cruz
8. Tomás da Costa Pinto	60 anos	Vila de Santa Cruz
9. António Vaz da Silva	70 anos	Vila de Santa Cruz
10. João Álvares	30 anos	Vila de Santa Cruz
11. António Mendes Peixoto	53 anos	Santa Cruz
12. Manuel de Sousa de Mendonça	60 anos	Santa Cruz

13. Francisco da Cunha Ribeiro Tojal	41 anos	Não consta
14. Simão Teixeira de Vasconcelos	53 anos	Santa Cruz
15. João de Sousa Pereira	41 anos	Vila de Santa Cruz
16. Joseph Matias de Carvalho	31 anos	Funchal
17. João José Bettencourt e Freitas	18 anos	Vila de Santa Cruz
18. Manuel José do Nascimento	39 anos	Vila de Santa Cruz
19. Manuel Rodrigues	35 anos	Vila de Santa Cruz
20. João Teixeira de Mendonça	30 anos	Vila de Santa Cruz
21. Manuel Nunes	52 anos	Vila de Santa Cruz
22. Manuel de Sousa	40 anos	Ribeira de Santa Cruz
23. Manuel Vieira	30 anos	Ribeira de Santa Cruz
24. Manuel de Gouveia Teixeira	25 anos	Vila de Santa Cruz
25. Jorge da Costa	50 anos	Vila de Santa Cruz
26. Manuel Fernandes	34 anos	Ribeira de Santa Cruz
27. Francisco Lomelino de Meneses	25 anos	Vila de Santa Cruz
28. Pedro Rodrigues	50 anos	Arredores de Santa Cruz
29. Filipe de Sousa	25 anos	Ribeira de Santa Cruz
30. Francisco Fernandes	55 anos	Ribeira de Santa Cruz
31. Manuel Ferreira	45 anos	Ribeira de Santa Cruz
32. Joseph Nunes	30 anos	S. ^{ta} Catarina, Santa Cruz
33. Manuel Ferreira Drummond	33 anos	Gaula, Santa Cruz
34. Manuel João de França	40 anos	Vila de Santa Cruz
35. Matias Pereira	70 anos	Arredores de Santa Cruz
36. Pedro Álvares da Corte	38 anos	Vila de Santa Cruz
37. Mateus da Silva	52 anos	Vila de Santa Cruz
38. Duarte Ferreira de Vasconcelos	54 anos	Não consta
39. António Spínola Quintal	59 anos	Arredores de Santa Cruz
40. Hilário Morais Drummond	50 anos	Vila de Santa Cruz
41. Diogo Telo de Meneses	64 anos	Vila de Santa Cruz
42. Francisco Lemos Costa	40 anos	Vila de Santa Cruz
43. Francisco Costa Garcês	68 anos	Vila de Santa Cruz
44. Manuel Esteves	33 anos	Vila de Santa Cruz
45. Joseph da Costa	45 anos	Vila de Santa Cruz
46. João Batista Peixoto	60 anos	Vila de Santa Cruz
47. Manuel Gonçalves	40 anos	Arredores de Santa Cruz
48. Joseph Gouveia de Sousa	78 anos	Vila de Santa Cruz
49. António Lomelino Barreto	31 anos	Vila de Machico
50. Manuel Freire Sousa Olim	44 anos	Vila de Machico
51. António Fernandes	39 anos	Vila de Machico
52. Manuel Carvalho Drummond	46 anos	Arredores de Santa Cruz
53. Joseph Carlos Bettencourt	27 anos	Vila de Santa Cruz
54. Francisco de Almada Cardoso	67 anos	Arredores de Santa Cruz
55. Simão Drummond de Vasconcelos	40 anos	Arredores de Santa Cruz
56. João Drummond de Vasconcelos	Não consta	Não consta
57. Cipriano de Mendonça	25 anos	Gaula, Santa Cruz
58. Manuel Vaz	30 anos	Gaula, Santa Cruz
59. Joseph Gouveia	40 anos	Vila de Santa Cruz

60. Manuel de Gouveia	60 anos	Lombada, Santa Cruz
61. António de Gouveia	20 anos	Lombada, Santa Cruz
62. João Nunes de Vasconcelos	57 anos	Gaula, Santa Cruz
63. Manuel de Vasconcelos e França	45 anos	Vila de Machico
64. Francisco Correia Pinto	39 anos	Não consta
65. Leandro Moniz de Meneses	37 anos	Vila de Machico
66. António de Vasconcelos Escórcio	37 anos	Vila de Machico
67. Francisco da Câmara e Vasconcelos	32 anos	Vila de Machico
68. Sebastião de Vasconcelos França	25 anos	Vila de Machico
69. Pedro Barbosa Moniz	50 anos	Vila de Machico
70. Carlos Lomelino Barreto	77 anos	Vila de Machico
71. João Cabral	37 anos	Vila de Machico
72. Manuel da Costa	30 anos	Vila de Machico
73. Manuel Moreira da Silva	80 anos	N.ª Sr.ª da Graça, Machico
74. Manuel do Rosário	60 anos	Vila de Machico
75. Martinho de Sousa de Sampaio	60 anos	Vila de Machico
76. João Álvares da Silva	36 anos	Vila de Machico
77. Francisco Xavier Barreto	40 anos	Vila de Machico
78. Manuel Taveira Bisforte	55 anos	Vila de Machico
79. Francisco Vasconcelos Lomelino	55 anos	Vila de Machico
80. Francisco de Vasconcelos Mendonça	41 anos	Vila de Machico
81. Luís Mendes de Vasconcelos	38 anos	Vila de Machico
82. Manuel Moreira	35 anos	Vila de Machico
83. João Rodrigues	42 anos	Vila de Machico
84. Valentim Catanho de Vasconcelos	23 anos	Vila de Machico
85. Leandro do Rego Quintal	44 anos	Vila de Machico
86. João de Sousa Maciel	63 anos	Banda de Além, Machico
87. Joseph de Sousa Maciel	28 anos	Vila de Machico
88. Manuel Carvalho Henriques	63 anos	Vila de Machico
89. Francisco Olim de Moura	37 anos	Vila de Machico
90. Joseph Telo de Meneses Afonseca	30 anos	Arredores de Machico
91. Manuel Freire de Andrade	55 anos	Vila de Machico
92. Francisco Dias	40 anos	Arredores de Machico
93. Manuel Lomelino de Vasconcelos	22 anos	Vila de Machico
94. Caetano Moniz Telo de Meneses	39 anos	Arredores de Machico

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 8v.º-38.

Quadro XI: Estatuto Socioprofissional das Testemunhas Inquiridas

Nome da testemunha	Estatuto socioprofissional
1. Vicente de Freitas	Lavrador
2. Pedro Telo de Meneses	Juiz ordinário da vila de Santa Cruz
3. Diogo Mendonça e Silva	Escrivão do judicial da vila de Santa Cruz
4. Francisco Bettencourt e Freitas	Fidalgo escudeiro da casa real

5. Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas	Fidalgo escudeiro da casa real, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Juiz dos Resíduos e Provedor das Capelas da Madeira e Porto Santo
6. Manuel Dias	Lavrador
7. António de Araújo	Oficial de sapateiro
8. Tomás da Costa Pinto	Ajudante da ordenança da Capitania de Machico
9. António Vaz da Silva	Vive de sua fazenda
10. João Álvares	Oficial de sapateiro
11. António Mendes Peixoto	Alcaide de Santa Cruz
12. Manuel de Sousa de Mendonça	Porteiro da câmara de Santa Cruz
13. Francisco da Cunha Ribeiro Tojal	Capitão com exercício na sala do governador e capitão-general da Madeira e Porto Santo
14. Simão Teixeira de Vasconcelos *	Escrivão da câmara de Santa Cruz
15. João de Sousa Pereira *	Sangrador
16. Joseph Matias de Carvalho *	Escrivão da auditoria geral de guerra da Ilha da Madeira
17. João José Bettencourt e Freitas	Fidalgo escudeiro da casa real, filho de Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas
18. Manuel José do Nascimento *	Oficial de alfaiate
19. Manuel Rodrigues *	Homem do mar
20. João Teixeira de Mendonça *	Oficial de tanoeiro
21. Manuel Nunes *	Procurador das causas da vila de Santa Cruz
22. Manuel de Sousa *	Lavrador
23. Manuel Vieira	Lavrador
24. Manuel de Gouveia Teixeira *	Mestre alfaiate
25. Jorge da Costa	Homem do mar
26. Manuel Fernandes *	Lavrador
27. Francisco Lomelino de Meneses *	Filho de Tomás da Costa Pinto
28. Pedro Rodrigues *	Lavrador
29. Filipe de Sousa *	Lavrador
30. Francisco Fernandes *	Lavrador
31. Manuel Ferreira *	Lavrador
32. Joseph Nunes	Lavrador
33. Manuel Ferreira Drummond *	Vive de sua fazenda
34. Manuel João de França *	Estanqueiro da vila de Santa Cruz
35. Matias Pereira	Lavrador
36. Pedro Álvares da Corte	Mestre carpinteiro
37. Mateus da Silva *	Vive de sua fazenda
38. Duarte Ferreira de Vasconcelos *	Juiz dos órfãos da capitania de Machico
39. António Spínola Quintal *	Homem da governança da vila de Santa Cruz
40. Hilário Morais Drummond	Homem da governança da vila de Santa Cruz
41. Diogo Telo de Meneses *	Homem da governança da vila de Santa Cruz
42. Francisco Lemos Costa *	Vive de sua fazenda
43. Francisco Costa Garcês *	Oficial de sapateiro

44. Manuel Esteves *	Arrais do barco de pesca da vila de Santa Cruz
45. Joseph da Costa *	Oficial de torneiro
46. João Batista Peixoto *	Escrivão dos órfãos da capitania de Machico
47. Manuel Gonçalves *	Lavrador
48. Joseph Gouveia de Sousa	Homem da governança da vila de Santa Cruz
49. António Lomelino Barreto *	Escrivão do judicial da vila de Machico
50. Manuel Freire Sousa Olim *	Escrivão do judicial da vila de Machico
51. António Fernandes *	Escrivão do judicial da vila de Machico
52. Manuel Carvalho Drummond	Vive de sua fazenda
53. Joseph Carlos Bettencourt	Vive de sua fazenda
54. Francisco de Almada Cardoso *	Vereador mais velho da câmara de Santa Cruz
55. Simão Drummond de Vasconcelos	Vereador da câmara de Santa Cruz
56. João Drummond de Vasconcelos	Almotacé da vila de Santa Cruz
57. Cipriano de Mendonça	Lavrador
58. Manuel Vaz	Lavrador
59. Joseph Gouveia	Procurador do concelho da câmara de Santa Cruz
60. Manuel de Gouveia	Lavrador
61. António de Gouveia	Filho de Manuel de Gouveia
62. João Nunes de Vasconcelos	Almotacé da vila de Santa Cruz
63. Manuel de Vasconcelos e França	Juiz ordinário da câmara de Machico
64. Francisco Correia Pinto	Escrivão dos órfãos da capitania de Machico
65. Leandro Moniz de Meneses	Homem da governança da vila de Machico
66. António de Vasconcelos Escórcio *	Escrivão (do judicial ou notas?) da vila de Machico
67. Francisco da Câmara e Vasconcelos	Juiz ordinário da câmara de Machico
68. Sebastião de Vasconcelos França	Procurador do concelho da câmara de Machico
69. Pedro Barbosa Moniz	Homem da governança da vila de Machico
70. Carlos Lomelino Barreto	Sangrador
71. João Cabral	Porteiro da câmara de Machico
72. Manuel da Costa	Oficial de sapateiro
73. Manuel Moreira da Silva	Lavrador
74. Manuel do Rosário	Arrais do barco de pesca da vila de Machico
75. Martinho de Sousa de Sampaio	Vive de sua fazenda
76. João Álvares da Silva	Ajudante do forte do Desembarcadouro de Machico
77. Francisco Xavier Barreto	Requerente da vila de Machico
78. Manuel Taveira Bisforte	Escrivão da câmara de Machico
79. Francisco Vasconcelos Lomelino	Sargento-mor da capitania de Machico
80. Francisco de Vasconcelos Mendonça	Vereador da câmara de Machico
81. Luís Mendes de Vasconcelos	Homem da governança da vila de Machico
82. Manuel Moreira	Homem do mar
83. João Rodrigues	Oficial de sapateiro
84. Valentim Catanho de Vasconcelos	Escrivão da barca da ilha de Porto Santo
85. Leandro do Rego Quintal	Vive de sua fazenda
86. João de Sousa Maciel	Homem do mar

87. Joseph de Sousa Maciel	Vive de sua agência
88. Manuel Carvalho Henriques	Escrivão da almotaçaria de Machico
89. Francisco Olim de Moura	Oficial de caldeireiro
90. Joseph Telo de Meneses Afonseca	Não consta
91. Manuel Freire de Andrade	Alcaide do mar da capitania de Machico
92. Francisco Dias	Vive de sua fazenda
93. Manuel Lomelino de Vasconcelos	Escrivão do judicial da vila de Machico
94. Caetano Moniz Telo de Meneses	Vive de sua fazenda

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, JRC, Contencioso, Caixa n.º 93, Documento n.º 7, fls. 8v.º-38.

Notas:

- As testemunhas estão numeradas por ordem de depoimento registado no documento. Foi corrigida a numeração original porque esta apresenta algumas falhas e omissões na colocação do número da testemunha;
- As testemunhas assinaladas com um asterisco à frente – * – participaram na devassa do meirinho da ouvidoria (1740);
- A testemunha n.º 31 – Manuel Ferreira – aparece na devassa do meirinho da ouvidoria com o apelido Fernandes. Os restantes elementos identificadores são os mesmos;
- A testemunha n.º 34 – Manuel João de França – aparece na devassa do meirinho da ouvidoria como fanqueiro. Os restantes elementos identificadores são os mesmos;
- A testemunha n.º 39 – António Spínola Quintal – aparece na devassa do meirinho da ouvidoria como António Spínola de Carvalho. Os restantes elementos identificadores são os mesmos;
- A testemunha n.º 47 – Manuel Gonçalves – aparece na devassa do meirinho da ouvidoria como Manuel Gonçalves Quintal. Os restantes elementos identificadores são os mesmos.

As Geografias Médicas e a Apologia do Clima da Madeira: A Propósito da Climatoterapia da Tísica na Primeira Metade do Século XIX

The Medical Geographies and the Apology of Madeira's Climate:
Regarding the Climatotherapy of Phthisis in the First Half of the
19th Century

*Ismael Vieira*¹

Resumo

Na primeira metade do século XIX o clima madeirense adquiriu boa reputação no tratamento da tuberculose, ou tísica de acordo com as concepções médicas da época. Existia a crença de que um clima ameno e salutar era o ideal para o tratamento desta doença, o que levou médicos portugueses e estrangeiros a recomendarem a Madeira como um destino climatoterapêutico. Surgiram assim várias geografias médicas que se dedicavam a fazer uma descrição das propriedades da geografia e do clima da Madeira, numa clara apologia e publicidade a este destino.

Com este artigo pretende-se contribuir para a discussão em torno da importância das geografias médicas na promoção da Madeira como centro de climatoterapia nacional e internacional na primeira metade do século XIX.

Palavras-chave: Geografias Médicas; Madeira; Tuberculose; Tísica; Clima.

Abstract

In the first half of the 19th century, the Madeira's climate acquired a good reputation in the treatment of tuberculosis, or phthisis according to the medical conceptions of the time. There was a belief that a mild and salubrious climate was ideal for the treatment of this disease, which led Portuguese and foreign doctors to recommend Madeira as a

¹ Historiador e investigador integrado do CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Pós-doutorado em História da Ciência pela Universidade de Coimbra. Dedicar-se sobretudo ao estudo de temas de história social, história da saúde e história das ciências médicas no Período Contemporâneo. *Email:* ivieira@uc.pt.

climatotherapeutic destination. Thus, various medical geographies appeared that were dedicated to describing the properties of Madeira's geography and climate, in a clear apology and publicity for this destination.

This article aims to contribute to the discussion on the importance of medical geographies in promoting Madeira as a national and international climatotherapeutic center in the first half of the 19th century.

Keywords: Medical Geographies; Madeira; Tuberculosis; Phthisis; Climate.

Introdução

A historiografia portuguesa, em particular a ligada à saúde, não deu ainda a devida atenção à questão das geografias médicas como fontes para a compreensão regional da distribuição das doenças e para a promoção de determinadas regiões como lugares de tratamento curativo ou paliativo.

De uma forma geral, durante o século XIX as geografias médicas foram centrais para a compreensão dos vários elementos do meio ambiente – incluindo o clima, a fauna, a flora, a meteorologia, a altitude, etc. – que afetavam a saúde das populações locais, permitindo identificar espaços predisponentes à contração de determinadas doenças, mas igualmente espaços salutar e curativos.

No entendimento de Rosenberg² era a interação entre pessoas e lugares que determinava a saúde ou a doença e, conseqüentemente, a conceção clínica do corpo era situada no espaço. Os clínicos eram, por isso, climatologistas, geógrafos, cientistas, etnógrafos, etc., e o meio ambiente e a sua influência nas doenças determinavam se uma dada população crescia ou decrescia em dado período temporal.

Com o nascimento da medicina científica no século XIX houve um desenvolvimento de estudos de base experimental em contexto de laboratório e o aparecimento de uma nova área biomédica, a bacteriologia, que acabou com determinadas conceções etiológicas das doenças, especialmente de origem infetocontagiosa.

No entanto, para Numbers³ o facto da medicina científica se ter desenvolvido especialmente nos finais do século XIX não significava que não existisse uma ciência médica antes da "medicina científica". Este autor refere que nos primeiros dois terços do século XIX, as geografias médicas constituíram bons exemplos da existência de uma ciência médica anterior à medicina científica. Estas geografias médicas eram,

² ROSENGERG, 2012, «Epilogue: Airs, Waters, Places [...]», pp. 661-670.

³ NUMBERS, 2000, «Medical science before scientific medicine [...]», pp. 217-220.

no dizer de Garcia Lopez⁴, o estudo das condições climáticas e geográficas associadas causalmente ao desenvolvimento e distribuição das doenças.

O desenvolvimento das ciências e da tecnologia dos séculos XVII e XVIII permitiram realizar medições dos fenómenos naturais, como a temperatura, a pressão atmosférica, o vento, a altitude, entre outros, e fazer a sua sistematização em forma de dados numéricos, tabelas e cartografias. O tratamento subsequente destes dados levou à realização de estudos de carácter quantitativo e estatístico⁵ que vieram dar um sustentáculo científico às geografias médicas. No dizer de Valencius⁶ as geografias médicas eram uma espécie de *big science* por conseguirem articular elementos da geografia, meteorologia, medicina, cartografia e geologia para perceber como o meio ambiente determinava a saúde humana.

No caso da Madeira, as geografias médicas serviram como meio de estudo, mas também de publicidade do seu clima ameno e propício, à luz das concepções da época, para o tratamento de doenças do foro pulmonar. Nos inícios do século XIX, as geografias médicas foram inspiradas pela célebre obra *Dos ares, águas e lugares* de Hipócrates, mas igualmente pelas investigações do naturalista Alexander von Humboldt, especialmente na catalogação da fauna, flora, geografia, geologia, população, etc. e pela recolha de elementos como temperatura, humidade, pressão atmosférica, força e direcção do vento, insolação, entre outros⁷.

Com base nas geografias médicas, os clínicos preconizaram o uso dos fenómenos atmosféricos prevalentes como tratamento curativo ou paliativo da tísica, ou por outras palavras preconizaram a climatoterapia. Como evidenciou Thompson⁸ tornou-se moda os médicos prescreverem viagens marítimas ou terrestres de um clima menos salutar para um destino considerado mais benéfico, funcionando essa mudança de ares como meio terapêutico.

Na transição dos séculos XVIII para o XIX, mas sobretudo ao longo da primeira metade do século XIX, vários escritos surgiram sobre a ilha da Madeira e que em tom apologético descreviam as boas características climáticas e geográficas para o tratamento da tísica. Algumas dessas obras entram na categoria de literatura de viagem, mas neste trabalho iremos realizar uma análise centrada em escritos de base científica.

⁴ GARCIA LOPEZ, 2009, *From medical geography to germ theory* [...].

⁵ VALENCIUS, 2000, «Histories of medical geography», pp. 3-28.

⁶ VALENCIUS, 2000, «Histories of medical geography», p. 14.

⁷ THOMPSON, 1971, «Climatotherapy in California», pp. 111-129.

⁸ THOMPSON, 1971, «Climatotherapy in California», pp. 111-129.

Neste estudo discutiremos o papel desempenhado pelas geografias médicas na afirmação da Madeira como destino climatoterapêutico da tísica. Utilizaremos no tratamento e estudo das fontes uma metodologia de tipo qualitativa, fazendo recurso à análise de conteúdo.

1 | A Madeira Retratada nas Geografias Médicas

Os conceitos existentes de geografia médica não têm sido unânimes na sua definição. No entanto, parece-nos que os vários conceitos existentes se complementam entre si. Num trabalho que remonta aos anos 30 do século passado, Fielding Garrison⁹ definia as geografias médicas como sendo um ramo da geografia política, materializadas em descrições das doenças dos diferentes países com referência ao clima, abastecimento de água, insetos e outras características ambientais. Na década de 1970, John Hunter¹⁰ dizia tratar-se da análise dos padrões espaciais da distribuição das doenças e dos cuidados de saúde com a respetiva aplicação de conceitos e técnicas geográficas. Mais recentemente, Frank Barrett¹¹ definiu a geografia médica como uma subdisciplina da geografia cuja organização, questões e abordagens se foca na inter-relação entre os lugares, as áreas e regiões e as doenças, os cuidados de saúde e a nutrição.

O aparecimento das geografias médicas sobre a Madeira nos inícios do século XIX parecem estar relacionadas com dois assuntos principais. Em primeiro lugar estava em voga a designada climatoterapia da tísica, isto é, o aproveitamento de determinadas características do clima de uma região para o tratamento curativo ou paliativo de doenças. Como já tivemos oportunidade de mostrar num estudo anterior¹², a ilha da Madeira conglomerava elementos que a tornavam importante enquanto estância climatoterapêutica: clima montanhoso e marítimo, baixas pressões atmosféricas e ar puro, boa insolação e temperaturas amenas durante todo o ano.

Em segundo lugar, e como mostrou Rodrigues¹³ num estudo recente, desde os inícios do século XIX que a Madeira se tornou num destino turístico frequentado por cientistas de várias nacionalidades – entre os quais médicos, cirurgiões, físicos, farmacêuticos, botânicos, naturalistas, geólogos, meteorologistas, ornitólogos,

⁹ GARRISON, 1933, «Geomedicine: a science in gestation», pp. 2-9.

¹⁰ HUNTER, 1974, *The Geography of Health and Disease* [...], p. 3.

¹¹ BARRETT, 2000, «August Hirsch: As critic of [...]», pp. 98-117.

¹² Cf. VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», pp. 85-103.

¹³ RODRIGUES, 2019, «O turismo na Madeira Oitocentista», pp. 337-379.

paleontólogos, entre outros profissionais – o que terá contribuído não só para a análise da ilha do ponto de vista científico, mas igualmente para a divulgação da Madeira como ponto turístico terapêutico. Esta autora defende mesmo que

«a grande maioria dos visitantes da Madeira durante o século XIX, consubstanciou-se nos doentes pulmonares à procura de uma cura para os seus problemas de saúde. Fugiam aos invernos rigorosos dos seus países e procuravam no Inverno madeirense um clima mais adequado ao seu restabelecimento»¹⁴.

Se quisermos somar outro ingrediente podemos dizer que existiram na Europa outras estâncias climatoterapêuticas localizadas no Sul de França, Itália, Sul de Espanha ou Egito, mas que ficaram indisponíveis aos britânicos, e aos cidadãos de outras nacionalidades, aquando do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte. No cumprimento da aliança com Inglaterra, Portugal contrariou as imposições napoleónicas e a Madeira manteve-se acessível aos britânicos¹⁵ e outros estrangeiros¹⁶, popularizando-se deste modo as visitas e estadas com finalidade terapêutica na ilha.

O contexto que foi sumariamente exposto pode explicar o aparecimento das geografias médicas dedicadas à Madeira. Estas surgiram especialmente na primeira metade do século XIX e estão relacionadas com a estada de médicos estrangeiros na ilha ou com médicos madeirenses que fizeram investigação neste domínio. Não passando o objetivo do estudo por elencar e analisar exaustivamente todas as geografias médicas existentes, utilizaremos as que nos pareceram mais relevantes.

Entre as primeiras geografias médicas sobre a Madeira encontra-se a de William Gourlay¹⁷ datada de 1811. Nas suas *Observations on the natural history, climate, and diseases of Madeira during a period of eighteen years*, o autor refere no prefácio que era surpreendente como nada tinha sido escrito em inglês acerca do clima e doenças da Madeira, ressaltando o facto da ilha ser um *resort* para os britânicos¹⁸.

Estruturalmente a obra divide-se em três partes, uma sobre a história natural da ilha, outra sobre o clima e a última sobre as doenças. Os cinco capítulos que compõem a primeira parte abordam questões como a descoberta e situação da ilha, características dos solos, produção agrícola e pecuária e constituição, costumes e modos dos habitantes. Na segunda parte fez-se uma descrição geral do clima e tempo, apresentando registos meteorológicos e suas variações. Na última parte

¹⁴ RODRIGUES, 2019, «O turismo na Madeira Oitocentista», p. 354.

¹⁵ VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», pp. 87-88.

¹⁶ RODRIGUES, 2019, «O turismo na Madeira Oitocentista», pp. 351-352.

¹⁷ GOURLAY, 1811, *Observations on the natural history* [...].

¹⁸ GOURLAY, 1811, *Observations on the natural history* [...].

do livro é feita uma descrição dos vários tipos de doenças existentes na Madeira e categorizadas pelo autor em doenças de pele, doenças do peito, doenças anómalas e doenças epidémicas. Segue-se ainda um apêndice sobre águas minerais.

Em 1812 o médico Nicolau Pitta¹⁹ deu à estampa uma geografia médica intitulada *Account of the Island of Madeira*. À semelhança da obra já mencionada de Gourlay, Nicolau Pitta fez uma descrição das características naturais da ilha com destaque para os solos, atividades económicas como a agricultura, a pecuária e a mineração, esboçando também um retrato da população, língua, educação, governação e estabelecimentos militares e religiosos, etc.

No entanto, os capítulos acerca do clima e das doenças não tiveram grande desenvoltura. Dedicou oito páginas ao clima destacando breves descrições de aspetos como as estações do ano, a temperatura, a higrometria e a pressão atmosférica. Às doenças dedica um breve capítulo de seis páginas, elencando as duas principais categorias de doenças existentes na ilha, as doenças do peito e as doenças de pele.

Em 1827 o médico C. Heineken²⁰ publicou um trabalho sobre a meteorologia da Madeira onde deixou registado vários aspetos do clima do Funchal, acompanhado de tabelas onde registou as suas observações acerca dos elementos climáticos, especialmente referentes ao Funchal. Vários autores posteriores vieram a fazer uso dos dados publicados por este médico nas suas obras.

De notar também a importante geografia médica de James Clark²¹ que analisou o clima de vários *resorts* na Inglaterra, Sul da Europa e ilhas Atlânticas como a Madeira. O propósito da obra deste médico era analisar a influência dos climas na prevenção de doenças crónicas, especialmente das doenças do peito. No que concerne à Madeira é feita uma descrição da temperatura, pluviosidade, saúde dos habitantes, consumpção, efeitos do clima, épocas de viagens, etc.

Em 1832 Francisco de Assis e Souza Vaz escreveu *De l'influence salubre du climat de Madère*²² onde explorou a ideia da superioridade da Madeira em relação aos climas do Sul de França e de Itália para o tratamento da tísica pulmonar. No que concerne à Madeira fez uma breve descrição de elementos como a temperatura, a pressão atmosférica, a pluviosidade, explicando porque é que a Madeira era vantajosa no tratamento da tísica.

¹⁹ PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*.

²⁰ HEINEKEN, 1827, «LVIII. Meteorological register kept at Funchal [...]», pp. 362-374.

²¹ CLARK, 1830, *The Influence of Climate in the Prevention [...]*.

²² VAZ, 1832, *De l'influence salubre du climat de Madère [...]*.

Em 1850 foi publicado por J. Mason²³ um tratado sobre o clima e a meteorologia da Madeira onde o autor apresentou as suas observações sobre as condições atmosféricas da Madeira e de Londres e fez uma análise que recaiu sobre aspetos tais como higrometria, ventos, nebulosidade, temperatura, humidade, influência atmosférica da respiração e efeitos gerais do clima. Estas análises eram acompanhadas de tabelas e quadros comparativos que serviram de base às análises realizadas.

2| A Climatoterapia da Tísica

O tratamento da tísica baseado na mudança de clima não era uma novidade do século XIX, já que a mudança de ares e a procura de climas quentes eram recomendados pelo menos desde os gregos antigos. Os climas tuberculoterápicos, isto é, aqueles que tinham uma ação mais ou menos benéfica sobre a tuberculose, subdividiam-se em clima campestre, marítimo e montanhoso.

O clima campestre raramente era referenciado e quando era usado funcionava como clima de adaptação. Por clima campestre entendia-se o conjunto de condições climatéricas de regiões rurais afastadas dos aglomerados urbanos, mas cuja constituição não tinha nada de específico para o tratamento da tuberculose. Já o clima marítimo e o montanhoso foram amplamente usados no tratamento dos doentes tuberculosos: o clima marítimo até meados de oitocentos, sendo depois suplantado pelo clima montanhoso, tornando-se este a base da altitudoterapia praticada nos sanatórios.

Quanto ao clima marítimo, é sabido que os médicos antigos enviavam doentes para certos pontos do litoral do Mediterrâneo onde se encontravam na primeira metade do século XIX uma boa parte das estações climatéricas para o tratamento da tuberculose, como por exemplo em Cannes, Nice, Menton, Castellemare ou Nápoles. Fazer um doente mudar de ares era uma prática considerada salutar, especialmente se fosse para um clima considerado benéfico. Até meados de oitocentos, os climas marítimos eram tidos como os melhores no tratamento da tísica pulmonar por serem geralmente bem tolerados e pela amenidade dos fatores climatéricos que ajudavam na cura²⁴.

Os defensores do clima marítimo enfatizaram as propriedades do clima e os seus efeitos fisiológicos e terapêuticos. Quanto às propriedades do clima, os médicos

²³ MASON, 1850, *A treatise on the climate and meteorology of Madeira*.

²⁴ VIEIRA, 2016, *Conhecer, tratar e combater a «Peste Branca» [...]*, p. 161.

acreditavam que a atmosfera marítima proporcionava aos tísicos um ar puro quase isento de microrganismos pela intensidade luminosa e pelas substâncias iodo-bromadas cuja ação antisséptica dificultava a vida microbiana. O ar era rico em oxigénio e cloreto de sódio, contendo também ozono, cloretos, iodetos e brometos. A pressão atmosférica era máxima, o ar húmido, a temperatura ordinariamente elevada e uniforme, os ventos constantes, embora de intensidade variável. A atmosfera assética, o ar “medicamentoso” e a uniformidade térmica tornavam este clima fortificante, sendo atributos suficientes para tratar sintomas ou mesmo curar os doentes²⁵.

Entre os principais efeitos fisiológicos no organismo doente contavam-se a diminuição dos movimentos respiratórios, uma maior absorção de oxigénio e, conseqüentemente, o doente ganhava apetite, alimentava-se melhor, aumentava de peso e via diminuída a ocorrência de hemoptises.

Convencidos dos benefícios do ar marítimo no tratamento da tísica, os médicos aconselhavam diferentes geografias climatoterapêuticas. Uma das mais famosas em toda a Europa era a Madeira pelas suas características. Situada no Oceano Atlântico e ao largo da costa ocidental de África, a Madeira apresentava condições muito vantajosas para os doentes, pela combinação harmoniosa do ambiente marítimo com a altitude, pela vegetação frondosa e luxuriante com a exposição solar e pelas temperaturas amenas durante todo o ano, o que a tornou num centro muito procurado por estrangeiros.

Nos dois últimos quartéis do século XIX, o tratamento da tuberculose pulmonar por meio da climatoterapia sofreu modificações de fundo. A ineficácia do tratamento pelo clima marítimo e as investigações de vários médicos, como Jourdanet e Coindet para o México, Lombard para os Alpes suíços e Guilbert para a Bolívia vieram demonstrar que as montanhas funcionavam como lugares inibidores da tísica²⁶.

Conscientes desta nova descoberta, os médicos passaram a prescrever os climas montanhosos criando-se inclusive o mito da imunidade face à tísica por habitar em zonas de montanha. Uns acreditavam que a imunidade se devia à fixidez e uniformidade da temperatura, outros diziam que se devia à ação excitante do ar rarefeito sobre o coração e outros ainda acreditavam que a vida nas montanhas solicitava uma exosmose gasosa e líquida que desembaraçava o sangue dos seus produtos de eliminação, impedindo a formação de matérias caseosas, a degeneração das células e a conversão da inflamação em neoplasias.

²⁵ VIEIRA, 2016, *Conhecer, tratar e combater a «Peste Branca»* [...], p. 162.

²⁶ VIEIRA, 2016, *Conhecer, tratar e combater a «Peste Branca»* [...], pp. 165-166.

De forma geral vingou a ideia de que as baixas pressões atmosféricas e a rarefação do ar obrigavam o coração a trabalhar energicamente para irrigar o organismo e melhorar o metabolismo. A influência da altitude desenvolvia o pulmão, trazendo o sangue à periferia do organismo, como acontecia com as depleções. As características dos climas alpinos ou montanhosos eram opostas às características dos climas marítimos: ar puro com défice de oxigénio e rico em ozono, temperatura baixa, pressões atmosféricas baixas pela rarefação do ar, ar seco, luz intensa e ventos de direção fixa e pouco intensos²⁷. A desoxigenação barométrica, no dizer de François Dagognet²⁸, tinha como principais efeitos fisiológicos a maior frequência e amplitude dos movimentos respiratórios, um aumento do afluxo sanguíneo à periferia do corpo pela dilatação passiva dos capilares e a ativação do apetite, atuando como tónico. Localmente, os efeitos terapêuticos manifestavam-se na maior amplitude da caixa torácica permitindo o trabalho de todo o pulmão, especialmente dos vértices. As características climáticas tinham um efeito estimulante geral ao nível muscular e respiratório conduzindo à atenuação de um grande conjunto de sintomas como a insónia ou as hemoptises.

Nesta sequência de ideias vieram a surgir os sanatórios de montanha. As estâncias de tratamento marítimas foram perdendo interesse e adeptos no tratamento da tuberculose pulmonar. No decurso do século XIX e primeira metade do século XX abriram portas vários sanatórios marítimos em Portugal, mas com uma finalidade diferente. Estes destinavam-se a tratar a tuberculose infantil, especialmente do foro ósseo, e cumpria uma função de preventório para acolher crianças de meios pobres e passíveis de gerar infeções por tuberculose²⁹.

3| A Apologia do Clima Madeirense para o Tratamento da Tísica

É do conhecimento geral que, ao longo do século XIX, a ilha da Madeira foi um ponto turístico importante, frequentado sobretudo por doentes do foro pneumológico que fugiam aos invernos rigorosos dos seus países. De acordo com Rodrigues³⁰ o turismo desenvolveu-se com o aparecimento dos barcos a vapor que faziam escala ou tinham como destino a própria ilha. Os principais motivos para o desenvolvimento

²⁷ VIEIRA, 2016, *Conhecer, tratar e combater a «Peste Branca» [...]*, p. 167.

²⁸ DAGOGNET, 1997, *Savoir et pouvoir en médecine*, p. 145.

²⁹ VIEIRA, 2016, *Conhecer, tratar e combater a «Peste Branca» [...]*, p. 165.

³⁰ RODRIGUES, 2019, «O turismo na Madeira Oitocentista», p. 349.

do turismo estavam relacionados com negócios e saúde, e em relação a este último aspeto o ponto mais atrativo era o clima suave da ilha³¹.

Queremos salientar que a Madeira se tornou ao longo do século XIX num destino de turismo de saúde relevante, muito devido às suas características climáticas. Mas que características eram essas e que tanta fama valeram à Madeira? E com que argumentos se construiu um discurso apologético, ou elogioso, ao clima madeirense?

Como já tivemos oportunidade de registar em trabalhos anteriores³², a Madeira oferecia em simultâneo um clima montanhoso e marítimo, conjugando elementos de ambos. Genericamente destacam-se as baixas pressões atmosféricas e o ar puro, a flora rica e variada, a boa insolação e uma certa amenidade térmica com poucas variações ao longo do ano – a temperatura média anual rondava os 20°C.

Tendo por base estes dados genéricos, os médicos oitocentistas referiam, em tom elogioso, que o clima era propício ao tratamento das moléstias do foro pulmonar, em particular da tísica, por oposição aos climas frios ou aos ambientes conspurcados das cidades industriais. Mas também se desenvolveram estudos de pendor científico acerca dos ventos, da pluviosidade e da temperatura e, simultaneamente, construiu-se um discurso apologético sobre o clima desta ilha e das suas propriedades no tratamento de doentes tísicos.

Um dos aspetos mais valorado pelas geografias médicas era a uniformidade das temperaturas ao longo do ano. Gourlay atribuía mesmo a salubridade do clima madeirense à uniformidade da temperatura, defendendo que onde essa uniformidade do clima existia não havia inconvenientes para a saúde:

«The salubrity of the climate in this island, so highly extolled, is greatly attributed to the uniformity of the temperature [...] Where such uniformity of temperatures exists, combined with purity of atmosphere, and where such a pleasing variety marks the climate, one would conceive that the inconveniencies of the season would be unknown; and neither the excessive heat of the summer would molest, nor the colds of winter pinch the frame»³³.

O mesmo refere Nicolau Pitta no seu trabalho³⁴ mencionando que a sucessão regular de brisas terrestres e marítimas arrefeciam e purificavam a atmosfera durante o ano, em especial nos meses quentes, contribuindo para a amenidade climática.

³¹ RODRIGUES, 2019, «O turismo na Madeira Oitocentista», pp. 349 e 355.

³² Veja-se VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», pp. 87-88; VIEIRA, 2019, «A ilha da Madeira como centro [...]», pp. 381-405.

³³ GOURLAY, 1811, *Observations on the natural history* [...], pp. 31-33.

³⁴ PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*, p. 30.

Face a estes testemunhos rapidamente se percebe os benefícios da ilha para os tísicos. Estes tipos de doentes tinham, de acordo com as conceções médicas da época, organismos debilitados, o que os tornava particularmente propensos à caquexia, isto é, ao enfraquecimento geral das funções vitais. Fazer uma estada num local cujo clima era ameno e com poucas oscilações de temperatura era garante de um fortalecimento orgânico tranquilo e progressivo. Não obstante, a estada na ilha estava indicada principalmente nos estádios primários da doença como fez notar Francisco d'Assis e Souza Vaz ao dizer:

«D'après ce qui précède, il est facile de voir que si d'un côté le séjour d'un climat, quelque bien situé qu'il soit, ne peut rien contre la phthisie déjà parvenue à une période avancée, d'un autre côté aussi on ne peut révoquer en doute l'efficacité de ce moyen non-seulement pour combattre cette maladie à son début, mais encore pour en éloigner toute prédisposition héréditaire»³⁵.

Os rasgados elogios ao clima madeirense foram mais além. James Clark ao analisar e comparar vários climas europeus, especialmente de Inglaterra, França e Itália, com o da Madeira considerou que «This island has been held in high estimation for the mildness and equability of its climate, and we shall find on comparing this with the climates of the most favored situations on the continent of Europe»³⁶. Francisco d'Assis e Souza Vaz foi mais longe ao dizer que «Madère est l'endroit du globe où sont réunies le plus de conditions favorables pour tous ceux qui se trouvent dans les circonstances à pouvoir retirer de grands avantages d'un climat doux et tempéré»³⁷.

Alegava-se uma superioridade do clima da Madeira quando comparado com outros climas de estâncias europeias como o sul de França ou Itália, mas igualmente uma superioridade perante outros climas: não era quente como certos climas tropicais onde existiam determinadas doenças dessas paragens, mas também não era frio e rigoroso como os climas setentrionais³⁸.

Para além do clima madeirense ser apontado como um bom clima para o tratamento dos forasteiros, estava alegadamente na base da boa saúde dos autóctones. Vaz dizia que «Un climat aussi bien favorisé de la nature doit nécessairement faire jouir ses habitants d'une excellente santé»³⁹, o que foi corroborado por Clark quando referiu que

³⁵ VAZ, 1832, *De l'influence salubre du climat de Madère [...]*, p. 36.

³⁶ CLARK, 1830, *The Influence of Climate in the Prevention [...]*, p. 185.

³⁷ VAZ, 1832, *De l'influence salubre du climat de Madère [...]*, p. 32.

³⁸ Cf. VAZ, 1832, *De l'influence salubre du climat de Madère [...]*, pp. 31-32; e CLARK, 1830, *The Influence of Climate in the Prevention [...]*, p. 197.

³⁹ VAZ, 1832, *De l'influence salubre du climat de Madère [...]*, p. 34.

«The mild character of the climate appears to be accompanied with a corresponding degree of health in the inhabitants of Madeira. The peasantry, though hard worked and badly fed are said to as fine, healthy, and robust a race, as are to be seen in any country»⁴⁰.

Como já referimos, o clima da ilha era bastante reputado pela equidade da temperatura. Os dados recolhidos por alguns autores mostram que as temperaturas eram bastante uniformes e havia pouca oscilação ao longo do ano. Ao longo do verão as temperaturas oscilavam entre os 68°F e os 76°F, ou seja, entre os 20°C e os 24°C aproximadamente. Durante o inverno oscilavam entre os 57°F e os 65°F, isto é, entre os 13°C e os 18°C, nada comparável às severas temperaturas de países no norte da Europa⁴¹.

Apercebemo-nos da importância da variação da temperatura para os médicos uma vez que comparavam as temperaturas do Funchal com outras cidades ou regiões europeias como Roma, Nice, Pisa e Londres. A conclusão dos médicos era de que a temperatura média anual no Funchal era mais quente do que a dos climas referidos. Consequentemente, o inverno era de um frio temperado e o verão mais ameno do que noutras paragens. A limitada variabilidade da temperatura na sucessão dos dias era outro fator que jogava a favor da Madeira como chamou a atenção Clark:

«The steadiness of temperature from day to day also exceeds that of all the other climates. In this respect, it is not half so variable as Rome, Nice, Pisa, and is only about one third as variable as Naples. The degree of variableness from day to day at Madeira, is 1°11; at Rome it is 2°80; at Nice 2°33; and at London 4°01»⁴².

A pluviosidade não era vista com tanta importância como a temperatura, mas ainda assim também foi comparada a outras cidades como Roma, Florença, Londres, etc. De referir que o estudo de Clark mencionava a existência de 73 dias de chuva por ano na ilha, em especial no outono:

«Nearly the same quantity of rain falls annually at Madeira as at Rome and Florence, but at Madeira there are only 73 days on which any rain falls, while at Naples there are 97, at Rome 117, and at London 178. The rain at Madeira falls at particular season, chiefly in the autumn, leaving the atmosphere, in general, dry and clear during the remainder of year»⁴³.

Em relação aos ventos Gourlay referiu a existência de brisas marítimas e terrestres, mas o Siroco – um vento quente e seco vindo no norte de África – era visto como o mais crítico pelo calor que arrastava e pelos efeitos nefastos no organismo humano:

⁴⁰ CLARK, 1830, *The Influence of Climate in the Prevention* [...], p. 188.

⁴¹ GOURLAY, William, 1811, *Observations on the natural history* [...], p. 32.

⁴² CLARK, 1830, *The Influence of Climate in the Prevention* [...], p. 186.

⁴³ CLARK, 1830, *The Influence of Climate in the Prevention* [...], p. 186.

«Sirocco visits the island for a few days at a time, twice or thrice every year [...] In man, it occasions diminished perspiration, succeeded by languor and general restlessness: in immediate exposure to its influence, the body is felt as if parched, and the air blows on the surface with a warmth like the blast from a furnace»⁴⁴.

Um aspeto a ter em conta no discurso apologético era o resultado da exposição ao clima da Madeira. Houve médicos como Vaz⁴⁵ que defendiam que o estado salutar dos madeirenses se devia ao clima, asseverando que a tísica era pouco frequente nos autóctones. Estas constatações ajudaram a construir a reputação da Madeira como estância ideal para os tísicos. Em 1810 já Gourlay declarava: «Madeira, from its uniformity of temperature, and purity of atmosphere, has long been, and still continues to be, the favorite retreat of consumptive patients from the northern parts of Europe»⁴⁶.

Pitta chamou à atenção para alguns aspetos acerca do sucesso no tratamento dos tísicos, os quais não se deviam somente às temperaturas equânimes. As boas temperaturas durante o inverno e primavera dispensavam o aquecimento artificial e conseqüentemente não ocorria irritação dos pulmões. Chama ainda à atenção para o facto de as estradas do Funchal serem pavimentadas e nas zonas mais afastadas da ilha não circularem carruagem, pelo que não se formavam nuvens de poeira tão prejudiciais aos pulmões debilitados dos tísicos⁴⁷.

Denota-se que alguns destes médicos dos inícios do século XIX registaram essencialmente os aspetos positivos do clima madeirense e do seu efeito sobre os doentes de foro pulmonar. Independentemente de serem portugueses ou estrangeiros elogiavam o clima ameno e temperado, as pequenas oscilações de temperatura, o regime de ventos e pluviosidade também moderados.

Não obstante, em meados de oitocentos havia os que, como Mason, chamavam a atenção para o clima da ilha não ser benéfico para todos e para o perigo que representava o recurso indiscriminado a este clima:

«patients who visit Madeira are so differently affected by the precisely same conditions of the atmosphere; some experiencing relief, and others, only an aggravation, of their complaints. Accordingly, the present work will be regarded not as an attempt to prejudice that island as a resort for invalids, but as an effort to point out the danger of an indiscriminate reliance upon the sanatory effects of its climate»⁴⁸.

⁴⁴ PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*, p. 31.

⁴⁵ VAZ, 1832, *De l'influence salubre du climat de Madère [...]*, p. 35.

⁴⁶ GOURLAY, William, 1811, *Observations on the natural history [...]*, p. 90.

⁴⁷ PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*, pp. 125-126.

⁴⁸ MASON, 1850, *A treatise on the climate and meteorology of Madeira*, pp. 133-134.

Porém, a descrença acerca dos benefícios do clima madeirense fez-se sentir por parte de alguns médicos. Era vulgar alguns médicos depreciarem os climas tuberculoterápicos com o argumento de que não existiam climas específicos para o tratamento da tuberculose, o que em parte estava certo. Para Pierre Guillaume⁴⁹, o ceticismo dos médicos quanto à existência de climas benéficos levava à procura dos sítios mais agradáveis em detrimento dos mais saudáveis. Por isso, os médicos enfatizavam a amenidade térmica, os ventos pouco agrestes e a estabilidade geral dos fatores meteorológicos, mais do que os fatores que supostamente seriam medicinais e que permitiriam a cura, como podemos verificar num excerto de 1852:

«Nós, que não habitamos a ilha, e que só della temos vivas lembranças e recordações sensíveis pela amenidade do clima, e pelas maneiras sympaticas com que fomos recebidos por nossos amigos e pelas pessoas que a habitam, sentimos por extremo o silencio dos seus medicos a esse respeito.

E para que seja insuspeito o nosso juizo sobre o clima da Madeira transcrevemos aqui uma nota feita por Mr. Andral a tal respeito.

Não é porque a Madeira offerece o ar do mar á respiração d'aquelles que a habitam, mas é porque o seu clima é doce, temperado e uniforme, que a habitação nesta ilha tem sido desde longo tempo recommendada e o é ainda aos individuos ameaçados de doença de peito»⁵⁰.

Apesar das críticas que começaram a ser feitas aos efeitos saltares do clima madeirense, a ilha continuou a ser vista como uma estância climatoterapêutica de renome por toda a Europa. Viajantes, cientistas, homens de negócios e aristocratas continuaram a dirigir-se à ilha em busca de cura para a tísica pulmonar. Em 1853 destacou-se a iniciativa da imperatriz D. Amélia, viúva do rei D. Pedro IV, em subsidiar a abertura do Hospício D. Maria Amélia para tísicos pobres. Este nosocómio foi o primeiro estabelecimento dedicado ao tratamento da tísica em Portugal, representando a sua abertura o início, embora simbólico, da luta contra a tuberculose em Portugal. Mas esta só arrancaria de forma séria no final do século com instituições como a Liga Portuguesa contra a Tuberculose e a Assistência Nacional aos Tuberculosos.

Notas Finais

As geografias médicas constituem fontes importantes para o estudo dos climas e do seu aproveitamento no tratamento de doenças do foro pulmonar. Antes da

⁴⁹ GUILLAUME, 1986, *Du désespoir au salut* [...], p. 71.

⁵⁰ P., 1852, «Clima da ilha da Madeira [...]», p. 665.

medicina se tornar verdadeiramente científica, as geografias médicas já constituíam trabalhos de natureza médico-científica, baseados na observação, na descrição dos territórios e na medição dos fenómenos meteorológicos. O discurso presente nas várias geografias médicas aqui analisadas deixa perceber um certo tom apologético quanto aos benefícios do clima para o tratamento da tísica. Dito de outro modo, as geografias médicas faziam uma apologia ao clima madeirense, o que as tornava obras panfletárias. Tinham por isso o intuito de publicitar determinado local em detrimento de outros menos benéficos para a saúde.

Apercebemo-nos que na primeira metade do século XIX a Madeira se tornou num destino de eleição para os doentes de foro pulmonar pelos aspetos já identificados anteriormente. O que queremos salientar é o facto de as geografias médicas que apareceram neste período servirem como veículo de conhecimento médico-científico privilegiado não só para o público letrado, mas sobretudo para a comunidade médica da altura. O facto das geografias médicas serem publicadas em inglês ou francês, mesmo quando a autoria pertence a médicos portugueses, terá contribuído para uma maior divulgação internacional da Madeira e do seu clima.

Apesar de se destacar o clima como um todo, verificamos que no discurso médico é dada uma relevância particular às temperaturas amenas e com pouca variação ao longo do ano. Outros aspetos como as chuvas, os ventos, a fauna e a flora são abordados de forma secundária e muito geral. Por conseguinte, parece-nos que o destaque é dado aos bons aspetos do clima e é feita uma desvalorização dos aspetos menos bons, numa aceção claramente publicitária deste destino de turismo terapêutico.

Sendo verdade que a Medicina ainda não beneficiava grandemente da estatística médica, não existiam muitos dados relativos ao tratamento, melhorias e eventuais curas da tísica pela sujeição dos doentes ao clima da Madeira. Sem este tipo de estatísticas era impossível aquilatar o real impacto da climatoterapia nos doentes.

Podemos concluir que apesar das geografias médicas representarem um esforço para compreender o clima da Madeira e os seus benefícios para os doentes do foro pulmonar, não apresentam evidências de que fosse verdadeiramente eficaz contra a tísica.

Referências

- BARRETT, Frank, 2000, «August Hirsch: As critic of, and contributor to, geographical medicine and medical geography», in *Medical History*, n.º 44(S20), pp. 98-117.
- CLARK, James, 1830, *The Influence of Climate in the Prevention and Cure of Chronic Diseases, More Particularly of the Chest and Digestive Organs: Comprising an Account of the Principal Places Resorted to by Invalids in England, the South of Europe, &c.: a Comparative Estimate of Their Merits in Particular Diseases, and General Directions for Invalids While Travelling and Residing Abroad: with an Appendix, Containing a Series of Tables on Climate*, London, John Murray.
- DAGOGNET, François, 1997, *Savoir et pouvoir en médecine*, Le Plessis-Robinson, Institut Synthélabo.
- GARCIA LOPEZ, Claudia Monica, 2009, *From medical geography to germ theory in Colombia, 1860-1900*, Tese de Doutorado em Estudos de Ciência e Tecnologia, Edimburgo, The University of Edinburgh.
- GARRISON, Fielding, 1933, «Geomedicine: a science in gestation», in *Bulletin of the Institute of the History of Medicine*, n.º 1, pp. 2-9.
- GOURLAY, William, 1811, *Observations on the natural history, climate, and diseases of Madeira during a period of eighteen years*, London, J. Callow Medical Bookseller.
- GUILLAUME, Pierre, 1986, *Du désespoir au salut: les tuberculeux aux 19e et 20e siècles*, Paris, Aubier.
- HEINEKEN, C., 1827, «LVIII. Meteorological register kept at Funchal, in Madeira, in the year 1826; with some prefatory observations on the climate of that Island, &c», in *The Philosophical Magazine*, n.º 2(11), pp. 362-374.
- HUNTER, John (ed.), 1974, *The Geography of Health and Disease: Papers of the First Carolina Geographical Symposium*, Chapel Hill, University of North Carolina, Department of Geography.
- MASON, J., 1850, *A treatise on the climate and meteorology of Madeira*, London, John Churchill.
- NUMBERS, Ronald, 2000, «Medical science before scientific medicine: reflections on the history of medical geography», in *Medical History*, n.º 20 (supl.), pp. 217-220.
- P., O. R., 1852, «Clima da ilha da Madeira: rasão por que é frequentada e procurada para habitação pelos doentes de peito», in *O Esculapio*, n.º 159, p. 665.
- PITTA, Nicolau Bettencourt, 1812, *Account of the Island of Madeira*, London, Longman.
- RODRIGUES, Teresa, 2019, «O turismo na Madeira Oitocentista», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 337-379.

- ROSENGERG, Charles, 2012, «Epilogue: Airs, Waters, Places. A status report», in *Bulletin of the History of Medicine*, n.º 86(4), pp. 661-670.
- THOMPSON, Kenneth, 1971, «Climatotherapy in California», in *California Historical Quarterly*, n.º 50, pp. 111-129.
- VALENCIUS, Conevery, 2000, «Histories of medical geography», in *Medical History*, n.º 20 (supl.), pp. 3-28.
- VAZ, Francisco, 1832, *De l'influence salutaire du climat de Madère (île portugaise) dans le traitement de la phthisie pulmonaire et de la supériorité de cette influence sur celle des climats du sud de la France et l'Italie*, Paris, Imprimerie de Didot de Jeune.
- VIEIRA, Ismael, 2011, «O pioneirismo da Madeira no tratamento da tuberculose em meados do século XIX», in *Ler História*, n.º 61, pp. 85-103.
- VIEIRA, Ismael, 2016, *Conhecer, tratar e combater a «Peste Branca»: A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*, Porto, Edições Afrontamento/CITCEM.
- VIEIRA, Ismael, 2019, «A ilha da Madeira como centro de tratamento de doenças pulmonares em meados do século XIX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 381-405.

A Família Blandy na Madeira: Investimentos e Estratégias Empresariais no Século XIX (Uma Visão Panorâmica)

The Blandy Family in Madeira: Investments and Business Strategies in the 19th Century (Overview)

*Liliana Correia*¹

Resumo

Este estudo versa sobre a ação da família Blandy na Madeira e o seu impacto na economia do Arquipélago ao longo do século XIX. O primeiro membro da família Blandy que chegou à Ilha, John Blandy, estabeleceu-se na rua de S. Francisco, como exportador de vinhos, no ano de 1811. Com o lucro obtido, adquiriu diversas propriedades, especialmente no Funchal e no Santo da Serra. Mais tarde, os sucessores de John Blandy estenderam a atividade da empresa John Blandy & Sons a outras áreas, das quais se destacam a exploração de pedreiras no Porto Santo para posterior produção de cal e uma agência de navegação. Com a decadência do comércio do vinho por volta da década de 70, esta empresa familiar inglesa vira as suas atenções para o abastecimento de carvão e água à navegação e consolida o serviço de navegação costeira, com a aquisição de barcos a vapor.

Palavras-chave: Blandy; Vinho Madeira; Agência de Navegação; Carvão; Navegação Costeira.

Abstract

This study focuses on the action of the Blandy family in Madeira and its impact on the economy of the Archipelago throughout the 19th century. The first member of this family who arrived in Madeira, John Blandy, established himself in rua de S. Francisco, as a wine

¹ Professora de Inglês/Alemão no ensino Básico (3.º Ciclo) e Secundário, no Funchal, Ilha da Madeira. Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante Inglês/Alemão, pela Universidade da Madeira (UMa), frequentou o curso de Mestrado em Cultura e Literatura Anglo-americanas na referida universidade, onde defendeu a dissertação intitulada *A Família Blandy no Século XIX: Economia e Cultura*, sob orientação do Prof. Doutor João Adriano Ribeiro, em janeiro de 2006. Neste momento, encontra-se requisitada no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Contacto ele: lilianamcorreia@hotmail.com.

shipper, in 1811. With the profit obtained, he acquired several properties, especially in Funchal and Santo da Serra. Later, John Blandy's successors extended the activity of the firm John Blandy & Sons to other areas, namely quarrying in Porto Santo for subsequent lime production and a shipping agency. Due to the decline of the wine trade around the 70s, this English family business turns its attention to supplying coal and water to shipping and consolidates the coastal shipping service, with the purchase of steamboats.

Keywords: Blandy; Madeira Wine; Shipping Agency; Charcoal; Coastal Shipping.

Este artigo decorre da nossa dissertação de mestrado² acerca dos investimentos e estratégias económicas na Ilha da Madeira, protagonizados pela família Blandy ao longo de três gerações (século XIX). Até à data da apresentação da mesma à Universidade da Madeira, em janeiro de 2006, a informação relativa à família Blandy era escassa. Portanto, o objetivo desse estudo foi dar a conhecer esta família de origem britânica que escolheu a Ilha da Madeira para viver e a importância que teve na economia do arquipélago da Madeira ao longo do século XIX. Neste artigo, começamos por focar a nossa atenção em John Blandy, que iniciou a sua atividade comercial como comerciante de vinhos e que na década de 40 adquiriu várias propriedades no Santo da Serra. Dedicou-se ainda à compra de pedra calcária. Posteriormente, analisaremos a ação de Charles Ridpath Blandy, filho mais velho de John Blandy e seu sucessor na empresa John Blandy & Sons, que não só deu continuidade aos negócios da família, nomeadamente com a compra de grandes quantidades de vinho Madeira, como também fundou uma agência de navegação. Por fim, incidiremos sobre as áreas de negócio em que John Burden Blandy investiu. Assim, falaremos do fornecimento de carvão e água à navegação; da empresa de navegação costeira; do arsenal; da agência bancária e, por fim, concentrar-nos-emos nos inúmeros bens imóveis que este sócio-gerente da empresa Blandy Brothers adquiriu ao longo do tempo.

A história desta família na Ilha da Madeira remonta ao ano de 1807, quando um cidadão britânico, de seu nome John Blandy, oriundo do Condado de Berkshire, Inglaterra, desembarcou no Funchal. Não sabemos se o fez como oficial do Regimento Britânico, como apontam as fontes consultadas³, ou se acudiu à Ilha por motivos de saúde e à procura de um emprego, de acordo com informação apresentada em 2011⁴, a qual Alberto Vieira, na sua recensão crítica à obra de Marcus Binney, destaca, referindo que:

² CORREIA, 2005, *A Família Blandy no Século XIX: Economia e Cultura*.

³ SILVA, MENESES, 1998, *O Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 153.

⁴ BINNEY, 2011, *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*, p. 15.

«[U]ma das novidades mais propaladas pelo presente volume prende-se com a forma como John Blandy chegou à Madeira. A tradição aponta esta presença desde 1807 como furriel das forças do General Beresford. Entretanto, Emmanuel Berk encontrou em Agosto de 2006 uma carta de apresentação datada de 23 de Dezembro de 1807 e dirigida à firma Newton, Gordon, Murdoch, em que se revela a vinda deste súbdito de Sua Majestade para a ilha a cuidar da sua saúde e a oferecer os seus préstimos para um qualquer emprego de Contabilidade»⁵.

Entretanto, John Blandy regressou a Inglaterra em 1810, onde casou com Jennet Burden, na igreja de St. Andrew's Holborn. Voltou novamente à Ilha da Madeira, onde se estabeleceu como comerciante de vinhos e importador de mercadorias diversas, em 1811. A sua empresa, John Blandy & Sons, estava sediada na rua de S. Francisco, n.ºs 8 e 10⁶, onde comprou um prédio e alguns armazéns adjacentes. Era ali que também vivia.

O seu interesse em estabelecer-se na Ilha é mais um exemplo da tendência que remonta ao século XV, em que muitos cidadãos estrangeiros, maioritariamente britânicos a partir do século XVII, escolhiam a Ilha da Madeira para a sua atividade comercial, pois, apesar da sua pequena dimensão, a Ilha revestiu-se, ao longo do tempo, de grande importância como porto de escala, devido à sua localização geográfica no Oceano Atlântico. Refere Paulo Miguel Rodrigues:

«os ventos obrigavam as embarcações que rumavam da Europa para o hemisfério Sul, a passar na zona marítima próxima da Madeira (e Canárias), a cidade era também o último ponto seguro de abastecimento, antes de Cabo Verde ou até, muitas vezes, do continente americano»⁷.

Acrescenta ainda que a

«Ilha representava [...] um dos pontos fulcrais nas ligações marítimas da Europa, com todos os continentes, em particular com o cada vez mais concorrido espaço ibero-americano, embora também o fosse na passagem para a costa ocidental de África e alguns pontos no Índico e do Pacífico»⁸.

O porto do Funchal tornou-se, conseqüentemente, um porto comercial, satisfazendo as necessidades de abastecimento das embarcações que o tocavam. No entanto, a procura da hegemonia por parte do império britânico e da França atribuíram à Madeira um maior peso, agora nas esferas militar e política, como foi

⁵ VIEIRA, 2011, «Marcus Binney, 2011, *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*, Londres, Francis Lincoln Publishers, Ltd., 244 pp.», p. 991.

⁶ COSSART, 1984, *Madeira, The Island Vineyard*, p. 180.

⁷ RODRIGUES, 1999, *A Política e as Questões Militares na Madeira. O Período das Guerras Napoleónicas*, p. 50.

⁸ RODRIGUES, 1999, *A Política e as Questões Militares na Madeira. O Período das Guerras Napoleónicas*, p. 51.

visível durante o período das guerras napoleónicas: «[a]ssim, durante o período napoleónico, a Ilha viu ser renovada a sua função no Atlântico, agora numa conjuntura em que o oceano funcionava como o espaço fulcral para a definição de poderes»⁹. Em 1797, o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico já havia demonstrado interesse na guarnição das ilhas portuguesas da costa ocidental de África. Esse intuito acabou por se concretizar quando, a 24 de julho de 1801, a Madeira é ocupada por tropas britânicas, a pretexto de uma possível invasão francesa.

Para além das razões acima apontadas, e de acordo com António Marques da Silva, «os ingleses penetram na Ilha através de uma série de acordos privilegiados, frequentemente ratificados em subseqüentes tratados»¹⁰ (nomeadamente os acordos de 1576, 1604, 1642, 1654). Destaca-se o acordo de 1663, o qual proibia a exportação de mercadorias europeias para as colónias britânicas, com exceção da Ilha da Madeira e dos seus negociantes britânicos, o que proporcionou o escoamento do vinho para os mercados das Índias Ocidentais e para as colónias britânicas da América do Norte.

Segundo Walter Minchinton¹¹, a fixação de cidadãos britânicos na Madeira remonta ao século XV, quando um cidadão escocês, John Drummond of Perth, se refugiou na Ilha, logo após a chegada de João Gonçalves Zarco. No século XVI, verifica-se a chegada de outros comerciantes britânicos que se envolveram no comércio do açúcar. Refere o autor que é durante o século XVII que se verifica um maior interesse por parte dos britânicos pela Madeira. No final do referido século, a comunidade de comerciantes britânicos estava já bem estabelecida e detinha grande influência na Ilha. Destacamos um importante comerciante de vinhos, William Bolton, que também importava alimentos, tecidos e outros produtos das ilhas britânicas e das colónias americanas¹². No século XVIII, fixam-se na Madeira comerciantes que viriam a ter um papel importante no comércio do vinho: James Gordon e Francis Newton, dois escoceses que se estabeleceram na Ilha em 1745.

⁹ RODRIGUES, 1999, *A Política e as Questões Militares na Madeira. O Período das Guerras Napoleónicas*, p. 56.

¹⁰ SILVA, 1989, «Os Inícios do Turismo na Madeira e nas Canárias. O Domínio Inglês», p. 473.

¹¹ MINCHINTON, 1989, «British Residents and their Problems in Madeira before 1815», pp. 477-482.

¹² As cartas deste comerciante, referentes ao período entre 1695 e 1714, foram publicadas em Londres, em 1928. António Aragão inseriu parte dessas cartas, aquelas referentes ao período entre 1695 e 1700, em *A Madeira Vista por Estrangeiros 1455-1700*, de 1981. Aqui encontramos as cartas escritas em inglês e em português, numa tradução de António Ribeiro Marques da Silva.

Também Noël Cossart afirma que:

«[a]ttracted by trade with the American and West India settlements, British merchants started to set themselves up on the islands, and in 1680 there were some 30 wine shippers, seven or eight being Portuguese, ten British, and about ten of other European nationalities. By 1780 there were over 70 British houses in Madeira»¹³.

Não é de estranhar que durante as invasões napoleónicas, o Reino Unido tenha ocupado, em duas ocasiões diferentes, a Ilha da Madeira, com o objetivo de a manter livre das forças francesas.

É no início do século XIX que William Cossart e John Blandy chegam à Madeira, altura em que o comércio do vinho vive um período próspero, e iniciam-se nessa atividade comercial. De acordo com Alberto Vieira, «[o] período de 1794 a 1801, excluindo o ano de 1798, pautou-se por uma alta das exportações de vinho, o que demonstra que a conjuntura de finais do século XVIII e princípios do seguinte foi favorável ao comércio do vinho Madeira»¹⁴. Acrescente-se que na primeira metade do século XIX, a produção vinícola foi estimada em 61 000 hectolitros, valores que só se repetiram cem anos mais tarde¹⁵. Com a interrupção do comércio entre as colónias e o mercado europeu, fruto das guerras napoleónicas, a Ilha da Madeira aproveitou para escoar os seus vinhos. Esgotados os *stocks*, e na tentativa de satisfazer as necessidades do mercado, o uso de estufas¹⁶ tornou-se prática comum. Esta técnica procurava imitar o processo natural de envelhecimento dos vinhos, mas num curto espaço de tempo. Assim, os vinhos passaram a ser armazenados em recintos fechados onde circulava o ar quente, alimentado por fornalhas, onde permaneciam por um período mínimo de três meses; em alternativa, os vinhos eram colocados em locais contíguos a fornos de pão ou de cal, ou simplesmente expostos ao sol¹⁷.

Com o retomar da normalidade dos mercados europeus no final da primeira década do século XIX, a Ilha da Madeira sente dificuldade em escoar os seus *stocks* de vinho, provavelmente fruto de circunstâncias tão diversas como: a mudança do paladar dos consumidores; a concorrência dos vinhos franceses, espanhóis e sicilianos;

¹³ COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 26.

¹⁴ VIEIRA, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, p. 350.

¹⁵ CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 91.

¹⁶ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2943, f. 57 v.º. Por meio desta escritura, datada de 11 de setembro de 1854, João Blandy adquiriu a Nicolau Zeferino de Fonseca um armazém com uma estufa, situado junto à Ribeira de S. Lázaro, em S. Pedro, por um conto e 400 mil réis.

¹⁷ VIEIRA, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, p. 238.

a falsificação do vinho Madeira; e o agravamento das taxas alfandegárias¹⁸. No início da década de 30, constata-se uma ligeira recuperação, que antecede um período marcado pelo oídio (1852-1862) e pela filoxera (1872-1885). Já o final do século XIX é marcado por uma recuperação considerável.

A família Blandy, que se iniciou no negócio do vinho em 1811, conseguiu ultrapassar todas as adversidades que foram surgindo ao longo do século XIX. Na década de 20, a firma John Blandy & Sons exportava vinhos para Baltimore, Nova Iorque, Jamaica, Londres, Gibraltar, Quebec eTrinidade¹⁹.

A meados do século surgem dois novos mercados: a Rússia e a Alemanha, como verificámos através das cartas comerciais de 26 de setembro de 1849²⁰, 26 de outubro de 1849²¹, 20 de novembro de 1849²² e 16 de março de 1850²³.

Para comprovar a tenacidade e perseverança desta família, recorremos a Alberto Vieira, que transcreve a descrição dos armazéns desta família feita por Henry Vizetelly, um especialista em vinhos, nos finais da década de 70:

«[a] maior reserva de Madeira armazenado por qualquer casa de exportação no Funchal é a que pertence à Messrs. Blandy Brothers. Ela chegou a atingir as 5.000 pipas, variando em valor entre 35 e 250 libras cada, e foi acumulado pelo velho Sr. Charles R. Blandy, a seguir à destruição dos vinhedos da Madeira de 1852. Estes vinhos [...] estão guardados em não menos de quarenta armazéns, ligados por passagens, escadas, patamares, e entradas abertas em maciças paredes de pedra»²⁴.

Vizetelly visitou ainda um dos armazéns mais antigos da firma, onde os vinhos mais estimáveis estavam armazenados, e ainda um outro espaço de armazenamento que fora outrora um teatro, também adquirido e convertido por Charles Blandy.

No ano da publicação do livro do autor (1880)²⁵, a firma Blandy Brothers & Co. era a quarta maior exportadora de vinhos, com um total de 176 pipas. Os três maiores exportadores eram Cossart, Gordon & Co., com 1073 pipas, Krohn Bros. & Co., com 608 pipas, e Henriques e Lawton, com 247 pipas²⁶.

¹⁸ RODRIGUES, 2012, *Os Cossart – Traços de uma Presença Inglesa na Madeira Oitocentista*, p. 113.

¹⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega do Funchal, Livro do Feitor do Embarque, n.ºs 247, 248, 250 e 251.

²⁰ ABM, Misericórdia do Funchal, Livro n.º 199, ff. 69 v.º a 70.

²¹ ABM, Misericórdia do Funchal, Livro n.º 199, ff. 74 v.º a 75.

²² ABM, Misericórdia do Funchal, Livro n.º 199, f. 78.

²³ ABM, Misericórdia do Funchal, Livro n.º 199, ff. 89 a 89 v.º.

²⁴ VIEIRA, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, p. 212.

²⁵ VIZETELLY, 1880, *Facts about Port and Madeira* [...].

²⁶ COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 169.

Em 1925, as firmas Blandy e Leacock associaram-se a uma outra, a firma Viúva Abudarham & Filhos, e juntaram-se à Madeira Wine Association, que fora criada por Harry Hinton, Welsh & Cunha e Henriques & Câmara em 1913²⁷.

Uma parte das firmas britânicas existentes na Ilha pertenciam à *British Factory*, a feitoria britânica²⁸, cujos objetivos passavam por organizar os assuntos relativos aos comerciantes britânicos e tratar de assuntos diversos com as autoridades portuguesas, de acordo com Walter Minchinton²⁹. Era esta organização poderosa que fixava não só o preço a pagar pelo mosto adquirido aos produtores de vinho, como também estabelecia o preço dos vinhos para exportação, tal como refere Henry Vizetelly³⁰.

Eis os preços fixados pela feitoria britânica de cada pipa de vinho da Madeira (do tipo «Best London Particular»), em libras, entre 1795 e 1826:

Tabela n.º 1 – Custo em Libras por Pipa

Anos	Preços	Anos	Preços
1795	36	1814	70
1797	37	1815	75
1798	40	1816	77
1804	45	1817	67
1808	50	1818	65
1810	54	1819	60
1811	57	1820	50
1812	60	1826	46
1813	63		

Fonte: COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 35.

Segundo Noël Cossart, em consequência das invasões francesas, o preço de cada pipa de vinho Madeira manteve-se nas 46 libras até 1852, altura em que começou a subir novamente, devido ao aparecimento do óidio, do qual falaremos mais à frente.

²⁷ COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 46.

²⁸ COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, pp. 27-28. De acordo com o autor, onde quer que existisse uma comunidade de comerciantes britânicos, era normal estabelecer-se este tipo de organização, que se compara às feitorias portuguesas. Existiram *British factories* em Lisboa, Porto e Madeira, mas desconhece-se a data do seu início na Ilha, uma vez que as inundações de outubro de 1803 arrastaram esses registos para o mar. Com base nas notas de Charles John Cossart, avô do autor, Graham Blandy compilou a história da capelania e da feitoria britânicas na Madeira num documento a que deu o nome de *Copy of Record of the Establishment of the Chaplaincy and Notes on the Old Factory at Madeira*. Na página 2 dessa compilação, é feita referência a uma reunião que decorreu a 26 de outubro de 1722, que contou com a presença de 11 membros. A 31 janeiro de 1754, faziam parte do comité desta organização William Nash, cônsul inglês, Sam Sills, vice-cônsul inglês, Francis Newton, John Catanach, William Murdoch, Richard Hill, Thomas Lamar, John Scott, John Pringle, Matthew Hiscox, Charles Chambers, James Gordon and John Searle.

²⁹ MINCHINTON, 1986, «Britain and Madeira to 1914», pp. 504-505.

³⁰ VIZETELLY, 1880, *Facts about Port and Madeira* [...], pp. 191-193.

Em 1865, atingiu as 75 libras por pipa. À medida que as vinhas foram recuperando, o preço decaiu para as 50 libras³¹.

Apesar de tudo, o vinho Madeira continuou a ser exportado para a Europa³² e para a América em grandes quantidades na primeira metade do século XIX.

Para além de zelar pelos interesses dos comerciantes britânicos, a feitoria britânica fazia convergir parte dos seus fundos obtidos a partir de um imposto cobrado sobre as embarcações e sobre o vinho, designado de *National Fund* ou tributo da nação³³, para trabalhos de utilidade pública, nomeadamente para a construção e melhoramento de levadas e de um hospital, aquisição de uma bomba inglesa, de um cabrestante e construção de uma igreja e de um cemitério. O terreno para a construção deste último foi adquirido em 1767, que foi extremamente importante para a comunidade britânica, já que os corpos de todos aqueles que não eram católicos romanos não eram sepultados, mas atirados ao mar em frente ao Garajau, como descreve Noël Cossart:

«[u]ntil 1761 non-catholics had to be buried at sea and it was only in that year that the Factory obtained permission from the Bishop of Funchal for “heretics” to be buried on shore. The Old Burial Ground (next to the present British cemetery), was therefore acquired and started to be used in 1767»³⁴.

A feitoria concedia ainda pensões aos seus membros em dificuldades e apresentava anualmente o governador da Ilha com uma generosa quantia em dinheiro. O tributo da Nação foi ainda usado para pagar 1802 mil réis por espadas oferecidas ao general Beresford, e aos coronéis Clinton, Gordon e Mead, oficiais que estiveram na Ilha ao serviço do governo britânico durante as invasões francesas³⁵.

³¹ De acordo com o autor, Napoleão levou uma pipa de vinho Madeira quando passou pela Ilha da Madeira a caminho de Santa Helena, a bordo do navio *Northumberland*, em agosto de 1815. Henry Veitch, cônsul britânico, aconselhou-o a levar vinho da colheita de 1792. Em troca, Veitch recebeu algumas moedas, que, de acordo com Noël Cossart, foram atiradas para os alicerces da Igreja britânica. Quando Napoleão faleceu em 1820, a pipa estava intacta e, curiosamente, ninguém tinha pago pelo vinho. Veitch reclamou-a e fê-la chegar ao Funchal, onde foi vendida a John Blandy, em 1822. Este só foi engarrafado em 1840, por ordem de Charles Blandy, filho de John Blandy. Uma garrafa desse vinho foi aberta no Hotel Reid's, num jantar dado pela comunidade britânica a Sir Winston Churchill, pela ocasião da sua visita, em 1950. Cf. COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 116.

³² COSSART, 1984, *Madeira, The Island Vineyard*, pp. 35-36.

³³ Em 1722, a contribuição dos membros da feitoria britânica foi de 50 réis por pipa; em 1774, foi de 80 réis por pipa; em 1801, ascendeu a 500 réis por pipa, num total de 11 661 pipas, exportadas em 183 embarcações britânicas. Cf. BLANDY, 1980, *Copy of Record of Establishment of the Chaplaincy and Notes on the Old Factory at Madeira*, pp. 1-2.

³⁴ COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 28.

³⁵ BLANDY, 1980, *Copy of Record of Establishment of the Chaplaincy and Notes on the Old Factory at Madeira*, p. 3.

Paulo Miguel Rodrigues³⁶ salienta que, no início de 1826, existiam 36 firmas britânicas registadas na Praça do Funchal, mas apenas 14 (as mais antigas e mais prósperas) formavam a *British Factory*. Quinze anos antes, em 1811, eram apenas nove os membros da mesma, a saber: Scott & Co.; Newton, Gordon, Murdoch & Co.; Phelps, Page & Co.; Murdoch Yuille Wardrop & Co.; Gordon, Duff & Co.; Leacock Harris & Co.; G. & R. Blackburn & Co.; Innes Duncan Lewis & Co. e C. & W. Lynch & Co.³⁷

Esta organização tinha uma existência autónoma, tanto dentro da própria comunidade, como perante o governo britânico, o que levou a vários conflitos. A *British Factory*, cuja sede estava fixada numa mansão junto à Ribeira de Santa Luzia, foi perdendo parte do seu brio e acabou por se extinguir a 31 de dezembro de 1838, quando a legitimidade da feitoria em cobrar impostos sobre embarcações e vinho de comerciantes que não eram membros da mesma foi posta em causa³⁸.

Depois de extinta a feitoria britânica, alguns membros formaram um clube exclusivo, situado na frente mar, a que chamaram “The English Rooms”, que manteve a biblioteca da extinta feitoria, para além de oferecer aos seus membros outros espaços de diversão:

«After the factory was disbanded, the remaining factors formed an exclusive club in Funchal, situated on the sea front, called The English Rooms. These Rooms held the Factory library, which was added to periodically, as well as changing and rest rooms, a billiards room, card rooms, etc. The Rooms carried on the Factory’s tradition of allowing only partners to be eligible for membership and there was a barrier by the front door where non-members had to remain until they were vouched for by a member»³⁹.

Uma vez que os membros considerados elegíveis foram perecendo, o clube alterou as regras relativamente ao perfil de novos membros e mudou-se ainda para instalações mais pequenas, mas acabou por encerrar por falta de novos membros.

O ano de 1838 foi o último em que os negociantes britânicos fizeram uma compra de vinho sob a proteção de uma organização, neste caso da *British Factory*. Isso só voltou a acontecer 88 anos mais tarde, com a Madeira Wine Association, à qual

³⁶ RODRIGUES, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de Poder e Influência Britânica*, p. 153.

³⁷ BLANDY, 1980, *Copy of Record of Establishment of the Chaplaincy and Notes on the Old Factory at Madeira*, p. 5.

³⁸ BLANDY, 1980, *Copy of Record of Establishment of the Chaplaincy and Notes on the Old Factory at Madeira*, p. 3. De acordo com Charles J. Cossart, em 1806, a firma Colson, Smith & Robinson recusou-se a pagar as contribuições ao *National Fund*, afirmando que o cônsul e os membros da feitoria não estavam autorizados a cobrá-las, questionando um hábito que já acontecia há 85 anos. Os membros da feitoria reuniram-se a 6 de novembro e, depois de uma acesa discussão, sugeriram que o cônsul Pringle obtivesse do governo britânico forma de legalizar a cobrança desse imposto. Aparentemente, o cônsul nada fez e, em 1808, o General Beresford foi forçado a intervir e obrigou a que a referida firma pagasse o imposto com retroativos (670 700 réis, referente a 838 pipas) e determinou que esta deveria continuar a fazê-lo (p. 3).

³⁹ COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 28.

a firma Blandy Brothers se juntou em 1925. A 31 de dezembro de 1981, a designação de Madeira Wine Association mudou para Madeira Wine Company.

John Blandy, de acordo com a nossa pesquisa, não fazia parte da *British Factory*, mas beneficiou da existência desta, à semelhança de todos os comerciantes britânicos que estavam envolvidos no negócio do vinho Madeira. No ano de 1823, John Blandy exportou duas pipas, 12 quartos e oito quartolas de vinho para Jamaica; em relação aos anos de 1824 e 1825, elaborámos a seguinte tabela:

Tabela n.º 2 – Vinho Exportado entre 1824 e 1825 por John Blandy

Data	Destino	Pipas	Quartos	Quartolas	Meias
31 jan.	Londres			1	
31 jan.	Índias Ocidentais		2		8
5 mar.	Nova Iorque	5	10		
23 mar.	Londres		8		
26 mar.	Londres		10		
2 abr.	Jamaica	1			
2 abr.	Gibraltar			1	
10 abr.	Quebec			40	
10 abr.	Jamaica	3	8		
15 mai.	Baltimore	7	6	5	
28 mai.	Trinidade		4	1	
24 jul.	Quebec			40	
26 jul.	Estados Unidos			2	
28 jul.	Nova Iorque	44	6	12	
10 set.	Demerara	7			
15 set.	Filadélfia	10		4	
5 out.	Londres	3	4		
6 out.	Londres	11	48		
6 out.	Vandiemans Land ⁴⁰	1	1		
11 out.	St. Croix		10	52	
13 out.	Índia	12		1	
13 out.	Londres	1	4		
21 out.	Jamaica	6	5	10	
21 out.	Jamaica		1		
26 out.	Baltimore	6		16	
4 nov.	Londres	12			
8 nov.	Londres	9			
8 nov.	Jamaica	40			
16 nov.	Jamaica	3	3	1	2

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfândega do Funchal, Livro do Feitor do Embarque, n.ºs 248 e 249.

⁴⁰ Vandiemans Land foi a primeira designação que os europeus deram à Ilha da Tasmânia, que é hoje parte da Austrália.

Para além do negócio de exportação de vinho, John Blandy importava milho, trigo, farinha, aduelas de madeira, linho, ferro, carvão de pedra, entre outros géneros, de acordo com a nossa pesquisa.

A 16 de dezembro de 1818, foi desembarcada uma encomenda de 34 toalhas pequenas de algodão, no valor de 30 600 réis, para a firma Blandy⁴¹.

No bergantim americano *Howard*, no mês de fevereiro de 1827, chegaram 1234 aduelas para pipas para John Blandy, assim como quatro caixões e três barris de mercadoria não identificada⁴².

Através das «Contas da Receita e Despesa da Câmara Municipal da Cidade do Funchal no mês de dezembro de 1837», ficámos a saber que a referida entidade recebeu de John Blandy & Sons, relativamente ao imposto sobre 280 moios de trigo e 40 moios de milho, 400 000 réis⁴³.

A 15 de março de 1850, chegou um Bergantim inglês ao porto do Funchal com 357 toneladas de carvão de pedra para Blandy⁴⁴.

A 13 de setembro de 1851, chegou um carregamento de 739 barris de farinha para Blandy & Sons⁴⁵.

A 8 de setembro de 1852 ancorou no Funchal o bergantim americano *Inda* com 208 fardos de linho; 120 mil pés de tabuado; 10 toneladas de ferro e vários outros géneros⁴⁶.

A 6 de maio de 1854, um periódico dá notícia que chegaram ao Funchal 2 880 fanegas de milho, consignadas a John Blandy & Sons⁴⁷.

Com o lucro obtido com estas atividades comerciais, John Blandy adquiriu diversas propriedades no Funchal, como foi o caso da Quinta de Santa Luzia, e propriedades no Santo da Serra, muito por conta da heresia kalista, que levou algumas centenas de madeirenses a emigrar para o Novo Mundo, sobretudo para as Ilhas do Caribe e para os Estados Unidos.

De acordo com Maria Zina Abreu⁴⁸, em 1838, Robert Reid Kalley, um médico escocês, desembarcou na Ilha da Madeira, acompanhado da sua esposa, a qual se

⁴¹ ABM, Alfândega do Funchal, Juramentos e Estimações relativas à Origem das Mercadorias, Livro n.º 96.

⁴² ABM, Alfândega do Funchal, Livro do Feitor da Descarga dos Navios, n.º 138.

⁴³ *A Flor do Oceano*, 7 de janeiro de 1838.

⁴⁴ *O Amigo do Povo*, 16 de março de 1850.

⁴⁵ *O Amigo do Povo*, 13 de setembro de 1851.

⁴⁶ *O Amigo do Povo*, 11 de setembro de 1852.

⁴⁷ *Semanário Oficial*, 6 de maio de 1854.

⁴⁸ ABREU, 2001, «Implantação da Fé Protestante na Ilha da Madeira. Perspectiva Cultural do Proselitismo de Robert Reid Kalley: 1838-c.1846», pp. 79-101. Cf. NORTON, 1849, *Record of facts concerning the persecutions at Madeira in 1843 and 1846*.

encontrava doente, mas esperançosa que o clima da Ilha a ajudasse a recuperar. Profundamente seguidor do Protestantismo, Robert Kalley, assistindo à ignorância do povo madeirense, criou escolas nos arredores do Funchal e no Santo da Serra, onde a alfabetização se fazia com base no estudo da versão vernácula da Bíblia, exercendo a sua profissão gratuitamente.

Não tardou que Kalley fosse acusado de pregar a religião que professava. Foi ordenada a recolha das bíblias distribuídas por este e nomeada uma comissão encarregue de as analisar. Esta deliberou que todas as bíblias fossem confiscadas. Durante algum tempo, Kalley continuou na sua missão de alfabetizar e providenciar instrução religiosa com a proteção da comunidade britânica residente na Ilha.

Porém, em janeiro de 1843, uma ameaça de morte, entre outras agressões, fê-lo pedir proteção junto do Consulado britânico. Entretanto, Robert Kalley é proibido de receber madeirenses na sua casa, mesmo que doentes. Este, inconformado, questionou a legitimidade de tal decisão do governador civil. Prisões e perseguições a Robert Kalley e seus seguidores culminaram no cerco da casa do médico, a 9 de agosto de 1846. Kalley conseguiu fugir para a residência do cônsul britânico, que o aconselhou a deixar a Ilha. Disfarçado de mulher, Kalley conseguiu embarcar num navio inglês, com destino à América. Posteriormente, com a indemnização⁴⁹ que exigiu ao governo português (7 084 621 réis), o médico ajudou muitos madeirenses que, entretanto, se tinham convertido ao Protestantismo, a emigrar para o Novo Mundo⁵⁰. Por isso, muitos habitantes do Santo da Serra colocaram os terrenos próprios ou as benfeitorias à venda por valores irrisórios. Logo apareceram uma série de compradores, especialmente estrangeiros, entre eles John Blandy.

A 28 de março de 1844, John Blandy comprou a António de Freitas, residente no Caminho Chão, uma porção de terra de urzal, pelo qual pagou 87 000 réis⁵¹ e, mais tarde, comprou-lhe um terreno de mato pelo mesmo preço⁵². No mesmo ano, António de Freitas Miranda, morador no Caminho Chão, Santo da Serra, vendeu a John Blandy um terreno no sítio de Santo António, por 77 000 réis⁵³.

⁴⁹ No periódico *O Amigo do Povo*, de 11 de agosto de 1850, pode ler-se a seguinte notícia, a propósito da indemnização de Kalley: «Chegou hoje o vapor de guerra Mindello, de Lisboa trazendo a su bordo 21 soldados de artilheria, para guarnição desta cidade. Diz-se que traz ordem para se pagarem 9 contos de réis ao dr. Kalley, a título de indemnizações».

⁵⁰ Em *Excursões na Madeira*, 1891, pode ler-se, no capítulo sobre o Santo da Serra, que entre 1846 e o começo de 1847 ocorreu na Madeira emigração por motivos religiosos. Foram colocados à disposição dos interessados dois navios, que partiram com 400 pessoas com destino a Trindade, S. Vicente e Estados Unidos (pp. 53-57).

⁵¹ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 531, f. 10 v.º.

⁵² ARM, Registos Notariais, Livro n.º 531, f. 14 v.º.

⁵³ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 531, f. 26 v.º.

No ano de 1845, António de Freitas Miranda vendeu a John Blandy cinco alqueires de terra⁵⁴. Ainda nesse ano, José Joaquim do Nascimento Alves, morador na vila de Machico, vendeu a este comerciante britânico uma porção de terra de urzal, no sítio das Macelas, pelo montante de 35 000 réis, que media 35 alqueires de sementeira⁵⁵. Ainda em 1845, John Blandy adquiriu a José Fernandes Henriques uma porção de matas agrestes na Favelas, Santo da Serra, pela quantia de 55 000 réis⁵⁶ e a António Freitas Miranda uma porção de terra coberta de urzes e árvores agrestes, que media cinco alqueires em sementeira, pelo preço de 21 000 réis⁵⁷.

Em 1846, António José de Ornelas vendeu a John Blandy uma porção de terreno de giesta na Achada do Santo da Serra que permutara com este por 97 500 réis⁵⁸. Ainda nesse ano, António Joaquim de Faria e Andrade vendeu a John Blandy uma porção de terra de urzes no sítio da Casa do Castanheiro, no Santo da Serra, cuja terra tinha por medição 13 alqueires, por 39 000 réis⁵⁹. No mesmo ano, John Blandy comprou a João de Gouveia, Vicente dos Reis, Teodora de Freitas, Maria de Freitas, Filipe Rodrigues e Clemente Rodrigues, uma porção de terra de urzal, com a medição de 16 alqueires, por 98 000 réis⁶⁰. John Blandy adquiriu ainda a Ana Vicência Lomelino da Câmara, duas porções de matas agrestes com alguma giesta, situadas nas Cruzinhas, na encosta da Alagoa, sendo que uma delas tinha capacidade para 73 alqueires de sementeira e custou 273 000 réis; a capacidade da outra era de 32 alqueires e custou 305 000 réis⁶¹.

Em 1848, Maria de Nóbrega, viúva de António de Freitas Miranda, vendeu a John Blandy uma porção de terra no Sítio da Cova do Castanheiro, pela quantia de 18 000 réis⁶².

No ano seguinte, John Blandy comprou a Landislau Nepomuceno de Gouveia, do Porto da Cruz, um terreno no Margaçal, Santo da Serra, que custou 26 000 réis⁶³.

Foi ainda nesse ano que o morgado Nuno Fernando Cardoso Vasconcelos, residente em S. João Latrão, em Gaula, arrendou a John Blandy, por um período de

⁵⁴ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 528, f. 1 v.º.

⁵⁵ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 532, f. 6 v.º.

⁵⁶ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 528, f. 15 v.º.

⁵⁷ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 532, f. 22.

⁵⁸ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 532, ff. 41 v.º e 43.

⁵⁹ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 2283, f. 88.

⁶⁰ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 2283, f. 27.

⁶¹ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 532, ff. 32 a 33.

⁶² ARM, Registos Notariais, Livro n.º 533, f. 33.

⁶³ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 540, f. 19.

três anos as fazendas que tinha no Arrebentão e na Ribeira de Machico, no Santo da Serra. Estas fazendas, onde existiam casas e hortas e onde se cultivava vinha, verduras de grão, inhame, frutas e legumes, custaram a John Blandy 100.000 réis por ano⁶⁴.

Em 1850, John Blandy comprou a D. Bernarda Severiana Cabral, viúva, moradora no Funchal, um terreno no Cabeço dos Lanços e Macelas, nas freguesias do Santo da Serra e de Machico, com 108 alqueires de capacidade, por 108.000 réis⁶⁵. A mesma vendedora cedeu a John Blandy uma porção de terra nas Macelas, pela quantia de 23.000 réis⁶⁶.

Considerado a “Escócia da Madeira” para muitos britânicos que se fixaram na Ilha, o Santo da Serra, para além do seu clima revigorante durante o verão, tinha uma vista privilegiada sobre o mar, de onde se podiam avistar as embarcações que se dirigiam para o porto do Funchal. Existia inclusive um “miradouro dos ingleses”, onde um homem era incumbido de estar de vigia. Assim que avistasse um barco, deveria avisar de imediato os comerciantes instalados naquela localidade, que, por sua vez, se dirigiam para o Funchal, para efetuar os seus negócios. Posteriormente, voltavam ao Santo da Serra⁶⁷. A título de curiosidade, foi na sua quinta do Santo da Serra que John Blandy fez manteiga pela primeira vez, em 1850, que vendia na venda do Sr. Payne, no Funchal.

Na década de 50, John Blandy dedicou-se ainda a outra atividade comercial: a compra de pedra calcária, que, depois de cozida nos fornos, resultava em cal, um material imprescindível à construção das casas na Ilha da Madeira, durante vários séculos. A pedra calcária era extraída no Ilhéu da Cal, onde existia um número considerável de pedreiras. Extraída pelos cabouqueiros, esta era depois trazida para o Funchal em embarcações, para ser cozida nos fornos de cal. Estes situavam-se, regra geral, junto à praia, o que facilitava o desembarque da pedra calcária e o seu transporte para os referidos fornos. Era o caso do forno de Santa Catarina, localizado em S. Lázaro, e que viria a ser adquirido pela família Blandy na década de 70.

A 12 de janeiro de 1854, a firma John Blandy e Filhos, representada pelo seu sócio Charles Ridpath Blandy, comprou a Domingos Reynoldes, um serralheiro que vivia no Porto Santo e que obtivera autorização para explorar pedra calcária em 1839, 100 caixões de pedra calcária da melhor qualidade, custando cada caixão 800 réis,

⁶⁴ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 534, ff. 15 a 16.

⁶⁵ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 535, f. 56.

⁶⁶ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 2301, f. 7.

⁶⁷ COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 44.

os quais seriam entregues nos meses de fevereiro e março, a menos que estivesse mau tempo. No ato do contrato, Domingos Reynoldes recebeu 60 000 réis, ficando por receber apenas 20 000 réis⁶⁸.

Quatro meses depois, realizou-se um novo contrato de fornecimento de cal entre as duas partes atrás referidas, no qual a firma Blandy comprou 150 caixões de pedra calcária, pela quantia de 120 000 réis⁶⁹. Mais uma vez, era exigido no contrato que a pedra fosse de boa qualidade e que fosse extraída da pedreira nova do sítio do Forno do Ilhéu do Porto Santo, ou então da pedreira denominada de Engrade. Constava ainda do contrato uma cláusula que inibia Domingos Reynoldes de fornecer pedra de cal a outrem no prazo de um ano, sem antes terminar este contrato.

A 16 de agosto de mesmo ano, a firma Blandy, representada por Charles Ridpath Blandy, celebra um contrato com João Gomes que estipulava que este se obrigava a ir para os ilhéus do Porto Santo, e aí retirar pedra calcária para abastecer os fornos de cal da Ilha da Madeira. Para isso, comprometia-se a aproveitar as pedreiras antigas, para além de trabalhar no sentido de descobrir e laborar em novas pedreiras. Por cada caixão de pedra calcária de boa qualidade, o contratante pagaria 650 réis⁷⁰.

A 4 de março de 1857, Charles Blandy, sucessor de John Blandy, obteve licença para laborar com o forno de cal de Santa Catarina por um período de um ano⁷¹. Este forno pertencia a Luís Vicente Fonseca e empregava, em 1845, quatro trabalhadores. Segundo um anúncio de 1846, ali era fabricada cal segundo um novo processo, retirado do manual dos fornos de cal⁷². Uma outra notícia dava conta que ali se vendia «misto romano», telha de barro e vidro, produtos de grande qualidade e a preços excelentes⁷³. A fábrica estava instalada num terreno pertencente ao conde de Castelo Melhor (o antigo donatário da capitania do Funchal), de acordo com o registo vincular do mesmo, e pagava de foro 350 réis⁷⁴.

Em 1861, Charles Blandy obteve semelhante autorização⁷⁵. Adquiriu ainda um terreno contíguo à fábrica em 1878, que continha um tanque essencial à

⁶⁸ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 3062, ff. 10 v.º a 12 v.º.

⁶⁹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2943, f. 24 v.º.

⁷⁰ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2943, f. 51 v.º.

⁷¹ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Livro n.º 542, f. 121 v.º.

⁷² *O Echo da Revolução*, 19 de setembro de 1846.

⁷³ *A Ordem*, 30 de julho de 1853.

⁷⁴ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro n.º 80, f. 48.

⁷⁵ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro n.º 82, f. 130.

transformação de pedra calcária e uma casa coberta de palha. Este terreno estava situado na Rocha de Santa Catarina, onde hoje está a capela com o mesmo nome⁷⁶, a confinar pelo Norte com o cemitério das Angústias, a Sul com o Calhau do Mar e o forno da cal de Blandy Brothers & Co. e a Oeste com a Rocha da Condessa Lambert⁷⁷.

A 5 de setembro de 1878, a firma inglesa Blandy Brothers acabou por comprar a Luís Vicente Fonseca o forno de Santa Catarina, que consistia num prédio em parte urbano e em parte rústico, no sítio de Santa Catarina, composto de um armazém com forno de cozer pedra calcária, duas estufas de cozer vinhos, uma pequena casinha que servia de escritório, uma casa de palha, duas furnas que serviam de depósitos de carvão de pedra, um grande tanque de água, um pequeno poço dentro da fábrica, terreno cultivado de cana-doce e árvores de fruto, com duas horas de água de propriedade da levada dos Moinhos e oito horas de água de renda da levada dos Piornais. O proprietário pagava de foro 2786 réis ao conde de Carvalhal. O prédio confrontava pelo Norte com a Rocha e uma pequena casa dos vendedores e a travessa de Santa Catarina; a Sul com o forte de Santa Catarina e com o mar; a Leste com o armazém ou carvoaria dos compradores; e a Oeste com Charles Ridpath Blandy, pai dos compradores⁷⁸.

Para além disso, adquiriram uma casinha coberta de telha, contígua ao prédio acima descrito, e ainda quatro pedreiras de pedra calcária, situadas no Ilhéu de Baixo, no Porto Santo, a saber “Barranco”, “Poio da Cachorra”, “Furna” e “Casa d’uma água”. Tudo isto custou quatro contos de réis à firma britânica, representada por John Burden Blandy.

⁷⁶ Esta capela, denominada de Santa Catarina, foi doada à Diocese do Funchal pela firma Blandy Brothers & Co., em 1960, por altura das Comemorações Henriquinas. Victor Caires, num artigo intitulado «O Funchal, as Descobertas e os Centenários», de 2 a 9 de julho de 2005, pp. 26-31, transcreve na íntegra a correspondência trocada entre Percy Graham Blandy e o bispo do Funchal, D. David de Sousa. Na carta de Percy Blandy de 2 de março de 1960, lê-se o seguinte: «Representantes de uma família estrangeira, que aqui se fixou há mais de século e meio, que fez desta terra a sua pátria adoptiva e de cujos anseios partilha sinceramente, desejamos também associarmo-nos às horas de júbilo e exaltação patriótica que Portugal vai viver nos próximos meses. E, dando a nossa colaboração às Comemorações Henriquinas, a realizar nesta ilha, é nosso desejo oferecer à Diocese do Funchal, que Vossa Excelência Reverendíssima governa com tão grande acerto e alta dignidade, a velha capela de Santa Catarina, que é, reedificada, a mesma que foi mandada construir por D. Constança de Almeida, mulher de João Gonçalves Zarco».

O bispo do Funchal redigiu uma carta de agradecimento, onde lembrou que o Infante D. Henrique, à semelhança da família Blandy, tinha sangue inglês a correr nas veias, pois era filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre, filha de um fidalgo inglês, o duque de Lencastre.

⁷⁷ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1335, f. 31 v.º.

⁷⁸ ARM, Registos Notariais, Livro n.º 2508, ff. 36 a 37 v.º.

Em 1910, o forno de Santa Catarina ainda pertencia a esta sociedade e assim permaneceu até à construção do Parque da Cidade. Este era considerado o forno mais bem apetrechado e com melhores condições a operar na Ilha⁷⁹.

Mais tarde, a firma inglesa passou a explorar diversas pedreiras existentes no referido Ilhéu, e a pedra aí extraída era transformada no forno de Santa Catarina, localizado onde hoje se encontra o Parque de Santa Catarina. A título de curiosidade, entre 1896 e 1910, a casa comercial Blandy requereu a exploração de 30 pedreiras, como constata João Adriano Ribeiro, no seu livro acerca da economia do Porto Santo⁸⁰.

Na verdade, a ligação da família Blandy à indústria da cal e à necessidade de transportá-la desde o Ilhéu de Baixo para a Ilha da Madeira poderá estar na origem do investimento na navegação de cabotagem. As embarcações que se dirigiam para o Porto Santo, uma ilha pobre, nem sempre tinham passageiros em número suficiente que justificasse uma viagem. Por isso, para além dos passageiros e mercadorias, as embarcações carregavam, em lastro, a pedra calcária, como fica claro da leitura do artigo escrito por Henrique Costa Neves⁸¹. Era o exemplo da embarcação de Pedro Santana Vasconcelos, um negociante do Funchal, cuja embarcação era:

«em 1826, uma das poucas ligações com o Ilhéu de Baixo, no Porto Santo, para o transporte da pedra calcária. Muitos porto-santenses, quando queriam uma ligação rápida com a Madeira, deveriam transportar-se, de canoa, ao Ilhéu de Baixo e dali viajarem para a Ilha vizinha. Aquele arrais deveria apanhar a correspondência entre o governador e o responsável pela defesa do Porto Santo, mas frequentemente esquivava-se a esta obrigação»⁸².

Charles Ridpath Blandy, filho de John Blandy, assumiu a direção da empresa John Blandy and Sons em 1855. Charles Blandy continuou a desenvolver o negócio do vinho e expandiu os negócios a outras áreas, tornando-se agente de navegação e iniciando um serviço de abastecimento de carvão, água e alimentos às embarcações, operação denominada de *chandling*.

O negócio do vinho sofre um forte revés a meados do século XIX, devido ao flagelo do oídio, que devastou as plantações de vinha na Ilha da Madeira em 1852. De acordo com Walter Minchinton⁸³, das 70 casas britânicas que comercializavam vinho, em 1850, apenas 15 persistiam em 1855. Quase todos os negociantes de vinhos

⁷⁹ Existiam ainda os seguintes fornos na Madeira: forno do Beco da Malta; forno do Ribeirinho; forno do larguinho de São João e forno do largo dos Lavradores.

⁸⁰ RIBEIRO, 1997, *Porto Santo – Aspectos da sua Economia*.

⁸¹ NEVES, 1993, «Aproveitamento de um Recurso Natural do Porto Santo – a Cal e o seu Transporte para a Madeira», pp. 134-137.

⁸² RIBEIRO, 1998, «A Cabotagem na Ilha da Madeira», p. 152.

⁸³ MINCHINTON, 1986, «Britain and Madeira to 1914», pp. 498-521.

que estavam há muito estabelecidos na Madeira decidiram partir. Charles Blandy foi um dos negociantes cuja firma resistiu não só às consequências devastadoras causadas por este fungo, como também aos efeitos causados pela filoxera, em 1870. Para além disso, adquiriu uma grande parte dos *stocks* dos negociantes de vinho que encerraram as suas portas durante esta crise, num total de 5000 pipas, considerado o maior *stock* de vinho Madeira existente na Ilha. As palavras de Noël Cossart são elucidativas desta realidade:

«Almost all the old-established British shippers left Madeira to Spain. The 70 British houses trading in 1850 were reduced to 15 by 1855, and it was their courage, endurance and persistence that kept the Madeira wine trade going. These shippers were fully recompensed for their tenacity because, to carry them over the period of wine famine, they were able to buy large stocks of old wine from those who abandoned the island»⁸⁴.

Também Dinis Pacheco confirma esta realidade:

«O sector empresarial madeirense era constituído essencialmente por empresas familiares. No que respeitou ao vinho da Madeira, existia uma influente comunidade britânica, que controlou os circuitos de comercialização através de empresas centenas, algumas das quais fundadas no decurso do século XVIII. As epidemias do oídio, em meados do século XIX, e da filoxera, no terceiro quartel desse século afastaram algumas dessas empresas»⁸⁵.

De acordo com Noël Cossart, «Madeira, which relied entirely on the vine for its commerce, was not prepared for such a calamity. Sugar cane, bananas and other fruit could not make up for the loss of the main crop, so the devastation of the vines resulted in acute economic crisis»⁸⁶. Os números que este autor nos apresenta são claros: a média de produção de mosto durante 1849-51 foi de 50 milhões de hectolitros, decaiu para oito milhões em 1852 e para três milhões em 1853. Em 1854, só 600 hectolitros foram produzidos, o que representou uma queda de 98%.

Para além das doenças e pragas, os comerciantes de vinho tiveram de enfrentar o problema da falsificação do vinho Madeira. «A firma Blandy ganhou um processo contra as falsificações espanholas de vinho Madeira no tribunal de Haia», refere Benedita Câmara⁸⁷.

Em 1862, em plena crise do cultivo da vinha, a firma John Blandy & Sons criou uma agência de navegação. No entanto, constatamos que muitas companhias de navegação já estavam agenciadas a esta firma antes de esta ter criado a agência

⁸⁴ COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 86.

⁸⁵ PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-industriais do Vinho e Cana Sacarina na Madeira (1870-1930)*, p. 11.

⁸⁶ COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 86.

⁸⁷ CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 133.

(localizada na rua da Alfândega, n.º 20), segundo a leitura do expediente recebido pela Alfândega do Funchal entre 1853 e 1861⁸⁸, e que destacamos de seguida.

Richard Knowles, na qualidade de agente da Companhia African Steam Navigation na Madeira, redigiu uma exposição à rainha, a 16 de fevereiro de 1853, onde solicitou «que aos barcos de vapor da dita companhia se conceda a mesma isenção de direitos que no 3.º parágrafo da mencionada exposição dizem gozar no Porto do Funchal os semelhantes barcos da companhia Royal Mail Steam Packet»⁸⁹, que estavam agenciados à firma Blandy.

Numa outra carta de 16 de fevereiro de 1861, a firma João Blandy & Sons surge como «agentes dos paquetes ingleses a vapor da carreira da Costa d'África da Companhia denominada African Royal Mail Steam Company, na cidade do Funchal, província da Madeira»⁹⁰.

Finalmente, a 13 de outubro de 1864, Richard Knowles obteve resposta à sua solicitação. Assim, é definido que os vapores da companhia que representa seriam despachados sem demora, obrigando-se a dita companhia, por sua vez, a transportar gratuitamente as malas e despachos do governo português. A 22 de dezembro desse ano, curiosamente, a firma Blandy apresenta-se como agente da companhia Diamond Steam Navigation Company, substituindo-se a Richard Knowles⁹¹.

Como agente de navegação, a firma Blandy tinha ainda como obrigação intervir em situações nas quais as embarcações que representava estavam implicadas. Referimo-nos primeiramente ao caso do vapor *Athenian*, da African Royal Mail Steam Company, agenciado a John Blandy & Sons, a cujo comandante Alexander Price French, foi instaurado, a 19 de fevereiro de 1861, um processo de multa pela Alfândega do Funchal⁹², pelo facto de ter «descarregado a mais do seu manifesto sete volumes contendo presuntos, toucinhos e queijos». John Blandy protestou, «allegando que, se os volumes acrescidos não foram incluídos no manifesto, essa ocorrência não se pode atribuir a dolo, mas sim a engano»⁹³.

O segundo caso que encontrámos refere-se ao capitão do vapor inglês *Lagos*, cujo capitão, A. J. M. Croft, fora multado (80 000 réis), «em consequencia de na sua entrada efetuada no dia 30 de março último [de 1866], não haver descarregado

⁸⁸ ABM, Alfândega do Funchal, Livros n.ºs 707, 708 e 709.

⁸⁹ ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 707.

⁹⁰ ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 708.

⁹¹ ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 708.

⁹² ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 708.

⁹³ ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 708.

um caixão, marca S.R. Brown, com mercadorias para uso particular». O agente de navegação da referida embarcação, John Blandy & Sons, contestou a aplicação da multa e a 15 de outubro foi mandada restituir a multa depositada por este.

Na década de 1860, estavam agenciadas à firma Blandy algumas das mais importantes companhias de navegação, nomeadamente: Royal Mail Steam Packet Company; African Steam Navigation Company; South American and General Steam Navigation; Union Steam Ship Company; North Europe Steam Navigation Company; European and American Steam Ship Navigation e Diamond Steam Navigation Company.

Quarenta anos mais tarde, Anthony J. Drexel Biddle, dedica o capítulo VI (12 pp.) do seu livro⁹⁴ aos vapores que fazem uma paragem na Ilha da Madeira. Destacaríamos desta longa lista aqueles agenciados à casa Blandy.

Os vapores do correio sul-africanos, pertencentes à Union Steamship Company Limited, escalavam o Funchal quinzenalmente, oriundos de Inglaterra. Durante os meses de setembro, outubro e novembro, os vapores intermédios desta mesma companhia escalavam a Madeira semanalmente. Um bilhete para uma viagem entre Londres e a Madeira custava 76 620 réis e, no sentido contrário, 61 620 réis. A viagem de ida e volta custava 124 050 réis. A ligação entre os dois portos durava entre três dias e meio a quatro dias.

Um dos vapores de correio da Castle Mail Packets Company saía de Londres com destino à Madeira à sexta-feira, quinzenalmente. Os preços das viagens eram idênticos; no entanto, o autor destaca a excelência destes vapores, no que diz respeito ao alojamento, comida e atendimento.

De Liverpool partiam vapores de outras duas companhias com escala na Madeira quinzenalmente: British and African Steam Navigation Company e African Steamship Company. Para além destas companhias de navegação a vapor britânicas, existiam outras de nacionalidades diversas, cujo agente era a firma Blandy Brothers & Co. São os casos de: Empresa Nacional de Navegação para África, cujos vapores partiam de Lisboa no dia 5 de cada mês e passavam pela Madeira no dia 8; Woermann Linie, companhia alemã, com cinco viagens mensais para a costa ocidental africana e cujos vapores aportavam na Madeira na viagem de regresso e Chargeurs Réunis, de nacionalidade francesa, cujos vapores tocavam a Madeira também na viagem de regresso.

⁹⁴ BIDDLE, 1900, *The Madeira Islands*, pp. 141-149.

Num guia intitulado *Madeira and the Canary Islands*⁹⁵, de 1894, deparamo-nos com uma tabela contendo informação pormenorizada sobre as linhas de vapores de passageiros, nomeadamente o escritório central, data e local de partida, o preço dos bilhetes, os portos de escala, os agentes nas ilhas e observações. Para além daquelas mencionadas por J. D. Biddle, encontrámos outras companhias britânicas, cujo agente na Madeira era a firma Blandy Brothers: Union-Castle Line Mail SS. Co.⁹⁶; Booth SS. Co. Limited e Royal Mail Steam Packet Company.

Também em 1910, é publicado o *Roteiro e Guia do Funchal*⁹⁷, elaborado pelos engenheiros Adriano e Aníbal Trigo. Na terceira parte do mesmo, sob a designação de «Principaes Companhias de Navegação que frequentam o porto do Funchal», encontramos informação detalhada sobre as companhias consignadas à agência Blandy.

Para além dos vapores transatlânticos, faziam escala na Madeira iates. A Alfândega do Funchal recebia, com regularidade, a relação das embarcações que faziam parte das sociedades de iates britânicas, a saber: Royal Thames Yacht Club⁹⁸, Royal Western Yacht Club of England⁹⁹, Royal Cork Yacht Club¹⁰⁰ e Royal London Yacht Club¹⁰¹.

Para além das atividades comerciais atrás mencionadas, Charles Ridpath Blandy emprestava dinheiro a juros, como comprovam as várias escrituras que encontrámos.

A 11 de julho de 1864, Júlia Serrão de Brito Correia recebeu por empréstimo um conto e 500 mil réis, com vencimento do juro de 6%¹⁰².

A 21 de maio 1870, Charles Blandy emprestou a João Ferreira Júnior 800 mil réis e a 10 de março de 1871, emprestou mais 310 mil réis, perfazendo um total de um conto e 110 mil réis¹⁰³.

⁹⁵ BROWN, 1894, *Madeira and the Canary Islands. A Practical and Complete Guide for Use of Invalids and Tourists*, p. 1.

⁹⁶ Marischal Murray, autor de *Union – Castle Chronicle 1853-1953*, de 1953, afirmou que seria difícil imaginar a Ilha da Madeira sem os barcos da Union-Castle, cujas visitas regulares contribuíram para a prosperidade da mesma: «Madeira traffic was particularly brisk in the Eighties and Nineties when the mail ships of both the Union Line and the Castle Line included Lisbon, also, among their ports of call. For some years, in addition to the mail ships, certain of the intermediate vessels touched at Funchal. It is difficult to imagine what Madeira would have done without the Union-Castle mail ships, whose regular weekly visits contributed so much to the prosperity of this delightful island».

⁹⁷ TRIGO, TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, p. 51.

⁹⁸ ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 707, 11 de junho de 1853, 6 de maio de 1754, 12 de junho de 1857, 27 de agosto de 1858 e 20 de agosto de 1860; ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 708, 27 de agosto de 1861, 26 de outubro de 1863, 6 de setembro de 1865.

⁹⁹ ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 707, 20 de junho de 1853.

¹⁰⁰ ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 708, 7 de setembro de 1865.

¹⁰¹ ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 709, 6 de junho de 1866.

¹⁰² ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2494, ff. 94 a 94 v.º.

¹⁰³ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2509, ff. 30 v.º a 31 v.º.

No dia 5 de setembro de 1878, é celebrada uma escritura entre Charles Blandy e John Loaring, referente a uma dívida que o pai deste contraira a John Blandy, da quantia de três contos e 535 000 réis. Como pagamento, John Blandy haveria recebido parte dos rendimentos de uma quinta denominada de *São Miguel*, na freguesia de Santa Luzia. Uma vez que o prédio dado como garantia do empréstimo se havia degradado muito, Charles Blandy aceitou receber 310 550 réis de compensação¹⁰⁴.

Pela escritura de 16 de junho de 1879, Quirino Henriques de Freitas, confessou dever a Charles Blandy três contos e 266 470 réis¹⁰⁵, fruto de um empréstimo.

Charles Blandy celebrou ainda escrituras relativas à venda de bens imóveis. No dia 5 de setembro de 1878, Charles Blandy vendeu a Joaquim Ferreira e sua mulher Guilhermina de Jesus Ferreira, por dois contos de réis, uma porção de terra no sítio das Angústias, em S. Pedro, foreira ao marquês de Castelo Melhor em 4145 réis anuais, vencidos a 9 de junho de cada ano, compreendendo-se neste foro o solo de duas casas térreas contíguas, com os seus quintais¹⁰⁶.

Nesse mesmo dia, Charles Blandy vendeu a Manuel dos Santos um armazém de sobrado, situado na Rua da Sé, por 600 mil réis¹⁰⁷.

No dia 17 de setembro de 1878, John Burden Blandy como representante de Charles Ridpath Blandy, que estava ausente da Ilha, celebrou uma escritura de entrega de benfeitorias a Francisco de Sousa, que consistia numa porção de terra no sítio da Fundoa, na freguesia de S. Roque, por um conto e 294 800 réis¹⁰⁸.

Após a morte de Charles Ridpath Blandy (a 29 de setembro de 1879), os seus herdeiros preocuparam-se em cobrar as dívidas que existiam para com ele. Graham John Blandy e John Burden Blandy não faziam parte dos herdeiros, uma vez que foram deserdados pelo pai, como tivemos oportunidade de constatar pelas escrituras celebradas pelos últimos, nas quais os seus nomes estão excluídos. Concluimos ainda que o processo de divisão de bens do mesmo foi moroso e, por isso, os herdeiros procederam à entrega de bens por conta de legítima paterna entre si, com a condição que quando se procedesse à divisão de bens e, caso a quota hereditária fosse inferior aos bens que estavam na sua posse, haveria lugar à sua devolução.

A 14 de abril de 1880, Richard Ridpath Blandy, na qualidade de procurador de William Frank Blandy, único testamenteiro do falecido Charles Blandy, e Carlo Bianchi,

¹⁰⁴ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2508, ff. 34 v. a 35.

¹⁰⁵ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2516, ff. 21 v.º a 22 v.º.

¹⁰⁶ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2508, ff. 32 v.º a 34.

¹⁰⁷ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2508, ff. 35 v.º a 36.

¹⁰⁸ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2508, ff. 45 v.º a 46.

celebraram um contrato e ajuste de contas, em que este último confessou dever a Charles Ridpath Blandy um conto e 500 mil réis, resultante de transações comerciais entre ambos. Como forma de pagamento, Bianchi entregou a Richard Blandy doze letras de igual valor, pagáveis em meses sucessivos a contar de maio desse ano¹⁰⁹.

A 3 de abril de 1882, Charles John Cossart, casado com Anne Mary Furber Blandy, filha de Charles Blandy, na qualidade de procurador dos herdeiros do sogro, dá quitação a Manoel dos Santos de uma dívida contraída ao falecido Charles Blandy, no valor de 670 mil réis¹¹⁰.

A 27 de outubro de 1882, Charles John Cossart, como procurador de William Frank Blandy, dá quitação a Jacinto do Carmo Sá Penela, contra o qual promovera uma execução no Juízo do Direito da Comarca do Funchal, para pagamento da quantia de um conto e 12 149 réis¹¹¹.

A 24 de janeiro de 1883, Charles John Cossart faz cessão à firma Blandy Brothers & Co., de quatro créditos concedidos por Charles Blandy, cujo montante total ascendia a seis contos e 799 578 réis¹¹².

Numa escritura de 17 de dezembro de 1885, ficámos a saber que a empresa Blandy Brothers tinha pago à viúva de Manuel Gonçalves Jorge e aos representantes de Margarida Rosa Gonçalves, sua herdeira, o Comendador Manuel Gonçalves e Francisco Batista e sua esposa, a quantia de 14 contos e 62 500 réis, referente ao saldo de contas anteriores entre o falecido Charles Ridpath Blandy e Manuel Gonçalves Jorge, «como consta de uma caderneta que n'esta acto foi entregue aos segundos outorgantes»¹¹³. A quitação tinha acontecido a 21 de janeiro de 1884. No entanto, aos herdeiros do devedor, por sentença de 8 de novembro desse ano, foi-lhes reconhecido o direito a exigir juros sobre o dito capital. Para pôr fim às contendas judiciais, a firma Blandy Brothers aceitou pagar uma indemnização no valor de um conto e 800 mil réis.

A 9 de dezembro de 1885, Charles John Cossart, como procurador dos herdeiros de Charles Ridpath Blandy, recebeu do Conde de Carvalhal 26 contos e 855 310 réis, resultante de um empréstimo realizado a 12 de janeiro de 1870¹¹⁴.

Até a esta data, os bens de Charles Ridpath Blandy continuavam por dividir. No entanto, os seus herdeiros foram efetuando vendas de bens.

¹⁰⁹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1196, ff. 60 v.º a 61.

¹¹⁰ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1318, ff. 27 v.º a 29 v.º.

¹¹¹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1319, ff. 144 v.º a 145.

¹¹² ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1320, ff. 50 a 51.

¹¹³ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1326, ff. 121 v.º a 122 v.º.

¹¹⁴ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1327, ff. 143 v.º e 144.

A 1 de abril de 1882, venderam a João Rodrigues da Silva um prédio urbano na rua do Mercadores, números dez a quinze, na freguesia da Sé, que consta de uma casa com um só andar com duas lojas, por dois contos e 200 mil réis¹¹⁵.

A 11 de outubro de 1883, venderam a António Luís de Abreu, António de Abreu de Reis, João de Abreu de Reis, e outros, um prédio rústico situado na ribeira dos Melões, num local chamado de Roda e Massapês, no Campanário, pelo preço de 65 mil réis¹¹⁶.

A 20 de setembro de 1884, venderam a Cândido Henriques de Freitas dois prédios rústicos no sítio das Quebradas, e um no sítio do Vale, todos situados na freguesia de S. Martinho, pelo montante de 600 mil réis¹¹⁷.

Enquanto aguardavam a divisão da herança, Mary Anne Grabham e seu marido, o médico Michael Comport Grabham, que viviam na Quinta das Murteiras, em S. Gonçalo, e tendo em seu poder uma porção de vinho no valor de três contos e 700 mil réis, pertencente à herança que à data se encontrava em comum, comprometem-se, pela escritura celebrada com Richard Ridpath Blandy, procurador de William Frank Blandy, testamenteiro de Charles Blandy, no dia 17 de abril de 1880, no caso de este valor exceder a sua quota hereditária, a restituir esse excesso logo que lhes for exigido e para garantia desta obrigação, constituem hipoteca especial na sua quinta do Vale, situado no Vale Formoso, freguesia de Santa Luzia¹¹⁸. Dois dias depois, as mesmas duas partes voltam a celebrar uma escritura, onde acordam que uma porção de terra contígua à quinta do casal, no sítio do Vale Formoso, no valor de 400 mil réis, fique na posse do mesmo, por conta da sua quota hereditária. Passados quatro anos, é celebrada uma escritura de distrate entre os dois mesmos outorgantes, onde se constata que Michael Grabham e sua esposa nada têm a restituir por não ter recebido excesso de legítima¹¹⁹.

A 28 de janeiro de 1883, os herdeiros de Charles Blandy entregam a Charles Frederick Raleigh Blandy, por conta de sua legítima paterna, um total de 21 bens imóveis, a saber: um prédio rústico na rocha de Santa Catarina; sete armazéns de um só pavimento contíguos, situados ao Pilar de Banger; quatro prédios urbanos na rua dos Balcões; três prédios urbanos na rua da Alfândega; outro na rua das Fontes; um armazém com estufas e tanoarias na Calçada de S. Lourenço; um armazém em

¹¹⁵ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1318, ff. 24 v.º a 25 v.º.

¹¹⁶ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1322, ff. 59 a 60 v.º.

¹¹⁷ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1324, ff. 191 v.º a 192 v.º.

¹¹⁸ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1196, ff. 67 a 67 v.º.

¹¹⁹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1323, ff. 102 v.º a 103.

S. Lázaro; um prédio urbano na rua do Pelourinho; um armazém na Pontinha; um prédio urbano no largo de Santa Catarina; um prédio urbano numa travessa que desemboca no largo de Santa Catarina; um prédio urbano na Calçada de S. Lázaro; um armazém em Santa Catarina; um prédio urbano no Caminho para o forte de Santa Catarina; um prédio rústico nas Casas Próximas, em Santa Catarina e um prédio rústico nos Três Paus. No total, estes bens somam 31 contos e 220 mil réis¹²⁰.

A 16 de outubro de 1884, os referidos herdeiros entregaram a Anne Mary Furber Cossart, casada com Charles John Cossart, por conta de sua legítima paterna, um prédio no sítio das Laginhas, freguesia do Monte, que constava de uma porção de terra com pinheiros, no valor de 600 mil réis¹²¹.

Foi o sucessor de Charles Ridpath Blandy¹²² o seu filho John Burden Blandy, que expandiu a firma Blandy, da qual foi gerente e diretor entre 1878 e 1912, a inúmeras áreas de negócios. William Koebel afirma que:

«It is impossible to remain long in Funchal without discovering that nearly all roads lead to Blandy's office. The name of Blandy Brothers is a household word in the Island, the firm having transacted business for generations. The ramifications of this are widespread. They include banking, wine, coal, milling, newspaper proprietorship, the ownership of launches, tugs, and of a dockyard, besides the agencies of a number of important steamship lines»¹²³.

E conclui, dizendo que «[t]he firm, intimately connected with the destiny of the Island as it is, has been largely instrumental in the progress of the spot»¹²⁴.

O abastecimento de carvão de pedra à navegação foi uma das áreas de negócios onde se verificou mais investimento por parte da família Blandy. O tráfico portuário no Funchal intensificou-se na segunda metade do século XIX, dominado por embarcações britânicas que regularmente escalavam este porto, nas suas rotas para os continentes africano, americano e asiático, para se reabastecerem de carvão, água e alimentos. Os primeiros barcos a vapor necessitavam de grandes quantidades de carvão, o que os obrigava a reabastecer frequentemente. Para além disso, o carvão não estava disponível em todos os portos. Tal situação levou a que as várias

¹²⁰ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1320, ff. 45 a 47 v.º.

¹²¹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1325, ff. 24 a 24 v.º.

¹²² Charles Ridpath Blandy, já em Londres, manda publicar, no periódico *A Liberdade* do dia 10 de dezembro de 1878, um pequeno artigo dirigido ao público em geral, em que informa que se retirou da Ilha, tendo transferido a sua casa comercial para os seus filhos Graham John Blandy e John Burden Blandy.

¹²³ KOEBEL, 1909, *Madeira: Old and New*, p. 166.

¹²⁴ KOEBEL, 1909, *Madeira: Old and New*, p. 166.

companhias de navegação estabelecessem *bunkering stations*, sendo que a Ilha da Madeira foi uma das escolhidas para esse fim¹²⁵. Benedita Câmara constata que:

«[e]m 1864, o governador civil expendia a crença dominante relativamente ao papel desta ilha como um «porto forçado de escala» relativamente «a toda a navegação de longo curso entre a Europa, a costa d'África e a América». Os cônsules britânicos na Madeira defenderam repetidamente a importância e a eficiência e prontidão do serviço de fornecimento de carvão à navegação no porto do Funchal»¹²⁶.

Com o aumento do número de embarcações a vapor que ancoravam no Funchal para se abastecerem, assiste-se ao aumento da importação de carvão de pedra. Walter Minchinton apresenta os seguintes dados relativamente à importação de carvão entre 1849 e 1911:

Tabela n.º 3 – Importação de Carvão no Funchal entre 1849-1911
(anos selecionados)

Ano	Toneladas
1849	5955
1856	11 669
1885	51 097
1895	115 175
1902	239 662
1905	129 223
1909	188 149
1911	96 610

Fonte: MINCHINTON, 1986, «Britain and Madeira to 1914», p. 517.

A firma Blandy Brothers concorria, na década de 90 do século XIX, com outras empresas de fornecimento de carvão no porto do Funchal, a saber: Cory's Madeira Cooling & C.^a Lda. (1898), Wilson Sons & Co. (1901) e Manuel Gonçalves & Co. (1904; nove anos depois, adotou a designação de Deutsches Kohlen Depot)¹²⁷. No entanto, a concorrência entre estas foi benéfica, pois contribuiu para a diminuição do preço do carvão e, conseqüentemente, para maior afluência de embarcações a vapor no porto do Funchal¹²⁸.

Para além da Ilha da Madeira, outros dois arquipélagos tinham sido escolhidos como postos de abastecimento de carvão, água, legumes e outros géneros alimentícios à navegação a vapor: as Canárias e Cabo Verde. Aquele que se revelou

¹²⁵ MINCHINTON, 1986, «Britain and Madeira to 1914», p. 516.

¹²⁶ CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 250-251.

¹²⁷ Por volta de 1910, estas empresas abastecedoras de carvão ainda se encontravam ativas, como constatamos em TRIGO, TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, p. 44.

¹²⁸ CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 258.

ser um concorrente mais forte para a Ilha da Madeira foi, sem sombra de dúvida, o Arquipélago das Canárias. A esse respeito, Walter Minchinton afirma que: «[t]he importance of Madeira as a coaling station should, however, not be exaggerated. To put the matter in perspective, it should perhaps be noted that in 1912, when under 200,000 tons of coal were landed at Funchal, 1 million tons of coal were handled by the bunkering depots at Las Palmas»¹²⁹.

Entre 1 de janeiro e 2 de fevereiro de 1884, João Augusto de Ornelas escreveu sobre *A Madeira e as Canárias*¹³⁰ no periódico *O Direito*, onde estabeleceu comparações entre os dois arquipélagos em relação aos custos do abastecimento à navegação, concluindo que o Arquipélago das Canárias detinha clara vantagem sobre o Arquipélago da Madeira:

«se um vapor da Companhia da Boa Esperança, por exemplo, o Tartar, for às Canárias, levando 6 passageiros para qualquer daqueles portos, e lá tomar 200 toneladas de pedra e refrescos, tem de pagar por essa operação comercial apenas 420 reis (70 reis por cada passageiro). Mas se o mesmo vapor vier ao Funchal, terá de fazer a despesa total de 197 652 reis. Isto demonstra que é impossível, em presença das leis fiscais a Madeira poder competir com as Canárias»¹³¹.

António Correia Herédia já defendia, em 1866, após ter realizado uma inspeção aos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, a extinção das alfândegas, proporcionando, assim, a liberdade comercial. Vinte e dois anos mais tarde, o autor continuava a defender a mesma posição:

«agora, no mais lisonjeiro estado das finanças do país, não se poderia muito justificadamente negar, com particularidade que a ilha que mais sofre, a da Madeira, pelo menos, reduções de direitos e isenções, que lhe façam possível e barata a subsistência e tenham força para torná-la sem rival entre os portos de escala»¹³².

O autor acrescenta que, se tal se concretizasse, voltariam os cerca de cem mil passageiros que anualmente traziam à Madeira cerca de cem mil libras.

As desvantagens da Madeira em relação às Ilhas Canárias, no que concerne o abastecimento da navegação, reportavam-se ainda a outras áreas, nomeadamente à inexistência de um porto com condições, quer para o embarque e desembarque de

¹²⁹ MINCHINTON, 1986, «Britain and Madeira to 1914», p. 517.

¹³⁰ *O Direito*, 1 de janeiro de 1884; 5 de janeiro de 1884; 9 de janeiro de 1884; 12 de janeiro 1884; 16 de janeiro de 1884; 19 de janeiro de 1884; 30 de janeiro de 1884 e 2 de fevereiro 1884. Estes artigos foram compilados e publicados pela tipografia *O Direito*, em 1884.

¹³¹ ORNELLAS, 1884, *A Madeira e as Canárias*, pp. 18-19.

¹³² HERÉDIA, 1888, *Observações sobre a Situação Económica da Ilha da Madeira e sobre a Reforma das Alfândegas*, p. 31.

passageiros, quer para o carregamento e descarregamento de mercadorias. A esse propósito, um periódico dava conta que

«por ocasião do desembarque dos passageiros do vapor S. Thomé, o mar estava agitado e foi necessário que o desembarque se efectuasse na Pontinha, por meio de um guindaste e, ainda assim, por essa ocasião, magoou-se ligeiramente na face [...] o senhor governador civil. É lastimável que não haja nenhum cais para o desembarque de pessoas»¹³³.

No entanto, tal como conclui Benedita Câmara, «[a]s obras concluídas no porto do Funchal em 1895 não resolveram todas as insuficiências deste porto»¹³⁴, pois continuava a se verificar a escassez de guindastes e a inexistência de armazéns para os produtos oriundos de todas as localidades da Ilha por via marítima e para receber ou expedir mercadorias.

Apesar de não beneficiar do estatuto de porto franco e de o preço do carvão não ser o mais competitivo, procurava-se atrair as embarcações para o porto do Funchal apelando às características únicas do clima. A este propósito, William e Alfred Reid, que exploravam vários hotéis na cidade, elaboraram um pequeno livro de informações pertinentes para os turistas, versando sobre os meios de transporte, hotéis, indústrias, jardins e quintas, paisagens e clima, entre outros tópicos. No capítulo dedicado ao clima (capítulo VIII), surge em itálico a seguinte frase: «*[u]nlike the Canaries, there is a complete ABSCENCE of DUST*»¹³⁵.

O fornecimento de carvão à navegação foi uma das atividades comerciais mais intensamente desenvolvidas pela família Blandy. Para a concretizar, adquiriram terrenos junto ao mar, onde construíram armazéns para depositar o carvão. De acordo com a escritura relativa à compra do forno da cal de Santa Catarina, este situava-se a leste do «armazém ou carvoaria dos compradores»¹³⁶.

Na década de 80, a firma Blandy optou ainda por arrendar terrenos na praia, efetuando, para o efeito, diversos contratos de arrendamento com o Ministério da Guerra, entre os quais é concedido a esta firma o aproveitamento do espaço interior do Forte de S. José, que até então servira de prisão¹³⁷. Pela escritura de 29 de abril de 1884, apercebemo-nos que o primeiro contrato entre estas duas entidades foi celebrado a 7 de março de 1879, no qual o Ministério da Guerra concedeu o arrendamento do referido forte à firma Blandy Brothers por seis anos. Entretanto, a 16 de setembro

¹³³ *O Direito*, 12 de janeiro de 1884.

¹³⁴ CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1840-1914)*, p. 275.

¹³⁵ REID, 1889, *A Guide Book of Useful Information. With Illustrations and Maps*, p. 34.

¹³⁶ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2508, ff. 36 a 37 v.º.

¹³⁷ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1323, ff. 184 v.º a 185 v.º.

do mesmo ano, foi celebrada nova escritura, entre os mesmos outorgantes, onde o período de arrendamento passou de seis para nove anos, com término a 6 de março de 1888. Quanto ao pagamento, ficou definido que a firma Blandy deveria pagar no dia 1 de julho de 1884 a renda correspondente aos meses de julho a 6 de março do ano seguinte, num total de 54 600 réis, continuando a pagar adiantadamente no dia 7 de março de cada ano a quantia de 80 000 réis¹³⁸.

Os restantes contratos com esta entidade referem-se ao arrendamento de terrenos junto à praia. Assim, a 5 de agosto de 1882, a firma Blandy Brothers & Co., arrendou ao referido ministério uma porção de terra e calhau na praia do Funchal, ao Sul da Praça Académica. Parte deste espaço fora dado de arrendamento a John Hutchinson, que posteriormente o cedeu à firma britânica. Neste contrato ficou assente que esta firma poderia aumentar as construções que ali existiam mediante um aumento da renda e de acordo com determinadas condições. Por este arrendamento, a firma Blandy Brothers pagou, no ato da escritura, 69 195 réis e, durante os nove anos da duração do contrato, a mesma firma pagaria 80 mil réis anuais¹³⁹.

A 18 de agosto de 1883, é celebrada uma nova escritura de arrendamento entre a dita firma e o Ministério da Guerra, de mais 50 metros de extensão pelo lado Este do terreno, por um período de nove anos, por 117 600 réis anuais¹⁴⁰.

A empresa Blandy¹⁴¹ investiu ainda em diversas infraestruturas, com o objetivo de abastecer os navios de forma mais rápida e eficaz. Assim, mandou construir um serviço de carris de ferro entre os armazéns e um pequeno cais, conhecido como Cais Blandy¹⁴², onde as fragatas eram carregadas com este combustível para, posteriormente, serem rebocadas, aportarem aos navios e efetuarem o abastecimento, que em 1907, variava entre os 600 e 1.900 kg. O carvão era descarregado por vários homens, em sacas de 91 kg. Estes trabalhadores recebiam, neste ano, um ordenado que oscilava entre os 600 e 800 réis, o que era considerado uma boa remuneração¹⁴³.

¹³⁸ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1323, ff. 184 v.º a 185 v.º.

¹³⁹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1319, ff. 47 v.º a 49 v.º.

¹⁴⁰ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1321, ff. 196 a 197.

¹⁴¹ De acordo com Abel Marques Caldeira, autor de *O Funchal no primeiro quartel do século XX (1900-1925)*, publicado em 1964, «Junto da cadeia, havia um bairro que serviu de residência a trabalhadores do serviço de fornecimento de carvão aos navios consignados à Casa Blandy, Bros. & C.ª, que ali viviam, pagando rendas económicas» (p. 19).

¹⁴² SILVA, MENESES, 1998, *O Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 185, e TRIGO, TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, mapa.

¹⁴³ RIBEIRO, 1993, «O Carvão de Pedra na Madeira (II)», p. 9.

A empresa adquiriu ainda um pontão, o “European”, que servia igualmente de depósito de carvão¹⁴⁴.

A firma Blandy¹⁴⁵ era a principal casa fornecedora de carvão às embarcações que tocavam o porto do Funchal, incluindo, note-se, embarcações de nacionalidade americana durante o conflito que opôs o Reino Unido às colónias americanas. Foi o caso do vapor *Florida*, reabastecido com 21 900 kg de carvão a 28 de fevereiro de 1864¹⁴⁶.

Por vezes, esta situação levantava alguns problemas ao governo português, como nos revela uma carta de 5 de dezembro de 1864¹⁴⁷, onde é exigido que o diretor da Alfândega, de acordo com o governador civil e o capitão do porto, acione todos os meios para evitar que os vapores ingleses *Rouger* e *Lourel*, que se presumia que iriam fazer escala no porto do Funchal para se abastecerem de carvão e armamento, cometessem hostilidades contra os navios federais nos domínios portugueses.

O abastecimento de carvão à navegação foi de tal forma lucrativo que a família Blandy decidiu, em 1886, estabelecer-se em Las Palmas, uma das Ilhas Canárias que, como referimos anteriormente, concorria com o porto do Funchal no fornecimento deste combustível.

De acordo com Fernando Carnero Lorenzo e Juan Sebbastián Nuez Yánez¹⁴⁸, a decisão de John Burden Blandy de se fixar no arquipélago vizinho prende-se com o seguinte motivo: o comerciante italo-francês Juan Bautista Carló Guerey, consignatário de embarcações em Las Palmas de Gran Canaria desde 1864, era o representante da casa Blandy em Canárias, a qual já havia manifestado vontade de se fixar no referido porto desde 1855. A autorização para o efeito só surgiu 30 anos depois, a 5 de julho de 1886.

Já no século XX, um periódico anuncia que esta firma estabeleceu um contrato com o governo português, para construir um depósito de carvão de pedra em S. Vicente, no Arquipélago de Cabo Verde, no ano de 1913. Durante o ano seguinte, fizeram-se os preparativos para construir as instalações carvoeiras da firma nesse

¹⁴⁴ CALDEIRA, 1964, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX*, p. 50.

¹⁴⁵ Encontrámos uma litografia intitulada *Port of Funchal*, que ilustra um prospecto da firma John Blandy & Sons, cuja finalidade era dar informação sobre o fornecimento de carvão no porto do Funchal. Além da vista pânorâmica da cidade, contém ainda uma planta da zona costeira do Funchal e da baixa, onde estão assinalados os ancoradouros. O seu autor é desconhecido e presume-se que date da segunda metade do século XIX. Ver *Estampas Antigas de paisagens e costumes da Madeira*, 1951.

¹⁴⁶ RIBEIRO, 1993, «O Carvão de Pedra na Madeira (I)», p. 9.

¹⁴⁷ ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 708. Na margem esquerda do documento, pode ler-se «confidencial» escrito a vermelho.

¹⁴⁸ LORENZO, YÁNEZ, 2010, «La Empresa Blandy Brothers. De Madeira a Canarias, 1885-1936», pp. 311-334.

porto¹⁴⁹. Nos finais de 1914, o general Daniel Telo Simões Soares redigiu um relatório das obras a decorrer no Porto Grande da Ilha de S. Vicente, relativamente a essas instalações de armazenamento de carvão¹⁵⁰.

Com a Primeira Guerra Mundial¹⁵¹, surgem as primeiras dificuldades na aquisição de carvão de pedra. Em consequência da escassez deste combustível, e de acordo com João Adriano Ribeiro, várias pessoas decidiram rocegar o porto do Funchal, sabendo antecipadamente que, dadas as condições rudimentares em que se efetuava o desembarque do carvão neste porto, grandes quantidades deste combustível haveriam caído ao mar. Levantou-se então a questão: a quem pertenceria o carvão encontrado? Aos rocegadores ou às casas carvoeiras? A empresa Blandy Brothers oferecia 7000 réis por cada tonelada, o que representava metade do seu valor real, e defendia que grande parte do carvão rocegado era proveniente de embarcações britânicas que vinham ao Funchal abastecer as esquadras e, como representantes no seu almirantado, esse carvão pertencia-lhes¹⁵². Estes empresários britânicos conseguiram, durante muito tempo, que os rocegadores lhes vendessem o carvão a 4000 réis, mas a agudização da falta deste produto fez subir o seu preço. Posteriormente, a Alfândega do Funchal decidiu considerar um achado de mar todo o carvão rocegado, sendo que o rocegador tinha direito a um terço do valor do mesmo¹⁵³.

Enquanto a quantidade de carvão de pedra importado diminuía, aumentava o seu consumo interno, devido à introdução de máquinas a vapor na indústria madeirense, nomeadamente em fábricas de aguardente e em fábricas de moagem de cereais, e ainda à subida do preço da lenha, cujo objetivo era desencorajar o seu consumo, na tentativa de promover a rearboração. Contudo, e como consequência da escassez de carvão, verificou-se o abate de uma vasta extensão de área florestal e uma fiscalização mais rígida das embarcações que efetuavam o embarque e desembarque de carvão, suspeitas de realizarem muito contrabando¹⁵⁴.

¹⁴⁹ *Diário da Madeira*, 6 de janeiro de 1914.

¹⁵⁰ *Diário de Notícias – Madeira*, 20 de janeiro de 1915.

¹⁵¹ A cidade do Funchal sofreu um bombardeamento por parte de um submarino alemão, no dia 3 de dezembro de 1916. Nessa ocasião, uma barça da empresa Blandy estava a abastecer uma embarcação. Cinco trabalhadores faleceram em consequência do ataque, de acordo com o periódico *Diário de Notícias – Madeira*, de 5 de dezembro de 1916. Dois funcionários da empresa saíram em socorro das vítimas em embarcações da referida casa comercial, tendo recolhido 15 pessoas. Um ano mais tarde, a 12 de dezembro de 1917, a cidade foi alvo de novo ataque, sobre o qual Mathias Saecker escreveu o artigo «O Ataque do Submarino Alemão U 156 ao Funchal à Luz das Alterações na Guerra Naval de 1917», pp. 383-420.

¹⁵² RIBEIRO, 1993, «O Carvão de Pedra na Madeira (II)», p. 9.

¹⁵³ RIBEIRO, 1993, «O Carvão de Pedra na Madeira (I)», p. 9.

¹⁵⁴ RIBEIRO, 1993, «O Carvão de Pedra na Madeira (II)», p. 9.

Para além do carvão, a firma Blandy Brothers procedia ainda ao fornecimento de água à navegação, que era realizada por fragatas que a bombeavam para os navios. Estas vieram melhorar o sistema de abastecimento de água, pois, até meados do século XIX, esta era levada em pipas de madeira em pequenos barcos até às embarcações e depositada nos seus tanques. De modo a assegurar o seu fornecimento, não só às embarcações, mas também aos seus escritórios de lojas, a firma Blandy Brothers estabeleceu o primeiro sistema de água canalizada na Madeira, na década de 80 do século XIX. A água era captada numa pequena praia entre o Ilhéu da Pontinha e a foz do Ribeiro Seco, onde existia uma fonte de água pura¹⁵⁵.

A frota de embarcações da empresa Blandy, disponível para efetuar o abastecimento de carvão e água às embarcações que aportavam no Funchal, rondava as 40 barcaças, a que se juntavam vários rebocadores, as quais estavam «apoitadas na baía a leste do Ilhéu da Pontinha. Mais tarde, as barcaças e fragatas passaram para o sul da Pontinha, entre aquele ilhéu e o Ilhéu das Águas Doces»¹⁵⁶.

A sua manutenção era feita no arsenal da empresa Blandy, denominado Madeira Engineering Company, Lda, vulgarmente conhecido por arsenal de Santiago, situado entre o campo D. Carlos I e o forte de Santiago. No entanto, o primeiro arsenal da firma Blandy funcionou nas proximidades da praça Académica¹⁵⁷. Neste arsenal, foram construídas «as primeiras barcaças destinadas ao serviço de abastecimento de carvão aos navios»¹⁵⁸. No moderno arsenal de Santiago, para além de serem efetuadas reparações aos navios que escalavam o porto do Funchal, foram construídas várias embarcações. Destacá-riamos a reparação da embarcação *Mariano de Carvalho*, que havia sido adquirida pela Empresa Funchalense de Cabotagem em 1922 ao Serviço de Fiscalização Marítima da Alfândega do Funchal¹⁵⁹; a construção da lancha costeira *Machiqueira*, em 1949, considerada a maior da época, com uma capacidade para 148 passageiros¹⁶⁰; a construção do navio-motor *Milano*¹⁶¹, em 1950, e a construção da embarcação *Sereia*, por ordem de Cecil Miles, em 1953¹⁶².

No ano de 1924, a firma Blandy é alvo de contestação, pelo facto de estar a construir um armazém numa praia que se situava entre o arsenal da casa Blandy e

¹⁵⁵ SILVA, 1994, *Apontamentos sobre o quotidiano madeirense (1750-1900)*, p. 175.

¹⁵⁶ CALDEIRA, 1964, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX (1900-1925)*, pp. 12-13.

¹⁵⁷ CALDEIRA, 1964, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX (1900-1925)*, p. 32.

¹⁵⁸ CALDEIRA, 1964, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX (1900-1925)*, p. 32.

¹⁵⁹ *Diário de Notícias – Madeira*, 16 de agosto de 2004.

¹⁶⁰ *Diário de Notícias – Madeira*, 16 de julho de 2005.

¹⁶¹ *Diário de Notícias – Madeira*, 16 de outubro de 2002.

¹⁶² *Diário de Notícias – Madeira*, 20 de maio de 2005.

a fortaleza de Santiago, uma vez que muitos pescadores residentes em Santa Maria Maior costumavam varar os seus barcos nessa zona. A construção do referido armazém ditou a remoção das embarcações dessa zona, o que desagradou aos pescadores: «[a]s obras desta construção foram já iniciadas, levantando-se, por parte dos pobres marítimos reclamações que não foram atendidas, não obstante se ter justificado essas reclamações com fundamentos vários»¹⁶³. Segundo os pescadores, a casa Blandy fora autorizada a apossar-se dessa zona de praia através de uma concessão especial do Ministério da Guerra. Essa afirmação foi desmentida no dia seguinte pela própria casa Blandy, com a publicação de uma carta do gerente da firma, Bardsley, afirmando que a zona da praia onde estava a ser construído o armazém tinha sido comprada em hasta pública¹⁶⁴. Não se tratava, portanto, de uma concessão especial do Ministério da Guerra, como fora referido pelos pescadores. Três dias depois, o periódico *Jornal da Madeira* publica um artigo, dando conta do reconhecimento dos pescadores pela defesa feita por este periódico em relação aos interesses daquela classe e alerta para as consequências de um estrangeiro se apossar do litoral:

«[p]or outro lado, há que salvaguardar os interesses de uma classe, lesados abusivamente em nome não sabemos de que direitos. Se a firma em questão obteve, legitimamente, como pretende todos os terrenos do Corpo Santo, onde está a fazer obras, a maior responsabilidade cabe evidentemente ao governo inepto e incapaz que, com leviandade imperdoável, lhes concedeu, sem consideração pelos direitos da classe ferida, e pelos interesses gerais do país, afectados, como fácil é constatar, pela entrega a estrangeiros de terrenos que, por princípio nenhum, deveriam ser alienados»¹⁶⁵.

É referido ainda que a comissão de pescadores seguiu para o Palácio de S. Lourenço e expusera ao governador civil a situação. Este prometeu-lhes investigar a legitimidade das obras que estavam a ser realizadas na praia do Corpo Santo¹⁶⁶.

A construção desse armazém tornou-se uma realidade, apesar dos protestos, como pudemos verificar pela leitura de um artigo no *Diário de Notícias* de 1928, acerca do arsenal de Santiago. O autor da notícia, aquando da sua visita ao mesmo, faz referência a um armazém contíguo ao arsenal:

«passa-se dali, para o grande armazém onde está instalada uma bela coleção de tornos, de todos os tamanhos, o aplainador e o serrador de metais, e o admirável instrumento de soldar, sem dúvida o mais delicado, o que exige mais perícia. É um processo eléctrico, pelos raios ultra-violeta»¹⁶⁷.

¹⁶³ *Jornal da Madeira*, 16 de julho de 1924.

¹⁶⁴ *Jornal da Madeira*, 17 de julho de 1924.

¹⁶⁵ *Jornal da Madeira*, 20 de julho de 1924.

¹⁶⁶ *Jornal da Madeira*, 20 de julho de 1924.

¹⁶⁷ *Diário de Notícias – Madeira*, 29 de julho de 1928.

Para além deste espaço, o arsenal era constituído por outros dois: um, onde se encontravam o martelo pneumático, a tesoura (de metais), a máquina de serrar «mais importante da Madeira», o cabrestante, «o mais poderoso da Madeira», a querena fixa («a mais potente da Madeira. Pega em 1800 kilos»), os rolos mecânicos e o martelo de forjar, «tão procurado por importantes casas da Madeira»; o outro espaço é dedicado à moldagem e fundição¹⁶⁸.

Para além da maquinaria, o arsenal contava com trabalhadores eficientes:

«[p]ara realizar todo este importante trabalho, dispõe, hoje, dos maquinismos mais aperfeiçoados e dos operários mais competentes [...]. O operário madeirense é essencialmente, hábil, de mão jeitosas, uma certa curiosidade nata para perscrutar o porquê das coisas que, relativamente em pouco tempo, ele descobre»¹⁶⁹.

Como podemos depreender, o arsenal de Santiago estava muito bem apetrechado com máquinas modernas para a época, essencialmente utilizadas na construção e reparações navais, mas que eram igualmente usadas na reparação de todo o tipo de máquinas e de automóveis.

Este arsenal procedia ainda à reparação de uma outra frota propriedade da família Blandy: os barcos a vapor da Empresa Funchalense de Cabotagem, que assumiam um papel importante no transporte de pessoas e mercadorias, não só na Ilha da Madeira, como também na Ilha do Porto Santo.

As montanhas elevadas cortadas por vales profundos dificultaram, desde sempre, a circulação de pessoas e mercadorias na Ilha da Madeira. Os barcos de carreira e, mais tarde, os barcos costeiros constituíram alternativas valiosíssimas à circulação terrestre e dinamizaram a economia da Ilha. Segundo Benedita Câmara,

«[A] importância do transporte costeiro tornava as condições de competitividade das produções das zonas litorais superiores às das zonas altas. As vilas portuárias situadas ao longo da costa – com destaque para as da costa sul da ilha e para a cidade do Funchal – eram responsáveis pela comercialização e transformação dos produtos»¹⁷⁰.

Uma vez que a família Blandy estava fortemente ligada ao comércio da cal, como referimos anteriormente, cedo se apercebeu das dificuldades existentes no transporte de pedra calcária do Ilhéu da Cal para a Ilha da Madeira. Muitas vezes, as embarcações que transportavam a pedra calcária traziam também passageiros. Era frequente muitos porto-santenses se dirigirem ao Ilhéu da Cal de canoa, para assim mais rapidamente viajarem para a Madeira. Em 1826, a título de exemplo,

¹⁶⁸ *Diário de Notícias – Madeira*, 29 de julho de 1928.

¹⁶⁹ *Diário de Notícias – Madeira*, 29 de julho de 1928.

¹⁷⁰ CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 44.

identifica-se apenas um barco a fazer a ligação entre as duas ilhas¹⁷¹. De forma a superar as dificuldades de comunicação e transporte, a 24 de maio de 1856, Charles Blandy comprou a José Calisto da Silva, dois barcos de carreira, denominados de *Liberal* e *Triumpho*, pela quantia de 400 mil réis, pagos da seguinte forma: 150 mil em cal em pó e 250 mil réis em dinheiro, quantia a ser liquidada até ao fim do ano em questão¹⁷².

Navegar nos mares da Madeira era, com efeito, difícil, devido às condições atmosféricas imprevisíveis e outras contrariedades naturais. Acrescia a inexistência de portos abrigados que permitissem o desembarque de pessoas e mercadorias em segurança. As viagens eram arriscadas também por causa dos piratas que rondavam o arquipélago, especialmente no século XVII. No século seguinte, a situação melhorou consideravelmente, e exemplo disso era a Ribeira Brava, que «tinha um movimento formidável de barcos de carreira»¹⁷³.

No início do século XIX, procurou-se regulamentar a navegação costeira, uma vez que os barcos carregavam demasiada mercadoria e os naufrágios eram frequentes. Em 1814, havia registo do naufrágio de cinco barcos, que resultou na perda de 200 pipas de vinho e na morte de mais de 20 homens¹⁷⁴.

No que concerne à ligação marítima entre as duas ilhas habitadas do Arquipélago da Madeira, verificamos que as viagens entre ambas eram muito frequentes, e também com o objetivo de transportar pedra calcária extraída no Ilhéu de Baixo, como mencionámos anteriormente. «No estudo da navegação entre as ilhas do Porto Santo e Madeira, verificamos que algumas embarcações se dedicavam ao transporte de pedra calcária. Não é fácil separar estas das que faziam a mesma carreira com mercadorias e passageiros»¹⁷⁵.

Entre 1849 e 1860, existiam vários barcos de carreira, os quais navegavam sobretudo à vela, e que ligavam as duas ilhas; o *Príncipe do Norte*, o *Rochedo*, o *Voador*, o *Chalupinha*, o *Valente* e o *Christam*. Já no final do século XIX, deslocavam-se ao Porto Santo os barcos de carreira *Henriqueta*, *Carolina*, o *Arriaga*, *S. Pedro*, *David* e *Mercês*; os vapores *Argos* e *Falcão*; e ainda os navios *Alfredo* e *S. Lourenço*¹⁷⁶.

¹⁷¹ RIBEIRO, 1998, «A Cabotagem na Madeira», p. 152.

¹⁷² ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2292, f. 87.

¹⁷³ RIBEIRO, 1998, «A Cabotagem na Madeira», p. 150.

¹⁷⁴ RIBEIRO, 1998, «A Cabotagem na Madeira», p. 152.

¹⁷⁵ RIBEIRO, 1998, «A Cabotagem na Madeira», p. 151.

¹⁷⁶ RIBEIRO, 1998, «A Cabotagem na Madeira», p. 154.

Curiosamente, o navio *S. Lourenço*, que estava ao serviço da fiscalização da Alfândega do Funchal, era ocasionalmente requisitado pelo Governador Civil para efetuar viagens ao Porto Santo, para transportar até àquele porto a correspondência. Encontrámos um ofício¹⁷⁷ redigido pelo Diretor Geral da Alfândega, de 30 de janeiro de 1866, dando conta da sugestão do Delegado do Tesouro no Distrito do Funchal para enviar o referido navio ao Porto Santo nos primeiros dias de cada mês, para aí fazer chegar a correspondência oficial, uma vez que as comunicações entre as duas ilhas chegavam a estar interrompidas por longos períodos, que poderiam exceder os três meses. Porém, noutra carta escrita a 13 de abril de 1866, o Diretor Geral pede para que o seu ofício de 20 de janeiro seja considerado sem efeito, uma vez que o navio era indispensável ao serviço de fiscalização¹⁷⁸.

Com a era da máquina a vapor, a Empresa Funchalense de Cabotagem adquiriu o vapor *Falcão*, que chegou ao Funchal em 1881 e que viria a efetuar viagens quinzenais ao Porto Santo. Nesse ano, a 13 de agosto, é anunciado num periódico¹⁷⁹ o horário do serviço costeiro do vapor *Falcão*: da Calheta para a Madalena do Mar, Ponta do Sol, Ribeira Brava e Funchal, todas as segundas e terças-feiras, às 6h da manhã e 6h da tarde, sendo a ida às 3h da manhã e 2h da tarde. De Machico para Santa Cruz e Funchal, todos os sábados às 6h da manhã e 5h da tarde, sendo a ida às 4h da manhã e 3h da tarde. Uma passagem singela entre o Funchal e Santa Cruz ou Funchal e Ribeira Brava custava 300 réis; uma passagem de ida e volta custava 400 réis. Uma passagem singela para Machico, Ponta do Sol, Madalena ou Calheta custava 400 réis, enquanto a de ida e volta custava 600 réis. Para qualquer porto não designado, o preço era de 200 réis a passagem singela e de 300 réis a passagem de ida e volta.

Num guia elaborado por A. Samler Brown¹⁸⁰, publicado em 1894, ficamos a saber que a firma Blandy Brothers & Co. realizava viagens para Machico duas vezes à semana, ao preço de 400 réis a ida e 600 réis o bilhete de ida e volta; para o Paul do Mar, efetuavam-se viagens três vezes à semana, custando um bilhete de ida 500 réis e de ida e volta, 750 réis. De 15 em 15 dias, o correio era levado para o Porto Santo, altura em que os passageiros aproveitavam para realizar as viagens entre as duas ilhas. O preço do bilhete de ida custava 1200 réis; o de ida e volta custava 2250 réis. O autor informa ainda que o vapor poderia ser alugado para dar a volta à

¹⁷⁷ ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 709.

¹⁷⁸ ABM, Alfândega do Funchal, Livro n.º 709.

¹⁷⁹ *O Direito*, 13 de agosto de 1881.

¹⁸⁰ BROWN, 1894, *Madeira and the Canary Islands. A Practical and Complete Guide for Use of Invalids and Tourists*, p. 83.

Ilha da Madeira por dez libras ou visitar as Ilhas Desertas. Neste caso, era necessário ainda levar tendas e mantimentos. Os amantes de caça, devidamente autorizados, poderiam caçar coelhos e cabras selvagens que lá existiam em abundância.

Em 1910, é publicado o *Roteiro e Guia do Funchal*¹⁸¹, que nos fornece informação detalhada sobre o serviço costeiro de barcos (de vela ou a remos e serviço costeiro de navegação a vapor), prestado por duas companhias: Blandy Brothers & Co. e M. Gonçalves e C.^a. Ficamos a perceber que as viagens no sul da Ilha da Madeira resultavam de um serviço combinado entre as duas referidas empresas. A casa comercial britânica tinha escritório na rua da Alfândega, n.º 20, e agência na rua da Praia, n.º 3, e dispunha dos vapores *Butio*, *Gavião*, *Açor*, *Falcão* e *Lobo*.

As viagens para o norte da Ilha estavam a cargo exclusivamente da casa Blandy, através dos vapores *Butio* e *Falcão*, que saíam do Funchal às terças-feiras, às duas horas da madrugada, alternadamente por Leste e Oeste, com escala em vários portos. As saídas por Leste incluíam escalas em Santa Cruz, Machico, Porto da Cruz, Faial, S. Jorge e Ponta Delgada, sendo que o regresso se fazia pelos mesmos portos. Estas viagens custavam 300 e 600 réis, 2.^a e 1.^a classes, respetivamente. As saídas por Oeste compreendiam escalas na Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, Paul, Porto do Moniz, Seixal, S. Vicente e Ponta Delgada. O regresso era efetuado pelos mesmos portos. Os preços destas viagens eram de 400 e 800 réis, 2.^a e 1.^a classes, respetivamente¹⁸².

À semelhança das viagens para o norte da Ilha da Madeira, a ligação desta com a do Porto Santo era da responsabilidade exclusiva da empresa Blandy Brothers & Co., que só se consolidou no final do século XIX e resultou das tentativas do governo português para estabelecer comunicações regulares entre Lisboa e os Arquipélagos dos Açores e da Madeira, e da Ilha da Madeira com o Porto Santo¹⁸³.

Já em 1859, surge uma lei autorizando o governo português a conceder um subsídio de 650 000 réis por viagem de ida e volta e diversas isenções a qualquer empresa que se obrigasse a estabelecer comunicações regulares entre Lisboa e a Ilha da Madeira por barcos a vapor, que deveria realizar um total de 18 viagens de ida e volta por ano. Seguem-se vários decretos e portarias a aprovar ou a rescindir contratos com várias empresas de navegação. Mais tarde, a 6 de maio de 1878, uma nova lei vem autorizar o governo a modificar o contrato feito com a empresa Bensaúde e C.^a,

¹⁸¹ TRIGO, TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, pp. 19-24.

¹⁸² TRIGO, TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, pp. 19-24.

¹⁸³ SILVA, 1941, *O Arquipélago da Madeira na Legislação Portuguesa*, Anexo: «Relação sumária dos diplomas legislativos promulgados acerca da administração pública no Arquipélago da Madeira desde o ano de 1834».

de modo que numa das carreiras mensais de navegação para os Açores incluísse uma carreira para a Madeira¹⁸⁴.

A 27 de julho de 1883, o governo português contrata, por meios de licitação em hasta pública, o serviço de navegação a vapor entre Lisboa e os dois arquipélagos portugueses. É então estabelecido um contrato provisório com a firma Bensaúde, do qual constava a obrigação de realizar regularmente viagens entre as Ilhas da Madeira e do Porto Santo. A Empresa Insulana de Navegação, propriedade da firma Bensaúde, concede à Empresa Funchalense de Cabotagem a exploração dessa ligação. Essa viagem começou por ser feita pelo vapor *Falcão*; com o passar do tempo, os vapores *Butio*, *Açor*, ou *Gavião*, pertencentes à casa Blandy, também passaram a realizar essa ligação¹⁸⁵.

Curiosamente, os vapores *Lobo* e *Açor*, que faziam parte da frota de embarcações da navegação costeira da família Blandy, e à semelhança do vapor *Falcão*, ficaram na sua posse em resultado de uma dívida contraída por João Eleutério Martins a esta empresa britânica, no valor de 25 contos de réis, tendo sido constituída uma hipoteca especial aos vapores do devedor, nomeadamente ao vapor *Lobo*, ainda em construção, e *Açor*, com os seus botes de serviço¹⁸⁶.

Em 1910, as viagens entre as duas ilhas eram quinzenais e tinham lugar às quintas-feiras, com partida às três horas da madrugada. O regresso era feito depois de o vapor ter permanecido três horas na Ilha do Porto Santo. Quando o tempo não permitia a viagem nos dias previstos, esta deveria realizar-se no primeiro dia de bom tempo. A bordo, o vapor levava mala de correio e a viagem de ida e volta custava 600 réis na 2.^a classe e 1000 réis na 1.^a classe¹⁸⁷.

O vapor *Falcão* era, de acordo com Anthony Biddle,

« the only communication which these literally «insular» people of Porto Santo had until recently with the outside world has been a single small coasting steamer, the *Falcão* (Falcon), which plied between Madeira and Porto Santo twice every month, conveying the mails and affording a means of transportation for not exceeding forty passengers»¹⁸⁸.

Este navio costeiro chegou ao Funchal a 27 de fevereiro de 1881 e ao que tudo indica, ficou ao serviço da empresa de navegação da família Blandy, por estar

¹⁸⁴ SILVA, 1941, *O Arquipélago da Madeira na Legislação Portuguesa*, Anexo: «Relação sumária dos diplomas legislativos promulgados acerca da administração pública no Arquipélago da Madeira desde o ano de 1834».

¹⁸⁵ CAIRES, 2004, «As Lanchas de Tráfego Local», p. 26.

¹⁸⁶ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1327, ff. 130 a 131 v.º.

¹⁸⁷ TRIGO, TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, p. 22.

¹⁸⁸ BIDDLE, 1900, *The Madeira Islands*, vol. II, p. 9.

hipotecado a favor desta firma, como se lê na escritura de mútuo e hipoteca entre J. Eleutério Martins e Blandy Brothers & Co., celebrada no dia anterior, na qual o primeiro outorgante se constitui devedor aos segundos outorgantes da quantia de 16 contos de réis, resultante de um empréstimo, e hipoteca o seu barco a vapor, *Falcão*, que passaria a se designar de *Falcão* e que se encontrava naquela data em viagem desde Falmouth para a Madeira¹⁸⁹.

Estas embarcações a vapor assumiam grande importância por altura das festas religiosas, contribuindo fortemente para uma maior afluência de pessoas às mesmas. Nessas ocasiões, os vapores efetuavam várias viagens no mesmo dia. A título de exemplo, para o arraial de S. Pedro, na Ribeira Brava, em 1882, foi anunciado que o vapor *Falcão* sairia do Funchal às sete e às onze horas da manhã, com destino àquela localidade. Em 1887, o mesmo vapor realizou três viagens para o mesmo arraial: às sete e onze da manhã e cinco da tarde. O regresso estava previsto para as nove da manhã, as três e as sete horas da tarde do dia seguinte¹⁹⁰.

Para além da festa de S. Pedro, na Ribeira Brava, existiam outras festas religiosas pela Ilha da Madeira, em que o serviço dos vapores costeiros era reforçado. Tomemos como exemplo o período compreendido entre 30 de julho e 8 de outubro de 1881.

É noticiado que o vapor *Falcão* realizaria quatro viagens no dia 31 de julho para a festa do Santíssimo Sacramento, em Câmara de Lobos: às 8h, 10h, 12h e 14h; o regresso efetuar-se-ia depois da última viagem de ida, regressando o vapor àquela localidade uma ou mais vezes, quando o número de passageiros o justificasse. O preço da viagem, incluindo o embarque e desembarque, era de 250 réis¹⁹¹.

No dia 6 de agosto do mesmo ano, foi anunciado o serviço que os vapores *Falcão* e *Açor* fariam para a procissão marítima de N.^a Sr.^a da Piedade. Assim, o *Falcão* faria viagens para Santa Cruz, Machico, Caniçal ou Piedade às 6h e 10h da manhã e durante todo o dia entre Machico e a Piedade, enquanto o vapor *Açor* faria viagens entre o porto do Funchal e Câmara de Lobos, trazendo passageiros que quisessem ir para os portos acima referidos a bordo do *Falcão*. Quanto aos preços, estes variavam de acordo com o local de embarque e desembarque, oscilando entre os 250 e os 600 réis¹⁹².

A 13 de agosto, é divulgado o horário das viagens que o vapor *Falcão* faria para a festa de N.^a Sr.^a do Monte:

¹⁸⁹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1312, ff. 14 a 14 v.º.

¹⁹⁰ RIBEIRO, 1998, *Ribeira Brava. Subsídios para a História do Concelho*, p. 282.

¹⁹¹ *O Direito*, 30 de julho de 1881.

¹⁹² *O Direito*, 6 de agosto de 1881.

«Ir e vir a vapor – Amanhã é o dia da maior romagem dos povos das freguesias rurais desta ilha, que por devoção, vêm ao Funchal e seguem para a Senhora do Monte, a cumprir promessas e orar à Virgem. Este ano podem fazê-lo em brevíssima viagem e rápido regresso, no vapor *Falcão*»¹⁹³.

Assim, o referido vapor faria as seguintes viagens: do Funchal para a Calheta no sábado e no domingo, às 5h da manhã e 3h da tarde, fazendo escala pela Ribeira Brava, Ponta do Sol e Madalena, regressando da Calheta às 9h da manhã e 7h da tarde, passando pelos mesmos portos; na segunda-feira, sairia do Funchal para os portos acima mencionados às 7h da manhã, meio-dia e 5h da tarde. As passagens tinham o preço único de 400 réis.

Curiosamente, uma notícia do dia 17 de agosto 1881 dá conta do transporte de regresso dos romeiros a esta festa de N.^a Sr.^a do Monte, efetuado pelo vapor *Falcão*, que passamos a citar: «O vapor *Falcão* levou antehontem para os principaes portos das freguesias de oeste grande número de romeiros que, desta vez, tiveram mais esta vantagem da civilização, apoz a pandega da Festa da Senhora do Monte»¹⁹⁴.

Para a festa da Ponta Delgada, é noticiado, nos dias 24 e 27 de agosto, que o vapor *Falcão*, permitindo o tempo, sairia no sábado ao meio-dia, passando por Santa Cruz e Machico. No domingo, o vapor sairia às 6h da manhã, passando pela Ponta do Sol, Madalena e Porto Moniz. No dia seguinte, sairia às 6h da manhã, passando pelos portos de Oeste¹⁹⁵.

A festa de N.^a Sr.^a da Luz e de N.^a Sr.^a da Vida, na Ponta do Sol, e a festa do Loreto, na Calheta, motivam as viagens extra do vapor *Falcão*, que sairia para esses portos na quarta-feira, pelas 10h da manhã, e no dia seguinte, às 8h da manhã, acontecendo o regresso às 6h da tarde. O preço da viagem era de 800 réis, ida e volta, pago adiantado¹⁹⁶.

As viagens extras são também anunciadas para as seguintes festas religiosas: N.^a Sr.^a do Livramento, no Caniço, Senhor dos Milagres, em Machico, e N.^a Sr.^a do Rosário, em S. Vicente.

O vapor *Falcão* realizava, ainda, «viagens de recreio» à Ponta do Sol¹⁹⁷, à Ponta de S. Lourenço¹⁹⁸ e à «roda da ilha», tendo, esta última, a particularidade de haver música a bordo¹⁹⁹.

¹⁹³ *O Direito*, 13 de agosto de 1881.

¹⁹⁴ *Diário de Notícias – Madeira*, 17 de agosto de 1881.

¹⁹⁵ *O Direito*, 24 e 27 de agosto de 1881.

¹⁹⁶ *O Direito*, 3 de setembro de 1881.

¹⁹⁷ *O Direito*, 25 de maio de 1881.

¹⁹⁸ *O Direito*, 27 de agosto de 1881.

¹⁹⁹ *O Direito*, 8 de outubro de 1881.

O serviço prestado pela companhia Blandy Brothers à navegação costeira revelou-se indispensável, como se deduz da leitura de um artigo incluído num periódico, em 1881, onde se apela às câmaras municipais para que dispensem parte do seu orçamento para subsidiarem os vapores que realizam esse serviço:

«Os srs. Blandy Brothers & C.^a, proprietários dos vapores “Falcão” e “Açor”, lidam no empenho de facilitar o transporte aos habitantes das diversas freguesias da Madeira [...]. Achamos desnecessário demonstrar aqui as vantagens que resultam para todas as pessoas que moram distantes desta cidade da medida que os srs. Blandy pretendem adoptar; mas, para se levar a cabo este tão favorável intento, torna-se necessário que todos os habitantes desta ilha se convençam das grandes vantagens e melhoramentos que diretamente advêm às freguesias e pessoas nelas residentes numa tal empresa. [...] lembramos a todas as câmaras municipais do distrito a conveniência que há em que votem no seu próximo orçamento ordinário para o ano de 1882, a verba que julgarem suficiente para subsídios a estes vapores»²⁰⁰.

No início da década de 1880, a empresa Blandy Brothers surge incluída noutra área de negócios. Por esta altura, Dennis Embleton, um viajante que passou o inverno de 1880-1881 na Ilha da Madeira, constata a existência de vários banqueiros no Funchal: Mr. Haywood²⁰¹, o cônsul britânico; Blandy Brothers & Co.; Cossart, Gordon & Co.; Krohn Brothers & Co.; e a agência do Banco de Portugal²⁰². Na origem da criação do Banco Blandy, em 1923, estará certamente o facto de esta casa comercial estar, desde sempre, ligada ao comércio internacional, e, conseqüentemente, lidar com *bills of exchange*. Para além disso, a firma Blandy frequentemente emprestava dinheiro a juros. A este propósito, Rui Nepomuceno afirma que:

«especulando com a sua folgada situação económica e financeira, os mercadores britânicos, quando lhes convinha, emprestavam grandes somas de dinheiro aos proprietários de terras e aos próprios colonos e através deste mecanismo asseguravam o direito de preferência na compra, a preços baratos, da produção vinícola vindoura. Também jogavam com a crónica falta de moeda no circuito monetário insular, manipulando em seu benefício com o facto do vinho servir muitas vezes de meio de pagamento»²⁰³.

De acordo com o testemunho de A. J. Drexel Biddle, o Banco Blandy era líder nesta área. O autor publica, no segundo volume da sua obra sobre a Madeira,

²⁰⁰ *O Direito*, 13 de agosto de 1881.

²⁰¹ Achamos que o autor queria referir-se a George Hayward, tendo em conta a informação de COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 180.

²⁰² EMBLETON, 1882, *A Visit to Madeira in the Winter 1880-1881*, p. 82.

²⁰³ NEPOMUCENO, 2003, *Uma Perspectiva da História da Madeira*, p. 192.

uma carta onde o referido banco presta esclarecimentos acerca das denominações da moeda madeirense e a sua equivalência nas moedas americanas e inglesas²⁰⁴.

Na primeira década do século XX, encontramos um número significativo de agências de bancos ou casas bancárias, para além da casa Blandy, na rua da Alfândega, n.º 20, a saber: Agência do Banco Ultramarino, na rua do Sabão, n.º 14; Agência do Banco de Portugal, na praça da Constituição, n.º 29; Agência da Companhia Geral de Crédito Predial Português, na rua do Conselheiro José Silvestre Ribeiro, n.ºs 15 a 19; Henrique Figueira da Silva, na rua dos Murças, n.ºs 2 a 6; Reid, Castro e C.^a, no largo de S. Sebastião, n.ºs 7 e 9; Rocha Machado & C.^a, na rua da Alfândega, n.ºs 2 a 7; e Sardinha e C.^a, na rua de João Gago, n.º 4²⁰⁵.

É na sequência de um empréstimo em dinheiro ao 2.º conde de Carvalhal que John Burden adquiriu a quinta do Palheiro Ferreiro, a 12 de dezembro de 1885. De seu nome António Leandro da Câmara Carvalhal Esmeraldo Atouguia Bettencourt Sá Machado, o Conde de Carvalhal «era o representante das mais antigas e nobres famílias da Madeira [...]. Possuía vastas propriedades em todas as freguesias da Madeira, chegando a ser a Casa Carvalhal, a segunda ou terceira do país em bens territoriais»²⁰⁶. No entanto, a sua vida luxuosa pelas capitais europeias levou-o à ruína: «[p]ara tanto fausto e ostentação, chegando a ocupar um lugar de destaque naquelas capitais, mal podia acudir uma renda anual de 100 contos de réis, que lhe dava a sua casa»²⁰⁷.

Esta propriedade, tal como o palácio de S. Pedro, estava hipotecada a favor de várias partes, dos quais se destaca a empresa Blandy²⁰⁸. A 22 de dezembro de 1881, foi celebrada uma escritura de mútuo e hipoteca entre o conde de Carvalhal, D. António da Câmara Leme de Carvalhal Esmeraldo, e a Blandy Brothers & Co., referente à quantia de nove contos e 800 000 réis, que os segundos outorgantes lhes emprestaram, com juros a 6%. Ao primeiro outorgante é dado o prazo de três anos para proceder ao pagamento da dívida em questão, a contar da data desta escritura. É constituída hipoteca sobre o palácio de S. Pedro, na rua da Mouraria, e a quinta do Palheiro do Ferreiro, situada nas freguesias de S. Gonçalo e Caniço, sobre os quais existia já uma hipoteca a favor da Companhia Geral de Crédito Predial de Portugal, pela quantia

²⁰⁴ BIDDLE, 1900, *The Madeira Islands*, vol. II, p. 299.

²⁰⁵ TRIGO, TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, pp. 42-43.

²⁰⁶ SILVA, MENESES, 1998, *O Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 254-255.

²⁰⁷ SILVA, MENESES, 1998, *O Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 255.

²⁰⁸ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1316, ff. 78 a 79.

de 16 954 804 réis. Existia ainda uma outra hipoteca dos referidos prédios a favor da firma Freitas e Macedo.

A 21 de março de 1882, é celebrada uma nova escritura de mútuo e hipoteca entre o conde de Carvalhal e a firma Blandy Brothers & Co., onde o primeiro outorgante confessa dever ainda 620 000 réis, resultante de um empréstimo. O pagamento desta dívida deveria ser feito sob as mesmas condições apontadas no contrato de 22 de dezembro de 1881²⁰⁹.

Face às dificuldades encontradas para efetuar o pagamento da dívida, o conde de Carvalhal acabou por vender a referida quinta à empresa Blandy por 13 contos de réis. É indiscutível que as quintas eram sinónimo de riqueza e que a sua venda era sinal de ruína, como refere Maria Lamas²¹⁰. Passados três anos da celebração das escrituras acima descritas, o 2.º conde de Carvalhal, um dos homens mais abastados de Portugal, morre completamente falido.

A quinta do Palheiro Ferreiro sempre foi considerada um local extremamente aprazível, que impressionou várias personalidades que por lá passaram. Concebida inicialmente como tapada de caça, a quinta sofreu diversos melhoramentos ao longo do tempo, de tal forma que se tornou um local de visita quase obrigatório para aqueles que visitavam a Ilha da Madeira. São vários os autores e investigadores que também escreveram sobre a Quinta do Palheiro do Ferreiro²¹¹, dos quais destacaremos alguns.

Maria Lamas, no seu livro intitulado *Arquipélago da Madeira*²¹², dedica um capítulo às quintas madeirenses. Confessando desconhecer as quintas nas suas primeiras viagens à Ilha da Madeira, e atraída pelos elogios que eram feitos a estas propriedades, teve, enfim, oportunidade de as conhecer:

«[e] conheci finalmente as quintas: lugares onde paira um passado romântico, nas habitações, nos recintos ajardinados, no campo de croquet, abandonado; nas ruas a que as raízes das velhas árvores alteraram o empedrado miúdo e redondinho!»²¹³.

A autora reflete sobre o conceito de «quinta» madeirense:

«Quintas madeirenses! Nem grandes extensões de terra, nem importantes explorações agrícolas, nem estilos variados na fachada da casa e no arranjo dos jardins: geralmente são propriedades inteiramente amuradas, com uma residência rodeadas de relvados, canteiros e árvores e uma ruazinha florida até ao portão da entrada, quase sempre grande,

²⁰⁹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1318, ff. 8 a 8 v.º.

²¹⁰ LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira*, p. 305.

²¹¹ Cf. CORRÊA, 1927, *A Ilha da Madeira*; QUINTAL, 1986, «Os Jardins do Palheiro Ferreiro», pp. 113-128; SAINZ-TRUEVA, 1988, «Quinta do Palheiro do Ferreiro», pp. 222-231.

²¹² LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira*.

²¹³ LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira*, p. 303.

de ferro mais ou menos artisticamente trabalhado. Influências inglesas, sem dúvida, mas tudo impregnado do ambiente da ilha e ao gosto duma época distante»²¹⁴.

Muitas quintas madeirenses, refere Maria Lamas, foram mandadas construir por ingleses e muitas delas continuam na posse dos seus descendentes. As quintas que existiam na cidade eram habitações permanentes, enquanto aquelas construídas no campo eram apenas residências de verão.

Ao longo de 44 páginas, Maria Lamas demora-se a descrever algumas das quintas mais conhecidas, entre as quais se destaca a Quinta do Palheiro Ferreiro, que «não é só a mais extensa e sumptuosa quinta da Madeira como a maior propriedade do género [...] da Península Ibérica»²¹⁵. Acrescenta ainda que «o que lhe dá excepcional categoria a esta quinta são os jardins e parques, tanto pelo traçado e perspectivas como pela extraordinária variedade da sua flora, que inclui espécies das mais diversas partes do Mundo, algumas raríssimas»²¹⁶. Curiosamente, esta quinta não foi construída por ingleses. Era inicialmente uma mata extensa mandada plantar pelo 1.º conde de Carvalhal, no início do século XIX. Posteriormente, foi construído um pavilhão de caça e, mais tarde, a residência e a capela. Ao longo do tempo, a quinta foi sendo enriquecida com novas espécies vegetais, jardins cada vez mais amplos, que eram regados com água proveniente das serras, que alimentavam ainda os lagos, cascatas, ribeiros artificiais e um tanque de grandes dimensões. Quando, em 1817, informa-nos a autora, «a arquiduchessa Leopoldina da Áustria passou na Madeira, a caminho do Brasil, onde ia casar com o imperador D. Pedro I, esteve na Quinta do Palheiro, confessando-se deslumbrada»²¹⁷.

A quinta do Palheiro do Ferreiro e o título nobiliárquico, entre outros bens, são herdados, por morte do 1.º conde de Carvalhal, pelo sobrinho deste, António Leandro da Câmara Carvalhal Esmeraldo Atouguia Bettencourt Sá Machado, cuja mãe era a filha do governador e capitão-general da Madeira, Sebastião Xavier Botelho. Bulhão Pato²¹⁸, que escreveu sobre esta quinta, era amigo do 2.º conde de Carvalhal e visitou a Ilha da Madeira entre agosto de 1850 e março de 1851, quando tinha pouco mais de 20 anos de idade. Informa-nos que «[a]s diversões davam-se todos

²¹⁴ LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira*, p. 303.

²¹⁵ LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira*, p. 340.

²¹⁶ LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira*, p. 340.

²¹⁷ LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira*, p. 342.

²¹⁸ NASCIMENTO, 1949, *Lugares Selectos de Autores Portugueses que escreveram sobre o Arquipélago da Madeira*.

os dias; passeios de campo, almoços, jantares, serões de família e bailes animados. Rara semana deixava de haver caçada e lanche no parque Carvalhal»²¹⁹.

De acordo com este autor, o nome da quinta advém do facto de naquele local existir «um ferreiro que tinha choça ou palheiro, onde o conde descansava, antes de fazer o parque». Acrescenta que «[e]m todo o nosso país não há nada que tenha o encanto e a grandeza senhoril daquele parque»²²⁰. Procede depois à descrição da fauna e flora lá existentes:

«Chapadas, pendendo ao mar, colmadas de arvoredos, abismos, oásis de verdura, grandes lagos e abundantíssima água corrente; ruas extensas, bordadas de hortênsias; bosques de camélias; relvões matizados de margaridas e violetas; magnólias frondíferas, de folha rija e bronzeada, com as suas grandes flores de neve embalsamando os ares; os veados, de galhos altaneiros, atravessando, rápidos e elegantes, na floresta; os pavões multicores ostentando, enfunados e vaidosos, a plumagem lúbrica; o faisão com a gorjeira de oiro sobre o manto de púrpura»²²¹.

Isabella de França esteve na quinta numa altura em que decorriam obras mandadas fazer pelo 2.º conde de Carvalhal e descreve a sua visita à mesma:

«Passámos pelo Palheiro Ferreiro, domínio esplêndido, construído e plantado pelo defunto Conde de Carvalhal onde outrora existia uma encosta nua, excepto quanto a alguns castanheiros antigos. Talvez em tempos idos tivesse aqui a sua forja algum ferreiro; agora é um extenso parque, cortado em todas as direções por estradas, entre alamedas viçosas e muitas espécies de árvores, em que se salientam os carvalhos, desconhecidos nesta ilha até à sua introdução pelo falecido conde. A casa é pequena em comparação com o parque, mas tem à frente jardins com muitas plantas curiosas e grandes tanques com cascatas artificiais, cuja água vem dos montes mais altos em resultado de obras que custaram muito dinheiro»²²².

Em 1885, ano em que é adquirida por John Burden Blandy, a quinta possuía

«três casas de habitação, casa do guarda portão, cavalariças, casa do gado, galinheiros, estufas, jardins, tanques, muros, portadas ao Norte e ao Sul, hortas, pomares, arvoredos, e uma vasta porção de terra parte semeada de pinheiros, parte d'outros géneros e parte inculta»²²³.

A quinta era irrigada com água de diversas fontes, como escreveu Isabella de França, nomeadamente das fontes do Juncal, Pereiro, Ribeiro e Achada do

²¹⁹ NASCIMENTO, 1949, *Lugares Selectos de Autores Portugueses que escreveram sobre o Arquipélago da Madeira*, p. 37.

²²⁰ NASCIMENTO, 1949, *Lugares Selectos de Autores Portugueses que escreveram sobre o Arquipélago da Madeira*, p. 36.

²²¹ NASCIMENTO, 1949, *Lugares Selectos de Autores Portugueses que escreveram sobre o Arquipélago da Madeira*, pp. 36-37.

²²² FRANÇA, 1969, *Journal of a Visit to Madeira and Portugal (1853-1854)*, p. 75.

²²³ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1327, ff. 150 v.º a 153 v.º.

Bispo, conduzidas até à quinta em aquedutos privativos; tinha também uma levada privada, a levada do Blandy, com origem no Poço da Neve, a 1633 metros de altitude. A irrigação da quinta estava assegurada, mas a realidade da restante Ilha não era semelhante, uma vez que na segunda metade do século XIX, refere Benedita Câmara²²⁴, verificou-se uma grande procura de água de rega, o que fez que, entre 1850 e 1914, muitas levadas fossem construídas com capitais privados, cujos arrendamentos de água atingiam, muitas vezes, preços elevadíssimos, claramente superiores às águas do Estado, como seria o caso de Santa Cruz, onde o preço das águas dos privados chegava a ser 22 vezes superiores ao do Estado.

Foi graças à construção de 120 quilómetros quadrados de levadas, num investimento levado a cabo pelo Estado na captação de águas (geralmente feito na costa norte, onde há maior pluviosidade que eram posteriormente conduzidas à costa sul, através de levadas), que foi possível proporcionar mais água aos habitantes da Ilha da Madeira, para além de estabilizar os preços em determinadas zonas da região. Este investimento público ocorreu entre 1840 e 1910, aproximadamente²²⁵.

Depois de ter mandado construir uma nova casa, John Burden mudou-se para a Quinta do Palheiro em 1891. Aí recebeu o rei D. Carlos I e a rainha D. Maria Amélia, a 24 de junho de 1901, para os quais organizou um banquete com numerosos residentes britânicos como convidados. Como forma de reconhecimento, o rei quis agraciá-lo com o título de Conde de Santa Luzia. Eis como reagiu John Burden Blandy:

«O snr. João B. Blandy agradeceu aquela distincção, mas pediu licença para não a aceitar, declarando que se daria por muito satisfeito se Sua Magestade lhe oferecesse uma das aquarelas da sua lavra. D. Carlos prometeu enviar-lhe um dos seus melhores quadros, e cumpriu a sua promessa pouco depois de regressar à capital»²²⁶.

No início do século XX, a firma Blandy Brothers encontrou uma outra área de investimento: estabeleceu uma fábrica de moagem de cereais que, não sendo a mais produtiva, era mais avançada ao nível da automatização que as outras duas fábricas identificadas em 1900, como refere Benedita Câmara: «[a] fábrica Blandy Brothers & Co. tinha um grau de automatização superior às outras duas porque a armazenagem do trigo era feita em grandes silos verticais que eram carregados por um elevador e uma tela»²²⁷. A fábrica mais antiga era aquela pertencente a António Giorgi & C.^a. Nesta data, a fábrica Progresso Industrial de Azevedo, Santos & C.^a também laborava ativamente. Sete anos depois, surgiram no mercado outras três fábricas

²²⁴ BENEDITA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 39.

²²⁵ BENEDITA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 41.

²²⁶ *Diário de Notícias – Madeira*, 8 de dezembro de 1912.

²²⁷ CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 62.

e sete azenhas, o que levou ao decréscimo da laboração efetiva anual das grandes fábricas existentes, como refere Benedita Câmara²²⁸, e originou alguns atritos entre as mesmas. Em 1907, a fábrica Blandy era a que liderava a laboração efetiva anual, com 1 207 800 kg de cereais moídos. O *Moinho do Blandy* – era desta forma que as pessoas se referiam à Fábrica de Moagem dos Lavradores²²⁹, situada no largo dos Lavradores, n.ºs 18 e 19, entre a rua do Oudinot e a rua da Infância, propriedade da firma Blandy Brothers & Co., que era proprietária também de uma fábrica de panificação na rua do Hospital Velho, conhecida pela *Padaria do Blandy*, cujos produtos tinham grande aceitação. Encontrámos um anúncio de abril de 1930, a publicitar o *Pão Blandy*, que custava 190 réis e poderia ser adquirido na rua dos Tanoeiros, n.º 87²³⁰. Mais tarde, a fábrica e a padaria da firma Blandy foram adquiridas pela Companhia Insular de Moinhos, cujas áreas de intervenção passavam pela moagem de cereais, panificação e doçaria²³¹.

Ainda durante o período de gerência de John Burden Blandy da firma Blandy Brothers, gostaríamos de salientar a compra do *Diário de Notícias (Madeira)*²³² em 1896.

Pela análise dos registos notariais no período em que John Burden Blandy foi gerente da casa Blandy, apercebemo-nos do volume considerável de negócios efetuados, tornando-o, por altura do seu falecimento, «[p]ossuidor d'uma avultada fortuna»²³³.

Uma das fontes de rendimento desta família britânica consistia no empréstimo de dinheiro a juros, tal como fizeram John Blandy e Charles Ridpath Blandy. Com John Burden Blandy, verificámos que essa era uma prática muito comum. Destacamos, de seguida, alguns contratos dessa natureza.

A 14 de novembro de 1878, a firma Blandy Brothers emprestou a José de Sousa e sua esposa, Maria José da Conceição, lavradores, moradores no sítio de Santa Catarina, 750 mil réis²³⁴.

A 24 de fevereiro de 1880, Emília Alexandrina de Carvalho, e seu filho, Fernando Correia de Carvalho, Aníbal Acácio de Carvalho e sua esposa, e Emília Fernandina de Carvalho, moradores à rua do Socorro, receberam de empréstimo da firma Blandy

²²⁸ CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 62.

²²⁹ TRIGO, TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, p. 50.

²³⁰ *Diário de Notícias – Madeira*, 6 de abril de 1930.

²³¹ CALDEIRA, 1964, *O Funchal no primeiro quartel do século XX (1900-1925)*, p. 116.

²³² SILVA, MENESES, 1998, *O Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 359.

²³³ *Diário de Notícias – Madeira*, 8 de dezembro de 1912.

²³⁴ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2510, ff. 29 v.º a 30 v.º.

Brothers 200 mil réis, com juros a 12%. Para pagamento da dívida, os primeiros outorgantes consignam ao segundo outorgante o vinho em mosto que produzirem ao reter oitavas partes que possuem em comum num prédio rústico no sítio da Quebrada e Cova, Achada da Cruz, concelho do Porto Moniz²³⁵.

A 26 de fevereiro de 1881, João Eleutério Martins constitui-se devedor da quantia de 16 contos de réis, fruto de um empréstimo, a juro de 6%, e «constitui hipoteca especial no seu barco *Falcon*, – que passará a ser *Falcão* – objeto para que foi aplicada a referida importância e que tem o registo de trinta e quatro metros cúbicos correspondente a trinta toneladas e trinta e nove de cem avos, medição inglesa, atualmente em viagem de Falmouth para esta ilha da Madeira»²³⁶.

A 28 de abril de 1881, Pedro de Alcântara Gois, comissário da polícia, e sua esposa Maria Clementina Gois, moradores no sítio de S. Filipe, freguesia de Santa Maria Maior, receberam por empréstimo 600 mil réis, a serem pagos no prazo de oito anos, de uma só vez ou em prestações não inferiores a 100 mil réis cada uma, aos quais acrescem os juros de 6% ao ano, que deverão ser pagos no fim de cada ano²³⁷. Numa escritura datada de 15 de junho de 1885, Pedro de Alcântara Góis e sua esposa reconheceram dever à firma Blandy Brothers & Co. a quantia de dois contos e 300 mil réis, os quais se obrigavam a pagar no prazo de seis anos, a contar da data daquela escritura, a juro de 6% ao ano. É constituída hipoteca especial sobre o prédio que o casal possuía no Vale Formoso, e sobre um outro prédio urbano situado à travessa do Surdo, n.º 16²³⁸.

A 28 de março de 1884, Manuel José da Silveira e sua esposa receberam de empréstimo um conto e 937 145 réis, que se obrigavam a pagar em vinte prestações mensais, tendo lugar o pagamento da primeira prestação no dia 30 do mês seguinte²³⁹.

Por escritura de 11 de abril de 1884, a firma Freitas e Macedo, representada pelos sócios Júlio João de Freitas e João José de Macedo, reconhece-se como devedora da firma Blandy Brothers, relativo a um montante de 44 contos e 776 450 réis, resultante do saldo de todas as contas e transações entre as duas casas comerciais. Nesta quantia está já incluída a importância de 43 contos e 700 mil réis, verificados no processo de falência da firma Freitas e Macedo. Estes dão em pagamento de parte do crédito «o terreno de um prédio que possuem no sítio da Vitória, em S. Martinho, que rega

²³⁵ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1195, ff. 84 e 84 v.º.

²³⁶ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1312, ff. 19 a 19 v.º.

²³⁷ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1312, ff. 95 a 95 v.º.

²³⁸ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1326, ff. 118 a 119.

²³⁹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1323, ff. 127 a 128 v.º.

com três poços de água ou três dias de água da levada da Telha, entancada no poço da Lombada, com águas nascentes à margem da ribeira dos Socorridos, entancada num poço de pedra e cal. Este prédio confronta pelo Norte com a estrada Monumental, Sul com o calhau do mar, Leste com o ribeiro da Vitória e a muralha do forte, e Oeste com a veia de água da Ribeira dos Socorridos». No entanto, os devedores reservam «para si apenas o engenho, alambiques, armazéns, casas e todas as benfeitorias e utensílios existentes no referido prédio, os quais a eles primeiros outorgantes convém conservar para a continuação da manufactura de aguardente que no mesmo prédio têm montado»²⁴⁰.

Uma semana depois, os dois sócios da firma Freitas e Macedo «entenderam e resolveram ser de vantagem para eles primeiros outorgantes e seus credores levar mais longe a redução e amortização da dívida» para com a firma Blandy Brothers e decidiram dar em pagamento as casas, armazéns, alambiques, engenho, caldeira, cascadora e todos os mais utensílios e benfeitorias do prédio no sítio da Vitória, descrito na escritura anterior, no valor de vinte contos e 6505 réis. Deram ainda um prédio urbano situado na rua da Alfândega, n.º 50, que constava de uma casa com três pavimentos, no valor de quatro contos e 800 000 réis; outro prédio urbano situado na rua Nova de Santa Maria, que constava de uma casa para treze moradas, no valor de um conto de réis; um prédio rústico no sítio das Preces, que constava de uma porção de terra de cultivo de vinha, árvores e sementeira, colonizada por herdeiros de Manuel Rodrigues de Gouveia, no valor de 160 000 réis. Depois de descontados dos valores dos bens dados em pagamento as importâncias dos ónus que existiam sobre os prédios, o crédito ficou reduzido a 17 contos e 309 945 réis, que a firma Blandy, como segundos outorgantes, prometia perdoar esse crédito «se pelos primeiros outorgantes devedores forem pontualmente cumpridas dentro do estipulado prazo as obrigações em que eles por esta escritura se constituem, de entregarem ao credor hipotecário o produto dos três prédios do Campanário e Ribeira Brava, para amortização do crédito hipotecário registado sobre o prédio da Vitória, e de pagarem o saldo desse crédito para inteira extinção da hipoteca que o garante»²⁴¹.

A 17 de janeiro de 1885, Manuel João da Silveira vendeu a António Giorgi & Ca., um prédio urbano, situado na rua da Sé, números 12 e 13, que estava hipotecado à casa comercial Blandy Brothers & Co., por escritura celebrada no dia 29 de março de 1884, à segurança da quantia de um conto e 37 145 réis, débito esse que à data já se encontrava liquidado.

²⁴⁰ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1323, ff. 161 a 162 v.º.

²⁴¹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1323, ff. 172 v.º a 176.

A 1 de dezembro de 1885, João Eleutério Martins pediu um novo empréstimo à firma Blandy Brothers & Co.: 25 contos de réis, a juro de 6%, para adquirir dois vapores, *Lobo*, que ainda estava em construção, e *Açor*, com os seus botes de serviço, sobre os quais constituiu hipoteca especial²⁴².

A empresa Blandy Brothers & Co., frequentemente representada por John Burden Blandy, sócio-gerente, adquiriu inúmeros bens imóveis.

Pela escritura de 17 de junho de 1878, ficámos a saber que Maria Carlota vendera-lhe dois prédios urbanos e suas dependências, no sítio de S. Lázaro, pela importância de cinco contos de réis²⁴³.

A 12 de dezembro de 1879, Rufino José Teixeira e sua consorte, Maria Helena Georgina de Almeida Teixeira, venderam a quarta parte de uma casa sobradada e pequeno quintal situado no Beco da Vigia, n.º 2, por 30 mil réis à firma Blandy, que já era proprietária do prédio.²⁴⁴

Pela escritura de 5 de maio de 1880, José de Sousa e sua esposa, moradores em Santa Catarina, dão à firma Blandy Brothers & Co., como forma de pagamento de uma dívida contraída a 14 de novembro de 1878, no valor de 656 250 réis, as benfeitorias rústicas no sítio de Santa Catarina e três créditos²⁴⁵.

A 21 de abril de 1881, a firma Blandy comprou a António Rodrigues de Aguiar e esposa, José Pereira de Oliveira e esposa, Perpétua de Jesus, Maria Rosa de Jesus e seu esposo, e João da Silva e esposa, seus parceiros agrícolas, benfeitorias no sítio dos Três Paus ou Viena, em Santo António, por 246 100 réis²⁴⁶.

A 2 de setembro de 1881, Frederico Alfredo de Faria Bettencourt e sua esposa e Jorge de Oliveira Figueiroa da Câmara e sua esposa, venderam à referida firma um armazém de três pavimentos, na rua de Santa Maria, números 29 e 30, por um conto de réis²⁴⁷.

A 17 de dezembro de 1881, João da Câmara Lomelino, vendeu à firma Blandy Brothers um prédio urbano no sítio do Calhau, na Calheta, que consta de uma casa de dois pavimentos, por 150 mil réis²⁴⁸.

A 21 de dezembro de 1881, a firma Bastos e Companhia vendeu-lhes um prédio urbano situado à rua da Alfândega, números 128 a 132, que consta de três casas

²⁴² ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1327, ff. 130 v.º a 131.

²⁴³ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2506, ff. 41 a 41 v.º.

²⁴⁴ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1194, ff. 98 a 98 v.º.

²⁴⁵ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1196, ff. 92 a 92 v.º.

²⁴⁶ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1312, ff. 87 v.º a 88 v.º.

²⁴⁷ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1314, ff. 86 v.º a 87.

²⁴⁸ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1316, ff. 61 v.º a 62.

reunidas com três pavimentos. A transação foi feita por oito contos e 500 mil réis, sendo seis contos de réis pelo prédio e dois contos e 500 mil réis pelos utensílios do estabelecimento existente no mesmo prédio.²⁴⁹

A 15 de novembro de 1882, José Sebastião da Silva e Moura, morador na Ilha do Porto Santo, vendeu à firma Blandy Brothers uma porção de terra de semeadura e pastagem na mesma ilha, por 635 mil réis²⁵⁰.

A 15 de dezembro de 1883 a firma Blandy adquiriu um prédio situado no Caminho do Monte, em Santa Luzia, a João Augusto de Freitas e sua esposa, por um conto e 300 mil réis²⁵¹.

A 4 de julho de 1883, Francisco Correia e sua esposa venderam à firma Blandy Brothers um prédio no sítio das Casas próximas, em Santo António da Serra, sobre o qual existia uma hipoteca a favor de Alfredo Blandy. O montante da venda ajustado foi de 650 mil réis²⁵².

A 29 de novembro de 1883, Augusto César Bianchi, e sua esposa venderam a John Burden Blandy um prédio rústico no Caminho do Monte, em Santa Luzia, por um conto e 500 mil réis²⁵³.

A 14 de março de 1884, os herdeiros de Carlos Ridpath Blandy venderam à firma Blandy Brothers um prédio urbano situado à rua de S. Francisco²⁵⁴, que constava de duas habitações, diversos armazéns e duas terças partes de outro armazém situado no beco de Joaquim Sanches, por 13 contos de réis²⁵⁵.

A 12 de abril de 1884, a Viscondessa de Ouguela e Baronesa de Barcelinhos e seu marido, Visconde de Ouguela, venderam a terça parte do armazém atrás mencionado à firma Blandy, a quem pertencia as outras duas terças partes, por um conto de réis²⁵⁶.

A 14 de maio de 1884, Ana Cândida de Abreu, viúva de Francisco Pedro de Abreu, vendeu a John Burden Blandy um prédio urbano no Caminho do Monte,

²⁴⁹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1316, ff. 72 a 73.

²⁵⁰ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1319, ff. 174 a 175.

²⁵¹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1322, ff. 171 a 172 v.º.

²⁵² ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1321, ff. 103 a 104.

²⁵³ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1322, ff. 146 v.º a 147 v.º.

²⁵⁴ Este prédio tinha estado na posse da família Blandy desde a chegada de John Blandy à Ilha da Madeira. De acordo com Marcus Binney, que escreveu, em 2011, o livro *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*, John Burden Blandy e o seu irmão, Graham John Blandy, tinham sido deserdados pelo pai, Charles Blandy, o qual, no seu testamento, deixara expresso que os armazéns de S. Francisco deveriam ser colocados à venda (p. 43).

²⁵⁵ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1323, ff. 105 a 106 v.º.

²⁵⁶ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1323, ff. 163 a 164.

que constava de uma casa de um pavimento e terreno com benfeitorias de vinha, por um conto e 200 mil réis²⁵⁷.

A 3 de junho de 1884, Augusto César Ribeiro, e sua esposa Helena da Glória Ribeiro, venderam à firma Blandy meia pena de água potável do sítio da Fundoa, cujo foro à Santa Casa era de 5625 réis, pago no dia 4 de agosto de cada ano. A venda realizou-se pela quantia de 50 mil réis²⁵⁸.

A 23 de dezembro de 1884, Júlio João de Freitas, um dos sócios da empresa falida, Freitas e Macedo, vendeu a John Burden Blandy, representante da Blandy Brothers & Co., a barca francesa *D. Alembert*, julgada inavegável, que arrematara na Alfândega no Funchal e que estava ancorada na baía do Funchal, pelo preço de um conto e 300 mil réis²⁵⁹.

No que concerne a arrendamentos, encontrámos uma escritura datada de 18 de agosto de 1884, na qual a firma Blandy Brothers dá de arrendamento à firma Leacock & Co. um prédio urbano situado na rua das Fontes, S. Pedro, que consta de uma casa de dois pavimentos e lojas, dois armazéns, duas estufas de dois andares e dois poços, um grande e outro pequeno, com o uso perene de um anel de água da fonte de S. Pedro, tomado na rua da Carreira, à esquina da travessa do Surdo, confinando todo o prédio pelo Norte com a rua do Mercado, Sul com a rua das Fontes, para onde tem os números 35 a 43, Leste com a Calçada de S. Lourenço para onde tem os números 1 a 3, e Oeste com Luís Agostinho de Abreu e o teatro pertencente à Câmara Municipal do Funchal. O contrato tinha uma duração de nove anos, a começar a 1 de setembro desse ano e terminaria a 31 de agosto de 1893, com a renda anual de 450 mil réis. Os arrendatários deveriam cumprir cinco condições: pagar a renda aos semestres adiantados; proceder ao pagamento de todas as contribuições a que estava sujeito o prédio; conservar o prédio; conservar em bom estado a canalização e proceder à sua reparação sempre que necessário e, por fim, se estas condições fossem cumpridas, estes teriam a preferência dos senhorios para futuro arrendamento²⁶⁰.

Ainda a propósito do contrato anterior, Charles Frederick Raleigh Blandy, irmão de John Burden Blandy e sócio da empresa Blandy Brothers & Co., celebra um contrato de ratificação com a firma Leacock & Companhia, onde consta que «um prédio urbano situado à rua das Fontes, [...] não obstante estar sendo

²⁵⁷ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1324, ff. 9 v.º a 10.

²⁵⁸ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1324, ff. 71 a 72 v.º.

²⁵⁹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1325, ff. 99 v.º a 100.

²⁶⁰ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1324, ff. 139 v.º a 140 v.º.

administrado conjuntamente com os bens da referida casa comercial, pertence exclusivamente a ele, primeiro outorgante»²⁶¹.

Encontrámos um outro contrato de arrendamento, mas desta vez é a firma Blandy que é o locatário. O mesmo foi celebrado entre a firma Blandy e José Joaquim dos Santos, Herminda dos Santos, Adelaide dos Santos, Constantino Augusto dos Santos e Olívia dos Santos, todos residentes à rua da Imperatriz e menores de idade, à exceção do primeiro, representados pelo tutor Luís Soares de Sousa. Estes dão de arrendamento um prédio em parte urbano e em parte rústico, com entradas para a rua da Imperatriz, por três anos, renovável por outro período igual, pela renda de 190 mil réis por ano²⁶².

No entanto, a firma Blandy Brothers & Co. viu-se forçada a fazer alguns empréstimos ou aquisição de bens a crédito. A 25 de janeiro de 1883, Wilhelm Joham Krohn, sócio e representante da casa comercial Krohn Brothers & Companhia, dá plena quitação à firma Blandy Brothers & Co., representada por John Burden Blandy, referente à dívida de 22 contos e 500 mil réis. Essa dívida advinha da venda de bens que os irmãos Krohn haviam feito à firma Blandy, a 18 julho de 1879²⁶³.

A 5 de maio de 1883, Joaquim Fernandes de Freitas, recebeu 392 200 réis da firma Blandy Brothers & Co., montante que lhe tocou na partilha do inventário a que se tinha procedido por óbito do seu pai, referente a uma dívida (cinco contos de réis) que esta casa comercial tinha para com os seus pais, Luís de Freitas e Maria Carlota de Freitas, contraída a 8 de julho 1864, resultante da venda de diversos bens²⁶⁴. Pela escritura de 17 de junho de 1878 tomámos conhecimento que se tratou de dois prédios urbanos e suas dependências, no sítio de S. Lázaro, pela importância de cinco contos de réis²⁶⁵.

A 30 de abril desse ano, a atrás mencionada Maria Carlota de Freitas, na qualidade de herdeira do seu filho falecido, Carlos, e como procuradora do seu filho Engino de Freitas, dá quitação à empresa Blandy Brothers & Co., do montante de 773 940 réis, por conta da situação exposta no contrato anteriormente mencionado²⁶⁶.

Encontrámos ainda mais 21 escrituras, mas para não sermos demasiado exaustivos, optamos por não as discriminar em pormenor e apenas referir que se trata de compras de bens imóveis.

²⁶¹ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1324, ff. 155 v.º e 156.

²⁶² ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1324, ff. 31 a 32.

²⁶³ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1320, ff. 52 v.º a 53.

²⁶⁴ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1321, ff. 12 v.º a 13.

²⁶⁵ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 2506, ff. 41 a 41 v.º.

²⁶⁶ ABM, Registos Notariais, Livro n.º 1323, ff. 186 v.º a 187.

John Burden Blandy foi um homem de negócios de sucesso, mas foi também um benfeitor, na medida em que cedeu terreno para a construção da muralha que é atualmente a estrada da Pontinha e cedeu terreno na rua do Teatro, onde é agora o Jardim Municipal²⁶⁷. Para além disso, fez parte da comissão administrativa do Asilo da Mendicidade e Órfãos do Funchal²⁶⁸.

Em jeito de conclusão, verificámos que as três gerações da família Blandy em estudo investiram em áreas de negócio que se revelaram altamente lucrativas.

John Blandy iniciou a sua atividade comercial na Ilha da Madeira como exportador de vinhos. Acabou por beneficiar da emigração de muitos madeirenses na década de 40, ao adquirir um número significativo de propriedades no Santo da Serra. Mais tarde, investiu na extração e transformação da pedra calcária.

Charles Ridpath Blandy, que sucedeu a John Blandy, deu continuidade às atividades comerciais criadas pelo seu antecessor e teve de enfrentar as crises causadas pelo oídio e pela filoxera, que provocaram a saída de muitos comerciantes que se tinham fixado na Ilha de Madeira. Este súbdito britânico acabou por ser recompensado, pois adquiriu os *stocks* de vinhos desses mesmos comerciantes, constituindo assim um legado valiosíssimo para a sua firma. A agência de navegação foi outro investimento importante que fez e que mereceu aqui destaque.

Entretanto, John Burden Blandy, filho de Charles Ridpath Blandy, com o aparecimento das embarcações movidas a vapor, aproveitou a oportunidade para investir no negócio do abastecimento de carvão e água à navegação que, em 1886, expandiu a Las Palmas. Adquiriu embarcações não só para essa atividade, mas também para estabelecer uma empresa de navegação costeira, cuja manutenção era efetuada no arsenal de Santiago. John Burden Blandy notabilizou-se ainda pela aquisição da quinta do Palheiro Ferreiro, pela criação de uma fábrica de moagens e pela compra do *Diário de Notícias da Madeira*. Para além disso, adquiriu um número elevado de bens imóveis, que engradeceram o património desta família, que até aos dias de hoje permanece na Ilha da Madeira.

²⁶⁷ COSSART, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, p. 44.

²⁶⁸ *Diário de Notícias – Madeira*, 8 de dezembro de 1912.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM)

Alfândega do Funchal, Correspondência recebida de diferentes autoridades de fora do Distrito, Livros n.ºs 707, 708 e 709.

Câmara Municipal do Funchal, Livro n.º 542.

Governo Civil, Registo Vincular, Livros n.ºs 80 e 82.

Registos Notariais, Livros n.ºs 528, 531-535, 540, 1194-1196, 1312-1316, 1318-1327, 1335, 2283, 2292, 2301, 2387, 2389-2391, 2494, 2506, 2508-2510, 2513, 2516, 2813, 2924, 2943, 2961, 2967, 2969, 2972, 2973, 3205, 3371, 3378, 7254, 7255²⁶⁹.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Alfândega do Funchal, Livros do Feitor do Embarque n.ºs 247, 248, 249, 250, 251.

Alfândega do Funchal, Livro do Feitor da Descarga dos Navios, n.º 138.

Alfândega do Funchal, Juramentos e Estimações relativas à Origem das Mercadorias, n.º 96.

Fontes Impressas

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM)

A Liberdade, 10 de dezembro de 1878.

A Flor do Oceano, de 7 de janeiro de 1838.

A Ordem, 30 de julho 1853.

Diário da Madeira, 6 de janeiro 1914.

Diário de Notícias – Madeira, 17 de agosto 1881; 8 de dezembro 1912; 20 de janeiro de 1915; 5 de dezembro de 1916; 29 de julho de 1928; 6 de abril de 1930; 28 de abril de 1993; 12 de maio de 1993; 16 de outubro 2002; 16 de agosto de 2004; 20 de maio de 2005 e 16 de julho 2005.

Jornal da Madeira, 16, 17 e 20 de julho de 1924.

O Amigo do Povo, 16 de março de 1850; 11 agosto 1850; 13 setembro de 1851; 11 de setembro de 1852.

²⁶⁹ Os Livros 2387, 2389, 2390, 2391, 2961, 2967, 2969, 2972 e 2973 foram consultados, mas não são citados.

O Direito, 25 de maio de 1881; 6, 13 24 e 27 de agosto de 1881; 3 de setembro de 1881; 8 de outubro de 1881; 1, 5, 9, 12, 16, 19, 30 de janeiro de 1884 e 2 de fevereiro 1884.

O Echo da Revolução, 19 de setembro de 1846.

Semanário Oficial, 6 de maio de 1854.

Bibliografia

ABREU, Maria Zina Gonçalves de, 2001, «Implantação da Fé Protestante na Ilha da Madeira. Perspectiva Cultural do Proselitismo de Robert Reid Kalley: 1838-1846», in *Isleña*, n.º 29, pp. 79-101.

ARAGÃO, António, 1981, *A Madeira Vista por Estrangeiros 1455-1700*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

BIDDLE, A. J. Drexel, 1900, *The Madeira Islands*, 2 vols., London, Hurst & Blackett Limited.

BINNEY, Marcus, 2011, *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*, Londres, Francis Lincoln Publishers Ltd.

BLANDY, Graham, 1980, *Copy of Record of Establishment of the Chaplaincy and Notes on the Old Factory at Madeira*, Funchal.

BROWN, A. Samler, 1894, *Madeira and the Canary Islands. A Practical and Complete Guide for the Use of Invalids and Tourists*, 3.ª ed., London, Sampson Low, Marston and Co., Limited.

CALDEIRA, Abel Marques, 1964, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX (1900-1925)*, 2.ª ed., Funchal, Editorial Eco do Funchal.

CAIRES, Victor, 2005, «O Funchal, as Descobertas e os Centenários», in *Revista do DN – Madeira*, 2 a 9 de julho de 2005, pp. 26-31.

CAIRES, Victor, 2004, «As lanchas de tráfego local», in *Revista do Diário de Notícias – Madeira*, 17 a 23 de outubro de 2004, p. 26.

CÂMARA, Benedita, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CORREA, Marquez de Jacome, 1927, *A Ilha da Madeira. Impressões e Notas Archeologicas, Ruraes, Artisticas e Sociaes*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

CORREIA, Liliana Martins, 2005, *A Família Blandy no Século XIX: Economia e Cultura*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Literatura Anglo-americanas, apresentada à Universidade da Madeira.

COSSART, Noël, 1984, *Madeira, the Island Vineyard*, London, Christie's Wine Publications.

- EMBLETON, Dennis, 1882, *A Visit to Madeira in the Winter 1880-1881*, London, J. & A. Churchill, Newcastle-on-Tyne, Mawson, Swan & Morgan.
- Estampas antigas de paisagens e costumes da Madeira*, 1951, Funchal, ed. Rotary Club do Funchal.
- Excursões na Madeira*, 1891, Funchal, Typographia da Verdade.
- FRANÇA, Isabella, 1970, *Journal of a Visit to Madeira and Portugal. Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854* (Segundo o original manuscrito de Isabella de França. Tradução portuguesa de Cabral do Nascimento. Introdução de Cabral do Nascimento e Santos Simões), Funchal, Junta Geral do Distrito do Funchal.
- HERÉDIA, António Correia, 1888, *Observações Sobre a Situação Económica da Ilha da Madeira e sobre a Reforma das Alfândegas*, Lisboa, Typ. Mattos Moreira.
- KOEBEL, William Henry, 1909, *Madeira Old and New*, London, Francis Griffiths.
- LAMAS, Maria, 1956, *Arquipélago da Madeira*, Funchal, Editorial Eco do Funchal, Lda.
- LORENZO, Fernand Carnero, YÁNEZ, Juan Sebastián Nuez, 2010, «La Empresa Blandy Brothers. De Madeira a Canarias, 1885-1936», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, 56, pp. 311-334.
- MINCHINTON, Walter, 1990, «British Residents and their Problems in Madeira Before 1815», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 477-492.
- MINCHINTON, Walter, 1986, «Britain and Madeira to 1914», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo, Cultural e Emigração, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 498-521.
- MURRAY, Marischal, 1953, *Union – Castle Chronicle 1853-1953*, London, Longmans, Green & Co.
- NASCIMENTO, Cabral do, 1949, *Lugares Selectos de Autores Portugueses que escreveram sobre o Arquipélago da Madeira*, Delegação de Turismo da Madeira.
- NEVES, Henrique Costa, 1993, «O Aproveitamento de um Recurso Natural do Porto Santo – a Cal e o seu Transporte para a Madeira», in *Islenha*, n.º 13, pp. 134-137.
- NEPOMUCENO, Rui, 2003, *Uma Perspectiva da História da Madeira*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- NORTON, Rev. Herman, 1849, *Record of Facts concerning the Persecutions at Madeira in 1843 and 1846*, New York, American Protestant Society.
- ORNELLAS, João Augusto d', 1884, *A Madeira e as Canárias*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.

- PACHECO, Dinis Gouveia, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina na Madeira (1870-1930)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- QUINTAL, Raimundo, 1986, «Os Jardins da Quinta do Palheiro Ferreiro», in *Atlântico*, n.º 6, pp. 113-128.
- REID, William e REID, Alfred, 1889, *A Guide Book of Useful Information. With Illustrations and Maps*, Londres, F. Passmore.
- RIBEIRO, Adriano, 1993, «O Carvão de Pedra na Madeira (I)», in *Diário de Notícias – Madeira*, 28 de abril de 1993, p. 9.
- RIBEIRO, Adriano, 1993, «O Carvão de Pedra na Madeira (II)», in *Diário de Notícias – Madeira*, 12 de maio de 1993, p. 9.
- RIBEIRO, João Adriano, 1997, *Porto Santo – Aspectos da sua Economia*, Câmara Municipal do Porto Santo.
- RIBEIRO, João Adriano, 1998, «A Cabotagem na Ilha da Madeira», in *Isleña*, n.º 23, pp. 147-166.
- RIBEIRO, João Adriano, 1998, *Ribeira Brava. Subsídios para a História do Concelho*, Câmara Municipal do Funchal.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 1999, *A política e as questões militares na Madeira. O período das guerras napoleónicas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de Poder e Influência Britânica*, Funchal, Funchal 500 Anos.
- SAECKER, Mathias, 2021, «O ataque do Submarino Alemão U 156 ao Funchal à Luz das Alterações na Guerra Naval em 1917», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 383-420.
- SAINZ-TRUEVA, José de, 1988, «Quinta do Palheiro Ferreiro», in *Atlântico*, n.º 15, pp. 222-232.
- SILVA, António Ribeiro Marques da, 1990, «Os inícios do turismo na Madeira e nas Canárias. O Domínio Inglês», in *Actas do II Colóquio Internacional da Madeira*, Funchal, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 469-492.
- SILVA, António Ribeiro Marques da, 1994, *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, Lisboa, Editorial Caminho.
- SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense*, 4.ª ed., 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

- SILVA, Fernando Augusto da, 1941, *O Arquipélago da Madeira na Legislação Portuguesa*, Anexo: «Relação sumária dos diplomas legislativos promulgados acerca da administração pública no Arquipélago da Madeira desde o ano de 1834», Funchal, Typografia de O Jornal.
- SILVA, Jorge Marques da, 1985, «Águas Doces», in *Atlântico*, n.º 2, pp. 85-88.
- TRIGO, Adriano e TRIGO, Aníbal, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, Funchal.
- VIEIRA, Alberto, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, CEHA.
- VIEIRA, Alberto, 2011, «Marcus Binney, 2011: *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*, Londres, Francis Lincoln Publishers Ltd., 244 pp.», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 3, pp. 989-996. Recensão crítica.
- VIZETELLY, Henry, 1880, *Facts about Port and Madeira: with Notices of the Wine vintaged around Lisbon and the Wines of Tenerife*, London, Ward Loch and Co.

Arquitectura e Turismo na Madeira, (Des)Continuidades Históricas

Architecture and Tourism in Madeira, Historical (Dis)Continuities

Rui Campos Matos¹

Resumo

Num período que se estende do início do século XIX ao eclodir da Primeira Grande Guerra, existiu, na Madeira, uma arquitectura dedicada à cura de ares estreitamente relacionada com as origens do fenómeno turístico, isto é, com a presença temporária dos enfermos pulmonares na ilha, que pode ser designada como “arquitectura do turismo terapêutico”: as quintas de aluguer, os hotéis e o primeiro sanatório construído na ilha. O advento do turismo de massas – que, na Madeira, teve início na segunda metade do século XX – deu origem a uma profunda ruptura com os programas e formas desta arquitectura, resultante não só das mutações sofridas pelo próprio fenómeno turístico, como também do ideário do Movimento Moderno. Fundamentado no trabalho de investigação sobre a história da arquitectura na Madeira, este artigo caracteriza esta irreversível ruptura e as consequências que teve nas suas paisagens e cidades.

Palavras-chave: Arquitectura do Turismo; Madeira; Turismo Terapêutico; Turismo de Massas.

Abstract

In a period that extends from the beginning of the 19th century to the outbreak of the First World War, there was, in Madeira, an architecture dedicated to the cure of airs closely

¹ Arquitecto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (1984), onde se doutorou em Teoria e História da Arquitectura (2015) com uma tese sobre *A Arquitectura do Turismo Terapêutico*. É investigador do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD) da (FA-ULisboa), onde desenvolve um projecto de Pós-Doutoramento cujo tema é *Madeira: Arquitectura, Paisagem e Turismo*, e do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL) da Universidade da Madeira. Exerce a arquitectura como profissional liberal na Madeira desde 1988 onde foi presidente da Delegação da Ordem dos Arquitectos (2014-2018). Para além da regular publicação em revistas científicas e culturais da especialidade, tem realizado uma ampla actividade no domínio da divulgação da arquitectura e do património histórico construído na Madeira, tema sobre o qual publicou vários livros. Contacto: ruicamposmatos@gmail.com.

related to the origins of the tourism phenomenon, that is, with the temporary presence of the pulmonary patients on the island. This can be called the architecture of therapeutic tourism: rental *quintas*, hotels and the first sanatorium built on the island. The advent of mass tourism – which, in Madeira, began in the second half of the 20th century – gave rise to a profound rupture with the programs and forms of this architecture, resulting not only from the mutations suffered by the tourism phenomenon itself, but also from the doctrine of the Modern Movement. Based on research work on the history of architecture in Madeira, this article characterizes this irreversible rupture and the consequences it had on its landscapes and cities.

Keywords: Tourism Architecture; Madeira; Therapeutic Tourism; Mass Tourism.

Turismo Terapêutico

Na Madeira, designa-se como turismo terapêutico o fenómeno que trouxe sazonalmente à Ilha os enfermos maioritariamente oriundos dos países do Norte da Europa que, a conselho médico, procuravam na amenidade do clima subtropical da Ilha alívio dos seus males, nela passando a estação do Inverno em cura de ares. O fenómeno surge em inícios do século XIX – beneficiando das guerras napoleónicas (1799-1815) e da dificuldade de acesso dos ingleses às tradicionais estâncias terapêuticas mediterrânicas – e termina no século seguinte graças aos diversos factores de ordem económica, social e cultural que, progressivamente, viriam a transformar o turismo terapêutico em turismo de lazer. Este tornar-se-ia dominante após a Primeira Grande Guerra.

O conceito de turismo terapêutico, que nos anos 80 do século passado se tornou comum na historiografia insular², goza actualmente de um significativo consenso entre os investigadores que se dedicaram ao tema. Devido ao rico coberto vegetal da Ilha e à calma que os enfermos nela gozavam, alguns autores chegaram a atribuir à Madeira da segunda metade do século XIX um prestígio maior que o de estâncias europeias como o Sul da França, a Itália ou a Grécia, que com ela concorriam³. O turismo terapêutico esteve, com efeito, na origem do turismo de lazer – isto é, do turismo tal como hoje o concebemos – sendo consensual o facto de a maioria das estâncias terapêuticas oitocentistas se terem transformado,

² Sobre o tema é possível destacar três obras pioneiras: SILVA, 1985, *A Madeira e o turismo: pequeno esboço histórico*; SAINZ-TRUEVA, 1985, *Forasteiros na Madeira Oitocentista* [...]; SAINZ-TRUEVA, 1988, *Viagens na Madeira Romântica*; SILVA, 1990, «Os Inícios do Turismo na Madeira e nas Canárias [...]», pp. 469-475.

³ Com diferentes pontos de vista sobre o tema confrontar: CARITA, 2008, *História da Madeira* [...], pp. 582-583; JANCKOVIC, 2006, «The Last Resort [...]», pp. 271-298.

no século XX, em estâncias turísticas – como foi o caso da Suíça e das *rivieras* francesa e italiana⁴.

O consenso passa a ser problemático, todavia, no que se refere aos termos que designam o próprio fenómeno: “turismo terapêutico”. Para alguns autores, os enfermos ou *invalids* – termo que os ingleses utilizavam para se referir aos tuberculosos – não devem ser confundidos com turistas⁵. Do seu ponto de vista a expressão “turismo terapêutico”, utilizada para designar a cura de ares, não passaria de um equívoco: nada mais errado do que equiparar a motivação de um enfermo à de um turista.

A verdade, porém, é que entre ambos não é possível traçar uma fronteira clara. De certa forma, pode considerar-se terapêutica a necessidade que o viajante, provindo das grandes cidades industriais do século XIX, sentia de quebrar a rotina do seu quotidiano⁶. Na desmesurada metrópole industrial todos estavam “doentes”, porque a doença era, também, de natureza civilizacional. Ainda hoje, pelo mesmo motivo, a quebra da rotina – a viagem com fins recreativos – continua a ser encarada, também ela, como terapêutica. Quanto ao enfermo que viajava por prescrição médica, se parece despropositado confundi-lo com um turista, mais despropositado seria considerá-lo apenas um enfermo⁷.

A expressão “turismo terapêutico” traduz, pois, com justeza, a ambiguidade do fenómeno, isto é, o enlace entre lazer e cura e também o facto de ambos terem coexistido durante séculos. Dir-se-ia, portanto, que *invalids* e *pleasure seekers* teceram entre si uma relação inextricável, a qual, por vezes, coexistia numa mesma pessoa. O enfermo que frequentava a Madeira em cura de ares não era apenas e só um enfermo. Ao seu difuso quadro de sintomas, que ia da tuberculose a vagos estados de melancolia, aplicava-se um igualmente difuso quadro de medidas terapêuticas, do qual fazia parte a contemplação da paisagem, o descanso, a leitura. Da varanda de repouso de um hotel ou do mirante de uma quinta alugada à estação,

⁴ Sobre o processo de transformação por que passaram, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, muitas vilas costeiras europeias, que começando por ser recomendadas pelos médicos como lugares terapêuticos depressa se transformaram em lugares de lazer e de moda, ver CORBIN, 2001, *História dos Tempos Livres* [...].

⁵ Axel Wilhelm é um dos investigadores que partilha deste ponto de vista, considerando a expressão “turismo terapêutico” como um «eufemismo inaceitável». Na sua opinião, os muitos ingleses e alemães que hoje repousam no cemitério inglês do Funchal são a prova de que não era com fins recreativos que tinham frequentado a ilha. Cf. WILHELM, 1997, «Hamburgueses Falecidos na Madeira (1868-1896)», p. 64.

⁶ Quebrar a rotina e também socializar, como era o caso do turismo termal oitocentista em Inglaterra, frequentado por uma elite rural que vivia dispersa pelo país. Cf. URRY, 2002, *The tourist gaze*, p. 4.

⁷ Robert Stevenson, ele próprio um doente pulmonar, no seu ensaio sobre a viagem terapêutica, apercebeu-se bem da natureza dúplice da identidade do *invalid*: «He is like an enthusiast leading about with him a stolid, indifferent tourist». Quem melhor que o criador de *Dr. Jekyll e Mr. Hyde* poderia traduzir a ambiguidade do “turismo terapêutico”? Cf. STEVENSON, 1874, «Ordered South», pp. 68-73.

esta paisagem deveria, contudo, assumir os contornos de um *Eden*: refúgio bucólico dos doentios miasmas da metrópole industrial, isto é, a morada ideal de qualquer turista em férias.

Paisagem e Cidade

Pintada, fotografada ou narrada, a paisagem não é concebível sem a presença humana, isto é, sem a presença de um observador que a identifica ou que a celebra⁸. A paisagem do turismo terapêutico esteve, pois, presente nas representações pictóricas ou literárias que dela fizeram alguns dos seus frequentadores oitocentistas. Da presença humana nessa paisagem restam-nos hoje alguns testemunhos esparsos: edifícios, ruínas, antigos caminhos – sendo, todavia, possível revisitá-la através do olhar de enfermos, naturalistas, exploradores ou viajantes ociosos – os mais directos antepassados dos actuais turistas.

É o olhar de uma elite citadina e culta, a qual, na grande maioria dos casos, convivia de perto com a tragédia ambiental das grandes metrópoles europeias, e que, não raro, sofria ela própria as consequências dessa tragédia. Na Madeira, onde à amenidade do clima e à intensidade da luz se vinham somar os aromas dos frutos exóticos e os inquietantes vestígios dos vulcões extintos, esse olhar vagamente humboldtiano – que oscilou sempre entre a curiosidade científica e a divagação poética – deixou-nos inúmeros testemunhos sobre a paisagem pré-industrial da ilha: socialcos onde a máquina ainda não entrara, e uma cidade onde não se viam nem *slums* nem o fumo das fábricas⁹.

Mas se a paisagem é não só o pano de fundo da acção humana, mas também o lugar moldado pelos reflexos dessa acção¹⁰, então há que questionar em que medida esse território pré-industrial não terá sofrido, ele próprio, os efeitos da acção que sobre si exerceu a presença desses viajantes. Na verdade, a fisionomia do Funchal e da sua periferia, onde os *invalids* maioritariamente se instalaram, já existia muito antes da sua chegada. Fora obra de muitas gerações de povoadores, sociedade de

⁸ RITTER, 2011, «Paisagem [...]», pp. 95-123.

⁹ Na Madeira, a industrialização foi um fenómeno tardio e de expressão muito limitada, razão pela qual o Funchal nunca atingiria a escala das metrópoles industriais europeias do século XIX. A partir de meados desse século a sua expansão urbana ocorreu de forma espontânea ao longo de antigos caminhos rurais. E, se é certo que a nitidez do corte que a muralha estabelecia entre a cidade e o campo se viria a perder ao longo do século XIX, a imagem da cidade como entidade autónoma, apesar de porosamente confinante com a paisagem, não se perderia nunca.

¹⁰ TURRI, 2011, «A Paisagem como Teatro», pp. 168-185.

cariz marcadamente rural que, desde o segundo quartel do século XV, foi transpondo para a ilha os saberes milenares das regiões donde provinha, adaptando-os ao meio, ensaiando e criando novas soluções.

Por outro lado, não é possível ignorar que, sobretudo a partir de meados do século XIX, a presença dos *invalids* contribuiu não só para sustentar esta paisagem como para lhe imprimir um novo carácter, até então ausente. Foi, aliás, a dimensão contemplativa do seu olhar, o seu distanciamento citadino e culto, que abriu caminho, na Madeira, ao jardim romântico, ornamental e curativo, bem como a alguns dispositivos que lhe estão associados, arquitecturas que serviam não só para fins terapêuticos – o exercício da cura de ares – como para o desfrute dessa mesma paisagem: as varandas de repouso, os miradouros e as “casinhas-de-prazer” ou “de fresco”.

A paisagem do turismo terapêutico não se resume, portanto, às imagens e narrativas que os seus frequentadores nos deixaram – o modo como estes viajantes apreenderam o território da Ilha – mas é também o resultado da sua interacção com ele. Não tendo sido eles os seus construtores, a verdade é que contribuíram significativamente para o seu enriquecimento e a sua sustentação. A arquitectura do turismo terapêutico sinaliza a sua presença na paisagem pré-industrial que os precedeu.

Uma Cidade de Quintas

A “quinta de aluguer” foi uma das tipologias arquitectónicas do turismo terapêutico que mais profundamente marcaram a paisagem da capital do arquipélago. A várias altitudes, tirando partido dos graus de humidade e temperatura variável das encostas do Funchal, floresceu uma complexa topografia de cura, cujas virtudes os médicos estabeleciam. Dela tiravam bons proveitos os proprietários das quintas arrendadas pela estação de inverno aos enfermos e às famílias que quase sempre os acompanhavam. Por entre *poios*¹¹ agricultados, eram as quintas e os seus jardins o que mais impressionava o viajante oitocentista que contemplava o vasto anfiteatro da cidade desde a amurada do navio¹². Foi esta cidade de quintas – que na década de 50 do século XX ainda mantinha as mesmas características – que Maria Lamas

¹¹ Forma como são designados na Madeira os socalcos agrícolas.

¹² A descrição de Wilde é, neste caso, exemplificativa: «The hills rise in terraces behind the town to a height of several hundred feet, clothed with vines and the most luxuriant vegetation; and studded with the lovely Quintas or private residences of the inhabitants». Cf. WILDE, 1840, *Narrative of a Voyage to Madeira* [...], p. 57.

descreveu quando esteve exilada na Madeira: «Hoje, sem exagero, o Funchal é uma cidade de quintas! Fora do centro e dos bairros chegados à beira-mar, as ruas correm, algumas inteiramente, por entre os seus muros»¹³.

Imagem n.º 1 – Ponte Monumental e margem direita do Ribeiro Seco, c. 1930, vendo-se (da esquerda para a direita) Villa Victória, Quinta Miramar, Quinta Perestrelo, Quinta Pércola, Quinta Nogueira



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira, Perestrellos Photographos, n.º inv. 12874.

A ponte da ribeira de D. João, em terrenos considerados salubres pelos clínicos oitocentistas, viria a implantar-se o mais importante conjunto de quintas de aluguer e hotéis da estância terapêutica. Os parcelamentos foram ocorrendo espontaneamente ao longo de dois eixos viários paralelos ao mar: a Rua dos Ilhéus e a Rua Imperatriz Dona Amélia. No seu guia¹⁴, James Yate Johnson sinalizou, nesta zona da cidade, 36 quintas de aluguer, entre as quais se contavam duas das mais cobiçadas

¹³ LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, p. 305.

¹⁴ JOHNSON, 1885, *Madeira Its Climate and Scenery* [...].

por quem procurava a ilha em cura de ares: a Quinta das Angústias – cujo núcleo original datava do século XVII¹⁵ – e a Quinta Vigia, construída em 1856 por um comerciante inglês¹⁶.

A tipologia urbana dominante em todo o anfiteatro, isto é, fora do antigo núcleo de intramuros era, por excelência, a que melhor se adequava ao “turismo terapêutico”: edifícios dispersos, ocupando lotes-jardim, cujas frentes confrontavam com os arruamentos ou caminho, verdadeira cidade de quintas que, paulatinamente, galgara a antiga muralha e se ia porosamente dissolvendo com o campo – quer para poente, ao longo da linha de costa, quer para norte, ao longo de uma rede de íngremes caminhos de festo. Foi esta periferia habitada e fértil das quintas de aluguer que fez do Funchal, durante mais de um século, a estância terapêutica de eleição no Atlântico Norte.

A Quinta de Aluguer

Ao contrário do turista contemporâneo, os inquilinos que se deslocavam para as ilhas em cura de ares permaneciam por longas temporadas – normalmente durante a estação de Inverno¹⁷. A par da casa, estava incluído no aluguer o usufruto do jardim, beneficiando o proprietário dos proveitos da exploração da horta, do pomar, dos vinhedos ou de outros cultivos, se os houvesse. O aluguer à estação de uma quinta, não era, aliás, uma especificidade da Madeira: tratava-se de uma prática comum na Europa, em locais onde os enfermos permaneciam em cura de águas ou de ares¹⁸. A quinta de aluguer madeirense constitui, portanto, uma tipologia proto-turística¹⁹.

¹⁵ GUERRA, 1988, «A Quinta de Nossa Senhora das Angústias [...]», pp. 179-208.

¹⁶ LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, p. 318.

¹⁷ E, em alguns casos, por um ano inteiro, sem que isso acarretasse acréscimo significativo no custo de aluguer, já que o Verão, como mencionavam alguns guias, era a época baixa.

¹⁸ Pevsner dá como exemplo o caso de Goethe, que visitou regularmente a estância de Karlsbad entre 1795 e 1818, alojando-se em casas alugadas. Cf. PEVSNER, 1976, *A History of Building Types*, p. 208.

¹⁹ Do início do século XIX ao eclodir da Primeira Guerra Mundial – identifiquei, na periferia do Funchal, 163 quintas de aluguer à estação, das quais seleccionei e analisei uma amostra de 73, estimando que, no último quartel do século XIX, o seu número rondasse as 109. Estes números fazem da quinta de aluguer a mais importante tipologia do turismo terapêutico na Madeira, o modo de alojamento preferencial de todos os que visitavam a estância em cura de ares. Ver MATOS, 2016, *A Arquitectura do Turismo Terapêutico [...]*, p. 150.

Imagem n.º 2 – Quinta Favila



Fontes: Planta da Cidade do Funchal de 1967, arquivo da Câmara Municipal do Funchal (original tratado pelo Autor); fotografias: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira, Perestrellos Photographos, n.ºs inv. 2962 e 2965.

Embora algumas remontem ao século XVIII, a grande maioria destas quintas eram construções de origem oitocentista, em que casa e jardim formavam uma unidade indissolúvel. Nelas se cruzaram tradições da arquitectura portuguesa com as da arquitectura inglesa de inspiração romântica, em particular do período georgiano. Algumas foram, aliás, propriedade de britânicos. As referências à sua presença na meia-encosta do Funchal remontam aos inícios do século XVII, constituindo hoje importante testemunho de uma forma peculiar de habitar a Ilha, que tirava partido da sua orografia e da amenidade da sua atmosfera.

Na grande maioria dos casos, era uma arquitectura sem arquitectos construída de acordo com tecnologias e saberes com elevado grau de imutabilidade: o lavar e

assentar das cantarias; o erguer das paredes; a caiação das fachadas; a escolha das madeiras para o sobrado; a armação das coberturas e seu revestimento a telha de canudo; a execução das calçadas de seixo basáltico nos jardins. Independentemente do seu grau de erudição, esta arquitectura alicerçava-se no sistema de medidas e proporções da «casa da macaronésia»²⁰ – um sistema que não foi exclusivamente de invenção local, mas que fazia parte de uma herança cultural mediterrânica, transposta para a ilha pelos povoadores.

É essa a razão por que as quintas de aluguer, sejam elas originárias do século XIX, XVIII ou mesmo XVII, se apresentam como um conjunto de grande coerência morfológica. Nelas persistiram determinadas constantes de natureza construtiva, estrutural, espacial e decorativa que tornam reconhecível a arquitectura destas casas, conferindo-lhes um carácter singular que as distingue das que foram construídas na mesma época noutras regiões do país – facto que levou, aliás, alguns autores do século passado a falar na existência de uma “casa madeirense”²¹.

Quer na disposição dos compartimentos interiores, quer na forma como se relacionavam com a sua envolvente, estas casas foram o reflexo de um ideal irrealizável no denso tecido da cidade tradicional. Concebida para a vida familiar – ocupando, por regra, o miolo de um lote murado – precisavam do jardim não só como espaço de lazer e protecção da intimidade dos seus habitantes, mas também como garantia de salubridade. Tratava-se de uma construção compacta, com dois ou mais pisos, cobertura em telhado de quatro águas, planta quadrada ou rectangular. No exterior, debruçada sobre o arruamento, surgia com frequência a “casinha-de-prazer” – termo que designa, na Madeira, os pequenos pavilhões de jardim de onde é possível observar o que se passa no exterior, ou contemplar a paisagem.

Estes jardins foram profundamente marcados pela cultura britânica, em particular pela influência de Loudon, o grande divulgador desta arte junto da classe média oitocentista. Todos eles, mesmo os mais pequenos, mesmo aqueles moldados na tradição mediterrânica dos socalcos, são herdeiros da mentalidade romântica que, no início do século XIX, esteve intimamente ligada ao *landscape garden* inglês: os bosques e as clareiras relvadas, os lagos, os percursos sinuosos povoados de pequenos templos e outros acontecimentos, a natureza artificialmente “natural”

²⁰ FERNANDES, 1992, *Cidades e Casas da Macaronésia* [...], p. 233.

²¹ Sobre o tema ver MATOS, 2008, «A Propósito das Casas Madeirenses», pp. 117-136.

como esplendoroso pano de fundo da arquitectura. No escasso e acidentado território da ilha, o que estes jardins perderam em extensão, ganharam em dramatismo ao abrir-se aos panoramas abissais, aos cumes das montanhas ou ao horizonte longínquo do oceano.

Os Hotéis do Turismo Terapêutico

As primeiras hospedarias madeirenses instalaram-se em construções urbanas do século XVIII, ou inícios do XIX, que tinham resultado da riqueza gerada pelo comércio do vinho. Do ponto de vista formal, as mais opulentas aproximavam-se da expressão do barroco continental: apresentando a típica seriação dos vãos de sacada no andar nobre, fachadas rematadas por beirados salientes e vãos ornados por cornijas em cantaria nos lintéis. Em alguns deles, elevava-se a “torre-avista-navios”, característica muito frequente na arquitectura funchalense dessa época. Tinham, em geral, dois ou três andares, destinando-se o rés-do-chão ao comércio, adega ou arrumos e, os pisos superiores, aos compartimentos mais importantes da casa. Quanto aos acabamentos interiores, como resultado da influência inglesa, eram já comuns, no primeiro quartel do século XIX, os tectos e paredes em estuque, bem como as janelas de guilhotina, que tinham vindo substituir os primitivos rotulados de madeira.

Na segunda metade do século XIX, a actividade hoteleira madeirense passou a ser monopolizada, na sua quase totalidade, pela família Reid, que adquiriu as principais unidades do Funchal: o Royal Edinburgh, o German, o Carmo e o Santa Clara. Instalados, também eles, em grandes residências setecentistas, ou de inícios de oitocentos, estes hotéis eram maiores e prestavam serviços mais sofisticados que as hospedarias, surgindo implantados em lotes urbanos mais desafogados. A grande novidade eram os jardins bem tratados, por vezes com campos de jogos, e as varandas de repouso – dispositivos que resultavam das recomendações terapêuticas dos médicos: a desejável permanência dos doentes ao ar livre. Estes hotéis mantinham, todavia, o carácter informal das antigas hospedarias, que as obras de adaptação não chegavam a apagar: inexistência de quartos standardizados; multiplicidade de entradas; percursos interiores labirínticos; e a localização aparentemente errática das instalações sanitárias, que pareciam sempre escassear.

Imagem n.º 3 – Os hotéis da cadeia Reid, c. 1880



HOTEL STA CLARA – „STA CLARA’S” HOTEL.



HOTEL MILES – „MILE’S” HOTEL.



HOTEL HORTAS – „HORTA’S” HOTEL.

Fonte: colecção do Autor.

Projectado pelo arquitecto inglês Somers Clarke (1841-1926), o *Reid*, que entrou em actividade em 1891, é o primeiro hotel a instalar-se num edifício construído de raiz. O hotel ostentava o nome da família que continuava a deter a maior fatia da indústria hoteleira da ilha. O seu arquitecto optou por uma arquitectura muito próxima da expressão regional que encontrou ainda viva no Funchal oitocentista: um edifício torreado com panos de fachada rebocados e pintados, vãos guarnecidos a cantaria local incluindo tapa-sóis de abrir e cobertura em telha romana com beirado projectado. Encarados como locais de cura e de recreio, os jardins do hotel passaram a ser lugar de múltiplas actividades lúdicas e terapêuticas. Neles se combinaram eclecticamente – como era corrente na época – o paisagismo de tradição inglesa com o geometrismo da topiária “à francesa”.

No início do século XX, as principais unidades hoteleiras situavam-se perto do centro da cidade ou no Monte – a estância de altitude, 600 metros acima do nível do mar – e à semelhança de todas as capitais europeias a cidade tinha o seu teatro e o seu jardim público desde os anos 80 do século XIX. Todavia, o Funchal não perdera o carácter de uma pequena cidade de província com as suas ruas calcetadas a pedra basáltica, muitas delas marginadas pelos muros das quintas. Frente ao mar, depois de demolida a muralha, existia a praia e uma via estreita que era abruptamente interrompida por instalações industriais.

Imagem n.º 4 – Reid’s New Hotel, planta e perspectiva



Fonte: CLARKE, 1890, «Reid’s New Hotel, Madeira», p. 51.

O Plano de Ventura Terra e o Turismo no Período de Entre Guerras

A implantação da República trouxe à Madeira o arquitecto Miguel Ventura Terra (1866-1919), a quem foi encomendado um «Plano de Melhoramentos para o Funchal» (1913-1915). Tratava-se de «dotar a cidade das condições que a projectassem para a época do Grande Turismo Internacional»²². Esse turismo, que tinha ainda como pressuposto a longa estadia, quase sempre associada à estação de Inverno era, portanto, ainda, o turismo terapêutico – pese embora a presença crescente daqueles que, em trânsito no porto por uns dias, desembarcavam na cidade para gozar as suas amenidades, comprar produtos locais e desfrutar dos panoramas de montanha.

Foi pensando nessas “multidões” que Ventura Terra traçou o seu plano de inspiração haussmaniana que rasgava no tecido urbano largos *boulevards* articulados por rotundas, alguns deles com passeios centrais arborizados. Pretendia-se resolver os problemas de circulação de uma cidade que, apesar do pouco que restava da antiga muralha, era ainda “acanhada”, sendo necessário “modernizá-la” com a abertura de arejadas e rectilíneas avenidas. Tal como sucedia em Las Palmas de Gran Canária, também no Funchal a cidade do turismo terapêutico renovava a sua fachada atlântica, lançando os primeiros projectos que, com o avançar do século XX, a iriam transformar numa cidade de turismo de lazer.

A Primeira Guerra Mundial e a profunda crise em que o país mergulhou nos anos que se seguiram à conclusão do Plano de Melhoramentos levaram a que tudo permanecesse como estava até então – como se pode verificar nas plantas da cidade da década de 30 do século XX. Não existe nenhum *boulevard* e a mesma nuvem de quintas continua a orbitar em torno da antiga estrutura de intramuros que parece ter parado no tempo. As obras previstas no plano de 1915 só têm início em grande força vinte anos depois, isto é, em finais da década de 30, quando, pela primeira vez, é reconhecido pela legislação portuguesa o papel da planificação urbana como disciplina e as câmaras municipais começam a realizar planos urbanísticos.

Foi neste contexto que o arquitecto Faria da Costa (1906-1971) – o primeiro arquitecto-urbanista português²³ – e o arquitecto Carlos Ramos (1897-1969), foram convidados a adaptar, com mais realismo, o plano de 1915 à capital da ilha. As obras começaram com a abertura de um grande eixo no coração da cidade, através do qual a nova rede de avenidas deveria encaminhar os turistas, e prolongaram-se com a abertura da Avenida

²² CARITA, 2008, *Funchal 500 Anos de História*, p. 137. Sobre o tema ver também VASCONCELOS, 2008, *O plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal* [...].

²³ MARQUES, 2015, *João Guilherme Faria da Costa*, p. 195.

Oeste que fará a conexão com a antiga marginal turística Funchal-Câmara de Lobos, contruída em meados do século XIX por iniciativa de Silvestre Ribeiro. Outro eixo importante é o da entrada da cidade que recebe os turistas que desembarcam no seu molhe e, finalmente, a abertura de uma grande avenida, a Avenida do Mar – inspirada nos grandes *boulevards* marítimos de estações turísticas europeias como Cannes ou Nice.

Arquitectura e Turismo de Massas

De acordo com os dados da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas, em 1950 o número global de chegadas turísticas internacionais atingia os 25 milhões por ano. Em 2018 esse número tinha crescido para 1,4 biliões, isto é, um número 56 vezes superior ao registado em 1950²⁴. Por si só estes números explicam com eloquência o conceito de turismo de massas, bem como o avassalador crescimento de uma das mais prósperas indústrias do planeta. Sendo certo, todavia, que chamar indústria ao complexo ritual através do qual a nossa cultura preserva o seu imaginário, os seus mitos e as suas lendas é inevitavelmente redutor²⁵. Não cabe aqui, porém, discutir a dimensão etnológica do fenómeno, mas antes as suas repercussões na paisagem, na cidade e na arquitectura insulares e, em particular, o que, desse ponto de vista, distingue o turismo terapêutico do turismo de massas.

No segundo número da revista anual *World Architecture* de 1965 – revista dedicada à arquitectura mundial editada pelo fotógrafo inglês John Donat – o responsável pela selecção das obras que representavam a Espanha, o arquitecto David Mackay (1933-2014), encabeçava o seu texto, sugestivamente intitulado *The Rape of Spain*, com a seguinte epígrafe: «tourists 1951: 1,263,000 tourists 1964: 11,000,000»²⁶. Os números relativos ao crescimento do turismo em Espanha eram, também eles, de uma eloquência que dispensava comentários. A esta epígrafe seguia-se um violento libelo contra o que o autor considerava ser um mundo «destruído pelas agências turísticas, especuladores e a população local corrompida pelo turismo»²⁷. Um turismo que, na sua opinião, estava a devastar a paisagem das orlas costeiras mediterrânicas a uma escala nunca antes vista, feito «de modernos blocos paralelos inspirados numa qualquer ideia equivocada da Bauhaus e da Carta de Atenas»²⁸.

²⁴ ROSER, 2017, *Tourism. Our World in Data*.

²⁵ URBAIN, 1993, *L'idiot du voyage*, p. 157.

²⁶ MACKAY, 1965, «Spain», p. 147-157.

²⁷ MACKAY, 1965, «Spain», p. 147.

²⁸ MACKAY, 1965, «Spain», p. 148.

Imagem n.º 5 – Postal de Torremolinos – Espanha, década de 60, século XX



Fonte: colecção do Autor.

O seu protesto, e os projectos que, na *World Architecture*, dava como exemplo do que deveria ser a arquitectura do turismo em Espanha²⁹ são bem representativos dos dilemas que os arquitectos dos países do Sul da Europa então enfrentavam perante o avassalador crescimento do turismo de massas:

«Os arquitectos protestam e recomendam, entre outras coisas: o uso de materiais locais; o uso de cores mediterrânicas, castanho terra, amarelo pó, verde oliveira, a menos que em situações à beira-mar; construções compactas contra o sol e a poeira; janelas pequenas contra a luz forte e o sol quente; e qualidade para obter benefícios a longo prazo.»³⁰

Em suma, os arquitectos protestavam contra a arquitectura do Movimento Moderno no que ela tinha de mais aberrante, isto é, quando se arvorava em “estilo internacional”, alheia ao sítio onde se implantava, à sua história e às suas idiossincrasias.

Esta preocupação com o frágil equilíbrio das paisagens das orlas costeiras e dos seus aglomerados populacionais, ameaçados pela crescente pressão turística, chegam a Portugal na década de 60 e o seu eco faz-se ouvir nas páginas da revista *Arquitectura*, que traduz um artigo dedicado ao tema pela sua homónima espanhola:

«Segundo os recentes estudos económicos, o turismo tem representado para a economia espanhola uma fonte tão substancial de riqueza que superou já, no ano passado, o total das divisas provenientes das exportações [...]. O que o turista procura primordialmente é o sol e o mar. O maior incremento turístico das costas com sol é disso a prova [...]. Onde quer que haja mar e uma estrada aparece uma casa, depois outra, depois um hotel e pronto.»³¹

²⁹ Os projectos consistiam numa nova cidade perto de Valência, desenhada pelo arquitecto Julio Cano Lasso, e a *Ciudad Blanca* da autoria do arquitecto Sainz de Oiza.

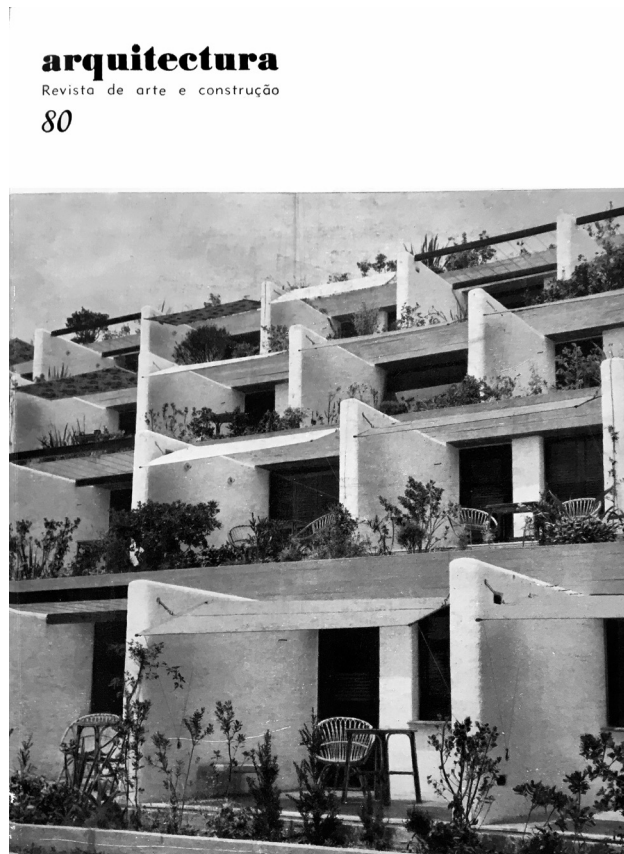
³⁰ MACKAY, 1965, «Spain», p. 148.

³¹ CORRÊA, 1964, «Considerações sobre o Urbanismo e as suas Relações com o Turismo em Espanha», pp. 39-40.

Nos países do Sul, em resposta a um afluxo turístico sem precedentes, os interesses especulativos darão origem à urbanização anárquica do território e, conseqüentemente, à desqualificação da paisagem.

É na década de 60 que surgem publicados nas revistas de arquitectura portuguesas – dando grande destaque aos projectos mais qualificados – os primeiros hotéis de sol e praia. O Hotel do Mar, em Sesimbra, projecto do atelier Conceição Silva – um dos mais prolíficos neste domínio³² – é publicado em 1963 na revista *Arquitectura*³³ e, no ano seguinte, na revista *Binário*³⁴. A preocupação de Conceição Silva com a paisagem e o seu frágil equilíbrio manifesta-se no objectivo que pretende alcançar, expresso nas primeiras palavras do texto que publica: «a integração de um grande edifício num aglomerado urbano existente»³⁵.

Imagem n.º 6 – Hotel do Mar, Sesimbra, capa da revista *Arquitectura*



Fonte: SILVA, 1963, «Hotel do Mar», pp. 22-27.

³² LOBO, 2013, *Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos* [...], p. 1379.

³³ SILVA, 1963, «Hotel do Mar», pp. 22-27.

³⁴ SILVA, 1964, «Hotel do Mar», pp. 155-163.

³⁵ SILVA, 1963, «Hotel do Mar», pp. 22-27.

Na avaliação crítica da obra, o editor da revista mencionará, como provável fonte de inspiração, a arquitectura de Coderch, pensando talvez em Torre Valentina, o exemplar conjunto que o arquitecto espanhol projectara com cuidada atenção à fisionomia do lugar, em 1959, para a Costa Brava. Nunca concretizado, este projecto – que não podia estar mais longe dos «blocos paralelos inspirados numa qualquer ideia equivocada da Bauhaus e da Carta de Atenas»³⁶ que Mackay invectivava na *World Architecture* – iria transformar-se num dos projectos de referência e de integração na paisagem mediterrânica para a arquitectura do turismo da época.

Imagem n.º 7 – Hotel da Balaia, Albufeira, Algarve



Fonte: SILVA, 1969, «Hotel da Balaia», pp. 52-56.

A revista *Arquitectura* publicará, ao longo da década de 60, uma selecção de competentes projectos de unidades hoteleiras: o Hotel do Garbe (1964) de Jorge Ferreira Chaves e Frederico Santana em Armação de Pera³⁷; o Hotel Alvor Praia (1966) de Alberto Cruz em Alvor³⁸; o Hotel Algarve (1967) de Raul Tojal na Praia da Rocha³⁹; e o Hotel da Balaia (1969) do atelier Conceição Silva com Maurício de Vasconcellos, em Albufeira⁴⁰. No texto que acompanha a publicação do Hotel do Garbe, o arquitecto Rui Mendes Paula, como que antevendo os problemas que se avizinhavam, faz um apelo à planificação da orla marítima algarvia invocando a «beleza das suas arribas e areais, conjugados com os aglomerados piscatórios que se antevêm de quando em quando e que formam um conjunto harmonioso e profundamente característico»⁴¹. Com efeito, todos os hotéis publicados constituíram casos de excepção. A ocupação

³⁶ MACKAY, 1965, «Spain», p. 148.

³⁷ CHAVES, 1964, «Hotel do Garbe», pp. 100-110.

³⁸ CRUZ, 1967, «Hotel Alvor-Praia», pp. 246-256.

³⁹ TOJAL, 1967, «Hotel Algarve», pp. 100-106.

⁴⁰ SILVA, 1969, «Hotel da Balaia», pp. 52-56.

⁴¹ PAULA, 1964, «Hotel do Garbe», pp. 101-110.

da orla marítima viria a ser, na grande maioria dos casos, desordenada e desqualificada, pondo em causa os milenares valores paisagísticos herdados do passado.

Arquitectura do Turismo de Massas na Madeira

Em finais da década de 50 do século passado, é encomendado ao arquitecto-urbanista Faria da Costa um novo «Plano Geral de Urbanização do Funchal»⁴². Neste, pouca atenção era dedicada às novas construções turísticas na capital do arquipélago. O impacto destas era, à época, bastante reduzido, limitando-se o Plano a assinalar os hotéis existentes e os previstos. A grande maioria situava-se na marginal que desde meados do século XIX ligava o Funchal a Câmara de Lobos, isto é, nas imediações do antigo Hotel Reid. Este e o Savoy – construído na segunda década do século XX – continuavam a ser as principais unidades hoteleiras da cidade. Só a partir da abertura do aeroporto, em 1964, se inicia o novo ciclo do turismo de massas na Madeira. O fluxo de passageiros em voos nacionais, internacionais e *charter*, passará, a partir de então, pelo novo aeroporto, remetendo o porto do Funchal sobretudo ao transporte de mercadorias.

Imagem n.º 8 – Hotel do Porto Santo



Fonte: ANAHORY, 1963, «Hotel dans l'Île de Porto Santo, Portugal», p. 69.

Em 1960, a inauguração do aeroporto do Porto Santo dará origem a uma das mais interessantes obras de arquitectura levadas a cabo na Região na década de 60: o Hotel do Porto Santo, projectado por Eduardo Anahory (1917-1985), designer que então se dedicava à pré-fabricação⁴³. O projecto do hotel viria a ser, aliás, amplamente

⁴² GAMA, 2011, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, p. 49.

⁴³ BORGES, 2010, *Eduardo Anahory: percurso de um designer de arquitectura*, pp. 113-118.

divulgado nas revistas europeias de arquitectura da época, demonstrando o interesse que suscitava a inovadora utilização do aço combinado com materiais leves que incorporavam, neste caso, o artesanato e mão de obra da Região. Tratava-se de uma construção em tudo diferente da dos desmesurados hotéis do turismo de massas: dois pisos delicadamente pousados sobre a duna, aparentando, graças ao seu sistema construtivo, a frágil discrição que hoje exigimos a tudo o que é construído junto ao mar. Em 1974, um incêndio pôs fim a este hotel que foi posteriormente reconstruído sem ter em atenção as singulares características que o edifício original possuía.

No Funchal, o novo ciclo de obras do turismo de massas iniciava-se com a ampliação do antigo Savoy, de inícios do século XX, absorvido por uma construção que alterou definitivamente o perfil torreado que o caracterizava e ingenuamente evocava os solares urbanos da antiga cidade de intramuros. A seu lado tinha sido construído o Santa Isabel – monótono edifício de cinco pisos, já em betão armado, com uma piscina na cobertura⁴⁴. Não longe, o Atlantic Hotel – pequeno estabelecimento fronteiro ao mar, na margem esquerda da foz do Ribeiro Seco – era substituído por uma nova unidade com o mesmo nome, projectada pelo arquitecto Júlio Cascais⁴⁵, que atingiria os 12 pisos acima da crista da falésia, pondo definitivamente em causa a escala das construções erguidas até à data numa área da cidade onde os edifícios mais volumosos eram os hotéis Reid e Savoy.

Imagem n.º 9 – Atlantic Hotel, vendo-se à direita o Hotel Savoy, c. 1950; ambos seriam demolidos na década seguinte



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira, Perestrellos Photographos, n.º inv. 2754.

⁴⁴ Construção demolida no século XXI para a construção do novo Savoy Palace.

⁴⁵ Actual Pestana Carlton Madeira.

Na margem direita do Ribeiro Seco, a Quinta do Sol – quinta de aluguer que fazia fronteira, a Sul, com o *British Country Club*⁴⁶ – seria demolida para dar lugar ao Hotel Quinta do Sol, projecto elaborado em 1965 por Chorão Ramalho, arquitecto com vasta obra construída na Madeira na segunda metade do século XX. Com «seis andares do lado nascente e sete andares do lado poente»⁴⁷, o Hotel Quinta do Sol, com a sua fachada de contorno sinuoso onde os tapa-sóis e o betão aparente marcam presença, queria aproximar-se, nas palavras do arquitecto, «da própria vegetação que o rodeia» e contribuir «para o fundir no ambiente local»⁴⁸ – objectivo que é alcançado graças aos generosos jardins das quintas que com ele faziam fronteira.

Imagem n.º 10 – Hotel Quinta do Sol



Fonte: RAMALHO, 1983, «Trabalhos do Arquitecto Chorão Ramalho», pp. 49-60.

De entre estes primeiros hotéis do turismo de massas que se foram instalar a poente da cidade – local onde existia o mais importante conjunto de quintas de aluguer da estância terapêutica oitocentista – há que distinguir o caso singular do Casino Park Hotel⁴⁹. Com os seus quatrocentos quartos, 221 metros de comprimento por 24 de altura, o Casino Park flutua com invulgar elegância sobre um amplo jardim público, isto é, sobre o que até então tinham sido os três jardins privados das três

⁴⁶ Actual Quinta Magnólia.

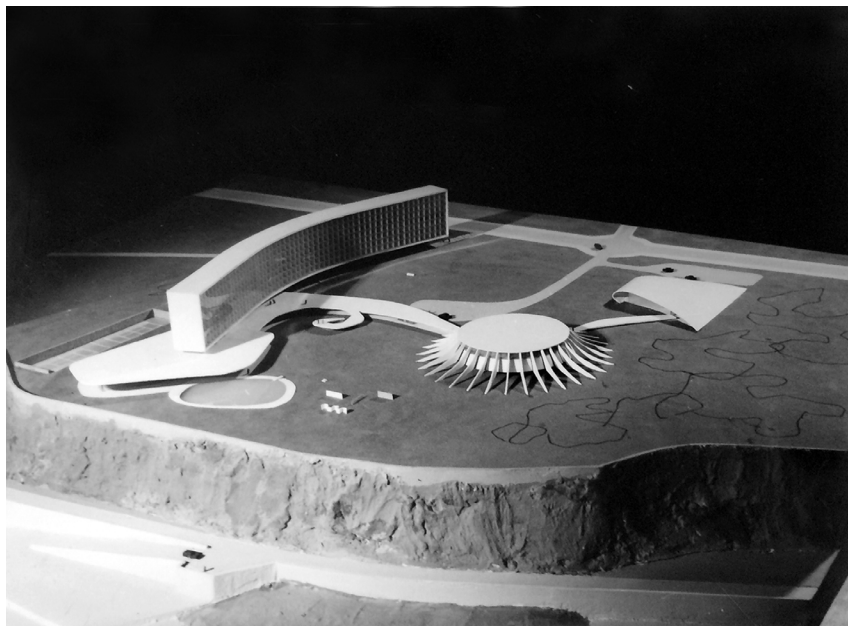
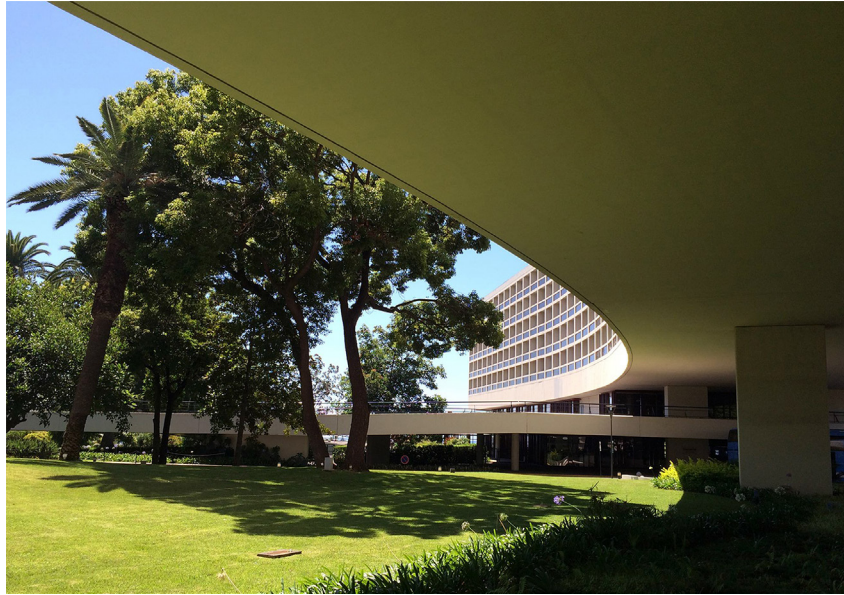
⁴⁷ FREITAS, 2010, *A obra de Raul Chorão Ramalho no arquipélago da Madeira*, p. 65.

⁴⁸ Chorão Ramalho *apud* FREITAS, 2010, *A obra de Raul Chorão Ramalho no arquipélago da Madeira*, p. 65.

⁴⁹ Sobre o tema ver ALCANTARA & MATOS, 2019, «À medida do mar e da montanha: o Hotel-casino de Oscar Niemeyer na Ilha da Madeira».

quintas de aluguer que foram demolidas para o efeito: as quintas Vigia, Pavão e Bianchi. Concebido em 1966 pelo arquitecto brasileiro Oscar Niemeyer – contando, posteriormente, com a colaboração do arquitecto português Viana de Lima – o hotel seria inaugurado apenas em Outubro de 1976, acabando por se transformar na imagem de modernidade que, no novo ciclo do turismo de massas, a Madeira decidiu projectar de si própria em todo o mundo.

Imagem n.º 11 – Casino Park Hotel



Fontes: Fotografia do Autor, 2015; maquete: Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: Fundo Viana de Lima.

Outro caso singular será o do Hotel Madeira Hilton, da autoria do arquitecto Carlos Manuel Ramos, publicado em 1971 na revista *Binário*⁵⁰. Implantado num terreno com aproximadamente dois hectares – generosa dimensão para uma unidade hoteleira na Madeira –, o seu projecto de arranjos exteriores coube ao paisagista Gonçalo Ribeiro Teles. Conforme referia o arquitecto no texto que acompanhava a publicação, «o problema da composição arquitectónica de um hotel deste volume excede amplamente a forma do objecto para imediatamente se situar no problema da paisagem»⁵¹. Tratava-se, com efeito, de uma unidade de 280 quartos, cujo impacto na paisagem se tentou minimizar recorrendo, nas palavras do seu autor, a «uma planta em estrela». O arranjo paisagístico de Ribeiro Teles procurou também mitigar o impacto deste pesado volume.

Para disciplinar o rápido crescimento hoteleiro então em curso surgirá, em 1972, o «Plano Director do Funchal», um plano pioneiro em Portugal, concebido pelo arquitecto Rafael Botelho (1923) que integra na sua equipa o urbanista francês Robert Auzelle (1913-1983). O plano abordou pela primeira vez temas como o da salvaguarda da cidade histórica⁵², fundamentado em rigorosos levantamentos da antiga cidade de intramuros, ou a conservação das quintas da Madeira e a preservação da originalíssima paisagem do anfiteatro da cidade⁵³ – temas que ainda hoje conservam toda a actualidade e representam o que de mais interessante o Plano continha. Nele se destinava toda a orla costeira Oeste do Funchal – estruturada pela antiga marginal do século XIX a que já se fez referência – à “Zona Turística”. Aí deveriam implantar-se as novas unidades hoteleiras, rodeadas de espaços verdes – construções com um máximo de 150 quartos por hectare que não podiam exceder os 12 pisos⁵⁴.

Aí se fixaram, ao longo das décadas de 60 e 70, hotéis como o Sotuma⁵⁵; o Buganvília; o Girassol; o Mimosa; o Raga; o Estrelícia; e o Duas Torres – todos eles construídos em altura e inicialmente rodeados pelo antigo verde agrícola dos pequenos lotes rurais. Progressivamente, todavia, nas duas últimas décadas do século XX, esta área da cidade foi-se densificando, tornaram-se residuais os espaços verdes inicialmente previstos no Plano, asfixiando a própria arquitectura dos exemplares mais esbeltos e de desenho mais qualificado que aí se tinham fixado.

⁵⁰ RAMOS, 1971, «Hotel Madeira Hilton – Funchal», pp. 572-581.

⁵¹ RAMOS, 1971, «Hotel Madeira Hilton – Funchal», pp. 572-581.

⁵² Sobre esta dimensão prospectiva para a defesa da paisagem urbana do Funchal ver GONÇALVES, 2022, «António Aragão: preservar o presente conservar o passado», pp. 84-102.

⁵³ Sobre a preservação da cidade-jardim e das suas quintas ver PESSOA, 1969, «Zonas Verdes na Paisagem Urbana», pp. 123-141.

⁵⁴ BOTELHO, 1972, *Plano Director da Cidade do Funchal*, pp. 4-5.

⁵⁵ Hotel Sotuma, actual Gorgulho, com projecto do arquitecto João Conceição.

Imagem n.º 12 – Funchal, orla marítima Oeste, 1973-2019



Fontes: postal de 1973, colecção do Autor; fotografia do Autor, 2019.

Com uma capacidade de alojamento incomparavelmente superior à da Madeira, as Canárias constituíam, então, um exemplo do potencial que o turismo de massas poderia representar como factor de desenvolvimento da ilha portuguesa. Parecia não haver, todavia, consciência do impacto que tal desenvolvimento estava a ter num território com uma orla costeira dominada por arribas e um *hinterland* sulcado por vales profundos, isto é, um território pouco apropriado para receber programas construtivos de grande volumetria e pesadas infraestruturas urbanísticas de apoio como os que caracterizavam o novo ciclo turístico.

O Plano de Rafael Botelho centrou-se na capital do arquipélago onde então se concentrava 87% da capacidade hoteleira da Madeira⁵⁶. Os estudos que o acom-

⁵⁶ PEREIRA, 1969, «Desenvolvimento e urbanismo no Arquipélago da Madeira», pp. 780-807.

panhavam, no entanto, preocuparam-se também com a expansão territorial do turismo em toda a ilha, sugerindo novos polos de desenvolvimento, isto é, a sua distribuição equilibrada no território⁵⁷, o que nunca viria a acontecer⁵⁸.

Novas Paisagens

Só em finais dos anos 80 do século XX, após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, o país aprovou um «Plano Nacional de Turismo» que tipificava a actividade e os equipamentos mais adequados a cada uma das suas regiões. Na Madeira, só em 1995 foi aprovado um «Plano de Ordenamento Territorial», o primeiro a abordar o território da ilha como um todo e, em 2002, um «Plano de Ordenamento Turístico» (POT), que foi o primeiro plano sectorial deste tipo em Portugal⁵⁹. Estes planos tentaram resolver – até hoje sem êxito – a distribuição desequilibrada do turismo no território da Madeira, isto é, a flagrante macrocefalia do Funchal, fenómeno que se arrastava desde o século XIX e que, a partir da década de 80 do século passado, o financiamento dos fundos europeus e os grandes investimentos em infra-estruturas viárias, aeroportuárias e outros equipamentos não foi capaz de resolver.

Imagem n.º 13 – Caniço, Santa Cruz, Madeira, 2019



Fonte: fotografia do Autor.

⁵⁷ PEREIRA, 1969, «Desenvolvimento e urbanismo no Arquipélago da Madeira», pp. 780-807.

⁵⁸ O Complexo Turístico de Água de Pena (MATUR) viria a ser uma das raras excepções. Cf. GAMA, 2011, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, pp. 83-90.

⁵⁹ PERDIGÃO, 2017, *O Turismo na Madeira* [...], p. 313.

Estes investimentos fizeram-se acompanhar de uma sobreprodução imobiliária, alimentada pelo acesso ao crédito, pelo progressivo recuo da agricultura e pela urbanização de antigos solos cultivados, dando lugar a profundas transformações no território insular. Sulcada por vias rápidas, túneis e viadutos, orlada de obras marítimas, a Ilha viu surgir, na sua costa sul, uma extensa conurbação polarizada pelo Funchal e incorporando quatro antigas vilas entretanto elevadas a cidade: Câmara de Lobos, Caniço, Santa Cruz e Machico. Muitas vezes desarticulada e dissonante, nesta cidade difusa fixou-se 66,5% da população da ilha⁶⁰. Pode-se, portanto, afirmar que na Madeira não foi a construção com fins turísticos a única responsável pelas profundas transformações que a paisagem insular sofreu nas últimas três décadas.

Conclusão

A quinta de aluguer madeirense – tipologia arquitectónica dominante na era do turismo terapêutico – estabelecia uma relação contemplativa com a paisagem que levava a implantar a casa em contextos que convidavam a meditar sobre a alma da Natureza e a natureza da Alma – quadro cultural próximo do romantismo inglês que, em inícios de oitocentos, constituía novidade na Ilha⁶¹. Mais do que a sede de uma exploração agrícola, como até então tinha sido, a quinta passa então a ser um lugar de habitação, lazer e desfrute da paisagem, isto é, o lugar ideal para a cura de ares. Esta era, por sua vez, também uma cura de paixões, por isso, na relação que a casa tecia com o jardim – e, num sentido mais lato, com a paisagem – ressoava esse quadro difuso em que sintomas e sentimentos se confundiam. Pode dizer-se, portanto, que na quinta de aluguer oitocentista, o jardim foi tanto manifestação da alma romântica, quanto dispositivo de tratamento.

Foi talvez este quadro mental que levou Agustina Bessa Luís a considerar que, no século XIX, a doença pulmonar «efectuou um verdadeiro registo da identidade madeirense»⁶². Dito por outras palavras: foram os *invalids* que revelaram a Madeira ao mundo e, ao fazê-lo, fixaram a sua identidade ressuscitando o mito edénico de um arquipélago de paisagens benignas, felizes e floridas – uma ilha verde, com a sua “cidade de quintas” voltadas para o oceano. Esta atmosfera está presente no universo

⁶⁰ DANTAS, 2015, *Cidade e Rede Urbana na RAM*, p. 66.

⁶¹ MATOS, 2016, *A Arquitectura do Turismo Terapêutico [...]*, pp. 187-192.

⁶² BESSA-LUÍS, 1987, *A Corte do Norte*, p. 34.

pictórico de Marta Telles, sobre o qual Agustina discorreu⁶³, ou na arquitectura da Quinta do Monte cuja casa a escritora fez participar do romance *A Corte do Norte* como se de um personagem se tratasse⁶⁴. A Ilha, por sua vez, foi-se moldando a este cenário por detrás do qual se ocultavam os ciclos de fome e as grandes vagas de emigração que a assolavam.

No último meio século, o turismo de massas começou por ocupar os locais onde o turismo terapêutico florescera. Com a profunda revolução dos sistemas construtivos que ocorreu com a generalização do uso do betão armado – modelo em tudo diverso do de uma arquitectura sem arquitectos construída de acordo com processos ancestrais – o Funchal cresceu, ocupando progressivamente as suas envolventes semi-rurais. Nasceram as primeiras periferias hoteleiras e construiu-se em altura, por vezes sem regra, no próprio coração da antiga urbe. Este modelo de crescimento foi alterando a fisionomia da ilha e da sua capital, pondo em causa a sua putativa identidade. Neste contexto, outra ficção identitária foi surgindo: a de uma ilha turisticamente modernizada e infra-estruturada capaz de competir com o seu mais directo concorrente: o arquipélago das Canárias.

Todos os olhares convergiram, então, para o arquipélago vizinho, tomando como modelo as suas instalações hoteleiras, os seus portos e aeroportos, as suas praias naturais e artificiais. A ruptura com o passado, operada na era do turismo de massas, tornar-se-ia, pois, expectável. A cidade de quintas ou de pequenas unidades disseminadas na paisagem foi, então, considerada um modelo inviável e pouco lucrativo. Só a criação de unidades compactas de grande ou de média dimensão poderia dar resposta às solicitações do novo turismo e às necessidades de criação de emprego e bem-estar da população. A sua construção fez-se sobre os jardins das antigas quintas, em raros casos conservando-os, na maioria, erradicando-os para sempre.

Para trás ficaria a cidade que o arquitecto paisagista Fernando Pessoa classificara, em 1969, como «autêntica cidade-jardim», com as suas quintas «verdadeiras obras de arte [...] tão indispensáveis à sua história e à sua cultura, tão necessárias às

⁶³ «Martha sente, através desses lugares imensos que fundamentam o rompimento entre o homem e a natureza, sente um desejo de reaver a ilha, de ter ao alcance o detalhe da ilha inteira. As flores pálidas das hidranjas, as lagartixas pré-históricas, as japoneiras em flor, o mar abraçado ao nevoeiro; os bandos de turistas com ar convalescente e estival, um velho hotel rococó onde parece ir rodar-se um filme com Charles Boyer e Maria Openskaya.», BESSA-LUÍS, 1986, *Martha Telles* [...], p. 9.

⁶⁴ BESSA-LUÍS, 1987, *A Corte do Norte*, pp. 146-155, 170-174.

estruturas da cidade, como os seus templos ou edifícios mais importantes»⁶⁵. Para trás ficaria a «interdição total ou condicionada de construir» em quintas classificadas ou «locais onde existem espécies valiosas isoladas ou formando conjuntos», claramente expressa no Regulamento do plano de Rafael Botelho⁶⁶. Trazida a lume pela divulgação dos espólios fotográficos que o Arquivo e Biblioteca da Madeira hoje conserva, essa cidade – já apagada na memória da maioria dos que hoje a habitam – sobrevive, todavia, com a intensidade fantasmática que só a fotografia consegue comunicar. Quem sabe não poderão estes espólios, constituir, um dia, material de reconstrução identitária para as novas gerações?

Bibliografia

- ALCANTARA, Maria Daniela & MATOS, Rui Campos, 2019, «À medida do mar e da montanha: o Hotel-casino de Oscar Niemeyer na Ilha da Madeira», in *Anais do 13.º Docomomo Brasil*, Salvador, Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia.
- ANAHORY, Eduardo, 1963, «Hotel dans l'île de Porto Santo, Portugal», in *L'Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 105, p. 69.
- BESSA-LUÍS, Agustina, 1987, *A Corte do Norte*, Lisboa, Guimarães Editores.
- BESSA-LUÍS, Agustina, 1986, *Martha Telles, O Castelo Onde Irás e Não Voltarás*, Lisboa, INCM.
- BOTELHO, Rafael, 1972, *Plano Director da Cidade do Funchal*, Funchal, CMF.
- BORGES, José, 2010, *Eduardo Anahory: percurso de um designer de arquitectura*, Tese de Mestrado, Lisboa, Instituto Superior Técnico.
- CARITA, Rui, 2008, *Funchal 500 Anos de História*, Funchal, Funchal 500 Anos, EM.
- CARITA, Rui, 2008, *História da Madeira – O longo século XIX (1834-1910)*, Vol. 7, Funchal, SREJE.
- CHAVES, Jorge Ferreira, 1964, «Hotel do Garbe», in *Arquitectura*, n.º 83, pp. 100-110.
- CLARKE, Somers, 1890, «Reid's New Hotel, Madeira», in *The Building News*, n.º 3, p. 51.
- CORBIN, Alain, 2001, *História dos Tempos Livres: O Advento do Lazer*, Lisboa, Editorial Teorema.

⁶⁵ PESSOA, 1969, «Zonas Verdes na Paisagem Urbana», pp. 123-141.

⁶⁶ BOTELHO, 1972, *Plano Director da Cidade do Funchal*, pp. 4-5.

- CORRÊA, Frederico, 1964, «Considerações sobre o Urbanismo e as suas Relações com o Turismo em Espanha», in *Arquitectura*, n.º 81, pp. 39-40.
- CRUZ, Alberto, 1967, «Hotel Alvor-Praia», in *Arquitectura*, n.º 100, pp. 246-256.
- DANTAS, Gilda, 2015, *Cidade e Rede Urbana na RAM*, Funchal, O Liberal.
- FERNANDES, José Manuel da Cruz, 1992, *Cidades e Casas da Macaronésia. Evolução do Território e da Arquitectura Doméstica nas Ilhas Atlântidas Sob Influência Portuguesa. Quadro Histórico, do Séc. XV ao Séc. XVIII*, tese de doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- FREITAS, Emanuel Gaspar, 2010, *A obra de Raul Chorão Ramalho no arquipélago da Madeira*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- GAMA, José Gil Correia, 2011, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, tese de mestrado, Coimbra, FCTUC Arquitectura.
- GONÇALVES, Pedro, 2022, «António Aragão: preservar o presente conservar o passado», in *Islenha*, n.º 69, pp. 84-102.
- GUERRA, Jorge Valdemar, 1988, «A Quinta de Nossa Senhora das Angústias: em torno dos seus proprietários», in *Islenha*, n.º 23, pp. 179-208.
- JANKOVIC, Vladimir, 2006, «The Last Resort: A British Perspective on the Medical South, 1815–1870», in *Journal of Intercultural Studies*, 27, n.º 3, pp. 271-298.
- JOHNSON, James Yate, 1885, *Madeira Its Climate and Scenery: A Handbook for Invalids and Other Visitors*, 3.ª ed, London, Dulau & Co.
- LAMAS, Maria, 1956, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, Funchal, Eco do Funchal.
- LOBO, Susana Luísa Mexia, 2013, *Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Da 1.ª República à Democracia*, tese de doutoramento, Coimbra, FCTUC Arquitectura.
- MACKAY, David, 1965, «Spain», in DONAT, J. (ed.), *World Architecture*, UK, Studio Vista, pp. 147-157.
- MATOS, Rui Campos, 2008, «A Propósito das Casas Madeirenses», in *Islenha*, n.º 43, pp. 117-136.
- MATOS, Rui Campos, 2016, *A Arquitectura do Turismo Terapêutico – Madeira e Canárias (1800-1914)*, tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.
- MARQUES, Bruna, 2015, *João Guilherme Faria da Costa*, tese de mestrado, Coimbra, FCTUC Arquitectura.
- PAULA, Rui Mendes, 1964, «Hotel do Garbe», in *Arquitectura*, n.º 83, pp. 101-110.

- PESSOA, Fernando, 1969, «Zonas Verdes na Paisagem Urbana», in *Colóquio de Urbanismo: palestras e conclusões de mesas redondas*, Funchal, CMF, pp. 123-141.
- PERDIGÃO, Cristina, 2017, *O Turismo na Madeira – Dinâmicas e Ordenamento do Turismo em Territórios Insulares*, tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, Raul da Silva, 1969, «Desenvolvimento e urbanismo no Arquipélago da Madeira», in *Análise Social*, vol. VII, n.º 27-28, pp. 780-807.
- PEVSNER, Nikolaus, 1976, *A History of Building Types*, London, Thames and Hudson.
- RAMALHO, Raúl Chorão, 1983, «Trabalhos do Arquitecto Chorão Ramalho», in *Arquitectura*, n.º 151, pp. 49-60.
- RAMOS, Carlos Manuel, 1971, «Hotel Madeira Hilton – Funchal», in *Binário*, n.º 158, pp. 572-581.
- RITTER, Joachim, 2011, «Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna», in SERRÃO, Adriana V. (ed.), *Filosofia da paisagem: uma antologia*, Lisboa, Universidade de Lisboa, pp. 95-123.
- ROSER, Max, 2017, *Tourism. Our World in Data*, disponível em <https://ourworldindata.org/tourism>, consultado em 2022-03-01.
- SAINZ-TRUEVA, José de, 1985, *Forasteiros na Madeira Oitocentista, Uma Estação de Turismo Terapêutico – Catálogo da Exposição*, Funchal, DRAC.
- SAINZ-TRUEVA, José de, 1988, *Viagens na Madeira Romântica*, Funchal, DRAC.
- SILVA, António Ribeiro Marques da, 1990, «Os Inícios do Turismo na Madeira e nas Canárias. O Domínio Inglês», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 469-475.
- SILVA, Conceição, 1963, «Hotel do Mar», in *Arquitectura*, n.º 80, pp. 22-27.
- SILVA, Conceição, 1964, «Hotel do Mar», in *Binário*, n.º 66, pp. 155-163.
- SILVA, Conceição, 1969, «Hotel da Balaia», in *Arquitectura*, n.º 108, pp. 52-56.
- SILVA, Iolanda, 1985, *A Madeira e o turismo: pequeno esboço histórico*, Funchal, DRAC.
- STEVENSON, Robert Louis, 1874, «Ordered South», in *Macmillan's Magazine*, vol. XXX, 1874, pp. 68-73, disponível em <http://deriv.nls.uk/dcn6/8047/80475321.6.pdf>, consultado em 2022-03-01.
- TOJAL, Raul, 1967, «Hotel Algarve», in *Arquitectura*, n.º 97, pp. 100-106.
- TURRI, Eugenio, 2011, «A Paisagem como Teatro», in SERRÃO, Adriana V. (ed.), *Filosofia da paisagem: uma antologia*, Lisboa, Universidade de Lisboa, pp. 168-185.
- URBAIN, Jean-Didier, 1993, *L'idiote du voyage*, Paris, Payot.

- URRY, John, 2002, *The tourist gaze*, London, Sage Publications Ltd.
- VASCONCELOS, Teresa, 2008, *O plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal: primeira metade do século XX*, Funchal, Funchal 500 Anos, EM.
- VIEIRA, Alberto, 2008, «A História do Turismo na Madeira Alguns Dados para uma Breve Reflexão», in *Turismo – Revista de la Escuela Universitaria de Turismo Iriarte*, n.º 1, pp. 95-117.
- WILDE, William R., 1840, *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and Along the Shores of the Mediterranean*, London, Curry.
- WILHELM, Eberhard Axel, 1997, «Hamburgueses Falecidos Na Madeira (1868-1896)», in *Islenha*, n.º 20, pp. 64-68.

Memória, Narrativa e Experiência – O Diário do Americano Edward Watkinson Wells sobre a Madeira

Memory, Narrative and Experience – The Journal of the American Edward Watkinson Wells about Madeira

Susana Caldeira¹

Resumo

Talvez pela sua escrita mais insípida, o diário de Edward W. Wells não tenha sido estudado até à data – ou de tal não temos conhecimento. Nas inúmeras leituras que fizemos sobre literatura de viagens, encontramos duas ou três referências ao documento, o que comprova que é um diário conhecido dos estudiosos desta temática ou das narrativas estrangeiras que versam sobre a Madeira, apesar de não ter suscitado especial curiosidade o seu estudo. Resultando o nosso interesse da tradução, que recentemente fizemos para português, do referido diário, este ensaio pretende analisar o diário do americano Edward Watkinson Wells: *Uma Viagem à Madeira (1836/1837)*, na perspetiva da memória individual e coletiva, não descurando os conceitos de temporalidade e experiência, imperativos para a compreensão de uma narrativa de viagem e da sua importância na construção da historiografia insular. Na mesma linha de análise, importa-nos compreender a experiência

¹ Mestre pela Universidade da Madeira em 2005, estudou Cultura e Literatura Anglo-Americanas e focou a sua pesquisa na emigração madeirense para o Hawai'i, fazendo uso do diálogo fértil entre múltiplas ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Etnografia, etc., para explorar temas como mobilidade, identidade, alteridade, preconceito, racialização, aculturação, entre outros: CALDEIRA, Susana, 2010, *Da Madeira para o Hawai'i: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Coleção Teses, n.º 7, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal. Os seus interesses focam-se, sobretudo, no âmbito da cultura e literatura insulares e tem revelado alguma pesquisa sobre o papel da mulher nas migrações. Tem vários artigos publicados. Está, atualmente, a desenvolver o Doutoramento na Universidade da Madeira, na área das Literaturas e Culturas Insulares. É investigadora no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, membro do CEC (Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa) e Investigadora Associada do Projeto Colour of Labour: The Racialized Lives of Migrants (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Contacto: susana.coc.caldeira@madeira.gov.pt.

de alteridade: o encontro com o *outro*, o olhar estrangeiro e observador que é lançado sobre o *outro*, o objeto observado, e entender o motivo pelo qual este *outro* é digno de registo.

Palavras-chave: Narrativa de Viagem; Diário; Madeira; Memória; Experiência.

Abstract

Perhaps because of its more insipid writing, Edward W. Wells' journal has not been studied until today – or we simply are not aware of it. In the numerous readings we did on the subject, we found two or three references to this document, which proves that it is known among scholars who study travel literature or foreign narratives dealing with Madeira Island. Having recently translated this journal into Portuguese, it aroused our curiosity and that is the main reason this essay aims to analyse the Journal of the American Edward Watkinson Wells: *A Journey to Madeira (1836/1837)*, from the perspective of individual and collective memory, not forgetting the concepts of temporality and experience, imperative for the understanding of travel narrative and of its importance in the construction of insular historiography. In the same line of analysis, it is important for us to understand the experience of alterity: the encounter with the *other*, the foreign and observer gaze that is cast on the *other*, the observed object, and understand the reason why this *other* is worth recording.

Keywords: Travel Narrative; Journal; Madeira; Memory; Experience.

Diz-se dos relatos de viagem que são tão antigos como a própria viagem ou tão antigos como a escrita. São inúmeros os estudos dedicados especificamente à literatura de viagem que atestam que estas narrativas existem desde a antiguidade, desde que as pessoas – mercadores, militares, exploradores, religiosos – se deslocavam pelos mais variados motivos, descrevendo povos e culturas diferentes, terras e paisagens únicas, e satisfazendo depois a humana curiosidade dos seus conterrâneos quando, no regresso, partilhavam a sua experiência. Estes relatos tornavam-se, assim, fontes privilegiadas para o conhecimento daquilo que para os viajantes era o *diferente*.

Num artigo interessante, em que Oana Cogeanu identifica e descreve as características da literatura de viagem como um género literário, a autora refere, por exemplo, *A História das Guerras Persas* (aproximadamente 440 a.C.) de Heródoto, a *Geografia* (cerca de 23 d.C.) de Estrabão, o *Guia para a Grécia* (cerca de 170 d.C.) de Pausanias, o relato da freira Egeria que, no século V, empreende uma viagem de peregrinação à Terra Santa, para mais tarde, já no século XIII, referir as extraordinárias narrativas de Marco Polo e no século XV as de Colombo². Poderíamos acrescentar tantos nomes sobejamente conhecidos dos relatos das viagens oceânicas de

² COGEANU, 2014, «What Makes Travel Literature?», p. 2.

exploração e conquista do século XVI, como Pero Vaz de Caminha, Álvaro Velho, Luís Vaz de Camões ou Fernão Mendes Pinto. Se nos quiséssemos cingir aos ilustres visitantes que já nos séculos XVII e XVIII registavam as suas viagens e observações objetivamente sobre o arquipélago da Madeira, poderíamos ainda referir Jean Barbot, Ovington e James Cook, para citar apenas alguns. Mas é, sobretudo, no século XIX que aparece uma quantidade considerável de diários, relatos científicos, guias, textos epistolares e relatos de viagem, fruto da intensificação das ligações marítimas, da evolução ou melhoramento dos meios de transporte navais, da proliferação de expedições científicas e, não de somenos importância, do eco de relatos anteriores que, um pouco por todo o mundo, aguçavam a curiosidade dos leitores pela convocação do exótico, do diferente.

Qualquer madeirense, seja um académico ou um mero curioso, que se dedique a conhecer a História da ilha da Madeira nos mais variados campos do conhecimento ou de estudo, tropeçará, a certa altura, nas narrativas de viagem dos inúmeros estrangeiros que visitaram a ilha. Fonte inequívoca de memória, reconhecemos a importância destes registos para o estudo da ínsula, no que diz respeito à etnografia, antropologia, geografia, arquitetura, turismo, economia, sociologia, literatura, etc., como instrumentos auxiliares de reconstrução da historiografia de cada ciência e, conseqüentemente, da reconstrução da própria História Insular. Daí concordarmos com Maria dos Remédios Castelo Branco quando, em dois artigos interessantíssimos onde aborda os testemunhos de viajantes estrangeiros sobre a Madeira, afirma que:

«é nessa profusão de páginas e também nas ilustrações que as acompanham que o panorama madeirense se desdobra em múltiplos aspectos de observação, o conhecimento dos quais se torna indispensável para os estudiosos da sua história, da sua evolução económica e social»³.

E ainda:

«neles [nos testemunhos de viajantes estrangeiros] encontramos uma fonte historiográfica e sociológica de enorme valor, pela variedade de informes que nos prestam, pelos quadros, notação de ambientes e situações sociais que fizeram chegar até nós»⁴.

É sabido que não é pacífica a discussão sobre a aceitação dos relatos ou diários de viagem como um género literário. Embora não seja nosso intento, no espaço deste ensaio, aprofundar esta contenda, é facto assumido que grande parte dos estudiosos ultrapassaram as questões de legitimação da literatura de viagem como fonte documental: o viajante-autor que, ao longo dos séculos registou o que viu,

³ CASTELO BRANCO, 1989, «Testemunhos de Viajantes Ingleses sobre a Madeira», p. 205.

⁴ CASTELO BRANCO, 1990, «Perspectivas Americanas da Madeira», p. 199.

transmitiu para a posteridade, através da própria observação, o conhecimento de uma determinada época e um olhar sobre o *outro*, à luz daquilo que seria também a sua própria vivência e bagagem cultural. Por sua vez, dificilmente argumentará o teórico literário sobre a ficção e a verosimilhança – enquanto representação do real – que muitas destas narrativas podem representar, na medida em que o mesmo viajante-autor ao narrar, fá-lo de acordo com a sua visão, a sua perspectiva, a sua própria experiência, transformando o ato de observar em texto escrito, portanto, em argumento narrativo.

De igual forma, o estrangeiro que se debruce sobre este tipo de literatura, encontrará um manancial de informação e de detalhe que permitirá melhor conhecer ou estudar este espaço insular, a sua cultura, a sua história e as suas gentes, podendo, eventualmente, descortinar uma análise comparativa entre o país de origem do viajante-autor – ou até mesmo do próprio leitor – e o destino visitado. Em suma, existe uma quantidade infindável de possibilidades de investigação e de exploração destes documentos, abrindo caminhos para futuros trabalhos.

Quando, em 1981, António Aragão propõe um estudo sobre os testemunhos escritos pelos estrangeiros que visitaram a Madeira, confessa a dificuldade em sistematizar a considerável quantidade de informação espalhada pelos arquivos e bibliotecas insulares. De acordo com os critérios adotados pelo autor na sua seleção, reuniu, mesmo assim, 145 volumes que esquematizou por centúrias (do século XV ao século XX) e idiomas (Inglês, Francês, Alemão e Italiano) num intervalo temporal que vai desde o ano de 1455 até 1966. Ao fazer uma leitura desta recolha, escreveu:

«Verificamos de começo o aparecimento de três livros italianos, correspondendo, de facto, ao recuado contacto que muitos italianos mantiveram com a Madeira. Depois, a partir do séc. XVIII, a esmagadora quantidade de livros ingleses testemunha nitidamente o interesse e a predominância dos súbditos britânicos nas terras insulares. Em seguida, um certo cosmopolitismo livresco aparece desde o séc. XIX sem, contudo, ensombrar a avalanche inglesa e toma forma mais acentuada sobretudo no campo das ciências naturais»⁵.

Somos levados a crer que os «livros ingleses», porém, contemplavam também os americanos entre os quais se encontram nomes de destaque, como é o caso de Charles Wilkes (1852), John Dix (1851) ou Charles March (1856), para mencionar apenas alguns dos que já foram objeto de estudos aturados por parte de investigadores que se debruçaram sobre estas temáticas.

⁵ ARAGÃO, 1981, A Madeira Vista por Estrangeiros: 1455-1700, p. 19.

Tendo em comum a língua, os relatos britânicos e americanos podem assemelhar-se nos objetos de observação: a cidade, a ilha, as gentes e os costumes. Contudo, é curioso perceber que os americanos diferem dos primeiros na forma como descrevem estes aspetos socioculturais de uma ilha que lhes suscita a curiosidade, e por vezes a estranheza, o horror ou o espanto, mas raramente o sentimento de superioridade gerador também de preconceito. Baseados nas leituras que fizemos da literatura de viagens de autores britânicos e americanos, acabámos por ir, novamente, ao encontro de Maria dos Remédios Castelo Branco quando afirma que

«esses testemunhos [americanos] são prestados por homens com uma mentalidade diferente da dos habituais viajantes europeus, com outra abertura, outra compreensão das pessoas e das coisas e, ao mesmo tempo, uma capacidade de apreciação não preconceituosa, liberta do superior saber e saber ser a que especialmente nos habituaram os viajantes ingleses»⁶.

A literatura de viagem sobre a Madeira tem sido amplamente estudada ou, pelo menos, citada em vários campos do conhecimento e dos estudos sobre a ínsula (ensaios académicos e científicos, ou mesmo teses de mestrado e doutoramento em áreas distintas como o turismo, a literatura e a cultura, os estudos regionais e locais, a história, a arquitetura, etc.), permitindo uma avaliação da evolução cronológica dos mais variados aspetos da vida insular e possibilitando, acima de tudo, a preservação da memória cultural deste espaço ilhéu.

Do que nos foi possível apurar, o formato preferido destes estudiosos é o diário de viagem, onde são registadas as impressões e observações recolhidas pelos estrangeiros que estiveram neste arquipélago de passagem, de visita ou que aqui residiram temporariamente. Estes diários apresentam-se de várias formas: desde o anotar insípido ou desprezioso de observações e experiências, sem as preocupações narrativas de quem escreve para si próprio, para sua memória futura, passando pelo registo epistolar que, revestido do interesse que este género facilmente incute no leitor, empresta, ao mesmo tempo, mais autenticidade aos factos narrados, até às narrativas mais cuidadas, que se acreditam ser mais ficcionadas porque se destinam, desde a sua génese, à divulgação/publicação e, por isso, se querem mais cativantes.

Por mais diferentes que sejam na apresentação das suas estruturas formais, estes diários apresentam, na nossa análise, características comuns inegáveis:

(1) **a existência da viagem:** um imperativo, senão a razão de ser do próprio relato. Aliás, como tão bem referiu Maria do Céu Fraga: «exige-se destas obras apenas que o seu centro seja ocupado por uma viagem, isto é, que o seu sentido se construa à

⁶ CASTELO BRANCO, 1990, «Perspectivas Americanas da Madeira», p. 453.

volta da deslocação no espaço, quer seja narrada em pormenor, quer constitua apenas um pretexto para divagação do seu autor»⁷. A viagem implica mobilidade e, no caso em estudo, a saída do país de origem para o de destino que, muito particularmente, é uma ilha, o que só por si desperta o imaginário e o fascínio do exótico. Importa afirmar que esta viagem não significa apenas uma deslocação geográfica, mas é também uma deslocação cultural e social, que se vai (des)construindo através da lente do observador, resultando numa narrativa que é, portanto, o produto do modo como este observador viu o *outro* e o espaço que o rodeia;

(2) **a presença textual do autor/narrador** que, se por um lado é garante – ou dele se espera – de objetividade, uma vez que é o observador direto que regista os resultados da própria observação, por outro lado a subjetividade é inevitável: este viajante-autor, como atrás se disse, tem um olhar formatado pela cultura de origem, ou seja, é portador de uma vivência sociocultural que influencia necessariamente o modo como olha para o *outro* e para o meio que o envolve. Mesmo nesta oscilação entre a objetividade e a subjetividade, certo é que o viajante-autor usa, na primeira pessoa, o seu olhar e a sua voz para refletir as suas perceções individuais, para criar o argumento narrativo onde espelha a *sua* representação do real observado;

(3) **são narrativas escritas para serem lidas** porque todo o relato escrito pressupõe um leitor. E lidas, se não por um público generalizado, pelo menos por um público-alvo previamente determinado pelo autor ou, tão simplesmente, para serem lidas posteriormente pelo próprio autor num exercício de recordação ou revitalização da experiência. Na verdade, são diferentes as motivações do viajante-autor ao escrever os seus relatos de viagem, como são diferentes os públicos para os quais os projeta. Em qualquer dos casos, o viajante-autor cria um argumento que, por ser subjetivo, pode distorcer a descrição exata da realidade. No entanto, essa subjetividade, traduzida em falta de veracidade, nunca põe em causa a existência real de uma narrativa. Muitas vezes, é através da leitura destas narrativas que tantos outros encontram inspiração para a realização das suas viagens e para registos similares, enriquecendo os acervos documentais que preservam a memória insular (no nosso caso) e garantem a memória futura;

(4) **a experiência e a memória:** indissociáveis uma da outra, a experiência do viajante, no seu contacto com o *outro*, transformar-se-á, através da escrita (com maior ou menor grau de ficcionalidade), na construção da sua memória individual que, por sua vez, se apresentará no futuro, ao público leitor. Não esquecendo os respetivos

⁷ FRAGA, 2011, «Literatura de Viagens: Quando Nós Somos o Outro», p. 394.

contextos histórico-literários, essas memórias acabam por tornar-se em coletivas, uma vez que fazem parte e retratam, ainda que através de uma subjetividade do passado, épocas, espaços, gentes e costumes que compõem a identidade insular, preservando a memória do passado no futuro⁸;

(5) **a temporalidade** e o modo como este fator pode interferir na autenticidade das narrativas. O *tempo* em que o viajante-autor escreve (durante, algum ou muito tempo depois da viagem e dos acontecimentos) é crucial: ele estará a narrar no momento da observação ou estará a confiar na memória que tem da experiência vivida? O fluxo temporal pode pôr em causa a veracidade e, por conseguinte, provocar alterações na identidade que se quer retratar, confirmando a subjetividade inerente à experiência e à memória⁹;

(6) **a alteridade**, esse estado de ser *outro*, tão discutido no dialogismo de Mikhail Bakhtin, ganha uma importância extrema na literatura de viagem, campo fecundo para a descoberta do *outro* e para as reflexões sobre as representações que sobre o *outro* são feitas. Estando o conceito do *outro* (do estrangeiro) tão intimamente ligado ao tema da viagem, estas produções textuais relatam exatamente a experiência de contacto com o *outro* e da construção de um olhar sobre o *outro*. O viajante olha para o mundo do *outro*, é sobre este *outro* que incide a sua observação e a sua curiosidade, é este *outro* que é registado na sua escrita. E, neste contexto, não nos podemos esquecer que nesta relação do *eu* (visitante) com o *outro* (estrangeiro), tanto o observador como o observado pertencem a uma memória cultural, a uma identidade que pode ser reavaliada no exercício da alteridade.

Posto isto, acreditamos que deixámos clara a nossa posição ao concordar que as narrativas de viagem de estrangeiros que passaram ou residiram na Madeira se edificaram como manifestações literárias de considerável importância social e histórica para a memória cultural deste arquipélago. Resultantes de uma visão do *outro*, estes documentos testemunham épocas que se apresentam, indubitavelmente, como foco de interesse para os estudos insulares. Neste ensaio, pretendemos analisar o diário de Edward Watkinson Wells na perspetiva da memória individual e coletiva, não descurando os conceitos de temporalidade e experiência, imperativos para a compreensão de uma narrativa de viagem e da sua importância na construção da historiografia insular. Na mesma linha de análise, importa-nos compreender a experiência de alteridade: o encontro com o *outro*, o olhar observador que é lançado

⁸ Cf. NOVA, 1998, *Les Lieux de Mémoire*, p. 11.

⁹ Cf. KORTE, 2008, «Chrono-Types: Notes on Forms of Time in the Travelogue», p. 42.

sobre o *outro*, o objeto observado, e entender o motivo pelo qual este *outro* é digno de registo.

Não temos conhecimento da existência de qualquer estudo em particular sobre este diário de Edward Watkinson Wells, embora se encontrem algumas (poucas) referências ao mesmo, no contexto de outros trabalhos desenvolvidos por académicos. Acreditamos que a falta de curiosidade que este diário suscitou possa dever-se a uma escrita insípida, com lacunas, com registos ora demasiado curtos, ora demasiado longos e de apenas relativo interesse quando comparado com outros diários conhecidos e já muito estudados e citados, sobretudo dentro desta temática da visão sobre a Madeira na literatura estrangeira.

Foi numa alfarrabista que descobrimos uma fotocópia deste diário, feita a partir do manuscrito original, antes mesmo de sabermos da existência de uma versão datilografada, possivelmente nos anos 60 ou 70 do século XX, já que se lia na referida cópia, uma nota manuscrita: «Presented to the English Rooms¹⁰ by Mr James Hayden Wells¹¹ – October 14th, 1967». É apenas nesta versão datilografada¹² que alguém cria uma espécie de página de rosto, onde se pode ler: «A Trip to Madeira – October 28, 1836 to June 25, 1837; The Journal of Edward Watkinson Wells (1819-1898)». Apesar de termos envidado alguns esforços para tentar descobrir o paradeiro do documento original, não fomos bem-sucedidos. Soubemos, porém, da existência de outros diários, com datas anteriores e posteriores, depositados na Universidade de Yale e na Connecticut Historical Society, em Hartford, nos Estados Unidos da América. Estes diários, apesar de não caberem no âmbito do estudo que agora propomos, reconhecem-se como ferramenta útil para melhor conhecer o autor, os seus interesses pessoais, a sua relação com o meio familiar e social e até as suas impressões de viagens a outros destinos.

¹⁰ *English Rooms* ou *English Reading Rooms*. Conhecido entre os madeirenses como Clube Inglês, fundado em 1832, continha uma biblioteca e sala de jogos destinados à comunidade residente e aos *invalids*, que ali podiam encontrar jornais, revistas e uma boa quantidade de livros. Tratava-se de um clube privado ao qual os estrangeiros poderiam aceder mediante o pagamento de uma quota semestral de 15 dólares. Tanto os *English Reading Rooms*, como o Consulado Britânico, situavam-se na antiga Rua dos Ingleses, hoje conhecida como Rua da Alfândega, entre a Alfândega e o Palácio de São Lourenço. Cf. MATOS, 2016, *A Arquitetura do Turismo Terapêutico, Madeira e Canárias, 1800-1914*, p. 49; ALVES, 2020, «Gabinetes de leitura».

¹¹ Trata-se de James Hayden Wells, II, sobrinho neto de Edward Watkinson Wells. Era o neto de um seu irmão mais velho: James Hancox Wells, II (1817-1872) e de Susan Ann Hayden (1811-1890). Vd. William Wells Family Papers, Call Number: MS 546.

¹² WELLS, PERRY, 1971, *Madeira Fragments*.

Numa análise aturada ao conteúdo dos arquivos da Universidade de Yale¹³, no que à família William Wells¹⁴ diz respeito, percebemos que existe uma imensa quantidade de papéis relativos aos parentes de Edward, tanto homens como mulheres. Entre os papéis dos homens, encontram-se, sobretudo, documentos financeiros, árvores genealógicas, correspondência de negócios, testamentos, inventários de propriedades, recortes de jornais, daguerreótipos, desenhos, etc. Entre os das mulheres, encontram-se diários, cartas dirigidas a outros membros da família onde se discutem assuntos familiares, as suas vidas diárias, eventos sociais, filhos, doenças, contas domésticas e outros aspetos da vida das mulheres no século XIX. Curiosamente, e ainda de acordo com o mesmo arquivo, as figuras que mais se destacam neste acervo são Jane Wells Howard Green (1808-1884), a irmã mais velha de Edward, o próprio Edward Watkinson Wells (1819-1898) e James Hancox Wells (1774-1857), seu pai.

Deste arquivo também fazem parte diários de cinco membros da família, sobretudo diários de viagens, tanto nos Estados Unidos da América como na Europa, de onde se destacam três volumes dos diários de Edward Watkinson Wells: uma viagem num barco a vapor à Flórida (ca. 1855-1860), sendo os outros dois volumes sobre o seu dia-a-dia em Hartford, Connecticut, onde vivia, com destaque para os anos de 1855 e 1860, bem como para o registo da morte do seu pai em 1857. Para além dos diários, existe um número considerável de desenhos e de correspondência familiar da autoria de Edward W. Wells.

Na contabilidade deste acervo do arquivo da Universidade de Yale não consta o diário sobre a visita de Edward à Madeira. A verdade é que fomos levados a concluir que existiriam mais diários, visto o autor ter esta tendência para relatar o seu dia-a-dia, tanto quando estava em viagem, como quando relatava a vida social e familiar do seu quotidiano normal. Por este motivo, investigámos outros arquivos onde considerámos poder encontrar mais material produzido por este autor, por acreditarmos ser muito provável que ele tenha mantido registos do seu quotidiano ao longo de toda a sua vida.

Foi através da tese de mestrado de Emily Leonard¹⁵ que descobrimos a existência de dois outros diários da autoria de Edward Watkinson Wells que estavam depositados na Connecticut Historical Society, em Hartford, onde vivia a família¹⁶. Esta dissertação

¹³ William Wells Family Papers, Call Number: MS 546.

¹⁴ Segundo a mesma fonte, trata-se do Reverendo William Wells (1744-1827), fundador da família, que terá emigrado de Inglaterra para Brattleboro, Vermont, E.U.A., em 1793.

¹⁵ LEONARD, 2015, *The Bard of Prospect Street*.

¹⁶ A família de Edward vivia, mais precisamente, na Prospect Street, Hartford, Connecticut.

resume-se à transcrição, digitalizada e anotada (com uma explanação introdutória da autora), do diário de Edward respeitante ao período entre 1841 e 1851, quando o autor tinha vinte e poucos anos de idade. Trata-se de um diário com 466 páginas, onde o autor descreve, sobretudo, o seu quotidiano, bem como o da sua família alargada: as visitas da família, os eventos sociais, a sua predileção pelas árvores de fruta que cultivava no seu quintal, o estado do tempo, os passeios a cavalo, com a descrição dos trilhos que percorria pelos campos, etc. De acordo com Leonard, Edward vivia no seio de uma família muito rica¹⁷ – o pai era banqueiro e negociante –, mas não se imiscuía nos negócios familiares. No diário, queixa-se muito de doenças ainda que seja difícil determinar se era um «quasi invalid» como o consideravam os pais que o retiraram da escola para que fosse ensinado em casa, pela mãe e irmãs, devido à sua saúde debilitada¹⁸. Como a autora da tese afirma, este diário reveste-se de importância pelo contributo histórico de uma época e de um local específico dos Estados Unidos da América.

Para nós, o diário em causa só é interessante na medida em que menciona a Madeira. Como referimos, Edward Watkinson Wells esteve na ilha entre 1836 e 1837, e é interessante perceber que manteve o contacto com pessoas que conheceu no Funchal e que sempre se interessou pelas notícias referentes ao arquipélago da Madeira. No seu diário de 1841-1851 a palavra *Madeira* aparece citada 48 vezes. O autor revela notícias enviadas a partir da ilha, refere-se, impressionado, à aluvião de 1842: transcreve um recorte de jornal a descrevê-la e volta a mencioná-la mais três vezes¹⁹. Refere-se também a pessoas que os visitavam para satisfazerem a sua curiosidade sobre a ilha²⁰, da fome que a devastou com a crise da batata, em 1846, entre outras notícias.

O outro diário encontrado por esta autora na Connecticut Historical Society, em Hartford, era datado de 1832-1833, quando Edward teria apenas 12 ou 13 anos de idade. Ela só o menciona para, na abertura da sua tese de mestrado, usar uma citação que nos ajuda a perceber estes registos narrativos:

«I have been thinking for some time past that I would like to write a journal so that some time after if I kept it, I could look back with pleasure on the days when I wrote it»²¹.

¹⁷ LEONARD, 2015, *The Bard of Prospect Street*, p. 7.

¹⁸ LEONARD, 2015, *The Bard of Prospect Street*, p. 48.

¹⁹ LEONARD, 2015, *The Bard of Prospect Street*, pp. 136; 137; 161; 205.

²⁰ LEONARD, 2015, *The Bard of Prospect Street*, pp. 270 e 305.

²¹ LEONARD, 2015, *The Bard of Prospect Street*, p. 3.

Esta escrita de si e para si justifica o facto de Edward não ter grandes preocupações com o seu estilo e rigor narrativo. Trata-se de anotações espontâneas num tom absolutamente desprezioso. Ele quer apenas lembrar-se do que aconteceu, dos acontecimentos em si, sem que tenha especial preocupação em registar as suas reações diante de determinadas situações ou de interpretar outras. No fundo, escrevia os seus diários para um público muito específico: ele próprio, no tal exercício de recordação ou revitalização da memória da experiência vivida.

Foi neste contexto que analisámos o documento que aqui está em estudo. Edward estava à beira de completar os 17 anos (celebrados durante a viagem marítima, no dia 27 de novembro de 1836, tal como o próprio regista nesta narrativa²²) quando começou a escrever o diário sobre a sua viagem à Madeira. Estranhamente, no seu passaporte, consta a idade de 19 anos e menciona ainda que era negociante de profissão²³.

Edward Watkinson Wells inicia este seu diário de 121 páginas já no consulado americano²⁴, sediado no Funchal, anunciando que começará por descrever alguns dos episódios relacionados com a partida da família de Harford, Connecticut. De facto, o autor começa por construir a sua narrativa recorrendo à memória individual que tem da sua própria experiência nesta situação concreta. Ao longo do diário o leitor percebe que este facto acontece com recorrência, ou seja, Edward constrói a sua narrativa com base na memória dos acontecimentos passados dias ou semanas antes porque as entradas não são diárias, daí algumas vezes omitir o nome de ruas, de navios ou de pessoas, deixando espaços em branco, porque se havia esquecido ou porque os queria recuperar e anotar posteriormente²⁵.

O diário principia, então, com as despedidas da família e com os preparativos para a viagem a bordo do brigue *Odessa*. Na comitiva Wells, viajavam o senhor James Hancox Wells (1774-1872)²⁶, com três dos sete filhos: Jane (1808-1884), que viajava com o filho Joseph, de apenas um ano de idade, Mary (1815-1887) e Edward (1819-1898). Como na grande maioria dos relatos deste género, a viagem marítima é descrita com

²² WELLS, 1836-1837, *A trip to Madeira* [...], p. 6.

²³ WELLS, 1836-1837, *A trip to Madeira* [...], cópia acrescentada antes do diário propriamente dito.

²⁴ Trata-se do consulado americano, onde ficou hospedado com o pai. A parede sul do jardim do consulado americano dava para a Praça da Constituição, também conhecida como Passeio Público. Pelo que é dito em algumas publicações estrangeiras sobre a Madeira, acreditamos que se situava nas instalações atuais da Blandy's Wine Lodge. Cf. MARCH, 1856, *Sketches and Adventures in Madeira* [...], p. 36.

²⁵ WELLS, 1836-1837, *A trip to Madeira* [...], pp. 15, 20, 43, 52, 56, 57, 76, 117 e 119.

²⁶ Era viúvo. A mulher, Anne Watkinson, falecera a 26 de março de 1836. WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 68.

algum pormenor: os tripulantes, os outros passageiros, as tempestades, a comida de bordo, as espécies marinhas avistadas, a aproximação aos Açores e depois à Madeira. Curiosamente, à chegada à ilha da Madeira, o primeiro avistamento, não parece ter provocado em Edward o êxtase habitualmente descrito em quase todos os relatos²⁷ de viagem e tão bem defendido por Tolentino Mendonça quando diz que «o primeiro embate é de encantamento [...] é de emaravilhamento»²⁸, no entanto, Edward diz-se impressionado com a costa que se ergue, inesperadamente, a partir da água, cortada por ravinas profundas que se lançam para o mar²⁹.

A imprensa madeirense da altura, neste caso o periódico *A Flor do Oceano*, «a small Portuguese newspaper about the size of a sheet of foolscap printed here and published every Sunday»³⁰, fez eco da chegada do *Odessa*:

«Dezembro 1 – Bergantim Americano *Odessa*, Capitão John Deming. 29 dias de New York, carga 50 barris de arroz, 56 caixões de vellas de Spermacete, 30 barris com carne, 75 barris com azeite de peixe, 9 caixas de chá, 20 barris com biscoito, 43 milheiros de aduela de pipa, de quarto e quartola, 5276 patacas e vários outros géneros – Consignado a Leal & Araújo»³¹.

Como se pode observar, não só era importante assinalar a chegada dos navios à Madeira, como também a carga que traziam com eles para abastecimento da ilha. Neste caso, sabemos que a firma Leal & Araújo tinha negócios com os Estados Unidos da América. Numa noite em que o Sr. Leal foi jantar ao consulado americano, Edward relatou, no seu diário, que o pai esteve com o seu sócio, o Sr. Araújo em Nova York³².

Só após a visita dos oficiais a bordo – para verificação dos papéis da tripulação e dos passageiros – é que era permitida a abordagem de outros navios e o desembarque para pequenos barcos que transportavam as pessoas até à praia, já que não havia um cais ou ancoradouro para o efeito. Neste e noutros diários, que tivemos oportunidade de ler, os remadores e os barqueiros³³ são elogiados pela sua força, robustez e destreza no momento do desembarque. Já na praia, esperavam os palanquins e as redes para transportar as senhoras. Estes meios de transporte são sempre alvo de comentários curiosos neste tipo de literatura. Edward descreveu-os detalhadamente, desenhou-os

²⁷ A título de exemplo, veja-se MANTEGAZZA, 2010, *Um Dia na Madeira*, p. 11; GONCHAROV, 2011, *A Fragata Pallada*, p. 9; HABSBURGO, 2011, *Memórias da Minha Vida*, pp. 18-20; SHORE, 1891, *Journal of Emily Shore*, pp. 294-297.

²⁸ MENDONÇA, 2017, *Desembarcar na Madeira – Guia ao Espanto Insular*, p. 1.

²⁹ WELLS, 1836-1837, *A trip to Madeira [...]*, p. 6.

³⁰ WELLS, 1836-1837, *A trip to Madeira [...]*, p. 28.

³¹ *Flor do Oceano*, 1836, n.º 106, p. 4.

³² WELLS, 1836-1837, *A trip to Madeira [...]*, p. 14.

³³ Vd. também GONCHAROV, 2011, *A Fragata Pallada*, pp. 110 e 135.

no seu diário³⁴ e deu especial atenção à passada rápida, ritmada e característica dos seus condutores³⁵. Também as corsas puxadas por uma junta de bois são mencionadas muitas vezes pelo excesso de peso que carregam, pela sua utilidade no transporte de carga (pipas de vinho, barris de farinha, sacas de cereais, etc.), salientando o autor que os seus condutores, em vez de um chicote, usam um bastão com um prego afiado numa das pontas para espichar os animais e que todos transportam consigo um pano molhado que colocam sob a madeira da corsa quando esta não desliza³⁶.

Na chegada ao Funchal, a família Wells é recebida pelo americano e viúvo William Maris. Embora não possamos perceber imediatamente a relação entre as famílias, acreditamos que se conheciam devido à proximidade que pareciam ter. Maris havia já destinado que, enquanto não alugassem a sua própria casa³⁷, Edward e o pai ficariam alojados no consulado americano³⁸ e que Jane, o bebé e Mary³⁹ ficariam na sua casa de família – composta por ele, um filho ainda rapazito e pelas quatro filhas – onde já se encontrava John Howard, o marido de Jane, que estava na Madeira em negócios de vinhos há algum tempo e que, cerca de seis semanas antes, fora vitimado por uma grave hemorragia pulmonar. Acreditamos que Maris poderia tratar-se de um negociante que seria sócio de John Howard. No diário de Edward Watkinson Wells (1841-1851) os Maris são mencionados muitas vezes e Edward mantém um relacionamento próximo com a família mesmo após o regresso destes aos Estados Unidos e após a morte de William Maris, a 17 de setembro de 1845⁴⁰.

Durante a sua estadia no Funchal, os Wells vão explorar a cidade e a ilha. No seu diário, Edward não vai eleger uma temática específica ou predominante, nem vai abordar algum assunto predileto. Faz, sim, um relato do seu quotidiano, num tom simples, natural e direto de observador que é. Tanto assim que ao nível da gastronomia, por exemplo, fala apenas dos frutos exóticos que provou, e dos primeiros

³⁴ WELLS, 1836-1837, *A trip to Madeira* [...], p. 69.

³⁵ WELLS, 1836-1837, *A trip to Madeira* [...], pp. 7, 8 e 9.

³⁶ WELLS, 1836-1837, *A trip to Madeira* [...], pp. 9 e 22. O pano é embebido em sebo e é atirado para debaixo do trenó, fazendo-o deslizar melhor sobre as pedras da rua.

³⁷ Era comum na época, os estrangeiros que estavam de visita prolongada – geralmente em negócios ou em convalescença das doenças de foro pulmonar –, alugarem uma casa na cidade. Cf. S.A., 1826, *Rambles in Madeira and Portugal in the early part of MDCCCXXVI*, p. 153.

³⁸ O cônsul americano era John Howard March que se encontrava na altura em Paris, sendo substituído pelo seu sócio e vice-cônsul americano, H. T. Burden. WELLS, 1836-1837, *A trip to Madeira* [...], p. 8.

³⁹ De acordo com o diário de Edward, no dia seguinte a sua irmã Mary mudou-se para a pensão da Sra. Hayward. O facto de nesta altura existirem já pensões que albergavam os estrangeiros, mostra que o turismo já se ia desenvolvendo na ilha da Madeira. A pensão da Sra. Hayward ficava situada na Rua de São Pedro. Vd. DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], Appendix 1; AGRELA, 2005, *Notas sobre a Madeira na Literatura de Viagens* [...], p. 79.

⁴⁰ LEONARD, 2015, *The Bard of Prospect Street*, p. 384.

morangos que comeu, das primeiras ervilhas (como se de um acontecimento se tratasse) e do café⁴¹, o melhor que já experimentou na vida e que era cultivado no jardim da casa onde estava a residir.

Numa leitura atenta do seu diário, percebemos que Edward tivera acesso a alguma literatura ou a algum guia de viagens sobre a Madeira, o que, aliás, era comum na época. Não só dá algumas estatísticas, tal como era hábito nesta espécie de relatos e guias (sobre o número de habitantes do Funchal, que rondava os 30 000⁴²; sobre o preço dos animais, do vinho, da farinha, do sabão, do mel, etc.), como alude à lenda de Machim e Anna d'Arfet ao observar uns quadros pendurados no Palácio do Governador (curiosamente, aquando da visita a Machico não dá qualquer importância à lenda), como menciona, mais de uma vez, o tempo exato em que é suposto fazer-se um passeio (um passeio que é suposto fazer-se, por exemplo, em sete horas e que ele fez em dez), e como refere também aspetos da vida social madeirense sobre a qual teria de ter conhecimento prévio, por exemplo, da existência da famosa e formosa freira do Convento de Santa Clara, D. Maria Clementina⁴³:

«When the change of government took place all the nuns who wished were allowed to leave the Convents. A few left and among the rest Donna Maria Clementina about whom so much has been written and said. She is at liberty and is at her father's in the city»⁴⁴.

Por falarmos em freiras, Edward, como muitos dos estrangeiros que nos deixaram a sua visão sobre a Madeira, escreve sobre as visitas que fez ao Convento de Santa Clara (um convento muito rico onde teve a oportunidade de conhecer a freira Cândida Luiza, bonita, inteligente e alegre⁴⁵), ao Convento das Capuchinhas («the most rigid and strict of all»⁴⁶, onde se sabe que as freiras se vestem de uma

⁴¹ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 19. Quando partiu da Madeira, o cozinheiro do consulado ofereceu-lhe alguns ramos do cafeeiro com as bagas e também ramos em flor, de árvores jovens, tendo colocado os caules em batatas cruas. Também o Sr. Burden fez uma oferta de café do seu próprio jardim. Vd. WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 113. Também William, uma das personagens principais de Paolo Mantegaza faz um elogio semelhante quando diz ter bebido «uma chávena de café, como confesso nunca ter bebido em nenhuma parte da Europa, da África ou da América [...] tinha modestamente crescido no quintal do senhor que me oferecia a sua cortês hospitalidade», Cf. MANTEGAZA, 2010, *Um Dia na Madeira*, p. 23.

⁴² WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 17.

⁴³ «Clementina (Maria). Freira do Convento de Santa Clara, muito admirada por nacionais e estrangeiros por causa da sua extraordinária formosura. [...] Maria Clementina era filha de Pedro Agostinho de Vasconcelos, e professou no convento de Santa Clara nos fins do primeiro quartel do século XIX, para satisfazer os desejos paternos. Faleceu no mesmo convento, contando mais de 60 anos de idade, a 16 de Maio de 1867». Cf. SILVA, MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 273; DRIVER, 1838, *Letters from Madeira* [...], pp. 14-15, 17.

⁴⁴ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 23.

⁴⁵ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 65.

⁴⁶ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 64.

forma muito rudimentar, mas nunca são vistas pelos leigos, e nas imediações do qual passaram por uma capela sob uma rocha saliente que era conhecida por Capela na Rocha⁴⁷) e ao Convento da Encarnação («which is situated on the Mount road»⁴⁸) onde conheceram uma freira que, apesar de não ser tão bonita nem parecer tão feliz como a senhorita Cândida Luíza, falava inglês). Edward impressiona-se com o facto de ser hábito entre os madeirenses enviar uma das filhas para um convento pela quantia de 400 dólares à entrada e outro montante igual posteriormente para que tomassem conta das meninas⁴⁹.

Nestes conventos, os estrangeiros encontravam sempre algum artesanato produzido pelas freiras (flores de penas, almofadas para alfinetes) ou compotas de fruta para comprar. Estes produtos poderiam também ser adquiridos em bazares de beneficência que faziam por ajudar os mais necessitados ou as instituições que cuidavam de crianças pobres. Edward descreve a ida a um destes bazares que decorreu numa escola infantil, situada num prédio grande de dois andares, cedido pela rainha, perto do Campo da Barca, onde fez algumas compras. Na imprensa local lia-se o anúncio:

«Tendo-se fixado o dia 24 de Fevereiro, às 11 horas d'a manhã, no salão d'a Eschola d'Infancia, para a extracção d'o projectado bazar a benefício d'os Estabelecimentos sob protecção d'a Sociedade: – isto se anuncia a todas as senhoras e senhores, assim Nacionaes, como Estrangeiros, para que se dignem concorrer àquele acto quer na qualidade de oferentes, quer como compradores»⁵⁰.

Para além dos bazares, Edward gostava também de passear-se pelos mercados, o de S. João, ou um outro mercado que se realizava todos os sábados num espaço aberto, perto da ribeira de Santa Luzia. Nestes mercados, o seu olhar não recaía tanto sobre o outro, o madeirense *vilão* que vendia os produtos, mas nos produtos em si, no seu tamanho e no modo como eram transportados. Causavam-lhe especial impressão os feixes de lenha, de galhos e canas e os barrotes de madeira que eram transportados à cabeça desde os campos até à cidade⁵¹.

Dos pobres camponeses Edward limitava-se a descrever as condições desfavoráveis em que viviam, deixando transparecer o seu lado empático: falava dos preços dos víveres que eram incomportáveis para as classes mais pobres; dos presos

⁴⁷ Refere-se à Capela das Almas ou Capela das Almas Pobres, ainda existente no Largo das Capuchinhas, freguesia de São Pedro. Cf. SILVA, MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 49.

⁴⁸ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 75.

⁴⁹ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 76.

⁵⁰ *A Flor do Oceano*, n.º 4, Suplemento, 25 de janeiro de 1837, p. 2.

⁵¹ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 44.

da cadeia que passavam por dificuldades sérias⁵²; dos homens e raparigas novas que transportavam grandes cargas à cabeça do campo para a cidade, mesmo em condições climáticas adversas⁵³; das lavadeiras que lavavam as roupas nas ribeiras; descreve ao pormenor um moinho e o processo de uma cena a que assistiu de uma mulher a moer o trigo⁵⁴ e fala das mulheres do povo que se empregavam como criadas, enquanto as senhoras viviam vidas ociosas, passando o tempo nas varandas a ver o que se passava nas ruas. Aborda também algumas profissões características dos homens: os criados (muitas vezes preferidos às raparigas; no Consulado Americano, por exemplo, não havia uma única mulher a trabalhar⁵⁵), os tanoeiros, os homens dos engenhos, os arrieiros, os burriqueiros, etc.

Num misto de crítica e estranheza, Edward refere que os portugueses das classes mais pobres são ladrões: «The Portuguese are reported to be great thieves – the lower classes»⁵⁶ e muitos são pedintes a implorar por esmolas, o que permite antever as condições socioeconómicas em que vivia a Madeira de então. Também o facto de os madeirenses gastarem dinheiro em cigarros enrolados ou em rapé, admirava o autor que não deixou, mesmo assim, de elogiar a sua amabilidade e simpatia com os estranhos e a aptidão para falar inglês. Enquanto os senhores da cidade, mais europeizados, se vestiam como os ingleses⁵⁷, Edward não fugiu à habitual descrição dos trajés dos homens da cidade e dos homens do campo, dando especial enfoque ao uso da carapuça madeirense⁵⁸, que mereceu um desenho no diário, talvez pela estranheza que causava:

a «calapoosa or cap [...] is made of blue broadcloth lined with red flannel. It is very small and what keeps it on the head I do not know. Of what use it is I do not know, unless it prevents their heads from being hurt by the burdens which they carry for it gives no shade to the eyes.

⁵² WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 72

⁵³ De tal modo que Mr. Robert Page, sócio de Mr. Phelps, mandara construir uma casa de abrigo para os camponeses que, nestas viagens do campo para a cidade, se viam obrigados a passar a noite ao relento. WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], pp. 84-85. Cf. SILVA, MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 40-41.

⁵⁴ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 40.

⁵⁵ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 18.

⁵⁶ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 31.

⁵⁷ Driver referiu exatamente o mesmo aspeto: «in the city the dress of both male and female is entirely English», Cf. DRIVER, 1838, *Letters from Madeira* [...], pp. 18-19.

⁵⁸ Esta carapuça madeirense chamou a atenção de quase todos os que sobre a Madeira e seus costumes dedicaram algumas linhas. Cf. HABSBURGO, 2011, *Memórias da Minha Vida*, p. 22; MANTEGAZZA, 2010, *Um Dia na Madeira*, p. 25, p. 108; DRIVER, 1838, *Letters from Madeira* [...], p. 18.

Também as casas dos pobres foram alvo do seu olhar atento. Na cidade, fala em casas térreas, muito pequenas, com cobertura de palha ou de telhas, com uma minúscula parcela de terra para cultivo e com trepadeiras de vinha ou abóbora a cobrir os telhados. Os terrenos eram separados por muros ou canas e ele considera que os portugueses despendiam muito trabalho para conseguir formar os socalcos⁵⁹. Já no campo, fala em casebres construídos com pranchas de madeira e telhados de colmo. Contrastando com as primeiras, havia também as casas das pessoas abastadas, com dois ou três pisos, construídas em pedra e bem rebocadas, onde normalmente existia um quintal, uma adega ou loja, e uma torre (um fascínio para Edward que adorava ver os navios ancorados na baía do Funchal)⁶⁰. E havia, ainda, as Quintas, habitualmente possessão dos negociantes ingleses residentes na ilha, onde se encontrava uma enorme variedade de árvores, plantas e flores que maravilhavam qualquer visitante (Edward visitou, por exemplo, a Quinta dos Cedros, a Quinta dos Blandy e a Quinta do Palheiro Ferreiro).

No campo também existiam moradias mais abastadas ou Quintas mobiladas que, muitas vezes, serviam de abrigo temporário aos excursionistas estrangeiros que se aventuravam ilha dentro, mediante uma carta de recomendação que era entregue ao “agente” que cuidava das casas na ausência dos proprietários. Durante a sua estada na Madeira, a família Watkinson Wells empreendeu vários passeios pela cidade, pelo campo, pelas levadas, e excursões um pouco por toda a ilha. Para algumas localidades mais costeiras, o ideal era uma excursão de barco, o que aconteceu quando visitaram o Caniçal, com os seus depósitos de fósseis calcários, parando depois em Machico e em Santa Cruz, sempre com desembarque nas praias⁶¹. Nas excursões mais longas pelos vales e montanhas, levavam cavalos, redes, uma mula carregada com provisões, criados, arrieiros, burriqueiros, chegando, por vezes, o número destes a ser superior à comitiva excursionista. Num passeio a Santana, Edward relata:

«On a journey it is necessary to have three men to each Hammock, so that they can relieve each other alternately, and the one who is not at the Hammock will carry a carpet bag or basket or any thing you like. There is a Bouroquero for each hired horse. Our servants, António as cook, interpreter, etc., etc., and Jozé as our third Hammock man. We have a mule to carry our provisions and baggage, and the owner of the mule goes with him to take care of him and to drive him. In all, eleven men which might seem to one who had

⁵⁹ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 17.

⁶⁰ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 10, pp. 22 e 23, pp. 24-27.

⁶¹ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 106.

never been here more than necessary, but everyone is needed. In all eighteen persons including the baby»⁶².

Nos passeios pela cidade e pelo campo e nestas excursões maiores, Edward, sempre que podia, tirava algum tempo para desenhar as vistas que o atraíam. Ao longo do diário, contámos cerca de 15 as vezes em que afirma ter parado para fazer um esboço de alguma paisagem. Não tivemos acesso a estes esquisos, mas sabemos, através da dissertação de Emily Leonard, existirem na Connecticut Historical Society: «Edward's admiration of scenery is to be expected. He called himself an art teacher although he had few pupils and the sketches he did in Madeira were almost primitive»⁶³. Já no próprio diário, o autor faz alguns desenhos de modo a ilustrar o que descreve e a eternizar aquilo que de diferente havia tocado a sua sensibilidade. Sabemos ainda que aquando da sua estada na Madeira, teve aulas de desenho com a senhorita Eliza Hayward⁶⁴ e que o cunhado, John Howard, pouco após a sua chegada à Madeira, lhe ofereceu «a portable drawing chair which will shut up in a small compass»⁶⁵.

O facto de mencionarmos John Howard, leva-nos a outra temática abordada no diário de Edward Watkinson Wells: a Madeira como destino terapêutico para as doenças do foro pulmonar. Já no início do diário, o autor menciona a saúde debilitada de alguns dos companheiros de viagem no *Odessa*. Ao chegar à Madeira, como anteriormente referimos, soube da doença que afligia o cunhado e, ao longo do diário, vão aparecendo figuras – doentes e médicos – que reforçam esta ideia de que, em 1837, a ilha era já uma estância privilegiada para os doentes de tuberculose ou tísica pulmonar devido ao clima ameno que se vivia no inverno⁶⁶.

Curiosamente, Edward, ao contrário de tantos outros autores, não se demora sobre o assunto dos *invalids* que vinham propositadamente para a Madeira em busca de cura para as suas enfermidades, mas escreve sobre a morte de algumas destas personagens e sobre os seus funerais: o corpo ficava na casa de algum conhecido, onde se juntavam alguns cavalheiros para o velório. Após este ritual, os homens dirigiam-se ao cemitério para a cerimónia fúnebre. Os funerais eram vedados às senhoras e à família do morto:

⁶² WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], pp. 83-84.

⁶³ LEONARD, 2015, *The Bard of Prospect Street*, p. 44.

⁶⁴ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 34.

⁶⁵ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 43.

⁶⁶ Driver afirma que no ano de 1834, cerca de 80 pessoas procuraram a ilha como espaço para recuperarem a sua saúde, enquanto que em 1837 esse número subiu para cerca de 300 *invalids* que queriam «avoid the enclément weather of England». DRIVER, 1838, *Letters from Madeira* [...], Prefácio, pp. IV-V.

«The custom here is different from that in the U.S. The Consul writes an order for the Interment, which order a certain person takes round to the gentlemen who would attend at the funeral and who sign their names to show that the man has done his duty in informing them. The Corpse is not seen at the funeral as it is in the U.S. We did not attend the funeral as it is not the custom here for any of the family to attend, or for any ladies»⁶⁷.

Já quando se tratava de uma criança, o caixão era coberto com um pano branco, no lugar do habitual pano preto⁶⁸, mas todo o procedimento era igual.

Edward ficou impressionado pelo facto de existirem dois cemitérios britânicos na Madeira: um para os estrangeiros residentes na Madeira e outro para os estrangeiros de passagem, de visita ou doentes (os *invalids*). Neste último era cobrada uma taxa de enterro:

«There are two English burying grounds, one for strangers and the other for residents. In the strangers burying ground the charge is 80 dollars for the ground and 80 dollars for permission to put a tombstone on the wall, for a stranger not an English man. For an Englishman only half the price is charged. Over the ground where a person is buried an image of a coffin is made in mortar or plaster on which only the name of the person and the day of his death is inscribed».⁶⁹

Esta taxa revertia a favor da dívida contraída para a construção da Igreja Britânica⁷⁰ que também era frequentada pela família Wells, sendo o reverendo residente o senhor Richard Thomas Lowe⁷¹. O pai de Edward tinha alugado um espaço na igreja por um ano (não era possível alugar por menos tempo) e a família assistia aos serviços religiosos nas manhãs de domingo e quarta-feira⁷², como aliás o fazia a comunidade britânica residente na ilha, com as senhoras a chegarem em palanquins ou a cavalo seguidas pelos seus criados portugueses que vinham a pé e cuidavam dos quadrúpedes durante o serviço religioso⁷³.

Edward também se encantava com todas as igrejas e capelas que encontrava. Visitava-as e, regra geral, descrevia-as no seu diário, desde a Catedral, à Igreja de São João Evangelista, Igreja de São Martinho, de Santo António, do Monte, capelas,

⁶⁷ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], pp. 42-43.

⁶⁸ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 55.

⁶⁹ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], pp. 46-47. Vd. RODRIGUES, 2008, *A Madeira Entre 1820 e 1842* [...], pp. 206-207.

⁷⁰ Trata-se da Holy Trinity Church, ou Igreja da Santíssima Trindade (vulgo Igreja Inglesa) de culto anglicano. Fica situada na, hoje, conhecida Rua do Quebra-Costas, então Rua da Bela Vista.

⁷¹ O Reverendo Richard Thomas Lowe (1802-1874) chegou à ilha da Madeira em 1832 e assumiu as rédeas da Igreja Inglesa no Funchal no ano seguinte, não tendo sido muito pacífica a sua relação com a comunidade britânica residente na ilha. Cf. GOUVEIA, 2008, *Phelps – Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*, p. 129.

⁷² WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 52.

⁷³ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 13.

igrejas das vilas rurais, etc. Assistia também a variadíssimas cerimónias e descrevia, com algum detalhe, as procissões religiosas às quais presenciava, bem como as laicas com mascarados, tanto no Carnaval, como em qualquer dia festivo.

Outros fascínios notórios no diário de Edward Watkinson Wells são as tempestades⁷⁴, o encantamento que o «Loo Rock»⁷⁵, ou Forte do Ilhéu, nele provocavam, e os navios que escalavam a baía do Funchal, sobretudo se fossem americanos. Edward revela uma predileção pela escrita epistolar e diarística e não só vai registar tais entradas e saídas de navios, como deixará transparecer a sua desilusão pela ausência de cartas e jornais americanos ou, ao contrário, a sua satisfação pela chegada de notícias dos familiares e amigos.

Sempre que sabiam da saída de um navio rumo à América, apressavam-se a mandar cartas. No dia 3 de fevereiro de 1837, Edward escrevia: «We have not received a single letter since we left home, though several American vessels have arrived»⁷⁶. Foi só no dia 6 de março desse ano que a família recebeu as primeiras cartas desde que haviam saído de casa, havia 125 dias. Eram cartas entre familiares onde se anunciavam mortes, doenças e assuntos domésticos⁷⁷. Podia dar-se o caso de haver correspondência num porto de Londres, por exemplo, e de ser pedido, por carta, o dinheiro dos portes, para fazê-la chegar à Madeira. Também acontecia incluírem várias cartas⁷⁸ num subscrito dirigido a uma pessoa conhecida para que a correspondência fosse posteriormente entregue aos seus destinatários. Numa entrada de 9 de março de 1837, Edward escreve, a propósito das cartas que a família recebeu: «These letters were enclosed in a letter to Mr. Howard from Mr. Asa Bigelow Jr., who was so kind as to forward them by a vessel from Canary where they were received January 26th and this was the first opportunity of forwarding them here»⁷⁹. Depois, voltam a receber 13 cartas e 5 jornais de Hartford, a 2 de maio de 1837. Os assuntos não variam muito do

⁷⁴ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], pp. 32, 60, 69.

⁷⁵ *Loo Rock* era a designação dada pelos estrangeiros ingleses ao Forte do Ilhéu ou Forte de Nossa Senhora da Conceição. A maioria dos testemunhos de viajantes estrangeiros sobre a Madeira não deixa de mencionar a sua existência.

⁷⁶ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 43.

⁷⁷ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 56.

⁷⁸ A propósito do percurso das cartas no século XIX e do facto de encontrarem sempre o seu destinatário, lê-se, por exemplo, em Goncharov: «Na Inglaterra e nas suas colónias, uma carta é um objecto sagrado que passa por dezenas de mãos, viaja por caminho-de-ferro e por outros meios, atravessa oceanos dum hemisfério para outro, e encontra infalivelmente a pessoa a quem foi enviada, naturalmente se esta ainda estiver viva, ou volta sem falta ao remetente, caso aquela pessoa tenha falecido ou regressado ao país de origem». Cf. GONCHAROV, 2011, *A Fragata Pallada*, p. 12.

⁷⁹ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 57.

normal⁸⁰. O tema das cartas é importante para Edward. Era uma maneira de manter-se em contacto com a sua família chegada e mais alargada e com os assuntos que a todos diziam respeito.

A partida da família Watkinson Wells da ilha da Madeira também chamou a nossa atenção pelo facto de, cerca de dez dias antes do acontecimento, e com certeza devido a atrasos de despachos e entregas, os Wells receberem dos Estados Unidos uma série de encomendas que chegaram no *Odessa* – o navio que os levaria de volta ao seu país –, onde se incluíam uma cadeira de balouço, que estava partida por ter vindo sem caixa, e uma cómoda. Prontamente, a família decide que tais peças seriam vendidas com as restantes no leilão que se aproximava e do qual fez eco a imprensa regional:

«R. C. d'Araújo faz público que terça-feira, 16 do corrente, faz venda pública da mobília, louças, vidros, trem de cozinha e um cavalinho com seus arreios, de que dispõem o Snr Wells, por se retirar desta Ilha. Este leilão terá lugar na casa que foi da residência do falecido José Caetano [sobrenome ilegível] ao Campo da Barca. Principia precisamente às 11 horas da manhã»⁸¹.

Receberam também alguns quadros que não chegaram a entrar na alfândega porque não valeria a pena pagar taxas uma vez que queriam levá-los de volta para casa. Na mesma encomenda vinha também um bolo rico, numa caixa de lata, que após o pagamento do respetivo imposto, Jane distribuiu por alguns amigos do Sr. Howard⁸².

O diário de Edward Watkinson Wells foca muitos aspetos para além dos que foram por nós mais salientados. Na verdade, ele regista aquilo que para ele é o diferente: a paisagem e as belezas naturais, os costumes, os traços arquitetónicos, a caracterização da economia, os pontos de interesse “turístico”, a magnificência das igrejas e capelas, etc. Uma das diferenças civilizacionais entre o *eu* do diário e o *outro* descrito refletem-se, neste caso particular, na dicotomia riqueza e pobreza. Edward, oriundo de uma família abastada, mostra-se sensível e empático com a classe mais pobre (com o custo e as condições de vida), com as crianças sujas que mendigam, se bem que numa altura do seu diário chega a mostrar alguma repugnância pelos imensos mendigos que os perseguiram por Machico durante a sua visita àquela localidade.

⁸⁰ WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], pp. 103-104.

⁸¹ *A Flor do Oceano*, 1837, n.º 20, p. 4.

⁸² WELLS, 1836-1837, *A Trip to Madeira* [...], p. 110.

Esta subjetividade, que faz com que seja impossível separar a escrita diarística da sociedade que moldou o seu autor, torna os relatos de viagem únicos: o observador, ao descrever a mesma ilha, as mesmas gentes e os mesmos costumes, fá-lo de acordo também com a sua bagagem cultural e de acordo com o motivo que o levou a escrever. Assim, podemos dizer que explorámos um texto que não exhibe exatamente uma coerência narrativa ou estética e que, sendo uma escrita de si e para si, para sua própria memória futura, não tem o cuidado de polvilhar o seu relato de emoção para o tornar mais atraente, ou seja, deixa de lado a ficção. Desta forma, o espaço de relevo é destinado à experiência e à temporalidade do ambiente vivido, através de uma memória individual que se torna coletiva à medida que, hoje, são exploradas as dimensões históricas dessa narrativa.

Dada esta importância da pesquisa nos arquivos, para resgatar e revitalizar a memória pessoal, cultural e histórica presente nestas narrativas que tão bem caracterizam um povo e uma época, apraz-nos voltar a convocar Maria dos Remédios Castelo Branco quando refere que considera indispensável fazer um levantamento crítico deste tipo de obras que compõe a literatura de viagens e assim «aguçar o apetite de leitores, de investigadores e de instituições que possam promover pesquisas, algumas fora do país – leia-se “subsidiar as verbas necessárias” – no sentido de um levantamento e estudo tão completo quanto possível de obras e autores»⁸³. Assim se desmistifica o processo de investigação, quando nos é possível provar que a história pessoal, neste caso diarística, como inestimável recetáculo de informações, pode – e deve – cruzar-se com a pesquisa académica, sendo possível incorporar as narrativas de viagem, o trabalho da memória, na historiografia.

Corpus

WELLS, Edward Watkinson, 1836-1837, *A Trip to Madeira, October 28, 1836 to June 25, 1837 – The Journal of Edward Watkinson Wells*.

WELLS, Edward Watkinson, PERRY, Katherine E., 1971, *Madeira Fragments. I A Trip to Madeira 1836-1837, being the Journal of Edward Watkinson Wells, and II. Extract from the Diary of Miss Katherine E. Perry who came to Madeira in October 1844*, Blandy Graham (ed.), Published by Re-copied for Graham Blandy, Funchal.

⁸³ CASTELO BRANCO, 1986, «Testemunhos de Viajantes Ingleses Sobre a Madeira», pp. 199 e 209.

Periódicos Citados

A Flor do Oceano, 11 de dezembro de 1836, n.º 106, Funchal.

A Flor do Oceano, 25 de fevereiro de 1837, n.º 4, Suplemento, Funchal.

A Flor do Oceano, 14 de maio de 1837, n.º 20, Funchal.

Bibliografia Citada

AGRELA, Tânia, 2005, *Notas sobre a Madeira na Literatura de Viagens Inglesa (1850-1894)*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Literatura Anglo-Americanas, Funchal, Universidade da Madeira.

ARAGÃO, António, 1981, *A Madeira Vista por Estrangeiros: 1455-1700*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

CASTELO BRANCO, Maria dos Remédios, 1989, «Testemunhos de Viajantes Ingleses sobre a Madeira», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira, 1986*, Funchal, GRM, SRTCE, DRAC, pp. 198-246.

CASTELO BRANCO, Maria dos Remédios, 1990, «Perspectivas Americanas da Madeira», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira, 1989*, Funchal, Comissão Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 453-468.

DIX, John A., 1851, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, New York, Holdradge.

DRIVER, John, 1838, *Letters from Madeira in 1834; with an appendix illustrative of the History of the Island, Climate, Wines, and other information up to the year 1838*, London, Longman & Co., Appendix 1.

FRAGA, Maria C., 2011, «Literatura de Viagens: Quando Nós Somos o Outro», in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20, pp. 394-401.

GONCHAROV, Ivan Alexandrovich, 2011, *A Fragata Pallada*, col. À Esquina do Mundo, vol. III, trad. Alberto Taddei, Parede, Sopa de Letras.

GOUVEIA, Cláudia Faria, 2008, *Phelps – Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*, Funchal, Funchal 500 Anos.

HABSBURG, Maximiliano, 2011, *Memórias da Minha Vida*, col. À Esquina do Mundo, vol. IV, trad. Duarte Mendonça, Parede, Sopa de Letras.

- KORTE, Barbara, 2008, «Chrono-Types: Notes on Forms of Time in the Travelogue», in ZILCOSKY, John (ed.), *Writing Travel: the poetics and politics of the modern journey*, Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press Incorporated, pp. 25-53.
- LEONARD, Emily, 2015, *The Bard of Prospect Street – The Journal of Edward Watkinson Wells, 1841-1851*, Transcribed, Digitalized and Annotated with an Explanatory Introduction, Dissertação de Mestrado, Connecticut, Trinity College.
- MANTEGAZZA, Paolo, 2010, *Um Dia na Madeira*, col. À Esquina do Mundo, vol. II, trad. Laura Moniz, Parede, Sopa de Letras.
- MARCH, Charles W., 1856, *Sketches and Adventures in Madeira, Portugal, and the Andalusias of Spain*, New York, Harper & Brothers.
- MATOS, Rui Campos, 2016, *A Arquitectura do Turismo Terapêutico, Madeira e Canárias, 1800-1914*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- NOVA, Pierre, 1998, *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard.
- RODRIGUES, Paulo, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de Poder e Influência Britânica*, col. «Funchal, 500 Anos», n.º 21, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos.
- SHORE, Emily, 1891, *Journal of Emily Shore*, London, Kegan Paul, Trench, Trübner & Co., Ltd.
- SILVA, Padre Fernando Augusto, MENESES, Carlos Azevedo, 1998, *Elucidário Madeirense*, vols. I, II, III, Funchal, DRAC.
- WILKES, Charles, 1852, *Narrative of the United States Exploring Expedition, During the Years 1838, 1839, 1840, 1841, 1842*, London, Ingram, Cooke & Co.
- S.A., 1826, *Rambles in Madeira and Portugal in the early part of MDCCCXXVI*, London, C. & J. Rivington.

Webgrafia citada

- ALVES, Graça, 2020, «Gabinetes de Leitura», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/article/gabinetes-de-leitura>, consultado a 25 de fevereiro de 2020.
- COGEANU, Oana, 2014, «What Makes Travel Literature?», in *The International Journal of Humanities and Social Studies*, vol. 2, n.º 6, disponível em www.theijhss.com, consultado a 20 de fevereiro de 2021.

Collection: William Wells Family Papers, Call Number: MS 546, in *Archives at Yale*, disponível em <https://archives.yale.edu/repositories/12/resources/3097>, consultado a 21 de maio de 2021.

Collection: William Wells Family Papers, Call Number: MS 546, Folder mssa_ms_0546_genealogical charts, in *Archives at Yale*, disponível em http://mssa.altfindingaids.library.yale.edu/mssa.ms.0546/mssa_ms_0546_genealogical_charts.pdf, consultado a 21 de maio de 2020.

MENDONÇA, José Tolentino, 19 de agosto de 2017, «Desembarcar na Madeira – Guia ao Espanto Insular», in *Jornal da Madeira*, pp. 1-13, disponível em <https://www.jornaldamadeira.com/2017/08/19/desembarcar-na-madeira-guia-ao-espanto-insular/>, consultado a 3 de março de 2021.

A Epidemia de Cólera na Madeira (1856): Das Políticas Régias às Práticas Locais

The Cholera Epidemic in Madeira (1856): From the Royal Policies to Local Practices

*Nulita Raquel Freitas Andrade*¹

Resumo

Ao longo do século XIX, a cólera, a febre-amarela, a tuberculose, a peste bubónica e o tifo atingiram a Europa e causaram a morte de um elevado número de pessoas. Assim, não será descabido associar esta centúria à ocorrência de diversas doenças epidémicas, cuja disseminação foi facilitada pelo desenvolvimento dos meios de transporte, que, por sua vez, facilitou a circulação de pessoas e de mercadorias.

Partindo da premissa de que a saúde e a assistência foram assumidas pela coroa portuguesa, especialmente desde o reinado de D. Manuel I, este ensaio incide, sobretudo, sobre as medidas tomadas pelo poder político no espaço insular madeirense com o propósito de controlar e combater a epidemia de cólera *morbus* de 1856, em particular as implementadas pelo então governador civil do distrito do Funchal, António Rogério Gromicho Couceiro.

Palavras-chave: Epidemia; Cólera; António Rogério Gromicho Couceiro; Governador Civil; Madeira.

Abstract

Throughout the 19th century, cholera, yellow fever, tuberculosis, the bubonic plague, and typhus swept across Europe and caused the death of multitudes of people. It will therefore not be unreasonable to associate this century with the occurrence of various

¹ Doutorada em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2022), mestre em Estudos Regionais e Locais pela Universidade da Madeira (2014) e licenciada em Português, História e Ciências Sociais (Professores do 2.º Ciclo do Ensino Básico) pela Escola Superior de Educação Almeida Garrett (2003). Presentemente é investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Professora do Quadro de Nomeação Definitiva da Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol. O seu trabalho incide sobre a História Política e Institucional de Portugal nos séculos XIX e XX. Contacto: nulitaandrade@gmail.com.

epidemic diseases, the spread of which was facilitated by the development of means of transport, which in turn facilitated the movement of people and goods.

Based on the premise that health and assistance were matters assumed by the Portuguese crown, especially beginning with the reign of King Manuel I, this essay focuses mainly on the measures taken by the political power in the archipelago of Madeira to control and combat the cholera morbus epidemic of 1856, particularly those implemented by the civil governor of the Funchal district at that time, António Rogério Gromicho Couceiro.

Keywords: Epidemic; Cholera; António Rogério Gromicho Couceiro; Civil Governor; Madeira.

Introdução

É sabido que os momentos epidémicos constituem oportunidades únicas para a observação das sociedades e dos momentos históricos, especialmente as crises de cólera do século XIX que expuseram condições de vida e de habitabilidade e demonstraram a natureza das relações sociais. Deste modo, como notou Maria Antónia Almeida, sempre que estas epidemias apareciam, elas testavam a eficácia e a resistência das estruturas administrativas locais e despoletavam conflitos sociais².

Os governadores civis, sendo os principais agentes do poder central na circunscrição distrital, exerceram um papel importante no sistema político-administrativo do liberalismo oitocentista³. Efetivamente, os magistrados tinham a seu cargo basicamente a execução de todas as leis e regulamentos administrativos. Como administradores, além da aplicação das leis, competia-lhes cooperar nas relações entre governantes e governados, associar os interesses particulares ao interesse geral, estabelecer e proteger o comércio, a agricultura, a saúde pública, a indústria, os estabelecimentos pios, os bens nacionais, a polícia preventiva, as obras públicas e o ensino⁴.

Procurando, a traços largos, resumir a intervenção régia no quotidiano da população madeirense, o ensaio *A epidemia de cólera na Madeira (1856): das políticas régias às práticas locais* assume como objetivo central identificar e analisar as decisões tomadas pelas estruturas políticas, em especial as adotadas pelo representante do governo central na esfera local, António Couceiro.

² ALMEIDA, 2013, *Saúde Pública e Higiene na Imprensa Diária em Anos de Epidemias* [...], p. 7.

³ Sobre as competências inerentes ao governador civil cf. POUSINHO, 2004, *Castelo Branco. Governo, Poder e Elites* [...], pp. 104-105; GOMES, 2009, *Governo Civil do Distrito de Faro. 175 Anos de História* [...], pp. 397-401; SILVEIRA, 1997, «Estado liberal e centralização. Reexame de um tema», p. 79.

⁴ SOUSA, 2014, *Os Governos Civis de Portugal. História e Memória (1835-2011)*, pp. 133-150.

Delineado o objetivo e fazendo uma revisão às diferentes fontes de informação, provenientes dos acervos documentais e jornalísticos depositados, sobretudo, no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, tentar-se-á responder a três questões essenciais, a saber: **(i)** qual a origem e a evolução do surto de cólera na Madeira, no ano de 1856; **(ii)** quais foram as medidas de controlo da epidemia tomadas pelo governador civil **(iii)** e em que grau a sociedade e as autoridades (quer as centrais quer as locais) conseguiram ou não promover a saúde coletiva⁵.

1. Fragmentos do Tempo Vivido

António Rogério Gromicho Couceiro nasceu em Elvas, a 13 de março de 1807. Era filho de Joaquim Jerónimo Martins Couceiro e de Maria Benigna do Carmo Gromicho. Desconhecemos a vida quotidiana do menino e moço com os pais e demais familiares. Sabe-se, apenas, que casou com Tomásia Gabriela Couceiro.

Em setembro de 1821, tendo assentado praça como soldado no Regimento de Infantaria n.º 16, participou na campanha militar contra as tropas absolutistas do general Silveira. Depois, em setembro de 1826, alistou-se na Armada Real, vendo-se obrigado a interromper os estudos, em maio de 1828, quando frequentava a Academia de Marinha para se reunir aos defensores da causa liberal no Porto, entrando então para o Regimento de Cavalaria n.º 10.

Em 1831, Couceiro estabeleceu-se na ilha Terceira para fugir ao miguelismo. Ali, nesse mesmo ano, foi despachado guarda-marinha e promovido a segundo-tenente da Armada.

Combateu nas campanhas dos Açores e, mais tarde, no cerco do Porto, tendo sido ferido, em julho de 1832, quando servia a guarnição da escuna *Liberal*. Nessa ocasião, foi então agraciado com a Ordem Militar da Torre e Espada.

Em junho de 1833, participou na defesa de Lisboa contra os batalhões miguelistas, sendo então transferido para a artilharia com o posto de primeiro-tenente. Um mês depois, apenas, passou a capitão encarregado de comissões de serviço.

Terminada a guerra, regressou à Academia para concluir com distinção o curso de Artilharia. Posto isso, foi nomeado lente da Academia Politécnica do Porto, promovido a major (1840) e a tenente-coronel (1845).

⁵ No intuito de tornar o presente estudo mais acessível e de evitar possíveis dificuldades, optamos por atualizar a ortografia em todas as citações.

Durante a guerra civil da Patuleia, serviu como comandante de artilharia às ordens do conde das Antas, tendo sido aprisionado pelos ingleses quando saiu a barra do Porto. Amnistiado após a Convenção de Gramido, foi elevado a coronel e, depois, a brigadeiro graduado.

Aos 49 anos de idade, António Couceiro foi nomeado governador civil, comandante militar e diretor das Obras Públicas da Madeira.

A 1 de junho de 1856, o brigadeiro de Artilharia tomou posse do cargo para o qual fora nomeado. Um mês depois, aproximadamente, apareciam os primeiros casos de cólera na Ilha. Nas palavras dos autores do *Elucidário Madeirense*, Couceiro foi uma «verdadeira providência para a Madeira». «Homem de uma rara energia, de uma inteligente e profícua iniciativa», tomou «pronta e imediata decisão nas situações mais crítica», resolvendo os problemas que mais assoberbaram os ilhéus⁶. Efetivamente, a sua frenética atividade não passou despercebida aos poderes instituídos. Em outubro de 1856, a Associação Comercial e as câmaras municipais do Funchal, de Santa Cruz e de Machico louvaram as providências que tomara na «quadra de horror», com o fim de atenuar os «males» do povo madeirense⁷.

No governo histórico do duque de Loulé, Couceiro exerceu funções como ministro da Guerra, entre 8 de setembro de 1857 e 16 de março de 1859, data em que se reformou com o posto de marechal de campo.

A circunstância de ser ministro de Guerra levou a máquina eleitoral do governo histórico a colocar o seu nome nas listas para a Câmara dos Deputados, aquando das eleições de maio de 1858. Foi seguramente o peso do cargo ministerial que na altura ocupava que lhe permitiu ser eleito para a legislatura de 1858-1859 por nada menos do que quatro círculos: Lisboa, Porto, Portalegre e Funchal. Prestou juramento a 21 de junho de 1858, elegendo o círculo de Portalegre, próximo da sua terra natal e de onde obtivera mais votos.

Couceiro morreu em Lisboa, a 22 de julho de 1862⁸. Tinha então 55 anos.

Este é um esboço da sua história.

⁶ SILVA, MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense* [...], vol. I, p. 328.

⁷ ABM, Governo Civil, Correspondência para as câmaras municipais, n.º 171, 06/10/1856, fl. 30. Cf. tb. ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114, 15/10/1856, fls. 74-75 e *Semanário Oficial*, 22/11/1856, n.º 124, pp. 1-2.

⁸ SARDICA, 2004, «Couceiro, António Rogério Gromicho (1807-1862)», pp. 896-898.

2. António Couceiro: Uma Voz Pró-Ativa no Combate à Epidemia

A cólera grassava intensamente em Lisboa no verão de 1856. A 28 de junho desse ano foi introduzida na Madeira, aquando do desembarque do Batalhão de Infantaria n.º 1 no porto do Funchal. A epidemia propagou-se com grande intensidade no bairro de Santa Maria, estendendo-se depois a toda a cidade⁹.

Uns dias depois, a 11 de julho, o governador civil enviou ao Ministério do Reino um ofício detalhado sobre a introdução da doença epidémica na Ilha, as medidas sanitárias e as preocupações das autoridades públicas. Segundo o próprio, de imediato, tomaram-se providências para circunscrever a epidemia ao local de origem, a saber: conservar os praças do Batalhão de Infantaria n.º 1 no quartel até às 17h00 e ministrar-lhes a comida aconselhada pela ciência médica, proceder à limpeza e asseio das ruas e habitações, fiscalizar os géneros alimentares colocados à venda nos estabelecimentos, inutilizando os impróprios para consumo¹⁰.

Neste quadro de incerteza, o magistrado oficiou a todos os administradores dos concelhos para adotarem medidas, a fim de impedir o desenvolvimento da epidemia; mandando, ao mesmo tempo, organizar comissões de socorro¹¹. Conta António Couceiro que não seria possível prestar assistência às povoações rurais acometidas pela doença, não só porque a população não vivia centralizada como também porque não dispunha de facultativos suficientes para atender os doentes. Ora, sendo a opinião dos médicos de que a epidemia iria continuar a fustigar a Ilha, o governador civil sublinhou a necessidade de estabelecer hospitais e enfermarias. Mas para isso era preciso dinheiro, além de roupas, de camas e de medicamentos. Dito isto, o magistrado pediu ao governo para disponibilizar, sem demora, os meios sem os quais nada podia fazer perante a crise sanitária¹².

Passado um mês, no início de agosto, as notícias que o governador civil endereçava ao gabinete ministerial não permitia baixar o nível de vigilância. Perante o «espantoso» desenvolvimento da epidemia na Ilha, escutemos como retrata António Couceiro os acontecimentos:

⁹ SILVA, MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense* [...], vol. I, pp. 284-285.

¹⁰ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 11/07/1856, fls. 165-166.

¹¹ ABM, Governo Civil, Correspondência para as câmaras municipais, n.º 171, 18/07/1856, fls. 20-21.

¹² ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 11/07/1856, fls. 165-166.

«Impossível é pintar o terror que nestes últimos dias se tem apoderado de todos os habitantes desta ilha! [...] Na cidade do Funchal [...] contam-se 490 casos de cólera fatais! Hoje, que este flagelo parece ter chegado ao seu maior auge, calcula-se para mais de 4000 moradores da cidade, sem distinção de classes, se acham acometidos, com mais ou menos força, pela cólera [...]. Nas povoações todas, a leste e oeste da cidade, não é menor o progresso que vai tendo a cólera; entre estas estão a freguesia de Machico [que] foi de tão súbito acometida com tamanho ímpeto que quem pôde fugir fugiu, deixando em completo abandono um não pequeno número de coléricos [...]. Tinham até ontem sido atacadas para cima de 800 pessoas nesta povoação, das quais 100 já haviam sido vítimas. Nas freguesias da Ribeira Brava, Ponta do Pargo e Caniço, há poucos dias invadidos, tem-se este flagelo desenvolvido também rapidamente, a ponto de contar já um extraordinário número de coléricos [...]. Se esta epidemia não para [...] podemos em poucos dias achar-nos lutando com a impossibilidade de tratar dos vivos e enterrar os mortos»¹³.

É este o tom geral do discurso, que nos apresenta um homem sobressaltado e preocupado com os caminhos que a saúde coletiva trilhava. Palavras refletidas e, de algum modo proféticas, ou melhor, realistas.

«Não são já pequenas as dificuldades em que me tenho visto. Os hospitais que tenho feito organizar em diferentes pontos não são suficientes; há já grande falta de roupas e mais objetos precisos para se poder levantar outros de que muito se carece [...]. Mas se não temos facultativos para lhes pôr à testa, se nem medicamentos temos, nem boticários, nem enfermeiros??!! [...] de todos os pontos do Distrito se me pedem facultativos para acudir aos coléricos, e eu vejo-me obrigado a ser surdo a tais requisições»¹⁴.

Mas, nem a desmotivação e o desalento o demoveram de pugnar pela concretização de medidas para debelar a epidemia de cólera na Madeira. Tendo afirmado, nestes termos:

«Não me faltam por enquanto forças para lhe prestar socorros de que ela carece; porém, repito, se o Governo de Sua Majestade não me proporcionar os meios que solicito receio com grande pesar meu e dos que por aqui restarem vivos, que vindo mais tarde sejam completamente inúteis»¹⁵.

Lutando com a excessiva falta de meios e obrigado, não obstante isso, a socorrer a população acometida pela doença, António Couceiro retirou, sem autorização do governo, numerário do depósito pertencente às Obras Públicas e do fundo do 2.º Batalhão de Infantaria n.º 4, destacado na Ilha. Porém, apesar destes auxílios extraordinários, permanecia a falta de receita para acorrer às exigências com os

¹³ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 02/08/1856, fl. 169.

¹⁴ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 02/08/1856, fl. 169.

¹⁵ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 02/08/1856, fl. 169.

serviços públicos. Neste quadro, o magistrado decidiu interromper o pagamento dos vencimentos dos pensionistas que não tinham residência na Madeira e pediu ao gabinete ministerial para utilizar os fundos do cofre de emolumentos da companhia dos trabalhos braçais da Alfândega do Funchal, declarando que por justa causa não hesitaria em apropriar-se do dinheiro antes mesmo da resolução do governo¹⁶.

A atitude combativa de Couceiro perante a falta de pronto-socorro do Ministério do Reino não defraudou a confiança dos madeirenses¹⁷. Uma luta difícil, mas que teve o fim esperado. Dias depois, à Ilha chegavam, por duas vezes, medicamentos, enfermeiros e os facultativos enviados pelo governo central; além, claro, do dinheiro e de bens necessários para satisfazer as despesas extraordinárias que a saúde pública reclamava¹⁸.

A 6 de setembro de 1856, *A Ilustração Luso-Brasileira* anunciava que a Madeira, «vítima do terrível flagelo da cólera *morbis*», tinha sofrido «estragos espantosos». Não obstante, o governo, «solicito em acudir às instantes reclamações que lhe foram feitas», expediu os socorros de que carecia a população¹⁹.

Nesta matéria, deve ainda ter-se presente as doações enviadas pela comissão de beneficência organizada em Londres, os donativos remetidos pela comissão formada em Nova Iorque e os apoios de particulares nacionais e estrangeiros²⁰. Adicionalmente, podemos verificar que o magistrado, exaltando a filantropia do povo inglês, pediu com sucesso autorização ao governo para conceder a isenção de direitos para todos os medicamentos e demais objetos destinados ao tratamento dos coléricos²¹.

O número de vítimas da cólera *morbis* na Madeira foi publicado pelo *Semanário Oficial*, no dia 10 de janeiro do ano subsequente. No concelho do Funchal, de 5 de julho até 31 de outubro de 1856, faleceram 2095 pessoas. O quadro seguinte apresenta o número de vítimas da cólera nas freguesias do concelho do Funchal.

¹⁶ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério da Fazenda, n.º 613, 29/08/1856, fls. 8-10.

¹⁷ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 10/08/1856, fls. 169-170.

¹⁸ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 13 de agosto e 30 de setembro de 1856.

¹⁹ «A Ilha da Madeira», 06/09/1856, in *Ilustração Luso-Brasileira*, n.º 36, p. 288.

²⁰ ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 2, n.º 94, 16/10/1856, fls. 41-42 e l.º 5, n.º 114, 12/11/1856, fl. 92. Cf. tb. ABM, Governo Civil, Alvarás, n.º 75, 11/10/1856, fls. 14-15.

²¹ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 01/09/1856, fls. 173-174.

Quadro 1 – Mapa Numérico das Pessoas que foram Vítimas da Cólera no Concelho do Funchal de 5 de Julho até 31 de Outubro de 1856²²

Freguesias	Homens	Mulheres	Fatalidade (ambos os sexos)
Sé	142	169	311
São Pedro	236	283	519
Santa Luzia	156	159	315
Santa Maria Maior	182	194	376
São Gonçalo	42	46	88
Monte	53	30	83
São Roque	38	31	69
Santo António	104	110	214
São Martinho	77	43	120
Total	1030	1065	2095

Fonte: *Semanário Oficial*, 10/01/1857, n.º 129, p. 3.

Nos restantes concelhos os níveis de mortalidade são igualmente impressionantes e reveladores da rápida propagação da doença no espaço insular madeirense. Para uma ideia de conjunto, relativamente ao número de óbitos, atente-se no quadro seguinte.

Quadro 2 – Mapa Numérico das Pessoas que foram Vítimas da Cólera (1856)

Concelhos	N.º de falecidos (ambos os sexos)
Câmara de Lobos ²³	797
Ponta do Sol ²⁴	840
Calheta	347
Porto Moniz	528
São Vicente	512
Santana	12
Santa Cruz	301
Machico	357
Porto Santo	284
Total	3978

Fonte: *Semanário Oficial*, 10/01/1857, n.º 129, p. 4.

²² Neste quadro não figura o número de pessoas que faleceram nos hospitais. No entanto, contabilizamos 792 vítimas de cólera nestes estabelecimentos de saúde: Santa Casa da Misericórdia, 619 óbitos; Hospital de Santo António, 110 óbitos e Hospital das Angústias, 63 óbitos.

²³ Importa detetar que este concelho contempla o número de pessoas que faleceram na freguesia do Campanário. Na contemporaneidade, como sabemos, esta localidade integra o concelho da Ribeira Brava.

²⁴ Este concelho compreende os falecidos nas freguesias da Tabua, da Ribeira Brava e da Serra de Água. Aponte-se, a propósito, que estas freguesias integram atualmente o concelho da Ribeira Brava.

Note-se que este é apenas o número estimado de falecimentos. Como depois acabou por reconhecer António Couceiro, a «confusão e o terror» que se estabeleceram nas freguesias não permitiram recolher os dados necessários para fazer o trabalho estatístico com exatidão. Fernando Silva e Carlos Meneses consideram, mesmo, que a cólera provocou aproximadamente 10 000 vítimas nesse ano de 1856.

Opiniões à parte, certo é que as Ilhas viviam dias de horrorosa calamidade. António Couceiro deixou-nos um pungente relato – também na primeira pessoa – sobre a cidade do Funchal. Vale a pena seguirmos aqui a sua narrativa:

«Nesses dias lúgubres [...] rara era a pessoa que se não achava mais ou menos atacada pela doença. O pranto, os gemidos dos que acabam de perder um parente querido, a ansiedade com que os outros corriam e procuravam sem poder obter um facultativo que lhes fosse possível atender a um doente [...] a dureza com que os médicos e cirurgiões cruzavam as ruas da cidade sem que lhes fosse possível atender ao maior número dos que lhes pediam socorros da sua profissão – os farmacêuticos com as portas dos seus estabelecimentos atoladas [...] a aflição e angústia que se viu desenhadas nos semblantes de todos, apresentavam um espetáculo horroroso que fazia descorçoar os mais animosos. [...] As mercearias, as lojas de fazendas e outros estabelecimentos fecharam-se todos»²⁵.

O governador civil, sendo o principal agente central na circunscrição distrital, executou e fez executar todas as providências necessárias para debelar a epidemia, promover a saúde coletiva e reprimir os atos contrários à ordem pública.

No que concerne à cidade do Funchal, sabemos que competiu ao representante do governo propor à câmara municipal a remoção das «imundices das ribeiras» e limpeza dos becos, aumentar a capacidade do cemitério, «branquear» gratuitamente as casas dos moradores pobres, custear as despesas com a hospedagem dos facultativos que chegaram à Ilha para tratar os coléricos, contratar dois empregados para o serviço de limpeza da cidade e ordenar a fiscalização dos estabelecimentos que vendem géneros alimentícios ao público²⁶.

No que diz respeito ao Asilo de Mendicidade, verificamos que mandou a comissão administrativa estabelecer uma enfermaria, fiscalizar a qualidade das refeições, fornecendo-as naquele estabelecimento para que os exilados não mendigassem pela cidade²⁷.

²⁵ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 29/08/1856, fls. 172-173.

²⁶ ABM, Governo Civil, Correspondência para as câmaras municipais, n.º 171, 17 de julho, 20 de agosto, 29 de novembro e 22 de dezembro de 1856; Cf. tb. ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114, 22/07/1856, fl. 36 e ABM, Governo Civil, Atas do Conselho de Distrito, l.º 9, n.º 258, 04/02/1857, fls. 119-120.

²⁷ ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114, 23, 28 e 30 de julho de 1856.

A sua ação também se fez sentir na Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Ali, recomendou a contratação de facultativos e de enfermeiros para trabalhar no hospital, atribuiu cem mil reis para as despesas com o tratamento das pessoas pobres, apelou à tomada de providências para que houvesse cuidado no tratamento dos doentes e nomeou o major Francisco de Sousa membro da comissão administrativa²⁸.

Ciente que as medidas impostas pelas autoridades desaconselhavam a concentração e a circulação de pessoas e bens, Couceiro pediu ao Bispo do Funchal para transferir a festa de Nossa Senhora do Monte para época «menos calamitosa» e sustentou a necessidade de proibir em todos os concelhos os ajuntamentos durante as festas religiosas²⁹. Por seu lado, o governo aprovou a sua decisão de mandar suspender as operações de recenseamento durante a maior violência da cólera *morbis*, devendo, contudo, prosseguir os trabalhos assim que fosse possível sem risco para a saúde pública³⁰.

Por essa altura, Couceiro defendeu junto do gabinete ministerial a criação de uma Junta Sanitária no Funchal que pudesse acorrer a todas as circunstâncias, «extraordinárias e imprevistas», que de algum modo pudessem comprometer ou pôr em risco a saúde pública. Em seu entender, poderia ser composta pelo governador civil (presidente), o delegado do Conselho de Saúde, o guarda mor e dois médicos portugueses³¹.

Em referência aos municípios rurais, sabendo que o estado dos cofres era «mau», o magistrado, além de sublinhar a necessidade de o poder local recorrer a meios suasórios para conseguir dos devedores o pagamento dos seus débitos, pediu para ativar a cobrança de todas as receitas. Noutra vertente, recomendou a divulgação junto dos residentes das medidas higiénicas que convinha adotar, bem como a execução das posturas municipais no que diz respeito ao asseio e limpeza das ruas, dos caminhos e de outros locais públicos. Sem sofismas, António Couceiro expressou a sua ideia nos seguintes termos:

«Se todos cruzarem os braços com os olhos fitos no chefe administrativo do distrito – só, desajudado, nada poderei fazer – mas se cada um, no seu posto, me prestar o auxílio que a todos peço, tenho a confiança em que a moléstia há de acabar sem resultados funestos»³².

²⁸ ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114, 9, 18, 19 de julho, 22 de setembro e 7 de outubro de 1856. Cf. tb. ABM, Governo Civil, Alvarás, n.º 75, 01/08/1856, fl. 8.

²⁹ ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114, 29 e 31 de julho de 1856.

³⁰ ABM, Governo Civil, Correspondência do Ministério do Reino, n.º 658, 20/08/1856, fl. 87.

³¹ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 19 de junho e 3 de outubro de 1856.

³² ABM, Governo Civil, Correspondência para as câmaras municipais, n.º 171, 18/07/1856, fls. 20-21.

Preocupado com a expansão da doença na Madeira, como referimos anteriormente, Couceiro ordenou o estabelecimento de hospitais para tratar os coléricos, facultando para o seu funcionamento médicos, enfermeiros, medicamentos, camas, roupas e arroz. Além, claro, do dinheiro imprescindível para fazer face às despesas com a saúde pública³³.

Estranhamente, a sua ação pouco se fez sentir no concelho de Santana. Atendendo ao número de óbitos (doze, no total), levantamos duas hipóteses: primeira, a doença teve uma fraca expressão naquela localidade; segunda, o número de casos não foi corretamente reportado às autoridades³⁴.

Com a intensificação da epidemia, as questões relativas à pronta construção e aumento dos cemitérios dominaram a classe dirigente. Neste âmbito, verificamos que o magistrado enviou ofícios para os poderes políticos e religiosos locais, no sentido de responderem às necessidades dos concelhos.

Mas o caminho percorrido teve as suas dificuldades. A falta de verbas dos municípios para custear as obras e o local nem sempre consensual onde estes deveriam ser construídos despoletaram polémicas e embaraços. No cemitério do adro da igreja do Paul do Mar, por exemplo, o governador civil sugeriu que se abrissem valas comuns para proceder ao rápido enterramento das vítimas da cólera *morbis*³⁵. Já na Ponta do Sol, o administrador do concelho, Jacinto José Faria Andrade, resolveu mandar sepultar alguns cadáveres no terreno vinculado à Capela dos Esmeraldos, sem prévia autorização do seu proprietário. Agostinho de Vasconcelos, autorizado pelo seu tutor, não gostou e chegou mesmo a recorrer, sem êxito, ao Ministério do Reino para que movesse uma ação criminal sobre o infrator³⁶.

O enterramento dos cadáveres e o transporte dos doentes para os hospitais provisórios era questão sensível à população. Couceiro, atento e preocupado com a crescente agitação popular, viu-se obrigado a enviar uma força do Regimento de Infantaria n.º 1 para auxiliar o delegado do Conselho de Saúde a assegurar a ordem pública na freguesia da Serra de Água, especialmente aquando da condução dos enfermos para hospital e enterramento de cadáveres no cemitério. Pela mesma razão, o magistrado enviou praças do Regimento de Artilharia n.º 1 para a freguesia da Tabua³⁷.

³³ ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114, 14, 15, 19, 26, 29 de julho; 1, 2, 5, 6, 13, 14, 19, 27, 20, 26, 29; 18, 20, 22, 26, 28, 30 de agosto; 1, 2, 3, 5, 9, 10, 12, 13, 17, 19, 23 de setembro; 10, 17 e 24, 30 de outubro de 1856.

³⁴ *Semanário Oficial*, 20/09/1856, n.º 118, p. 3.

³⁵ ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114, 20/08/1856, fl. 52.

³⁶ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 658, 20/01/1857, fl. 102.

³⁷ ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114, 11/08/1856, fl. 45.

Tal como nas epidemias anteriores, o medo e o pânico apoderaram-se do povo. Foi, aliás, para ultrapassar esta situação que, no início de outubro de 1856, Couceiro pediu a Bernardo Machado, editor responsável pel'*O Clamor Público*, para não divulgar conteúdos inerentes à cólera *morbis*³⁸. A este respeito, constatamos que o próprio escrivão da administração do concelho do Porto Santo, Manuel Câmara Perestrelo, ausentou-se do cargo e da localidade logo que a doença ali começou a se desenvolver³⁹. É certo que a situação em que se encontravam os residentes na ilha do Porto Santo era «dramática», devido à falta de médicos e de qualquer espécie de assistência⁴⁰. Segundo o governador civil, à Madeira chegaram aproximadamente duzentas pessoas, quase todas sem meios de subsistência, fugidas à pestilência⁴¹. Como atrás aludimos, a população de Machico também fugiu aterrorizada na fase de maior contágio, «deixando ao completo abandono um não pequeno número de coléricos»⁴².

Porém, se alguns fugiram, outros recusaram o pagamento dos seus serviços, outros ofereceram terrenos para a construção de cemitérios e outros ainda houve que cederam infraestruturas para a instalação de hospitais, o que mereceu homenagens e testemunhos de gratidão por parte do magistrado e do governo central a todos os que voluntariamente tinham amparado e assistido os doentes e suas famílias nesse período difícil, o que confirma o caráter privado da assistência social nesta época⁴³.

Terminado o ano de 1856, «esse ano fecundo em acontecimentos funestos para os infelizes madeirenses», D. Pedro V não esqueceu as vítimas da cólera *morbis*⁴⁴. Vale a pena recordar as palavras que proferiu, na sessão de abertura da Câmara dos Deputados, na tarde de 2 de janeiro de 1857.

«Aproveite à Providência que no ano findo fosse o nosso território novamente invadido pelo flagelo da cólera *morbis*. A maior parte dos distritos do reino experimentaram mais ou menos os seus destruidores efeitos, e mais que todos o do Funchal, onde ele em pouco tempo fez milhares de vítimas.

³⁸ *O Clamor Público*, 10/10/1856, n.º 116, p. 1.

³⁹ ABM, Governo Civil, Alvarás, n.º 75, 23/09/1856, fl. 12.

⁴⁰ ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114, 27/08/1856, fl. 55.

⁴¹ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 24/08/1856, fls. 174-175.

⁴² ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645, 02/08/1856, fl. 169.

⁴³ ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114, 16 de agosto; 13, 14, 16 e 31 de outubro; 12 de novembro de 1856 e 15 de janeiro de 1857. Cf. ABM, Governo Civil, Alvarás, n.º 75, 11/10/1856, fls. 14-15. Cf. tb. ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 658, 26/01/1857, fl. 103.

⁴⁴ *A Ordem*, 01/01/1857, n.º 13, p. 1.

O meu governo empregou os possíveis esforços em socorrer todos os pontos invadidos por aquele mal, e para auxiliá-lo n'este empenho é-me agradável poder dizer que em todas as classes da sociedade encontrou o zelo pelo serviço público, e a caridade cristã que o povo português folga de exercer.

A beneficência dos estrangeiros não foi insensível à desgraça dos meus súbditos. Apraz-me dar aqui um solene testemunho do apreço em que tenho os valiosos serviços que a generosidade do povo inglês prestou à ilha da Madeira»⁴⁵.

Nesse mesmo mês, o rei, por decreto de 21 de janeiro de 1857, conferiu o grau de Comendador da Ordem de Cristo, ao médico Juvenal Honório de Ornelas; de Comendador da Ordem de Avis, ao major Francisco de Sousa Neto, e de Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, ao cirurgião do Hospital Civil do Funchal João Nepomuceno Gomes; «pelos distintos serviços que prestaram durante a última epidemia de cólera *morbus* na ilha da Madeira»⁴⁶.

Ainda em 1857, sabendo que uma das «desgraças mais sensíveis» decorrentes da cólera foi deixar órfãs centenas de crianças, António Couceiro decidiu estabelecer no antigo Convento de S. Francisco um «asil»⁴⁷. Para tal contou com o auxílio de uma senhora estrangeira, Martha Nicel, que se ofereceu para dirigir o novo estabelecimento e educar as crianças que nele fossem recolhidas, dando-lhes vestuário e comida⁴⁸.

Considerações Finais

É hora de concluir. Como primeira nota, parece evidente que no uso dos amplos poderes de que dispunha como governador civil do distrito do Funchal, a ação de António Couceiro exerceu-se através de dois vetores essenciais: por autoridade e por meio de informação, com referência a quaisquer temas relativos à saúde pública.

No cumprimento das atribuições referentes à informação, o magistrado deu conta aos órgãos de poder local e ao ministro respetivo de todos os assuntos relativos à epidemia na Madeira, propondo as medidas que considerou mais adequadas para combater a doença e auxiliar as vítimas e seus familiares.

No âmbito das atribuições a nível da autoridade, constatamos que tomou as providências necessárias para manter a ordem e a segurança pública, auxiliando-se para este fim da força militar; moveu diligências para evitar a concentração de

⁴⁵ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 02/01/1857, n.º 1, pp. 3-4.

⁴⁶ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 658, 26/01/1857, fl. 103. Cf. tb. ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, n.º 98, 06/03/1897, fl. 75.

⁴⁷ ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, n.º 138, 13/02/1857, fls. 245-248.

⁴⁸ ABM, Governo Civil, Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114, 06/12/1856, fl. 101.

peças e promover a circulação do conhecimento científico e da apropriação deste por parte das autoridades; mobilizou ações para socorrer as povoações afetadas pela moléstia e exigiu das corporações municipais determinações tendentes a evitar as faltas de higiene pública e extinguir quaisquer focos de infeção.

Hoje, com uma distância focal em relação àqueles acontecimentos, parece, pois, não subsistirem dúvidas que António Couceiro foi um dos políticos que no século XIX se destacou nos relevantes serviços que prestou à Madeira durante a epidemia de cólera *morbis*. Impondo-se à admiração dos seus contemporâneos, atualmente o município do Funchal e do Porto Santo ainda lhe prestam homenagem com a atribuição do seu nome a uma das ruas da cidade.

Imagens 1 e 2 – Rua Brigadeiro Couceiro, no Funchal





Fonte: Fotografias da Autora.

Imagens 3 e 4 – Rua Brigadeiro Couceiro, no Porto Santo





Fonte: Junta de Freguesia do Porto Santo.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes Manuscritas

1.1. Arquivos

1.1.1. Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM)

Governo Civil

Alvarás, n.º 75.

Atas do Conselho de Distrito, l.º 9, n.º 258.

Correspondência para as câmaras municipais, n.º 171.

Correspondência com autoridades diversas, l.º 5, n.º 114.

Correspondência com autoridades diversas, l.º 2, n.º 94.

Correspondência com autoridades diversas, n.º 98.

Correspondência com autoridades diversas, n.º 138.

Correspondência com o Ministério do Reino, n.º 645.

Correspondência do Ministério do Reino, n.º 658.

Correspondência com o Ministério da Fazenda, n.º 613.

2. Fontes Impressas

2.1. Arquivos

2.1.1. Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Lisboa, Imprensa Nacional.

2.2. Publicações Periódicas

A Ordem, 1857, Funchal.

Ilustração Luso-Brasileira, 1856, Lisboa.

O Clamor Público, 1856, Funchal.

Semanário Oficial, 1856-1857, Funchal.

3. Bibliografia

ALMEIDA, Maria Antónia Pires, 2011, «A epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa», in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 18, n.º 4, out./dez., pp. 1057-1071.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires, 2012, «O porto e as epidemias: saúde e higiene na imprensa diária em períodos de crise sanitária, 1854-56, 1899, 1918», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 12, pp. 371-391.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires, 2012, «The Portuguese *cholera morbus* epidemic of 1853-56 as seen by the press», in *Notes & Records of The Royal Society*, n.º 66, pp. 41-53.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires, 2013, *Saúde Pública e Higiene na Imprensa Diária em Anos de Epidemias, 1854-1918*, Lisboa, Edições Colibri.

ALVES, Jorge Fernandes, 2008, «Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal – Um Apostolado Sanitário», in *Arquivos de Medicina*, 22, pp. 85-90.

CASCÃO, Rui, 1993, «Demografia e Sociedade», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, TORRALBA, Luís e ROQUE, João (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 425-439.

CORREIA, Fernando da Silva, 1938, *Portugal Sanitário (Subsídios para o seu estudo)*, Lisboa, Ministério do Interior – Direção Geral de Saúde Pública.

COSME, João, 2006, «As Preocupações Higio-Sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do XX)», in *História, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, III série, vol. 7, pp. 181-195.

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, 1981, «Epidemias», in SERRÃO, Joel (ed.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 406-408.

GARNEL, Rita, 2003, «O poder intelectual dos médicos: finais do século XIX – inícios do século XX», sep. da *Revista de História das Ideias*, v. 24, Coimbra, Fac. de Letras, pp. 213-253.

GARNEL, Rita, 2009, «Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 9, pp. 229-251.

- GOMES, Bernardino António, 1866, *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus et fièvre jaune em Portugal, dans les années de 1833-1865*, Constantinople, Imprimerie Centrale.
- GOMES, Neto, 2009, *Governo Civil do Distrito de Faro. 175 Anos de História*, Faro, Governo Civil de Faro.
- LOPES, Maria Antónia, 1993, «Os pobres e a assistência pública», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, TORGAL, Luís e ROQUE, João (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 501-515.
- MEIRELES, António da Cunha Vieira, 1866, *Memorias de epidemiologia portugueza*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- PEREIRA, Ana Leonor e PITA, João Rui, 2011, «A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal», in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. II, VAQUINHAS, Irene (coord.), *A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 92-116.
- PEREIRA, Ana Leonor e Pita, João Rui, 1993, «Liturgia higienista no século XIX: pistas para um estudo», in *Revista de História das Ideias*, 15, pp. 437-559.
- POUSINHO, Nuno, 2004, *Castelo Branco. Governo, Poder e Elites*, Lisboa, Edições Colibri.
- RICON-FERRAZ, Amélia, 1990, «O estigma da doença através da História», in *Ação Médica*, LIV (2).
- ROSENBERG, Charles, 1992, *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*, Cambridge University Press.
- SARDICA, José Miguel, 2004, «Couceiro, António Rogério Gromicho (1807-1862)», in MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, vol. I, Coleção Parlamento, Lisboa, co-edição Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, pp. 896-898.
- SILVA, Fernando Augusto, MENESES, Carlos Azevedo, 1998, *Elucidário Madeirense Fac-símile da edição de edição de 1940-1946*, vol. I, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- SILVA, Pedro Alcântara, 2011, *A Saúde nos Media. Representações do Sistema de Saúde e das Políticas Públicas na Imprensa Escrita Portuguesa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, 1997, «Estado liberal e centralização. Reexame de um tema», in SILVEIRA, Luís Espinha da (coord.), *Poder Central, Poder Local. Uma perspetiva histórica*, Lisboa, Edições Cosmos, p. 79.
- SOUSA, Sousa (dir.), 2014, *Os Governos Civis de Portugal. História e Memória (1835-2011)*, Porto, CEPESE.

Madeirans: The First Indentured Labourers in Suriname (1863-1864)¹

Madeirenses: Os Primeiros Trabalhadores Contratados no Suriname (1863-1864)

Humphrey E. Lamur²

Summary

Madeiran Portuguese were the first indentured labourers to arrive in Suriname, a former colony of the Netherlands that gained its independence in 1975. It is located in Latin America, North of Brazil, West of French Guiana, East of Guyana and has a coast on the Atlantic Ocean in the North. The first enslaved Africans were transported to Suriname to work on the plantations around the year 1650. Slavery was abolished in 1863, more than 200 hundred years later, due to a reduction in sugar production and a decrease in the slave population caused by the extremely high mortality rate.

Indentured labourers were transported to Suriname to work on the plantations before the abolition of slavery. The first indentured labourers came from Madeira. Madeirans who were not indentured labourers also travelled to Suriname. This concerns a total of

¹ Acknowledgements: For their assistance in searching for additional information on the Madeirans we would like to thank Mrs. L. Black-Pinas at the Centrale Bureau voor Burgerzaken (Central Office for Civil Affairs), Mr. F. Dragtenstein, Mrs. M. Eiflaar at the Archive of the EBG and Mrs. A. Hofwijks – Koenders at the Nationaal Archief Suriname (Suriname National Archive). We would like to thank Mr. E. Macrooy for the entry of the data gathered in an Excel file. We are thankful to Mr. M. K. Powel for referring us to individuals who we subsequently contacted. Misters M. A. Meyer and O. A. Dos Ramos made valuable information on the Madeirans in Suriname available to us, for which our thanks. Mister N. Eigenhuis also provided us with useful information on these Madeirans.

I would like to thank Mr. G.A. Brodie for translating the article into English.

² Humphrey Ewald Lamur studied sociology at the University of Amsterdam. Following that in 1962, he travelled to Suriname and collected information on the demography of Suriname. After returning to the Netherlands he completed his dissertation and took his PhD at the University of Amsterdam with a thesis on the social demography of Suriname. Then he obtained a job in the faculty of anthropology at the University of Amsterdam. A few years later he was appointed full professor at the same university. During four years he was also Director of the Centre for the Study of the African Diaspora in Europe and Latin America, sponsored by the European Commission. Some years afterwards he retired as professor. Contact: helamur@antenna.nl.

500 Portuguese Madeirans (indentured labourers and free Portuguese). The first group of indentured labourers arrived in 1853. The last groups arrived in Suriname between 21 December 1863 and 11 November 1864. A total of 218 Portuguese indentured labourers.

Keywords: Madeira; Indentured Labourers; Colonial Period; Integration; Suriname.

Resumo

Portugueses madeirenses foram os primeiros trabalhadores contratados a chegar ao Suriname, uma ex-colónia da Holanda que conquistou a sua independência em 1975. Está localizada na América Latina, Norte do Brasil, Oeste da Guiana Francesa, Leste da Guiana e tem costa no Oceano Atlântico no Norte. Os primeiros escravos africanos foram transportados para o Suriname para trabalhar nas plantações por volta do ano de 1650. A escravatura foi abolida em 1863, mais de 200 séculos depois, devido à redução da produção de açúcar e à diminuição da população escrava causada pela extremamente alta taxa de mortalidade.

Trabalhadores contratados foram transportados para o Suriname para trabalhar nas plantações antes da abolição da escravatura. Os primeiros trabalhadores contratados vieram da Madeira. Madeirenses que não eram trabalhadores contratados também viajaram para o Suriname. Trata-se de um total de 500 portugueses madeirenses (trabalhadores contratados e portugueses livres). O primeiro grupo de trabalhadores contratados chegou em 1853. Os últimos grupos chegaram ao Suriname entre 21 de dezembro de 1863 e 11 de novembro de 1864. Um total de 218 trabalhadores contratados portugueses.

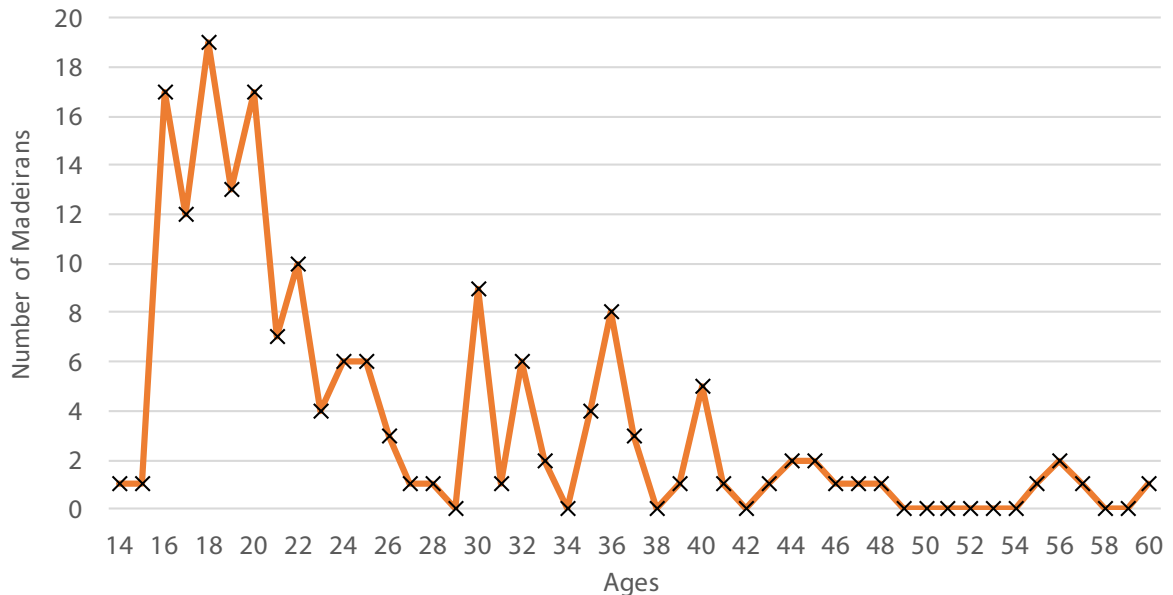
Palavras-chave: Madeira; Trabalhadores Contratados; Período Colonial; Integração; Suriname.

Age Distribution of The Indentured Labourers

The first indentured labourers put to work in Suriname came from Madeira. Besides indentured labourers, Madeirans who were not indentured labourers also travelled to Suriname. A total of 500 Portuguese from Madeira – indentured labourers and Madeirans travelling independently – travelled to Suriname. The first group of indentured labourers arrived in the year 1853. The last groups arrived in Suriname between 21 December 1863 and 11 November 1864. This amounted to a total of 218 Portuguese indentured labourers. The article concerns this group of 218 Portuguese indentured labourers. It consisted of 61 women, 13 of whom were younger than 11 years of age, and 157 men, 14 of whom were under 11 years of age. The age of 11 members of the group of 218 indentured labourers is not stated in the archive material. Further, I did not include 36 children (0 – 13 years old) in the following age distribution graph because their youth precluded the signing of a labour contract

with a planter. The remaining 171 indentured labourers (218 minus 11 and 36) were then categorised by age, as presented below.

Figure 1 – Age Distribution of the Indentured Labourers from Madeira in Suriname (1863-1867)



Source: Nationaal Archief Suriname, Immigration Register Madeira 1863-1867.

High Mortality Rate

A particularly notable aspect of the Madeiran indentured labourers in Suriname is their high mortality rate. 87 of the 218 indentured labourers died within the contract period, which equates to 39,9% of the group. The percentage is higher than amongst the West Indian indentured labourers who were transported to Suriname between 1863 and 1899³. The Portuguese indentured labourers migrated in a relatively short period, namely between 21 December 1863 and 21 November 1864. This is why it was impossible to ascertain how the mortality rate would have developed if the migration had occurred over a longer period. The majority of deaths occurred amongst young people, from 20 to 25 years of age. This is not unusual because most of the indentured labourers were in that age category.

³ LAMUR, BOLDEWIJN, & DORS, 2014, *West Indian Indentured Labourers in Suriname*, pp. XXVI-XIX.

Another aspect of the high mortality rate amongst the Madeirans that occurred occasionally is the successive deaths of different members of a family within a short period. This applied to several families, including the family of Da Silva / Manoël⁴. He arrived in Suriname on the Portuguese schooner *Mathilda* on 15 August 1864. He was 35 years old and was accompanied by his wife, the 25-year-old Jezus/Maria, and their daughters Jezus / Maria (6 years old) and Jezus Maria (14 months old). Both parents were put to work at the De Drie Gebroeders plantation, owned by B.C. van der Ende. The father died on 6 September 1864, less than a month after arriving in Suriname. The 14-month-old daughter died several months later on 8 May 1865, followed by her older sister, who died on 29 December 1865. The mother died less than six months later on 29 May 1866. Another example that is almost identical concerns the family of Coelho / Antonio. He arrived in Suriname on the Portuguese schooner *Mathilda* on 15 August 1864, aged 32 and was accompanied by his 30-year-old wife Gonsalvos / Viçinça, and their three children: Gonsalvos / Antonio (9 years old), Gonsalvos / Maria (7) and Gonsalvos / Louisa (6). The parents were employed by B.C. van den Ende, owner of the De Drie Gebroeders plantation. The father died on 7 October 1865. The oldest child died two months later on 20 December 1865. The second child died less than one month later on 8 January 1866, and the wife of Coelho / Antonio and mother of the three children died on 14 February 1866. It is stated in the archive material that the third child, who was still alive at that time, was «dismissed»⁵. A strange designation.

The death of three young children in one family is a more dramatic case. The 35-year-old José / Manöel, his wife Jezus Maria Theresia of the same age and their four young children aged 6, 4, 2 and one month old arrived on the Portuguese schooner *Mathilda* on 15 August 1864. The man and wife were put to work on the De Drie Gebroeders plantation. Three of their four children died within three months of their arrival. The first to die was Jezus / Julia, the 2-year-old daughter, on 9 November 1864, with the oldest child, the son Jezus / Januario, dying one week later on 16 November 1864. The youngest son, Jezus / José, who had been born less than one month earlier, died less than two weeks later on 1 December 1864. The parents were left with their 4-year-old son, Jezus / Manoël. All three left the plantation when their contracts expired. It is striking that all three terrible cases of death of various members of a family involved indentured labourers who worked on the De Drie

⁴ The names referred to in this article follow the spelling presented in the sources; thus, the spelling has not been updated.

⁵ See the Appendix 2 – Immigration Register Madeira 1863-1867.

Gebroeders plantation. That was one of the two plantations where the majority of deaths occurred.

It could be expected that the indentured labourers would have opposed the labour system, due to the extremely high mortality rate and the occasionally deeply tragic circumstances in which they occurred. However, there is no evidence of this happening. There is almost no information that indicates resistance. Only two Madeirans absconded, namely the 18-year-old Fernandes de Viloza / José and the 16-year-old Camacho / Feliciano. Fernandes de Viloza / José arrived in Suriname on the Portuguese schooner *Trez Amigos* on 11 November 1864. Eight days later, on 19 November 1864, he signed a contract with J. R. Arias in Paramaribo, the capital city of Suriname, to work as a servant in his house. This commitment was to expire on 18 November 1867. Apparently, Fernandes de Viloza / José broke the labour contract before that date. The second case of abscondment concerns the 16-year-old Camacho / Feliciano. He arrived in Paramaribo on the same ship and on the same date. We have no further information on either of these indentured labourers.

Descendants of Madeirans

After their contracts expired a great many Madeirans left the plantations and settled in Paramaribo, the capital city of Suriname. Some of them returned to Madeira. It is clear that some indentured labourers remained resident in Suriname and began working as traders after the expiry of their contract. «In 1879 there were approximately 25 retail stores in Paramaribo, and by 1898 the number had increased to around 50. In that year, the Madeirans ran 10 to 15% of the provisions stores»⁶. Both authors also note the following: «They did not become an important trading group, and competition with the Chinese and Lebanese meant that by around 1940 there were no more than approximately 10 Portuguese trading companies in Paramaribo that belonged to those who had arrived in this century.»⁷ Dos Ramos⁸ specifies the following well-known stores: Madeira Bazaar owned by Carlos Thomas, Bettencourt owned by the Gonsalves family and Vasconcellos owned by the family of the same name. In Guyana, the English-speaking country neighbouring Suriname, a significant number of Madeirans also opted to start a trading business when

⁶ BRUIJNING & VOORHOEVE, 1977, *Encyclopedie van Suriname*, p. 503.

⁷ BRUIJNING & VOORHOEVE, 1977, *Encyclopedie van Suriname*, p. 505.

⁸ DOS RAMOS, 2003, *Portugezen in Suriname*, p. 2.

their contract period expired. And here is where the similarity between Madeirans in Suriname and Guyana ends. This is because the proportion of Madeirans in the trading business was far greater in Guyana than in Suriname. According to Rollo Younge⁹, 173 of the total of 296 stores in Georgetown (equivalent to 58%) were owned by Madeirans in 1853, 20 years after the arrival of the first indentured labourers in Guyana. In the villages the percentage was higher, namely 283 of the 432 stores, which equates to 65%. «By 1851 in Georgetown, 173 out of 256 (58.4%) shops belonged to Portuguese. In the villages they had 283 of the 432 (65.5%) shops». Younge states: «Firms such as D'Aguiar's Imperial House, G. Bettencourt & Co, Demerara Pawnbroking & Trading Co, D.M. Fernandes Ltd, The Eclipse, J.P. Santos, Ferreira & Gomes, Guiana Match and Rodrigues & Rodrigues once dominated the waterfront area». The larger number of Madeiran indentured labourers brought to Guyana may explain the relatively large number of trading businesses owned by Madeirans in that country. Ferreira¹⁰ provides the following overview of Madeirans who settled in British-Caribbean countries in a specific period.

Figure 2 – Number of Madeirans in Four Caribbean Countries

Country	Period	Number of Madeirans
Guyana	1835-1846	12 000
St. Vincent	1845-1848	2000
Antigua	1846-1870	2500
Trinidad	1846-1847	1298

Source: FERREIRA, 2006-2007, «Madeiran Portuguese Migration to Guyana, St. Vincent, Antigua and Trinidad: A Comparative Overview», p. 73.

This shows that the number of Madeirans in Guyana was far higher than in Suriname. The larger number may also explain other developments in the Madeiran community in Guyana. One of them is the continuation of Madeiran customs until well into the 19th century, highlighted by Menezes¹¹. She makes several assertions, including that a Portuguese Society was founded in 1872 to support widows and orphans, to provide assistance in the case of illness, unemployment or incarceration of fellow Madeirans, and to function as an old age pension scheme. «Prominent among these societies was the Portuguese Society, established in 1872 for the relief of widows,

⁹ YOUNGE, 2012, *A Brief History of Portuguese in Buxton/Friendship*.

¹⁰ FERREIRA, 2006-2007, «Madeiran Portuguese Migration to Guyana, St. Vincent, Antigua and Trinidad: A Comparative Overview», p. 73.

¹¹ MENEZES, 2004, «The Madeiran Portuguese and the establishment of the Catholic Church in British Guiana, 1835-1898».

orphans, and for mutual support of members in sickness, unemployment, old age and imprisonment»¹². Menezes also states that Madeirans in Guyana expressed the need for Portuguese-speaking clergy: «they suffered for want of Portuguese-speaking priests»¹³. These priests were subsequently appointed: «The Superior, [...] had brought with him two Portuguese-speaking priests»¹⁴. A great many Madeirans in Guyana continued to speak Portuguese until the end of the 19th century: «Throughout the nineteenth century the majority of the Portuguese continued to speak the language among themselves»¹⁵. There were also Portuguese schools and newspapers printed in Portuguese. The Madeiran community in Guyana was completely different to that in Suriname in this regard, where neither of the developments relating to language and culture occurred with any clarity. The absence of these trends in Suriname may be related to the small number of Madeirans and the rapid inter-ethnic mixing with Surinamese belonging to other groups. Brand Flu¹⁶ does observe that «a few traditions did continue for a long time (such as Christmas dinner, consisting of *Carne de Vinho e Alhos*).»

Madeiran Names Borne by Surinamese People

A clear legacy of the presence of Madeirans in Suriname is the names of various Surinamese people, which are the same as those of indentured labourers from Madeira and are stated in the first appendix to this article titled «Family Names and Serial Numbers of 218 Madeiran Indentured Labourers in Suriname». My research has revealed that the following names currently occur in Suriname: Abreu, de [de Abreu]; Alexandre; Alfonso [Alfonço]; Auguste [Augusta]; Bruno [Bruno, de]; Caldeira; Castro, de [de Castro]; Coelho; Ferreira; Freitas, de; Gomes; Gonsalves; Jesus, de [de Jezus]; Mendes de Saussa; Mendonca; Nunes; Oliveira, de [Oliveira, 'd]; Rodrigues; Rose; Roza; Da Silva.

¹² MENEZES, 2004, «The Madeiran Portuguese and the establishment of the Catholic Church in British Guiana, 1835-1898».

¹³ MENEZES, 2004, «The Madeiran Portuguese and the establishment of the Catholic Church in British Guiana, 1835-1898».

¹⁴ MENEZES, 2004, «The Madeiran Portuguese and the establishment of the Catholic Church in British Guiana, 1835-1898».

¹⁵ MENEZES, 2004, «The Madeiran Portuguese and the establishment of the Catholic Church in British Guiana, 1835-1898».

¹⁶ BRAND FLU, 2006, «De Portugese immigranten uit Madeira», p. 25.

In the lecture given by Dos Ramos in 2003¹⁷ he also states names of Surinamese people whose ancestors came from Madeira but were not necessarily imported as indentured labourers. The names are: Dos Ramos; Goncalves; De Faria; De Gama; Gomes; Silvestre; Da Ponte; Correia; De Castro; De Freitas; Nunes; De Sousa; De Jesus; Soares; D'Agrella; Vasconcellos; Miranda.

Dos Ramos subsequently added several names. «Besides these names I have, on closer examination, found several others, these being: Gouvea, Antonio Joao Rodrigues, de Freitas, Nobrega, Mattos, D'Abreu, De Gamma, Esevedo, Mendes, Nunes, Oliveira»¹⁸.

The names of some Surinamese people can refer to their Madeiran heritage. However, this does not apply to their appearance. Some Madeirans mixed with Creoles, a phenomenon observed much earlier by Dos Ramos, as we can see in the following comment: «These days there are very few Surinamese with a Madeiran-Portuguese background that identify as Portuguese, and they are frequently categorised as ethnically Creole or "other".»¹⁹

Conclusion

In a period of just over one year, 1863-1864, 218 Madeiran Portuguese were transported to Suriname to work as indentured labourers. The group consisted of 61 women, 13 of whom were younger than 11 years of age, and 157 men; 14 of the men were under 11 years of age. The mortality rate amongst the indentured labourers was extremely high and even amounted to 39%. However, there was scant resistance amongst the indentured labourers in terms of abscondment.

Our impression is that the descendants of the Madeiran indentured labourers retained almost nothing of their original culture in comparison with the Madeirans living in Guyana. The descendants of some Madeirans mixed with Creoles in particular.

¹⁷ DOS RAMOS, 2003, *Portugezen in Suriname*, p. 1.

¹⁸ DOS RAMOS, 2014, *E-mail message to Lamur*, 24 September.

¹⁹ DOS RAMOS, 2003, *Portugezen in Suriname*, p. 2.

Sources Consulted

Primary Sources

Nationaal Archief Suriname, Immigration Register Madeira 1863-1867.

Secondary Sources

BRAND FLU, C., 2006, «De Portugese immigranten uit Madeira», in *Wi Rutu*, 6 [1], pp. 19-26.

BRUIJNING, C.F.A. & VOORHOEVE, J., 1977, *Encyclopedie van Suriname*, Amsterdam, Elsevier.

DOS RAMOS, O.A., 2003, *Portugezen in Suriname*. Paramaribo.

DOS RAMOS, O.A., 2014, *E-mail messages to Lamur*, September.

FERREIRA, J.-S.A., 2006-2007, «Madeiran Portuguese Migration to Guyana, St. Vincent, Antigua and Trinidad: A Comparative Overview», in *Portuguese Studies Review*, 14 [2], pp. 63-85.

Nationaal Archief Suriname, Colonial reports, 1853-1863.

LAMUR, H.E., BOLDEWIJN, N.H.A. & DORS, R., 2014, *West Indian Indentured Labourers in Suriname*, De Stichting Matzeliger Instituut & het Ministerie van Binnenlandse Zaken [Nationaal Archief Suriname].

MENEZES, M.N., May 9, 2004, «The Madeiran Portuguese and the establishment of the Catholic Church in British Guiana, 1835-1898», in *Stabroek News*, available at <http://www.landofsixpeoples.com/news402/ns4050914.htm>.

OUDSCHANS DENTZ, F., 1910, *Rapport betreffende immigratie in Suriname*, Paramaribo, Government of Suriname.

Surinaamsche Courant en Gouvernements Advertentie Blad, 1854.

YOUNGE, F. Rollo, 2012, *A Brief History of Portuguese in Buxton/Friendship*, available at <http://thegonsalves.com/histories/Buxton.html>.

Appendices

Appendix 1 – Family Names and Serial Numbers of 218 Madeiran Indentured Labourers in Suriname (1863-1864)

Family Name	Serial Number
Alexandre	171
Alfonço	94
Alfonço	94
Alves	198
Assençao, Vieira	139
Augusta	176 – 218
Bruno, de	6
Caldeira	219 – 220
Caldeira, da Costa	163
Camacho	221
Coelho	50 – 63
Correa, da Silva	146
Correa, Fernandes	4
d'Abreiro	129
d'Adres	194
d'Agrella	179 – 212
d'Andrado	190
d'Avril, Fereira	170
d'Ornella	135
da Camara	44 – 45 – 80
da Corte	100
da Costa	52
da Eira	130
da Jezu	95
da Salva	151
da Silva	43 – 59 – 81 – 137
da Silva de Jezus	88
da Silva Pinto	87
da Silva, Lopes	172
de Abreu	92
de Caïro	144
de Camara	166 – 193 – 216
de Cambra	90
de Castro	128
de Faria	189
de Franca	116 – 197
de Freitas	89 – 96 – 104 – 127 – 142 – 165 – 169 – 177 – 191 – 210
de Gama	93
de Jezus	58 – 82 – 83 – 84 – 85 – 86 – 112 – 113 – 115 – 131 – 140 – 141 – 155 – 156 – 157 – 158 – 159 – 160 – 164
de Luz, Vieira	120
de Mendes	161

Madeirans: The First Indentured Labourers in Suriname (1863-1864)

de Meneses	154
de Moira	185 – 186
de Receireiçao	124
de Santos Rodrigues Kapites	123
de Santos, Souza	125
de Souza	134 – 175 – 181 – 187 – 214
de Souza see also Manoël Gonsalvos	126
de Souza	133
Faria	183
Feeira	102
Fegueira	192 – 207
Feireira	101
Fereira	35 – 184 – 200
Fereira see also Texeira	196
Fernandes	5 – 145 – 182 – 215
Fernandes de Viloza	217
Ferreira	106
Franca, de	33 – 34
Francisca	20 – 21 – 22 – 23
Françisca	8 – 9
Freitas	105 – 180 – 213
Freitas, de	14 – 18
Freitas, Texerra de	16
Freitos, de	28 – 32
Garanito, Gomes	111
Gomes	15 – 48 – 54 – 132 – 143 – 147 – 203 – 205 – 208
Gomes de Aquino	19
Gomes, Fernandes	24
Gonsalvos	46 – 57 – 64 – 65 – 66 – 67 – 91 – 122 – 206
Gonsalvos (Reis)	201
Gonvea, de	38
Gonvelha, de	49
Govea	209
Goveia	55
Govinha, de	99
Henriques, Gomes	195
Jezus	60 – 61 – 62 – 69 – 70 – 71 – 72 – 73 – 78 – 79 – 117 – 118
Jezus, de	42
Joaquina	10 – 167
Jocinto	31
José	68
Julia	75
Junho, Lopes da Sa	173
Lobo	152

Manoël Gonsalvos see also de Souza	126
Margs	17 – 29
Maria	108 – 109 – 110
Markes, Fereira	174
Martens	56
Mendes	114
Mendonça, de	7
Moiraes, de Souza	168
Nascimento, de	202
Nobre	178 – 211
Nunes	40
Oliveira, d'	36 – 37
Perdigos	77
Pereira, da Silva	1
Pereyra	47 – 53
Pistanha	188
Quinta, Gonsalvos	119
Quitano	51
Rodrigos	138 – 149 – 150
Rodrigues	103 – 107 – 204
Rose	97 – 98
Roza	11 – 12 – 30 – 39 – 41
Santos	25 – 26 – 27
Sardinha	74 – 76
Sardinhas	136
Souza	153
Seguira	148
Seras	121
Souza, Mendes de	13
Tereira, Markes	199
Texeira – see also Fereira	196
Vareda	162
Victorina	2 – 3

Source: Nationaal Archief Suriname, Immigration Register Madeira 1863-1867.

Appendix 2 – Immigration Register Madeira 1863-1867

	Serial Number.	Number of the District.	NAMES AND FIRST NAMES.	Gender Male.	Gender Female.	Age on arrival.	TRADE.	Religion.	Moral BEHAVIOUR.	Last PLACE OF RESIDENCE.	PLACE and DATE OF DEPARTURE	For whom - WHEN - WHERE - Transported with WHICH SHIP.	CHANGES due to BIRTH and DEATH during the journey.	WITH WHOM and WHERE in SERVICE.	TIME at which the CONTRACT commenced.	TIME at which the CONTRACT ended	CONDITIONS OF THE Contract.	CHANGES and MOVEMENTS.
1	1 ^m .	1	Pereira / Manoel da Silva	I		32 J.	Field or factory worker	Roman Catholic			Madeira	Th ^s . Green Paramaribo 21 December 1863 Sch ^f . Rothsay		I.I.B. de Mesquita plantation Grt. Chatillon Bov. Suriname	24 Dec. 1863	23 Dec. 1866	See Contract Nº. 2	Left the plantation in 1864 - See Diary Nº. 48 ... [?, Tr.] See Diary 1868 Nº. 68
2	2 ^m .	2	Victorina / Manoel Fernandes / Father of Nº. 3	I		43	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Deceased 20 May 1865
3	3 ^m .	3	Victorina / Francisco Son of Nº. 2	I		13	None	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Deceased on [?, Tr.] in the Mil. Hosp: See Missive Nº. 16 [10?, Tr.] May 1867 Nº. 156 Registered sub. Nº. 4 [40?, Tr.]
4	4/m	4	Correa / João Fernandes	I		37	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 21 December 1863 Paramaribo Sch ^f . Rothsay		I.I.B. de Mesquita plantation Gr ^s . Chatillon Bov: Suriname	24 Dec. 1863	23 Dec. 1866	See Contract Nº. 2	Departed from the plantation due to expiry of Contract / see Missive Nº. 19 Jan. 1867 Nº. 21 Registered sub. Nº. 8 - also Nº. 6,8,9,10,11,12,84, 94&121
5	5/m	5	Fernandes / Manoël /	I		33	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed due to expiry of Contract. See Diary Nº. 48 (1867)
6	6/m	6	Bruno / João Antonio de	I		32	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Departed as Nº. 4 -
7	7/m	7	Mendonça / Manoël Francisco de Husband of Nº. 8 Father of Nº. 9	I		32	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 21 December 1863 Paramaribo Sch ^f . Rothsay		I.I.B. de Mesquita plantation Gr ^s . Chatillon Bov: Suriname	24 Dec. 1863	23 Dec. 1866	See Contract Nº. 2	Gave birth to a daughter named Helena Louisa on 18 January 1864 Died 3 Aug. 1866 See Govt. Gazette Nº. 97 and Missive ... [?, Tr.] Sept. 1866 Nº. 489. Registered Sub. 12... [?, Tr.]
8	8/m	8	Françisca / Maria Louisa Wife of Nº. 7 Mother of Nº. 9 Gave birth on 18 Jan. 1864 to Helena Louisa		I	24	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Gave birth to a daughter named Helena Louisa on 18 January 1864. = Died on 16 July 1865 / see missive deceased April 1866. Registered Sub. Nº. 132 departed as Nº. 4
9	9/m	9	Françisca / Maria Louisa Daughter of Nº. 7 & 8		I	3	None	id.			id.	id.		id.				Departed as Nº. 4
10	10/m	10	Joaquina / Maria		I	18 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 21 December 1863 Paramaribo Sch ^f . Rothsay		I.I.B. de Mesquita plantation Gr ^s . Chatillon Bov: Suriname	24 Dec. 1863	23 Dec. 1866	See Contract Nº. 2	Departed as Nº. 4

11	11/m	11	Roza / Antonia Mother of Nº. 12		I	30	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Gave birth to a daughter named Selina on 17 April 1865. Died 10 July 1865 see missive ov: 11 April 1866 Nº. 206 Registered Sub. Nº. 132. = Departed as Nº. 4
12	12/m	12	Roza / Antonio Son of Nº. 11	I		8	None	id.			id.	id.		id.	id.	id.	-	Departed as Nº. 4
13	13/m	13	Souza / Manoel Mendes de / Husband of Nº. 14	I		36 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	22 December 1863 Paramaribo		G.I.A. Bosch-Reitz plantation Houttuin and Tout Luifaut Ben: Para	24 Dec. 1863	23 Dec. 1866	See Contract Nº. 1	Contract ended with mutual approval see missive dated 27 March 1865. Nº. 124. Registered Sub. Nº. 63
14	14/m	2	Freitas / Maria de / Husband of Nº. 13		I	30"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id. - id. As before
15	15/m	3	Gomes / Antonio /	I		60"	id.	id.	id. [?, Tr.]		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Departed from plantation due expiry of contract / see Missive ov 18 Jan. 1867 Nº. 34. Registered sub. Nº. 7. also Nº. 16,24,25,28,29 & 32.
16	16/m	4	Freitas / João Texerra de / Husband of Nº. 17	I		41	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	22 December 1863 Paramaribo		G.I.A. Bosch-Reitz plantation Houttuin and Tout Luifaut Ben: Para	24 Dec. 1863	23 Dec. 1866	See Contract Nº. 1	Departed as Nº. 13
17	17/m	5	Margs / Jozuina Husband of Nº. 16		I	27"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 6 February 1864 submitted in 1866. -
18	18/m	6	Freitas / Joaquina de	I		24"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Contract ended with mutual approval, see missive dated 27 March 1865. Nº. 124. Registered Sub. Nº. 63
19	19/m	7	Gomes de Aquino / Jozé / Husband of Nº. 20 Father of Nº. 21/23	I		40 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	22 December 1863 Paramaribo		G.I.A. Bosch-Reitz plantation Houttuin and Tout Luifaut Ben: Para	24 Dec. 1863	23 Dec. 1866	See Contract Nº. 1	Died on 7 June 1864.
20	20/m	8	Francisca / Maria / Wife of Nº. 19 Mother of Nº. 21/23		I	33 J.	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Contract ended with mutual approval on 7 September 1864. -
21	21/m	8/a	Francisca / Jozé Son of Nº. 19 en 20	I		7"	None	id.			id.	id.		id.				Died on 12 Feb. 1864
22	22/m	8/b	Francisca / Maria / Daughter of Nº. 19 and 20		I	4 J.	None	R. Cath:			Madeira	22 December 1863 Paramaribo		G.I.A. Bosch-Reitz plantation Houttuin and Tout Luifaut Ben: Para	24 Dec. 1863	23 Dec. 1866	See Contract Nº. 1	See Nº. 20 ^{as} /8.
23	23/m	8/c	Francisca / Francisca / Daughter of Nº. 19 and 20		I	1"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.

24	24/m	9	Gomes Fernandes / Manoel Fernandes / Husband of N ^o . 25 Father of N ^o . 26 and 27	I		30"	Field or factory worker	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Departed as N ^o . 15.
25	25/m	10	Santos / Antonio deus / Husband of N ^o . 24 Mother of N ^o . 26 and 27		I	32	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	22 December 1863 Paramaribo		G.I.A. Bosch-Reitz plantation Houttuin and Tout Luifaut Ben: Para	24 Dec. 1863	23 Dec. 1866	See Contract N ^o . 1	id.	Departed as N ^o . 15.
26	26/m	10/a	Santos / Manoel Son of N ^o . 24 and 25	I		1/2	None	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Died on 26 Sept. 1864
27	27/m	10/b	Santos / João Son of N ^o . 24 and 25	I		4/m	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Died on 2 Sept. 1864
28	28/m	11	Freitos / José de /	I		25 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	22 December 1863 Paramaribo		G.I.A. Bosch-Reitz plantation Houttuin and Tout Lui faut Ben: Para	24 Dec. 1863	23 Dec. 1866	See Contract N ^o . 1	id.	Departed as N ^o . 15.
29	29/m	12	Margs / Maria		I	19	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Departed as N ^o . 15.
30	30/m	13	Roza / Joaquina Mother of N ^o . 31		I	36	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Died in state hospital on 4 Jan. 1865.
31	31/m	13/a	Freitos / Maria de Jocinto / Francisca Antonia Son [?, Tr.] of N ^o . 30	I	O	1/m	None	R. Cath:			Madeira	-	-	-	-	-	-	-	Died on 12 March 1864
32	32/m	14	Freitos / Maria de /		I	20 J.	Field or factory worker	id.			id.	22 December 1863 Paramaribo		G.I.A. Bosch-Reitz plantation Houttuin and Toutluifaut Ben: Para	24 Dec. 1863	23 Dec. 1866	See Contract N ^o . 1	id.	Departed as N ^o . 15.
33	33/m	109	Franca / Francisca de	I		56"	id.	id.			id.	id.		C.R. Thurkow and R.I. Herbert plantation Boxel Ben: Para	7 May 1864	6 May 1865	See Contract N ^o . 15	id.	Completed his Contract - is dismissed.
34	34/m	110	Franca / Manoel de	I		18 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	22 December 1863 Paramaribo		C.R. Thurkow and R.I. Herbert plantation Boxel Ben: Para	7 May 1864	6 May 1865	See Contract N ^o . 15	id.	Completed his Contract - is dismissed. See missive dated 23 May 1866 N ^o . 236. Registered Sub. N ^o . 179
35	35/m	111	Fereira / Augusto /	I		21"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	id. - id. As before
36	36/m	112	Oliveira / Lucio d'	I		40"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Has met the conditions of the contract and left the District
37	37/m	113	Oliveira / Antoinetta d'		I	30 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	22 December 1863 Paramaribo		C.R. Thurkow and R.I. Herbert plantation Boxel Ben: Para	7 May 1864	6 May 1865	See Contract N ^o . 15	id.	See N ^o . 36/112

38	38/m	3 Ben.Cott. 226	Gonvea / João de / Father of Joaquim, João and Jose Gonvea	I		38 "	id.	id.			id.	Th ^s . Green 4 May 1864 Paramaribo Sch ^f . Trez Amigos		H. Wright plantation Alliance Matappica f. Taunay plantation Vertrouwen Ben.Cottica	7 May 1864 March 1866	6 May 1865 March 1868	See Contr. N ^o . 3 See Contr. N ^o . 3	After expiry of the contract employed by f. Taunay fz. at pl. 't Vertrouwen in Ben. Cottica. March 1866 to March 1868 / zie Extract attached to missive dated 14 June 1866 BC N ^o . 207. / Departed - see Diary 1869 N ^o . 218
39	39/m	4 Ben.Cott: 227	<u>Roza / Josephina</u> Mother of Joaquim de Gonvea 8 João de Gonvea (died 3 Oct. 1864) José Gonvea (" 23 " ")	I † I I	I I	35 J. 8 " 5 " 3 "	id.	id.			id.	id.		id. As before	id. As before	id. As before	id. As before	Same as N ^o . 38 In relation to... [?, Tr.] de Gonvea and later noted as present in this column (see list 23 May 1865) - - In missive dated 21 Nov. 1865 the first name Joaquim is wrong and must be Maria - on 13 Oct. 1865 J ^a . Roza died 9 ... [?, Tr.] 1866. See Government Gazette N ^o . 84 Further - Missive dated 15 Aug. ... [?, Tr.] BC and M. N ^o . 329. Registered Sub. ... [?, Tr.]
40	40/m	5	Nunes / Antonio father of Antonio Nunes (deceased)	I		39 J.	Field or factory worker	R. C.			Madeira	Th ^s . Green 4 May 1864 Paramaribo Port. Sch ^f . Trez Amigos		H. Wright plantation Alliance Matappica	7 May 1864	6 May 1865	See Contr. N ^o . 3	Died on 2 May 1865 See extract attached to missive dated 14 June 1866 BC N ^o . 207
41	41/m	6	Roza / Joaquina / Mother of Antonio Nunes	I [?, Tr.]		37	Field or factory worker	R. C.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 22 June 1... [?, Tr.] see list of 23 May 1865 - dated 31 July 1864
42	42/m	7	Jezus / Maria de /		I	22	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 22 Jan. 18.. [?, Tr.] See extract attached to missive dated 14 June 1866 B.C. N ^o . 207
43	43/m	8	da Silva / Manoel Duarte	I		15 J.	Field or factory worker	R. C.			Madeira	Th ^s . Green 4 May 1864 Paramaribo Port: Sch ^f . Trez Amigos		H. Wright plantation Alliance Matappica	7 May 1864	6 May 1865	See Contr. N ^o . 3	Departed plantation See diary - 1869 N ^o . 218 -
44	44/m	9	da Camara / Menquiada /	I		17.	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Worked off his passage fee and dismissed / see Missive dated 13 July 1866 B... [?, Tr.] Registered Sub N ^o . 9.
45	45/m	10	da Camara / Bonifacio	I		31.	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Departed plantation See diary 1869 N ^o . 218

46	46/m	11 Ben.Cott: 228	Gonsalvos / João /	I		-	Field or factory worker	R. C.			Madeira	Th ^s . Green 4 May 1864 Paramaribo Port: Sch ^f . Trez Amigos		H. Wright plantation Alliance Matappica then with F. Taunay plantation 't Vertrouwen Ben.Cottica	7 May 1864 March 1866	6 May 1865 March 1868	See Contr: N ^o . 3 See Contr. N ^o . 3:	After expiry of contract employed by F. Taunay fz. at plantation 't Vertrouwen in Ben: Cottica from March 1866 to March 1868 / see Extract attached to missive dated 14 June 1866 BC N ^o . 207. / Departed - see diary 1869 N ^o . 218 -	
47	47/m	12	Pereyra / Jozé	I			id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Departed plantation See diary 1869 N ^o . 218
48	48/m	13 Ben.Cott: 229	Gomes / José	I			id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	As N ^o . 46 id. id.
49	49/m	14	Gonvelha / Henriques de	I			Field or factory worker	R. C.			Madeira	Th ^s . Green 4 May 1864 Paramaribo Port: Sch ^f . Trez Amigos		H. Wright plantation Alliance Matappica	7 May 1864	6 May 1865	See Contr: N ^o . 3	Died 18 Jan. 1865 See extract attached to missive dated 14 June 1866 BC N ^o . 207	
50	50/m	15	Coelho / Joaquim	I			id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Died on 31 Aug. 1864
51	51/m	16	Quitano / João	I			id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Same 3 Feb. 1865 See N ^o . 49 ^m ./14
52	52/m	17	da Costa / Francisca	I		-	Field or factory worker	R. C.			Madeira	Th ^s . Green 4 May 1864 Paramaribo Port: Sch ^f . Trez Amigos		H. Wright plantation Alliance Matappica	7 May 1864	6 May 1865	See Contr: N ^o . 3	Died two years ago see missive dated. 13 July 1864 N ^o . 276 Registered Sub N ^o . 9	
53	53/m	18	Pereyra / João	I			id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Died on 27 Oct. 1864
54	54/m	19	Gomes / Manoël	I			id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Same on 16 Oct. 1864
55	55/m	20 Ben.Cott ^s . 230	Goveia / Manoël /	I			Field or factory worker	R. C.			Madeira	Th ^s . Green 4 May 1864 Paramaribo Port: Sch ^f . Trez Amigos		H. Wright plantation Alliance Matappica then with F. Taunay plantation 't Vertrouwen Ben.Cottica	7 May 1864 March 1866	6 May 1865 March 1868	See Contr: N ^o . 3 See Contr. N ^o . 3	After expiry of the contract employed by F. Taunay fz. At plantation Vertrou- wen from March 1866 to March 1868 / see Extract attached to missive dated 14 June 1866 BC N ^o . 207. Departed - see Diary 1869 No. 218 -	
56	56/m	21	Martens / Nuinel	I			id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	Departed from plantation - See diary 1869 N ^o . 218 -
57	57/m	22	Gonsalvos / Manoël Husband of N ^o . 58/23	I		30 J.	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id.	id. id.
58	58/m	23	de Jezus / Joana / Husband of N ^o . 57/22		I	-	Field or factory worker	R. C.			Madeira	Th ^s . Green 4 May 1864 Port: Sch ^f . Trez Amigos		H. Wright plantation Alliance Matappica	7 May 1864	6 May 1865	See Contr. N ^o . 3	Departed from plantation See diary 1869 No. 218 -	
59	59/m	76	da Silva / Manoël Husband of N ^o . 60 Father of N ^o . 61 and 62	I		35 J.	Field or factory worker	"			id.	Th ^s . Green 15 August 1864 Paramaribo Port: Sch ^f . Ma- thilda		B.C. van den Ende plantation De Drie Gebroe- ders Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract N ^o . 18	Died on 6 Sep. 1864	

60	60/m	77	Jezus / Maria Husband of N ^o . 59 Mother of N ^o . 61 and 62		I	25"	id.	"			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 29 May 1866 See missive dated 9 July 1... [?, Tr.] N ^o . 353 registered Sub 6 N ^o [?, Tr.]
61	61/m	78	Jezus / Maria Echtgenoot Daughter of N ^o . 59/60		I	6	None	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 4 May 1864 Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Mathilda		B.C. van den Ende plantation De Drie Ge- broeders Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract N ^o . 18	Died on 29 Dec. 1865
62	62/m	79	Jezus / Maria Daughter of N ^o . 60 and 61 [59 and 60?, Tr.]		I	14/m	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 8 May 1865
63	63/m	80	Coelho / Antonio / Jezus / Manoël Son of N ^o . 60 & 61 Husband of N ^o . 64 Father of N ^o . 65/67	I		32 J.	Field or factory worker	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Same 7 Oct. 1865
64	64/m	81	Gonsalvos / Viçinçia Wife of N ^o . 63 Mother of N ^o . 65/67		I	30 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864 Paramaribo Port: Sch ^s . Mathil _da		B.C. van den Ende plantation De Drie Ge- broeders Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract N ^o . 18	Gave birth to a son named Manuel on 8 January 1865 Manuel died 4 May 1865 V. Gonsalvos died on 14 Feb. 1866.
65	65/m	82	Gonsalvos / Antonio Son of N ^o . 63 and 64	I		9	None	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 20 Dec. 1865
66	66/m	83	Gonsalvos / Maria / Daughter of N ^o . 63 and 64		I	7	None	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 8 January 1866
67	67/m	84	Gonsalvos / Louisa Daughter of N ^o . 63 and 64		I	6 J.	None	R. C.			Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Mathil _da /		B.C. van den Ende plantation De Drie Ge- broeders Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract N ^o . 18	Dismissed - see Diary No. 68 / 1868
68	68/m	85	José / Manoël / Husband of N ^o . 69. Father of N ^o . 70/73.	I		35"	Field or factory worker	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Has left the district due to expiry of the Contract. - See Missive dated 14 Sept. 1866 N ^o . 489 Registered Sub N ^o . 46.
69	69/m	86	Jezus / Maria Theresia Wife of N ^o . 68 Mother of N ^o . 70/73		I	35	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Same as before
70	70/m	87	Jezus / Ianuario Son of N ^o . 68/69.	I		6 J.	None	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 15 Aug ^s . 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Mathil- da_		B.C. van den Ende plantation De Drie Gebroeders Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract N ^o . 18	Died on 16 Nov. 1864
71	71/m	88	Jezus / Manoël Son of N ^o . 68 en 69.	I		4"	None	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	See N ^o . 68 ^m .
72	72/m	89	Jezus / Julia Daughter of N ^o . 68 en 69.		I	2	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 9 Nov. 1864.

73	73/m	90	Jezus / José Son of Nº. 68 and 69	I		1/m ^d .	None	R. Cath:		Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Mathilda		B.C. van den Ende plantation De Drie Ge- broeders. Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract Nº. 18	Died on 1 Dec. 1864
74	74/m	91	Sardinha / Antonio Husband of Nº. 75 Father of Nº. 76.	I		55 J.	Field or factory worker	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	See Nº. 68 ^m / 85
75	75/m	92	Julia / Antonia Wife of Nº. 74 Mother of Nº. 76.		I	44	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	See Nº. 68 ^m / 85
76	76/m	93	Sardinha / Manoel Son of Nº. 74 en 75.	I		22 J.	Field or factory worker	R. Cath:		Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864 Paramaribo Port: Sch ^s . Mathilda		B.C. van den Ende plantation De Drie Ge- broeders. Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract Nº. 18	See Nº. 68 ^m / 85.
77	77/m	94	Perdigos / Manoel Roiz / Husband of Nº. 78. Father of Nº. 79.	I		37 "	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Has fulfilled his contract and left the plantation / see Missive dated 19 Nov. 1866 Registered Sub Nº. 69
78	78/m	95	Jezus / Emilia / Wife of Nº. 77 Mother of Nº. 79.		I	25 "	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Gave birth to a daughter- named Mathilda on 18 March 1865. Mathilda died on 2 April 1865. Emelia died on ... January 1866.
79	79/m	96	Jezus / Maria Daughter of Nº. 77 en 78.		I	4 J.	None	R. Cath:		Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864 Paramaribo Port: Sch ^s . Mathil- da		B.C. van den Ende plantation De Drie Ge- broeders Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract Nº. 18	
80	80/m	97	da Camara / Augusto	I		17 "	Field or factory worker	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	See Nº. 68 ^m / 85.
81	81/m	98	da Silva / Domingo	I		32 "	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 5 July 1866. See Missive dated 11 Aug. 1866 Nº. 413 Registered Sub Nº. 32.
82	82/m	99	de Jezus / Maria Mother of Nº. 83/86.		I	46 J.	Field or factory worker	R. Cath:		Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864 Paramaribo Port: Sch ^s . Mathil _da		B.C. van den Ende plantation De Drie Gebroe- ders Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract Nº. 18	Died on 22 March 1866. See Missive dated 7 May 1866 No. 259. -
83	83/m	100	de Jezus / Antonia Son [Daughter?, Tr.] of Nº. 82.		I	26 "	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on. 9 May 1865.
84	84/m	101	de Jezus / Isabel Daughter of Nº. 82.		I	17 "	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Departed as Nº. 4 (Perica).

85	85/m	102	de Jezus / Binto Son of N ^o . 82.	I		14	None	R. C.		Madeira	Thomas Green 15 August 1864 Paramaribo Port: Schr. Mathilda		B.C. van den Ende plant ^e . De Drie Gebroeders Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract N ^o . 18	Dismissed. See Agenda N ^o . 48 (1867)
86	86/m	103	de Jezus / Luisa		I	11	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 18 Dec. 1865.
87	87/m	104	da Silva Pinto / José	I		20"	Field or factory worker	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 28 Oct. 1864
88	88/m	105	da Silva de Jezus / João	I		20 J.	Field or factory worker	R. Cath:		Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Mathilda		B.C. van den Ende qq. plantation De Drie Gebroe- ders.- Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract N ^o . 18	Died on 5 Aug. 1866. see Missive dated 11 Aug. 1866 N ^o . 413 Registered Sub N ^o . 32.
89	89/m	106	de Freitas / Francisco.	I		22"	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 29 Sept. (1864)
90	90/m	107	de Cambra / Antonio	I		18	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	See N ^o . 68 ^m / 85.
91	91/m	108	Gonsalvos / Geronime	I		19 J.	Field or factory worker	R. Cath:		Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Mathilda		B.C. van den Ende qq. plantation De Drie Ge- broeders Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract N ^o . 18	See N ^o . 68/85.
92	92/m	109	de Abreu / Francisco	I		22"	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	See N ^o . 68 ^m / 85.
93	93/m	110	de Gama / Francisco	I		20	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 8 Feb. 1866.
94	94/m	111	Alfonço / Domingo Husband of No. 95.	I		21 J.	Field or factory worker	R. Cath:		Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Mathilda		B.C. van den Ende qq. plantation De Drie Gebroe- ders Bov: Suriname	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract N ^o . 18	Departed as N ^o . 4/Perica
		657	Alfonço / Domingo	I		26	id.	id.		id.	id.		= B. Nunes, S. de Vries fz. & A. Nunes. Ple. Monsouci (Ben. Cottica)	20 Nov. 1868	19 Nov. 1869	id. ditto 21 Dec. 1868 N ^o . 2.	Deregistered - & entered in the Register of Free Labourers under N ^o . 196 ^p / 82 -
95	95/m	112	da Jezu / Maria		I	24	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on. 3 January 1866
96	96/m	66	de Freitas / Francisco Husband of N ^o . 97/67 Father of N ^o . 98/68.	I		45	id.	id.		id.	id.		F. Taunay fz. Pl ^e . 't Vertrouwen Ben. Cottica	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contract N ^o . 2	Departed - See Diary 1869 N ^o . 218 -
97	97/m	67	Rose / Jesu ana Wife of N ^o . 96. Mother of N ^o . 98.		I	30 J.	Field or factory worker	R. Cath:		Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Mathilda		F. Taunay fz. Pl ^e . 't Vertrou- wen. Ben. Cottica	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contr. N ^o . 2	16 April Died on 28 March ... [?, Tr.] See Missive dated 18 May 18... [?, Tr.] BC and M N ^o . 179/190. Registered... [?, Tr.] Sub N ^o . 173.
98	98/m	68	Rose / Maria Daughter of N ^o . 96 and 97.		I	12	None	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Departed - See Diary 1869 N ^o . 218 -
99	99/m	69	Govinha / Ricardo de	I		24	Field or factory worker	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id. N ^o . 3	Died on 7 July 1866 See Government Gazette N ^o . 84

100	100/m	70	da Corte / Francisco	I		18 J.	Field or factory worker	R. Cath:		Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Mathilda		F. Taunay fz. Pl ^e . 't Vertrouwen Ben. Cottica	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contr. N ^o . 3	Departed. See Diary 1869 N ^o . 218
101	101/m	71	Feireira / Antonio	I		20	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	id. id.
102	102/m	72	Fereira / João	I		18 J.	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 3 July 1866. See Missive dated 15 Aug. ... [?, Tr.] BC and M N ^o . 329 Registered. ... [?, Tr.] Sub N ^o . 35
103	103/m	73	Rodrigues / Domingos	I		19 J.	Field or factory worker	R. Cath:		Madeira	Th ^s . Green 15 August 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Mathilda		F. Taunay fz. Pl ^e . 't Vertrouwen Ben: Cottica	17 Aug ^s . 1864	16 Aug ^s . 1866	See Contr. N ^o . 3	Died on 9 Jan. 1866. See Extract attached to missive dated 14 June 1866. BC N ^o . 207.
104	104/m	74	de Freitas / José	I		18"	id.	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on June 1865. See Missive dated 25 June 1866. BC N ^o . 230. -
105	105/m	48	Freitas / Manoel	I				id.		id.	Th ^s . Green		id.	24 Febr ^u . 1864	-	id. N ^o . 4	The Contract will end with the redemption of the sum used by them of GLD 107 per person, for which 1/3 of their monthly wage was paid. Departed from the plantation due to expiry of the contract / see Missive dated 25 June 1866 BC No. 230.
106	106/m	49	Ferreira / Antonio	I				R. Cath:		Madeira	Th ^s . Green		F. Taunay fz. Pl ^e . 't Vertrouwen Ben. Cottica	24 Febr ^u . 1864	-	See Contr. N ^o . 4	See N ^o . 105/48. Died on 15 July 1865 (see Extract attached to missive dated 14 June 1866. BC N ^o . 207)
107	107/m	13	Rodrigues / Antonie Husband of N ^o . 108 Father of N ^o . 109/110	I		48	Field or factory worker	id.		id.	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		id.	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr. N ^o . 5	Dismissed on 16 April 1868 See Diary N ^o . 62.
108	108/m	14	Maria Luize / Wife of N ^o . 107 Mother of N ^o . 109/110		I	45	Idem	id.		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed on expiry of Contract. See Diary 1868 N ^o . 12. Is still on the plantation. See Missive dated 3 March 1868 N ^o . 103 Diary N ^o . 19. Dismissed on 16 April 1868 See Diary N ^o . 62
109	109/m	15	/ Maria Daughter of N ^o . 107/108		I	13"	None	R. C.		Madeira	Thomas Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		F. Taunay fz. Pl ^e . 't Vertrouwen Ben. Cottica	-	-		Departed with her father [?, Tr.] See Missive dated 1 May 186... [?, Tr.] N ^o . 187 Diary N ^o . 73.

110	110/m	16	/ Joaquina Child of Nº. 107/108		I	4"	id.	id.			id.	id.		id.	-	-		Died on 16 June 1866 See Missive dated 16 July ... [?, Tr.] B C Nº. 282_ Registered Sub... [?, Tr.]
111	111/m	17	Garanito / Manoel Gomes	I		24"	Field or factory worker	id.			id.	id.		id.	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr. Nº. 5	Married to No. 112 L. de Jezus see Missive dated 13 July 1866 B C No. 276 Registered Sub No. 9 Dismissed. See Missive dated 3 ... [?, Tr.] 1865 No. 103 Diary No. 19.
112	112/m	18	de Jezus / Luiza		I	20 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Thº. Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Schº. Trez Amigos		F. Taunay fz. Plº. 't Vertrouwen Ben. Cottica	17 Nov. 1864	16 Nov. 1867	See Contract Nº. 5	See Nº. 111. Dismissed on 25 March 1868 See Diary Nº. 62.
113	113/m	19	de Jezus / Maria Bernardo	I		47"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed on expiry of contract. See Diary 1868 Nº. 12.
114	114/m	20	Mendes / Felipe		I	22	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 22 Sept. 1866 See Missive dated 16 Nov. 1866 BC M. Nº. 48 Registered Sub. Nº. 67.
115	115/m	21	de Jezus / Luiza		I	20 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Thº. Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Schº. Trez Amigos		F. Taunay fz. Plº. 't Vertrouwen Ben. Cottica	17 Nov. 1864	16 Nov. 1867	See Contr. Nº. 5	See Nº. 128. Died on 22 July 1866. See Missive dated 15 Aug. 1866 B C and M Nº. 329 Registered Sub. Nº. 35.
116	116/m	22	de Franca / João /	I		25"	House servant	id.			id.	id.		id.	id.	id.	See Contr. Nº. 5	Dismissed on expiry of Contract. See diary 1868 Nº. 12.
117	117/m	23	Jezus / Maria Mother of Nº. 118		I	22	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	See Contr. Nº. 5	Calling herself Maria Jose See Missive dated. 13 July Nº. 276 and answer in missive dated 25 July Nº. 15. Dismissed on expiry of Contract. See diary 1868 Nº. 12.
118	118/m	24	Jezus / Livia Daughter of Nº. 117.		I	4/m.	None	R. Cath:			Madeira	Thº. Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Schº. Trez Amigos		F. Taunay fz. Plº. 't Vertrouwen Ben. Cottica	17 Nov. 1864	16 Nov. 1867	See Contract Nº. 5	Dismissed on expiry of Contract. See Diary 1868 Nº. 12.
119	119/m	25	Quinta / Antonio Gon salvos	I		24	Field or factory worker	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 15 May 1865. See Extract attached to missive dated 14 June 1866 B C Nº. 207.
120	120/m	26	de Luz / Manoel Viei- ra /	I		22	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died in Paramº. / Registers submitted on confrontation /
121	121/m	27	Seras / Joaquim	I		22	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Thº. Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Schº. Trez Amigos		F. Taunay fz. Plº. 't Vertrouwen Ben. Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov. 1867	See Contract Nº. 5	Dismissed on 25 March 1868 See Diary Nº. 62.

122	122/m	28	Gonsalvos / João	I		22	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 21 June 1866 See Missive dated 16 July 1866 B C N°. 282 Registered Sub. N°. 14
123	123/m	29	de Santos Rodrigues Kapites / João	I		25	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 11 July 1866. See Missive dated 15 Aug. 1866 B C and M. N°. 329 Registered Sub. N°. 35.
124	124/m	30	de Receireição / José	I		18"	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		F. Taunay fz. Pl ^s . 't Vertrouwen Ben. Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr: N°. 5	
125	125/m	31	de Santos / Antonio Souza /	I		19"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 13 March 1867 / Registers submitted on confrontation.
126	126/m	32	Manoël Gonsalvos of de Sauza / José	I		21	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 25 June 1866 See Missive dated 16 July 1866 B C No. 282 Registered Sub. No. 14
127	127/m	33	de Freitas / Manoel	I		20 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green Paramaribo 11 November 1864 Port: Sch ^s . Trez Amigos		F. Taunay fz. Pl ^s . 't Vertrouwen Ben. Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr: N°. 5	Calling himself Manoel Pal- myra - see Missive 13 July N°. 276 and answer in missive 25 July N°. 15. Died on 25 January 1869.
128	128/m	34	de Castro / Manoël	I9		19"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	See Contr: N°. 5 Married on 13 June 1866 with Louisa de Jezus N°. 115. See Miss. dated 13 July 1866 B C N°. 276 Registered Sub N°. 9. Dismissed after expiry of Contract. See Diary 1868 N°. 12
129	129/m	35	d' Abreiro / Antonia		I	28"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Deceased January 1865. See Missive dated 29 June 1866 B C N°. 230.-
130	130/m	36	da Eira / Fernando Francisco /	I		36 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		F. Taunay fz. Pl ^s . 't Vertrouwen Ben. Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr: N°. 5	Married with Ffrancisca de Jezus N°. 131 ^m . / See Missive dated 13 July 1866 BC N°. 276 Registered Sub N°. 9. Dismissed on expiry of Contract. See Diary 1868 N°. 12.
131	131/m	37	de Jezus / Francisca /		I	30"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	See N°. 130 dismissed as before.
132	132/m	38	Gomes / Francisco	I		11"	None	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 15 July 1866 See Missive dated 15 Aug. '66 B C and M No. 329. Registered Sub No. 35.-
133	133/m	39	de Souza / Ruberto /	I		12 J.	None	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		F. Taunay fz. Pl ^s . 't Vertrouwen Ben. Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr: N°. 5	Died on 16 July 1866. See Missive dated 15 Aug. 1866 N°. 329 Registered Sub N°. 35

134	134/m	40	de Souza / Jacinto	I		40	Field or factory worker	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 28 Dec. 1864 See Extract attached to missive dated 14 June 1866 BC Nº. 207.
135	135/m	41	d'Ornella / João	I		22	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed / see Missive dated 7 February and 3 March 1868 Nº. 66 and 103. Diary Nº. 12 and 19.
136	136/m	42	Sardinhas / Manoel	I		19	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Thº. Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Schº. Trez Amigos		F. Taunay fz. Plº. 't Vertrouwen Ben. Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr: Nº. 5	Died on 13 June 1865 See Extract attached to missive dated 14 June 1866 BC Nº. 207
137	137/m	43	da Silva / Lucas	I		20"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Departed - See Diary 1869 Nº. 218 -
138	138/m	44	Rodrigos / João /	I		18"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	
139	139/m	138	Assenao / Antonio Vieira Husband of Nº. 140 Father of Nº. 141	I		44 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Thº. Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Schº. Trez Amigos		A.W. Oppenheimer Plº. Guinesche Vriendschap Bov: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract Nº. 29	Departed from the district See Diary 1869 Nº. 117.
140	140/m	139	de Jezus / Theresa Wife of Nº. 139 Mother of Nº. 141		I	25"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed on expiry of contract. See Diary 1869 Nº. 58 - & Nº. 117.
141	141/m	140	de Jezus / Manoel Son of Nº. 139 en 140	I		7"	None	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed as before See Agenda 1869 Nº. 58. - & 117. -
142	142/m	141	de Freitas / Joaquina		I	18 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Thº. Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Schº. Trez Amigos		A.W. Oppenheimer Plº. Guinesche Vriendschap Bov: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract Nº. 29	Died on 7 Oct. 1866 See Missive dated 19 Nov. 1866 Nº. 600_ Registered Sub Nº. 69.
143	143/m	142	Gomes / José I	I		23	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 12 April 1865
144	144/m	143	de Caro / Franisco	I		18"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed on expiry of contract. See Diary 1868 Nº. 6. -
145	145/m	144	Fernandes / Manol	I		19"	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Thº. Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Schº. Trez Amigos		A.W. Oppenheimer Plº. Guinesche Vriendschap Bov: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract Nº. 29	Died in June 1865
146	146/m	145	Correa / Jose da Silva	I		17	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed on expiration See Diary 1868 Nº. 6.
147	147/m	146	Gomes / José II	I		20	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed. See Missive dated 15 July 1868 Nº. 287 Diary Nº. 127.
148	148/m	147	Seguira / João	I		18 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Thº. Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Schº. Trez Amigos		A.W. Oppenheimer Plº. Guinesche Vriendschap Bov: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract Nº. 29	Dismissed on expiry of Contract. See Diary 1869 Nº. 58 - & 117 -

149	149/m	148	Rodrigos / Germanio	I		20"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 25 Dec. 1865 see [?, Tr.] Missive dated 16 March 1867 Nº. 104 Registered Sub Nº. 29.
150	150/m	149	Rodrigos / Joaquim	I		16"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Departed from the district See Diary 1869 Nº. 117.
151	151/m	150	da Salva / Manoel Joaquim /	I		16 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		A.W. Oppenheimer Pl ^e . Guinesche Vriendschap Bov: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract Nº. 29	Died on 20 Dec. 1865.
152	152/m	151	Lobo / Nunes José	I		20"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 17 May 1867. See Diary 1868 Nº. 68.
153	153/m	152	Sauza / Augusto	I		20	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	
154	154/m	153	de Meneses / Yacinto José Wife of Nº. 155 Father of Nº. 156/160	I		40 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		A.W. Oppenheimer Pl ^e . Guinesche Vriendschap Bov: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract Nº. 29	Dismissed on expiry of Contract. See Diary 1869 Nº. 58 - & 117. -
155	155/m	154	de Jezus / Julia Wife of Nº. 154 Mother of Nº. 156/160		I	35"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed. See Diary Nº. 127 / 1868
156	156/m	155	de Jezus / Maria Daughter of Nº. 154/155		I	12	None	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	idem idem
157	157/m	156	de Jezus / José Son of Nº. 154 and 155	I		9 J.	None	R. Cath:			Madeira	Thomas Green 11 November 1864 Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		A.W. Oppenheimer Pl ^e . Guinesche Vriendschap Bov: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract Nº. 29	Dismissed. See Diary 1868 Nº. 127
158	158/m	157	de Jezus / Lucia Daughter of Nº. 154 and 155		I	6"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	idem idem
159	159/m	158	de Jezus / Claudina Daughter of Nº. 154 and 155		I	5	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	idem idem
160	160/m	159	de Jezus / Manoel Son of Nº. 154 and 155	I		3 J.	None	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		A.W. Oppenheimer Pl ^e . Guinesche Vriendschap Bov: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract Nº. 29	Died on 3 Jan. 1865.
161	161/m	160	de Mendes / João	I		20	Field or factory worker	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 22 April 1865
162	162/m	189	Vareda / Roza		I	21	id.	id.			id.	id.		F.D. Day Pl ^e . S ^s . Barbara Ben: Suriname	id.	id.	Zie Contract Nº. 27	Died on 2 Feb. 1865.
163	163/m	190	Caldeira / Manoel da Costa /	I I		56 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		F.D. Day Pl ^e . S ^s . Barbara Ben: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	Zie Contract Nº. 27	
164	164/m	191	de Jezus / Roza Maria		I	57"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	
165	165/m	192	de Freitas / Rufino	I		40"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died in State Hospital on 9 Feb. 1865. -

166	166/m	193	de Camara / Laurenc	I		24 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		F.D. Day Pl ^e . S ^a . Barbara Ben: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract N ^o . 27	Dismissed - See Missive dated 12 Dec. 1867 N ^o . 516. Diary N ^o . 119.
167	167/m	194	Joaquina / Juliana /		I	23 "	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed as before
168	168/m	195	Moiraes / João de Souza	I		20 "	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Idem. See Diary 1868. N ^o . 6.
169	169/m	196	de Freitas / Augusto	I		23 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		F.D. Day Pl ^e . S ^a . Barbara Ben: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract N ^o . 27	Died in State Hospital on 12 Feb. 1865.
170	170/m	197	d' Avril / Silvestry Fereira	I		19 "	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 9 Feb. 1865
171	171/m	198	Alexandre / Daniel	I		19 "	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed. See Diary N ^o . 119 / 1867.
172	172/m	199	da Silva / Manoel Lopes	I		36 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		F.D. Day Pl ^e . S ^a . Barbara Ben: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract N ^o . 27	Died on 10 July 1866. See Missive dated 11 Aug. 1866 N ^o . 413 Registered Sub N ^o . 32.
173	173/m	200	Junho / Manoel Lopes da Sa /	I		19 "	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed on expiry of Contract. See Diary 1868 N ^o . 6.
174	174/m	201	Markes / Manoel Fereira	I		18 "	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed. See Diary No. 119 / 1867.
175	175/m	202	de Souza / Francisco	I		36 "	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		F.D. Day Pl ^e . S ^a . Barbara Ben: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract N ^o . 27	Died on 2 May 1872. See Diary. 1872 N ^o . 109.
176	176/m	203	Augusta / Emelia		I	20	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Gave birth to a daughter named Ma... [?, Tr.] on 3 March 1865. Gave birth on 18 April 1867 to daughter named Maria - See Diary N ^o . 69.
177	177/m	204	de Freitas / Antonio	I		18	id.	id.	i		id.	id.		id.	id.	id.	id.	Lapsed as double registered. See F ^o . 70.
178	178/m	205	Nobre / João	I		16	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		F.D. Day Pl ^e . S ^a . Barbara Ben: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract N ^o . 27	Lapsed as double registered. See F ^o . 70.
179	179/m	206	d' Agrella / Manoel	I		17	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id - id
180	180/m	207	Freitas / Manoel	I		17	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id - id
181	181/m	208	de Souza / Manoel	I		16 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^s . Trez Amigos		F.D. Day Pl ^e . S ^a . Barbara Ben: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract N ^o . 27	Lapsed as double registered (see F ^o . 70)
182	182/m	209	Fernandes / Mersiena	I		16 "	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	id - id

183	177 183/m		Faria / Manoel	I		22"	id.	id.			id.	id.		R.A. Gollen stede Pl ^e . N ^o . Levant Bov: Cottica	17 Nov. 1864	id.	id.	Died on 18 March 1865.
184	178 184/m		Fereira / Manoel	I		28	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^e . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^e . Trez Amigos		R.A. Gol- lenstede Pl ^e . N ^o . Levant Bov: Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867		Transferred to Boxel plantation See G.R. dated 26 May 18... [?, Tr.] N ^o . 2 Registered Sub N ^o . 103.
185	179 185/m		de Moira / José	I		16"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.		Died on 16 [15?, Tr.] March 186... [?, Tr.]
186	180 186/m		de Moira / João	I		16	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.		Died on 21 Dec. 1864.
187	181 187/m		de Souza / José	I		21	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^e . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^e . Trez Amigos		R.A. Gol- lenstede Pl ^e . N ^o . Levant Bov: Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867		See N ^o . 178. Departed on expiry of Contract see Missive dated 29 Nov. 1867 N ^o . 500 Registered Sub N ^o . 112.-
188	182 188/m		Pistanha / Manoel	I		18"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.		
189	183 189/m		de Faria / José	I		19" [17?, Tr.]	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.		
190	184 190/m		d' Andrado / João	I		18 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^e . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^e . Trez Amigos		R.A. Gol- lenstede Pl ^e . N ^o . Levant Bov: Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867		Died on 2 March 1865
191	185 191/m		de Freitas / Pedro	I		19	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.		See N ^o . 178. Died on 19 Dec. 1866. / See Missive dated 10 Jan. 1867 N ^o . 34 Registered Sub N ^o . 7.-
192	186 192/m		Fegueira / Manoel Joaquim	I		20	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.		Died on 18 March 1865.
193	187 193/m		de Camara / Henrique	I		18 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^e . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^e . Trez Amigos		R.A. Gollen stede Pl ^e . N ^o . Levant Bov: Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867		Died on 4 March 1865.
194	188 194/m		d' Adres / Antonio	I		21	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.		See N ^o . 178. Departed due to expiry of Contract. See Missive 29 Nov. 1867 N ^o . 500 Registered Sub N ^o . 112.
195	189 195/m		Henriques / João Gomes	I		17	id.	id.			id.	id.		T.J. Verschuur Pl ^e . Elisabeths hoop Ben: Cottica	17 Nov: 1864	id.	See Contr. N ^o . 6	Died See Missive dated 25 June 1866 N ^o . 230.-
196	190 194/m		Fereira of Texeira / Jose	I		16 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^e . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^e . Trez Amigos		T.J. Verschuur Pl ^e . Elisabeths- hoop Ben: Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr. N ^o . 6	

197	191 195/m		de Franca / João	I		18	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed. See Diary Nº. 122 / ... [?, Tr.]
198	192 196/m		Alves / Francisco	I		19	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	
199	193 197/m	49	Tereira / Manoel / (Markes	I		18	Field or factory worker	R. C.			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^f . Trez Amigos		T.J. Verschuur Pl ^e . Elisabeths- hoop Ben: Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr. Nº. 6	Dismissed _ See Missive dated 28 Dec. 1867. Nº. 481 Registered Sub Nº. 122. and Missive dated 2 January 1868. Nº. 2. Registered Sub Nº. 1._
200	194 198/m	50	Fereira / Francisco	I		16	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 23 April 1865. / see Extract attached to Missive dated 14 June 1866 BC Nº. 207.
201	195 199/m	51	Gonsalvos (Reis) / Philippe	I		17	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	
202	196 200/m	52	Nascimento / José de	I		21 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^f . Trez Amigos		T.J. Verschuur Pl ^e . Elisabethshoop Ben: Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr. Nº. 6	Dismissed - See Agenda 1867 / Nº. 122.
203	197 201/m	53	Gomes / Manoel	I		17"	id.	id.			id.	id.		C.D. Brakke Pl ^e . Johannisburg Ben. Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr. Nº. 7	
204	198 202.	54	Rodrigues / José	I		18	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed on expiry of Contract. See Agenda 1868 Nº. 12.
205	199 203/m	55	Gomes / Manoel Sebastian	I		19 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^f . Trez Amigos		C.D. Brakke Pl ^e . Johannis- burg Ben: Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr. Nº. 7	Died on 14 Nov. ... [?, Tr.] See Civil Status ... [?, Tr.]
206	200 204/m	56	Gonsalvos / José	I		17"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Dismissed on expiry of Contract. See Diary Nº. 12.
207	201 205/m	57	Figueira / João José	I		16	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	
208	202 206/m	58	Gomes / Manoel	I		18 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^s . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^f . Trez Amigos		C.D. Brakke Pl ^e . Johannis- burg Ben: Cottica	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contr. Nº. 7	Died on 2 April 1865 / Registers submitted on confrontation in 1867
209	203 207/m	59	Govea / João Rodrigos	I		16"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Due to loss of leg unsuitable for almost all labour dismissed / see Missive dated 7 Aug. 1866 BC Nº. 304 and this missive dated 11 Aug. I.I. Nº. 21.-
210	204 208/m	204	de Freitas / Antonio	I		18	id.	id.			id.	id.		E.F.L. Mol linger Pl ^e . Voorburg Ben: Suriname	id.	id.	See Contract Nº. 28.	Died on 10 February 186... [?, Tr.]

211	205 209/m	205	Nobre / João /	I		16"	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^o . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^e . Trez Amigos		E.F.L. Mol-linger Pl ^e . Voorburg Ben: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract N ^o . 28.	Dismissed due to dismissal on 26 June 1868. See further missive dated 15 July 1868 - N ^o . 127.
212	206 210/m	206	d' Agrella / Manoel	I		17"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 3 Dec. 1865.
213	207 211/m	207	Freitas / Manoel	I		17	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Died on 28 Feb. 1865 -
214	208 212/m	208	de Souza / Manoel	I		16 J.	Field or factory worker	R. Cath:			Madeira	Th ^o . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^e . Trez Amigos		E.F.L. Mol-linger Pl ^e . Voorburg Ben: Suriname	17 Nov: 1864	16 Nov: 1867	See Contract N ^o . 28.	Overslagen [?, Tr.] See Missive dd ^o . 15 July 1868 Diary N ^o . 127.
215	209 213/m	209	Fernandes / Mersiena	I		16"	id.	id.			id.	id.		id.	id.	id.	id.	Departed after expiry of the Contract -
216	210 214/m		de Camara / Elvira		I	11	House servant	id.			id.	id.		I.I. B. de Mesquita				
217	211 215/m		Fernandes de Viloza / José	I		18	House servant	R. C.			Madeira	Th ^o . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^e . Trez Amigos		D ^o . J.R. Arrias in Paramaribo	19 Nov. 1864	18 Nov. 1867	See Contr. N ^o .	Absconded.
218	212 216/m		Augusta / Joanna		I	30	id.	id.			id.	id.		A.D. Charlouis in Paramaribo	16 Nov. 1864	15 Nov. 1865.	See Contr. N ^o .	
219	213 217/m		Caldeira / Anna Nunés Mother of N ^o . 214		I	26	id.	id.			id.	id.		S.I. Abrahams in Paramaribo	16 Nov: 1864	15 Nov. 1865.	See Contr: N ^o .	
220	214 218/m		/ Julia Daughter of N ^o . 213		I	3"	None	R. C.			Madeira	Th ^o . Green 11 November 1864. Paramaribo Port: Sch ^e . Trez Amigos		S.I. Abrahams in Paramaribo				
221	215 219/m		Camacho / Feliciano	I		16"		id.			id.	id.						Absconded here.

Source: Nationaal Archief Suriname, Immigration Register Madeira 1863-1867.

Note: All the information was transcribed as found in the source.

A Correspondência Açoriana de João dos Reis Gomes

The Azorean Correspondence of João dos Reis Gomes

*Paulo César Vieira Figueira*¹

Resumo

A epistolografia de João dos Reis Gomes é uma produção pouco conhecida em relação aos restantes textos legados pelo Major. Na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, encontramos algumas cartas que, de uma maneira ou de outra, nos transmitem uma vertente diferente de João dos Reis Gomes, em que podemos supor o teor de conversas mantidas com grupos de amigos, embora não possamos afirmar que a perspetiva de um autor de uma carta, na procura de um diálogo com o destinatário, corresponda, por inteiro, ao que está escrito. São de particular interesse as missivas trocadas com os açorianos Teófilo Braga, Manuel Monteiro Velho Arruda e José Bruno Tavares Carreiro, no âmbito da admiração, cultura e história das ilhas e ainda crítica literária, deixando um legado que podemos considerar informal, de impressões culturais de personalidades influentes da história recente das ilhas, mas, em simultâneo, de amizade e estima.

Palavras-chave: João dos Reis Gomes; Epistolografia; Açores.

Abstract

The epistolography of João dos Reis Gomes is not a well-known production. In the Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, we find some letters that, in one way or another, convey a different aspect of João dos Reis Gomes, in which we can assume the content of conversations held with groups of friends. Even though we cannot affirm that the perspective of an author of a letter fully corresponds to what is written. Of particular interest are the letters exchanged with the Azoreans Teófilo Braga,

¹ Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa. Mestre em Estudos Interculturais, com a dissertação *Percursos da subjectividade pós-modernista: um contributo para a análise das poéticas de José Agostinho Baptista e Eduardo White*. Doutorado em Ilhas Atlânticas – História, Património e Quadro Jurídico Institucional, com a tese *João dos Reis Gomes: contributo literário para a divulgação da História da Madeira*. Membro integrado do CECOMP – Centro de Estudos Comparatistas – e membro colaborador do CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias. Contacto: pcvfigueira@gmail.com.

Manuel Monteiro Velho Arruda and José Bruno Tavares Carreiro. Within the scope of the islands' admiration, culture and history and literary criticism, these letters leave a legacy that we can consider informal but, at the same time, of friendship and esteem.

Keywords: João dos Reis Gomes; Epistolography; Azores.

O presente artigo tem por objetivo dar a conhecer as temáticas de algumas cartas trocadas entre João dos Reis Gomes e vultos assinaláveis da cultura açoriana, nomeadamente, Teófilo Braga, Manuel Monteiro Velho Arruda e José Bruno Tavares Carreiro, cujo conjunto denominaremos correspondência açoriana de João dos Reis Gomes.

O interesse por estes documentos tornou-se evidente quando, durante os nossos estudos para o doutoramento em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico-Institucional, julgamos ser importante seguir as indicações sobre as ligações de João dos Reis Gomes aos Açores. Tendo em conta a temática da nossa investigação, deparámo-nos com estes documentos na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

O facto de se tratar de inéditos, que não visavam a edição, constantes em coleções particulares do acervo da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, oferece a reflexão quanto à legitimidade da publicidade e do compulsar posterior: «Daí resulta que, salvo nos casos de cartas publicadas pelo próprio autor, ou com a sua autorização expressa («publique», ou «faça desta carta o uso que quiser»), tenhamos de nos interrogar quanto à legitimidade de compulsar cartas alheias e de lhes dar publicidade»².

Sem a intenção de abandonarmos a exploração deste pequeno conjunto epistolar, pensamos que um congresso estruturado em torno da História da Madeira seria o local ideal para a divulgação destes documentos, da sua motivação, estrutura, assuntos e interesse. Aliás, estes aspetos levaram-nos à convicção de que a leitura das cartas açorianas de João dos Reis Gomes demonstra uma utilidade prática evidente na interpretação biográfica do autor, bem como da visão de algumas obras e pensamentos que marcam o tempo e o espaço insulares.

Neste trabalho, utilizaremos as seguintes abreviaturas:

- BPARPD – Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada;
- ATB – Arquivo Teófilo Braga;
- AMMVA – Arquivo Manuel Monteiro Velho Arruda;
- ATC – Arquivo José Bruno Tavares Carreiro.

² ROCHA, 1990, *A epistolografia em Portugal*, pp. 20-21.

Apresentamos, no final, a transcrição da correspondência, cuja autorização para publicação muito agradecemos à Direção da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. As cartas seguem uma ordem cronológica e não operamos a atualização da grafia.

1. João dos Reis Gomes: Vida e Obra

Nascido no Funchal, a 5 de janeiro de 1869, onde veio a falecer, a 21 de janeiro de 1950, João dos Reis Gomes destacou-se em diversas áreas. Foi oficial do exército, engenheiro, industrial, professor, escritor, crítico e filósofo de arte. Além de redator da *Revista Madeirense*, foi diretor do *Heraldo da Madeira* (1904-1915) e do *Diário da Madeira* (1916-1940), e colaborou também com outros periódicos de Lisboa: *O Dia*, *O Século* e *Serões*.

O fundador da tertúlia Cenáculo foi, de igual modo, sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, sócio de honra da Federação das Academias de Letras do Brasil, vogal do Instituto de Portugal e fundador da delegação da Sociedade Histórica para a Independência de Portugal. Por toda a sua ação, João dos Reis Gomes foi considerado um dos mais ilustres escritores e jornalistas do seu tempo e o primeiro crítico de teatro em Portugal³.

A 22 de janeiro de 1950, o *Diário de Notícias* prestava homenagem a uma personalidade ímpar da cultura madeirense:

«O extinto era, como dissemos, Major de Artilharia Pesada, na situação de reforma; e Engenheiro Industrial, antigo Professor do Liceu do Funchal e Director da Escola Industrial e Comercial António Augusto de Aguiar; antigo Director do «Heraldo da Madeira» e Director do «Diário da Madeira»; Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras) e membro de honra da Federação das Academias de Letras do Brasil, e Vogal do Instituto de Portugal (antiga Academia de Portugal); Sócio do Instituto António Cabreira, Sócio honorário do Instituto Cultural de Ponta Delgada (S. Miguel), do Instituto Histórico da Terceira (Açores) e da Casa da Madeira, de Lisboa; Oficial e Comendador da Ordem Militar de S. Tiago, do «Mérito Científico, Literário e Artístico», Comendador da Ordem da Instrução Pública, e Oficial da Academia de França. [...]. Foi fundador da Delegação no Funchal da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e seu ex-Presidente, Sócio fundador da Delegação da Sociedade Portuguesa da

³ In NORONHA e PIRES, 1909, *Serões*, n.º 47, p. 421, o «director do *Heraldo da Madeira*» é considerado um escritor que «honra a literatura nacional», a propósito da publicação do «esplendido romance *A Filha de Tristão das Damas*, de maneira inconfundível, brilhantíssima.»

Cruz Vermelha, e condecorado com as medalhas de Dedicção e de Mérito da mesma filantrópica instituição»⁴.

A formação dos interesses de João dos Reis Gomes estará particularmente ligada à última década do século XIX e à primeira do século XX. Tendo ido para Lisboa em finais de Oitocentos, o contexto histórico-político nacional terá sido importante no seu pensamento. A justificação de África, como cerne da política e da historiografia portuguesa, é uma marca que se manterá durante a vida do autor, pois será defendida pela Monarquia, Primeira República, Ditadura Militar e Estado Novo. Em finais de Oitocentos, o império africano «era, agora mais do que nunca, parte integrante da nação de forma inquestionável, cabendo a sua defesa e preservação às Forças Armadas»⁵, o que deve ter sido tido em conta por um militar de carreira, como João dos Reis Gomes.

No regresso à Madeira, João dos Reis Gomes exerceu a sua função no Exército até passar à reserva em 1917, na qualidade de major de artilharia. As funções de docente, no Liceu Jaime Moniz e na Escola Industrial, onde chegou a diretor, e de jornalista e crítico, legaram a imagem de um homem atento ao seu tempo, em que a difusão cultural e ideológica assenta na historiografia, no teatro e no jornalismo, além da escrita literária, filosófica e política.

No geral, é uma personalidade que tomará, nas mais diversas áreas de ação, um *modus operandi* que o ligará à República, Autonomia, Regionalismo e Estado Novo, com o qual é frequentemente associado:

«na sociedade não dominam, obviamente, apenas factores ideológicos, mas também existem, entre outros, fenómenos de cultura e de mentalidade. Há um entrelaçar de realidades e, assim, se os problemas, as práticas e as ideias que se manifestam numa dada época são fruto criativo da construção intelectual do homem, cuja génese é mais facilmente historiada, correspondem também a sentimentos sociais profundos, a uma espécie de inconsciente colectivo, como resultam também de ideologias, estabelecidas ou controladas por interesses sociais ou formadas na base de uma tentativa de recusa desses interesses dominantes»⁶.

A memória de João dos Reis Gomes associa-se, também, ao teatro e ao cinema. Confesso cultor de ambas as artes, o Major é visto como o primeiro, a nível mundial, a fundir o cinema com o teatro, na representação, em 1913, do drama histórico *Guiomar Teixeira*. A cena da batalha de Safim é introduzida por uma curta-metragem.

⁴ *Diário de Notícias*, 22-1-1950, p. 6, «Faleceu ontem o eminente escritor madeirense Major J. Reis Gomes».

⁵ FERNANDES, 2014, «A vida política», p. 40.

⁶ TORRALBA, 1989, *História e ideologia*, p. 30.

Como filme mudo, durante a representação, era acompanhado pelos comentários dos atores, em palco, além da orquestra: «Os soldados seguem attentamente, commentando no seguinte dialogo, todas as particularidades do encontro das cavallarias portugueza e mourisca, reproduzido pelo cinematographo»⁷. Na peça de teatro, o filme é introduzido da seguinte maneira: «Ao longe, uma paizagem dos arredores da cidade, reproduzida pelo Cinematographo e onde se passa o ultimo lance da grande batalha com os mouros que terminou com o cerco de Safi»⁸.

De igual modo, a planificação e a execução das comemorações do Quincentenário do Descobrimento da Madeira (dezembro de 1922 e janeiro de 1923), como é reconhecido no *Elucidário Madeirense*, permanecerão como um legado de João dos Reis Gomes:

«Foi o major João dos Reis Gomes, um distinto filho da nossa terra e o mais ilustre dos seus escritores e jornalistas, que, no Diário da Madeira, de que é director (1921), lançou e advogou a ideia da celebração do centenario, que elaborou as bases dessa comemoração, que iniciou os seus actos preparatorios, que presidiu á direcção de muitos dos numeros do programa e que sempre acompanhou e superintendeu, ás vezes nos mais pequenos detalhes, em todos os trabalhos dos diversos festejos que se realizaram nesta cidade nos fins de Dezembro de 1922 e principios de Janeiro de 1923»⁹.

As comemorações do Quinto Centenário foram idealizadas para uma propostada publicitação da Madeira, um interlugar, baseado na conceção do mundo pós-século XV e na projecção turística do arquipélago.

Também a direcção de periódicos (*Heraldo da Madeira* e *Diário da Madeira*), em cujas páginas encontramos a intenção da divulgação da História da Madeira, é, para nós, uma ligação à vertente histórico-cultural, que se refletirá no pensamento do autor, numa altura em que as elites culturais se envolvem na luta por uma melhor autonomia e na defesa do regionalismo¹⁰.

2. A Epistolografia

De acordo com algumas conceções, a escrita epistolar ainda é tida como uma escrita menor. Contudo, não cremos que o seu interesse seja inferior, ou deva

⁷ REIS GOMES, 1914, *Guiomar Teixeira*, p. 79.

⁸ REIS GOMES, 1914, *Guiomar Teixeira*, p. 79.

⁹ SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 164.

¹⁰ As amizades e os contactos de João dos Reis Gomes são de diversos quadrantes, republicanos, monárquicos, autonomistas, salazaristas, englobando personalidades como Teófilo Braga, Pedro Pitta, José Bruno Tavares Carreiro, Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, entre outros, o que nos leva a crer que estamos perante um republicano, patriota, regionalista e autonomista.

ser recebido numa perspetiva de minoridade, pois o género epistolar pode ser, por exemplo, uma importante fonte da história, como transmissão do modo de ser e de pensamento de um determinado tempo e espaço.

Das características que definem a escrita epistolar, podemos indicar as seguintes: «o vocativo inicial («meu amigo»), que como que reclama a existência de um destinatário específico; a saudação que a fecha («saúde amigo»); a assinatura; a data; o *aqui* e *agora* da situação enunciativa; o tom dialogante que a percorre»¹¹. Podemos, de igual modo, discorrer sobre uma escrita literária e uma escrita não literária, como aponta Rosa Maria Goulart, na análise a partes da epistolografia de Vergílio Ferreira:

«a escrita literária da escrita não-literária: enquanto reconhece que esta não revela por inteiro o seu autor e que há, portanto, necessidade da pessoa para se aferir por ela a escrita (que neste caso é revelação parcial da personalidade), dissocia inequivocamente a personalidade artística do escritor (que, esta sim, caberia toda na obra), do *outro* de si, o homem cuja mão a escreveu, mas não fica nela [...]. Além disso, a epistolografia, que vive sobretudo dos circunstancialismos do quotidiano, fica, como o diário, nas margens da escrita nobre [...]»¹².

Trata-se de distinguir entre cartas literárias e não literárias, o que é definido por Carlos Ceia nos seguintes moldes: «À arte de escrever epístolas ou formas registadas de correspondência escrita entre indivíduos dá-se o nome de *epistolografia*; à teoria e prática da escrita de cartas ficcionais, convém chamar-se *epistolaridade*»¹³. Isto não invalida que as cartas ficcionais não obedeçam a princípios caros às epístolas comuns.

Dentro destes parâmetros, a correspondência açoriana de João dos Reis Gomes obedece, quanto a nós, a uma escrita não literária, estabelecida entre dois correspondentes, cuja finalidade é uma troca de pontos de vista sobre o quotidiano cultural das ilhas e assuntos de âmbito particular.

O debate entre uma escrita epistolar literária e não literária poderá ser uma questão sem resposta, mas não deixa de trazer alguns pontos que elucidam sobre a escrita das cartas e respetivas funções. Com base em Ana Maria Barrenechea, para nós, a correspondência açoriana de João dos Reis Gomes cumpre a seguinte premissa, porque nos parece um diálogo natural:

«Del rasgo general de instrumento e comunicación se deriva el que muchos destaquen su carácter de *diálogo* (con más restricción de *mitad de diálogo*) y comparen el

¹¹ GOULART, 1997, *O trabalho da prosa*, p. 95.

¹² GOULART, 1997, *O trabalho da prosa*, pp. 98-99.

¹³ CEIA, 2009, «Epístola».

intercambio epistolar (*escrito*) con una *conversación* (*oral*), de allí en parte el nombre de *correspondencia*»¹⁴.

As cartas encontram-se assinadas e datadas e não vislumbramos qualquer propósito de publicação pelo autor. Pelos textos, compreendemos que João dos Reis Gomes, entre o diarista e o criador, «pratica uma escolha, uma eleição, que condiciona incontestavelmente o texto que vai escrever, quer no plano da franqueza, quer no do estilo»¹⁵, e, como epistológrafo, «requinta o que tem para dizer conforme o destinatário a quem o confia»¹⁶.

Desde a Antiguidade a epistolografia tem sido um género que acompanha a produção escrita de muitos autores de referência, como será o caso de Séneca, com *Epistulae morales ad Lucilium* (*Cartas a Lucílio*), ou de outros menos conhecidos. Quando falamos em epistolografia, em João dos Reis Gomes, não nos referimos a um volume que tenha sido produzido pelo autor com o intento de, sob o artifício epistolar, expor um pensamento. Existe, sim, um direcionamento para destinatários com uma relação de proximidade e afetividade com o Major.

O que nos orienta, fundamentalmente, é uma justificação de ordem biográfica e de pensamento que «é a mais fácil de demonstrar. Incontestavelmente, é a carta uma revelação da personalidade íntima no que tem de mais superficial como de mais profundo. A começar pela própria letra»¹⁷, e que vem criar no leitor «a ilusão dum convívio com o artista que se admira»¹⁸.

É nestes trâmites que a exploração da correspondência açoriana de João dos Reis Gomes irá obedecer à análise de textos que se prestam a uma função comunicativa, sem intenção de publicação, com referência a assuntos do quotidiano e do pensamento dos interlocutores, que, como fonte, não deixa de ser uma referência do seu tempo e espaço.

Contudo, as cartas sem um propósito editorial não deixam de colocar a questão da publicação, quando tal não se encontra expresso pelos intervenientes. Ou seja, podemos questionar se não há uma violação da intenção autoral que provavelmente quereria que estes documentos se mantivessem inéditos, porque «A carta pretende comunicar com um leitor único, e, como tal, prescinde da publicação»¹⁹,

¹⁴ BARRENECHEA, 1990, «La epistola y su naturaleza genérica», p. 53.

¹⁵ ROCHA, 1990, *A epistolografia em Portugal*, p. 17.

¹⁶ ROCHA, 1990, *A epistolografia em Portugal*, p. 17.

¹⁷ ROCHA, 1990, *A epistolografia em Portugal*, p. 23.

¹⁸ ROCHA, 1990, *A epistolografia em Portugal*, p. 21.

¹⁹ ROCHA, 1990, *A epistolografia em Portugal*, p. 20.

embora João dos Reis Gomes não especifique «que a mensagem permaneça estritamente confidencial»²⁰.

Em nosso entender, a questão da legitimidade em relação a documentos particulares, sem a intenção de publicação, justifica-se pelo interesse maior que um vulto assinalável da cultura madeirense merece por parte da investigação sobre a história e a cultura das ilhas.

3. Correspondentes, Assuntos e Interesse

Considerando o objeto da nossa pesquisa, exploremos um pouco da vida e obra dos destinatários açorianos. Durante a vida de João dos Reis Gomes, há notícias de frequentes deslocações aos Açores, o que poderá pressupor o contacto com influentes personalidades açorianas, embora a relação com Teófilo Braga implique, como palco, Lisboa. Outro aspeto é a relação com a imprensa açoriana, que dá alguma projeção a João dos Reis Gomes no arquipélago dos Açores. Sabemos que há diversas notícias sobre as produções do Major, como também o *Diário da Madeira*, entre outros periódicos madeirenses, se acha como publicitário das intenções autonomistas dos dois arquipélagos atlânticos.

Em termos mediáticos, o interlocutor mais famoso é Teófilo Braga (Ponta Delgada, 24 de fevereiro de 1843 / Lisboa, 28 de janeiro de 1924). Quanto a Manuel Monteiro Velho Arruda e José Bruno Tavares Carreiro, também se contam como ilustres homens da vida cultural e política açoriana.

Teófilo Braga, doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra (1868), ingressou como Professor de Literaturas Modernas no Curso Superior de Letras, em Lisboa, é conhecido por ter sido adepto do positivismo, se rever na causa republicana, ser considerado membro da Geração de 70 e ter sido o 2.º Presidente da República Portuguesa. Pertencente a uma geração anterior à de João dos Reis Gomes, tornou-se um vulto admirado por membros desta geração, na medida da sua presença cultural e política.

No campo político, presidiu ao primeiro Governo Provisório até à eleição de Manuel de Arriaga, também açoriano, tendo aceitado o lugar de Presidente da República aquando da renúncia deste. Às suas ações é reconhecido um cariz patriótico e nacionalista.

²⁰ ROCHA, 1990, *A epistolografia em Portugal*, pp. 20-21.

Este pensamento também se estendeu ao campo das humanidades, ao efetuar importantes trabalhos que marcaram a cultura portuguesa. A sua interação com João dos Reis Gomes pauta-se na esfera da admiração e da crítica literária.

Manuel Monteiro Velho Arruda (Vila do Porto, 5 de dezembro de 1873 / Coimbra, 24 de novembro de 1950) foi um importante médico e historiador açoriano que se destacou pela introdução ao *Ensaio sobre a Documentação Histórica do Descobrimento e Povoamento dos Açores* e pela publicação dos livros I e III de *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, que é elogiada numa missiva de João dos Reis Gomes. Manuel Monteiro Velho Arruda foi uma das personalidades que procurou publicitar a identidade açoriana.

José Bruno Tavares Carreiro (Coimbra, 28 de agosto de 1880 / Ponta Delgada, 4 de janeiro de 1957) foi um ilustre escritor, advogado, jornalista e autonomista, que se evidenciou pela biografia de Antero, *Antero de Quental: Subsídios para a sua Biografia*, bem como pelas propostas autonómicas incrementadas em conjunto com os autonomistas madeirenses, situação que teve maior visibilidade entre o V Centenário da Madeira e o V Centenário dos Açores²¹. O autonomista José Bruno Tavares Carreiro, juntamente com Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, esteve no Funchal, na altura do V Centenário madeirense, com o objetivo de aprofundar as relações com os autonomistas madeirenses para a luta por uma autonomia mais forte para os distritos insulares.

Dos três correspondentes, a maior interação, a julgar pela quantidade de missivas constantes no acervo da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, deu-se com José Bruno Tavares Carreiro, com cartas entre 1947 e 1949. Com Manuel Monteiro Velho Arruda, apresenta apenas uma carta de 1944 e, com Teófilo Braga, algumas missivas, entre 1907 e 1919. O Arquivo Teófilo Braga (ATB) regista três cartas escritas por João dos Reis Gomes, o Arquivo Manuel Monteiro Velho Arruda (AMMVA) regista uma carta, e o Arquivo José Bruno Tavares Carreiro (ATC) regista sete cartas da autoria de João dos Reis Gomes e cinco rascunhos de Tavares Carreiro.

²¹ Em 1923, durante as celebrações do Quinto Centenário da Madeira e no seguimento da reunião da Comissão de Estudo para as Bases da Autonomia da Madeira (16 de dezembro de 1922), José Bruno Tavares Carreiro e Luís de Bettencourt e Câmara reuniram-se com a comissão autonomista madeirense, com a intenção de reivindicar uma melhor autonomia para os dois arquipélagos. Os periódicos madeirenses publicitaram os desejos autonomistas, como foi o caso do *Correio da Madeira*: 1923-1-4, p. 1, «Autonomia da Madeira», alude ao apoio de São Miguel ao movimento autonómico, com a presença, no Funchal, de Luís de Bettencourt de Medeiros e Câmara e José Bruno Tavares Carreiro; 1923-1-12, p. 1, notícia da reunião em Ponta Delgada para solicitar mais autonomia também para os Açores; 1923-1-24, p. 1, «A autonomia insular e o Senado – Em sua sessão de 12 do corrente, versou-se a questão da autonomia, falando alguns senadores»; 1923-1-25, p. 1, «Autonomia Insular – O regresso aos Açores do representante do Distrito de Angra, junto da Comissão de Estudos, no Funchal».

No que toca aos assuntos tratados, o maior interesse situa-se nas questões em torno da literatura, que versa sobre alguns títulos de João dos Reis Gomes analisados por Teófilo Braga e José Bruno Tavares Carreiro, a edição de *Saudades da Terra*, de Manuel Monteiro Velho Arruda, a edição de *Antero de Quental: Subsídios para a sua Biografia* e a adaptação de *Os Maias*, ambas da autoria de José Bruno Tavares Carreiro.

Procuramos, sem resultados, a correspondência recebida por João dos Reis Gomes. Todavia, aproximamo-nos do que um dos interlocutores açorianos terá escrito porque, no espólio de José Bruno Tavares Carreiro, constam os esboços do conteúdo das cartas enviadas ao romancista madeirense. No contexto do diálogo epistolar, este dado permite um exercício próximo das cartas que João dos Reis Gomes, efetivamente, terá recebido, o que poderá ser comprovado na transcrição final.

A correspondência de João dos Reis Gomes com os três açorianos acaba por ser um marco no sentido de traduzir para a investigação características do seu regionalismo, valorizando aspetos da cultura das ilhas. Neste sentido, podemos afirmar que as cartas trocadas com os açorianos Teófilo Braga, Manuel Monteiro Velho Arruda e José Bruno Tavares Carreiro, são interessantes no âmbito da admiração, cultura das ilhas e crítica literária, deixando um legado de impressões culturais de personalidades influentes da história recente das ilhas, mas, em simultâneo, de amizade.

O primeiro registo respeitante a Teófilo Braga deve-se às saudações pelo 63.º aniversário do açoriano e à consideração da sua obra como «colossal em que o nosso espírito, a um tempo, se orgulha»²².

Em outubro de 1907, sabemos da intenção de João dos Reis Gomes em enviar a Teófilo Braga o romance *A Filha de Tristão das Damas* para uma leitura, numa missiva em que o motivo principal é a solicitação da apreciação de *Histórias Simples*: «Não é ainda desta vez que infligirei a V. Exa. a canseira de lêr a novella historica madeirense em que lhe falei quando em Julho tive o grande prazer de abraçar V. Exa. no Curso Superior de Lettras»²³, onde Teófilo era Professor de Literaturas Modernas. A 1 de agosto de 1919, João dos Reis Gomes procura no «Meu caro Mestre» o «decisivo juízo» sobre a obra *A Música e o Teatro*²⁴, que será sempre tido como uma opinião de prestígio.

A influência de Teófilo Braga é também testemunhada pelo artigo publicado no *Diário da Madeira*, por alturas dos quinhentos anos da Madeira, quando se refere que o açoriano comentou muito elogiosamente *O Teatro e o Actor*: «mereceu da pena

²² BPARPD, Teófilo Braga, cx. 215, n.º 42.

²³ BPARPD, Teófilo Braga, cx. 146, n.º 60.

²⁴ BPARPD, Teófilo Braga, cx. 163, n.º 31.

de Teófilo Braga as mais belas referências, e que foi adoptada num conservatório do Brasil»²⁵.

Em relação a Manuel Monteiro Velho Arruda, a quem João dos Reis Gomes se dirige como «Ilustre Escritor», o tema principal da conversa é a apreciação que o madeirense fez da edição do livro I de *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso. Ao tom elogioso do discurso, junta-se o enaltecimento do brio insular dentro da pátria: «Como insulano, desvaneço-me com o altíssimo serviço que V. Exa. acaba de prestar aos nossos dois arquipélagos e dum modo geral, à nossa Pátria»²⁶.

No que respeita a José Bruno Tavares Carreiro, o Major, quando oferece um exemplar da 2.^a edição de *A Filha de Tristão das Damas*, escreve na carta ao amigo açoriano (1947-3-22) que se trata de «uma insignificante obra da minha mocidade»²⁷, num reforço das palavras do prólogo do romance histórico.

José Bruno Carreiro agradece e responde (1947-4-10) que «já conhecia o seu romance, e bem me lembro de que foi por ele que conheci a lenda de Ana d'Arfet e Machim, e pormenores da vida de Colombo na Madeira. Pela sua mão, entramos, cheios de encanto, nessa Madeira dos fins do séc. XV»²⁸, lamentando que a ilha de São Miguel seja tão diferente da Madeira: «tão diferente da minha S. Miguel, sem história nem lendas, onde até ao séc. XIX só se pensou (salvo raras excepções) em comer, beber e amontoar dinheiro, sendo raros, mesmo nas classes altas, no 1.º quartel daquele séc., os que sabiam ler e escrever»²⁹. Para José Bruno Tavares Carreiro, o romance histórico de João dos Reis Gomes «entretetece no seu romance a lenda com a história, em quadros cheios de colorido e vida»³⁰. E continua, no seu rascunho, a apreciação ao romance histórico, frisando que «assim deixa de ser a raridade bibliográfica que já estava sendo a primeira»³¹.

O discurso de José Bruno Tavares Carreiro vem enaltecer o contributo para a divulgação de referentes históricos e, com isto, a edificação da memória cultural dos arquipélagos.

Na série de correspondência mantida entre José Bruno Carreiro e João dos Reis Gomes, também é referida a apreciação a *O Cavaleiro de Santa Catarina*. Para José

²⁵ *Diário da Madeira*, 1922-11-7, p. 2, «Descoberta da Madeira – O infante D. Henrique – ligeiras considerações sobre o desenvolvimento da Ilha de Zarco – A ideia que dela fazem os continentais».

²⁶ BPARPD, Manuel Monteiro Velho Arruda, n.º 50.158.

²⁷ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6227.

²⁸ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6227.

²⁹ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6227.

³⁰ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6227.

³¹ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6227.

Bruno Carreiro, «o caso de Henrique Alemão conta-no-lo o meu ilustre Amigo por uma forma que nos prende da 1.^a à última página»³², e que lhe parece «que o caso pertence bem mais à história do que à lenda: esta terá entrado apenas com um ou outro pormenor trazido pela tradição»³³. O trabalho de João dos Reis Gomes é também elogiado porque «em defesa da beleza da lenda, [há] o dever de mantê-la»³⁴, citando, como reforço, as palavras de Rostand, em *Aiglon*: «Dors, tu fus ce jeune homme et ce fils, quoi qu'on dise./ Dors, tu fus ce martyr [sic]; du moins, nous le voulons!»³⁵.

A crítica à *Lenda de Loreley contada por um latino* é também bastante distintiva do livro de João dos Reis Gomes: «Ninguém deixará de reconhecer muito maior beleza à sua interpretação da famosa lenda»³⁶.

Além dos juízos feitos a *A Filha de Tristão das Damas*, a *O Cavaleiro de Santa Catarina* e à *Lenda de Loreley contada por um latino*, não é menos enriquecedora a troca de opiniões sobre o *Antero de Quental: Subsídios para a sua Biografia*.

No rascunho de 1947-4-10, José Bruno Tavares Carreiro escreve a pedir informações adicionais sobre as ligações familiares de Antero de Quental à Madeira, nomeadamente, a Henrique Henriques de Noronha:

«lembro-me de pedir-lhe o favor de uma informação: Pedro Nicolau de Bet.[encourt] de Freitas e Meneses, bisavô de Antero pela linha da avó paterna D. Carlota Joaquina de Freitas Betencourt, era trisneto do escritor H.[enrique] H.[enriques] de Noronha, sexto avô de A.[ntero] por esta linha, segundo informação que me deu há anos o nosso falecido amigo Luis da Camara. Neste ramo, haverá mais algum antepassado de A.[ntero] digno de menção, além de H.[enrique] H.[enriques] de Noronha?»³⁷.

Ao que João dos Reis Gomes, numa missiva de 1947-5-8, responde ter interpellado o cónego Fernando de Menezes Vaz, com obra de genealogia, porque «Nem eu, nem o nosso Pe. Fernando [Augusto da Silva] sabemos nada destes assuntos»³⁸.

O *Antero*, de José Bruno Tavares Carreiro, é um tema recorrente na troca de cartas entre o açoriano e o madeirense. Sabemos que o livro é posto à venda, em Portugal continental, a 6 de abril de 1948, pelo comentário de José Bruno num rascunho de 5 de abril de 1948: «Por este correio lhe mando um exemplar do meu Antero, que é posto amanhã à venda nas livrarias do Continente»³⁹.

³² BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 10023.

³³ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 10023.

³⁴ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 10023.

³⁵ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 10023.

³⁶ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6225.

³⁷ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 10024.

³⁸ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6223.

³⁹ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6225.

Por entre as críticas elogiosas feitas pela imprensa ao livro, João dos Reis Gomes, em relação ao *Antero*, expressa uma ideia de biógrafo e de biografia, dando valor à metodologia e à isenção da investigação para reforçar os parâmetros que devem contar na análise de uma biografia:

«O seu caso é bem diferente e é, para mim e mais alguém..., o verdadeiro. Expõe tudo quanto se sabe sobre Antero; esclarece dúvidas, corrige erros documentadamente sobre Antero, desde a sua ascendência, passo a passo, em toda a sua vida, física, psíquica e mental, sinceramente, escrupulosamente... E é com esta sinceridade, com esta isenção e este escrúpulo que historia o seu homem. Quanto a mim, é isto e só isto o que se chama escrever uma biografia»⁴⁰.

Não se coibindo de classificar a obra de colossal: «colossal, escrito com k, como para dar-lhe toda a grandeza escreveria em alemão»⁴¹.

Em relação a Antero de Quental, ainda devemos acrescentar que José Bruno Tavares Carreiro revela que tem como projeto para a sua reforma editar a correspondência do poeta:

«Agora, quando em breve passar à situação de aposentado, entreter-me-ei a concluir a preparação da nova edição de toda a correspondência de A.[ntero], anotada, por ordem cronológica, em dois volumes, com muitas cartas inéditas, de algumas das quais apenas alguns trechos foram publicados no meu trabalho»⁴².

O espólio de José Bruno Tavares Carreiro também regista as felicitações de João dos Reis Gomes em relação à versão da obra de Eça de Queirós, *Os Maias*, para teatro: «encarreguei o meu filho [Álvaro Reis Gomes] de dar-lhe o meu cordial abraço de felicitações pelo êxito notabilíssimo dos seus “Maias”»⁴³.

Na nossa ótica, a correspondência açoriana de João dos Reis Gomes vem reafirmar que as humanidades, a história e a literatura preenchem uma forma muito própria de o Major projetar o seu pensamento, sem um crivo deliberadamente político. Como informação complementar, na correspondência açoriana, ficamos a saber que João dos Reis Gomes, no fim da vida, sofre de reumatismo e de falta de vista⁴⁴. Outras maleitas e queixumes também são revelados nas conversas com José Bruno Tavares Carreiro, como o problema cardíaco, «O agravamento da crise cardíaca de que aí me queixava, levou-me à cama onde estou em tratamento»⁴⁵, ou as insónias

⁴⁰ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 5241.

⁴¹ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6228.

⁴² BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6231.

⁴³ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6227.

⁴⁴ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6227.

⁴⁵ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6232

resultantes da compressão aerofágica, «O pior são as minhas insónias agravadas com angústias resultantes da compressão aerofágica»⁴⁶.

A partir das amizades, das atividades, da colaboração com a imprensa e do propósito da literatura de João dos Reis Gomes, podemos presumir uma personalidade regionalista e patriótica, em termos político-intelectuais. Ao regionalismo e ao patriotismo, acrescentamos traços autonomistas e nacionalistas, embora a política explícita não seja uma linha da escrita de João dos Reis Gomes.

Quanto ao estilo, pauta-se por ser livre e elogioso em relação ao correspondente. A adjetivação é um recurso usual, como vimos na crítica a *Antero*, as expressões idiomáticas com ironia, como «é melhor a malinha perdida do que a perna partida», e o humor, como, no seguimento da situação da mala perdida, a sugestão de rir da desgraça alheia, uma vez que quem achou a mala e não a devolveu encontrou, certamente, roupas velhas: «a grande decepção sofrida pelo achador que supunha ter encontrado um tesouro... e só encontrou umas roupas que são talvez nem para aproveitar. Antes a malinha perdida do que uma perna quebrada...»⁴⁷. Outro exemplo do humor de João dos Reis Gomes é a nota às felicitações endereçadas por José Bruno Tavares Carreiro, aquando dos 80 anos do Major: «Pois pesam [os 80 anos], na verdade, como 80 toneladas»⁴⁸.

4. Perspetivas

Tratando-se de cartas de cariz pessoal, cujos assuntos versam, principalmente, sobre literatura, cultura das ilhas, a admiração e o apreço, alguns queixumes acerca do estado de saúde, que se destacam, sobretudo, no conjunto da correspondência com José Bruno Tavares Carreiro, não podemos deixar de observar e destacar o interesse que este conjunto poderá ter para os estudos culturais (língua, cultura e literatura), mesmo quando as cartas pessoais possam ser tidas, primeiramente, como fonte da História.

Os conjuntos epistolográficos, ora tratados, conduziram-nos à questão de que tipo de relação pode ser estabelecido com a história, ou de que modo poderão servir o conhecimento histórico, visto que o nosso artigo corresponde a uma comunicação apresentada num congresso dedicado a este ramo do saber.

⁴⁶ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6232.

⁴⁷ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6232.

⁴⁸ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6230.

Ao contrário de outros discursos literários e não literários que poderão ser confundidos com a escrita da história, mas que são fontes da história, a escrita epistolar não se presta a essa dúvida e assenta-se como uma fonte da história, tendo presente a informação que nos poderá reportar sobre uma determinada personalidade e acontecimentos ou maneira de pensar estabelecidos numa determinada época.

No estudo da personalidade, pequenas marcas poderão fazer com que completemos um quadro biográfico no âmbito da História e Cultura da Madeira: o interesse pelas personalidades das ilhas, o debate de assuntos que recorrem a projetos literários e biográficos maiores, como forma de destaque de uma cultura insular de gerações que acreditaram na autonomia e no regionalismo, de modo a conseguir conquistas políticas assentes numa identidade regional, formada através de um fundo cultural distintivo que pudesse operacionalizar essa diferença na unicidade pátria.

Bibliografia

Fontes

BPARPD, Tavares Carreiro, n.ºs 5241; 5242; 6223; 6225; 6227, 6228; 6229; 6230; 6231; 6232; 10023 e 10024.

BPARPD, Manuel Monteiro Velho Arruda, n.º 50.158.

BPARPD, Teófilo Braga, cx. 18, n.º 87; cx. 146, n.º 60; cx. 163, n.º 31; e cx. 215, n.º 42.

Correio da Madeira, 1923-1-4.

Correio da Madeira, 1923-1-12.

Correio da Madeira, 1923-1-24.

Correio da Madeira, 1923-1-25.

Diário da Madeira, 1922-11-7.

Diário de Notícias, 1950-1-22.

Teoria

BARRENECHEA, Ana María, 1990, «La epistola y su naturaleza genérica», in *Dispositio*, vol. XV, 39, pp. 51-65.

CEIA, Carlos, 2009, «Epístola», in *E-Dicionário de Termos Literários*, disponível em <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/epistola/>, consultado em 2021-10-22.

- FERNANDES, Paulo Jorge, 2014, «A vida política», in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *A crise do liberalismo: 1890-1930*, Lisboa, Fundación MAPFRE/Objectiva, pp. 31-85.
- FIGUEIRA, Paulo, 2021, *João dos Reis Gomes: contributo literário para a divulgação da História da Madeira*, Tese de doutoramento/texto policopiado, Funchal, Universidade da Madeira.
- GOULART, Rosa Maria, 1997, *O trabalho da prosa*, Lisboa, Angelus Novus.
- NORONHA, Eduardo de e PIRES, Caldeira (dir.), 1909, *Serões*, n.º 47, Lisboa, Livraria Ferreira.
- REIS GOMES, João dos, 1946, *A Filha de Tristão das Damas*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal
- REIS GOMES, João dos, 1914, *Guiomar Teixeira*, Funchal, Heraldo da Madeira.
- ROCHA, Andréa, 1990, *A epistolografia em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- RODRÍGUEZ LAFUENTE, Fernando, 2007, «Arquitecturas de la memoria: historia, ficción y narración», in LUCENA GIRALDO, Manuel e GONZÁLEZ CASASNOVAS, Ignacio (dir.), *Los secretos de la escritura: historia, literatura y novela histórica*, Madrid, Fundación Cultural MAPFRE, pp. 81-118.
- ROSAS, Fernando, 1994, «O Estado Novo nos anos 30», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)*, vol. 7, Lisboa, Estampa, pp. 243-299.
- SALGUEIRO, Ana, 2011, «Entre centros e periferias, reflexões acerca dos sistemas culturais da Macaronésia Lusófona», in VIEIRA, Alberto (dir.), *Anuário do Centro Estudos e História do Atlântico*, n.º 3, Funchal, CEHA, pp. 934-947.
- SILVA, Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, Funchal, DRAC.
- TORGAL, Luís Reis, 1989, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva.
- VIEIRA, Alberto, 2018, *Arquipélagos e ilhas entre memória, desmemória e identidade*, Funchal, CEHA.
- VIEIRA, G. Brazão, 1950, «Um grande vulto que a morte levou: João dos Reis Gomes», in *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 2, Funchal, pp. 17-19.

Transcrição da Correspondência⁴⁹

Teófilo Braga: BPARPD – ATB⁵⁰

Carta n.º 1⁵¹

Funchal, 7 de março de 1906

Illmo. Exmo. Sr.

Meu Caro Mestre

Permitta V. Exa. que embora obscuro e de longe venha juntar as minhas saudações ás que de todo o pais e do estrangeiro se lhe dirigem por esta occasião do seu 63.º anniversario.

Não venho repetir, ligando-me a esse côro de sympathicas e respeitosas admirações, as palavras d'enthusiasmo que teem constituido a singular homenagem prestada ao author d'essa obra colossal em que o nosso espirito, a um tempo, se orgulha, enriquece e abysma. Já outros superiormente dotados fizeram a glorificação do poeta, do historiador e do philosopho; hoje venho trazer, somente, a esse grande homem o meu preito d'admiração e affecto pelo homem de coração, pelo trabalhador genial que assenta a um imenso fundo de bondade o culto particularmente fervoroso e firme da justiça.

Subscreve-se, do Mestre, admirador humilde profundamente grato

J. Reis Gomes

⁴⁹ Procuramos na transcrição das cartas e rascunhos manter a escrita original, sem proceder a atualizações. Em relação às abreviaturas, deciframos as que se relacionam com nomes próprios e expressões. Na citação de cor feita por José Bruno Tavares Carreiro de *L'Aiglón*, assinalamos com [sic] o que não está de acordo com o texto original.

⁵⁰ BPARPD, Teófilo Braga, cx. 18, n.º 87; cx. 146, n.º 60; cx. 163, n.º 31; e cx. 215, n.º 42.

⁵¹ BPARPD, Teófilo Braga, cx. 215, n.º 42.

Carta n.º 2⁵²

Funchal, 25 de outubro de 1907

Illmo. e Exmo. Sr. Dr. Teophilo Braga

Meu caro Mestre

Não é ainda d'esta vez que infligirei a V. Exa. a canseira de lêr a novella historica madeirense em que lhe fallei quando em Julho tive o grande prazer de abraçar V. Exa. no Curso Superior de Lettras. Antes está reservado a V. Exa. o sacrificio d'aturar aquillo a que chamei «Historias Simples» e que é um grupo d'histoietas desprentenciosas, como o proprio titulo indica. Algumas, passadas na Madeira, outras, sem lugar determinado.

V. Exa. teve a gentil condescendencia de apadrinhar «O Theatro e Actor», captivando-me com as suas referencias e concorrendo para que d'elle se fizessem duas edições; isto devia desobrigál-o de ser novamente importunado, mas é sina dos bons serem victimas da sua propria bondade. E a prova estou eu a dal-a, rogando a V. Exa., n'este momento, o favor d'uma leitura, e pedindo-lhe, se a tanto poder aceder, o obsequio de comunicar-me a sua impressão sobre essa modesta obrinha.

Subscreve-se, com honra, o de V. Exa. at[en]to. venerador, agradecido e devotado admirador.

J. Reis Gomes

Carta n.º 3⁵³

Exmo. Senhor Dr. Teófilo Braga

Meu caro Mestre

Tomo a liberdade de enviar a V. Exa., submetendo-o ao seu decisivo juizo, o meu novo livro – «A Música e o Teatro» – um modesto mas sincero estudo de estética musical, mais particularmente referido á obra scenica.

⁵² BPARPD, Teófilo Braga, cx. 146, n.º 60.

⁵³ BPARPD, Teófilo Braga, cx. 163, n.º 31.

Nas «Razões do Livro» encontrará V. Exa. condensados os assuntos que a obra versa, e os motivos que me levaram a tratá-los, rogando o favor da sua atenção, mais especialmente, para as suas 2.^a e 4.^a partes: a minha hipótese da «vibração nervosa», destinada a explicar o fenómeno musical, desde a sua origem no espírito do auctor até á sua reprodução no cérebro do ouvinte; e a análise do drama wagneriano, compreendendo o poema e a composição musical.

Sejam quais fôr os aplausos ou censuras que o livro possa merecer ao alto e profundo espírito de V. Exa., espero dever ao Mestre a complacencia da sua sábia opinião sôbre o valor dêle perante a filosofia e a arte.

Quis V. Exa. condescender em dá-la, e tão carinhosamente, acêrca de «O Teatro e o Actor»; estou certo que de não recusará a emití-la sobre «A Musica e o Teatro» cujas teses serão certamente discutíveis, erradas, mesmo, na sua dedução científica, mas que representam um esforço para a conquista da verdade e para a dignificação, convicta e honesta, da fórmula musical latina na sua aplicação á obra de teatro.

Tenho a subida honra de subscrever-me como, de V. Exa., o mais humilde dos discípulos e o mais grato e devotado dos seus admiradores.

Funchal, 1/8/1919

J. Reis Gomes

Cartão de Boas Festas⁵⁴

João dos Reis Gomes, tenente de artilharia, ao bondoso amigo e caro Mestre, bem como a todos os seus, deseja festas felizes e um anno prospero.

Manuel Velho Arruda: BPARPD – AMMVA⁵⁵

Carta n.º 1

F.^{al} 13-IX-1944

Exmo. Senhor Manuel Monteiro Velho Arruda.

Ilustre Escritor

⁵⁴ BPARPD, Teófilo Braga, cx. 18, n.º 87. Este cartão não apresenta data.

⁵⁵ BPARPD, Manuel Monteiro Velho Arruda, n.º 50.158.

Acuso, muito penhorado, a recepção do Livro I das «Saudades da Terra», que V. Exa. se dignou enviar-me e que acaba de chegar-me às mãos.

Cumpre-me, antes de tudo, felicitar V. Exa. por ver coroado o seu tão louvável empenho, que data de 1922, de ser editada esta interessantíssima parte da obra de Frutuoso, louvamo-lo, incondicionalmente, por seus inteligentes, longos e pertinazes esforços neste sentido dispendidos o que tudo honra, de relevante modo, o seu ilustre nome de historiógrafo e escritor.

Li com o mais alto aprêço o precioso ensaio crítico sobre o sr. Gaspar Frutuoso⁵⁶ e várias matérias contidas neste livro, que V. Exa. se dignou escrever na entrada do volume, recolhendo dessa leitura mais um seguro testemunho dos talentos e vasta cultura de tão devotado como ilustre micaelense.

Como insulano, desvaneço-me com o altíssimo serviço que V. Exa. acaba de prestar aos nossos dois arquipélagos e dum modo geral, à nossa Pátria.

Agradecendo, de novo, a valiosa oferta de V. Exa. com renovação dos meus sinceros aplausos por seu nobre empreendimento.

Sou de V. Exa., com toda
admiração e estima
muito obrigado
J. Reis Gomes

José Bruno Tavares Carreiro: BPARPD – ATC⁵⁷

Carta n.º 1⁵⁸

Funchal 22.III.1947

Exmo. Senhor José Bruno Carreiro – Meu eminente Amigo:

⁵⁶ Gaspar Frutuoso (Ponta Delgada, c. 1522 / Ribeira Grande, 24 de agosto de 1591) foi um padre, estudioso e cronista açoriano. É o autor da obra *Saudades da Terra*, que constitui uma referência das crónicas sobre os arquipélagos atlânticos. A título de curiosidade, em *Saudades da Terra*, Gaspar Frutuoso apresenta uma crítica a Platão, sobre a existência da Atlântida, além de relevantes observações da vulcanologia açoriana, em particular, de São Miguel.

⁵⁷ BPARPD, Tavares Carreiro, n.os 5241; 5242; 6223; 6225; 6227, 6228; 6229; 6230; 6231; 6232; 10023 e 10024.

⁵⁸ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6227.

Mesmo antes de dizer-lhe o motivo, já da minha falta lhe peço as antecipadas desculpas.

Tendo a Junta Geral do Distrito do Funchal mandado fazer uma segunda edição da minha novela «A filha de Tristão das Damas», saída em Janeiro último, desde logo tomei a liberdade de endereçar-lhe um exemplar desta nova edição. Mas os frios da entrada do ano, afrontaram intensamente o meu reumatismo e eu, acrescida a dificuldade de mover-me e até de pensar, na ocasião do envio dos volumes para o correio, o que lhe era destinado, bem como outro para um meu cunhado, ficou retido no meu escritório, a coberto dos invólucros com que me chegaram os livros da tipografia. O rapaz que eu encarreguei de levar os volumes para o Correio, não reparou, e assim ficaram esses dois sem seguirem ao seu destino. A principal desculpa foi minha, ou melhor, do meu impertinente reumatismo, pois é só agora ao remover os tais invólucros, dei com esta retenção. Imagine como fiquei desolado!

E é contando com a sua grande bondade e piedade pelas minhas maleitas – entre as quais a crescente falta de vista que tanto me neurasteniza –, que me atrevo a mandar-lhe, nesta altura, essa insignificante obra da minha mocidade, que só terá, para si, o valor de ter no ante-rostro o seu prestigioso nome por cima da minha modesta rubrica. Peço-lhe que a aceite, com o seu perdão, como se lhe chegasse na hora própria.

Não pude vê-lo, meu Ilustre Amigo, quando aqui passou de volta da sua gloriosa jornada a Lisboa; mas encarreguei o meu filho de dar-lhe o meu cordial abraço de felicitações pelo êxito notabilíssimo dos seus «Maias», juntamente com o meu afectuoso parabéns pela justíssima condecoração que recebeu das mãos do venerando Chefe de Estado e que tão acertadamente assenta no seu peito.

Com novas e cordiais felicitações e reiteradas desculpas, me subscrevo, com a mais alta admiração e renovada estima, amigo grato que todas as venturas lhe deseja,

J. Reis Gomes

Rascunho n.º 1⁵⁹

28/III/1947

Reis Gomes

Meu presado e ilustre Amigo

⁵⁹ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 10023.

Há quanto tempo lhe devo os meus agradecimentos pela amabilidade da oferta do seu folheto O Cavaleiro de Santa Catarina?... Não sei... Sei que há muitos meses o tenho entre livros a agradecer – cobrindo-me de vergonha quando o vejo e me encho logo dos mais decididos propósitos de o agradecer pelo próximo vapor... o fatal próximo vapor que me arrasta a incríveis adiamentos no cumprimento dos meus deveres de agradecimento de cartas e livros, aguardando sempre momentos de sossego. Numas semanas de férias passadas agora na Terceira, onde trouxe o seu folheto, encontro um desses momentos e grito-me energicamente um basta! que me põe a pena na mão para vir apresentar ao meu ilustre Amigo os meus agradecimentos e as minhas desculpas pelo atrazo com que venho cumprir este tão grato dever.

Aqui reli o seu folheto com o mesmo interesse com que o lera ao recebê-lo. História ou lenda, o caso de Henrique Alemão conta-no-lo o meu ilustre Amigo por uma forma que nos prende da 1.^a à última página, com o talento literário, largamente documentado em toda a sua obra. A descrição da batalha louva um escritor. Parece-me que o caso pertence bem mais à história do que à lenda: esta terá entrado apenas com um ou outro pormenor trazido pela tradição. E que assim, na realidade, não fôsse, restaria, em defesa da beleza da lenda, o dever de mantê-la, trazendo naquelas palavras de um soneto em que Rostand⁶⁰ impunha o retrato que traçase do Aiglon (cito de cor):

Dors, tu fus ce jeune homme et ce fils, quoi qu'on dise.

Dors, tu fus ce martyr [sic]; du moins, nous le voulons!

Como lhe disse, escrevo-lhe lembrando sempre e agradecendo-lhe as suas gentilezas.

Peço-lhe o favor de me lembrar com o seu filho e com a sua nora, a quem a minha mulher também apresenta os seus cumprimentos. Reservando ao meu caro major Reis Gomes os meus cumprimentos e as minhas desculpas, com os meus votos peço-lhe que encontre o abraço do seu admirador.

⁶⁰ Edmond Rostand (Marselha, 1 de abril de 1868 / Paris, 2 de dezembro de 1918) foi um poeta e dramaturgo francês que ficou célebre pela obra *Cyrano de Bergerac* e pelo recurso a temas românticos. Os versos citados por José Bruno Tavares Carreiro são de *L'Aiglon*, cujo tema é a vida de Napoleão II, filho do Imperador Napoleão I e da Imperatriz Consorte Maria Luísa.

Carta n.º 2⁶¹

Meu querido e eminente amigo

8-V-1947

Como verá não me esqueci do seu pedido. Peço-lhe desculpa da demora na resposta à sua gentilíssima carta, pois a pessoa a quem tive de dirigir-me para as respectivas informações, além de doente, mora fóra do Funchal. Nem eu, nem o nosso P.e Fernando [Augusto da Silva]⁶² sabemos nada destes assuntos. Tive de recorrer ao Cónego Menezes Vaz⁶³ que é, aqui, a verdadeira autoridade nestes casos de genealogias da Madeira. Ele responde-me como o meu ilustre amigo verá pela carta junta. Não sei se ficará satisfeito com esses esclarecimentos: estou certo que isso que aí vai foi o que o Cónego pôde apurar. Mas se, como ele diz, precisar de algum pormenor mais concretizado, é formular a sua pergunta que ele verá, se estiver com saúde para responder, o que poderá mais alcançar. É homem sabedor, probo e muito bondoso, além de fanático linhagista. – E, sempre ao seu dispor, queira receber um afectuoso abraço do seu Admirador e Amigo sempre grato,

J. Reis Gomes

Rascunho n.º 2⁶⁴

10-IV-47

Reis Gomes

Ainda tinha aqui esta carta à espera do vapor para mandá-la pelo correio, quando recebi, enviada de S. Miguel pelo «Carvalho Araújo», a sua estimada carta de 22 de março e o exemplar da 2.ª ed. de A Filha de Tristão das Damas. Muito cordialmente lhe agradeço as palavras amigas na sua carta, excepto as desculpas pela demora em me enviar aquele seu livro! Desculpas! Desculpas para mim, que só agora apareço a

⁶¹ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6223.

⁶² O padre Fernando Augusto da Silva (Funchal, 29 de setembro de 1863 / Funchal, 18 de outubro de 1949) foi um intelectual madeirense da primeira metade do século XX. Além das suas investigações sobre a História da Madeira, publicou, com Carlos Azevedo de Meneses, o *Elucidário Madeirense*.

⁶³ O cónego Fernando de Menezes Vaz (Santana, 1 de fevereiro de 1884 / Funchal, 26 de maio de 1954) destacou-se como genealogista, tendo legado um conjunto de 15 fascículos com o título *Famílias da Madeira e do Porto Santo*.

⁶⁴ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 10024.

agradecer-lhe o seu folheto sobre O Cavaleiro de Santa Catarina! Nenhumas me devia o meu ilustre Amigo e só eu tenho que lhe agradecer a nova gentileza com que tanto me distingue – o livro, as palavras com que mo envia e as da sua carta.

Já conhecia o seu romance, e bem me lembro de que foi por ele que conheci a lenda de Ana d'Arfet e Machim, e pormenores da vida de Colombo na Madeira. Pela sua mão entramos, cheios de encanto, nessa Madeira dos fins do séc. XV, tão diferente da minha S. Miguel, sem histórias nem lendas, onde até ao séc. XIX só se pensou (salvo muito raras excepções) em comer, beber e amontoar dinheiro, sendo raros, ainda no 1.º quartel daquele séc., os que sabiam ler e escrever, mesmo nas classes altas. Com mão de mestre, o meu ilustre Amigo entretece no seu romance a lenda com a historia, em quadros cheios de colorido e vida, que muitas vezes nos comovem e sempre nos prendem o interesse. [Sente-se bem que todos os personagens lhe são familiares, o meio em que se movem, a época que para si nenhum segredo tem evocada em tudo o que a caracterizava, nessa ilha tão rica de tradições e lendas, conservadas com amor por esses séculos fora.]⁶⁵ O «severo realismo» a que se refere no prefácio desta edição, aplicado a um romance da natureza do seu Tristão, destruiria tudo o que nele mais nos encanta; em vez de adoptar as suas fórmulas e os seus cânones, preferível seria fazer secamente história. Muito cordialmente o felicito pela nova consagração que obteve agora o seu romance com a excelente edição mandada fazer pela J.[unta] G.[eral]. Ainda bem que ele assim deixa de ser a raridade bibliográfica que já estava sendo a primeira. Deus lhe conserve por muitos anos a melhor saúde, restabelecido do reumatismo e da doença da vista de que me fala na sua carta, para poder dar-nos trabalhos que continuem a enriquecer a sua já tão vasta obra.

Muito lhe agradeço também as palavras da sua carta em que se refere aos Maias – uma audácia perpetrada na juventude, que na velhice me envolveu numa grande aventura, que algumas vezes me cobriu de suores frios! Felizmente tudo correu pelo melhor. Muito obrigado pelas suas felicitações e pela sua referência à condecoração de que se lembrou o meu velho amigo Caeiro da Mata.

Voltando agora a escrever-lhe, lembro-me de pedir-lhe o favor de uma informação: Pedro Nicolau de Bet.[encourt] Freitas e Meneses, bisavô de Antero pela linha da avó paterna D. Carlota Josefina de Freitas Betencourt, era trisneto do escritor H.[enrique] H.[enriques] de Noronha, sexto avô de A.[ntero] por esta linha, segundo informações que me deu há anos o nosso falecido amigo Rui da Câmara. Neste ramo,

⁶⁵ Esta parte do texto entre [] consta no verso do rascunho original e, por indicação do autor, deve estar aqui localizada.

haverá mais algum antepassado de A.[ntero] digno de menção, além de H.[enrique] H.[enriques] de Noronha? Desculpe a maçada e, se por assunto a que mais facilmente possa responder o nosso ilustre amigo sr. Pe. Fernando, peço ao meu caro major o favor de em meu nome lhe pedir o favor da informação.

Renovando ao meu caro major R.[eis] Gomes os meus agradecimentos por todas as suas amabilidades, e os meus votos muito cordiais pelo seu completo restabelecimento, abraço-o como seu admirador e velho amigo muito obrigado

Rascunho n.º 3⁶⁶

5 abril 1948

Major Reis Gomes

Meu caro e ilustre Amigo

Aqui venho agradecer-lhe, muito reconhecido, a amabilidade da oferta da sua Lenda de Loreley, que li com muito prazer. Ninguém deixará de reconhecer muito maior beleza à sua interpretação da famosa lenda, contada agora por um latino, aprovando e aplaudindo o seu processo e a sua forma.

Muito cordialmente o felicito por este trabalho, é mais um exemplo das suas belas faculdades de escritor, e lhe agradeço o exemplar que teve a gentileza de me oferecer.

Por este correio lhe mando um exemplar do meu Antero, que é posto amanhã à venda nas livrarias do Continente. Peço-lhe que o aceite como um testemunho da minha estima a retribuir-lhe as ofertas de tantas obras com que a sua amabilidade me tem distinguido.

Aqui me tem sempre ao seu dispor etc.

Cumprimentos da melhor estima de minha mulher e meus, o meu caro major, sua nora e o seu filho, com votos etc.

⁶⁶ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6225.

Carta n.º 3⁶⁷

Funchal, 12-XI-1948

Meu muito prezado e ilustre Amigo:

Já deve estar admirado da minha falta de agradecimento à sua tão gentil quão preciosa oferta.

Mas, explico: não só esta me chegou às mãos na viagem seguinte à indicada na sua última carta, mas ainda a tentação que tive de logo me embrenhar naquelas saborosas e suculentas páginas, me impediram de escrever-lhe antes de, ao menos, terminar a leitura do primeiro volume. Acresce a isto, o facto de, pela minha péssima vista, não poder ler senão às doses e, ainda assim, recorrendo-me de óculos próprios, auxiliados com uma lente de mão para o tipo miúdo.

E, contudo, já iniciei o 2.º volume. Agora, devagar embora, tem de ir tudo a seguir. Aquilo, foi para mim um feitiço.

O seu trabalho, o seu enormíssimo trabalho, além da rara lucidez e do invulgar escrúpulo com que foi realizado, é um labor de beneditino que me assombra! o que o meu ilustre Amigo coligiu, vasculhou, escolheu e comparou, o que leu e meditou, merece só este nome: colossal, escrito com k, como para dar-lhe toda a grandeza escreveria em alemão. É uma obra de inteligência e elevação que não deixa na mais leve sombra nem um recanto da psicologia ou da mentalidade de Antero. Digo-lhe, com toda a sinceridade, parece-me que a palavra exaustivo nunca se empregou, como aqui, com maior ou igual justeza. E chama-lhe: Subsídio.

Mas, sendo assim, quem será o santo, pela paciência, e o herói, pela coragem que tomará o encargo, a injustíssima tarefa, de fazer a síntese desse subsídio, arrojando-se a uma completa biografia do seu Antero de Quental? Se é preciso condensar aqueles elementos para tal efeito, se o que fez, pela extensão e multiplicidade de factos e aspectos, não é por si considerado o trabalho de primitivo, só uma pessoa, pela apropriação em que está desses mesmos elementos, o poderá realizar condignamente.

Não lhe digo o nome dessa pessoa, ausculta a sua consciência. Mas, não resisto, a dizer-lho, com tanta a sinceridade de que sou capaz. Esse carácter tão complexo, esse espírito multiforme, esse neurótico de génio, esse longo sublime – como diria um

⁶⁷ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6228.

Lombroso⁶⁸ –, só pode ter um biógrafo (se já o não tem, como creio): o autor de esta obra, no seu génio, verdadeiramente singular, que eu, com sofreguidão, estou a ler e a admirar.

Eis o que, com o melhor agradecimento, por tudo, até pela sua bondade, tenho para dizer-lhe, e com o coração nas mãos – que tão calorosamente o aplaudem.

Desculpe este longo e inútil desabafo, meu querido e tão ilustre Amigo; e creio sempre em alta Admiração e na sincera e grata estima do seu velho, cansado e devotado Amigo,

J. Reis Gomes

P.S.: Perdão, à minha má vista, o pouco respeito pela pauta destas folhas.

Carta n.º 4⁶⁹

Funchal 21-XII-1948

Meu muito estimado e ilustre Amigo.

Esperando que esta lhe chegue às mãos dentro do quatro do Natal, por ela lhe agradeço e, de todo o coração, lhe retribuo as suas B.[oas] F.[estas], desejando-lhe e a todos os seus um 1949 perene de felicidades. Antes de tudo, com a melhor saúde.

Quanto ao conteúdo essencial da sua última, aceitando à sua grande modéstia ou razões que me dá em oposição às que lhe apresentei sobre quem era já, ou devia ser, o biógrafo de Antero de Quental, não tenho que modificar a minha opinião. Eu tenho o verdadeiro culto dessa virtude – a modéstia – que sempre acompanhou – ou deve acompanhar – os talentos bem equilibrados, as mentalidades de alta cultura e que, por isso mesmo, se não narcisam com o seu próprio saber, medindo bem o seu valor e as suas responsabilidades. Felicito-o sinceramente pela posse dessa tão simpática virtude.

Mas tudo tem o seu limite. E o que eu temo é que um audacioso, de verdadeira ou suposta cultura filosófica, vendo Antero – como é vulgar – através dos

⁶⁸ Cesare Lombroso (Verona, 6 de novembro de 1835 / Turim, 19 de outubro de 1909) foi um importante psiquiatra e criminologista italiano, tido como o criador, no direito penal, da antropologia criminal e da «Scuola Positiva».

⁶⁹ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6229.

conceitos próprios, e obedecendo às suas predilecções normais ou de seita, dê dessa grande e complexa figura uma só faceta, quando ele apresenta tantas, ou pior ainda: uma deturpação. Tenho medo dos filósofos, agarrados sempre às suas ideias fiéis, e mesmo dos especializados. Lembro-me da Nosografia de Sousa Martins⁷⁰. Veja, meu querido e eminente Amigo, como este viu o seu homem: apenas através da sua ciência, dos preconceitos talvez da sua ciência que era, ao tempo, a ciência da moda. A psicologia reduzida apenas à psicologia cerebral e à patologia.

Não. Para mim, bem que seja desautorizada a minha opinião, ou a biografia está já feita no seu livro, no seu preciso e exaustivo livro, ou se ela teria de condensar-se para adquirir a forma mais corrente, só o meu eminente Amigo, na posse de todos os dados do problema, é que poderia com toda a imparcialidade – sem preconceitos políticos, sociais, filosóficos ou literários – essa difícilíssima síntese. A profunda cultura num só ramo dos conhecimentos humanos é, por vezes, não só dogmática, mas perigosa... até na medicina. É ver como os especialistas tantas vezes se enganam, tantas vezes erram, vendo o caso clínico apenas por um lado: da sua especialidade.

Enfim, isto serão considerações de um velho que, à força de ter vivido muito e muito observado, tem receio das audácias e impertinências dalguns novos inchados de saber livresco e das novidades sedutoras.

Quanto a mim – o que pouco interessa – não é fácil, no caso, mudar de opinião.

E não digo isto para lisonjeá-lo, pois sou avesso a este género de amável, mas hipócrita, cortesia.

Agradeço-lhe, do coração, as boas palavras com que acusou a recepção da minha carta. Mas só lhe peço que não seja mais, no que lhe disse, do que admiração e, sobretudo, sinceridade. Nada me deve. Eu é que lhe devo tudo pelo alto favor que me proporcionou com a leitura do seu livro. Li até às últimas notas o 2.º volume; e só vi, com essa leitura, arreigarem-se as ideias que me deixaram a leitura do primeiro. Já vê, meu ilustre e douto Amigo, com a convicção com que lhe falo.

Desculpe-me este longo desabafo. Mas é bem certo que as palavras são como as cerejas: umas seguem as outras...

⁷⁰ José Tomás de Sousa Martins (Alhandra, 7 de março de 1843 / Alhandra, 18 de agosto de 1897) foi um médico e Professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. A sua lembrança está associada às ideias e ações desenvolvidas no combate à tuberculose. É o autor da *Nosografia de Antero*, que, aqui, é criticada por João dos Reis Gomes.

Renovando-lhe os meus agradecimentos, os votos de B.[oas] F.[estas] e F.[eliz] A.[no], e os contínuos protestos da minha cordial estima e da minha admiração, o abraço, cerradamente, desejando-lhe todas as venturas e novos triunfos literários.

Seu do coração
e pelo espírito,

J. Reis Gomes

Carta n.º 5⁷¹

23/1/1949

Meu caro e eminente Amigo, abraço-o cerradamente no peito.

Mantenho sempre a minha opinião – longe das ilusões que possam derivar da amizade –, venho, de coração nas mãos, agradecer-lhe as tão bondosas palavras de felicitação que me dirige a propósito das minhas 80 primaveras. Meu querido Amigo, nunca compreendi tão bem, como agora, a vulgar expressão: «peso dos anos». Pois pesam, na verdade, como 80 toneladas! Em todo caso, cá vamos indo... até Deus querer. Fazer oitenta anos não é uma façanha; mas os meus amigos entenderam que o facto dependera de mim e cá vieram dar-me parabéns pelo feito. E até o meu caro sr. José Bruno, aí de longe, quer comungar com os meus conterrâneos do pobre velho, associando-se às saudações. Muito e muito obrigado! Iguamente lhe agradeço os afectuosos votos pelas repetições de aniversários destes. Mas o agradecimento ainda é maior por ter acrescentado: com saúde. Fez bem, porque sem saúde, de nada vale a vida.

Por tudo, mil vezes grato se confessa o grande admirador e devotado Amigo.

J. Reis Gomes

⁷¹ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6230.

Rascunho n.º 4⁷²

19 março 49

Major Reis Gomes

Meu caro e ilustre Amigo

Desculpe-me tão tardiamente vir agradecer-lhe as suas letras de 23 de Janeiro e também o cumprimento da promessa que lhe fiz de voltar a agradecer-lhe a sua tão querida e cativante carta de 21 de Dezembro do ano passado, em palavras que não fossem as que apressadamente lhe escrevi, ao felicitá-lo pelo seu 80.º aniversário.

Afinal, meu ilustre Amigo, tudo se resume em dizer-lhe que não fui modesto, mas apenas sincero. Na verdade, julgo que o que mais importa para a biografia de A.[ntero] ficou arquivado no meu livro; mas essa biografia para ser feita a sério exige uma descida em profundidade (verticalmente, como agora se diz) que, por sua vez, exige em muitos domínios uma cultura que estou longe de possuir, especialmente no campo filosófico, desde os Gregos. Psitacismo e pedantocracia, como correntemente se praticam e ostentam, especialmente em todas as formas da crítica, repugnam-me visceralmente. Por isso, na matéria Antero, dei o que tinha a dar. Agora, quando em breve passar à situação de aposentado, entreter-me-ei a concluir a preparação da nova edição de toda a correspondência de A.[ntero], anotada, por ordem cronológica, em dois volumes, com muitas cartas inéditas, de algumas das quais apenas alguns trechos foram publicados no meu trabalho. E terei aí muito com que me entreter!

Desculpe-me a sua bondade a demora destas letras. A minha saúde não me deixa cumprir os meus deveres como tanto desejo – e daí o caos vergonhoso em que anda sempre a correspondência.

Aqui me tem sempre ao seu dispor portudo aquilo em que possa ser-lhe prestável. Os meus respeitosos cumprimentos para a sua nora, sua Senhora, lembranças amigas para o seu filho, com os mais cordiais votos pela sua melhor saúde e as suas maiores felicidades e de todos os seus.

Com eles, renovando-lhe os meus ap.[lausos] por todas as suas gentilezas, receba o meu ilustre Amigo um abraço do seu admirador e amigo bem grato.

⁷² BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6231.

Carta n.º 6⁷³

Funchal, 28-IV-1949

Meu querido e estimado amigo:

Vai dizer que sou teimoso. Resigno-me, com satisfação, neste caso, a displicente epíteto. Vi, com imenso prazer, que há quem, com mais responsabilidades do que eu, tenha, em publico, a opinião que mantenho acerca do seu «Antero».

O último número do «Ocidente», pela pena do seu crítico literário, exprime, por outras e melhores palavras e, mais largamente, as minhas ideias sobre o caso.

Eu ainda dizia: ou a biografia de Antero já está feita nos seus dois substanciosos e eruditos volumes, ou, então, só o meu amigo, se fosse referida uma síntese, poderia fazê-la. Mais ou menos isto era o que eu lhe dizia.

O seu crítico literário do «Ocidente», de Abril último, nem admite alternativas: chama à sua obra decisivamente – e muito bem – «modelar Biografia». E dá, acima, todas as razões do seu dito.

Trago à colação estas palavras, para que veja que as minhas não eram ditadas, apenas, por cortezia ou por cegueira da amizade. Eram absolutamente sinceras, e vejo que não eram tolas e nem sequer levianas.

Contudo, eu não compreendi bem os seus receios, darei razão das minhas objecções mentais à sua afirmação de menos autoridade filosófica.

Tenho visto que em crítica e filosofia sobre História geral ou História literaria, qualquer que seja a escola, sistema ou simples processo filosófico, todos escrevem através do seu critério pessoal: opiniões preconcebidas, ideologias e, muita vez, impressões uni-laterais, procurando-se a faceta da obra ou da vida do seu autor, a que as ideias do crítico ou do filósofo – neste caso, o grande biógrafo – melhor se ajustam. Ora isto não é biografar; é meter, é forçar o biografado a entrar nas ideias já feitas do escritor, do seu biógrafo.

O seu caso é bem diferente e é, para mim e mais alguém..., o verdadeiro. Expõe tudo quanto se sabe sobre Antero; esclarece dúvidas, corrige erros documentadamente sobre Antero, desde a sua ascendência, passo a passo, em toda a sua vida, física, psíquica e mental, sinceramente, escrupulosamente... E é com esta sinceridade, com esta isenção e este escrúpulo que historia o seu homem. Quanto a mim, é isto e só isto o que se chama escrever uma biografia.

⁷³ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 5241.

O leitor, assim, não é enganado com a papa feita, cheia de pseudo-autoridade de um senhor que se arvora em só ver patologia, outrora, hereditária, no que outros podem vêem psicologia, outros só influências do meio ou de correntes sociais, filosóficas ou literárias. O leitor, culto ou inculto, tem, na obra do meu querido e ilustre amigo, o homem tal como ele viveu e actuou, e não o homem que o filósofo criou no seu espírito, obedecendo à sua visão sistemática e, para tal, tendenciosa.

Não quiere condensar, não quiere sintetizar?

Pois bem: quer queira, quer não, a biografia de Antero já está feita e, como diz o Ocidente, é modelar. Abraça-o, com novas felicitações e muito aplauso, o velho amigo e admirador de sempre,

J. Reis Gomes

Rascunho n.º 5⁷⁴

Num ponto apenas, meu querido amigo, estamos de acordo: é que o essencial, na verdade, para a biografia de A.[ntero] está no meu trabalho. Para a biografia apenas. Haverá sempre muito que escrever sobre a sua obra – sobre o poeta, o filósofo, o panfletário, o historiador socialista. Mas creio que tudo servirá, para apenas nos fazer admirar os autores dos ensaios que lhe consagrarem bem mais do que para nos revelar a sua grandeza, os seus dotes de escritores e críticos. À beleza da vida e à beleza da obra nada poderão acrescentar.

O que projecto agora fazer é organizar uma edição de toda a correspondência de A.[ntero], anotada e disposta, pela 1.ª vez, por ordem cronológica. Mas tantas coisas tenho a despachar, que nem sei quando poderá desembaraçar aquele trabalho, já feito em grande parte.

Já que o meu ilustre amigo tanto me distingue e honra com o seu interesse pelo meu A.[ntero] e pelo que sobre ele se tem publicado, perdoe-me a imoestia de lhe dizer que no «1.º de Janeiro» de 8 do corrente saiu uma crítica ultra-desvanecedora e bastante no sentido do que atrás lhe disse. É do Jaime Brasil⁷⁵.

⁷⁴ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 5242. A hipótese de colocação deste rascunho neste ponto da correspondência deve-se ao contexto anterior, em que João dos Reis Gomes aborda os críticos e a excelência do trabalho de José Bruno Tavares Carreiro, aos planos do autor açoriano em organizar a correspondência de Antero de Quental e à indicação da crítica de Jaime Brasil.

⁷⁵ Artur Jaime Brasil Luquet Neto (Angra do Heroísmo, 22 de janeiro de 1896 / Lisboa, 19 de maio de 1966) foi um escritor e jornalista que se destacou pelas suas convicções libertárias e anarquistas. Passou por vários jornais e foi um dos fundadores do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa. Da sua obra, ficam as ideias pioneiras sobre a sexualidade humana e o controlo da natalidade.

Carta n.º 7⁷⁶

Funchal, 10 Setembro de 1949

Meu muito prezado e ilustre Amigo,

Quanto prazer me deu a sua carta, embora me deixasse um travo: o de sentir-se responsabilizado – de qualquer modo – na perda da mala da minha nora. Pelo amor de Deus!

Aquilo foi um puro acidente de viagem. Se o chauffeur não foi completamente cuidadoso, também a minha nora confessa que não passou uma revista, como devia, à respectiva arrumação.

Só nos resta consolar-nos com a desgraça alheia: a grande decepção sofrida pelo achador que supunha ter encontrado um tesouro... e só encontrou umas roupas que são talvez nem para aproveitar. Antes a malinha perdida do que uma perna quebrada...

Mas a sua muito estimada carta veio pôr o carro adiante dos bois.

Eu é que estava a esperar um momento de melhor disposição física para renovar-lhe, por muito, os meus aproveitamentos às suas grandes e muitas amabilidades.

A verdade, porém, é que a minha viagem, pessoalmente, me não trouxe se não agravamento dos soluços. Penso que a diferença de regime alimentar me arrasou ainda mais o estômago com acumulação de gases – a tudo aerofagias – que comprimindo-me o coração ainda mais lhe afectam a sua deficiência funcional. As análises de urina e de sangue são boas; mas o motor está muito enfraquecido e difícil de levantar-se até porque não soube bem qual o regime alimentar que me convirá – atendendo sobretudo à não formação de gases no estômago. Vamos a ver com paciência e a possível ciência médica, o que sairá daqui. Tudo está nas mãos de Deus.

Durante o dia lá vai... O pior são as minhas insónias agravadas com angústias resultantes da compressão aerofágica.

Mas basta de queixumes.

Já sabia – soube no dia do nosso embarque, pelo Alvaro, depois do Lima ter largado – que o meu querido Dr. José Bruno se havia aposentado; o que não sabia é que ainda se achava colaborando com o nosso bom amigo Agnelo⁷⁷ que,

⁷⁶ BPARPD, Tavares Carreiro, n.º 6232.

⁷⁷ Lúcio Agnelo Casimiro (Ourém, 9 de agosto de 1879 / Ponta Delgada, 20 de novembro de 1952) foi um advogado, jornalista e professor, monárquico e salazarista, que se destacou na política e cultura de São Miguel.

tão contra-vontade, foi apossado para o seu novo campo. Ambos sacrificados ao Bem Público! E isto quando ambos aspiravam e com toda a justiça ao descanso, longe de actividades, por vezes, muito incómodas. Mas a vida impõe sacrifícios a que não nos podemos eximir.

O agravamento da crise cardíaca de que aí me queixava, levou-me à cama onde estou em tratamento. Desculpe, pois, o desalinho desta carta.

Resta-me, meu querido e ilustre Amigo, agradecer-lhe uma vez mais todos os seus muitos favores e gentilezas, e apresentar-lhe os meus votos de boa saúde e contínuos triunfos literários.

Para sua Exma. Esposa, Minha Senhora, vão os meus melhores e mais respeitosos cumprimentos, além de muita gratidão.

Abraça-o, muito cerradamente, o devotado e reconhecido Amigo e Admirador.

J. Reis Gomes

Da Estranheza (do Fantástico) no Cinema de Manuel Luiz Vieira Produzido na Madeira na Década de 1920¹

On the (Fantastic) Strangeness of the Cinema Produced by Manuel Luiz Vieira on Madeira Island in the 1920s

Ana Salgueiro²

«Le fantastique se réalise dans les oeuvres, et les oeuvres modifient sans cesse la signification du mot [...]. Le sentiment de l'étrange rend l'homme étranger à lui-même. Il l'«aliène» [...]. Le sentiment de l'étrange est une tentation: face à sa menace, le courage consiste dans la fuite et la lâcheté dans l'affrontement. Être tenté, c'est déjà consentir à la tentation. La susciter, c'est se faire son complice. Qui est tenté a déjà succombé ou peu s'en faut»³.

¹ Desenvolvemos, no presente texto, algumas questões afloradas na breve nota de leitura «A sedução do estranho e do fantástico em *O Fauno das Montanhas* de Manuel Luiz Vieira (1926-1927)», a publicar pelo MOTELX, no livro *O Quarto Perdido*, no prelo.

² Doutoranda em Estudos de Cultura na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (UCP), mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se licenciou em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses. É investigadora integrada no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da UCP e investigadora colaboradora quer no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, quer no Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. Os seus trabalhos, nas áreas dos Estudos Literários, de Cultura e Insulares, têm-se ocupado sobretudo dos sistemas insulares da Macaronésia Lusófona. Assume preferencialmente enquadramentos interdisciplinares e aborda questões como: o exílio e a mobilidade humana, cultural e textual; as implicações entre cultura e poder; a relação entre fenómenos culturais, imaginários e fenómenos naturais; o papel dos discursos artístico e académico nas sociedades contemporâneas. Este trabalho tem sido apresentado em reuniões científicas e eventos culturais, e publicado em livros, atas e publicações periódicas especializadas, nacionais e estrangeiras. Contacto eletrónico: ana.meb.salgueiro@madeira.gov.pt.

³ VAX, 1987, *La Séduction de l'étrange*, p. 6 e p. 13.

Resumo

Considerado um dos primeiros filmes fantásticos portugueses, *O Fauno das Montanhas*, realizado por Manuel Luiz Vieira entre 1926 e 1927, suscitou, desde a sua estreia, algumas perplexidades. Dando continuidade à experimentação do cinema ficcional que o cineasta madeirense encetara em 1925-1926 com o filme *A Calúnia*, sob a chancela da sua nova produtora *Empreza Cinegráfica Atlântida* (ECA), em maio de 1927 a nova fita de Manuel Luiz Vieira surpreendia os cinéfilos insulares com a estranheza (então mal compreendida) de um novo tipo de cinema de ficção. Surpresa ainda hoje manifestada pelos poucos autores que se têm debruçado sobre *O Fauno das Montanhas*: o que terá levado um cineasta insular a realizar e a produzir, na Madeira dos anos 1920, um filme como este? Centrando a nossa análise quer na imprensa periódica coeva (madeirense e nacional), quer numa cópia da fita existente no Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM), procurámos os fatores que terão motivado Vieira à experimentação deste novo cinema, bem distinto daquele que antes realizara ao serviço da regionalista *Madeira Film*. Embora não abandonando os *filmes de factos* que o público local e a diáspora madeirense continuavam a aplaudir, buscando no cinema a representação supostamente transparente das belezas da ilha e das novidades da vida insular quotidiana, Manuel Luiz Vieira escreve, realiza e produz *O Fauno das Montanhas* já sob a influência da vanguarda cinematográfica francesa com que contactava pelo menos desde 1922. Os desafios eram agora outros: pensar e fazer cinema como criação subjetiva e artística e já não apenas como registo mimético e jornalístico do mundo; questionar o cinema mimético e regionalista até então produzido na Madeira, assim como a imagem idílica e tranquilizadora que nessas fitas se construía da ilha. A opção pelo efeito fantástico permitia, assim, conceber uma nova e perturbadora imagem da Madeira, trazendo à superfície realidades muitas vezes ignoradas pela própria realidade e, assim, problematizando o próprio conceito de real.

Palavras-chave: Cinema Mudo; Década de 1920; Manuel Luiz Vieira; Fantástico; Madeira; Empreza Cinegráfica Atlântida; *O Fauno das Montanhas*.

Abstract

O Fauno das Montanhas (The Faun of the Mountains) is considered one of the first fantastic Portuguese films. Directed by Manuel Luiz Vieira (1926-1927), it aroused some perplexity since its debut.

In 1925, Vieira established the *Empreza Cinegráfica Atlântida*, where he experimented a new cinema genre: *A Calúnia* (The Calumny) (1926) was his first fictional film, followed by *O Fauno das Montanhas* and *A Indigestão* (The Indigestion), in 1927. Nonetheless, in May 1927, the island cinéphiles were surprised by the strangeness of *O Fauno das Montanhas*, that has not been properly understood. The same surprise was felt by the few authors who has published on this film since then: why and how did an insular filmmaker directed and produced such a film on Madeira Island in the 1920s?

In our analysis we will focus on Madeiran and continental Portuguese periodical press, as well as on the existing film copy in the Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM). Our aim is to find some answers to that question.

In 1927, Manuel Luiz Vieira did not abandon the production of *films of facts*, highly applauded by both the local public and the Madeiran diaspora: in this cinema genre that Vieira was practicing since 1922, they looked for a (supposed) transparent representation of the beauties of the island, as well as the novelties of the Madeiran everyday life. However, *O Fauno das Montanhas* was written, directed and produced under the (new) influence of the French cinema avant-garde of the 1920s. Thus, Vieira has now another challenge: question the mimetic and regionalist cinema till then produced in Madeira; discuss the idyllic and reassuring image of Madeira created by those films. In this context, the *effect of the fantastic* was an efficient film strategy to create a new and disturbing image of Madeira Island, displaying realities which quite often have been disregarded by the reality itself.

Keywords: Silent Cinema; 1920s; Manuel Luiz Vieira; Fantastic; Madeira Island; Empresa Cinegráfica Atlântida; *O Fauno das Montanhas*.

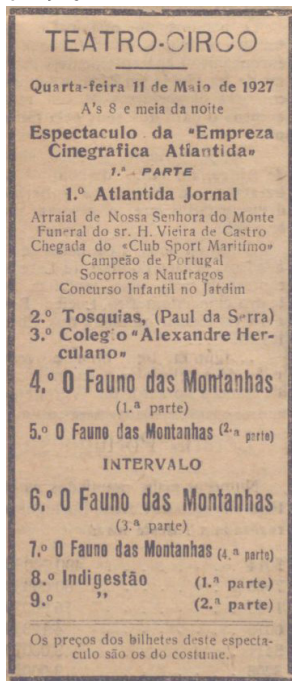
A 02-06-1927, *O Jornal* publicava o programa cinematográfico dessa noite no Teatro-Circo do Funchal⁴, anunciando o «terceiro espetáculo da empresa Cinegráfica Atlântida», em que esta nova produtora madeirense, fundada em 1925 e dirigida por Manuel Luiz Vieira (São Vicente, 1885 – Lisboa, 1952)⁵, apresentava os seus mais recentes filmes, cujas rodagens remontavam a maio de 1926 (Imagem 12). Para além de um conjunto de reportagens cinematográficas de cunho mais etnográfico (como

⁴ A cinefilia funchalense, nas primeiras décadas do século XX, evidencia-se não só pelo elevado número de salas de cinema então a funcionar na cidade (cf. ALMEIDA, 2010, *Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira*), mas também pela importância que o cinema assume nas publicações periódicas locais, atentas quer aos programas exibidos, quer às novidades cinéfilas que, no país e no mundo, iam surgindo: tendências do cinema internacional; *faits divers* das estrelas, dos realizadores e das produtoras; novos filmes em estreia; inovações tecnológicas; etc. *O Jornal*, lançado a 01-01-1927, foi um desses jornais cinéfilos, dando a conhecer diariamente não apenas os programas fílmicos em cartaz nas salas de cinema do Funchal, mas também publicando uma coluna dedicada ao cinema, onde era frequente a presença de críticas às fitas exibidas. Importará registar, a este respeito, que *O Jornal*, seguindo a linha editorial regionalista do seu antecessor *Jornal da Madeira*, embora aberta a um certo cosmopolitismo cultural, era dirigido por Luiz Vieira de Castro (1898-1954), filho do empresário regionalista Henrique Vieira de Castro, que nas décadas de 1910 e 1920 apoiou e financiou quer a internacionalização de jovens artistas madeirenses e a sua aproximação às vanguardas da época (p. ex. o escultor modernista Francisco Franco), quer projetos cinematográficos emergentes no Funchal, como, p. ex.: a realização do primeiro filme de ficção madeirense (*O Cerco de Safim*), filmado em 1913 por André Valldaura, produzido pela Empresa Cinematográfica Portuguesa, mas concebido por João dos Reis Gomes para ser exibido, em 1913, no Teatro Funchalense, durante a encenação do seu drama histórico e regionalista *Guiomar Teixeira*; a primeira produtora cinematográfica insular, a *Madeira Film*, fundada em 1922 por Francisco Bento de Gouveia, amigo de Henrique Vieira de Castro e com este colaborando no projeto regionalista de comemorações do V Centenário da Madeira, em 1922, em que as fitas da *Madeira Film* foram integradas (cf. SALGUEIRO, 2021, «Fotografia e Cinema: Representações da Madeira entre Jornalismo, Etnografia [...]», pp. 479-484).

⁵ Como era frequente na altura, as funções de Vieira na ECA acumulavam-se: para além de realizador e produtor, era também operador de câmara, diretor de fotografia, técnico de laboratório, argumentista e compositor dos intertítulos das fitas.

«Tosquias no Paul da Serra») ou jornalístico (como «Chegada dos aviadores Moreira de Campos e Neves Ferreira ao Funchal»), o programa incluía, com destaque, duas das três fitas de ficção que a Empresa Cinegráfica Atlântida - Funchal (ECA) produzira entre 1925 e 1927: *O Fauno das Montanhas*, e *A Indigestão*, ambas estreadas a 11-05-1927, repetidas a 13-05-1927 e agora rerepresentadas, respetivamente, como «Fantazia Regional em 4 partes» e «Film cómico em 1 parte», depois de terem sido sujeitas a algumas alterações de montagem, posteriores às exibições de maio de 1927 (Imagens 1 e 2)⁶.

Imagens 1 e 2: Anúncios de programação fílmica do Teatro-Circo (Funchal), incluindo a projeção d'*O Fauno das Montanhas* e d'*A Indigestão* em maio e junho de 1927



Fonte: *O Jornal*, 11-05-1927, p. 2.



Fonte: *O Jornal*, 02-06-1927, p. 2.

Estas duas fitas davam continuidade à *experimentação* de Manuel Luiz Vieira no cinema de ficção, iniciada em 1925-1926, com a realização de *A Calúnia*, «longa metragem romântica, de forte cunho dramático»⁷, organizada em oito partes, onde, para além das sempre elogiadas *vistas* do Funchal e arredores, eram abordadas questões como as das transformações sociais verificadas na pequena, mas cosmopolita cidade, no início do século XX, dando-se especial atenção à emigração para o continente americano como fator de mobilidade socioeconómica insular.

⁶ «Teatro-Circo», 02-06-1927, p. 2.

⁷ MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira – Um Roteiro Fílmico*, p. 2.

Não surpreende, por isso, que *A Calúnia*, estreada também no Teatro-Circo (Imagem 3), a 24-02-1926, tenha sido entusiasticamente recebida na Madeira, assim como em Lisboa (onde estreou a 11-05-1926, no Éden Teatro), neste último caso graças ao voluntarismo da ECA, apostada em expandir a exibição dos seus filmes a outros territórios nacionais e estrangeiros (Imagens 4 e 5)⁸.

Imagem 3: Fotografia da Praça Marquês de Pombal (Funchal), com o Teatro-Circo à direita; recepção popular dos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, a 21-10-1922



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira, PER/2414.

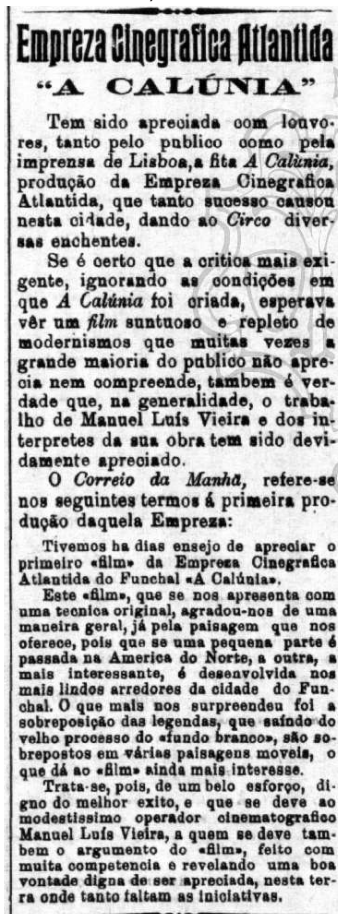
Aliás, da aposta na circulação das fitas fora da ilha resultaria a efetiva internacionalização quer d'*A Calúnia*, em cartaz nos Estados Unidos cerca de ano e meio, junto das comunidades imigrantes de origem madeirense e açoriana⁹; quer d'*O Fauno*

⁸ Na Cinemateca Portuguesa, conserva-se uma brochura editada pela própria ECA em 1926, aquando da exibição de *A Calúnia* em Lisboa, onde foram reunidos vários artigos publicados na «Imprensa Portuguesa sobre o film dramático madeirense em 8 partes A CALÚNIA». Na última página surge uma «Nota da Empresa» assinada por João Sabino (membro do elenco artístico do filme e colaborador da ECA), que dá conta do voluntarismo de toda a equipa de Vieira, para que o filme fosse exibido fora da Madeira, apesar das dificuldades impostas pelas distribuidoras nacionais (AAVV, 1926, *A Calúnia*, p. [16]).

⁹ Cf. ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma vida [...]», p. 525.

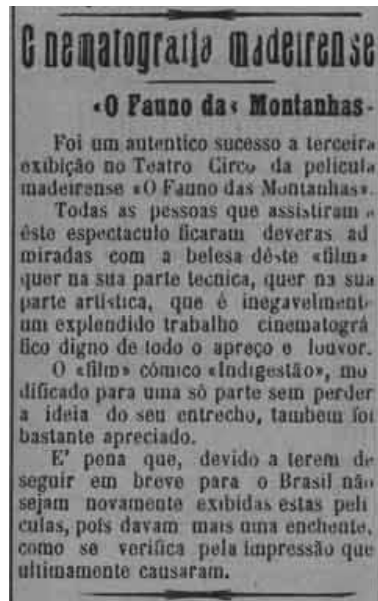
das *Montanhas*, cuja circulação no Brasil já se preparava em junho de 1927, como informava o *Diário da Madeira*, notando que, embora existisse, no Funchal, público interessado em (re)ver as últimas películas de ficção da ECA, tal não seria possível a partir desse mês, por «terem de seguir em breve para o Brasil» (Imagem 5).

Imagem 4: Notícia sobre a boa recepção do filme *A Calúnia* em Lisboa, publicada no *Diário de Notícias* do Funchal, mas incluindo citação de crítica elogiosa da fita, publicada no *Correio da Manhã*, em Lisboa



Fonte: *Diário de Notícias*, 06-05-1926, p. 1.

Imagem 5: Notícia publicada no *Diário da Madeira* sobre a boa recepção do filme *O Fauno das Montanhas* no Funchal e sobre os preparativos da sua circulação no Brasil



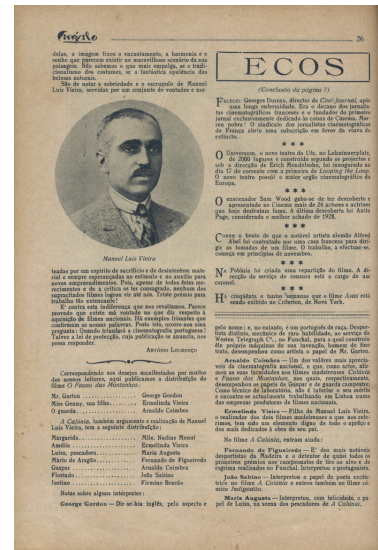
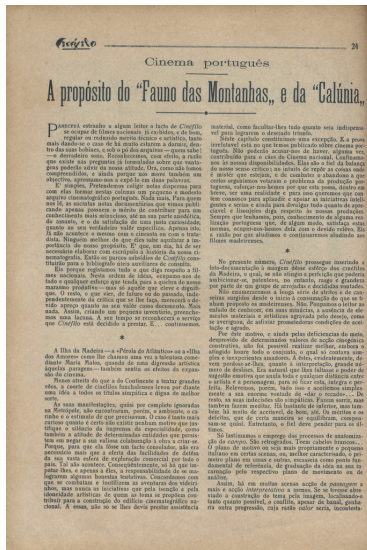
Fonte: *Diário da Madeira*, 05-06-1927, p. 1.

Esta circunstância e o facto de *O Fauno das Montanhas* vir a ser proibido pela Censura em 1929 terão sido, segundo Ana Paula Almeida¹⁰, as razões pelas quais as duas fitas estreadas em 1927 não voltaram a ser exibidas comercialmente no Funchal. Não discordando desta leitura, acrescentamos, porém, outras justificações para o

¹⁰ ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma vida [...]», p. 525.

não regresso d'O Fauno das Montanhas aos cartazes cinematográficos insulares e talvez para algum esquecimento a que a fita foi votada, mesmo a nível nacional¹¹. Justificações que se prendem, como veremos, com o tema que aqui abordamos: a sedução do estranho e do fantástico n'O Fauno das Montanhas.

Imagens 6, 7 e 8: Artigo de António Lourenço sobre O Fauno das Montanhas e A Calúnia, onde se destaca a falta de atenção que, no continente, era dispensada à cinematografia do nosso lado cineasta madeirense; inclui fotografias do elenco de atores e do próprio Manuel Luiz Vieira



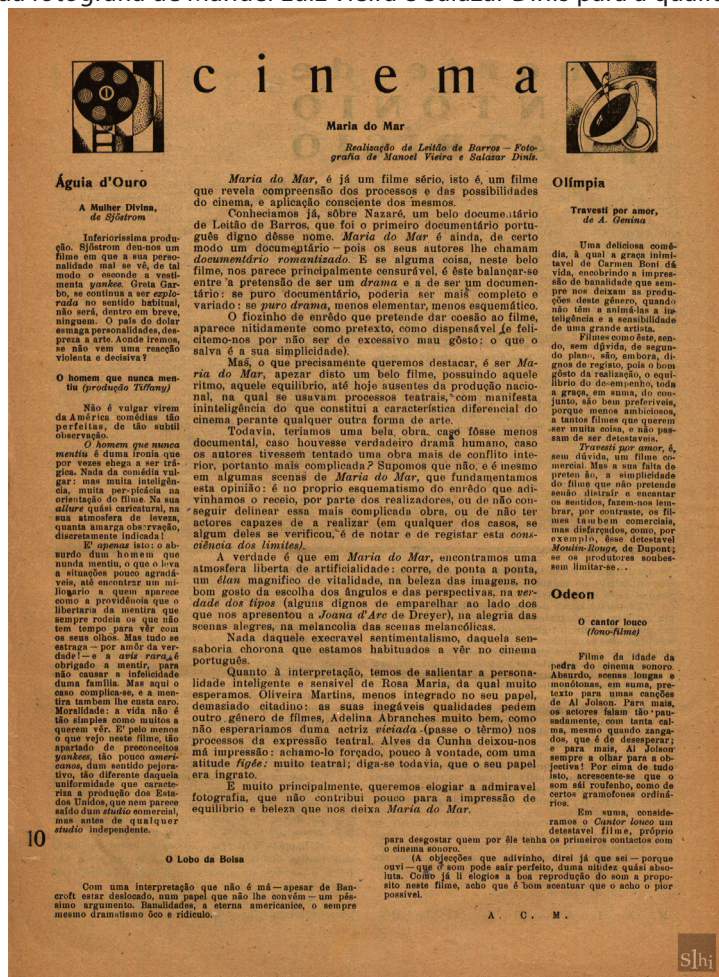
Fonte: LOURENÇO, 22-09-1928, «A propósito do “Fauno das Montanhas” e da “Calúnia”», pp. 24-26.

A partir de 1928, Vieira passa a residir no continente e a trabalhar para produtoras nacionais, onde desempenhou funções de operador de câmara e/ou técnico de fotografia e de laboratório, ao serviço de outros realizadores que, então,

¹¹ No verão de 1928, ano em que Vieira deixa a Madeira e passa a trabalhar na continental Mello, Castelo Branco, Lda., como operador de imagem, diretor de fotografia e técnico de laboratório, a revista *Cinéfilo* publica dois artigos sobre *O Fauno das Montanhas*. No n.º 9, António Lourenço chama a atenção para o facto de a «simpática e digna» «expansão» da atividade cinematográfica madeirense ser «quasi por completo ignorada [...] na Metrópole», não encontrando aí «o ambiente, o carinho e o estímulo de que precisavam» e tendo mesmo estado, a empresa de Vieira, sujeita a uma «campanha derrotista que lhe moveram alguns magnates» – LOURENÇO, 1928, «A propósito do “Fauno das Montanhas” e da “Calúnia”», p. 25). A esta dificuldade, Lourenço juntava outra que justificaria algumas das imperfeições detetáveis no filme, sobretudo ao nível da interpretação dramática dos atores, pois em sua opinião, na ilha, o «esforço dos cinéfilos» tinha ainda de lidar com as «deficiências do meio, desprovido de determinados valores de acção cinegénica construtiva» – LOURENÇO, 1928, «A propósito do “Fauno das Montanhas” e da “Calúnia”», p. 24). Desconhecemos se *O Fauno das Montanhas* teve uma efetiva distribuição nacional no circuito comercial. Suspeitamos, porém, que tal tenha acontecido com *A Calúnia*, cuja cópia hoje visionável no ANIM apresenta no genérico a inscrição «Mello, Castello Branco, apresentam», não havendo qualquer referência à ECA. Daqui se infere que, a partir de certa altura, a Mello Castello Branco foi responsável pela distribuição de *A Calúnia*.

se aproximavam das novas tendências do cinema europeu e soviético. Por exemplo, entre 1928-1930, colabora com Leitão de Barros em *Maria do Mar*, produzido pela Sociedade Universal de Superfilmes (Imagem 6); e entre 1929-1930, com Brum do Canto em *A Dança dos Paroxismos*, filme-ensaio produzido pela Mello, Castello Branco, e que o realizador dedicou a Marcel L'Herbier. Curioso é notar que, à semelhança d'*O Fauno das Montanhas*, também *A Dança dos Paroxismos* se manteve ao longo do século XX como um filme fantasma, a que poucos tiveram acesso. Pelo seu caráter experimental e pela presença marcante do onírico, Brum do Canto acabou por não colocar o seu *A Dança dos Paroxismos* no circuito comercial, como notou José Bértolo recentemente¹².

Imagem 9: Artigo de Adolfo Casais Monteiro sobre *Maria do Mar* de Leitão de Barros, destacando o contributo da fotografia de Manuel Luiz Vieira e Salazar Dinis para a qualidade do filme



Fonte: CASAIS-MONTEIRO, 25-06-1930, «Cinema. *Maria do Mar*», p. 10.

¹² BÉRTOLO, 2021, «Um Cinema da Mente: *A Dança dos Paroxismos* [...]», pp. 4-5.

Ora, uma das hipóteses que colocamos no presente artigo é a de que as (surpreendentes?) colaborações do cineasta madeirense com Leitão de Barros e Brum do Canto tenham decorrido, em grande medida, da realização prévia de um filme com as características que *O Fauno das Montanhas* apresentava e do que esta fita significou de viragem na poética cinematográfica de Vieira.

Por outro lado, embora as exhibições das novas fitas da ECA tenham conseguido *casas cheias* nas três sessões de maio e junho de 1927, a verdade é que *O Fauno das Montanhas* e *A Indigestão* foram recebidos, no Funchal, com algumas reservas, decorrentes de certas excentricidades, que, um ano antes, embora a respeito de outros filmes, o *Diário de Notícias* classificava de «modernismos que muitas vezes a grande maioria do público não aprecia nem compreende»¹³. Em 1926, o autor deste texto do *Diário de Notícias* louvava *A Calúnia* por, em seu entender, não *enfermar* desses *modernismos* cinematográficos, facto que teria sido determinante para a sua boa receção junto do público local. Contudo, um ano mais tarde, após as duas projeções de maio d'*O Fauno das Montanhas* e d'*A indigestão*, vários críticos faziam eco da opinião do público nas páginas dos jornais locais, manifestando a sua surpresa por não encontrarem, nos novos filmes de Manuel Luiz Vieira, o mesmo tipo de cinema que haviam encontrado em *A Calúnia* ou até na produção cinematográfica da *Madeira Film*, fundada anos antes pelo regionalista Francisco Bento de Gouveia e que, entre 1922 e 1925, tivera efetivamente Vieira como *homem da câmara*.

Se os *filmes de factos* realizados por Vieira desde 1922, quer na *Madeira Film*, quer já na ECA, evidenciavam um claro alinhamento com a exaltação regionalista que, por esses anos, parecia dominar o olhar fotográfico e cinematográfico sobre a Madeira, procurando registar e revelar certas realidades empíricas da ilha e, assim, aproximar o espectador (sobretudo turista, mas também local e da diáspora madeirense) das suas belezas naturais e dos aspetos mais pitorescos que a caracterizavam¹⁴, *A Indigestão*

¹³ «Empreza Cinegráfica Atlântida. "A Calúnia"», 06-05-1926, p. 1.

¹⁴ *Filmes de factos* foi a designação tomada de empréstimo a Kracauer, que, em outro lugar, utilizámos para designar o conjunto de fitas realizadas por Vieira na *Madeira Film* (atualidades filmadas e documentários nas suas várias modalizações – SALGUEIRO, 2021, «Fotografia e Cinema: Representações da Madeira [...]» e KRACAUER, 1997, *Theory of Film, the Redemption of Physical Reality*). Como destacou Kracauer, os filmes de factos incluem vários géneros cinematográficos que, porém, têm em comum a fidelidade à natureza fotográfica do cinema, procurando, antes de tudo, registar e revelar a realidade empírica, aproximando o espectador do mundo e da vida representados. Ana Paula Almeida identificou cerca de 25 filmes de factos produzidos pela ECA, entre 1925-1928, e cerca de 44 produzidos pela *Madeira Film* entre 1922-1925 – ALMEIDA, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma vida [...]». A maior parte destes filmes encontra-se desaparecida, apenas restando deles as informações deixadas nos jornais e revistas da época. Sobre o regionalismo no cinema da *Madeira Film* ver SALGUEIRO, 2021, «Fotografia e Cinema: Representações da Madeira [...]».

e *O Fauno das Montanhas* desviavam-se dessa norma cinematográfica, parecendo aproximar-se de outras tendências do cinema europeu. Nomeadamente do cinema impressionista francês, que Vieira já então conhecia de forma direta e indireta.

Na verdade, como demonstrámos em outro lugar¹⁵, há indícios credíveis de que, desde 1922, existiu uma aproximação entre o círculo cinéfilo de Manuel Luiz Vieira no Funchal e João Jardim, advogado madeirense residente em Paris, que então colaborava com Virgínia de Castro e Almeida na *Fortuna Filmes*, onde fora inclusivamente o autor do guião de *A Sereia de Pedra*. Curiosamente, um filme em que Ana Sofia Pereira encontra aspetos que também vislumbramos em *O Fauno das Montanhas*: o protagonismo atribuído a uma mulher transgressiva; a temática do erotismo demoníaco/dionisíaco, experienciado num cenário pitoresco, onde ecoa «um fundo fantástico e sobrenatural»¹⁶. De facto, João Jardim, na década de 1920, através de convívios pessoais, mas também nas páginas dos jornais locais, divulgava, no Funchal, o trabalho em curso na *Fortuna Filmes*, disseminando ainda as (suas) modernas concepções do cinema francês¹⁷. E talvez seja legítimo conjecturar que não terá sido mera obra do acaso o facto de Virgínia de Castro e Almeida se encontrar no Funchal, precisamente, quando se deram as três exhibições d'*O Fauno das Montanhas* e d'*A Indigestão*. Segundo *O Jornal*, Virgínia de Castro e Almeida chegou ao Funchal a 10-05-1927, na véspera da estreia dos filmes da ECA, e partiu para os Açores a 07-06-1927, poucos dias após a terceira projeção¹⁸.

¹⁵ SALGUEIRO, 2021, «Fotografia e Cinema: Representações da Madeira [...]», pp. 480-483.

¹⁶ PEREIRA, 2019, «Virgínia de Castro e Almeida. Recuperando Memórias [...]», p. 97.

¹⁷ «A Scena Muda. O Cinema. Como Ele Póde Sêr um Grande Meio de Educação [...]», 18-08-1922, p. 2.

¹⁸ «D. Virginia de Castro e Almeida», 11-05-1927, p. 1; «D. Virginia de Castro e Almeida», 04-06-1927, p. 1.

Contudo, o contacto de Vieira com a vanguarda cinematográfica francesa da época não se circunscreveu à mediação por parte de cinéfilos insulares. A 06-05-1926, o Teatro-Circo exhibia *L'Inhumaine. Histoire féerique* de Marcel L'Herbier (o cineasta francês a quem Brum do Canto dedicará o seu *Dança dos Paroxismos*), precisamente na mesma sala onde os filmes da ECA eram exibidos, e alguns dias antes de Manuel Luiz Vieira iniciar a rodagem d'*O Fauno das Montanhas* (Imagens 11 e 12).

Imagem 11: Artigo publicado no *Diário de Notícias* sobre o filme *A Deshumana / L'Inhumaine* de Marcel L'Herbier, em exibição no Teatro-Circo do Funchal

Teatro - Circo

«A DESHUMANA»

Um «film» modernista que revoluciona a cinematografia, e que se estreia hoje no Circo

O modernismo, penetrando subtilmente como um perfume exótico e perturbador em todos os recessos artísticos e científicos, acaba de invadir o cinema.

Os primeiros sintomas dessa brisa renovadora vieram da Austria, para se acentuarem na Alemanha, e antes que se infiltrassem nos pulmões franceses, a capital do mundo lança no espaço a arrojada criação de Marcel L. Herbier, que de um golpe só elimina os effluvios saxónicos e impõe vitoriosamente a nova escola, a corrente modernista francesa, na conquista do «ócran».

E é assim que *A Deshumana* surge em Paris, impavida e deslumbrante, a desafiar metodos e convenções arraigadas, abrindo essa revelação esplendorosa por este suggestivo preludio:

Espectador amigo:

Se porventura te encontras hoje na disposição de assistir a um espectáculo banal, aconselho-te a procurar noutra sala o que desejas.

Se, porém, enfasiado pela monotonia da vida, procuras neste momento uma sensação nova, capaz de dar um ritmo diferente ás vibrações do teu espirito, então senta-te e vê com atenção.

A Deshumana marca um novo periodo na arte do silencio. A sua encenação é uma obra de prodigio que empolga e fascina, e a interpretação está confiada a dois grandes artistas que a abrilhantam extraordinariamente: Georgette Lebrano e Jacque Catelain.

A sua exhibição nos principais centros da Europa tem originado apaixonada discussão, tendo causado enorme successo a sua estreia em Lisboa e no Porto.

Tambem se estreiam dois «films» naturais, assim como o quarteto toca durante o espectáculo.

Fonte: *Diário de Notícias*, 06-05-1926, p. 2.

Imagem 12: Notícia sobre o início da rodagem d'*O Fauno das Montanhas*

Cinematografia madeirense

Nova produção da Empreza Atlantida

Esta Empreza, da habil direcção do sr. Manuel Luiz Vieira, está confeccionando um novo film que, como *A Calunia*, está destinado a um grande successo.

Intitula-se o *Fauno das Montanhas* e os seus principais interpretes são a sr.^a D. Ermelinda Vieira e os srs. Arnaldo Coimbra e George Gordon.

A acção, na sua maior parte, passa-se no Rabaçal, onde já foi feita a respectiva filmagem que durou quatro dias, tendo o respectivo pessoal regressado ante-ontem daquela pitoresca estancia.

Fonte: *Diário de Notícias*, 27-05-1926, p. 1.

Na verdade, a surpresa do público madeirense relativamente às novas fitas ficcionais produzidas pela ECA em 1927 decorria, em grande medida, do facto de, nelas, Manuel Luiz Vieira ter cedido à sedução do estranho, sobretudo n' *O Fauno das Montanhas*. Uma estranheza que, nesta fita, se manifestava a dois níveis: (1) na tessitura do discurso fílmico, por recorrer a inovações de montagem que, por vezes, perturbavam a criação do *efeito de real*, tão caro aos *filmes de factos*; e (2) na própria fábula, pela recuperação do imaginário mitológico ancestral de sátiros e ninfas. As inovações de montagem aqui experimentadas exigiam processos de leitura cinematográfica não lineares e mais complexos do que aqueles a que o público mais familiarizado com o cinema comercial estaria habituado; veja-se esse grau de exigência quando a montagem da fita produz um salto imprevisto ou até mesmo a sobreposição de planos, com uma consequente indefinição momentânea entre aqueles que representavam de forma mimética o mundo exterior empírico (p. ex., as paisagens naturais e urbanas da ilha) e outros planos que revelavam a percepção subjetivamente deformada desse mundo, por uma personagem como Jenny, em semi-delírio ou sonho, e em que a ilha se identificava com universos sobrenaturais. Por seu lado, a opção pelo imaginário mitológico, evidenciado desde o título e a abertura visual e coreográfica da fita (em adoração de Amor e retomada adiante no plano da sedução do fauno, onde podemos ler ecos da peça coreográfica *L'Après-Midi d'un Faune* criada por Nijinski para os Ballets Russes em 1912¹⁹) perturbava a leitura da narrativa cinematográfica, cuja ação, situada num tempo-espço tido como o do *agora-aqui* da Madeira do início do século XX, estranhamente cruzava com o universo sobrenatural dionisiaco do fauno, o universo natural e empírico da ilha, onde se destacava a presença da modernidade científica e tecnológica ocidental, representada pelo naturalista inglês Mr. Garton,

¹⁹ Coreografada por Eugénia Rego Pereira, a dança das ninfas (quer na abertura do filme, quer depois, no plano em que a imaginação de Jenny a conduz para o episódio do ritual de sedução entre o fauno e as ninfas) evoca a coreografia de Nijinski, pela gestualidade, pelos movimentos e também pelo guarda-roupa das bailarinas. O eco da peça dos Ballets Russes n' *O Fauno das Montanhas* reencontra-se no título e no cenário das Vinte e Cinco Fontes em que se dá a perseguição de Jenny pelo fauno: a vegetação densa, as quedas de água a partir de uma rocha alta e escarpada e a própria situação da perseguição de uma jovem por um fauno em tudo se aproximam do cenário que Léon Bakst criou em 1911 para a coreografia de Nijinski. Notamos que os Ballets Russes fizeram escala no Funchal, na sua tournée americana de 1913 – CASTRO, 2014, *Lisboa e os Ballets Russes*, pp. 189-191. Para além disso, a estada da companhia em Lisboa entre 1917 e 1918 foi amplamente noticiada e seguida, sobretudo pelos jovens modernistas, entre os quais se encontravam alguns madeirenses do círculo de amigos de Vieira, nomeadamente João Cabral do Nascimento, Alfredo de Freitas Branco e Luiz Vieira de Castro, que na imprensa periódica da época escreveram sobre o fascínio causado pelo novo conceito de dança como arte total, proposto pelos Ballets Russes.

apostado em desvendar o habitat do «Regulus Madeirensis»²⁰, arredia espécie endémica de ave, legível como metonímia do que de mais íntimo e secreto se esconde na natureza da Madeira.

Podemos mesmo considerar que a essa dupla estranheza não deverão ter sido alheias algumas alterações introduzidas nos filmes entre as exposições de maio e a de junho de 1927. Referimo-nos, por exemplo, à necessidade de introduzir a designação «Fantazia Regional» aplicada a *O Fauno das Montanhas*, no programa da sessão de junho publicado em *O Jornal*. Esta expressão, comportando um índice genológico que afastava a nova fita de Vieira do registo mimético-realista evidenciado em *A Calúnia* e nos anteriores e muito aplaudidos filmes de factos do realizador madeirense, destacava o carácter fantasioso, simbólico e/ou fantástico da película²¹, ainda que o adjetivo «Regional» parecesse querer convencer o público mais interessado num cinema fiel à fotografia da ilha a deslocar-se ao Teatro-Circo nessa noite. Porém, ter-se-á tratado de uma adenda de última hora, com um evidente propósito de conduzir a leitura d'*O Fauno das Montanhas* para esse carácter não-mimético que certo cinema europeu vinha também assumindo, e que exigia do espectador uma redobrada atenção sobre essa estranheza. Algo que, nas anteriores sessões de exibição fílmica no Teatro-Circo do Funchal, teria falhado.

Na verdade, essa indicação genológica não surge no genérico da cópia do filme hoje conservada no Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM) (onde consta apenas a indicação «Cinedrama Madeirense»), nem constava nos programas das sessões anteriores publicados nos jornais locais, embora tenha sido recuperada com ligeiro ajustamento pela revista *Cinéfilo*, no seu n.º 7 de 25-08-1928 (Imagens 13 e 14), que passa a identificar a fita como uma «Cine-fantasia dramática», excluindo a referência à Madeira, mas mantendo a incidência sobre o duplo carácter dramático e fantástico d'*O Fauno das Montanhas*²².

²⁰ Ver SILVA, 2019, «Psicanálise Primária do Filme *O Fauno das Montanhas* [...]», p. 4.

²¹ A classificação “fantasia”, por esses anos, era também aplicada, na Madeira, a um género de teatro próximo da revista, onde ganhavam protagonismo quer a componente musical e coreográfica, quer a plasticidade de adereços e cenários exigida pelo carácter fantasioso, fantástico e/ou alegórico da ação e/ou das personagens que a viviam. Eugénia Rego Pereira, responsável pela coreografia da dança das ninfas em *O Fauno*, assinou várias peças desse género, representadas nos palcos funchalenses. Agradecemos a Paulo Esteireiro a generosidade da partilha de algumas informações sobre este assunto.

²² Não conhecemos a história arquivística da cópia d'*O Fauno das Montanhas* existente no ANIM a que tivemos acesso, não podendo, assim, afirmar se a designação «Cinedrama Madeirense» foi a classificação *ne varietur* atribuída por Vieira ao género do seu filme.

Imagens 13 e 14: Artigo sobre *O Fauno das Montanhas* não assinado, publicado na revista *Cinéfilo*



Fonte: «*O Fauno das Montanhas. Cine-fantasia de Manuel Luíz Vieira*», 25-08-1928, pp. 16-17.

Por outro lado, também as montagens dos filmes sofreram alterações, entre maio e junho desse ano, apesar de a 11-05-1927 *O Jornal* salientar que «às provas de alguns daqueles trabalhos [...] foram feitas as mais elogiosas apreciações críticas por uma das principais empresas cinematográficas da Europa»²³. As alterações de montagem verificaram-se, sobretudo, n'A *Indigestão* (fita hoje desaparecida), que passaria a ser um «film cómico em 1 parte», deixando de ter as duas partes iniciais, na última das quais, segundo Videira Santos, terá havido recurso a uma montagem inusitada com «imagens dos actores animadas como se desenhos animados se tratasse»²⁴. Aspetos que o *Diário da Madeira*, a 13-05-1927, parece descrever como

²³ «Filmes madeirenses», 11-05-1927, p. 3.

²⁴ VIDEIRA SANTOS, 1992(?), *Manuel Luíz Vieira* [...], p. 22. Matos-Cruz explica a opção pela animação, na primeira versão d'A *Indigestão*, com uma suposta greve dos «intérpretes [...] por motivos financeiros», situação que teria levado Vieira a substituir a representação dos actores por esse outro processo de criação fílmica, na fase final da realização. Pesquisa aturada em vários jornais locais nos meses anteriores à estreia do filme não nos permitiu, porém, confirmar a existência desse problema laboral (cuja fonte de informação, Matos-Cruz não explicita). Um conflito, de resto, algo estranho, se tivermos em consideração que os actores eram amigos e familiares de Vieira – MATOS-CRUZ, 1981, *Arquipélago da Madeira – Um Roteiro Fílmico*, p. 3. Legítimo será, pois, conjeturarmos que essa opção terá antes resultado de uma bem provável intencionalidade de Vieira em experimentar novos processos de criação cinematográfica, em que, ao gosto modernista, a fluidez da sintaxe fílmica fosse interrompida através dos jogos de montagem.

«truques cinematográficos interessantes e que [...] põem em destaque a particular habilidade do sr. M. L. Vieira que, não tendo visitado nunca os grandes centros cinegráficos, realisa [...] efeitos que se podem pôr a par dos melhores de produção estrangeira»²⁵. Contudo, outros jornais foram menos entusiastas destas inovações cinematográficas. Sobre *A Indigestão*, *O Jornal* considerou que a «segunda parte era dispensável, tendo com a sua monotonia comprometido um pouco o efeito final do *film*, de tão feliz sucesso na primeira»²⁶. Razão que justificaria o «autentico sucesso» obtido com a alteração apresentada em junho. Sobre *O Fauno das Montanhas*, embora reconhecendo «detalhes» que «merecem uma particular apreciação», como a «apresentação do [bailado das ninfas] no *film*, [...] digno de figurar numa super-produção», ou «a impressão nitida e clara em todos os seus planos e contrastes das 25 Fontes do Rabaçal, da queda de água do Risco e muito exuberantes paisagens daquela região» que «bastariam para valorizar o *film* como simples reprodução do natural» ou até «o tipo de inglês estudado pelo sr. Jorge Gordon, e o vilão pelo sr. Arnaldo Coimbra», cujas personagens teriam sido construídas com «características de flagrante verdade», o mesmo *O Jornal* não deixava de apontar uma fragilidade: «a falta dum mais vivo e sugestivo entrecho que daria àquelas películas maior relevo e valor»²⁷.

Portanto, críticos e espectadores locais valorizavam um cinema mimético, com uma narrativa fluída e facilmente entendível, enquanto o realizador investira sobretudo nas imagens: na sua qualidade fotográfica e na sua expressividade visual, recorrendo a técnicas modernas, que lhe permitiam criar esses tais novos «truques» cinematográficos.

Na cópia d'*O Fauno das Montanhas* hoje visionável no ANIM notamos algumas opções de fotografia e montagem que, podendo corresponder a esses truques, não podem ser lidos como exercícios formais gratuitos, ocorrendo, antes, ao serviço da construção de sentidos para a narrativa: as sobreimpressões de planos, sugerindo percepções perturbadas do real e criando o efeito fantástico; o recurso ao *fade-in* e ao *fade-out* para sugerir ambiências ou perspetivas indefinidas, próprias de narrativas estranhas e fantásticas; a manipulação do grande plano para exprimir estados de alma das personagens focadas, nomeadamente o espírito ausente de Jenny, logo no início

²⁵ «Teatro-Circo. «O Fauno das Montanhas» e «A Indigestão»», 13-05-1927, p. 1.

²⁶ «Filmes madeirenses», 13-05-1927, p. 3.

²⁷ «Filmes madeirenses», 15-05-1927, p. 2.

da fita; o cruzamento intermedial e interartístico, p. ex., com a citação de palavras de *A Divina Comédia* de Dante, a apropriação filmica das ilustrações do Inferno dantesco de Gustave Doré ou a inscrição da dança das ninfas no plano de abertura do filme.

Ou seja, os pareceres menos positivos relativamente às primeiras versões d'*O Fauno das Montanhas* ter-se-ão prendido, em grande medida, com a surpresa de nessas fitas não se encontrar o mesmo tipo de cinema mimético e com uma narrativa fluida e linear que o público conhecia d'*A Calúnia* ou até do repertório cinematográfico da *Madeira Film*. Se os filmes de factos realizados por Vieira desde 1922, quer na *Madeira Film*, quer já na ECA, evidenciavam o já referido alinhamento com um certo *verismo* idealizante e com a norma cinematográfica regionalista defendida por Francisco Bento de Gouveia, na verdade, uma «fantazia» com esses «truques cinematográficos» (ainda que adjetivada de «regional») desviava-se dessa norma cinematográfica. Aproximava-se, antes, das novas tendências do cinema europeu, que Vieira continuaria a visitar, a partir do ano seguinte, quando passa a trabalhar no continente, e as quais, segundo João Mário Grilo, nos anos 1920, começavam a pensar o cinema como «instrumento de uma nova representação e de um novo conhecimento do mundo, de um novo estado de compreensão do real»²⁸.

Como verificámos anteriormente, muito antes de ter trabalhado com Brum do Canto em *A Dança dos Paroxismos*, Vieira já conhecia o cinema impressionista francês: quer por mediação de João Jardim e Virgínia de Castro e Almeida, colaboradores nos jornais madeirenses desde 1922; quer através do visionamento de filmes franceses como o de L'Herbier, exibido no Teatro-Circo do Funchal poucos dias antes do início das rodagens d'*O Fauno das Montanhas*²⁹; quer, muito provavelmente, via publicações periódicas especializadas francesas, se tivermos em consideração que Manuel Luiz Vieira geria, no Funchal, a Casa Pathé, comercializando novidades tecnológicas estrangeiras ligadas à fotografia, ao cinema e à arte sonora e mantendo diálogo com relevantes interlocutores franceses da área da fotografia e do cinema, como André Debrie e responsáveis pela École Technique de Photographie et de Cinématographie³⁰. De resto, já em *A Calúnia* se evidenciara uma certa aproximação

²⁸ GRILO, 2008, *As Lições do Cinema. Manual de Filmologia*, p. 57.

²⁹ Notamos que, aquando da exibição de *L'Inhumaine. Histoire féerique* de Marcel L'Herbier no Teatro-Circo, a fita era publicitada no *Diário de Notícias* do Funchal como um ««film» modernista» que «revolucion[ava] a cinematografia» de então, «marca[ndo] um novo período na arte do silêncio» – «A Deshumana», 06-05-1926, p. 2.

³⁰ Sobre a relação de Vieira com estes interlocutores franceses, ver nossa argumentação em SALGUEIRO, 2021, «Fotografia e Cinema: Representações da Madeira [...]», pp. 450-451.

à vanguarda cinematográfica francesa, quando Vieira ensaiava um novo processo de montagem dos intertítulos (retomado em *O Fauno das Montanhas*), optando pela «sobreposição das legendas» em «várias paisagens moveis», em substituição «do velho processo do «fundo branco»»; uma inovação que alguns críticos consideraram dar «ao «film» ainda mais interesse»³¹.

Na verdade, o cruzamento de notas críticas sobre *A Indigestão* e *O Fauno das Montanhas*, publicadas na imprensa periódica local e nacional nos meses seguintes às respetivas estreias, permite-nos concluir que, à época, a influência dessas novas tendências do cinema europeu nas novas fitas de Manuel Luiz Vieira não foi tida em consideração. Um facto que determinou a impossibilidade de ler, com a devida profundidade, a importância do efeito fantástico n' *O Fauno das Montanhas*.

Os críticos preferiram continuar a ver nesta fita o mesmo que haviam encontrado nos *filmes de factos* do realizador insular. Louvam «os melhores motivos da paisagem madeirense» e a qualidade fotográfica das imagens, encontrando n' *O Fauno das Montanhas*, só por isso, «um notável merecimento [...] para o efeito de propaganda das nossas belezas naturais»³². E até mesmo a especializada *Cinéfilo* chega a conjecturar, no seu já citado n.º 7, que «esta fantasia cinematográfica» poderia ser «também um formoso documentário», capaz de mostrar «alguns dos maiores encantos naturais dessa maravilha a que chamaram «a perola do Atlantico»», embora logo salvasse que estas considerações tinham por base apenas interpretações alheias («segundo nos informa quem o viu»), exigindo-se, assim, melhor exame crítico³³.

O contacto de Vieira com o novo cinema europeu desde o início dos anos 1920 terá necessariamente contribuído para a atualização do seu olhar cinematográfico, embora até 1925 se mantenha a trabalhar na *Madeira Film*, num tipo de cinema regionalista que se distanciava daquele que, em 1925, passa inequivocamente a ser do seu interesse quando, deixando a produtora de Francisco Bento de Gouveia, começa a produzir fitas de ficção com a chancela da sua ECA.

Já em 1922, João Jardim fazia a apologia de um *cinema novo* (a nova arte do século XX), cosmopolita e que, distinto da literatura e do teatro, fosse o ponto de confluência de todas as artes, capitalizando, sobretudo, a sua matéria visual e as novas

³¹ «A Calunia», 06-05-1926, p. 2.

³² «Filmes madeirenses», 13-05-1927, p. 3.

³³ «*O Fauno das Montanhas*. Cine-fantasia de Manuel Luís Vieira», 25-08-1928, p. 17.

técnicas de manipulação da imagem³⁴. Um cinema identificável com aquele que era também defendido por Virgínia de Castro e Almeida, produtora/distribuidora que certamente terá acompanhado as exposições d'*O Fauno das Montanhas* no Funchal, em 1927³⁵, e que, também em 1922, publicara no *Diário da Madeira* um longo artigo sobre a «escola nova» do cinema europeu, abrindo com uma epígrafe de Abel Gance: «C'est notre tache a nous, magiciens pour les yeux, de créer la nouvelle musique lumineuse, de reveler les routes inconnues du Septième Art, et d'élever les coeurs plus haut, toujours plus haut»³⁶. Virgínia de Castro e Almeida sublinhava nesse texto a «distancia enorme percorrida desde as primeiras exposições hesitantes e ingenuas da cinegrafia nascente até ás apresentações modernas dos grandes 'films' [...] de autores alemães, e, em França»³⁷. Portanto, desde 1922, Vieira acompanhava o debate cinematográfico que, em França, era protagonizado pelo grupo que Richard Abel apelidou de «Vanguarda Narrativa Francesa»³⁸.

Em nosso entender, é neste quadro de encontro com a estranheza dos novos cinemas europeus e em particular com a da vanguarda narrativa francesa que Manuel Luiz Vieira escreve, realiza e produz *O Fauno das Montanhas*, antecipando em 1926-1927 o exercício de criação fílmica que Brum do Canto, de forma mais radical, experimentará no seu ensaio visual dedicado a L'Herbier, três anos depois, então também com a colaboração de Vieira na fotografia³⁹.

Ora, o efeito fantástico detetável no filme de Manuel Luiz Vieira resulta, precisamente, da convocação dessa estranheza para a sua tessitura: estranheza que tanto é formal e temática, quanto filosófico-conceptual. Na verdade, a experimentação deste novo tipo de cinema sinaliza, na cinematografia de Vieira de meados dos anos 1920, um interesse inequívoco pela modernidade fílmica, pensada enquanto criação subjetiva e artística e já não apenas como registo mimético e jornalístico do mundo. Mas talvez mais importante do que isso seja o facto de, em *O Fauno das Montanhas* (e provavelmente em *A Indigestão*), encontramos um Manuel Luiz Vieira

³⁴ «A Cena Muda. O Cinema. [...]», 18-08-1922, p. 2.

³⁵ Note-se que, em 1928, Vieira passará a trabalhar, no continente, para a Mello, Castello Branco, dirigida por Maria Emília Castello Branco que, enquanto atriz, participou nos dois filmes produzidos pela Fortuna Filmes de Castro e Almeida: *A Sereia de Pedra* (1922) e *Os Olhos da Alma* (1923).

³⁶ CASTRO E ALMEIDA, 12-08-1922, «Um 'film' português», p. 1.

³⁷ CASTRO E ALMEIDA, 12-08-1922, «Um 'film' português», p. 1.

³⁸ BÉRTOLO, 2021, «Um Cinema da Mente: *A Dança dos Paroxismos* [...]», p. 9.

³⁹ Leia-se "ensaiaando" no sentido profundo proposto por Bértolo (2021, «Um Cinema da Mente: *A Dança dos Paroxismos* [...]», pp. 14-17) acerca d'*A Dança dos Paroxismos*.

que questiona a validade do próprio cinema mimético e regionalista que realizava na Madeira desde 1922 e que, mesmo na ECA, continuará a produzir, respondendo às solicitações do mercado local e da diáspora insular. Nesta interrogação, o cineasta madeirense acompanha uma vez mais outros autores europeus coevos, cuja experiência de criação fílmica os conduziu, como salientou João Mário Grilo, a uma questão mais complexa e assombrosa, de caráter filosófico, e que se prende com a «dúvida generalizada sobre a realidade e a possibilidade do seu conhecimento absoluto»⁴⁰.

João Mário Grilo lembra ainda que, enquanto «máquina de figuração da mobilidade», a que apenas interessam «os aspectos estáveis, as formas fixas» se estes forem «amplamente ampliados ou reduzidos» (i. e., se sobre eles a câmara operar movimentos de aproximação ou distanciamento, mostrando, assim, a «'verdade' extremamente complexa do real»), mas também enquanto «dispositivo de desconstrução sistemática da natureza fixista e cristalizadora dos padrões normalizados» de imagens (algo que viria a gerar diversas filosofias «da experiência cinematográfica», mas também uma «filosofia cinematográfica da, experiência»), o cinema, nesses anos 1920, tornou evidente que «nem sempre o que nos parece mais real é mais verdadeiro»⁴¹. Como notou José Bértolo a respeito de *A Dança dos Paroxismos*, o cinema, enquanto dispositivo de criação visual, podia inclusivamente almejar «a representação do invisível» e a «figuração de imagens e processos mentais»⁴². Ou seja, por esses anos, o cinema acompanhava e agudizava a crise epistémica e da representação que marcou o debate cultural e a criação artística da transição entre os séculos XIX-XX. Uma crise a que Manuel Luiz Vieira, em *O Fauno das Montanhas*, não terá sido indiferente, como também não foi Virgínia de Castro e Almeida quando, no artigo de 1922 (citando Abel Gance), afirmava que ao cinema caberia «créer la nouvelle musique lumineuse, de reveler les routes inconnues du Septième Art, et d'élever les coeurs plus haut»⁴³. Outra forma de dizer aquilo que João Mário Grilo notou a respeito dos novos cinemas europeus dos anos 1920: o cinema queria «trazer à superfície uma realidade desconhecida da própria realidade»⁴⁴.

⁴⁰ GRILO, 2008, *As Lições do Cinema. Manual de Filmologia*, p. 66.

⁴¹ GRILO, 2008, *As Lições do Cinema. Manual de Filmologia*, pp. 64-66.

⁴² BÉRTOLO, 2021, «Um Cinema da Mente: *A Dança dos Paroxismos* [...]», p. 24.

⁴³ CASTRO E ALMEIDA, 12-08-1922, «Um 'film' português», p. 1.

⁴⁴ GRILO, 2008, *As Lições do Cinema. Manual de Filmologia*, p. 66.

Também por isto, a desatenção dada ao fantástico em *O Fauno das Montanhas* e a insistência na tresleitura realista ou até regionalista do filme (sempre hesitante, de resto) parecem-nos ter subvertido o sentido profundo que Vieira imprimiu nesta fita, cujo título nos remete para o sobrenatural ou o irracional, para a impulsividade incontrolável da natureza e para a experiência inebriante do corpo lascivo e do amor erótico, celebrados na dança das ninfas em torno de Amor (na abertura da fita) e depois nos planos da sedução/perseguição do fauno. Um filme cuja quarta parte encerra com a sequência da despedida entre Jenny e o guarda/fauno, marcada por uma enigmática intimidade entre ambos, que o último intertítulo interrogativo sublinhará: «Porque será tão triste a despedida, mesmo entre pessoas que nunca se tinham visto e nunca mais se tornarão a vêr?». Índices discursivos criadores de ambivalências interpretativas próprias do fantástico e que afastam inequivocamente *O Fauno das Montanhas* de uma poética realista e regionalista.

Acerca do fantástico, Silvina Rodrigues Lopes lembra que, tradicionalmente, a sua «delimitação [...] obedece [...] a uma lei – ‘hesitação entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos evocados’», «abismo aberto pela vacilação, hiato de uma articulação de narrativa» que depende da «possibilidade/impossibilidade de um ponto de vista de compreensão dos acontecimentos narrados, fora dele sem que os justifique»; hesitação que, ao emergir, põe «em questão a existência de uma oposição irreduzível entre real e irreal», exigindo do leitor/espectador, em última análise, a adesão ao princípio transgressivo e desorganizador da «indecidibilidade da produção de sentido numa cadeia de substituições sem princípio nem fim»⁴⁵.

Consideramos que muitas das reservas suscitadas por *O Fauno das Montanhas* decorreram do desconforto causado por essa instabilidade interpretativa, essa indecidibilidade sobre personagens e ações situadas num mundo (re)conhecido como *mimesis* do quotidiano madeirense, mas numa narrativa que comportava fenómenos não cabalmente explicáveis do ponto de vista racional e que, desse modo, escapavam à ordem do entendimento, abalando a relação do público ou com o filme, ou com o seu próprio mundo.

⁴⁵ LOPES, 1992, «O Apocalíptico em Alguma Literatura Fantástica Recente», pp. 151 e 153.

Imagem 15: Fotograma d'*O Fauno das Montanhas* de Manuel Luiz Vieira



Fonte: Coleção Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.

Parte substancial d'*O Fauno das Montanhas* cria, de facto, esta instabilidade, quando representa o guarda/fauno e os episódios de interação deste com Jenny, através da subjetivação da câmara, que faz coincidir o ponto de vista da narrativa fílmica com o ponto de vista da filha do naturalista inglês, oscilante em classificar esses episódios como fenómenos com intervenção sobrenatural ou como racionalmente explicáveis por uma queda momentânea da jovem no delírio ou sonho. A partir da sequência em que, alucinada entre a vigília e a fantasmagoria da perseguição pelo fauno, Jenny atinge o guarda com um tiro, e, arrependida, jura ao pai ter sido «este o ultimo desvario da [sua] fantasia», o filme parece querer suspender o efeito de fantástico. Daí em diante, a câmara perde o carácter subjetivo, distanciando-se do olhar perturbado da jovem inglesa, sugerindo, assim, ter esta adotado em definitivo uma perspetiva racional sobre a sua relação com o guarda, agora despido da máscara alucinada de fauno.

Porém, essa tentativa de estabilização racional acaba por intensificar a ambiguidade do sentido construído pela fita, justamente pelo carácter súbito com que Manuel Luiz Vieira força a racionalização da estratégia narrativa, abdicando de uma focalização que acompanhe o pulsar interior das personagens, mas sem antes ter esclarecido muitos dos vazios que as hesitações de Jenny haviam instalado no filme.

Por um lado, a cena da perseguição fantasmagórica é deixada em suspenso, sem que o espectador conheça o resultado final do gesto de aparente resgate de Jenny pelo seu perseguidor, à beira do abismo. Enigma intensificado quer pela transgressiva intimidade evidenciada entre a jovem inglesa e o vilão madeirense, depois do episódio do tiro e da suposta retoma de lucidez racional por parte de Jenny, quer pela ambiguidade dos intertítulos (todos terminados com reticências) que acompanham as imagens do suposto sonho: «Entre o sátyro e o abismo, Jenny prefere a morte, mas...»; «As aguas continuam cantando a sua eterna canção de dôr imensa...»; «Uma alma desfalece em agonia infinita...»; «E Jenny... a mesma Jenny... acorda finalmente do pesadelo horrível...».

Assim, longe de um tranquilizador *happy end* como acontece em *A Calúnia*, *O Fauno das Montanhas* encerra com o sobressalto da hesitação e com a nebulosidade das reticências, da interrogação sem resposta e de imagens ambíguas, como o desconcertante grande plano do rosto do guarda/fauno a enxugar as lágrimas causadas pela partida de Jenny, subvertendo, uma vez mais, os anteriores papéis atribuídos a ambas as personagens. A hesitação já não se situa apenas entre a explicação sobrenatural ou a explicação natural para os factos vividos pelos dois protagonistas; alarga-se agora à dúvida sobre qual das duas personagens foi afinal agressora e qual foi vítima, estendendo-se a hesitação, conseqüentemente, à própria imagem da Madeira construída pelo filme (paraíso ou inferno? E para quem: os que visitam ou os que são visitados?).

Se a seqüência coreográfica de abertura da fita, pela inscrição da harmonia clássica da dança das ninfas, confere à Madeira um carácter idílico (perspetiva tão cara à retórica regionalista de então e que se reencontra nos *filmes de factos* de Vieira), a emergência do estranho e do fantástico torna inviável aceitar como verdade inquestionável essa ou qualquer outra imagem definitiva da ilha. Embora retratada como um universo sublime, na sua exuberante vitalidade natural, em contínua metamorfose, a ilha apresenta-se incompreensível de forma absoluta e estável, à semelhança do que ocorre com o guarda/fauno que a parece alegorizar.

Portanto, em 1927, ao *novo* cinema de Vieira interessava sobretudo (como afirma João Mário Grilo acerca dos impressionistas franceses) trazer à «superfície uma realidade desconhecida da própria realidade»; a diferença invisível ou invisibilizada em filmes anteriores⁴⁶. E neste quadro de referências, construir uma imagem cinematográfica da Madeira implicaria sempre repensar e reinventar o cinema

⁴⁶ GRILO, 2008, *As Lições do Cinema. Manual de Filmologia*, p. 66.

mimético até então produzido na ilha e ensaiar uma nova imagem sem escapar ao abismo da indecidibilidade e, conseqüentemente, à sedução do fantástico.

Referências

- AAVV, 1926, *A Calúnia. Escripto e Realizado por Manuel Luiz Vieira*, Funchal, ECA.
- «A Calunia», 06-05-1926, in *Jornal da Madeira*, n.º 714, p. 2.
- «A Scena Muda. O Cinema. Como Ele Póde Sêr um Grande Meio de Educação. Uma Palestra com o Professor Sr. Dr. Alberto Jardim», 18-08-1922, in *Diário da Madeira*, n.º 3386, p. 2.
- ALMEIDA, Ana Paula, 2021, «Manuel Luiz Vieira: Uma Vida Dedicada à Imagem (1920-1952)», in *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, n.º 3, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, pp. 513-559, disponível em <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/54/60>.
- ALMEIDA, Ana Paula, 2010, *Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira. Apontamentos para a História do Cinema na Madeira de 1897 a 1930*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- BÉRTOLO, José, 2021, «Um Cinema da Mente: *A Dança dos Paroxismos* (1929) e a Primeira Vanguarda Francesa», in *Aniki. Revista Portuguesa da Imagem em Movimento*, vol. 8, n.º 1, Lisboa, ANIM, pp. 4-26, disponível em <https://aim.org.pt/ojs/index.php/revista/article/view/732>.
- CASAI-MONTEIRO, Adolfo, 25-06-1930, «Cinema. *Maria do Mar*», in *Princípio*, n.º 3, p. 10, disponível em <http://ric.slihi.pt/Principio/visualizador/?id=20005.003&pag=10>.
- CASTRO E ALMEIDA, Virgínia de, 12-08-1922, «Um 'film' português», in *Diário da Madeira*, n.º 3381, p. 1.
- CASTRO, Maria João, 2014, *Lisboa e os Ballets Russes*, 2.ª ed., Lisboa, FCSH-UNL.
- «Cinematografia Madeirense. O Fauno das Montanhas», 05-06-1927, in *Diário da Madeira*, n.º 4772, p. 1.
- «Cinematografia Madeirense. Nova produção da Empreza Atlantida», 27-05-1926, *Diário de Notícias*, n.º 15585, p. 1.
- «D. Virginia de Castro e Almeida», 11-05-1927, in *O Jornal*, n.º 103, p. 1.
- «D. Virginia de Castro e Almeida», 04-06-1927, in *O Jornal*, n.º 123, p. 1.
- «Empreza Cinegrafica Atlantida "A Calúnia"», 06-05-1926, in *Diário de Notícias*, n.º 15569, p. 1.

- «Filmes madeirenses», 11-05-1927, in *O Jornal*, n.º 103, p. 3.
- «Filmes madeirenses», 13-05-1927, in *O Jornal*, n.º 105, p. 3.
- «Filmes madeirenses», 15-05-1927, in *O Jornal*, n.º 107, p. 2.
- «Filmes madeirenses», 04-06-1927, in *O Jornal*, n.º 123, p. 3.
- GRILO, José Mário, 2008, *As Lições do Cinema. Manual de Filmologia*, Lisboa, Edições Colibri.
- KRACAUER, Siegfried, 1997, [1960], *Theory of Film, the Redemption of Physical Reality*, Princeton, Princeton University Press.
- LOPES, Silvina Rodrigues, 1992, «O Apocalíptico em Alguma Literatura Fantástica Recente», in SEIXO, Maria Alzira (coord.), *O Fantástico na Arte Contemporânea*, Lisboa, FCG/ACARTE, pp. 151-159.
- LOURENÇO, António, 22-09-1928, «A propósito do “Fauno das Montanhas” e da “Calúnia”», in *Cinéfilo*, n.º 9, pp. 24-26, disponível em <http://revistacinefilo.blogspot.com/>.
- MATOS-CRUZ, José de, 1981, *Arquipélago da Madeira – Um Roteiro Fílmico*, Funchal, Difusão-Cine-Forum do Funchal.
- «O Fauno das Montanhas. Cine-fantasia de Manuel Luís Vieira», 25-08-1928, in *Cinéfilo*, n.º 7, pp. 16-17, disponível em <http://revistacinefilo.blogspot.com/>.
- PEREIRA, Ana Sofia, 2019, «Virgínia de Castro e Almeida. Recuperando Memórias do Cinema e Guionismo em Portugal», in *Atas do VIII Encontro Anual da AIM*, Aveiro, AIM, pp. 88-99.
- SALGUEIRO, Ana, 2021, «Fotografia e Cinema: Representações da Madeira entre Jornalismo, Etnografia e Propaganda Turística nas Primeiras Décadas do Século XX. O Caso da Madeira Film e do seu Homem da Câmara», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, pp. 421-512, disponível em <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm>.
- SILVA, Rui Guilherme, 2019, «Psicanálise Primária do Filme *O Fauno das Montanhas* (1926) de Manuel Luiz Vieira», in *Translocal. Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas*, n.º 4, disponível em <https://translocal.cm-funchal.pt/wp-content/uploads/2019/01/RuiGuilhermeSilva4Translocal.pdf>.
- «Teatro-Circo», 02-06-1927, in *O Jornal*, n.º 120, p. 2.
- «Teatro-Circo. «O Fauno das Montanhas» e «A Indigestão»», 13-05-1927, in *Diário da Madeira*, n.º 4754, p. 1.

«Teatro-Circo. «A Deshumana». Um «film» modernista que revolucionou a cinematografia, e que estreia hoje no Circo», 06-05-1926, in *Diário de Notícias*, n.º 15569, p. 2.

VAX, Louis, 1987, *La Séduction de l'étrange. Étude sur La Littérature Fantastique*, 2^e édition, Paris, PUF.

VIDEIRA SANTOS, A., 1992(?), *Manuel Luís Vieira. Filmografia Madeirense 1922-1928*, dactiloscrito existente no Centro de Documentação da Cinemateca Portuguesa, cota 81 Vieira.SAN.

Um Projeto Utópico: O Estabelecimento de uma Colónia Naturista Infantil na Madeira (1929)

A Utopian Project: The Establishment of a Children's Naturist Colony in Madeira (1929)

*Isabel Drumond Braga*¹

Resumo

Em Portugal, durante as primeiras décadas do século XX, foram crescendo os adeptos do vegetarianismo e do naturismo, devido à ação da Sociedade Vegetariana de Portugal. A ligação entre as duas realidades foi palpável desde cedo. Isto é, os adeptos destas práticas defendiam ideias semelhantes: benefícios da água, do ar, do sol e, conseqüentemente, de uma vida em contato com a natureza, a par de uma alimentação natural, isenta de carne e de peixe, em paralelo aos ataques ao tabaco, às bebidas excitantes e ao álcool. Naturistas e vegetarianos estavam de acordo que uma maneira de viver não conforme às leis da natureza era a principal causa das enfermidades. O maior ativista do vegetarianismo foi Amílcar de Sousa (1876-1940), médico formado na Universidade de Coimbra, em 1905, que aderiu ao naturismo em 1910, depois de ter se tornado vegetariano. Além de ter sido autor de diversas obras, em 1929, propôs à Sociedade das Nações a criação de uma colónia naturista infantil na ilha da Madeira.

Palavras-chave: Amílcar de Sousa; Colónia Naturista; Ilha da Madeira; Utopia; Vegetarianismo; Século XX.

Abstract

In Portugal, during the first decades of the 20th century, supporters of vegetarianism and naturism grew, due to the actions of the Sociedade Vegetariana de Portugal. The link between the two realities was palpable from an early age. The followers of these

¹ Professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadora do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, da Universidade de Évora (CIDEHUS-UÉ); do Centro de História, da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa) e membro da comissão científica do Instituto Universitario "La Corte en Europa", da Universidad Autónoma de Madrid (IULCE-UAM). Endereço eletrónico: isabeldrumondbraga@gmail.com.

practices defended similar ideas: benefits of water, air, sun and, consequently, a life in contact with nature, along with a natural diet, free from meat and fish, in parallel with attacks on tobacco and exciting drinks and alcohol. Naturists and vegetarians agreed that a way of life that did not conform to the laws of nature was the main cause of illness. The greatest vegetarianism activist was Amílcar de Sousa (1876-1940), a medical doctor who graduated from the University of Coimbra in 1905. He joined naturism in 1910, after becoming a vegetarian. In addition to having authored several works, in 1929, he proposed to the League of Nations the creation of a children's naturist colony on the island of Madeira.

Keywords: Amílcar de Sousa; Naturist Colony; Madeira Island; Utopia; Vegetarianism; 20th Century.

1. Das Origens do Vegetarianismo na Europa

A defesa e a adoção do vegetarianismo podem ter como pano de fundo motivações religiosas, médicas, ecológicas e éticas. Tiveram raízes longínquas na Antiguidade, embora os argumentos científicos só tenham sido objeto de expressão a partir do século XIX, enquanto a saúde e a ética, em particular o altruísmo e a preocupação com o sofrimento dos animais, deram as mãos durante o século XX. Apesar de a defesa do consumo de alimentos de origem vegetal ter tido início na tradição filosófica indiana, designadamente por meio de religiões como o hinduísmo e o budismo, foi durante a Antiguidade clássica, em especial com Pitágoras (c. 570 a. C – c. 495 a. C.), Plutarco (c. 46-120) e Porfírio de Tiro (c. 234-c. 304), que se defenderam posições relevantes para a cultura ocidental, as quais, contudo, permaneceram bastante subalternizadas durante a Idade Média. O debate, em especial no campo médico, desenvolveu-se a partir do século XVII, incidindo sobre os malefícios do consumo de carne². Não obstante, no Ocidente, a opção vegetariana só entrou em voga no século XIX. O termo vegetariano criou-se no fim dos anos de 1830 e generalizou-se a partir de 1847, quando se criou a Vegetarian Society, em Ramsgate – Inglaterra³. Neste momento, a dieta pitagórica mudou oficialmente de nome. A nova associação teve como órgão de difusão das suas ideias o *The Vegetarian messenger*, periódico em que muitos artigos enfatizaram os benefícios morais e espirituais de abstenção do consumo de carne.

² LARUE, 2015, *Le Végétarisme et ses ennemis* [...], pp. 16-66; SPENCER, 2016, *Vegetarianism: a history*, pp. 43-69; LARUE, 2021, *Le Végétarisme des Lumières*.

³ TWIGG, 1981, *The Vegetarianism movement in England* [...].

As posições dos membros da associação nem sempre foram isentas de polémica e de divisões internas, sendo uma das mais significativas a que ocorreu já no século XX, concretamente, quando Donald Watson (1910-2005) fundou, em Londres, a Vegan Society, em 1944. Efetivamente, o consumo de ovos e de queijo não era consensual e as posições extremaram-se, levando à rutura. Elsie Shrigley (1899-1978) e Donald Watson abandonaram a Vegetarian Society. A criação da nova associação e o lançamento da revista *The Vegan News* começaram timidamente, só tendo maior amplitude a partir de 1990, tendo a indústria aproveitado para ir lançando no mercado falsas carnes e falsos ovos, a partir de substâncias vegetais.

A criação da Vegetarian Society, em 1847, abriu as portas a criações similares. O movimento estendeu-se aos Estados Unidos da América (1850), Alemanha (1867), Áustria (1879), Suíça (1888), Nova Zelândia (1892), Austrália (1886), França (1899), Holanda (1900), e, já no século XX, Rússia (1903), Suécia e Noruega (1906), Grécia (1908), Espanha, Suíça, Bélgica e Áustria (1909), Hungria e Portugal (1911) e Itália (1952), testemunhando o crescimento do vegetarianismo enquanto doutrina autónoma, embora não isenta de divergências no seu seio, a maior das quais irá dar origem à criação do movimento *vegan*.

2. Das Origens do Movimento Vegetariano em Portugal

Em Portugal, não obstante algumas ações anteriores⁴, foi com a fundação, em 1 de março de 1911, no Porto, da Sociedade Vegetariana de Portugal, pelo comité da revista, de periodicidade irregular, *O Vegetariano* (1909-1935), dirigida por Amílcar de Sousa, que irá ter início um período de crescimento e afirmação do vegetarianismo. O estatuto-programa deu ainda a conhecer a comissão fundadora que o produziu, constituída por Amílcar de Sousa, presidente; Jerónimo Caetano Ribeiro, secretário; Manuel de Oliveira Borges, secretário; e ainda os vogais Eduardo de Lima Lobo (falecido em 1920) e Manuel Teixeira Leal. Como presidente honorário foi escolhido o escritor e crítico literário Jaime de Magalhães Lima (1859-1936), naturalmente vegetariano, admirador de Tolstoi e colaborador em diversas publicações periódicas, incluindo *O Vegetariano*⁵.

A expansão das ideias vegetarianas e naturistas de forma organizada chegou a Lisboa em 1912, onde, a 12 de outubro, foi fundado o Núcleo Naturista de Lisboa – que,

⁴ BRAGA, 2019, *Das origens do vegetarianismo em Portugal* [...], pp. 41-44.

⁵ BRAGA, 2019, *Das origens do vegetarianismo em Portugal* [...], pp. 44-52.

em 1916, passou a Sociedade Naturista Portuguesa – pela iniciativa de Luciano Silva, Roberto das Neves e Carvalho Brandão. Por outro lado, na capital, foi particularmente ativo na divulgação dos ideais vegetarianos e naturistas o médico Augusto Ardisson Ferreira (1873-1932), o qual teve relações próximas com a Sociedade Vegetariana, uma vez que foi delegado daquela agremiação em Lisboa. O crescimento do movimento vegetariano pode perceber-se pelo número de sócios da Sociedade Vegetariana de Portugal: 955 em 1912, 895 em 1912, 2838 em 1913, 2916 no ano seguinte e 4018 em 1915, a maioria do sexo masculino⁶.

Figura de relevo e ativista a favor do vegetarianismo e do naturismo foi Amílcar de Sousa (1876-1940), oriundo de uma família de viticultores do Douro. Formado em Medicina, pela Universidade de Coimbra, em 1905, por volta dos 30 anos, começou os estudos de dietética – em Paris, Londres e Vichy – e, progressivamente, abandonou a dieta omnívora. Cerca de cinco anos mais tarde, tornou-se frutívoro e depois crudívoro. Foi ficando cada vez mais convencido dos benefícios do vegetarianismo pelas leituras de vários autores estrangeiros e pelos efeitos que sentia na sua própria saúde. Em 1910, já vegetariano, aderiu ao naturismo, segundo o depoimento que integrou no “Testamento naturista”, escrito próximo da sua morte, depois de ter viajado para Paris, onde se especializou em ciências da nutrição. Aí tomou conhecimento de obras e orientações diversas.

Estudar o naturismo implica ter presentes conceitos como os de regeneração e de regresso à natureza, em oposição à degeneração e à vida artificial, fruto de consumos embriagantes e envenenadores como álcool, tabaco e carne. Importa, contudo, ir mais além, integrando o uso de vestuário ligeiro, a escrupulosa higiene pessoal e da casa, a prática de exercício físico e a exposição regular do corpo ao sol e à água. Deste modo, os adeptos do naturismo defendem projetos de regeneração do corpo e da sociedade, procurando criar seres com valores diferenciados dos da realidade em que vivem. É, conseqüentemente, a busca de um novo discurso sobre as relações entre o corpo e a sociedade, através de um sistema de valores e de regras comportamentais.

O discurso, por vezes em tom agressivo, quase sempre denunciador e visando convencer os omnívoros, levado a efeito por Amílcar de Sousa para se referir aos não vegetarianos não foi de todo original. Seguiu os tópicos dos temas das prédicas de outros vegetarianos e naturistas estrangeiros, cujas obras foram bem conhecidas do ativista português, um leitor ávido, que frequentemente aludiu a novas descobertas

⁶ BRAGA, 2019, *Das origens do vegetarianismo em Portugal* [...], pp. 67-68.

de outros médicos naturistas. Ressalte-se que foi também tradutor de várias obras e impulsionador de uma biblioteca naturista em língua portuguesa, publicações com várias dezenas de títulos, dadas a conhecer ao público através das últimas páginas de *O Vegetariano*, do *Almanaque Vegetariano* e de publicidade neles inserida. Ou seja, mais do que um criador, Amílcar de Sousa foi um divulgador, um missionário, um apóstolo do vegetarianismo e do naturismo, que usou diversos meios ao seu alcance para formar e catequizar novos adeptos.

Foi através de expressões como «feita de sangue e de fogo» ou «alimentos cadavéricos preparados ao fogo» que Amílcar de Sousa, em consonância com outros naturalistas, como por exemplo Magalhães Lima ou Eliezer Kamenesky⁷, se referiu à alimentação omnívora. E, no mesmo tom, não deixou de defender ideias como «o Homem, libertando-se da prisão do fogo, não precisa da cozinha, onde principalmente se fabrica a morte» ou «é preciso regressar à natureza [...]. O Homem é um puro frugívoro, entretanto num regime de transição, o leite, os ovos e o mel são alimentos admissíveis, o que é inadmissível é a carne dos cadáveres dos animais», ou ainda «comendo alimentos de lume não se vive senão em contínuo desmerecimento fisiológico»⁸. Consequentemente, o vegetarianismo de carácter frugívoro e crudívoro era a única dieta verdadeiramente aceitável, a qual deveria ser complementada com exercício físico e banhos de sol.

Além do ataque cerrado ao consumo de animais e seus derivados, outros géneros foram igualmente atingidos. Neste âmbito, refira-se em particular o vinho e o álcool em geral, as bebidas excitantes, o açúcar e ainda o tabaco que, não sendo um alimento, entrava no grupo dos produtos cujo uso combatia. Se todos estes eram vistos negativamente, no caso das bebidas alcoólicas o problema assumia proporções que preocupavam vegetarianos e omnívoros, chegando a desencadear algumas medidas de saúde que, contudo, entravam em choque com os interesses dos viticultores. Não esqueçamos o dualismo de Amílcar de Sousa, produtor vinícola duriense, defensor do consumo de uvas e do seu respetivo sumo, mas também de vinho do Porto, embora em contextos separados e sem comunicação, isto é, a defesa do naturismo e a dos interesses dos produtores, respetivamente.

Amílcar de Sousa foi autor de diversas obras, três das quais traduzidas para castelhano e uma delas publicada apenas naquela língua. Deixou ainda uma incompleta, em 1940, data da sua morte, sobre vitaminas. Destaquem-se *O Naturismo* (1912, 1913, 1916, 1917, ...), *A cura da prisão de ventre* (1915, 1923), *A saúde pelo*

⁷ BRAGA, 2018, «Eliezer Kamenesky (1888-1954): vegetariano do mundo», pp. 81-95.

⁸ BRAGA, 2019, *Das origens do vegetarianismo em Portugal* [...], p. 101.

naturismo (1916, 1923, ...), *Arte de viver* (s.d., 1927, 1934) e *Banhos de sol* (1937). Todas versaram sobre os problemas higienistas, naturistas e vegetarianos. O único texto literário, uma novela, intitulada *Redenção*, cuja primeira edição datou de 1923, não fugiu ao tema⁹. As obras insistiram todas no mesmo assunto: a dieta vegetariana, complementada pelas práticas naturistas. São textos de divulgação, nos quais se atacou de forma incisiva a dieta omnívora e a medicina tradicional, defendendo-se de maneira eloquente o regresso à natureza como forma de regeneração do Homem.

Os qualificativos com que Amílcar de Sousa e outros vegetarianos brindaram alguns géneros foram sempre fortes. Por exemplo, o caldo de galinha era «chá de cadáveres», a carne e o peixe «alimentos tóxicos e perturbadores», os ovos «fetos de animais ainda antes de estarem chocados», o sal «droga medicamentosa», a manteiga «pouco se digerida» e o pão branco era «só amido». Ao álcool em geral, considerou-o um «excitante maquiavélico», o café, uma «bebida fortemente depressora» e um «puro excitante», enquanto o chá «mumifica[va] as pessoas», ambos eram «perturbadores nervosos», ao mesmo tempo que o cacau e o chocolate eram «detestáveis bebidas». Em suma, todos os «modificadores intelectuais» eram «detestáveis», pois o que saía de um «cérebro embriagado eram quadros indecorosos, versos de bordel e prosa de lupanar»¹⁰.

A passagem da dieta omnívora para a vegetariana deveria ser feita paulatinamente, primeiro consumindo os alimentos a suprimir apenas numa das refeições diárias até os conseguir eliminar por completo. O mesmo se preconizou para a adoção do regime crudívoro. Se todos seguissem estes preceitos, ou quando todos os adotassem, alcançar-se-ia uma situação ideal, com fortes consequências na paisagem agrícola, na organização dos ofícios e até do espaço doméstico, em particular nas cozinhas.

Na primeira fase do vegetarianismo português, isto é, até ao final da década de 1930, os membros do movimento desdobraram-se em iniciativas diferenciadas, em particular nos meios urbanos, aqueles que consideravam necessitar de uma reforma alimentar mais urgente. Entre estas contaram-se a publicação de textos de divulgação em livros e revistas, quer especializadas, quer generalistas, a tradução de obras de autores estrangeiros, em particular sobre as matérias ligadas à alimentação e aos diversos métodos de educação física; a promoção de núcleos naturistas em vários pontos do país e de sociedades vegetarianas e naturistas no Brasil, chegando

⁹ BRAGA, 2019, *Das origens do vegetarianismo em Portugal* [...], p. 152.

¹⁰ BRAGA, 2019, *Das origens do vegetarianismo em Portugal* [...], pp. 160-161.

a tentar fundar colónias naturistas no Pará¹¹; a realização de conferências pelo país, com destaque para Lisboa e Porto, mas sem esquecer muitas cidades e vilas mais pequenas e ainda em outras iniciativas mais modestas mas empenhadas. Apesar do forte investimento humano e material, o movimento vegetariano e naturista português conheceu uma acalmia significativa, uma quase extinção, a partir de 1936. Ressurgirá, em novos moldes, com uma outra geração, aparentemente mais discreta e mais púdica, após a II Guerra Mundial (1939-1945), em especial na década de 1950.

3. O Projeto de Criação de uma Colónia Naturista na Ilha da Madeira

Amílcar de Sousa, tal como antes fizera o médico e ensaísta Ângelo Jorge (1883-1922), através da utopia que publicou, propôs o que entendeu ser um modelo de organização social mais perfeito do que aquele em que estava inserido. Ambos se serviram, como artifício literário, do expediente de um naufrágio para atingir uma ilha e aí viver de acordo com a natureza e procriar. Porém, enquanto Ângelo Jorge escolheu um naufrago europeu que chegou a uma ilha habitada e aí conviveu com a população que se mantinha de acordo com as leis da natureza, casando-se com uma mulher local; Amílcar de Sousa preferiu um casal de naufragos americanos que alcançou uma ilha deserta e, pelo seu engenho e necessidade de sobreviver, teve de adotar a dieta frutívora. Se o primeiro notou que os habitantes da ilha comiam sobretudo frutos e «nada de pratos da artificiosa cozinha civilizada, nem cadáveres de animais a nadar em lagos de molho extravagante nem vinhos capitosos que excitam e embriagam»¹², o segundo realçou que «o sangue intoxicado por uma alimentação necrófaga e com uma bebida de tóxicos e embriagantes [...], como se poderão conceber crianças evolutivamente, obedecendo a todas as regras naturais?»¹³.

As ideias utópicas na obra *Redenção* tiveram também eco parcial nas obras de divulgação que Amílcar de Sousa escreveu, designadamente em *Banhos de sol*, publicada em 1937, quando propôs que uma centena de crianças de todos os povos fosse enviada pela Sociedade das Nações para a ilha da Madeira, «local propício sob todas os aspetos e considerações para se criar essa nova escola de puericultura conforme a natureza»¹⁴. Na verdade, era uma ideia que já estava presente nos estatutos

¹¹ BRAGA, 2018, «Em busca do novo Éden no século XX [...]».

¹² JORGE, 2004, *Irmânia: novela naturista*, p. 39. A primeira edição é de 1912.

¹³ SOUSA, 2011, *Redenção: novela naturista*, p. 99. A primeira edição é de 1923.

¹⁴ SOUSA, 1937, *Banhos de sol*, pp. 181-182.

da Sociedade Vegetariana de Portugal, pois, entre os fins da agremiação, contavam-se, para além da fundação de bibliotecas naturistas, restaurantes vegetarianos, cozinhas económicas, cooperativas vegetarianas, estabelecimentos de cura natural, asilos de crianças e de inválidos, o aparecimento de colónias infantis frugívoras¹⁵.

Entretanto, em 1929, Amílcar de Sousa fez uma proposta à Sociedade das Nações. Tratava-se de uma organização internacional fundada em 28 de junho de 1919 e extinta em 20 de abril de 1946, com sede, a partir de 1920, em Genebra, que tinha como objetivo a reorganização das relações internacionais após a I Guerra Mundial (1914-1918), incluindo uma organização de saúde com três órgãos (gabinete de saúde, conselho geral, constituído por médicos e por peritos; e comité de saúde, para conduzir pesquisas e supervisionar o funcionamento dos projetos de saúde). As representações portuguesas nas assembleias da Sociedade das Nações contaram com a presença de médicos, designadamente Ricardo Jorge, que integrou o comité de higiene nas sessões 9.^a a 12.^a, de 1928 a 1931. Neste ano, o mesmo fez ainda parte das comissões de paludismo e de ópio¹⁶. A instituição publicou o *Journal Officiel de la Société des Nations*, onde terá surgido o texto da proposta de Amílcar de Sousa, que também será divulgada em *O Vegetariano*.

O projeto defendia que as crianças, após terem deixado o aleitamento materno, já terem dentição, mas sem haverem consumido alimentos cozinhados, drogas ou terem sido vacinadas, deveriam ser conduzidas à ilha da Madeira, o novo Éden, que não sendo nos trópicos, apresentava um clima agradável. As crianças deveriam ir acompanhadas por um processo, no qual constariam os antecedentes, e passar por criteriosos exames médicos. Ali, iriam crescer sob vigilância de médicos e enfermeiras naturistas de modo a usufruírem de ar livre, sol, exercício físico, sono regular, de acordo com o pôr e o nascer do sol, e alimentação frutívora e crudívora: «o coco daria o leite, as bananas serviriam de pão e as uvas e outros frutos sumarentos de bebida agradável e própria»¹⁷. Tratava-se, na opinião de Amílcar de Sousa, de um sanatório internacional infantil, composto por 10 crianças de cada país, que tivessem irmãos, os quais ficariam nos locais de origem para posteriormente se fazerem comparações, uma vez que a instituição «serviria de estudo, demonstração e estímulo para se iniciar o regresso ao viver ancestral»¹⁸.

¹⁵ *Almanaque Vegetariano Ilustrado de Portugal e Brazil*, 1913, n.º 1, pp. 87-93.

¹⁶ PACHECO, 1999, *Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930*.

¹⁷ SOUSA, 1937, *Banhos de sol*, p. 182.

¹⁸ SOUSA, 1929, «À Sociedade das Nações», p. 131.

Recorde-se que Amílcar de Sousa conhecera a Madeira em janeiro de 1920, quando se dirigia ao Brasil, para, no âmbito de um outro projeto utópico, levar a cabo a criação de uma comunidade naturista no Pará. O navio *Anselm*, em que viajava, fez escala na ilha e o médico não deixou de fazer diversas observações, algumas delas publicadas anos depois. Por exemplo, em 1929, ao relatar a experiência de nove anos antes, lamentou que a ilha estivesse muito abandonada e fosse quase desconhecida dos portugueses, só aproveitada pelos ingleses, que para ali se dirigiam fugidos dos rigores do inverno britânico. Fez igualmente notar que faltavam condições básicas à ilha – rede viária, saneamento e um porto com boas condições para receber os navios¹⁹ –, salientando que a agricultura deveria merecer mais cuidado – as anonas não eram perfeitas, os tomates não tinham sabor, as bananas estavam verdes e as laranjas pouco valiam (insista-se, estas são impressões de janeiro de 1920) – e para rematar considerou que: «a Madeira é para a Europa geograficamente uma guarda avançada de futuro certo»²⁰.

Se o projeto apresentado à Sociedade das Nações não surtiu efeito, também é certo que Amílcar de Sousa nunca deixou de o considerar exequível, ainda que em outros moldes, designadamente com a fixação de adultos naturistas na ilha. Em *A Vida Social*, de dezembro de 1939, cerca de três meses antes de falecer, foi muito claro acerca dessa possibilidade num artigo que publicou. Nele se deteve acerca da escolha do melhor sítio, os arredores do Funchal, portanto, sempre no campo, mas perto de uma cidade, retomando algumas das ideias que décadas antes já defendera em *O Naturismo*. Agora, o projeto, definido como um «ermitério naturista» aparece ainda mais depurado e mais simples do que o anterior. Porém, tudo foi pensado: a localização, a casa, o mobiliário, os cultivos, salientando a relevância de possuir uma quinta com bananeiras, coqueiros, anonas, abacates, etc., assim como uma boa horta bem tratada e completa; o tipo de alimentação e as eventuais atividades profissionais para quem delas precisasse. Em suma:

¹⁹ A necessidade de um bom porto era uma velha aspiração dos madeirenses sucessivamente adiada. O padre João Crisóstomo Espinola de Macedo (?-1828), eleito deputado substituto pela ilha da Madeira, em 1822, nas Cortes Constituintes, foi autor e defensor acérrimo de um projeto caro aos comerciantes do Funchal, o da construção de um porto franco na Madeira, o qual mereceu aceitação regional, com impacto nos meios de comunicação madeirenses, apesar de não agradar ao governador. O projeto acabou por não ser aprovado. Mais tarde, Lourenço José Moniz (1789-1857), eleito deputado pela Madeira na Câmara dos Deputados, mostrou o seu desagrado pela não aprovação do projeto, e ao mesmo tempo requereu que se pedisse ao governo que submetesse à câmara a memória sobre os melhoramentos na ilha antes apresentada por António Manuel de Noronha. Cf. LOJA, 2008, *Crónica de uma revolução* [...].

²⁰ SOUSA, 1926, «Turismo e naturismo», p. 119.

«um pomar e horta engrinaldada de trepadeiras de flores sempre viçosas, este pequeno paraíso de tamanho suficiente para produzir os bons frutos e vegetais todo o ano para uma alimentação vegetal suficiente. O fundamental para se viver em paz e tranquilidade é suprimir o dinheiro e evitar o dinheiro e os vícios da falsa civilização, a comida de sangue e de lume, assim como produtos fermentados, como o detestável pão e o vinho, o queijo e a carne, o peixe bem como as aves. Sem dúvida pode viver-se sem cozinha de fogo e de cadáveres. Quando muito se pode fazer um caldo sem sal de legumes variados, com azeite temperado ao qual se junte cebola ou salsa crua cortada, ou folhas de alface ou tomates crus para lhe dar mais vitaminas. Ou então juntem-se os vegetais numa panela especial, género marmita, onde se deitem sem água, batatas, cenouras, cebolas, couves, feijões ou grão-de-bico para cozerem a vapor sem sal [...]. Uma nova vida se consegue alcançar nestas paragens edénicas onde os frutos nunca faltam pendentes das árvores e onde a temperatura é suave sempre [...] a moradia será sumária e simples. A casa higiénica cifra-se em quatro compartimentos, quarto de dormir de 3mx3m, anexo outro de banho com chuveiro e tina, lavatório e sanitário. Mais dois compartimentos das mesmas dimensões fazem uma sala de receber e um quarto de hóspedes [...] mobilar com mobília típica de vime madeirense, quartos e saleta, onde se podem colocar estantes com livros e mesas de leitura bem como sofás cómodos e cadeiras de braços para descansar. Não é preciso ter cozinha. Em qualquer parte se põe uma panela marmita e uma máquina a gaz de petróleo se se não puder usar a electricidade. Esta fada dá a luz e faz acionar um aparelho de t-s-fios a maior descoberta dos tempos de hoje. Sem dúvida, se podia viver numa gruta e dormir sobre uma cama de fetos e uma manta de burel a cobrir-nos [...]. Essa morada, assim circundada e florida pode ser um modelo de casa barata e pode ser ampliada. Assim, porém, chega para um casal naturista ou para um solitário amigo de viver só com o seu ideal. A alimentação de frutos e saladas cruas não precisa de apetrechos vários. Num armário se podem guardar os sumários utensílios precisos e fazer da saleta de visitas uma saleta de comer e nas horas competentes ficar para estádio. A vida assim compreendida e elaborado um programa de levantar com o alvorecer e de dormir com o pôr-do-sol, deixa os dias livres para estudar, trabalhar no campo das hortas ou pomares ou mesmo num escritório da cidade próxima, numa indústria ou oficina querendo ou sendo preciso... as necessidades de quem ama este ideal são reduzidas. A leitura de bons autores assim como a cultura física seduzem quem abandona a civilização da guerra e dos vícios, dos ganhos e das empresas temerárias e falíveis [...]. Na Madeira é fácil tentar a realização pois há sol e fruta todo o ano e está a 36 horas de Lisboa, o cais da Europa mais ocidental e acolhedor»²¹.

4. O Fracasso de um Sonho

Pela militância e pelo desdobramento de iniciativas a que esteve ligado, Amílcar de Sousa, a partir do Porto, pretendeu revolucionar os costumes do país e, se possível, de outros espaços tais como o Brasil. Foi um divulgador que recorreu a um

²¹ SOUSA, 1939, «Um sonho irrealizável?».

discurso claro, contundente, normativo, exuberante, exacerbado e, por vezes, quase de carácter messiânico. Propagandeou os ideais vegetarianos e naturistas como se fosse um missionário ou até mesmo um apóstolo, usando, tal como muitos outros naturistas portugueses e estrangeiros, esses termos para se autodefinir. Do ponto de vista da linguagem laica, usou outro tipo de auto descrição, preferindo o termo fisiatra-eutrófico, ou seja, alguém qualificado em recuperação física e conselheiro na escolha dos alimentos adequados à saúde humana. Não só praticou o naturismo e o vegetarianismo nas vertentes frugívora e crudívora como foi, *avant la lettre*, *vegan*, quando as bases desse movimento ainda não tinham sido codificadas nem as ideias conceptualizadas.

Fontes e Bibliografia

Fontes Impressas

Almanaque Vegetariano Ilustrado de Portugal e Brazil, 1913, n.º 1, Porto, pp. 87-93.

JORGE, Ângelo, 2004, *Irmânia: novela naturista*, edição de José Eduardo Reis, Lisboa, Edições Quasi. (A primeira edição é de 1912.)

SOUSA, Amílcar de, 1937, *Banhos de sol*, Porto, Livraria Civilização.

SOUSA, Amílcar de, 2011, *Redenção: novela naturista*, Porto, Edições Afrontamento. (A primeira edição é de 1923.)

SOUSA, Amílcar de Sousa, 1929, «À Sociedade das Nações», in *O Vegetariano*, vol. 20, n.º 9-10, p. 131.

SOUSA, Amílcar de, 1939, «Um sonho irrealizável?», in *A Vida Social*, n.º 174, Montijo, 1 dezembro de 1939.

SOUSA, Amílcar de 1926, «Turismo e naturismo», in *O Vegetariano*, vol. 17, n.º 9, p. 119.

Bibliografia

BRAGA, Isabel Drumond, 2018, «Eliezer Kamenesky (1888-1954): vegetariano do mundo», in ROSA, Cristina (dir.), *Nel tempo e nella vita: il viaggio, metafora e realtà / No tempo e na vida: a viagem como metáfora e realidade*, Viterbo, Sette Città, pp. 81-95.

BRAGA, Isabel Drumond, 2018, «Em busca do novo Éden no século XX: os Portugueses e a fundação de colónias naturistas no Brasil», in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 25, n.º 3, pp. 659-678, disponível em <https://www.academia.edu/37669493/>.

- BRAGA, Isabel Drumond, 2019, *Das origens do vegetarianismo em Portugal: Amílcar de Sousa (1876-1940), o 'apóstolo verde'*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- LARUE, Renan, 2015, *Le Végétarisme et ses ennemis: vingt-cinq siècles de débats*, Paris, PUF.
- LARUE, Renan, 2021, *Le Végétarisme des Lumières*, Paris, Classiques Garnier.
- LOJA, António Egídio Fernandes, 2008, *Crónica de uma revolução: a Madeira na Revolução Liberal*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos.
- PACHECO, Cristina, 1999, *Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SPENCER, Colin, 2016, *Vegetarianism: a history*, 2.^a ed., Londres, Grub Street.
- TWIGG, Julia, 1981, *The Vegetarianism movement in England (1847-1981): study in the structure of its ideology*, Londres, Tese de doutoramento apresentada à London School of Economics, disponível em <http://ivu.org/history/thesis>, consultado em 11 de fevereiro de 2021.

Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)

Madeiran Migration to Angola and Mozambique (1940-1974)

*Odete Mendonça Henriques Souto*¹

Resumo

Este artigo analisa a migração madeirense para as províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, entre 1940 e 1974, não apenas numa perspetiva regional, como, também, paralelamente com a análise do fenómeno a nível nacional, apontando a existência de semelhanças e assimetrias entre ambos os casos.

A análise multidisciplinar é privilegiada, através do recurso a diferentes áreas do conhecimento, nomeadamente sociologia, demografia e história.

Este trabalho resultou na caracterização desses fluxos em termos estatísticos, demográficos e sociais. Adicionalmente, foi possível constatar que a migração para as províncias ultramarinas foi na Madeira menos expressiva do que a ocorrida no continente português, e, sobretudo, muito menor da registada para o estrangeiro.

Palavras-chave: Migrações; Madeira; Portugal; Províncias Ultramarinas; Angola; Moçambique.

Abstract

This article analyzes the Madeiran migration to the overseas provinces of Angola and Mozambique, between 1940 and 1974, not only from a regional perspective, but also, in parallel with the analysis of the phenomenon at national level, pointing out the existence of similarities and asymmetries between the two cases.

¹ Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em Ciências Sociais e mestre em Relações Interculturais pela Universidade Aberta. Autora de «Os “Retornados” de África – Integração na Madeira (1974-1977)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 649-692. Interessa-se por pesquisa multidisciplinar, com maior incidência nas áreas da sociologia, antropologia, demografia e história. Como principais temas de pesquisa os destaques vão para as migrações; identidades sociais, culturais e diversidades; relações interculturais; transnacionalismo; integração e transformação social. Endereço eletrónico: odete.mh.souto@madeira.gov.pt.

Multidisciplinary analysis is privileged, through the use of different areas of knowledge, namely sociology, demography and history.

This work resulted in the characterization of these flows in statistical, demographic and social terms. Additionally, it was possible to observe that migration to the overseas provinces was less expressive in Madeira than that which occurred on the Portuguese mainland, and, above all, much smaller than that registered abroad.

Keywords: Migrations; Madeira; Portugal; Overseas Provinces; Angola; Mozambique.

Introdução

A mobilidade é atualmente um fator promotor do desenvolvimento humano que tem vindo a provocar contínuas mudanças espaciais, territoriais e identitárias, contribuindo para a formação de sociedades multiculturais, transnacionais, diversificadas e detentoras de uma grande heterogeneidade identitária².

Como tal, o estudo da mobilidade populacional em geral e das migrações em particular, as suas dinâmicas e consequências nas sociedades, tem suscitado grande interesse por parte de académicos, cientistas, universidades e centros de investigação do nosso país, com a conseqüente proliferação de estudos científicos em torno da temática migratória.

Deste modo, encontram-se também alguns estudos de fluxos migratórios originários da Madeira (por exemplo: estudos sobre a emigração para o Havai, Venezuela, Brasil e África do Sul), no entanto, não encontramos referentes ao tema aqui em análise. Para além disso, existe um vasto trabalho a fazer na área das migrações, visto, conforme se sabe, encontrarem-se comunidades madeirenses nos quatro cantos do mundo, sendo a emigração uma característica proeminente na nossa Região. Ademais, para além da necessidade de se continuar a investir no estudo de determinados fluxos migratórios, necessitamos ainda de outros trabalhos mais abrangentes, que recaiam particularmente na análise das estruturas por detrás da própria constituição dos fluxos, sejam das emigrações ou das imigrações e também dos movimentos de retorno – também muito recorrentes na história da Madeira. Interessa perceber, para todos eles, as suas causas, dinâmicas e efeitos na sociedade madeirense.

² RAMOS, 2015, «Mobilidades e interculturalidades na contemporaneidade [...]», p. 267.

Antes de avançar, uma nota para quantificar o fenómeno migratório. Segundo a ONU, existem cerca de 281 milhões de migrantes internacionais no mundo³, o maior número de sempre. Quanto a Portugal, segundo as últimas estimativas (2017), existem cerca de 2,6 milhões de portugueses emigrados, representando 25% da sua população. Este número faz de Portugal o país da União Europeia com maior percentagem de emigrantes por população residente⁴.

A emigração continua a representar, portanto, uma característica muito importante do nosso país, tanto a nível nacional como nos arquipélagos, e o seu estudo em geral continua muito premente e atual. Desta feita, dedicamos este trabalho ao estudo do movimento migratório madeirense para as ex-colónias portuguesas de Angola e Moçambique.

A baliza temporal sobre o qual incide este estudo deriva, por um lado dos resultados da pesquisa bibliográfica que indicam que os fluxos só começaram a ganhar alguma expressão após o segundo quinquénio da década de quarenta, e, por outro, de uma questão metodológica – que tem a ver com a existência de estatísticas demográficas a partir de 1940 (e pouco mais do que isso) sobre o movimento de passageiros entre a metrópole e o ultramar. Quanto ao limite, o ano de 1974, conforme se sabe, é aquele que marca o retrocesso do movimento direcionado àquelas ex-províncias ultramarinas.

Recorremos à opinião de Joaquim Nazareth, quanto à dificuldade inerente ao estudo destes movimentos migratórios:

«Os sistemas de informação actualmente existentes em Portugal, como na generalidade dos países desenvolvidos, não estão preparados para um mundo predominantemente comandado, na sua dinâmica actual, pelos movimentos migratórios. O seu registo e a sua declaração, quer a nível interno quer a nível internacional, não são obrigatórios e o recurso a modelos probabilísticos com base na metodologia da translação, torna-se, na maior parte dos casos, muito difícil de aplicar. [...] A interdependência existente entre os diversos tipos de mobilidade espacial, tanto definitiva como temporária, bem como a existência de migrações pendulares, que por vezes se confundem com as migrações

³ As Recomendações das Nações Unidas sobre Estatísticas de Migração Internacional definem “migrante” como qualquer pessoa que mudou de país enquanto residência habitual, distinguindo entre “migrantes de curto prazo” (aqueles que mudaram por pelo menos três meses, mas menos de um ano) e “migrantes de longa duração” (aqueles que o fizeram há pelo menos um ano). No entanto, alguns países usam critérios diferentes para identificá-los, aplicando durações mínimas de residência que diferem das referidas anteriormente. Diferenças de conceitos e metodologias de coleta de dados entre os países dificultam a comparabilidade total das estatísticas sobre migrantes internacionais. Veja-se: IOM, 2020, *World Migration Report 2020*.

⁴ DGACCP, Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. e Observatório da Emigração, 2021, *Relatório da Emigração 2020*.

internas nas sociedades desenvolvidas, introduzem dificuldades adicionais na medição deste fenómeno»⁵.

Na busca por dados estatísticos acerca do movimento migratório da Madeira para as ex-colónias de Angola e Moçambique, elucidamos que o recurso às listas de passaportes emitidos pelo Estado português – utilizadas por vezes nos estudos sobre migrações – não é aplicável neste estudo, visto que para embarcar para aqueles destinos, no decorrer do período estudado, não era necessário estar munido de tal licença. Para além disso, «Como em 1907 os portugueses deixaram de precisar de passaporte para entrar nas colónias, este movimento migratório deixou de constar das estatísticas da emigração»⁶. Assim, as fontes de dados a que recorreremos foram as listas de embarque do porto do Funchal e as informações demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE). Quanto às primeiras, foram examinadas no núcleo museológico daquele porto⁷ e revelam-se improfícuas, pois apenas assinalam o volume de embarcados e desembarcados, não indicando o destino, nem a naturalidade dos passageiros, nem, tampouco, o motivo de viagem (se turismo ou migração). Haverá mais material na posse da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., no entanto, segundo a informação que nos foi prestada, encontra-se disperso e não catalogado, dificultando sobremaneira o acesso.

Ainda assim, estamos na posse das estatísticas demográficas do INE – que se encontram publicadas – e que, de acordo com a informação facultada tanto pela APRAM, como pela Direção Regional de Estatísticas da Madeira (DREM), foram elaboradas em articulação com informação cedida pelas entidades regionais, sendo, portanto, esses os dados estatísticos que iremos considerar. Desta forma, no apuramento dos fluxos migratórios para Angola e Moçambique, utilizamos os dados relativos ao movimento de passageiros naturais da Madeira (por via marítima). Apesar do registo destes movimentos para as províncias ultramarinas existirem só a partir do ano de 1941 – no que respeita a registos com descrição das naturalidades dos passageiros – é quanto nos basta para possibilitar a análise a que nos propomos.

Ressaltamos, porém, que a coleta e análise dos dados existentes teve como único objetivo apurar ordens de grandeza, tendências de crescimento e definhamento, comparações e outros afins e não constituir um estudo exaustivo de paradigma

⁵ NAZARETH, 2004, *Demografia – A Ciência da População*, p. 254.

⁶ CASTELO, 2004, «A Migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique [...]», p. 1.

⁷ Agradecemos à Sr.^a Dr.^a Ana Gouveia, assessora de comunicação da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., a permissão para a consulta do volume com o Registo de Movimento do Porto do Funchal (1928-1970) no núcleo museológico desta instituição.

quantitativo que, não sendo pretensa deste trabalho, igualmente, não se afigura alcançável atendendo às dificuldades já antes referenciadas (entre outras).

Portanto, para além do recurso às estatísticas oficiais portuguesas, a investigação desenvolvida fez-se também através de uma revisão bibliográfica dos trabalhos científicos e académicos anteriormente publicados sobre o tema.

As dificuldades encontradas a nível estatístico fazem-nos compreender o motivo da ausência de estudos específicos acerca dos fluxos migratórios da Madeira para o ultramar, bem como os equívocos resultantes muitas vezes de conclusões apenas baseadas em pesquisas nacionais (que analisaram o tema em relação ao continente português). A verdade é que a Madeira tem uma especificidade própria e teve sempre um percurso migratório diferenciado quer em termos de destinos, quer de volumes e mesmo de características dos fluxos.

Breve Enquadramento Histórico da Emigração Portuguesa

A emigração em Portugal tem sido sempre efetiva e constante na sociedade portuguesa, apesar das oscilações volumétricas e variações de destinos. Frequentemente dividida em dois ciclos migratórios: o primeiro, de natureza transatlântica, iniciado em meados do século XIX, prolonga-se até finais dos anos cinquenta do século passado, o outro, surge a partir de então e é intraeuropeu⁸.

Constatamos índices bastante elevados de emigração na sua população, que rondariam os três milhões cento e setenta e cinco mil portugueses metropolitanos que deixaram o país legalmente entre 1855 e 1973⁹, número esse que, na realidade, seria bem superior, atendendo à emigração clandestina existente naquele período. Relativamente a esta questão da emigração ilegal, Maria Baganha¹⁰ refere um volume desse fenómeno na ordem dos 25%, que de acordo com Joel Serrão seria ainda superior e representaria cerca de um terço das saídas do país. Adicionamos, ainda, a afirmação de Carlos Almeida e António Barreto de que:

«Do ponto de vista da análise quantitativa, a existência de uma larga corrente clandestina sempre falseou todas as tentativas de contabilização rigorosa. Isto, não só pelo seu carácter incontrolável, mas também porque nem sempre houve interesse em tocar “na ferida”. Os números foram ignorados e mesmo camuflados durante muito tempo [...]»¹¹.

⁸ BAGANHA, 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX [...]», p. 960.

⁹ SERRÃO, 1977, *A Emigração Portuguesa*, p. 37.

¹⁰ BAGANHA, 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX [...]», p. 960.

¹¹ ALMEIDA, BARRETO, 1976, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, p. 185.

De acordo com estes autores, a emigração tem sido uma constante na história da sociedade portuguesa, com exceção do período entre 1930 e 1949 em que houve uma ligeira quebra, explicada pela crise económica do capitalismo nos anos 30 e pela guerra mundial nos anos 40¹². Opinião similar tem Marina Galvanese, referindo que «A drástica redução do número de emigrantes que passou de 23 196, em 1930, para 6033 em 1931 relaciona-se sobretudo com o período de recessão económica»¹³, acrescentando ainda que essa quebra derivou também de um regime salazarista pouco propício à emigração, bem como, das medidas protecionistas impostas pelos principais destinos da emigração portuguesa, nos quais o caso do Brasil foi o mais importante.

Com o término da II Guerra Mundial, a emigração portuguesa volta a crescer, mas a preocupação do regime em regular os fluxos emigratórios levou o Estado português a publicar, em março de 1947, o Decreto-Lei n.º 36.199, onde, no seu artigo 1.º, «Fica suspensa a emigração portuguesa, excepto quando feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulem as condições da sua admissão e estabelecimento nos países ou regiões de destino»¹⁴. Esta medida legislativa leva ao decréscimo das saídas de portugueses para fora do país.

Constatamos que até à década de 50 mais de 80% da nossa emigração se dirigia para o continente americano, sobretudo para o Brasil «superior a 80% até 1949 e de 68% na década de 50»¹⁵. A partir deste período, dá-se um rápido crescimento das emigrações em Portugal, concomitantemente com o declínio no número de saídas dirigidas ao Brasil. São novos destinos que surgem e captam o interesse dos portugueses – países da Europa, a braços com o problema da falta de mão-de-obra necessária à reconstrução das suas infraestruturas e economias, fortemente afetadas pelos anos da guerra – como é exemplo o caso da França. Neste cenário, a mobilização do exército francês para a guerra com a Argélia, entre 1954 e 1962, e a interdição da entrada de trabalhadores argelinos no país, levam à premência de encontrar alternativas, fechando os olhos à entrada de imigrantes clandestinos no seu território.

A partir daí, uma parte do fluxo migratório – que era de natureza transatlântica – começa a se concentrar em solo europeu.

«De povoadores das terras devolutas do Novo Mundo, de trabalhadores nas fazendas de café de São Paulo, de seringueiros na Amazônia ou de construtores de novas infraestruturas nas economias em ascensão das Américas, os portugueses passaram a

¹² ALMEIDA, BARRETO, 1976, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, p. 243.

¹³ GALVANESE, 2013, *A Junta da Emigração: Os Discursos Sobre a Emigração [...]*, p. 28.

¹⁴ Dec. Lei n.º 36.199, de 29 de março de 1947, *Diário do Governo*, I Série, n.º 72 (1947).

¹⁵ BAGANHA, 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX [...], p. 960.

reconstrutores dos países devastados pela Segunda Guerra, especialmente, França e Alemanha»¹⁶.

Assiste-se assim, na década de 70, ao surgimento de um grande fluxo de emigração portuguesa para França, não apenas de cariz legal, mas também – e com elevada frequência – com recurso a métodos não legais, ou seja, viajando de forma clandestina.

A esse respeito, diz Victor Pereira:

«O número pletórico das regras, a extrema morosidade dos processos administrativos da Junta, a visão mercantilista do seu presidente e a intervenção das câmaras municipais no processo da emigração legal foram incentivos para a emigração clandestina, também alimentada pelo fluxo de refractários que fugiam ao serviço militar.»

A França torna-se o destino preferencial dos portugueses. Segundo Rocha-Trindade¹⁷, ao chegar àquele país os emigrantes portugueses deparavam-se com uma relativa facilidade em conseguir as suas regularizações, situação que fomentava um rápido crescimento da entrada de mais clandestinos. A partir do ano de 1962, calcula-se que essas deslocações ilegais tenham atingido a percentagem de 61% do volume total de entradas de portugueses naquele território.

Durante apenas 5 anos – entre 1960 e 1965 – os dados estatísticos apontam que tenham emigrado ilegalmente para aquele país cerca de 90 000 portugueses¹⁸. Estimativas feitas pelo Ministério do Interior francês, sobre o número de portugueses entrados naquele Estado, durante aquele período específico, quando comparadas com os números registados pelo Estado português, revelam uma enorme discrepância, só justificável pela forte taxa de emigração ilegal que Portugal enfrentava:

«em 1964, este número atingiu as 51 668 entradas e continuou a subir até o pico de 1970, quando foi registada a entrada de 135 667 portugueses em França. Só para se ter uma ideia do movimento clandestino, em Portugal, em 1970, registou-se a saída de apenas 21 962 emigrantes portugueses para aquele país»¹⁹.

Enquanto crescia o interesse português por destinos europeus – sobretudo a França, mas também, a Alemanha, o Luxemburgo e a Suíça – decrescia o movimento de saídas com destino ao continente americano. Enquanto isso, o Estado português tentava restringir as saídas e canalizá-las para as suas colónias em África, com o objetivo de concretizar uma profunda reorientação do seu sistema colonial. Consequentemente, os fluxos migratórios com destino aos domínios portugueses

¹⁶ GALVANESE, 2013, *A Junta da Emigração: Os Discursos Sobre a Emigração* [...], p. 29.

¹⁷ ROCHA-TRINDADE, 1995, *Sociologia das Migrações*, p. 153.

¹⁸ ALMEIDA, BARRETO, 1976, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, p. 185.

¹⁹ GALVANESE, 2013, *A Junta da Emigração: Os Discursos Sobre a Emigração* [...], p. 31.

ultramarinos de Angola e Moçambique crescem, sem conseguir, contudo, reduzir o existente interesse e preferência por destinos europeus. Quanto a este movimento de portugueses para o ultramar, iremos nos debruçar mais a fundo no capítulo seguinte deste trabalho.

Esta década de 60 foi, na generalidade, a mais intensa em termos de emigração para o estrangeiro, onde entre os anos 1961 e 1966 saíram de Portugal cerca de 85 000 indivíduos ao ano, sendo que, só nesse último ano – o maior em termos de registos – estima-se que tenham partido cerca de 131 000 portugueses. E isto sem contar com os ilegais que, conforme já falado anteriormente, eram em bastante elevado número²⁰. As causas desta forte emigração seriam sobretudo de natureza económica, causadas pela crise da agricultura; o desequilíbrio na distribuição da propriedade; a baixa produtividade; a persistência de técnicas tradicionais de cultivo; a tardia e incipiente industrialização e a demora na modernização da economia nacional²¹.

A acrescer aos fatores de repulsão do país, o excedente populacional trazia dificuldades visto que «Portugal contava com um milhão de trabalhadores em excesso no sector agrícola»²². A essas causas conjugavam-se, ainda, características atrativas que alguns países europeus começaram a exercer para os portugueses insatisfeitos com a sua situação, como por exemplo: a facilidade em encontrar trabalho, os melhores salários e a possibilidade de legalização nos países de acolhimento. Para além de tudo isso:

«Certamente houve ainda motivos de ordem conjuntural que contribuíram para o *boom* emigratório dos anos 1960 para a Europa tais como: o início da Guerra Colonial em Angola, da qual fugiram muitos mancebos, a não participação política dos portugueses durante o regime salazarista, a facilidade com que se cruzava a *salto* a fronteira terrestre portuguesa e a maior proximidade dos novos países acolhedores»²³.

Os destinos da emigração portuguesa evidenciam uma deslocação que seguia alinhada aos movimentos de trabalho verificados na altura, sendo uma partida predominantemente masculina e em idade ativa. A «emigração portuguesa foi e é, essencialmente, um movimento internacional de trabalho, que, pelo volume que atingiu e pelas remessas que gerou, teve necessariamente um enorme impacto na sociedade e na economia portuguesas»²⁴. Na verdade, de acordo com Maria Baganha, as remessas dos emigrantes portugueses tiveram um peso crescente em relação ao

²⁰ ALMEIDA, BARRETO, 1976, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, p. 177.

²¹ CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola [...]*, p. 172.

²² PEREIRA, 2009, «Ineficiência, fragilização e duplicidade. O Velho Estado Novo [...]», p. 47.

²³ GALVANESE, 2013, *A Junta da Emigração: Os Discursos Sobre a Emigração [...]*, p. 33.

²⁴ BAGANHA, 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX [...]», p. 962.

PIB que rondaria os 2% na década de 50, 4% na década de 60 e 8% na década de 70²⁵, sendo, portanto, reconhecido o grande impacto da emigração tanto na demografia como na economia nacional. Igualmente, Victor Pereira afirma que «A saída da mão-de-obra excedentária também contribuía para a modernização do aparelho produtivo, nomeadamente a concentração das unidades de produção, o aumento da produtividade e da qualidade da produção.»²⁶

Entre os anos de 1969 e 1973, de acordo com Joel Serrão²⁷, verificou-se uma média de 141 000 saídas ao ano, onde a emigração clandestina atingia os quase 55%. O ano de 1970 é referenciado como o ano em que se atinge o pico mais elevado de saídas populacionais em toda a história das emigrações portuguesas, calculando-se que só nesse ano tenham partido cerca de 173 000 pessoas do país. Segundo este autor, no ano de 1973, os emigrantes portugueses a viver em países europeus concentravam-se em maior número na França, cuja população portuguesa estimava-se em cerca de 773 000 indivíduos, na Alemanha com uma comunidade de cerca de 110 000 e em terceiro lugar em Espanha com cerca de 26 300 portugueses. Havia ainda comunidades de emigrantes – em menor escala – em Inglaterra, Luxemburgo, Holanda, Bélgica, Suíça, Itália e Suécia.

Portugueses com Destino às Colónias de Angola e Moçambique

De acordo com MacQueen²⁸, o domínio português em África consolidou-se em 1913 relativamente a Moçambique, 1914 em relação a Angola e 1915 face à Guiné. Simultaneamente, com o domínio militar, desenvolveram-se as estruturas administrativas, exploraram-se os recursos económicos desses territórios e promoveu-se a migração portuguesa para o respetivo local. Dados apresentados por Cláudia Castelo²⁹ indicam que a população branca de Angola no ano de 1920 rondava as cerca de vinte mil pessoas e a de Moçambique cerca de onze mil indivíduos. Após o ano de 1927 dá-se um aumento significativo da migração para o espaço angolano que «relaciona-se provavelmente com a política de povoamento branco do alto-comissário da República para Angola, Vicente Ferreira»³⁰. Quanto a Moçambique, a migração é

²⁵ BAGANHA, 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX [...]», p. 960.

²⁶ PEREIRA, 2009, «Ineficiência, fragilização e duplicidade. O Velho Estado Novo [...]», p. 3.

²⁷ SERRÃO, 1977, *A Emigração Portuguesa*, pp. 63-66.

²⁸ MACQUEEN, 1998, *A Descolonização da África Portuguesa [...]*, pp. 24-29.

²⁹ CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola [...]*, p. 172.

³⁰ CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola [...]*, p. 174.

gradual entre 1927 e 1930, mas numericamente modesta comparativamente ao que sucedia em relação a Angola. A inversão deste movimento de crescimento do fluxo migratório dirigido àquelas colónias portuguesas ocorre no ano de 1930 e dura até 1937. A mudança estaria relacionada com a «conjuntura internacional criada pela “Grande Depressão” de 1929 e da política de equilíbrio das contas públicas de Oliveira Salazar»³¹.

Pela análise das estatísticas demográficas do INE, com incidência no movimento de passageiros embarcados na metrópole com destino às colónias portuguesas, constata-se que no início dos anos quarenta o número de deslocados de Portugal para aqueles territórios era tímido, porém gradual, até ao ano de 1946. O ano de 1947, tanto para Angola quanto para Moçambique, marca o início de um fluxo migratório de maior magnitude visto ter praticamente triplicado – em ambos os casos – relativamente ao ano precedente, passando das cerca de 2900 fixações³² para as aproximadas 8500. De acordo com Cláudia Castelo, este aumento poderá estar associado ao:

«crescimento económico destes territórios no período da Segunda Guerra Mundial, tornando-os destinos atractivos aos olhos dos potenciais emigrantes portugueses. A juntar à favorável situação económica das colónias, refira-se igualmente o impacto da política de colonização conduzida pelo governo de Lisboa no volume das saídas para o ultramar»³³.

O ano seguinte, 1948, foi ano de descida do número de embarques, bem como, de aumento do número de desembarques, fazendo com que o saldo de fixações no ultramar tenha tido uma quebra para pouco mais da metade do ano anterior. No ano de 1949 voltam a subir os volumes de fixações, em ambos os territórios, até ao ano de 1960 (com algumas oscilações). O ano de 1961 foi ano de regressos, mas, no caso de Angola originou um saldo negativo de fixações na ordem dos 8 000 indivíduos.

Esta perda de interesse relacionar-se-ia com a guerra colonial, que teve início no território angolano nesse ano, após ataques às fazendas do Norte, levados a cabo pela União dos Povos de Angola (UPA). Não obstante, um ano mais tarde – 1962 – regista-se o regresso de muitos dos que haviam partido no ano anterior,

³¹ CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola* [...], p. 174.

³² O termo aqui empregue e que será utilizado ao longo do trabalho – fixações – resulta do cálculo da diferença entre portugueses embarcados na metrópole com destino às colónias *versus* portugueses desembarcados na metrópole provindos das colónias, representando assim o número de pessoas estabelecidas nas províncias ultramarinas.

³³ CASTELO, 2004, «A Migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique [...]», pp. 2-3.

atingindo o saldo aproximado de 15 500 entradas. De acordo com Cláudia Castelo, essa inversão do processo de deslocamento derivou da «certeza transmitida pelo governo de Lisboa de que não iria ceder como sucedera no Congo Belga e da total liberalização da migração no espaço nacional»³⁴. Verifica-se que os picos migratórios portugueses para Angola e Moçambique ocorreram, em ambos os casos, já na década de 60, mais precisamente, em 1960 no caso de Moçambique, e em 1962 no caso de Angola.

Não obstante, em termos gerais, a década de 50 foi a que teve maior incidência de deslocações para o ultramar, tendo sido a colónia angolana que mais atraía os metropolitanos, resultando em números bem mais expressivos de fixações. As exceções à regra aconteceram nos anos 1960, 1961 e 1963 (anos em que os portugueses se fixaram mais em Moçambique).

Após o ano de 1963, o número de fixações de portugueses em Angola vai decrescendo até ao ano de 1974, apesar de algumas oscilações positivas, ano em que se atinge um saldo negativo e que, a partir do qual, conforme se sabe, ocorre o maior fluxo de retorno de nacionais para Portugal. Relativamente a Moçambique, este fluxo encontra-se também em quebra – mais evidente a partir do ano de 1966.

Estes movimentos migratórios tiveram o retrocesso final após o 25 de Abril em Portugal e a subsequente descolonização portuguesa. Consequentemente, entre os anos de 1974 e 1975, o país recebeu cerca de meio milhão de pessoas retornadas de África, naquele que foi o maior movimento populacional da história recente de Portugal e um dos maiores de toda a Europa.

Antes de avançamos, deixamos aqui uma nota para uma evidência que se nos afigura importante assinalar, que é o facto dos dados analisados permitirem desde já constatar que estes fluxos migratórios para as ex-colónias de Angola e Moçambique correspondem a uma pequena percentagem da emigração portuguesa em geral. Isto vai, aliás, ao encontro da análise feita por Cláudia Castelo:

«Ao longo destes 32 anos, a média anual da migração para as províncias ultramarinas não foi além de 20% do total do movimento emigratório global. Considerando a retórica do Estado Novo em torno do povoamento branco, aquele valor mostra-se insignificante»³⁵.

No caso da Madeira, conforme veremos mais adiante, a expressividade do fenómeno – inserida no contexto geral das suas emigrações – ainda é menor.

³⁴ CASTELO, 2007, *Passagens para África, O povoamento de Angola [...]*, p. 176.

³⁵ CASTELO, 2004, «A Migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique [...]», p. 6.

Conjuntura Socioeconómica da Madeira

Na Madeira, o século XX inicia-se com fome, pobreza extrema e doenças. Com a entrada na primeira guerra mundial e consequente diminuição do tráfego marítimo na ilha, as dificuldades, que já eram grandes, aumentaram:

«determinando o aparecimento das tradicionais Crises de Subsistência e até fomes [...] a situação económica e financeira portuguesa e insular atingiu um estado de completa degradação, nomeadamente um estrondoso défice orçamental e uma ruínosa inflação, pois a moeda entrou em queda vertical, ao ponto de em cinco anos, ou seja, de 1919 a 1923, o escudo ter baixado vinte vezes de valor, em relação à libra inglesa. A toda essa difícil situação económica juntava-se uma grande instabilidade política, um feroz anticlericalismo e muitos conflitos sociais»³⁶.

Sendo a emigração uma característica proeminente da sociedade portuguesa, conforme visto anteriormente,

«nas ilhas assume uma dimensão ainda maior. Os indicadores revelam saídas populacionais várias vezes superiores às encontradas no continente. A importância da emigração insular requer uma análise particular das suas especificidades e também das suas semelhanças com o que se verifica no continente»³⁷.

Alberto Vieira referia que a emigração na Região era «como válvula de escape para as limitadas possibilidades do Arquipélago»³⁸. A estas limitações, espaciais e outras, decorrentes da sua própria situação de insularidade, convergiam ainda uma multiplicidade de fatores que contribuía, sobremaneira, para as dificuldades que a população enfrentava na ilha, fatores esses sobre os quais passaremos a discorrer.

Uma dessas dificuldades é a que diz respeito ao volume demográfico verificado naquela época. Com uma população a rondar os 150 000 habitantes no início do século XX, a Região passava por um período de franco crescimento populacional, que «Em 1950 atinge o seu valor máximo com 270 000 habitantes: um número muito elevado atendendo a que cerca de seis décadas antes o quantitativo se cifrava em cerca de metade»³⁹. Este crescimento populacional contrariava o recomendável, se atendermos à miséria em que vivia a grande maioria da população madeirense, fazendo-se os recursos existentes ainda mais limitados. Essa forte pressão demográfica é visível nos dados apresentados por Isabel Oliveira⁴⁰, em seu estudo demográfico de 2013, no qual se constata que entre meados do século XIX e XX, as taxas de

³⁶ NEPOMUCENO, 2003, *História da Madeira – Uma Visão Actual*, pp. 332-333.

³⁷ OLIVEIRA, 1997, «Emigração nas Ilhas Portuguesas [...]», p. 215.

³⁸ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 139.

³⁹ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», p. 105.

⁴⁰ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», pp. 105-135.

crescimento populacional situaram-se entre os 10% e os 16% anuais. A partir de 1940, o crescimento demográfico sofre uma quebra gradual (ainda mais acentuada após os anos 50) que está associada, com efeito, à forte taxa de emigração registada na Região naquelas décadas. A respeito, de acordo com Nelly de Freitas «a miséria e a fome eram agravadas também pelo serviço militar obrigatório (que tirava os braços jovens do trabalho de subsistência das famílias) e pela escassez progressiva de áreas de cultivo devido ao constante crescimento demográfico»⁴¹.

Vivia-se assim um período muito difícil da nossa história socioeconómica, sendo a Madeira uma das Regiões mais fustigadas do país. De acordo com Rui Nepomuceno⁴², no decorrer do regime do Estado Novo – entre 1933 e 1974 – os madeirenses foram muito penalizados com pesados impostos, sujeitos a um regime centrista e autoritário. A esmagadora maioria da população vivia na penúria, sendo explorada e com um rendimento mensal de pouco mais de metade da média do país. O investimento público na educação da população não se afigurava importante, resultando numa elevada taxa de analfabetismo e baixa escolaridade: nos anos 60 mais de 50% da população madeirense era analfabeta e cerca de 80% dos jovens não conseguia terminar a instrução primária. As escolas eram poucas e os professores, muitos deles, nem tinham habilitações para lecionar.

Iguais opiniões têm Rui Vieira e João Abel de Freitas, que adicionam ainda o problema da larga dependência do exterior no abastecimento da Madeira, concluindo que a Região «apresentava características próximas de zonas em subdesenvolvimento»⁴³ e Rui Carita que fala da «extrema pobreza da maior parte da população obrigada a emigrar para não morrer de fome, sujeita na Madeira ao injusto e complexo contrato de colónia ou às difíceis condições da incipiente indústria»⁴⁴.

Em termos de atividade económica, vivia-se sobretudo da agricultura, que não passava de uma plantação de subsistência, usando ainda técnicas rudimentares de cultivo e sujeitos ao referido regime vigente⁴⁵. Este contrato constituía um fator de instabilidade para os colonos, visto o senhorio ser o detentor da posse do terreno e, desta feita, ter o poder de a qualquer momento dar por extinta a relação entre

⁴¹ FREITAS, 2013, «Entre as vinhas e os Cafezais: o Perfil dos Madeirenses [...]», pp. 82.

⁴² NEPOMUCENO, 2003, *Uma perspectiva da História da Madeira*, pp. 295-319.

⁴³ VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 149.

⁴⁴ CARITA, 2017, *História do Funchal*, p. 190.

⁴⁵ No contrato de colónia o dono da terra, denominado senhorio, entregava-a a um agricultor, denominado colono, que deveria desbravar e cultivar. A produção era então dividida: uma parte para o senhorio (normalmente metade) e o restante para o agricultor. O regime de colónia na Madeira terá surgido no século XVII e só veio a ser abolido no ano de 1977 por Decreto-Lei (Dec. Lei 13/77/M, de 18 de outubro, Jornal Oficial n.º 1, 2.º Suplemento).

ambos, sem necessidade de justificação, tendo apenas de pagar as benfeitorias, caso as houvesse, construídas pelo colono (muros, levadas, palheiros, lagares, etc.). Ora, seria de prever que um sistema com essas características o destituísse de qualquer apego, ou sentimento vincutivo de pertença, que seria de primordial importância na criação de raízes ao lugar de habitação.

Para além desta grande dificuldade que os agricultores enfrentavam, na prossecução do exercício da atividade agrícola, outro entrave ao cultivo resultava da própria orografia da ilha que, sendo bastante irregular e acidentada, condicionava grandemente as possibilidades de cultivo, que não iria além dos 30%⁴⁶. De acordo com Susana Prada, «a ilha da Madeira apresenta um relevo muito acentuado com 1/4 da sua superfície acima dos 1 000 m de altitude e declives elevados. Cerca de 65% da superfície da ilha tem declives superiores a 25% [...]. As áreas planas, ou relativamente planas, são escassas»⁴⁷. Por esse motivo, foram criados socalcos para poder dar aproveitamento aos terrenos com declive, no entanto, tais condições impediam a utilização de técnicas mais modernas de cultivo, fazendo da agricultura uma atividade braçal, dura e pouco rentável.

Não obstante, no período estudado, a agricultura era ainda a principal atividade económica da população madeirense. De acordo com Isabel Oliveira⁴⁸, 63,4% dos homens trabalhavam na agricultura na década de 40, na década de 50 eram cerca de 68,5% e na de 60 rondavam os 56%.

A Madeira exportava alguns produtos, dos quais se destacam o vinho, os bordados e vimes e, em contrapartida, importava variados produtos de subsistência, dos quais o cereal era o mais importante.

No entanto, a atividade económica mais lucrativa na Região era já o turismo, que até à segunda guerra mundial fazia entrar cerca de 150 000 visitantes anuais na Madeira, o que constituía, por isso, uma importante fonte de receita. Com a guerra, a ausência de embarcações no porto do Funchal trouxe graves consequências à já parca economia da ilha, primeiramente porque extinguiu a fonte de receita provinda do turismo, segundo, porque repercutiu-se também de forma direta no abastecimento de alimentos para a Região, provocando uma carência alimentar generalizada e, por outro lado, levou também a uma crise das exportações madeirenses tanto do vinho quanto dos vimes⁴⁹.

⁴⁶ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 168.

⁴⁷ PRADA, 2000, *Geologia e Recursos Hídricos Subterrâneos da Ilha da Madeira*, p. 78.

⁴⁸ OLIVEIRA, 2013, «A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas [...]», p. 114.

⁴⁹ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, pp. 200-201.

No sector da saúde, para a maioria da população, o acesso à assistência médica e medicamentosa era praticamente nulo, pois no espaço insular escasseavam especialistas e hospitais⁵⁰.

E na área da habitação social:

«Milhares de pessoas viviam em condições deploráveis, habitando tugúrios sem água canalizada, nem luz eléctrica ou saneamento básico; sendo que muitos até moravam em furnas, na mais degradante promiscuidade e como se estivessem em pleno Paleolítico.»⁵¹

Análise dos Fluxos Migratórios Madeirenses (1940-1974)

Toda a conjuntura socioeconómica descrita tornava a emigração atrativa aos olhos dos madeirenses que procuravam “fugir” às dificuldades e encontrar melhores condições de vida mesmo que, para isso, houvesse necessidade de abandonar o seu local de origem.

Com a demanda dessa procura, surge a partir do século XX um tipo de movimento de aliciamento, levado a cabo pelos denominados “angariadores”, que cativavam através da promessa de trabalho em outros países. Ademais, após o ano de 1947, com a criação da Junta de Emigração, passam a ser publicados anúncios na imprensa madeirense sobre inscrições para emigrar para determinados destinos, com garantias de contratos de trabalho e oferecendo algumas regalias⁵².

Posto isto, salientamos que em termos gerais a Madeira sempre teve dos mais altos índices de emigração do país, conforme evidencia o estudo de Isabel Oliveira⁵³, onde verificamos ter estado sempre – no recorte temporal no qual incide este trabalho – muito acima da média do país. De acordo com o referido estudo, na década de 40 a Madeira teve uma taxa bruta de emigração intercensitária de 6,2%, muito superior, portanto, à média de 1,1% do país. Na década seguinte essa taxa sofreu um grande aumento na Região para cerca do triplo – fixando-se nos 18,1% – enquanto a média do país se fixou nos 4%. Já na década de 60 tivemos uma taxa bruta de emigração na ordem dos 13,1%, quase o dobro da média do país (7,8%), só superada pela taxa registada nos Açores (24,5%). Na década de 70, o volume do fluxo de emigração madeirense diminuiu para cerca de 8,9%, tendência registada também no restante país, com exceção dos Açores que teve nova subida.

⁵⁰ NEPOMUCENO, 2003, *Uma perspectiva da História da Madeira*, pp. 295-319.

⁵¹ NEPOMUCENO, 2006, *História da Madeira – Uma Visão Actual*, p. 393.

⁵² GOMES, 2018, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, pp. 34-47.

⁵³ OLIVEIRA, 2006, «Indicadores Demográficos nas Regiões Portuguesas [...]», pp. 141-154.

De acordo com Alberto Vieira, a Madeira foi sempre, ao longo da sua história, um centro de emigração:

«As limitadas possibilidades do espaço e recursos obrigaram a maioria dos madeirenses a procurar vida e fortuna noutras paragens. Deste processo resultou a projecção da Madeira nos quatro cantos do mundo. Hoje a comunidade de madeirenses e seus descendentes espalhada pelo mundo ultrapassa um milhão, sendo a África do Sul e a Venezuela os países com maior concentração»⁵⁴.

Essa multidirecionalidade da nossa emigração – que resultou na fixação de madeirenses nos quatro cantos do mundo – é verificável através da análise dos fluxos migratórios que passaremos de seguida a descrever.

Começamos pelo século XIX, onde se destacam dois grandes polos de atração dos nossos emigrantes: Antilhas Inglesas e Havai⁵⁵. Na época, o Funchal era já um porto de passagem da quase totalidade das embarcações britânicas, existindo também três armadores que faziam a ligação da Madeira às ilhas de Trindade e Demerara, facto que substanciava a atração dos madeirenses por aqueles territórios⁵⁶.

Com o virar do século e até à década de 20, as saídas populacionais são muito significativas. Destacam-se as partidas para o Brasil e América do Norte, coexistindo também emigração para Austrália e África do Sul (em números, ainda assim, muito menos expressivos).

A partir de então, dá-se um forte recuo dos fluxos de emigração – é a época das restrições impostas pelos EUA às entradas no país, da recessão económica mundial e da segunda guerra mundial⁵⁷ – e esta conjuntura internacional afeta a economia da ilha, nomeadamente, faz crescer os níveis de pobreza e instabilidade na sua população.

Entretanto, com o pós-guerra, dá-se um novo impulso no fluxo migratório madeirense, onde as saídas são três vezes superiores ao volume anterior, verificando-se também uma grande percentagem de emigração ilegal. Surgem novos destinos, primeiro o Curaçau, que entre 1944 e 1945 absorve a quase totalidade dos emigrantes madeirenses, voltando depois, em 1946, o Brasil a reconquistar os emigrantes madeirenses (atraindo aproximadamente metade do fluxo)⁵⁸.

A década de 50, conforme descrito anteriormente, foi o período com maior intensidade migratória da Madeira (com uma taxa bruta de emigração de cerca de

⁵⁴ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 249.

⁵⁵ OLIVEIRA, 1997, «Emigração nas Ilhas Portuguesas [...]», p. 216.

⁵⁶ TEIXEIRA, 2009, *Entre a Madeira e as Antilhas [...]*, p. 9.

⁵⁷ OLIVEIRA, 1997, «Emigração nas Ilhas Portuguesas [...]», pp. 216-218.

⁵⁸ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira [...]», pp. 105-135.

18%). Podemos apontar algumas razões para o crescimento exponencial da emigração verificado nessa década. Primeiro, após o ano de 1952 surge um novo fenómeno no panorama migratório da Região, trata-se do início da emigração sazonal para a Inglaterra, sobretudo para as ilhas do Canal, onde «Estes madeirenses, ocupados na hotelaria, deslocavam-se na época de Verão rumo a este destino para trabalhar no mesmo sector, regressando à Ilha para a época invernal»⁵⁹. Segundo, entre os anos 1952 e 1954, aumenta a emigração para o Brasil e surge uma nova e importante corrente migratória – o fluxo dirigido à Venezuela (que até então recebia uma fatia de volume residual da emigração madeirense) –, e que vai, gradualmente, se tornar o destino preferencial da emigração madeirense⁶⁰. Para além destes destinos, emigravam também para o Canadá, EUA, África do Sul, Austrália e as ex-colónias portuguesas de Angola e Moçambique⁶¹.

O fluxo migratório para a Venezuela, que era relativamente baixo e inconstante até ao ano de 1951, começa então a expandir-se até ao ano de 1957, no qual atinge o seu volume mais elevado – partida de cerca de 2 400 indivíduos – começando então a decrescer progressiva e gradualmente. Em comparação com o Brasil (destino preferencial dos emigrantes madeirenses) constatamos, pela análise de dados, que só a partir do ano de 1954 o volume de embarcados para a Venezuela ultrapassa o número de embarcados para a região brasileira e, a partir de então, o fluxo migratório madeirense com esse mesmo destino foi sempre decrescente enquanto que o dirigido à Venezuela se manteve na liderança⁶².

De acordo com Joselin Gomes, a forte taxa de emigração verificada nos anos 70 estaria de algum modo relacionada com a guerra do ultramar, período no qual a iminência dos jovens vir a ser chamados para integrar as forças militares portuguesas, nos combates em África, invocava uma ação repulsora, provocando o abandono da sua terra natal, por parte de muitos homens naquele período: «muitos adolescentes, entre os quais madeirenses, emigraram para países como Venezuela, Brasil e França. Foi a Guerra das Colónias que provocou o maior surto de emigração para estes países»⁶³.

Ainda nesta década, com o surgimento de novas ligações aéreas, dá-se, para além do aumento do turismo, um crescimento das saídas populacionais destinadas

⁵⁹ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 144.

⁶⁰ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», pp. 105-135.

⁶¹ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, pp. 144-145.

⁶² GOMES, 2018, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, pp. 70-74.

⁶³ GOMES, 2018, *Emigração madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, p. 58.

à emigração. De acordo com Isabel Oliveira, «em apenas uma década a Madeira perde cerca de 25% da sua população devido a migrações; um valor muito significativo, tanto mais que na década anterior a perda já se cifrava em cerca de 19%»⁶⁴. Não obstante, nesse mesmo período, enquanto em Portugal se tentava, infrutuosamente, evitar a emigração dos nossos jovens, na Venezuela, contrariamente, se procurava incentivar os emigrantes europeus a adquirir a nacionalidade venezuelana, situação essa que não abonava a favor das intenções do governo português. Como resultado, por volta do ano de 1960 «a população portuguesa na Venezuela era superior a 40 000, sendo constituída na sua maioria por madeirenses»⁶⁵. E, entre os anos de 1964 e 1972, aquele país continuou a ser o principal destino dos emigrantes insulares – abarcando cerca de 78% do volume total de saídas – e os destinos europeus passam a ser a segunda escolha – numa percentagem equivalente a 17% – após o ano de 1969⁶⁶.

Diz Isabel Oliveira, no que se concerne à década de 60: «em apenas uma década a Madeira perde cerca de 25% da sua população devido a migrações; um valor muito significativo, tanto mais que na década anterior a perda já se cifrava em cerca de 19%.»⁶⁷

Só a partir dos anos 70, com a crise petrolífera, o fim do Estado Novo e o retorno da ex-colónias portuguesas, dá-se uma quebra significativa no volume do fluxo de emigração madeirense.

Migração Madeirense para as Províncias Ultramarinas de Angola e Moçambique

Pela análise das estatísticas demográficas do INE⁶⁸, no que diz respeito ao movimento de passageiros naturais da Madeira com destino ao ultramar (Angola e Moçambique) – representados no gráfico n.º 1 – a primeira conclusão a retirar diz respeito ao início dos fluxos aqui em estudo. Fica pois claro, que até ao ano de 1947 a migração madeirense com destino às ex-colónias anteriormente referidas era praticamente inexistente. Esta baixa migração para aqueles destinos é coincidente, efetivamente, com a situação verificada no restante território nacional. Só após esse ano de 1947, o embarque de madeirenses para aqueles destinos começa a ganhar

⁶⁴ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», p. 109.

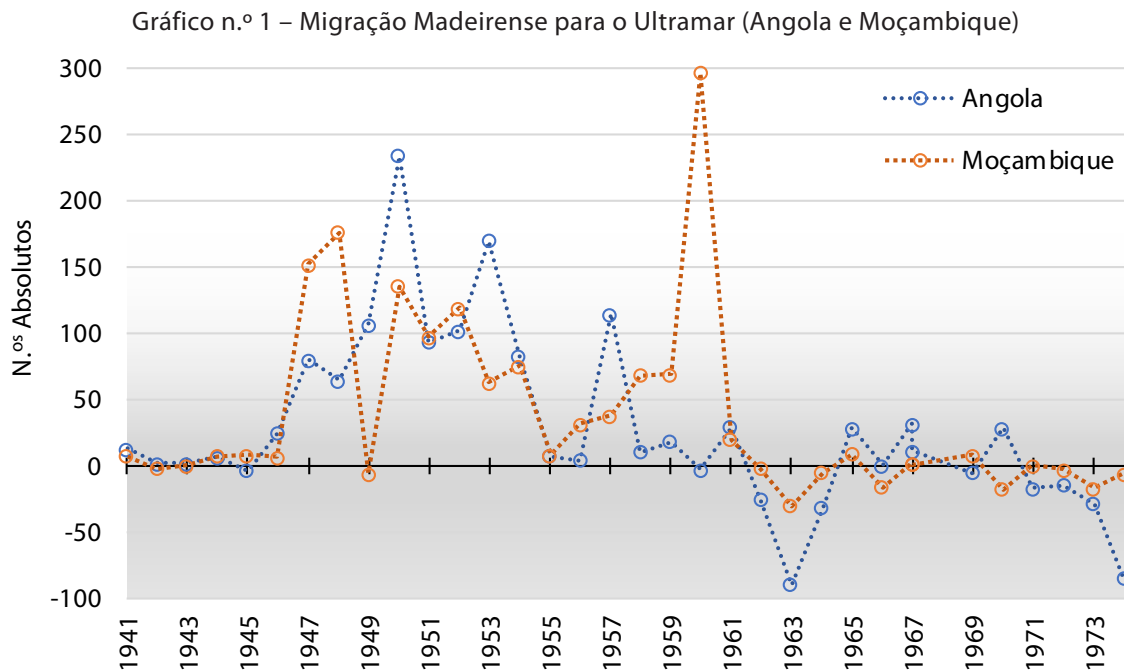
⁶⁵ VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 144.

⁶⁶ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», pp. 105-135.

⁶⁷ OLIVEIRA, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas [...]», p. 109.

⁶⁸ Nos seus anuários estatísticos.

alguma expressão, verificando-se, contudo, uma grande inconstância nos respetivos fluxos. É também notório que, entre 1955 e 1956, houve uma quebra nos saldos migratórios para aqueles destinos, bem como, o retrocesso dos deslocamentos após o ano de 1961.



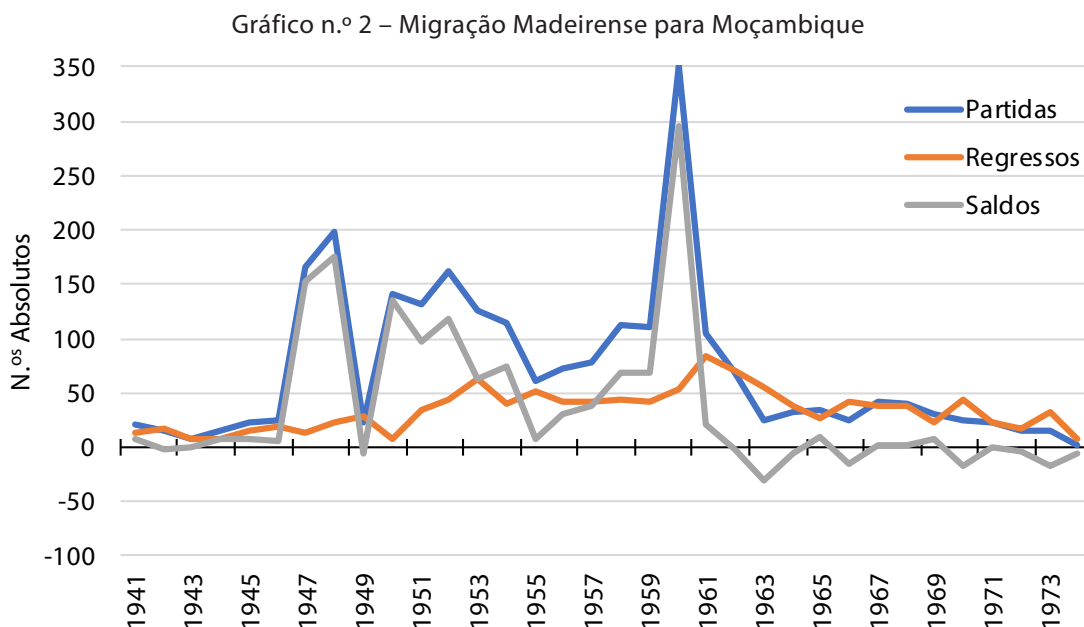
Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

É nossa convicção que o surgimento de interesse por parte dos madeirenses pelo ultramar, a partir de 1947, derivou da criação da Junta de Emigração – que, conforme já referido anteriormente, ocorreu em outubro desse ano – e do subsequente incentivo à migração para aqueles destinos, seja através da publicação de anúncios para inscrições em ofertas de trabalho, quer pela informação prestada sobre a facilidade de embarcar sem passaporte – que era desnecessário para aqueles destinos (correspondendo a uma diminuição das respetivas despesas e transtornos burocráticos) –, ao que acrescia ainda a melhor situação económica que lá se vivia, comparativamente com a realidade da Madeira.

Comparados os fluxos de embarcados madeirenses para as províncias de Angola e Moçambique, verificamos, ainda, que cada um desses movimentos dispõe das

suas próprias características e especificidades, havendo semelhanças, mas também dissimetrias entre ambos (ver gráficos n.º 1, 2 e 3).

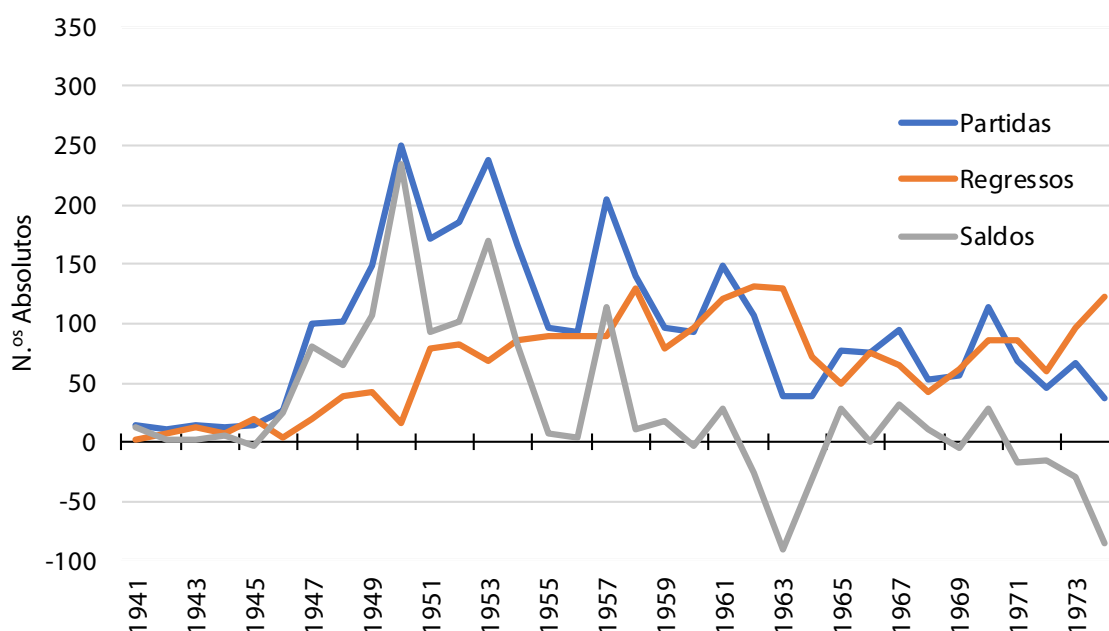
Desta forma, analisaremos agora cada um dos casos em separado. Começando por Moçambique – que cativou primeiro a atenção dos madeirenses – verifica-se que, entre os anos de 1947 e 1948, recebeu cerca de centena e meia de passageiros anuais. No ano seguinte, houve uma grande quebra nesse fluxo e o número de regressos à Madeira foi superior ao número de saídas, resultando num saldo negativo de fixações. Em 1950, torna a subir o volume migratório madeirense para aquele destino, fixando-se nos cerca de cento e trinta indivíduos. Nos anos subsequentes, de 1951 a 1952, há registo de cerca de uma centena de fixações anuais. A partir daí, os saldos são sempre baixos até ao ano de 1960, em que triplica o número de embarcados para aquela colónia e as fixações estimam-se em cerca de trezentas. Este grande interesse por Moçambique, nesse ano, foi também verificado a nível nacional, tendo sido o ano de maior afluência lusitana. Após isso, volta a cair enormemente a procura daquele destino, pelos madeirenses, não voltando mais a recuperar os movimentos do passado – passam a ser anos de retorno – consolidados em saldos anuais sempre muito reduzidos ou nulos e frequentemente negativos (ver gráfico n.º 2).



Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

Relativamente a Angola, o início do movimento de embarques de passageiros madeirenses ocorre, igualmente, a partir do ano de 1947 – nesse ano e seguinte embarcam cerca de uma centena de indivíduos por ano – mas cujo movimento contrário (desembarques) ultrapassa as duas dezenas anuais, ou seja, o saldo de fixações não chega à centena. No ano de 1949, registam-se cerca de uma centena de fixações e no ano seguinte atinge-se um número superior a duzentos. Depois disso, só no ano de 1953 voltou a haver um saldo mais expressivo: cerca de 170 fixações. Há ainda a assinalar que a partir do ano de 1955 – com exceção do ano de 1957 (que registou pouco mais de uma centena de fixações) – os saldos migratórios madeirenses para aquele território foram sempre bastante reduzidos ou nulos e muitas vezes negativos (ver gráfico n.º 3).

Gráfico n.º 3 – Migração Madeirense para Angola



Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

Agora, comparando ambos os fluxos migratórios entre si, bem como com o que se passava a nível nacional e com a restante emigração madeirense, constata-se primeiramente que, não obstante os respetivos fluxos dirigidos às ex-colónias de Angola e Moçambique terem começado no mesmo ano – ano de 1947 –, em termos de volume, uma maior afluência começou por acontecer primeiramente para Moçambique – isto na década de 40 – mais propriamente entre 1947 e 1948

(excetuando o ano “anormal” de 1960), enquanto para Angola, distintivamente, esse movimento ocorreu já na década de 50, mais concretamente entre 1950 e 1957⁶⁹. É também possível constatar que o movimento migratório madeirense dirigido às províncias ultramarinas é bem menor e pouco expressivo comparativamente com o verificado no continente português, pelo que corroboramos aqui a afirmação de Cláudia Castelo de que «As regiões que menos contribuíram para a migração ultramarina foram as ilhas adjacentes»⁷⁰. Para além disso, os fluxos migratórios em análise neste trabalho cessaram bem antes disso acontecer no continente português. No caso madeirense, após o ano de 1962 voltavam mais pessoas do que partiam, com poucas exceções⁷¹, evidenciando, fortemente, o definhamento desses fluxos. Contrariamente a este cenário, esse mesmo ano foi para o continente português um período de grande fluxo migratório para as províncias ultramarinas, sobretudo Angola, tendo sido mesmo o ano com maior volume de fixações de metropolitanos naquele território. Este crescimento da mobilidade populacional portuguesa para o ultramar foi, a nível nacional, contínuo até ao ano de 1965 e poderá estar ligado ao desenvolvimento das economias angolana e moçambicana que requeria «cada vez mais quadros técnicos da administração pública, da indústria e dos serviços»⁷².

Para além da baixa incidência do movimento migratório madeirense que se dirigia para o ultramar, em comparação com o registado no continente português, quando o comparamos com o dirigido ao estrangeiro, constata-se, também, que este fluxo não é, de maneira nenhuma, equiparável ao restante. Embora a Madeira detivesse a maior taxa percentual de emigração do país, conforme já foi aqui exposto, só uma pequena porção se dirigia para as províncias ultramarinas, que no seu ponto mais elevado apenas chegou a alcançar a percentagem de cerca de 17% do total migratório madeirense.

Género, Idade e Estado Civil

Analisando as estatísticas demográficas do INE, relativamente à questão de qual o sexo mais representado nestes movimentos migratórios, constata-se que

⁶⁹ Uma nota de esclarecimento para deixar claro que durante este recorte temporal houve anos de pouquíssimas fixações de madeirenses em Angola, caso dos anos 1955 e 1956, que nem chegaram a uma dezena.

⁷⁰ CASTELO, 2004, «A Migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique [...]», p. 7.

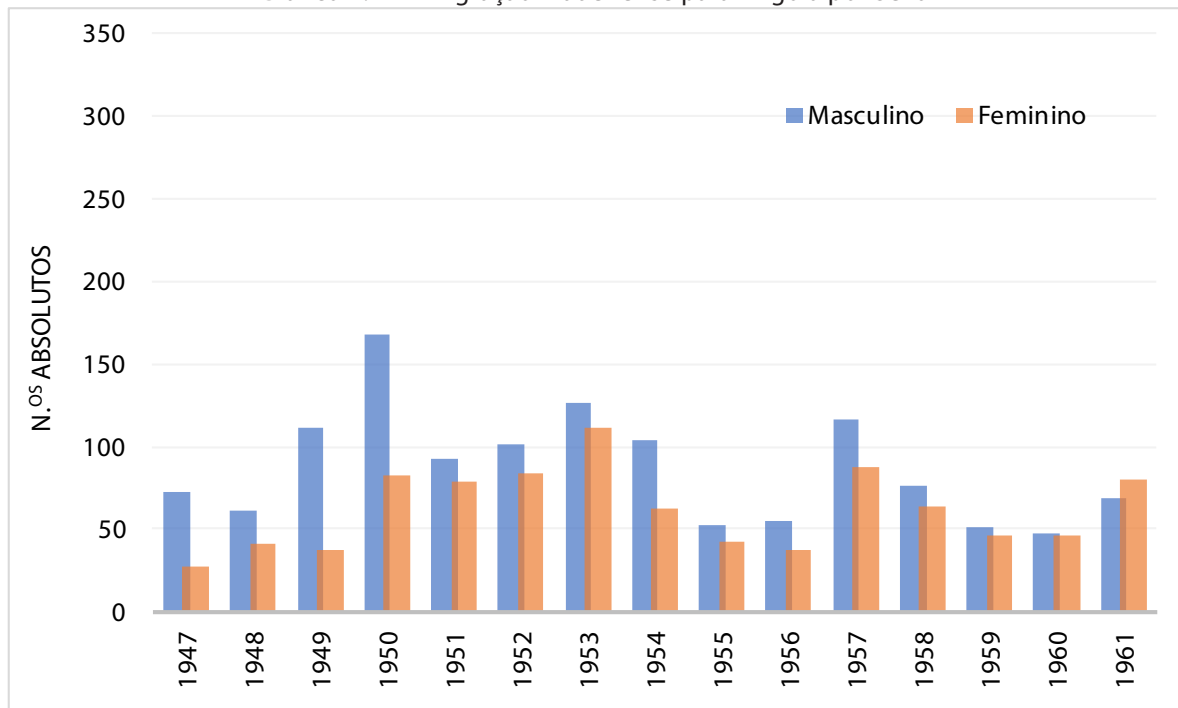
⁷¹ Exceções essas, cujos volumes reduzidíssimos não chegam para se levar em consideração.

⁷² CASTELO, 2004, «A Migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique [...]», p. 3.

eram os homens que partiam em número muito superior – na década de 40 o género masculino representava entre 70 a 75 por cento da totalidade destes fluxos –, contudo, gradualmente, essa defasagem foi decrescendo. Na década seguinte, o número de mulheres a partir para as ex-colónias de Angola e Moçambique aproximava-se já do número de homens que prevalecia com uma percentagem de cerca de 58% para Angola e 54% para Moçambique (ver gráficos n.ºs 4 e 5⁷³).

Regista-se que no ano de 1960 ocorreu um fluxo anormal de saída de madeirenses para Moçambique (ver gráfico n.º 5), pessoas na sua grande maioria do sexo masculino – numa percentagem de 87% – maioritariamente solteiros e em idades entre os 20 e 39 anos. Não conseguindo explicar a razão deste acontecimento registamos, contudo, a equivalência ao sucedido a nível nacional, visto este ano ter sido, também, aquele em que mais metropolitanos partiram para aquela província (ver gráficos n.º 4 e 5).

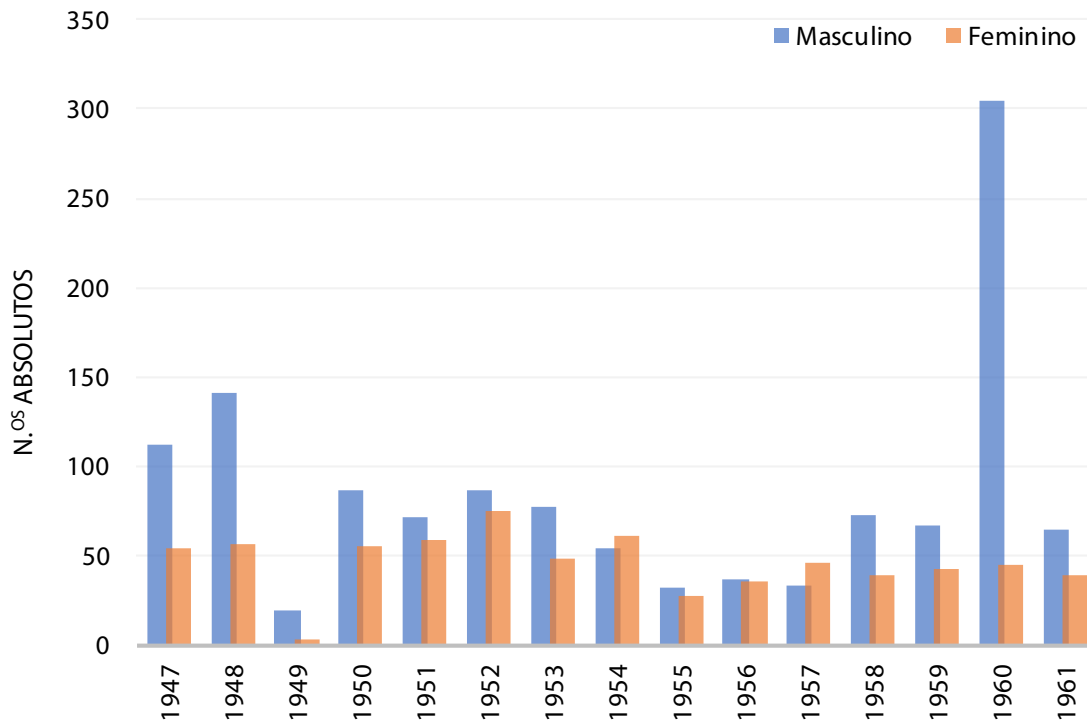
Gráfico n.º 4 – Migração Madeirense para Angola por Sexo



Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

⁷³ Nestes gráficos e seguintes usamos o recorte temporal entre 1947 e 1961 por ser o período de maior incidência dos fluxos em estudo (representando, por si só, a sua quase totalidade) e, como tal, suficientes para as conclusões que daí advêm.

Gráfico n.º 5 – Migração Madeirense para Moçambique por Sexo

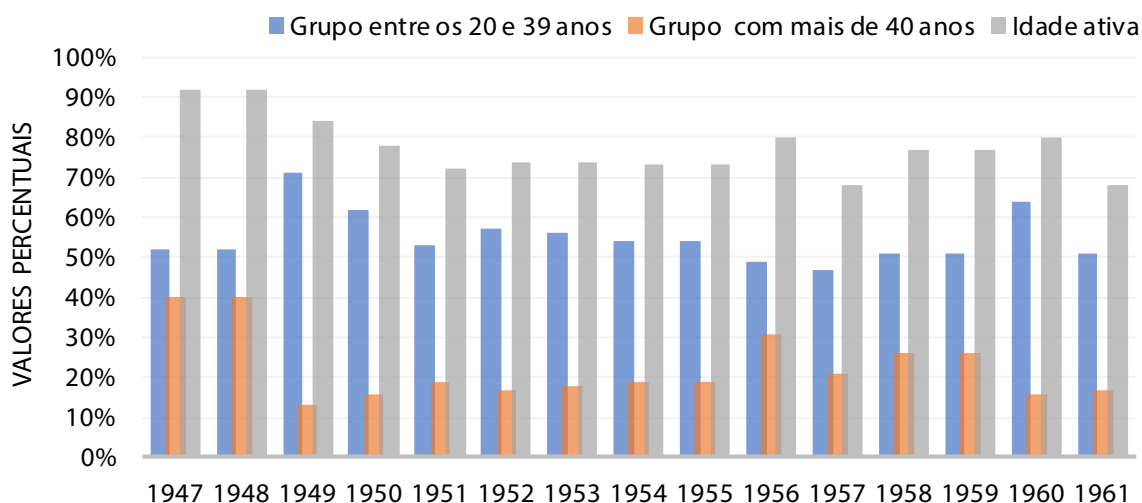


Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

Quanto à análise da faixa etária da migração madeirense para o ultramar, verifica-se a predominância dos indivíduos em idade ativa, sobretudo no grupo que vai dos 20 aos 39 anos, com percentagens normalmente superiores a 50% do fluxo e em alguns anos a ultrapassar os 60%, caso dos anos de 1949 (71%) e 1950 (62%). O segundo grupo mais expressivo é o de maiores de 40 anos, os quais se constata que, nos primeiros dois anos (1947 e 1948), representavam cerca de 40% do volume total dos fluxos, mas decrescendo nos anos seguintes e não voltando mais a volumes tão expressivos. A média global de embarcados desta faixa etária esteve nos 23%.

No seu conjunto, estes grupos constituem a grande maioria dos embarcados, com uma média percentual conjunta na ordem dos 78% (ver gráfico n.º 6).

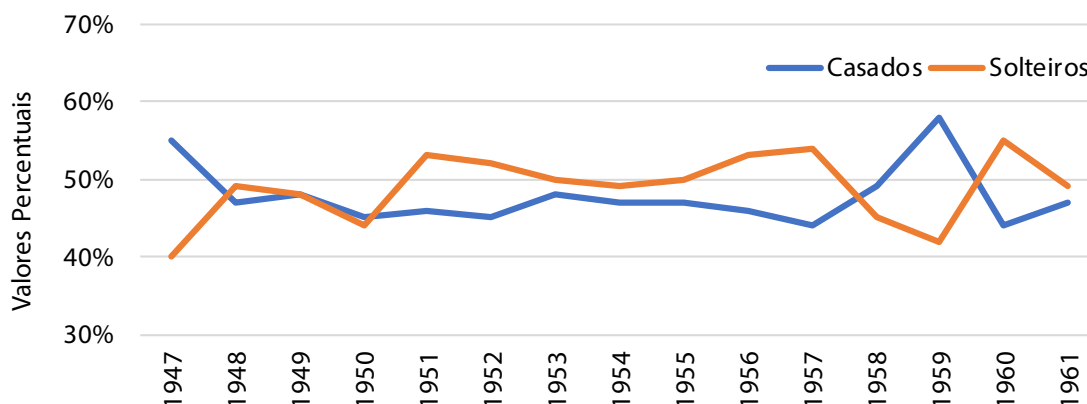
Gráfico n.º 6 – Migração Madeirense para o Ultramar por Faixa Etária



Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

Relativamente ao estado civil, na generalidade do período estudado, era predominante o número de solteiros embarcados (com exceção dos anos de 1947, 1950, 1958 e 1959), no entanto, as diferenças percentuais existentes foram sempre muito baixas, tendendo para o equilíbrio entre ambos os estados civis, numa diferença percentual inferior a 1% (ver gráfico n.º 7).

Gráfico n.º 7 – Migração Madeirense para o Ultramar por Estado Civil



Fontes: INE, 1943-1975: *Anuário Estatístico* (1941 e 1942); *Anuário Estatístico do Império Colonial* (1943 a 1949); *Anuário Estatístico do Ultramar* (de 1950 a 1960); *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar* (de 1961 a 1965); *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas* (de 1966 a 1973); *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes* (1974).

Reflexões Finais

Como reflexões finais, começamos por referir que estes movimentos migratórios em estudo, dirigidos às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, foram diminutos – representando apenas uma pequena fatia da emigração madeirense – nunca ultrapassando a percentagem de 17% do total migratório. Além de reduzidos, foram também menores aos registados no continente português que, também de baixa incidência, apenas chegou a representar cerca de 20% da totalidade do volume de emigrações portuguesas.

Em relação à sua origem, verificamos uma conformidade entre ambos os fluxos – surgiram no ano de 1947 – e também, igual ao sucedido no restante território nacional, podendo a criação da Junta de Emigração ter tido um papel importante nesse fator.

As motivações da partida foram de cariz socioeconómico, tanto em termos de atratividade ao local de acolhimento, quanto em termos de repulsão ao local de origem. As dificuldades económicas existentes na Madeira, conjugadas com a informação de que nas províncias ultramarinas havia melhores condições de vida e trabalho, bem como, de que o Estado português promovia aqueles destinos e não requeria passaporte para viajar (com as inerentes reduções de custos e burocracias) pesavam na escolha.

Constatamos também que os movimentos dirigidos a Angola e Moçambique nunca tiveram constância na sua trajetória, pelo contrário, foram sempre muito instáveis ao longo do tempo (com contínuas subidas e descidas volumétricas).

A procura pelo território moçambicano foi mais expressiva nos primeiros anos, bem como, no seu cômputo geral, ou seja, os madeirenses migraram mais para esta província do que para a região angolana, contrariamente ao sucedido a nível nacional.

Foi possível também auferir que, para além do interesse madeirense pelo ultramar ter sido bem menor e pouco expressivo comparativamente com o verificado no continente português, também findou primeiro na Madeira: isto logo a partir do ano de 1962.

Concluimos que esta migração foi predominantemente masculina, mas cuja discrepância foi sendo gradualmente atenuada e em apenas uma década a representatividade dos homens desceu dos 72% para os 56%.

Em termos de faixa etária, verifica-se que a grande maioria das partidas para o ultramar eram de indivíduos em idade ativa, sobretudo do grupo de maiores de 20 até 39 anos foi (entre 50% a 60%), seguido pelo grupo de maiores de 40.

Quanto ao estado civil, os solteiros eram em maior número na generalidade dos anos, contudo, com diferenças percentuais muito reduzidas (inferior a 1%).

Bibliografia e Webgrafia⁷⁴

- ACNUR, 2019, *Global Trends Forced Displacement in 2019*, disponível em https://www.unhcr.org/5ee200e37/#_ga=2.63459759.1871685821.1609770012-396966400.1607514273, consultado a 4 de janeiro de 2021.
- ALMEIDA, Carlos, BARRETO, António, 1976, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, 3.ª ed., Lisboa, Editora Prelo.
- BAGANHA, Maria Ioannis B., 1994, «As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX e o seu Impacto na Economia Nacional», in *Análise Social*, vol. 29, n.º 128, 4.ª série, pp. 959-980, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf>, consultado a 25 de maio de 2021.
- BOSWELL, Christina, 2003, *European Migration Policies in Flux. Changing Patterns of Inclusion and Exclusion*, London, Blackwell Publishing.
- CARITA, Rui, 2017, *História do Funchal*, 2.ª ed., Funchal, Associação Académica da UMa.
- CARMO, Hermano, FERREIRA, Manuela, 1998, *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*, 2.ª ed., Lisboa, Universidade Aberta.
- CASTELO, Cláudia, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia, 2004, «A migração de metropolitanos para Angola e Moçambique (1945-1974)», in *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4619665>, consultado a 17 de junho 2021.
- CASTELO, Cláudia, 2009, «Migração Ultramarina: contradições e constrangimentos», in *Ler História* [Online], 56, *Emigração e Imigração*, pp. 69-82, disponível em <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1950>, consultado a 17 de junho de 2021.
- CASTLES, Stephen, 2005, *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*, Lisboa, Editora Fim de Século.
- DECRETO-LEI n.º 7/74, de 27 de julho de 1974, in *Diário do Governo*, n.º 174/1974, 1.º Suplemento, Série I.

⁷⁴ Inclui títulos citados e outros ainda que se revelaram relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

- Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. e Observatório da Emigração, 2021, *Relatório da Emigração 2020*, disponível em https://portaldascomunidades.mne.gov.pt/images/GADG/Relat%C3%B3rio_da_Emigra%C3%A7%C3%A3o_2020.pdf, consultado a 26 de janeiro de 2022.
- FERREIRA, José Medeiros, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, 8.º vol., MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FERRO, Marc, 1994, *História das Colonizações*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FREITAS, Nelly de, 2013, «Entre as vinhas e os Cafezais: o Perfil dos Madeirenses que navegaram rumo a São Paulo entre 1888 e 1899», in *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*, Braga, CITCEM – Universidade do Porto, pp. 77-103.
- FREITAS, Nelly de, 2017, «A emigração da Madeira para São Paulo no final do século XIX: estudo socioeconómico e estatístico», in *Confins* [Online], n.º 31, *Dossiê migração europeia para o Brasil, século XIX e início do século XX*, disponível em <http://journals.openedition.org/confins/12416>, consultado a 17 de junho de 2021.
- GALVANESE, Marina Simões, 2013, *A Junta da Emigração: Os discursos sobre a emigração e os emigrantes no Estado Novo do Pós-Guerra (1947-1970)*, Dissertação de mestrado em História – Universidade de Coimbra, disponível em <https://eg.uc.pt/handle/10316/36014>, consultado a 13 de agosto de 2021.
- GOMES, Joselin, 2018, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- INE, 1943, *Anuário Estatístico: 1941*, Lisboa, Imprensa Nacional, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/262243661>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1944, *Anuário Estatístico: 1942*, Lisboa, Imprensa Nacional, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/262243396>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1945, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1943*, Lisboa, Sociedade Astoria, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462591160>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1945, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1944*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462594830>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1946, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1945*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462594830>, consultado a 12 de janeiro de 2021.

- INE, 1947, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1946*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462596002>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1950, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1947 e 1948*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462596773>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1951, *Anuário Estatístico do Império Colonial: 1949*, Lisboa, Sociedade Astoria, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462597890>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1952, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1950-1951*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462601496>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1953, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1952*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462603650>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1955, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1953*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462605142>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1956, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1954*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462606064>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1957, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1955*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462613824>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1957, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1956*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462616597>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1958, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1957*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462618658>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1959, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1958*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462619742>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1960, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1959*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462649465>, consultado a 12 de janeiro de 2021.

- INE, 1962, *Anuário Estatístico do Ultramar: 1960*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/462624094>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1962, *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar: 1961*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261962605>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1963, *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar: 1962*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/404689766>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1964, *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar: 1963*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261961843>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1965, *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar: 1964*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261961843>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1966, *Anuário Estatístico, Vol. II, Ultramar: 1965*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261960343>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1967, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1966*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261956714>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1968, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1967*, Lisboa, Bertrand (Irmãos), disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261936555>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1969, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1968*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261935970>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1970, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1969*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261935449>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1971, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1970*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261934767>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1972, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1971*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261930451>, consultado a 12 de janeiro de 2021.

- INE, 1973, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1972*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261858530>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1974, *Anuário Estatístico, Vol. II, Províncias Ultramarinas: 1973*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/261855133>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 1975, *Estatísticas Demográficas, Continente e Ilhas Adjacentes: 1974*, Lisboa, INE, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/258966441>, consultado a 12 de janeiro de 2021.
- INE, 2012, *Censos 2011. Resultados Definitivos – Região Autónoma da Madeira*, Lisboa, INE, disponível em https://estatistica.madeira.gov.pt/jdownloads/Social/Populao%20e%20Condies%20Sociais/Censos/Censos%20%20Publicaes/pdf_-_censos_2011_ram.pdf, consultado a 24 de agosto de 2016.
- IOM, 2022, *World Migration Report 2022*, disponível em <https://worldmigrationreport.iom.int/wmr-2022-interactive/>, consultado a 26 de janeiro de 2022.
- MACQUEEN, Norrie, 1998, *A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*, Lisboa, Editora Inquérito.
- MARQUES, A. H. Oliveira, 1998, *História de Portugal*, vol. III, *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*, 13.^a ed., Lisboa, Editora Presença.
- NAZARETH, Joaquim Manuel, 2004, *Demografia – A Ciência da População*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Presença.
- NEPOMUCENO, Rui, 2003, *Uma perspectiva da História da Madeira*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- NEPOMUCENO, Rui, 2006, *História da Madeira – Uma Visão Actual*, Porto, Campo de Letras.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago de, 1997, «Emigração, nas Ilhas portuguesas. Emigração legal, clandestina, retorno e re-emigração», in *Revista População e Sociedade* n.º 3, pp. 215-226, disponível em <https://www.cepese.pt/portal/en/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-3/emigracao-nas-ilhas-portuguesas-emigracao-legal-clandestina-retorno-e-re-emigracao>, consultado a 25 de maio de 2021.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago de, 1999, «A Ilha da Madeira, Transição Demográfica e Emigração», in *Revista População e Sociedade*, n.º 5, pp. 25-59, disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-5/a-ilha-da-madeira-transicao-demografica-e-emigracao>, consultado a 26 de agosto de 2021.

- OLIVEIRA, Isabel Tiago de, 2006, «Indicadores Demográficos nas Regiões Portuguesas entre 1890 e 1981», in *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 38, pp. 141-154, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/14989>, consultado a 10 de agosto de 2021.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago de, 2013, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas de 1890 a 2011», in *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*, Braga, CITCEM – Universidade do Porto, pp. 105-135, disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15223.pdf>, consultado a 15 de junho de 2021.
- PEREIRA, Victor, 2009, «Ineficiência, fragilização e duplicidade. O Velho Estado Novo Perante a Emigração para França (1960-1968)», in *Ler História* [Online], 56, *Emigração e Imigração*, pp. 45-68, disponível em <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1944>, consultado a 12 de agosto de 2021.
- PIRES, Rui Pena, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Editora Celta.
- PIRES, Rui Pena (coord.) et al., 2020, *Emigração portuguesa 2020: Relatório estatístico*, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL, disponível em <https://hdl.handle.net/10071/21972>, consultado a 31 de agosto de 2021.
- PIRES, Rui Pena et al., 2020, «A emigração portuguesa no século XXI», in *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], n.º 94, pp. 9-38, disponível em <http://journals.openedition.org/spp/7787>, consultado a 17 de junho de 2021.
- PRADA, Susana, 2000, *Geologia e Recursos Hídricos Subterrâneos da Ilha da Madeira*, Dissertação de doutoramento em Geologia – Universidade da Madeira.
- PORTES, Alejandro, 2006, *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, Empreendedorismo e a Segunda Geração*, Lisboa, Editora Fim de Século.
- RAMOS, Natália, 2015, «Mobilidades e interculturalidades na contemporaneidade: desafios para a Psicologia e a inserção social», in GONDIM, S. & BICHARA, I. (org.). *A Psicologia e os desafios do mundo contemporâneo*, Salvador, UFBA, pp. 267-300.
- RODRIGUES, Teresa, 2010, «Dinâmicas migratórias e riscos de segurança: A velha Europa», in *Relações Internacionais*, n.º 26, pp. 113-129, disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000200010, consultado a 2 de maio de 2017.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.) et al., 1995, *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.

- ROSAS, Fernando (coord.), 1994, *O Estado Novo (1926-1974)*, 7.º vol., MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SERRÃO, Joaquim, 1995, *História de Portugal*, vol. IX, *O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, Lisboa, Editora Verbo.
- SERRÃO, Joel, 1977, *A Emigração Portuguesa – Sondagem Histórica*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- SILVA, António, 2019, *O império e a constituição colonial portuguesa (1914-1974)*, Lisboa, Imprensa de História Contemporânea, disponível em <https://imprensa.ihc.fcsh.unl.pt/silvaad2019/>, consultado a 13 de janeiro de 2021.
- SOUTO, Odete, 2017, *Os retornados de África – Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira*, Dissertação de mestrado em Relações Interculturais – Universidade Aberta.
- TEIXEIRA, Nuno *et al.*, 2005, «Entre a África e a Europa: A Política externa Portuguesa 1890-2000», in PINTO, António C. (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Editora Dom Quixote.
- TEIXEIRA, Vítor, 2009, *Entre a Madeira e as Antilhas. A Emigração para a Ilha de Trindade. Século XIX*, Dissertação de mestrado em Estudos Interculturais – Universidade da Madeira.
- VIEIRA, Alberto (coord.) *et al.*, 2001, *História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Educação.
- VIEIRA, Rui, FREITAS, João Abel de, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», in FREITAS, João Abel de (coord.), *A Madeira na História. Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 123-187.

Património Fotográfico: Entre o Arquivo e o Museu – Um Caso de Ação e de Estudo, o Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s

Photographic Heritage: Between the Archive and the Museum –
A Case of Action and Study, the Madeira Photography Museum –
Atelier Vicente’s

*Emília Tavares*¹

Resumo

A especificidade do património fotográfico apresenta complexos desafios à sua salvaguarda física e documental. Ao contrário de muitos outros países, a história e a salvaguarda patrimonial fotográfica só se iniciou em Portugal na década de 70 do século XX. Neste contexto, não tem sido elaborada uma reflexão vasta e concertada sobre a dualidade que assiste aos acervos fotográficos, que é a da sua natureza arquivística e museológica, e de que forma se podem conciliar e tornar eficazes estes dois âmbitos de preservação, estudo e divulgação. A recente requalificação museológica do Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s é um projeto que permite refletir sobre esta dupla natureza dos acervos fotográficos, e a partir do qual podem ser elaboradas diretrizes e orientações programáticas para uma política nacional de preservação do património fotográfico, bem como para a sua valorização em contexto nacional e internacional.

Palavras-chave: Portugal; Madeira; Fotografia; Património; Museus; Arquivos; Política Cultural.

Abstract

The specificity of photographic heritage presents challenges to its physical and documentary protection. Unlike many countries, history and heritage protection only

¹ Mestre em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. Curadora e responsável pela coleção de fotografia e novos *media* do Museu Nacional de Arte Contemporânea, Lisboa. Investigadora e historiadora de fotografia e arte contemporânea portuguesa. Contacto: emitavar@gmail.com; site: www.emiliatavares.com.

began in Portugal in the 70s of the 20th century. In this context, a vast and concerted reflection has not been elaborated on the duality that assists photographic collections, which is their archival and museological nature, and how these two scopes of preservation, study and dissemination can be reconciled and made effective. The recent museological requalification of the Madeira Photography Museum – Atelier Vicente's, is a project that reflects on this dual nature of photographic collections, and the collection guidelines can be programmatic guidelines for a national policy for the preservation of photographic heritage, as well as for its valorization in a national and international context.

Keywords: Portugal; Madeira; Photography; Heritage; Museums; Archives; Cultural Policy.

Introdução

A preservação do património fotográfico português é muito recente, quando comparado com outros países europeus. Data do final de 1970, no quadro do novo contexto democrático, quando foi efetuado o primeiro grande levantamento e recolha, a nível nacional, de espólios fotográficos que se encontravam em risco, e foi iniciada uma vasta campanha de aquisições e doações. Esta primeira iniciativa pública resultaria na constituição do então designado Arquivo Nacional de Fotografia, sob a dependência dos vários institutos que se foram sucedendo dedicados à preservação patrimonial e museológica.

Em 1997, a criação do Centro Português de Fotografia pelo Ministério da Cultura, dotado de melhores condições de funcionamento e novas estratégias de defesa do património fotográfico, permitiu a transferência de grande parte dos espólios existentes para esta nova instituição. Contudo, em 2007, novas diretrizes levariam à extinção do papel autónomo do Centro Português de Fotografia e à sua reorganização, ficando, até hoje, sob a tutela da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB/ANTT). Assim, o acervo mais vasto sobre o património fotográfico nacional encontra-se atualmente sob a tutela de uma instituição cuja vocação primeira é o Arquivo.

Importa, por isso, definir a natureza do património fotográfico que, nas suas componentes de preservação, inventário, estudo e divulgação, apresenta duas vertentes distintas, mas que devem sempre ser complementares: a vertente arquivística e a museológica. O que quer dizer que os acervos fotográficos apresentam especificidades que os podem categorizar como obras de arte ou como unidades documentais, coexistindo frequentemente as duas componentes, ou ainda como documentos híbridos, necessariamente mais complexos sob o ponto de vista material e dos seus significados.

Neste sentido, sempre que decisões políticas ou institucionais impedem que o património fotográfico seja tratado técnica e historicamente sob esta dualidade de entendimento, arquivística e museológica, estamos a destituir esse mesmo património das condições fundamentais para a sua preservação e conhecimento. Neste ponto, gostaria também de ressaltar a importância dos novos modelos de entendimento da preservação patrimonial, que já não se fundamentam de modo ortodoxo sobre a ideia de inacessibilidade. Hoje, é consensual que a melhor estratégia de preservação patrimonial passa obrigatoriamente por maior acessibilidade, estudo e divulgação do mesmo.

Infelizmente, o quadro atual de preservação do património fotográfico nacional encontra-se, desde 2007, penalizado pela ausência de uma estratégia que contemple, de modo articulado e complementar, a vertente arquivística e museológica. O que tem resultado numa política baseada apenas na preservação, sem atender aos aspetos cruciais de estudo e divulgação.

Por essa razão, foi criado um grupo informal que reúne curadores, historiadores, conservadores, arquivistas, fotógrafos e professores, exigindo uma discussão pública sobre a falta de uma política concertada para o património fotográfico nacional. Daqui resultou a recente constituição, pelo Ministério da Cultura, do Grupo de Projeto Património Fotográfico Nacional, destinado a diagnosticar e propor novas estratégias de atuação das instituições públicas com responsabilidades nesta matéria (Despacho n.º 6539/2021).

É neste quadro que o projeto de requalificação do Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's adquire uma relevância fundamental e pode ser considerado, na sua génese, um caso de estudo fundamental para reformular o pensamento político e cultural sobre o nosso património fotográfico.

Em 2016 fui convidada, pelo então diretor de serviços de Museus e Património da Direção Regional da Cultura, Francisco Clode, para realizar o projeto de requalificação do Museu de Fotografia da Madeira, em que foi possível trabalhar a partir de uma visão articulada e concertada entre arquivo e museu sobre o património fotográfico da Madeira. É importante também ressaltar o papel absolutamente crucial da então diretora do Arquivo Regional da Madeira, Fátima Barros, sem a qual a articulação museu/arquivo não teria sido possível. Para tanto, constituí uma pequena equipa com Alexandra Encarnação, coordenadora do Arquivo de Documentação Fotográfica da Direção-Geral do Património Cultural, e Astrid Rovisco Suzano, arquiteta, com experiência profissional na área museológica.

Diagnóstico e Propostas de Requalificação Museológica

Neste projeto de requalificação, foi efetuada uma análise à natureza e constituição do património fotográfico da Madeira, que não se limita ao acervo do Atelier Vicente's, mas que é constituído por um conjunto vasto de outros acervos de importância enorme no quadro cultural específico da Madeira, mas também da história da fotografia e da cultura portuguesas em geral.

De referir que os trabalhos de preservação física dos vários acervos fotográficos do museu tinham sido já iniciados quando, na sequência de Relatório elaborado por mim e por Alexandra Encarnação, tínhamos proposto a sua urgente transferência para os depósitos climatizados do Arquivo Regional. Trabalho esse, coordenado e efetuado, de forma exemplar, por Fátima Barros e pela sua equipa.

Nessa análise foi delineada uma estratégia de caracterização que contemplou a natureza constitutiva deste património: através da sua autoria (plural ou singular), da sua caracterização técnica e material, da avaliação de documentação complementar, e do seu estado de conservação.

Foi efetuada também uma análise à natureza histórica do *atelier* e às suas funções anteriores enquanto museu, daqui resultando a seguinte caracterização:

- Edifício original salvaguardado, se bem que com as alterações funcionais realizadas ao longo da sua história;
- Preservação de algum mobiliário, de equipamentos técnicos originais e de outros adquiridos posteriormente;
- Circuito museológico incoerente sob o ponto de vista da evolução histórica das técnicas fotográficas e ineficaz em termos didáticos;
- Ausência de textos de carácter histórico e técnico que contextualizassem a história do *atelier* e das coleções;
- Sobrevalorização dos documentos fotográficos negativos em detrimento de todas as outras técnicas e suportes, criando disparidades enormes de preservação nos vários acervos;
- Perdas no acervo fotográfico e documental, no mobiliário e em equipamentos técnicos;
- Ausência de equipa especializada nas várias áreas necessárias ao funcionamento de um museu de fotografia;
- Ausência de estratégias de investigação, de exposição, de conservação, de edição e de educação.

Com base nesta análise, foi elaborado um **Plano de Requalificação** nas seguintes áreas:

- Definição do circuito expositivo do *atelier* e seus conteúdos;
- Definição de programa expositivo permanente e temporário;
- Definição de programas editoriais e educativos;
- Definição de programas de investigação e parcerias;
- Orientação histórica e seletiva de fotografias, documentos, mobiliário e equipamentos técnicos para instaurar um novo circuito expositivo e para colmatar a anterior desvalorização patrimonial dos mesmos.

Seguiu-se um **Plano de Intervenção** simultâneo em vários âmbitos:

- Avaliação do espaço interior de modo a permitir um circuito expositivo, o que implicou, na área do *atelier*, uma proposta de alterações à planta existente, a criação de áreas de exposição permanente e temporária, bem como de uma loja, procurando sempre a otimização do espaço;
- Desenho de equipamentos de apoio como vitrinas, plintos, entre outros (projeto executado neste item e no anterior pela arquiteta Astrid Rovisco Suzano);
- Avaliação do estado material dos acervos e seleção dos conteúdos de acordo com o circuito expositivo definido;
- Definição de uma identidade gráfica para o museu e a sua consequente aplicação a todos os conteúdos, desde sinalética, comunicação e edição (projeto do *designer* João Machado);
- Produção de textos explicativos e de contexto histórico para os vários núcleos do museu;
- Planos editoriais e de divulgação;
- Plano de parcerias;
- Realização da *Conferência Internacional (Fotografia e Viagem)*, acompanhando a temática da segunda exposição temporária.

Acresceu um **Plano de Implementação Expositiva** articulado da seguinte forma:

Atelier

Contextualização do mobiliário e dos equipamentos, de acordo com a sua função e a sua importância técnica e histórica. Interpretação do *atelier* de acordo com a sua utilização técnica, integrando no circuito do mesmo a história da evolução dos principais processos fotográficos no século XIX, a valorização de coleções esquecidas,

como os acervos em estereoscopia, lanternas mágicas, ou *autochromes*. Foi também efetuada uma leitura funcional e histórica das tarefas inerentes a um estúdio fotográfico no século XIX, adequada aos equipamentos existentes, conferindo-lhes coerência e pertinência de acordo com os materiais expostos. A coleção de máquinas fotográficas foi objeto de um trabalho sumário de preservação, e foi selecionado um conjunto para exposição, tendo em conta a sua relevância no quadro da história dos equipamentos fotográficos, tendo sido cada uma delas objeto de uma caracterização técnica e histórica que acompanha a sua exposição. Por último, foi dado o devido destaque à família Vicente's no quadro da fundação e desenvolvimento do estúdio, mas, uma vez mais, integrando essa importância no quadro geral da história da fotografia.

Exposição Permanente

Focada na apresentação de todos os acervos do museu, desde o século XIX até à década de 70 do século XX, e organizada em dois núcleos fundamentais: Retrato e Paisagem. O conceito de exposição permanente não implica uma cristalização da proposta atualmente exposta. Entende-se hoje, por exposição permanente, a apresentação em rotatividade dos acervos museológicos. Neste sentido, esta primeira apresentação resulta da necessidade de apresentar os vários autores da fotografia madeirense, sob a perspetiva dos dois principais géneros fotográficos, o retrato e a paisagem. Foram deixadas propostas para que esta exposição permanente seja mudada, de quatro em quatro anos, desde que sempre baseada em novas análises e estudos históricos das coleções.

Exposições Temporárias

Tesouros da Fotografia Portuguesa do Século XIX – Realizada simultaneamente à inauguração do museu, consistiu numa versão adaptada da exposição original realizada em 2015 no Museu Nacional de Arte Contemporânea, permitindo incluir fotógrafos madeirenses e integrá-los na história da fotografia portuguesa.

Fotografia e Viagem – Segunda exposição temporária, inaugurada em outubro de 2019, acompanhando a conferência internacional sobre o mesmo tema. Não foi um tema selecionado aleatoriamente, mas partiu da análise da coleção e da importância de fotógrafos estrangeiros na mesma, muitos deles de visita à Madeira, para além da componente turística que sempre esteve presente na história da ilha. Para além disso, integrou-se, uma vez mais, a história fotográfica local nesta matéria, no discurso global da importância da fotografia para o registo documental da viagem, a partir

do século XIX. Foram apresentadas obras de enorme importância histórica nacional e internacional sobre esta matéria.

O **Plano Editorial**, considerado fundamental para atualizar o discurso informativo, histórico e interpretativo da fotografia madeirense e englobá-lo em perspetivas mais amplas da fotografia nacional e internacional, compreendeu as seguintes publicações, com conteúdos todos entregues ao museu e aguardando a sua publicação integral:

- **Roteiro das coleções** – apresentação atualizada, generalizada e sucinta dos acervos e do atelier (já editado)²;
- **Catálogo Geral das Coleções Fotográficas I** – primeira abordagem a cada um dos autores e estúdios mais significativos do século XIX à década de 70 do século XX, com textos explicativos sobre a história da fotografia madeirense e dos seus autores, bem como a sua relação com a evolução da história da fotografia geral (no prelo);
- **Catálogo da Exposição Temporária – Fotografia e Viagem** – Com um ensaio inédito de Margarida Medeiros, apresenta as obras e os autores apresentados durante a exposição, segundo critérios de análise à história da fotografia e da sua relação com a viagem (no prelo).

Um Museu de Fotografia – Património e Cidadania

Todo o trabalho de requalificação do atual Museu de Fotografia da Madeira pautou-se por um entendimento da especificidade do Atelier Vicente's no quadro da sua história local, mas sempre sob a perspetiva da inscrição da sua singularidade no panorama mais vasto da fotografia nacional e internacional. Em nossa opinião, o carácter insular da cultura madeirense deve ser entendido em quadros mais vastos de conhecimento, e essa foi uma orientação que norteou todo o projeto implementado no antigo Photographia – Museu “Vicentes”.

A implementação em 2019 de todo um novo programa, não só de análise mas de exposição e divulgação do património fotográfico da Madeira, só pôde ser concretizado devido a uma importante e rara cooperação entre a equipa externa convidada e as equipas da Direção Regional da Cultura e do Arquivo Regional, unidas num propósito comum de requalificação patrimonial, onde a partilha de conhecimentos, o diálogo e a solidariedade profissional foram exemplares e deram os excelentes resultados

² TAVARES, ENCARNAÇÃO, 2021, *Roteiro Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's*.

que são hoje públicos – e que a atribuição do prémio de melhor Museu do Ano, pela Associação Portuguesa de Museologia, expressa cabalmente.

Foi nossa preocupação elementar, em todo este processo, o estabelecimento de um diálogo e de parcerias com as instituições da Madeira e com outras instituições nacionais, o que veio a verificar-se crucial para a concretização do vasto programa realizado em 2019.

Foi assim concretizado o objetivo primordial de integrar a produção fotográfica madeirense no contexto mais vasto da fotografia, arte e cultura nacional e internacional, bem como realizar de forma eficaz, e que se espera duradoura, as parcerias com outros museus, bibliotecas, arquivos, universidades e centros de investigação. Pela primeira vez, e esperamos que não a última, em toda a sua história, o património fotográfico madeirense foi divulgado com uma visão de conjunto, e de forma global, com a presença de dezenas de investigadores, fotógrafos e curadores, nacionais e internacionais, podendo oferecer-lhes um museu e um conjunto de exposições de qualidade histórica, técnica e curatorial, que são já uma referência na história da fotografia portuguesa.

Entendemos por isso que nenhuma defesa patrimonial fotográfica pode ser devidamente concretizada se não tiver como premissa esta confluência, diálogo e parceria permanente entre as competências técnicas do arquivo e expositivas do museu. Para além de ser técnica e historicamente a solução mais adequada, é também aquela que pode ser financeiramente mais sustentável.

A nossa orientação técnica provou que pode ser efetuado um trabalho de elevada qualidade com meios orçamentais razoáveis se este estiver assente numa estratégia de parceria e otimização de recursos. Desde que sempre secundado por um estudo qualificado e exigente das coleções. O projeto do Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's pode ser, por todas as razões assinaladas, um caso de estudo para que a defesa patrimonial fotográfica possa ser uma realidade consequente e continuada em Portugal.

No ano em que o Ministério da Cultura nomeou o grupo de projeto já mencionado, para diagnosticar e propor novas metodologias para a defesa do património fotográfico nacional, o nosso legado na requalificação do Museu de Fotografia da Madeira proporcionou-nos mais ensinamentos, bem como matéria suficiente de reflexão e ação que se revelará certamente relevante.

Para além do que foi concretizado, deixámos, num **Relatório Geral** entregue à tutela do museu, um vasto plano de orientações e propostas que abrangem todas as áreas que devem nortear a ação museológica: a investigação, a curadoria, a conservação, os programas educativos e editoriais, bem como as parcerias.

E deixámos também um apelo urgente para o investimento na qualificação técnica e reforço da equipa, dada a excelência e exigência do seu património. A formação em Fotografia Portuguesa não é ainda a desejada, embora muitas universidades públicas e privadas invistam cada vez mais em pós-graduações e mestrados em que o ensino da História da Fotografia Portuguesa já desempenha um papel crucial. A aquisição de conhecimentos superiores nesta matéria, bem como de metodologias curatoriais e de investigação, são a espinha dorsal de qualquer museu, incluindo os de fotografia. Deve, por isso, ser uma das prioridades do Museu de Fotografia da Madeira dotar a sua equipa de uma atualização formativa na área da investigação, curadoria e produção, de modo a poder trabalhar convenientemente as suas coleções.

O que instituímos em 2019 foi uma cultura dinâmica e atualizada sobre o funcionamento dos museus e a sua relação com o património que gerem. O eixo fulcral dessa atuação é a produção de conhecimento, qualificado e cientificamente validado. Os museus não são montras ilustrativas do património, e a fotografia, pela sua natureza, é frequentemente confundida com ilustração histórica. A fotografia é uma das tipologias mais interdisciplinares e, por isso, complexas, cujo estudo e divulgação deve obedecer a critérios exigentes e inovadores, articulados com várias áreas do conhecimento, congregando técnicos e estudiosos tão qualificados quanto é exigido noutras tipologias e áreas artísticas e patrimoniais.

Um dos mais importantes pensadores sobre a museologia contemporânea, o diretor do Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, em Madrid, Manuel Borja-Villel, defende que os museus não podem continuar a ser lugares com uma visão canónica da arte e do património, e que esta deve ser substituída por uma visão crítica e dialogante, e por um investimento maior no conhecimento e menor no espetáculo³. Por outro lado, museus com a especificidade regional do Museu de Fotografia da Madeira podem ser excecionais plataformas de produção crítica sobre a questão das identidades culturais e a sua tensão com as forças culturais globalizantes.

A nossa riqueza patrimonial fotográfica tem no *atelier* de Carlos Relvas, na Golegã, e no Atelier Vicente's, na Madeira, dois preciosos e raros exemplos, de relevância internacional. A inexistência de uma gestão tecnicamente qualificada e de um programa museológico completo do *atelier* e acervo de Carlos Relvas, constituem um dos exemplos que nos obrigam a estar alerta sobre as desastrosas consequências da excessiva ingerência política e da continuada desqualificação

³ BORJA-VILLEL, 2020, *Campos Magnéticos: Escritos de arte y política*; EXPÓSITO, 2015, *Conversación con Manuel Borja-Villel*.

técnica. Tendo como consequência que uma verdadeira jóia patrimonial fotográfica esteja votada, há décadas, a uma museologia caricata e depreciativa.

Alguns dos mais relevantes pensadores contemporâneos têm referido a excessiva presentificação da história que norteia as políticas culturais⁴; quer isto dizer, que a arte e o património são hoje áreas de instrumentalização política, como já o foram no passado, mas em que o espetáculo da recuperação patrimonial obedece aos ritmos do calendário eleitoral e é medido em metros quadrados, sem que existam *a posteriori* políticas sustentadas e coerentes de continuidade e de apoio à preservação e divulgação do mesmo.

A fotografia, ao contrário de outras tipologias artísticas mais elitistas, dada a sua democratização de uso e consumo, é frequentemente objeto de uma errónea retórica de conhecimento, especialmente nas esferas políticas. As instituições que gerem o património fotográfico devem por isso pugnar pela excelência e credibilização de toda a sua gestão. Não podem confundir, entre outros aspetos, listas de obras e biografias de autores com trabalho de investigação, nem grupos de imagens dispostas sob critérios aleatórios, com uma exposição. Cabe aos curadores e aos investigadores, devidamente formados, realizarem propostas expositivas – é essa a sua especificidade profissional e a mesma deve ser convocada em todas os programas expositivos museológicos, já que são a única garantia de credibilidade e qualidade.

Os museus do futuro só o serão na medida em que forem instituições com capacidade crítica interna e uma enorme generosidade de acolhimento do pensamento externo, especializado e vernacular, individual e comunitário, local e global, sob uma orientação qualificada e democrática, que cumpra a sua missão de autonomia e resista à imposição de determinadas visões políticas culturais.

A prolongada crise económica atual, que a pandemia veio acentuar, e as enormes dificuldades que a gestão cultural implica só podem ser ultrapassadas com qualificação e conhecimento, fundamentais para criar situações alternativas, inovadoras e possíveis de concretizar. O trabalho longo e silencioso dos museus e dos arquivos presta-se pouco ao espetacular e permanente presente que a política exige. Só através da arte e do património, como da cultura em geral, é possível empoderar os cidadãos, criar práticas de diálogo, de sabedoria e de democracia participativa. Outro aviso importante, vindo do contexto político contemporâneo, diz respeito à fragilidade das democracias e à sua permeabilidade à autocracia legitimada, perante a qual o mais eficaz antídoto reside numa cultura sólida.

⁴ MALZACHER, STAAL, 2021, *Training for the Future*; HARTOG, 2003, *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*.

O Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's foi pensado sob todas as premissas aqui apresentadas: não apenas como uma montra de fotografias e de memórias, mas como um lugar de exercício crítico do conhecimento, como um lugar de produção de saber, de permuta e diálogo permanente com os seus pares e a sua comunidade, capaz de se tornar uma referência nacional e internacional na sua área. Foi também um projeto, norteado pela ideia de que o usufruto da arte e património têm de obedecer a critérios de exigência e profissionalismo cada vez mais elevados, e que só dessa forma se pode cumprir o desígnio público de uma cultura verdadeiramente útil e democrática.

Oxalá, no futuro do Museu de Fotografia da Madeira, a história longa prevaleça sobre a efémera e de curta duração.

Referência Bibliográficas

- BORJA-VILLEL, Manuel, 2020, *Campos Magnéticos: Escritos de arte y política*, Barcelona, Arcadia.
- EXPÓSITO, Marcello, 2015, *Conversación con Manuel Borja-Villel*, Madrid, Ediciones Turpial.
- HARTOG, François, 2003, *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*, Paris, Seuil.
- MALZACHER, Florian, STAAL, Jonas (ed.), 2021, *Training for the Future*, Berlin, Sternberg Press.
- TAVARES, Emília, ENCARNAÇÃO, Alexandra, 2021, *Roteiro Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura.

Formas de Tratamento de Segunda Pessoa do Singular em Português: Representações e Crenças de Falantes Madeirenses

Forms of Address of Second Person of Singular in Portuguese: Representations and Beliefs of Madeiran Speakers

Aline Bazenga¹

Resumo

As formas de tratamento (doravante FT) de segunda pessoa do singular, disponíveis para uso em português, numa grande variedade de contextos de interlocução social, constituem um sistema complexo, marcado por uma grande diversidade formal, em termos de categorização morfossintática, e de condicionamentos a nível pragmático. Pretende-se, neste artigo, partilhar os resultados de dois estudos realizados em 2019 e 2021 sobre este fenómeno junto de falantes madeirenses do português europeu (PE). Através dos dados provenientes da aplicação de dois questionários a 345 e 93 participantes, respetivamente, procurou-se perceber quais os julgamentos de aceitabilidade e o valor social assumido pelas diversas FT, selecionadas *em função de* contextos de interação social, caracterizados por uma maior/menor proximidade e assimetria entre interlocutores. De um modo geral, observa-se nos dois estudos (i) uma maior preferência por formas nominais em detrimento das formas verbais com sujeito nulo e (ii) alguma especificidade no modo como os falantes madeirenses avaliam as FT em contexto familiar. Neste domínio, a FT “o senhor”/

¹ Doutorada em Letras/Linguística Francesa (2004) e Professora Associada da Universidade da Madeira. Foi Diretora da Licenciatura em Ciências da Cultura, Presidente do Departamento de Estudos Romanísticos, Vice-Presidente e Presidente da Faculdade de Artes e Humanidades. Investigadora integrada na Equipa de Investigação Dialetologia e Diacronia do CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), desde 2005. Colabora com o CIERL-UMa (Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais – Universidade da Madeira), enquanto coordenadora da área de Linguística do Projeto *Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira* e do Projeto *ARPOFAMA (Arquivo do Português Falado na Madeira)*, respetivamente. Desde 2010, tem vindo a desenvolver investigação na área da Variação Sintática em Variedades do português, no âmbito da Sociolinguística Variacionista. Das suas mais de três dezenas de publicações são de destacar as mais recentes, sobre aspetos sintáticos do português europeu insular (Madeira). Contacto: aline.bazenga@staff.uma.pt.

"a senhora" para familiares mais velhos (filho/pai; neto/avô) constitui uma alternativa nas escolhas dos inquiridos madeirenses e a FT mais em uso na variedade padrão do PE (o pai + V_{3sg'} (tu) + V_{2sg}). Os dados obtidos apontam ainda para a relevância de fatores sociais, tais como o nível de escolaridade e a idade dos participantes madeirenses na avaliação de FT, dando conta da divergência de crenças sociais, sobretudo em domínios em que as interações sociais são marcadamente mais assimétricas.

Palavras-chave: Formas de Tratamento em Português; Segunda Pessoa do Singular; Falantes Madeirenses; Estudos de Avaliação; Variação Linguística e Social.

Abstract

The forms of address (FA hereafter) for the second person singular, available for use in Portuguese in a wide variety of contexts of social interlocution, constitute a complex system marked by great formal diversity in terms of morphosyntactic categorization and of conditioning at the pragmatic level. In this paper, we intend to share the results of two studies carried out in 2019 and 2021 on this topic towards speakers of an insular variety (Madeira Island) of European Portuguese (EP). Through data from two questionnaires applied to 345 and 93 participants respectively, we tried to understand the judgements of acceptability and the social value perceived by the different FA selected for specific contexts of social interaction, characterized by a greater/lesser proximity and asymmetry between interlocutors. In general, both studies showed (i) a greater preference for nominal forms over verbal forms with null subjects and (ii) some specificity in the way the Madeiran speakers evaluate FA in family contexts. In this respect, the FA "o senhor"/"a senhora" for older family members (son/father, grandson/grandfather) represents an alternative in the choices of the inquired Madeirans and the most used FA in the standard variety of EP (*the father* + 3sg, ("tu") + 2sg). The data obtained also points to the relevance of social factors, such as the level of education and age of the Madeiran participants in evaluating the FA, especially in domains where social interactions are markedly more asymmetric.

Keywords: Forms of Address in European Portuguese; Second Person Singular; Madeiran Speakers; Evaluation Studies; Linguistic and Social Variation.

1. Introdução

O sistema de FT em PE, como referido por vários investigadores², é muito complexo, marcado por uma grande heterogeneidade a vários níveis do sistema da

² Entre muitos outros, LINDLEY CINTRA, 1972, *Sobre "Formas de Tratamento" na Língua Portuguesa*, HAMMERMÜLLER, 2004, *Adresser ou éviter, c'est la question [...]*, CARREIRA, 2004, *Les formes d'allocation du portugais européen: valeurs et fonctionnements discursifs*, OLIVEIRA, 2005, «A retrospective on address in Portugal (1982-2002): Rethinking power and solidarity», DUARTE, 2011, «Formas de tratamento em português: Entre léxico e discurso» e, mais recentemente, NASCIMENTO, MENDES e DUARTE, 2018, «Sobre formas de tratamento no Português Europeu e Brasileiro», MARQUES e DUARTE, 2019, «Formas de tratamento e preservação da face em interações verbais online», e as publicações de GUILHERME e BERMEJO, 2015, «The politeness of você in European Portuguese», LARA e GUILHERME, 2018, «The politeness of você in European Portuguese» e LARA-BERMEJO e BRUNO GUILHERME, 2021, «The Diachrony of Pronouns of Address in 20th-century European Portuguese».

língua portuguesa. Integra diversas categorias gramaticais – formas pronominais (“tu”, “você”, “o senhor”), nominais (“o pai”, “o Pedro”, etc.) e verbais, em que o sujeito não se encontra realizado ($\emptyset V_{2sg}$) na segunda pessoa do singular, como em “ \emptyset vai à faculdade?”, ou ($\emptyset V_{3sg}$) na terceira pessoa do singular, de que é exemplo “ \emptyset vais à faculdade?” – e que constituem um conjunto de opções para uso. Por outro lado, para além da diversidade entre variedades do português, patente nos diferentes paradigmas de usos de FT em PE e no português do Brasil (PB), é notória a sua variação interna e localmente, em variedades regionais e sociais, tanto no PE como no PB.

Este artigo foca-se apenas na componente que integra FT disponíveis para o tratamento dirigido a uma pessoa (singular) em PE. Como será referido na secção 2, este subsistema para o singular é marcadamente mais complexo do que o que está disponível para o plural. É também mais instável e sujeito à variação, razões que justificam a sua escolha para uma investigação que pretende inscrever-se na área da Sociolinguística.

Pretende-se compreender as avaliações dos falantes madeirenses sobre esta matéria, se elas deixam ou não transparecer alguma especificidade social e regional, face aos padrões de usos de FT mais convencionados – entendidos como correspondentes à variedade padrão do PE –, cujos contornos têm vindo a ser amplamente divulgados e discutidos na literatura.

Não tendo por objeto a produção linguística de falantes madeirenses do PE, este trabalho procura obter dados provenientes de uma dimensão mais subjetiva, a que estuda a consciência dos falantes de variantes linguísticas em uso nas suas comunidades. Assim, pretende-se observar o modo como as FT do PE são avaliadas, ou seja, captar de que maneira os falantes pensam e julgam que as usam nas suas interações sociais. Esta perspetiva enquadra-se também na área da Sociolinguística Laboviana, tendo surgido no trabalho seminal de Weinreich, Labov e Herzog, publicado em 1968³, como “o problema da avaliação”, uma das cinco questões empíricas centrais da Teoria da Variação e da Mudança Linguística preconizada pelos autores. Com efeito, as avaliações feitas pelos falantes também contribuem para explicar os processos de mudança linguística, porque é que ela ocorre ou não e quais as condições que a favorecem ou o contrário. Labov⁴ considera três tipos de apreciação social de variantes linguísticas, alinhadas no contínuo *grau de força avaliativa*, e que vão desde os *estereótipos*, seguidos pelos *marcadores*, até aos

³ WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968, «Empirical foundations for a theory of language change».

⁴ LABOV, 1971, *Sociolinguistics Patterns*.

indicadores. Este conjunto de significados sociais molda-se em *crenças* e *atitudes*⁵, tornando-se constitutivos da identidade linguística do falante, conduzindo-o a adotar determinados comportamentos linguísticos, nomeadamente ao uso efetivo de variantes de FT. Configura-se, assim, a interligação entre as duas dimensões – avaliação e produção – na variação linguística na perspetiva sociolinguística e a relevância de cada uma⁶.

O texto está estruturado em duas partes. A primeira secção contempla uma breve apresentação do estado da arte, ponto 2 – As FT em PE: estado da arte. A anteceder as considerações finais, o ponto 3 – Avaliação das FT por falantes madeirenses do PE. Por fim, a secção dedicada aos inquéritos de 2019 e de 2021 constitui uma descrição, desde os seus aspetos metodológicos até à análise e discussão dos dados obtidos, da investigação realizada.

2. As FT em PE: Estado da Arte

Nesta secção, será feita uma síntese da literatura e das questões que suscitam maior interesse, com ênfase nas variedades europeias do português, onde se inclui a variedade continental e insular do arquipélago da Madeira.

2.1 Variedades do PE Continental

Na sua variedade padrão, o PE apresenta-se estruturado como indicado na Tabela 1, onde contrastam dois paradigmas: um tripartido (N, T, V), no singular, e outro, bipartido (T, V), no plural.

Tabela N.º 1 – Sistemas de FT – Singular e Plural – na variedade padrão do PE

	T	N	V
Singular	“tu” + V _{2sg} Sujeito Nulo ou Ø + V _{2sg}	“você” + V _{3sg} Sujeito Nulo ou Ø + V _{3sg} F. Nominais + V _{3sg}	“o senhor”/“a senhora” + V _{3sg}
Plural	“vocês” (“vós”) + V _{2pl} / V _{3pl}		“os senhores”/“as senhoras” + V _{3pl}

Fontes: BAZENGA, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*; BAZENGA, 2021, *Formas de tratamento em português europeu: avaliação por falantes madeirenses*.

⁵ LAMBERT, HODGSON, GARDNER e FILLENBAUM, 1960, «Evaluational Reactions to Spoken Language»; GARRETT, 2010, *Attitudes to Language*.

⁶ OUSHIRO, 2021, «A importância de estudos de avaliação e percepções sociolinguísticas».

As FT destinadas a uma pessoa (paradigma do singular) encontram-se repartidas entre três categorias, de acordo com o modelo social dinâmico e triádico N-V-T proposto por Manuela Cook⁷ para o PE, inspirado no trabalho seminal de Brown e Gilman⁸. Esta configuração contrasta com a do PB, caracterizado por contemplar um sistema mais reduzido, marcado pelo binómio “você” (T)/“o senhor” (V) nas suas variedades-padrão, mais conforme com os dois paradigmas clássicos, o do “TU” (T) ou da solidariedade e o do “VOS” (V), que simboliza o poder. Em PE, o tratamento de tipo T diz respeito a contextos de maior familiaridade e solidariedade entre os participantes na interação verbal; o de tipo N surge como sendo mais adequado a contextos concebidos como correspondendo a situações informais ou semiformais, nos quais uma forma T seria percebida como demasiada proximidade; e as formas de tipo V são as mais indicadas para as situações formais e de deferência.

A singularidade do PE, no âmbito das línguas românicas, reside na elasticidade do seu sistema de tratamento⁹, que oferece ao locutor a possibilidade de aumentar ou de diminuir a proximidade com o seu interlocutor através da FT, isto é, percorrendo o uso de “tu” (T) até ao d’“o senhor” (V), passando pelo pronome nulo \emptyset ou pelo tratamento nominal (N). Neste percurso, o tratamento verbal V3_{sg} sem sujeito expresso e na 3.^a pessoa do singular (a partir de agora 3PS) é visto como “instrumento formal de evitação”, através de qual se pretende dissimular ou mesmo encurtar, mas mantendo as distâncias sociais entre os interlocutores. Tal só é possível pelo facto de o português ser uma língua *pro-drop*, ou de sujeito nulo, distinta, por exemplo, do francês, uma língua que não permite a omissão do pronome sujeito.

Já quando se trata de interlocutores (paradigma do plural), observa-se apenas uma bipartição, entre as formas restritas a contextos formais (V) e aquelas que não o são (N/T).

No singular, o número de opções de que os falantes do PE dispõem é bastante elevado. Do ponto de vista morfossintático, segundo Lindley Cintra¹⁰, estas opções dividem-se em três categorias: (i) o tratamento pronominal (“tu”, “você” (...)); (ii) o tratamento nominal (“o doutor”, “a dona”, “o senhor ministro”, “o professor”, “o pai”, “a mãe”, “a Joana”, “o patrão”, “a menina”, (...)); e (iii) o tratamento verbal (em português,

⁷ COOK, 1997, «Uma Teoria de Interpretação das Formas de Tratamento na Língua Portuguesa», COOK, 2013, «Portuguese Pronouns and Other Forms of Address, from the Past into the Future – Structural, Semantic and Pragmatic Reflections», COOK, 2014, «Beyond T and V – Theoretical Reflections on the Analysis of Forms of Address», p. 259.

⁸ BROWN e GILMAN, 1960, *The Pronouns of Power and Solidarity*.

⁹ HAMMERMÜLLER, 2004, *Adresser ou éviter, c’est la question* [...].

¹⁰ LINDLEY CINTRA, 1972, *Sobre “Formas de Tratamento” na Língua Portuguesa*.

o uso da 3_{sg} ou da 2_{sg} do verbo, sem sujeito expresso). O tratamento nominal é sempre acompanhado pela 3.^a pessoa verbal e distingue-se dos outros dois tipos por fazer sempre referência a algo relacionado com a pessoa a quem nos dirigimos. Gunther Hammermüller¹¹ classifica as FT do português em nominais, pronominais e verbais, tal como Lindley Cintra, mas propõe também a integração no sistema de uma nova categoria, mais específica, designada por *tratamento de evitação*, que corresponde ao emprego de formas verbais na 3PS (“Ø Deseja açúcar?”), vista como uma alternativa utilizada para evitar a escolha de formas pronominais ou nominais. A Tabela N.º 2 dá conta de algumas dessas possibilidades.

Tabela N.º 2 – Categorização das FT em PE

F. Pronominais	F. Nominais			F. Verbais Sujeito Nulo ou Ø
	Nome Próprio	Nomes indicativos de idade, parentesco, relação, afeto.	Honoríficos, profissões, cargos e funções	
<i>Tu</i> queres um café? <i>Você</i> quer um café? <i>O senhor</i> quer um café?	<i>A Ana</i> quer um café? <i>O senhor David</i> quer um café? <i>O menino João</i> quer um sumo?	<i>O menino</i> quer um sumo? <i>O pai</i> quer um café? <i>A vizinha</i> quer um café? <i>O meu amor</i> quer um café? <i>O meu amorzinho</i> quer um café?	<i>Sua excelência</i> deseja um café? <i>O sr. Engenheiro</i> quer um café? <i>O sr. Reitor</i> quer um café?	Ø Queres um café? Ø Quer um café?

Fontes: adaptado de FARIA, 2009, *O fenómeno da delicadeza linguística em Português e em Inglês*, p. 30; ALLEN, 2019, *O sistema de formas de tratamento em português europeu*, p. 32.

Apenas a categoria de formas pronominais oferece opções para os três tipos de situações (T, N, V); já na categoria do tratamento verbal com sujeito nulo ou não expresso apenas se observa FT adequadas para T e N, consoante o verbo se encontra na 2PS ou na 3PS. A subcategoria de formas nominais que contem nomes honoríficos, nomes de profissão, de cargos e de funções, serve exclusivamente as estratégias V e de transição V-N e N-T, tal como referido por Cook. Com efeito, a autora alerta para a possibilidade de moldar V e N, através de estratégias que surgem como formas atenuadas de V (V de transição para N, ou V-N), como em *O senhor David* quer um café? e de N (de N de transição para T, ou N-T), como em *A Ana* quer um café? Ou *O meu amor* quer um café?

¹¹ HAMMERMÜLLER, 2004, *Adresser ou éviter, c'est la question* [...].

Por outro lado, ainda no campo dos paradigmas de FT para o PE e da sua complexidade, Nascimento, Mendes e Duarte¹² apontam para a distribuição complementar entre as formas pronominais “tu” e “você”, segundo o tipo de relação entre os interlocutores, como um dos fatores que contribui para esta caracterização e para as dificuldades enfrentadas pelos falantes, quando se trata de escolher entre uma e outra forma. Um outro aspeto que também favorece a complexidade do sistema reside no facto das FT de tipo nominal para tratamento em situações N e V constituírem uma classe aberta. Há ainda a assinalar o facto de estes dois fatores, de natureza morfossintática e lexical, estarem em correlação com a dimensão pragmática. Esta interface pode dar origem a um maior grau de incerteza e de instabilidade, uma vez que nem sempre o falante se sente seguro quanto à forma que mais se adequa ao seu interlocutor. Este saber pragmático implica também uma competência de natureza sociolinguística e o conhecimento de várias FT para nos dirigirmos a outra pessoa.

A escolha de “tu”, “você”, “o/a senhor/a” ou \emptyset (forma verbal sem sujeito expreso, que pode corresponder tanto a um V_{2sg} como a um V_{3sg} , cujo conhecimento se relaciona com o domínio léxico-morfológico), é motivada pela maior ou menor familiaridade vs. distanciamento social, para além de fatores como a idade, o género, o nível de escolaridade e a posição social, relacionados com os interlocutores. No processo de adequação à situação discursiva, o falante tem «de possuir, no seu acervo lexical, um conjunto rico e variado de alternativas pelas quais possa optar, depois de avaliar devidamente a situação enunciativa, o estatuto e a relação entre os interlocutores entre os quais decorre a troca comunicativa»¹³. A diversidade de usos nas três situações contempladas (T, N, V) mostra que o sistema de tratamento no PE está sujeito a uma grande pressão social e que uma mesma situação poderá dar origem a várias possibilidades interpretativas e à escolha de FT diferenciadas, consoante as características sociais (género, idade, escolaridade) dos falantes.

O pronome “tu”, que pode ser omissa, ocorrendo apenas a forma verbal na 2PS, tende a ser recíproco entre interlocutores com idade e posição hierárquica semelhante e assimétrico quando esta similitude não se verifica. No contexto familiar, por exemplo, o seu uso pode, assim, ser variável, com as pessoas mais velhas a tratarem por tu os mais jovens, mas estes a recorrem aos paradigmas de 3PS (“você”/“o pai”/“a avó” quer?) para os mais velhos.

¹² NASCIMENTO, MENDES e DUARTE, 2018, «Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro», pp. 253-254.

¹³ DUARTE, 2011, «Formas de tratamento em português: Entre léxico e discurso», p. 85.

No singular, a escolha de “você”, uma forma semanticamente de 2PS, mas gramaticalmente um pronome de 3PS, está sujeita a diferentes padrões de usos no PE, em função das classes sociais, das regiões, da idade e do género, como assinalam Nascimento, Mendes e Duarte¹⁴. O valor de adequação a T, N ou V é variável, e em certas situações pode ser considerada como uma forma pouco cortês e que deve ser evitada. Este problema só se coloca quando se usa “você” no singular; na 3PL, “vocês” é perfeitamente aceitável, quando o locutor se dirige a vários destinatários. Relativamente à variação regional, os resultados de dois tipos de questionários realizados no Norte de Portugal por Gunther Hammermüller¹⁵ mostram que existiriam sete tipos de *você*, com atributos distintos: (i) o “*você*” de respeito; (ii) o “*você*” de igualdade; (iii) o “*você*” de inferioridade; (iv) o “*você*” que elimina a ambiguidade (nas situações ambíguas onde não queremos ser informais, tratando a pessoa por “tu”, ou ser muito formais, tratando alguém por “o/a senhor/a”); (v) o “*você*” afetoso, com pessoas conhecidas dentro da família; (vi) o “*você*” de distanciamento, quando o locutor quer manter a distância com a pessoa a quem se dirige; e, por fim, (vii) o “*você*” metalinguístico, ou seja, quando usado para referir um “você”, como em “você é um pronome” ou “você é o sujeito da frase”, sendo desprovido de significado.

Lara-Bermejo e Bruno Guilherme¹⁶, na sua investigação de base empírica, a partir de *corpora* de PE (ALPI¹⁷, CORDIAL-SIN¹⁸ e FLY¹⁹), com dados orais e escritos, propõem um sistema de FT no singular em PE em mudança, relativamente à primeira metade do século XX, conforme sintetizado na Tabela N.º 3, a seguir.

Tabela N.º 3 – Mudança ocorrida nas FT em PE no século XX

		1900-1950	1950-2000
(T)*	Solidariedade	“tu”/“você”	“tu”
(N)*	Deferência	“você” / Ø + v _{3sg}	Ø + v _{3sg}
(V)*	Hierarquia	“o senhor”/“vossemecê”/“vomecê”	“o senhor”

Fonte: (T)*, (N)*, (V)* inseridos no quadro proposto por LARA-BERMEJO e BRUNO GUILHERME, 2021, «The Diachrony of Pronouns of Address in 20th-century European Portuguese», p. 40.

¹⁴ NASCIMENTO, MENDES e DUARTE, 2018, «Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro», pp. 250-251.

¹⁵ HAMMERMÜLLER, 1993, *Die Anrede im Portugiesischen – Eine soziolinguistische Untersuchung zu Anredekonventionen des gegenwärtigen europäischen Portugiesisch*.

¹⁶ LARA-BERMEJO e GUILHERME, 2021, «The Diachrony of Pronouns of Address in 20th-century European Portuguese», p. 55.

¹⁷ ALPI – *Atlas Lingüístico de La Península Ibérica*.

¹⁸ MARTINS [2000-]. *CORDIAL-SIN: Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe / Syntax-oriented Corpus of Portuguese Dialects*.

¹⁹ FLY. *Cartas Esquecidas (1900-1974)*.

Os autores mostram que os seus resultados apontam para uma mudança sobretudo nos usos de “você”. Esta forma pronominal surge nos mesmos contextos em que “tu” é usado entre parceiros e amigos; em alguns casos também se observa a forma $\emptyset + V_{3sg}$. Os dados indicam também que “o senhor” é uma FT destinada a ser utilizada em situações de relações hierárquicas e que a estratégia que tem vindo a aumentar com o avanço do século XX é a do uso do sujeito nulo com o verbo na 3PS ($\emptyset + V_{3sg}$). Tornou-se a opção preferida em situações que não desencadeiam nem hierarquia (V) ou solidariedade (T), ou seja, de deferência, ou de formalidade e distância intermédias (N). Nestes dados, o uso de “você” é cada vez menor, permanecendo dialeticamente ainda em Portugal continental, tanto em contextos solidários quanto distantes.

Lara-Bermejo e Bruno Guilherme²⁰ sublinham a tendência para os falantes escolherem não explicitar o sujeito, através do uso do sujeito nulo, e aplicarem a concordância pronominal e verbal na 3PS; quando a explicitação é necessária, o falante escolhe, então, uma forma nominal e não um pronome específico (“você”, “o senhor”/“a senhora”); o recurso ao pronome “você” não é, no entanto, similar ao do recurso do sujeito nulo, que não deve ser interpretado como uma estratégia em que “você” está omissa. Os autores também referem que esta FT está sujeita a várias interpretações (ofensivo, demasiado solidário, etc.), o que levanta muitos problemas e explica a escolha de estratégias alternativas. Como forma de contornar esta dificuldade, observa-se então a tendência para o recurso a estratégias do tipo “evitar você” sublinhada por Hammermüller que, para além do uso da forma verbal na 3PS sem sujeito expresso/ou sujeito nulo, incluem o uso de formas nominais (nomes de afeto, nomes próprios, profissão ou cargo, etc.). De facto, não parece haver acordo sobre as tendências de uso de “você” e os dados empíricos destes autores não corroboram a ideia da expansão e generalização com valor de tratamento igualitário, em detrimento do uso das FT “o senhor”, “a senhora” expressa na revisão da literatura elaborada por Allen²¹, também referida em Nascimento, Mendes e Duarte²². Estas autoras mencionam o seu uso «principalmente entre as classes menos cultas, e entre algumas pessoas das novas gerações, que generalizam [...] você para se dirigirem, indiscriminadamente, a qualquer pessoa, contribuindo, assim, para atenuar

²⁰ LARA-BERMEJO e BRUNO GUILHERME, 2021, «The Diachrony of Pronouns of Address in 20th-century European Portuguese», pp. 71-72.

²¹ ALLEN, 2019, *O sistema de formas de tratamento em português europeu*, pp. 47-48.

²² NASCIMENTO, MENDES e DUARTE, 2018, «Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro», pp. 250-251.

distinções sociais ou geracionais». Por fim, parece haver, de acordo com Gouveia²³, uma tendência para o uso da forma “o senhor” + nome próprio (“o senhor Luís”), enquanto estratégia de centralidade e de maior neutralidade, ou seja, de transição, do tipo V-N.

2.2. Variedade Insular PE (Arquipélago da Madeira)

Relativamente ao sistema de FT na variedade madeirense do PE, Aline Bazenga²⁴ dá conta de algumas tendências regionais, nomeadamente no contexto *familiar*, onde se observam usos de FT sem reciprocidade, uma vez que de filhos para pais, por exemplo, para além da opção “tu” e “o pai”/“a mãe” (mais frequente), em conformidade com os usos na variedade padrão, também estão atestadas outras formas, de maior deferência, tais como “o senhor”/“a senhora”, como forma de marcar relações de respeito, relacionadas com a dissimetria das idades, mesmo na esfera da intimidade. Intervêm, assim, fatores como a idade e a hierarquia, com o tratamento de 2.ª pessoa. Uma outra característica apontada pela autora diz respeito ao uso de expressões vocatórias, seguidas de interjeições, tais como “amecê”, “apaz” (rapaz)/“apariga” (rapariga), “home”, cujo uso está relacionado com sincronizações de maior ou menor proximidade entre os interlocutores, no eixo da distância social. Destas expressões em uso nas variedades do português falado no arquipélago da Madeira, “amecê” é a única que se encontra registada na obra *Vocabulário Madeirense*, de Fernandes Augusto da Silva²⁵, tendo sido também apontada por Canuto Soares, no seu artigo «Subsídios para o cancionero do arquipélago da Madeira [...]»²⁶, publicado na revista *Lusitana* como sendo equivalente a “vossemecê”, ambas variantes do antigo “vossa mercê”. Esta FT também se encontra referida por José Rosado²⁷ como estando em uso na ilha do Porto Santo, no seu artigo intitulado «Linguagem popular portossantense», publicado na revista *Xarabanda*. Já “apaz” (<rapaz)/ e “apariga” (<rapariga), expressões com truncação do segmento fonético inicial, encontram-se referidas no site *Madeirense Puro*²⁸, de onde foram retirados igualmente os seguintes exemplos, que representam variantes gráficas: “Ahpaz, tá-te dande?;

²³ GOUVEIA, 2008, «As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu», p. 93.

²⁴ BAZENGA, 2017, «Formas de tratamento».

²⁵ SILVA, 1950, *Vocabulário Popular do Arquipélago da Madeira: Alguns Subsídios para o Seu Estudo*.

²⁶ SOARES, 1914, «Subsídios para o cancionero do arquipélago da Madeira. Tradições populares e vocábulos do arquipélago da Madeira», pp. 135-158.

²⁷ ROSADO, 2003, «Linguagem popular portossantense».

²⁸ <https://www.facebook.com/madeirenpurobygonna>.

“Ahpazz tu tem cuidado para não emborcares essa tigela no chão”; “Ahpazz! Na’ tires os casques do talho!”; “Ahpaaazz... Grupe!”. Quanto a “home” (< homem), trata-se de uma forma antiga, já atestada em português arcaico e integrada no seu sistema pronominal como forma de 3PS. É usada, na variedade regional, como um alocutivo/vocativo, e.g.: “Ah hôme, na m’atentes!”.

3. Avaliação das FT por Falantes Madeirenses do PE. Inquéritos de 2019 e de 2021

A investigação sobre as avaliações de FT por falantes madeirenses teve o seu início em 2016, mas só em 2019²⁹ foi possível realizar o primeiro inquérito. Trata-se de um projeto em curso, que tem decorrido desde então, em fases sucessivas, através de aplicação de questionários em que se apela à avaliação dos falantes madeirenses quanto às formas linguísticas mais adequadas para serem utilizadas em situações sociais mais precisas, o último dos quais, realizado em 2021, cujo foco foi o contexto da FAMÍLIA. Do ponto de vista metodológico, os inquéritos de 2019 e 2021, em foco nesta secção, têm em comum o facto dos questionários elaborados recorrerem a uma abordagem *direta*³⁰, ou seja, os participantes são levados a escolherem uma opção, atendendo à formulação de um determinado atributo, por contraste com outros métodos, também utilizados na área de estudos de avaliação de crenças e atitudes, como os testes designados por *matched-guise*, ou de abordagem indireta. Os dois estudos serão apresentados nas secções 3.1. – Estudo I (2019) e 3.2. – Estudo II (2021), a seguir.

3.1. Estudo I: Inquérito de 2019

Este inquérito foi realizado em várias localidades da ilha da Madeira (Figura N.º 1), com maior predominância de falantes residentes nos concelhos situados na costa sul, também ela mais densamente povoada que a costa norte, entre fevereiro e março de 2019.

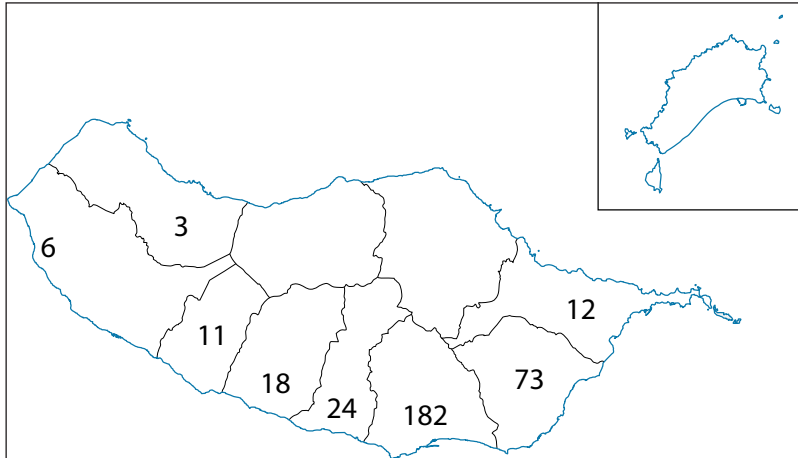
²⁹ BAZENGA, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*.

³⁰ LAMBERT, HODGSON, GARDNER E FILLENBAUM, 1960, «Evaluational Reactions to Spoken Language»; estes autores também preconizam um método indireto, ou *match-guised*, para medir as reações avaliativas dos inquiridos em testes de atitudes.

3.1.1. Metodologia

A maioria dos participantes que constitui a amostra é do Funchal (182/345). É também nesta cidade e capital do arquipélago da Madeira que se concentra a maioria da população³¹.

Figura N.º 1 – Participantes madeirenses por pontos de inquérito na Ilha da Madeira



Fonte: «Porto Santo», s.d., in Wikipédia.

A Tabela N.º 4, a seguir, apresenta a estrutura da amostra estratificada, em termos de idade, género e nível de escolaridade, dos participantes neste inquérito.

Tabela N.º 4 – Amostra estratificada dos 345 participantes

Localidade	Funchal = 182/345 (53%)
Idade	18-35 anos = 159/345 (46,1%) 36-55 anos = 117/345 (33,9%) 56-75 anos = 69/345 (20%)
Género	Homem = 120/345 (34,8%) Mulher = 225/345 (65,2%)
Escolaridade	Básico = 81/345 (23,5%) Secundário = 176/345 (51%) Superior = 88/345 (25,5%)

Fonte: BAZENGA, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*.

³¹ Em 2017, de acordo o DREM (Direção Regional de Estatística da Madeira), a população do Funchal era de 104 442/254 368, o que representa 41%.

Cerca de metade dos participantes são jovens (46,1%), do sexo feminino (65,2%) e completaram o ensino secundário (51%), o nível médio de escolaridade, entre o básico e o superior.

O questionário foi elaborado em função de uma revisão teórica mais aprofundada. Foram tidas em conta 14 situações de interação/contexto social (FAMÍLIA; CASAL; COMÉRCIO; TRABALHO; MÉDICO; AMIZADE; VIZINHOS, etc.), as quais implicam papéis sociais diversificados, com diferentes graus de intimidade/distância, e de relações de poder mais ou menos igualitárias, como sintetiza a Tabela N.º 5.

Tabela N.º 5 – Estrutura do questionário: distribuição da tipologia de FT pelas situações de interação

FT (Tipologia)		PAI	FILHO	AVÔ	VIZINHO	AMIGO	NAMORADO	MÉDICO	CLIENTE	PATRÃO	EMPREGADO
V	“o senhor” (honorífico) + V _{3PS}	*		*				*	*	*	*
	“O senhor Doutor” (honorífico + título) + V _{3PS}							*		*	
V-N	“o senhor Luís”/“o pai” (honorífico + N) + V _{3PS}	*		*						*	*
N	“você” + V _{3PS}	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	∅ V _{3PS}	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
N-T	“o João”/“o amigo” = N + V _{3PS}		*		*						*
T	João + V _{2PS}		*								
	“amor”/“avô” /“home(m)”/ “amigo”/“dona” + V _{2PS}			*	*	*	*		*		
	∅/tu + V _{2PS}	*	*	*	*	*	*	*	*		*

Fonte: BAZENGA, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*.

Para cada situação, foram contempladas cinco possibilidades de FT, de entre as três categorias Pronominal, Nominal, Verbal, cf. Tabela N.º 2), sendo obrigatória a seleção de uma única opção (Figura N.º 2).

Figura N.º 2 – Questionário (Secção B) de avaliação de FT aplicado a falantes madeirenses

B.1 Ao pai	B.2 A mãe
a. O pai já comprou o passe?	a. A mãe já comprou o passe?
b. O senhor já comprou o passe?	b. A senhora já comprou o passe?
c. Já comprou o passe?	c. Já comprou o passe?
d. Você já comprou o passe?	d. Você já comprou o passe?
e. Tu já compraste o passe?	e. Tu já compraste o passe?
f. Já compraste o passe?	f. Já compraste o passe?
Outra:	Outra:

Fonte: BAZENGA, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*.

Os questionários foram distribuídos em modo presencial e em papel, entre os meses de fevereiro e abril de 2019.

3.1.2. Resultados e Discussão

Observa-se nas avaliações realizadas pelos falantes madeirenses algumas tendências que não correspondem, em maior ou menor grau, aos padrões de usos de FT em PE referidos na literatura. Neste artigo, dão-se conta das avaliações mais significativas, organizadas em torno de três pontos: (i) a estratégia de “evitar você”³² através de formas nominais (V-N) e de formas verbais na 3PS (N) sem sujeito expresso ($\emptyset + V_{3PS}$); (ii) as FT na família e na intimidade e (iii) os significados sociais das FT, atendendo aos perfis sociais dos participantes.

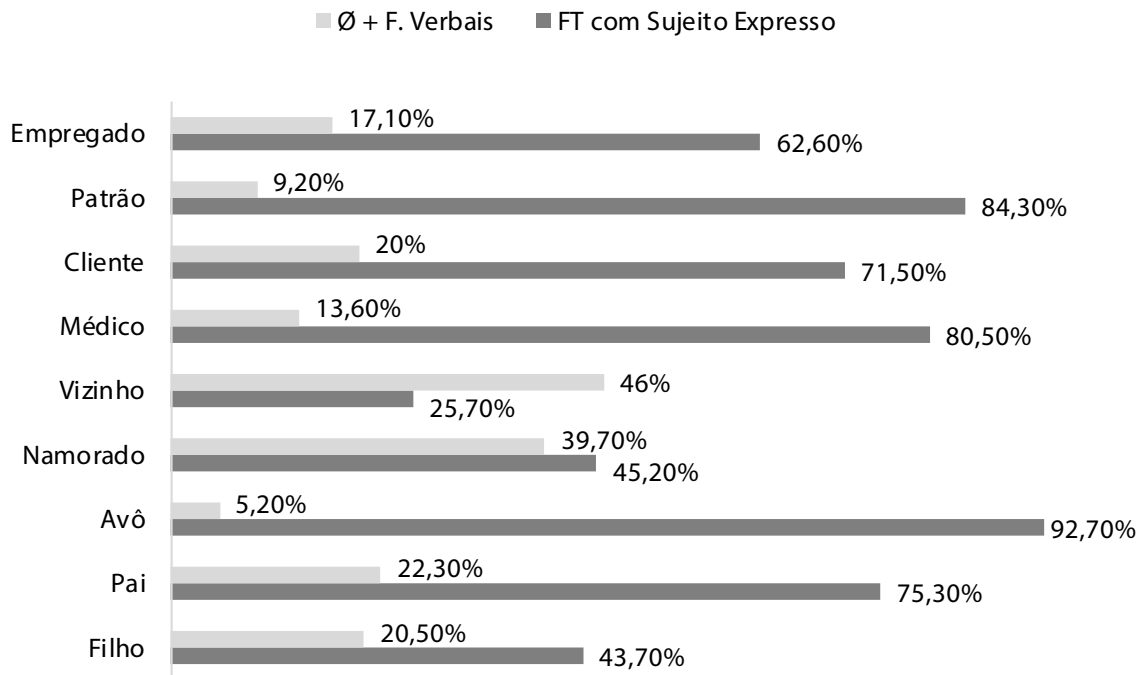
- “evitar você”: contextos N e de transição (V-N; N-T)

Percorrendo o eixo das várias possibilidades de distância social dos interlocutores e das suas relações mais ou menos assimétricas em termos de poder, representadas pelos contextos familiar e afetivo (FILHO, PAI, AVÔ, NAMORADO), de vizinhança (VIZINHO), de serviços e comercial (MÉDICO, CLIENTE) e laboral (PATRÃO, EMPREGADO), surge nas respostas dadas uma preferência generalizada

³² HAMMERMÜLLER, 1993, *Die Anrede im Portugiesischen. Eine Soziolinguistische Untersuchung zu Anredekonventionen des Gegenwärtigen Europäischen Portugiesisch*. Chemnitz: Nov.

pelas formas nominais em detrimento das verbais sem sujeito expreso/com sujeito nulo (cf. Gráfico N.º 1), em claro contraste com as conclusões de Lara-Bermejo e Bruno Guilherme³³.

Gráfico N.º 1 – Avaliação de F. Nominais e de F. Verbais (sujeito nulo) distribuídas por V, V-N, N-T, por falantes madeirenses



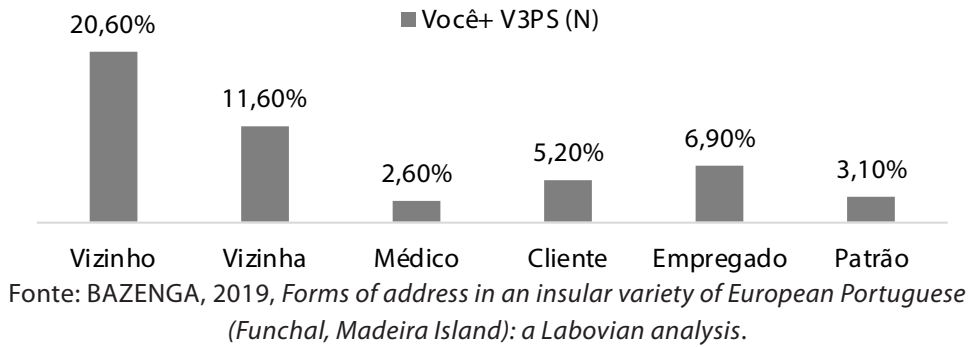
Fonte: BAZENGA, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*.

Os resultados expressos no Gráfico N.º 1 parecem indicar uma clara tendência pela preferência de FT com sujeito expreso, à exclusão do pronome “você”, quer elas correspondam a “o senhor”/“a senhora”, nomes próprios, a nomes de parentesco, de profissões, de afeto ou às suas variadas correlações (“o João”, “o menino João”, “o Joãozinho”, “o senhor João”, “o filho”, “o menino”, etc.).

A FT “você” é selecionada pelos inquiridos como sendo adequada para contextos de proximidade média (N), como é o caso nas interações verbais com vizinhos, sobretudo os do sexo masculino (20,6%), sendo preterida para contextos de intimidade (Gráfico N.º 2).

³³ LARA-BERMEJO e BRUNO GUILHERME, 2021, «The Diachrony of Pronouns of Address in 20th-century European Portuguese».

Gráfico N.º 2 – Avaliação de “você” por falantes madeirenses

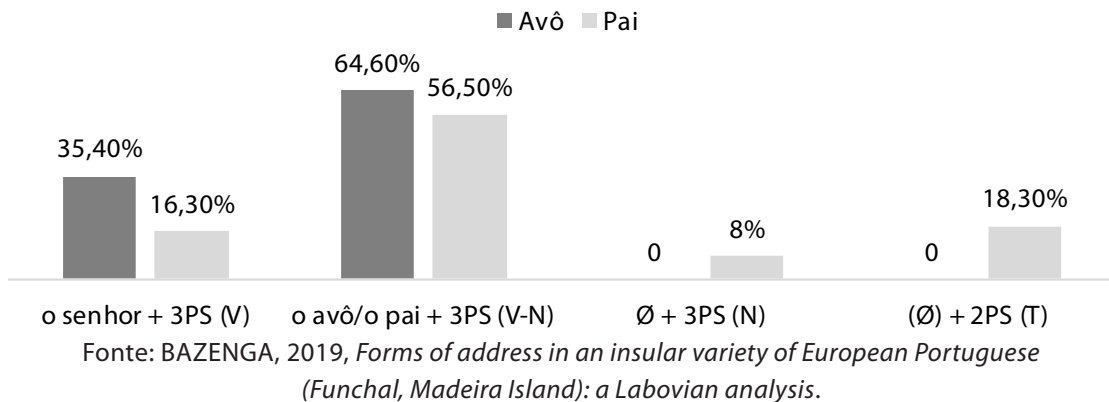


Embora não seja uma forma totalmente preterida, “você” parece corresponder a uma estratégia N de uso muito restrito na mente dos falantes madeirenses e não adequada não só para um familiar, superior e mais velho do que o falante, tal como já tinha sido indicado para as variedades continentais do PE³⁴. Também não é uma opção para contextos mais igualitários, de reciprocidade e de maior intimidade, na esfera familiar, ou como também é o caso na situação entre namorados.

- *FT escolhidas para uso nas relações dentro da FAMÍLIA*

Relativamente às opções de FT para pais (PAI) e avós (AVÔ), no Gráfico N.º 3, é de assinalar, em primeiro lugar, a predominância de tratamento de 3PS e, em particular, a preferência dos falantes madeirenses, por um lado e em primeiro lugar, pela FT com nome de parentesco, “o avô”/“o pai” (estratégia de transição V-N) com 64,6% e 56,5%, respetivamente; em segundo lugar, observa-se a escolha de “o senhor” (V), com 35,4% para o AVÔ e 16,30% para o PAI.

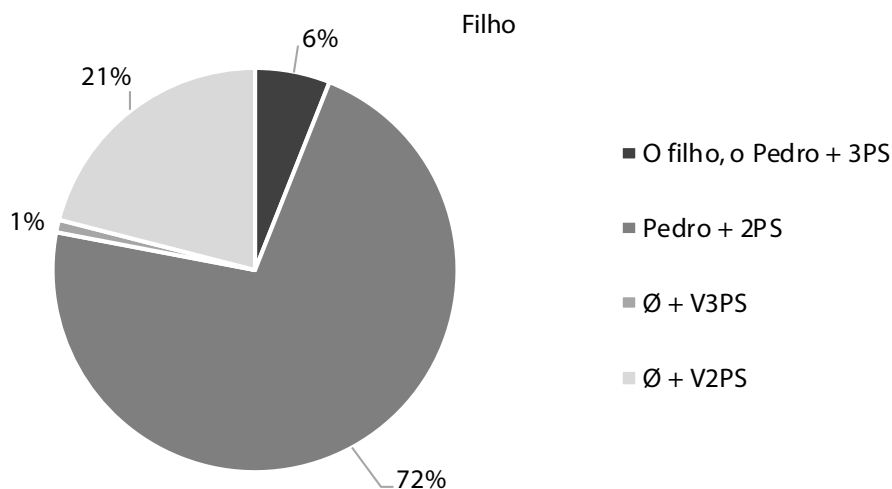
Gráfico N.º 3 – Avaliação de “você” por falantes madeirenses



³⁴ THOMÉ-WILLIAMS, 2004, «Sociolinguistic aspects of forms of address in Portugal and Brasil: Tu or Você», p. 98.

As estratégias V-N e V para PAI e AVÔ inserem-se em situações de maior intimidade, mas hierarquizadas, contrariamente às relações entre, por exemplo, marido e mulher, ou entre irmãos. Por serem assimétricas, situadas no eixo do poder, e marcadas pela não reciprocidade, o tratamento de pai para FILHO já permite selecionar outras opções, como se pode observar no Gráfico N.º 4.

Gráfico N.º 4 – Avaliação de FT de pais para FILHO por falantes madeirenses



Fonte: BAZENGA, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*.

Nota-se, assim, que de pai para FILHO, o tratamento por “tu”, com o verbo na 2PS, precedido de sujeito nominal ou nulo, corresponde à estratégia preferida, com 93% no total, contrariamente às opções com o verbo na 3PS que recolhem apenas 7%.

Saliente-se ainda, atendendo ao Gráfico N.º 3, que para AVÔ os falantes apenas escolhem as opções V (“o senhor”) e V-N (“o avô”). Já para o PAI, surgem outras duas estratégias possíveis, ambas F. Verbais, sem sujeito expresso ou nulo, na 3PS (N), ou o tratamento por tu, na 2PS (T). Por outro, a opção “você”, também de 3PS, não foi nunca selecionada para estes contextos. Este quadro encontra-se dentro da configuração dos padrões de tendências esboçada em (i), ou seja, uma clara rejeição de F. Verbais com sujeito nulo, por um lado, e do pronome “você”, por outro. Não se observa, assim, nas crenças dos madeirenses inquiridos a possibilidade de uso de “você” como FT de intimidade entre familiares em classes sociais altas no continente português, assinalado por Nascimento, Mendes e Duarte³⁵.

³⁵ NASCIMENTO, MENDES e DUARTE, 2018, «Sobre formas de tratamento no Português Europeu e Brasileiro», pp. 250-251.

Atente-se ainda ao facto de as FT “o senhor”/“a senhora”, não muito frequentes em PE no estudo realizado por Oliveira³⁶, estarem em 2.º lugar para tratamento para PAI e AVÔ, sendo também as escolhidas em 1.º lugar, noutros contextos, de maior formalidade e maior distância social, como nas interações vendedor > CLIENTE (71,3%), empregado > PATRÃO (38,2%).

- *Os significados sociais das FT*

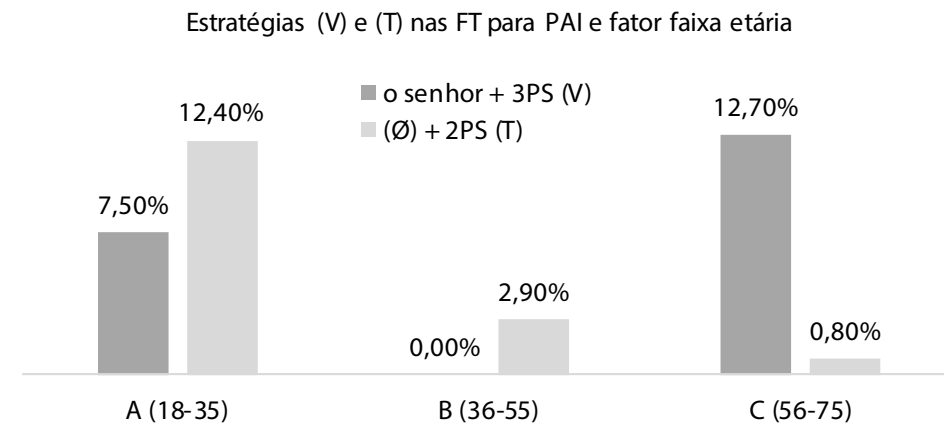
No conjunto de resultados, objeto desta secção, pretende-se dar conta de como as avaliações sobre as FT realizadas pelos inquiridos madeirenses podem estar correlacionadas com os seus perfis sociais. Deste ponto de vista, as FT são objeto de significações sociais.

Neste artigo, damos conta de dois fatores sociais e dos seus efeitos: a *faixa etária* em que estão incluídos os participantes, por um lado, e o *grau de escolaridade* que possuem, por outro.

- *Faixa etária*

A idade dos 345 inquiridos foi distribuída por três faixas etárias: A (18-35 anos), B (36-55 anos) e C (56-75 anos). Quando questionados sobre qual a melhor opção para tratamento do PAI, de entre a estratégia mais conservadora, de maior deferência, sem reciprocidade (V) representada por “o senhor” seguido de V_{3sg} , e a estratégia mais inovadora e igualitária representada pelo tratamento por tu sob a forma de sujeito nulo e V_{2sg} , observa-se uma correlação entre as variantes preferidas e a idade dos inquiridos (Gráfico N.º 5).

Gráfico N.º 5 – Avaliação de FT para o PAI e a variável social faixa etária dos participantes madeirenses



Fonte: BAZENGA, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*.

³⁶ OLIVEIRA, 2005, «A retrospective on address in Portugal (1982-2002): Rethinking power and solidarity», pp. 307-323.

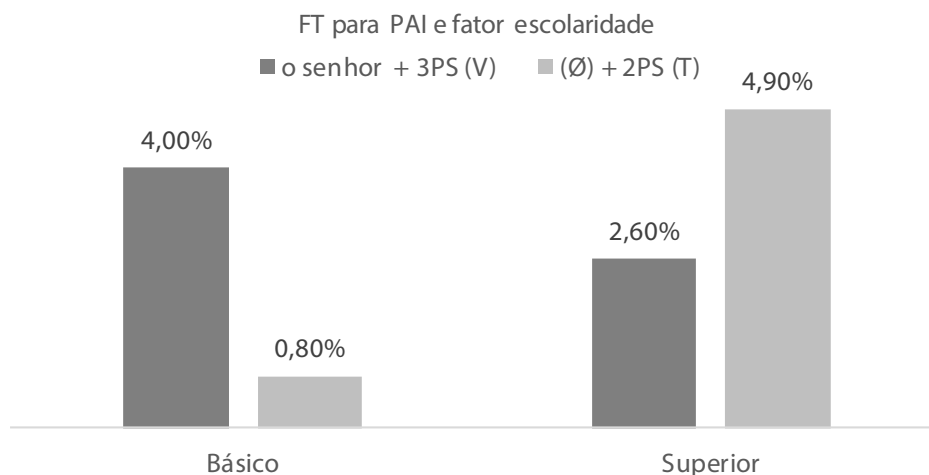
Os inquiridos mais jovens, na faixa etária A, embora escolham também “o senhor” como forma de se dirigirem ao pai (7,5%), manifestam uma clara preferência pelo tratamento por “tu” (12,4%); inversamente, os participantes mais velhos, cuja idade se situa na faixa C, optam preferencialmente pela FT “o senhor” (12,7%), sendo o tratamento por “tu” quase residual (0,8%).

o *Grau de escolaridade*

O grau de escolaridade dos participantes madeirenses, sobretudo os níveis que se situam nos dois extremos – o nível 1 (ensino básico) e o nível 3 (ensino superior) –, constitui uma variável que também contribui, e de modo significativo, para a variação nas perceções de FT, conforme pode ser observado nos resultados relativos às escolhas por eles efetuadas para três situações: para se dirigirem ao PAI (Gráfico N.º 6), a um VIZINHO (Gráfico N.º 7) e ao PATRÃO (Gráfico N.º 8). Estas três situações representam três instâncias no eixo da distância social entre os interlocutores, desde a mais próxima, na FAMÍLIA, ao mais afastado, no meio LABORAL, passando por uma proximidade intermédia, que melhor caracteriza as relações com vizinhos.

Para o PAI (Gráfico N.º 6), observa-se uma tendência mais acentuada por parte dos inquiridos com ensino Superior para preferirem o tratamento por tu (4,9%), com apenas os 0,8% dos inquiridos com o ensino Básico a escolherem esta estratégia T; já em relação a FT “o senhor”, os participantes com menor escolaridade apresentam valores superiores (4%), contra os 2,6% daqueles que são diplomados do ensino superior.

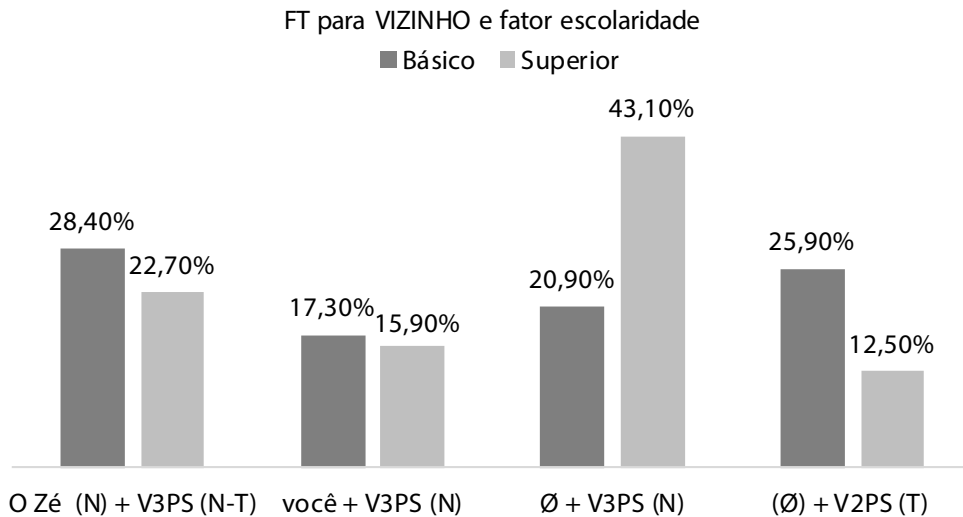
Gráfico N.º 6 – Avaliação de FT para o PAI e variável social grau de escolaridade dos participantes madeirenses



Fonte: BAZENGA, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*.

Quando se considera a interação com um VIZINHO, as maiores diferenças entre os dois grupos sociais de inquiridos, concentram-se na seleção de estratégias com F. Verbais com sujeito, ou sem sujeito expreso, tanto com V_{2sg} como com V_{3sg} (Gráfico N.º 7).

Gráfico N.º 7 – Escolha de FT para um VIZINHO e grau de escolaridade dos falantes madeirenses

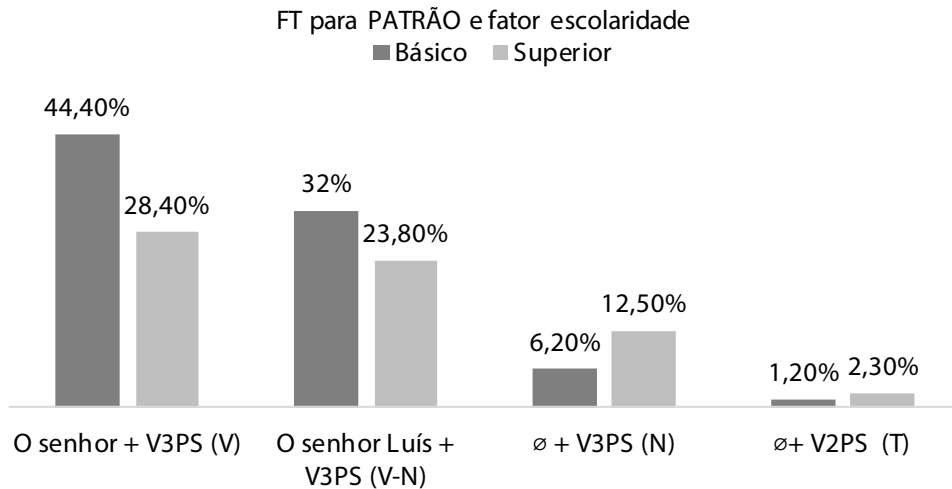


Fonte: BAZENGA, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*.

As formas sem sujeito expreso ($\emptyset + V_{2sg}$ e $\emptyset + V_{3sg}$) são ligeiramente mais selecionadas pelos informantes com ensino superior, 55,6%, contra 46,8% por aqueles que apenas possuem a escolaridade básica. No entanto, estes valores encontram-se distribuídos de forma mais contrastiva consoante a pessoa verbal. O tratamento com sujeito nulo de verbo na 3PS ($\emptyset + V_{3sg}$) constitui a primeira opção para os falantes madeirenses com ensino superior (43,1%); esta opção surge em 3.º lugar para aqueles que têm o ensino básico (20,90%), para quem o tratamento por “tu” (T) ($\emptyset + V_{2sg}$) está em 2.º lugar, seguido do tratamento com o nome do interlocutor, com V_{3sg} (N-T), em 1.º.

Em situação laboral, e quando é questão de escolher uma FT para se dirigir a um superior hierárquico como o PATRÃO (Gráfico N.º 8), observa-se a mesma tendência que no Gráfico N.º 7, embora não tão expressiva.

Gráfico N.º 8 – Escolha de FT para o PATRÃO e variável social grau de escolaridade dos falantes madeirenses



Fonte: BAZENGA, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*.

Os participantes mais escolarizados (Superior) tendem a reduzir as assimetrias sociais nas FT selecionadas para PATRÃO e EMPREGADO, quando comparado com inquiridos menos escolarizados (Básico) que, pelo contrário, manifestam-se no sentido de um aumento destas assimetrias. Este contraste pode ser explicado pelo facto dos participantes com ensino superior, sobretudo os mais velhos, que terão realizados os seus estudos no continente, estarem mais familiarizados com os usos de FT verbais com sujeito nulo, mais difundidas no PE peninsular, sobretudo urbano, e na variedade padrão.

Este primeiro estudo permitiu identificar padrões de FT no singular, com algumas especificidades relativamente aos que se encontram descritos na literatura como estando em uso na variedade padrão do PE. As mais notórias de entre elas dizem respeito ao contexto FAMÍLIA, nas interações dirigidas para membros mais velhos, como o PAI e o AVÔ. Neste contexto, parecem coexistir três padrões de tratamento: um que denota deferência extrema (V), ou [+ deferência], com uma preferência pelo uso de “o senhor”/“a senhora”, outro que converge para uma forma de transição de tipo V-N, através da escolha de FT com nome de parentesco seguida de V_{3sg} ou [\pm deferência] e, por fim, a forma desprovida de deferência [- deferência], o tratamento por tu (T). A estes padrões estão associados diferentes significados sociais, geracionais e educacionais. Os participantes jovens e aqueles que têm maior formação académica são os que mais selecionam as formas T.

Por outro lado, é de referir que, independentemente dos fatores sociais acima evocados, as formas T, bastantes difundidas no PE peninsular³⁷, surgem com uma opção para contextos mais restritos, como os de pais para FILHO, no âmbito da FAMÍLIA, entre AMIGOS e NAMORADOS, em contexto regional (Madeira).

É também notório, nos resultados deste inquérito, o facto das formas N, com o verbo na 3PS (“você” + V_{3sg} e $\emptyset V_{3sg}$) serem raramente as FT escolhidas por madeirenses, exceto “você” para um VIZINHO, em contraste com o aumento de uso de formas N sem “você” ou com sujeito nulo ($\emptyset V_{3sg}$) no PE peninsular, como apontado por Lara e Guilherme³⁸. Neste aspeto, cabe ainda assinalar uma manifesta preferência por FT com preenchimento do sujeito, quer nominal, quer pronominal, o que constitui também um traço singular do sistema de crenças relativo a este domínio gramatical e pragmático do PE.

3.2. Estudo II: Inquérito Realizado em 2021

O Estudo I e os seus principais resultados, para além de contribuir para um melhor conhecimento sobre como os madeirenses constroem as suas crenças relativamente às relações sociais no território insular e como elas se refletem nas suas preferências pelas FT consideradas mais adequadas aos contextos sociais, teve o mérito de suscitar mais curiosidade por um maior entendimento de algumas dessas escolhas. O Estudo II tem por principais objetivos perceber quais os atributos sociais que levam os falantes madeirenses a preferirem padrões diferenciados de FT no contexto da FAMÍLIA. A sua descrição segue o mesmo procedimento do Estudo I, contemplando, assim, duas secções – Metodologia (3.2.1.) e Resultados (3.2.2.).

3.2.1. Metodologia

O Estudo II, realizado em 2021, contou com a participação de 93 falantes madeirenses, maioritariamente do Funchal, jovens (76,3%), com formação académica superior (61,3%) (cf. amostra, Tabela N.º 5).

³⁷ OLIVEIRA, 2005, «A retrospective on address in Portugal (1982-2002): Rethinking power and solidarity»; LARA e GUILHERME, 2018, «The politeness of você in European Portuguese».

³⁸ LARA e GUILHERME, 2018, «The politeness of você in European Portuguese».

Tabela N.º 5 – Amostra do inquérito sobre FT na FAMÍLIA

Idade		Escolaridade		Sexo	
A (18-35)	71/93 76,3%	1 (Básico)	-	Feminino	38/93 40,9%
B (36-55)	15/93 16,1%	2 (Secundário)	36/93 38,7%	Masculino	54/93 58,1%
C (56-75)	7/93 7,5%	3 (Superior)	57/93 61,3%		

Fonte: BAZENGA, 2021, *Formas de tratamento em português europeu: avaliação por falantes madeirenses*.

O questionário foi concebido através da plataforma *Google forms*, com o título «Formas de Tratamento na Família». Para além de questões que visam obter informações sobre o perfil social dos participantes, contempla um conjunto de 20 formulações/estímulos para efeitos de avaliação, em função do critério da “adequação” de tipo escalar, recorrendo a uma escala de Likert, com cinco valores, que se situam entre “nada adequado”, no extremo negativo, e “muito adequado”, no polo oposto (Figura N.º 3).

Figura N.º 3 – Questionário: Avaliação (de FT para uso na FAMÍLIA)

Entre Marido/Mulher. Avalie de (1) = Menos adequado a (5) = Mais Adequado, o seguinte enunciado: “Querido/Querida quer ir ao cinema hoje à noite?” *

Menos adequado 1 2 3 4 5 Mais adequado

○ ○ ○ ○ ○

Figura N.º 4 – Questionário: Avaliação (de afirmações sobre FT)

Interações na família. Avalie de (1) = Menos adequado a (5) = Mais Adequado, cada uma das seguintes afirmações: *

1 2 3 4 5

Na minha família todos se tratam por “tu”. ○ ○ ○ ○ ○

Eu trato os meus avós por “Senhor” e “Senhora” porque são mais velhos ○ ○ ○ ○ ○

Para além dos 20 enunciados caracterizados por conterem FT da tipologia tida por referência (F. Pronominais, F. Nominais e F. Verbais, cf. Tabela N.º 2), o questionário abrange também uma última série de 15 afirmações sobre razões para usos de determinadas FT, também elas sujeitas a avaliação pelos participantes, em termos de graus de adequação (Figura N.º 4).

3.2.2. Resultados e Discussão

Apesar do questionário cobrir uma diversidade de relações de interação na FAMÍLIA, atendendo à variação relacionada com maior ou menor intimidade e reciprocidade entre os interlocutores, como, por exemplo, entre pais e filhos, netos e avós, entre irmãos e entre marido e mulher, para este artigo foram selecionados apenas alguns dos resultados que tinham por foco as relações entre FILHOS e PAIS. Este tipo de interação caracteriza-se por ser assimétrico ao implicar diferenças de idade e de poder relativo. Os dados para as estratégias de tratamento preferenciais para a interação FILHO/PAI obtidos no inquérito de 2019 apontavam para a coocorrência de três padrões: V ("o senhor"/"a senhora"), N-T ("o pai" + V_{3sg}) e T ("tu"/∅ + V_{2sg}) e para a sua correlação social (idade e escolaridade dos participantes). Neste estudo preliminar observou-se, assim, uma diferenciação social, com os falantes mais velhos a preferirem a forma V, sem nenhuma preferência pelas formas T, a qual recolhe mais avaliações favoráveis junto dos participantes mais jovens e mais escolarizados.

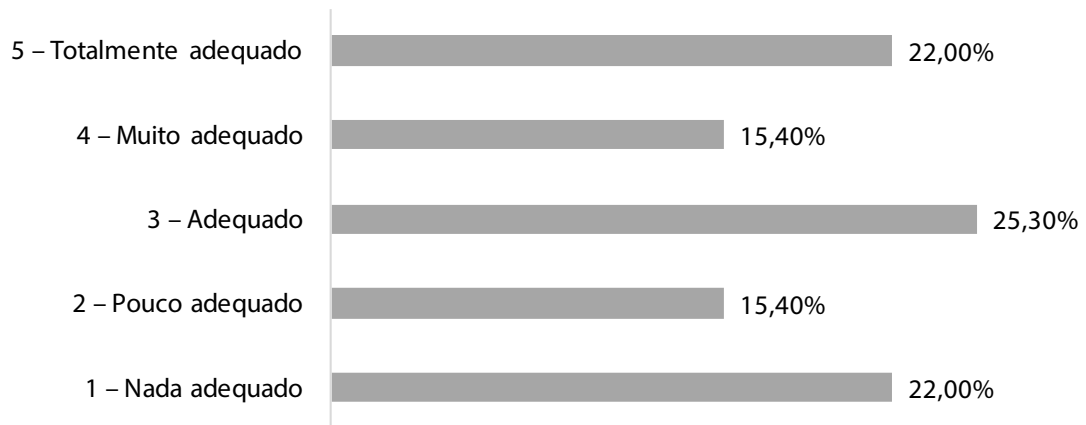
A análise dos resultados mais significativos sobre este tipo de interação no âmbito familiar será apresentada em dois pontos. O primeiro diz respeito à estratégia de tipo V e o segundo centra-se sobre o tratamento por "tu", de tipo T.

- *Estratégia V: as FT "o senhor" e "a senhora"*

Os resultados confirmam as tendências observados no Estudo I. Os falantes mais jovens e maioritariamente com grau de escolaridade elevado não rejeitam as formas V de tratamento de filhos para pais. Apenas 37,4% o fazem, sendo também esta a percentagem daqueles que consideram o tratamento por o senhor/a senhora como totalmente e muito adequado (Gráfico N.º 9).

Gráfico N.º 9 – Escolha de (V) “o senhor/a senhora” para PAI/MÃE por falantes madeirenses

De Filho/Filha para Pai/Mãe: “O senhor/A senhora, já sabe o que aconteceu?”

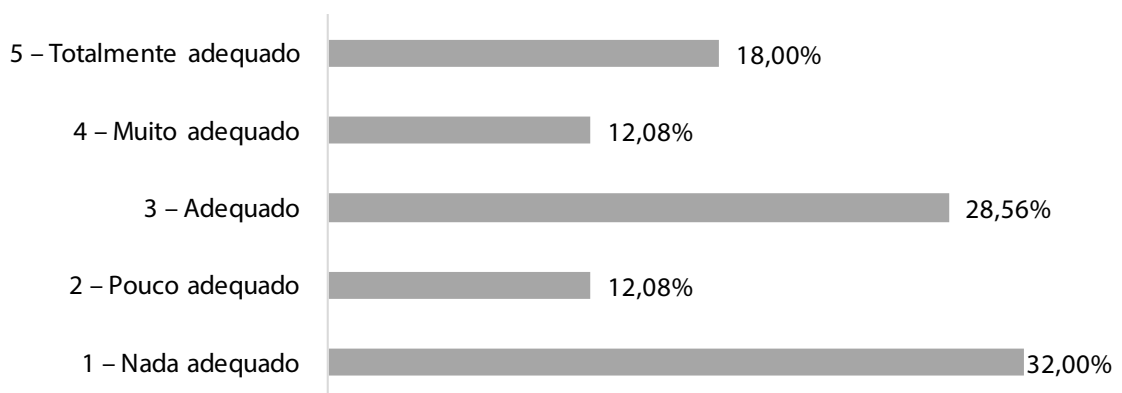


Fonte: BAZENGA, 2021, *Formas de tratamento em português europeu: avaliação por falantes madeirenses*.

A preferência por “o senhor”/“a senhora” está relacionada com o facto da maioria dos inquiridos a considerar uma FT que denota respeito (58,6%, cf, Gráfico N.º 10), mais do que o cumprimento de uma tradição (Gráfico N.º 11), sendo este motivo apenas selecionado por 30,6%.

Gráfico N.º 10 – Avaliações de FT para PAI e MÃE por falantes madeirenses

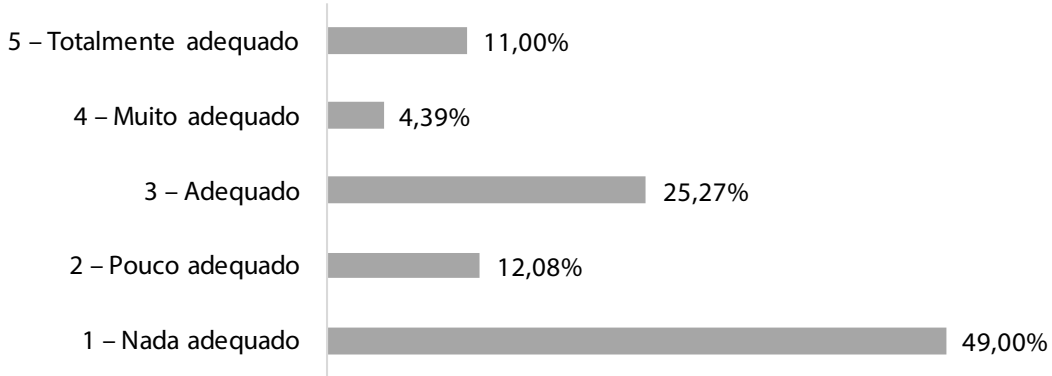
“Eu trato o meu pai e a minha mãe por ‘senhor’ e ‘senhora’ por uma questão de respeito”



Fonte: BAZENGA, 2021, *Formas de tratamento em português europeu: avaliação por falantes madeirenses*.

Gráfico N.º 11 – Avaliações de FT para PAI e MÃE por falantes madeirenses

“Eu trato o meu pai e a minha mãe por ‘senhor’ e ‘senhora’
por uma questão de tradição”



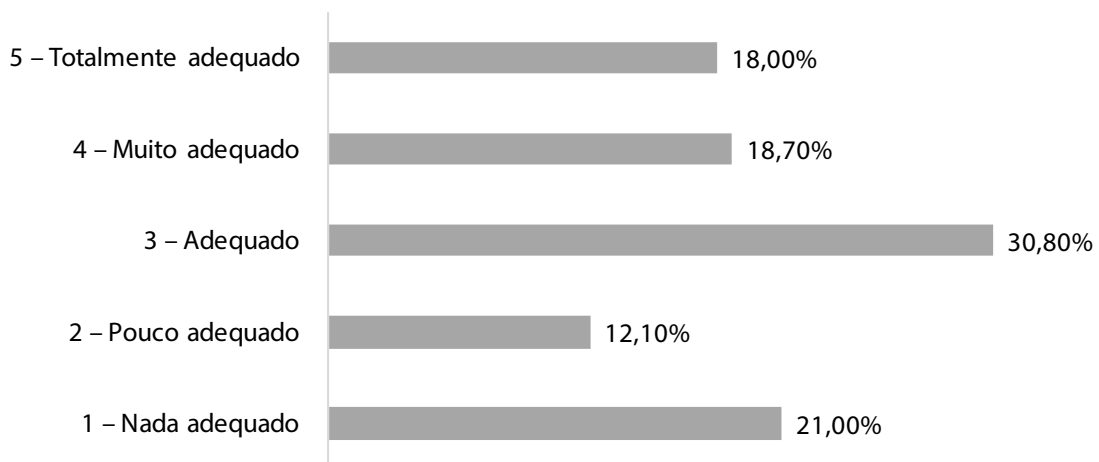
Fonte: BAZENGA, 2021, *Formas de tratamento em português europeu: avaliação por falantes madeirenses*.

- *Estratégia T: o tratamento por \emptyset ou “tu” + V_{2sg}*

Como esperado, observa-se uma clara tendência pela preferência pelo tratamento igualitário por tu (T), com o verbo na 2SG, quer com sujeito pronominal (cf. 67,5%, Gráfico N.º 12) quer com sujeito nulo (cf. 73,50%, Gráfico N.º 13).

Gráfico N.º 12 – A escolha de (T) ou “tu” + V_{2sg} para PAI e MÃE por falantes madeirenses

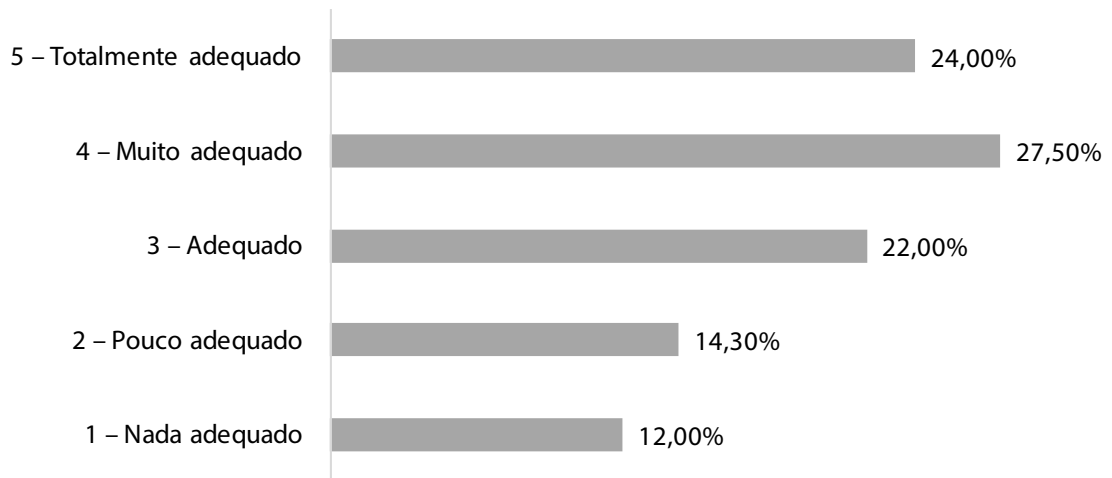
De Filho/Filha para Pai/Mãe: “Tu já sabes o que aconteceu?”



Fonte: BAZENGA, 2021, *Formas de tratamento em português europeu: avaliação por falantes madeirenses*.

Gráfico N.º 13 – A escolha de (T) ou + Ø

De Filho/Filha para Pai/Mãe: “Já sabes o que aconteceu?”

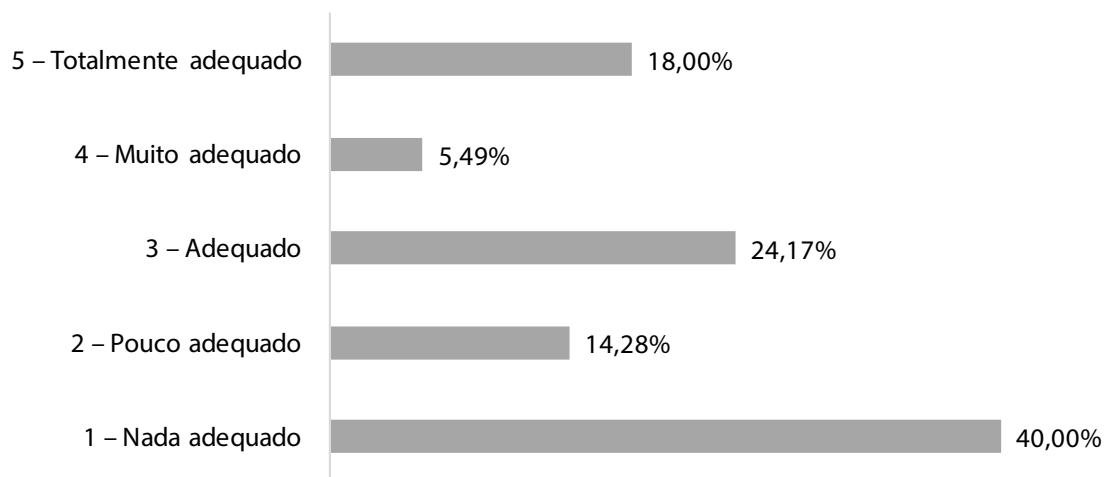


Fonte: BAZENGA, 2021, *Formas de tratamento em português europeu: avaliação por falantes madeirenses*.

Estes resultados estão em conformidade com os juízos emitidos sobre a afirmação “Eu nunca trataria a minha mãe e o meu pai por tu”, uma vez que a maioria manifesta a sua discordância (cf. Gráfico N.º 14, 54,2%).

Gráfico N.º 14 – A avaliação de “Eu nunca trataria a minha mãe e o meu pai por tu” por falantes madeirenses

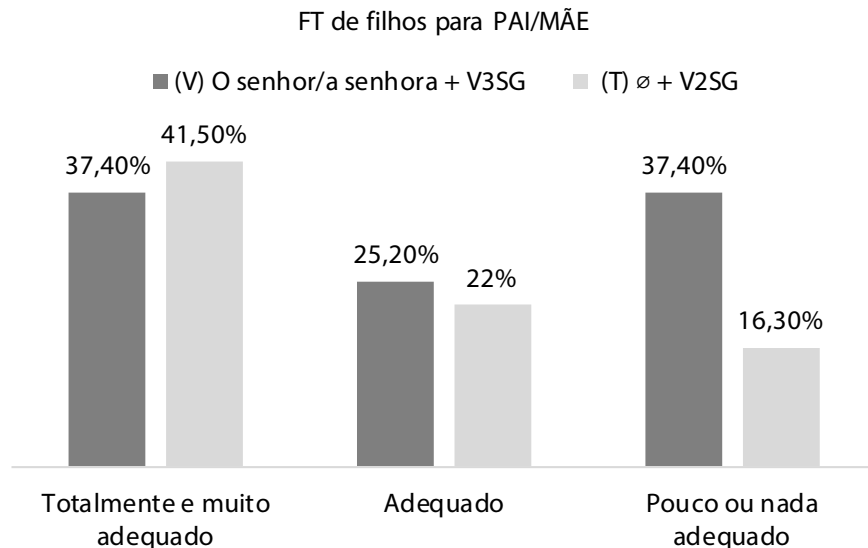
“Eu nunca trataria a minha mãe e o meu pai por tu”



Fonte: BAZENGA, 2021, *Formas de tratamento em português europeu: avaliação por falantes madeirenses*.

O Gráfico N.º 15 sintetiza estas duas estratégias no seio da FAMÍLIA, vistas por falantes madeirenses do PE, e situadas nos dois polos opostos (V) e (T) na dimensão da intimidade.

Gráfico N.º 15 – A avaliação de “Eu nunca trataria a minha mãe e o meu pai por tu” por falantes madeirenses



Fonte: BAZENGA, 2021, *Formas de tratamento em português europeu: avaliação por falantes madeirenses*.

No Gráfico N.º 15 parece esboçar-se um conjunto de crenças em que se por um lado ambas as estratégias (V) e (T), situadas nos antípodas, são objeto de grande aceitação, por outro, elas são também alvo de uma maior disparidade nas opções depreciativas, sendo a forma V aquela que suscita maior rejeição (37,40%) quando comparada com as formas T (16,30%).

Considerações Finais

Os resultados do inquérito realizado em 2019, e que contou com 345 participantes, geograficamente distribuídos e socialmente estratificados, apontam para a existência de subsistemas específicos de FT nas variedades madeirenses do PE insular, como já comentado na secção 2.1.2.

Na esfera da FAMÍLIA, e considerando as FT para pais e avós, o paradigma apresenta-se com uma configuração triádica. Os três subsistemas para os familiares mais velhos (pai/mãe; avô/avó) correspondem à seguinte caracterização. Para além dos

padrões similares aos que ocorrem no PE peninsular, como aquele que corresponde à estratégia V-N, com recurso ao nome de parentesco, com o verbo na 3PS, que surge como primeira opção para os madeirenses, e da estratégia T, ou o tratamento por tu, menos expressiva em termos de percentagem, sobretudo selecionada por inquiridos jovens e com formação superior, observa-se uma terceira estratégia, de tipo V, com as FT “o senhor”/“a senhora”, mais preferida por participantes mais velhos e menos escolarizados, embora também selecionada por participantes com outros perfis sociais.

Fica patente também a relevância de fatores sociais na análise deste fenómeno linguístico no âmbito da variedade madeirense do PE. A idade e a escolaridade são os que fatores que mais afetam a avaliação das FT.

Do ponto de vista das propriedades léxico-gramaticais das FT e o modo como os madeirenses reagem à diversidade estrutural das opções para avaliação, é possível adiantar uma manifesta preferência por formas gramaticais em que o verbo surge com o sujeito preenchido ou por formas nominais ou por formas pronominais, em detrimento das opções com formas verbais com sujeito nulo, e que a literatura aponta como estando em expansão no PE continental.

Não fica completamente esclarecida a situação de “você” no sistema madeirense de crenças relativas aos usos das FT. Tal se deve, provavelmente ao facto dos contextos oferecidos para avaliação não conterem uma maior diversidade de situações em que os interlocutores são conhecidos um do outro, sem serem amigos ou familiares, sem relação hierárquica ou formal entre eles, tal como ocorre entre vizinhos, situação em que a opção por “você” foi a mais selecionada. Este resultado constitui assim um indicador do possível universo de usos de “você” que merece ser objeto de estudos mais aprofundados no futuro.

O inquérito realizado em 2021, centrado sobre a avaliação das FT no contexto da FAMÍLIA e no melhor entendimento sobre as motivações das escolhas dos madeirenses, permitiu formular algumas hipóteses e avançar no conhecimento sobre esta matéria. Os participantes neste inquérito, maioritariamente jovens e licenciados, confirmam através das suas escolhas de FT os resultados obtidos no Estudo I para este contexto. Parece existir de facto, na mente dos participantes madeirenses, um quadro de variação estável, que inclui, para além da opção dominante V-N (“o pai” + verbo na 3PS), as opções conservadora (V) e inovadora (T), sem uma preponderância clara de uma sobre a outra.

Por fim, estes resultados podem contribuir para um melhor entendimento sobre a sociedade madeirense, o processo da sua construção, a começar pela representação de si e das suas relações interpessoais, na sua dimensão sociolinguística e pragmática.

Tratando-se de uma comunidade insular, algumas das tendências singulares apontadas podem estar correlacionadas com esta configuração geográfica e a sua dimensão socio-histórica. As ilhas constituem territórios de fronteira³⁹, materialmente e simbolicamente. Favorecem, por um lado, os contactos e, por outro, constituem espaços de recolhimento e de isolamento. Esta dinâmica de abertura e de fechamento pode dar lugar à conservação e edificação de várias camadas de objetos que, na dimensão linguística, podem ser constituídas por materiais diversos tais como, variantes lexicais, fonológicas e/ou sintáticas, consoante os níveis de análise do sistema linguístico em interação. Esta especificidade torna-as tendencialmente aptas a desenvolverem práticas sociais que configuram identidades regionais⁴⁰, enquanto constructos culturais e sociais, mas também de tipo linguístico⁴¹. As identidades regionais são nutridas, entre outros aspetos, por atitudes positivas que o falante tem em relação à sua comunidade sociolinguística e cultural, como por exemplo a *lealdade linguística*, vinculada ao orgulho de pertencer a uma determinada região, no seu sentido mais amplo⁴². As ilhas, enquanto espaços de fronteira, são, por isso, territórios “naturalmente” complexos⁴³, tanto nas suas dimensões culturais, como sociais e linguísticas. As ilhas do novo-mundo, ou os atuais territórios insulares pós-coloniais, seguem trajetórias históricas similares, marcadas pelo processo de conquista iniciado no século XV pelos portugueses, e que podem explicar a originalidade de factos linguísticos correlacionados com comunidades insulares, como observado por Daniel Schreier, entre muitos outros investigadores, no quadro da literatura sobre variação e mudança linguística em comunidades insulares⁴⁴.

³⁹ PAASI, 2022, «Examining the persistence of bounded spaces: remarks on regions, territories, and the practices of bordering».

⁴⁰ PAASI, 1996, «Regions as social and cultural constructs: reflections on recent geographical debates»; PAASI, 2009, «Regions and regional dynamics»; PAASI, 2012, «Regional identities».

⁴¹ A este propósito, ver FREITAG *et al.*, 2016, «Como os brasileiros acham que falam? Percepções Sociolinguísticas de universitários do sul e do nordeste», que sublinham, no seu trabalho sobre avaliações em duas regiões do Brasil, que «não basta saber como o brasileiro fala; é preciso também conhecer “como o brasileiro acha que fala”, seguindo pela perspectiva da sociolinguística da percepção [...] acreditamos ser pertinente refletir sobre como as representações sobre a língua e variedades faladas produzem efeitos, também, sobre rótulos como “brasilidade”, “regionalidade” linguística e “dialetos”», p. 65 e «[...] levar em conta não apenas os usos linguísticos que emergem como estereótipos ou marcadores para diferentes comunidades linguísticas, mas analisar comparativamente tais avaliações, de forma a compreender o que leva certas formas linguísticas a indexarem significados identitários e ideológicos que marcam diferenças sociais», p. 81.

⁴² BOTASSINI, 2013, *Crenças e Atitudes Linguísticas: um estudo dos róticos em coda silábica no norte do Paraná*.

⁴³ BAECHLER e SEILER, 2016, *Complexity, Isolation, and Variation*.

⁴⁴ SCHREIER, 2009, «Language in Isolation, and Its Implications for Variation and Change».

Espera-se que estes dois inquéritos, que se enquadram nos estudos sobre avaliação, crenças e atitudes linguísticas, possam levar a prosseguir a reflexão sobre a variedade madeirense do PE e sobre os fatores que condicionam os comportamentos linguísticos dos falantes da Madeira no sentido do seu percurso identitário. Por fim, acreditamos que o modo como os madeirenses julgam que usam as FT poderá também contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o sistema de tratamento em PE.

Referências Bibliográficas

- ALLEN, Ana Sofia Ferreira, 2019, *O sistema de formas de tratamento em português europeu*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de letras da Universidade de Lisboa.
- ALPI – *Atlas Lingüístico de La Península Ibérica*, <http://alpi.csic.es/pt-pt>.
- BAECHLER, Raffaella e SEILER, Guido, 2016, *Complexity, Isolation, and Variation*, Berlin, Boston, De Gruyter.
- BAZENGA, Aline, 2017, «Formas de tratamento», in *Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em https://www.researchgate.net/publication/323366226_Formas_de_tratamento, consultado em 2022-02-15.
- BAZENGA, Aline, 2019, *Forms of address in an insular variety of European Portuguese (Funchal, Madeira Island): a Labovian analysis*, comunicação apresentada no LNC19 – International conference: Languages, Nations, Cultures: Pluricentric Languages in Context(s), disponível em https://www.researchgate.net/publication/333340194_Forms_of_address_in_an_insular_variety_of_European_Portuguese_Funchal_Madeira_Island_a_Labovian_analysis?channel=doi&linkId=5dc29961299bf1a47b194fd6&showFulltext=true, consultado em 2022-02-15.
- BAZENGA, Aline, 2021, *Formas de tratamento em português europeu: avaliação por falantes madeirenses*, comunicação apresentada no Seminário de Doutoramento realizada na Universidade de Vigo, disponível em https://www.researchgate.net/publication/353246432_FORMAS_DE_TRATAMENTO_EM_PORTUGUES_EUROPEU_AVALIACAO_POR_FALANTES_MADEIRENSES?channel=doi&linkId=60ef1877fb568a7098ae61b9&showFulltext=true, consultado em 2022-02-15.
- BIDERMAN, Maria Teresa Camargo, 1972/1973, «Formas de tratamento e estruturas sociais», in *Alfa: Revista de Linguística*, n.º 18/19, pp. 339-382.

- BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia, 2013, *Crenças e Atitudes Linguísticas: um estudo dos róticos em coda silábica no norte do Paraná*, Tese de Doutorado em estudos da Linguagem, Londrina, Universidade Estadual de Londrina-Londrina.
- BRITAIN, David (ed.), 2007, *Language in the British Isles*, Cambridge, New York, Cambridge University Press.
- BROWN, Roger e Albert GILMAN, 1960, «The Pronouns of Power and Solidarity», in SE-BEOK, T. A. (ed.), *Style in Language*, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press, pp. 253-276.
- CARREIRA, Maria Helena Araújo, 1997, *Modalisation Linguistique en Situation d'Interlocution: Proxémique verbale et modalités en portugais*, Louvain-Paris, Éditions Peeters.
- CARREIRA, Maria Helena Araújo, 2002, «La désignation de l'autre en portugais européen: instabilités linguistiques et variations discursives», in CARREIRA, M. H. Araújo, *Instabilités Linguistiques dans les Langues Romanes*, Paris, Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis, pp. 173-184.
- CARREIRA, Maria Helena Araújo, 2004, *Les formes allocutives du portugais européen: Évolutions, valeurs et fonctionnements discursifs*, Franco-British Studies, pp. 35-45, disponível em https://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf, consultado em 2022-02-15.
- CINTRA, Luis Filipe Lindley, 1972, *Sobre "formas de tratamento" na língua portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte/Coleção Horizonte.
- CLYNE, Michael, NORRBY, Catrin e WARREN, Jane, 2009, *Language and Human Relations: styles of address in contemporary language*, Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- COOK, Manuela, 1997, «Uma Teoria de Interpretação das Formas de Tratamento na Língua Portuguesa», in *Hispania*, n.º 80.3, pp. 451-464.
- COOK, Manuela, 2013, «Portuguese Pronouns and Other Forms of Address, from the Past into the Future – Structural, Semantic and Pragmatic Reflections», in *Ellipsis*, n.º 11, pp. 267-290.
- COOK, Manuela, 2014, «Beyond T and V – Theoretical Reflections on the Analysis of Forms of Address», in *American Journal of Linguistics*, 3(1), pp. 17-26.
- DUARTE, Isabel Margarida, 2011, «Formas de tratamento em português: Entre léxico e discurso», in *Revista Matraga*, v. 18 (28), pp. 84-104.
- FARACO, C. A., 2017, «O tratamento você em português: Uma Abordagem Histórica», in *LaborHistórico*, 3(2), pp. 114-132, disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/17150>, consultado em: 22/08/2018.

- FARIA, Rita, 2009, *O fenómeno da delicadeza linguística em Português e em Inglês*, Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.
- FLY. *Cartas Esquecidas (1900-1974)*, <http://www.clul.ulisboa.pt/en/recurso/forgotten-letters-1900-1974>.
- FREITAG, Raquel Meister Ko et al., 2016, «Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do sul e do nordeste», in *Todas as Letras*, São Paulo, V. 18 (2), pp. 64-84.
- GARRETT, Peter, 2010, *Attitudes to language*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GOUVEIA, Carlos A. M., 2008, «As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu», in *O fascínio da Linguagem, Homenagem a Irene Fonseca*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 91-100.
- GUILHERME, Ana Rita e BERMEJO, Victor Lara, 2015, «Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em Português Europeu», in *LaborHistórico*, 1 (2), pp. 167-180.
- HAMMERMÜLLER, Gunther, 1993, *Die Anrede im Portugiesischen. Eine Soziolinguistische Untersuchung zu Anredekonventionen des Gegenwärtigen Europäischen Portugiesisch*. Chemnitz: Nov, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universität zu Kiel, Kiel, texto policopiado.
- HAMMERMÜLLER, Gunther, 2004, *Adresser ou éviter, c'est la question... Adresser ou éviter, c'est la question... Comment s'adresser à quelqu'un en portugais sans avoir recours à un pronom ou à une autre forme équivalente*, disponível em http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_hammermueller.pdf, consultado em 2022-02-15.
- LABOV, William, 1972, *Sociolinguistics Patterns*, Philadelphia, PA, University of Pennsylvania Press.
- LAMBERT, Wallace E., HODGSON, R. C., GARDNER, R. C., e FILLENBAUM, S., 1960, «Evaluational Reactions to Spoken Language», in *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 60, pp. 44-51, disponível em <https://doi.org/10.1037/h0044430>, consultado em 2022-02-15.
- LARA, Victor e GUILHERME, Ana, 2018, «The politeness of você in European Portuguese», in *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, 11(2), pp. 337-366.
- LARA-BERMEJO, Victor e BRUNO GUILHERME, Ana, 2021, «The Diachrony of Pronouns of Address in 20th-century European Portuguese», in *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, 14(1), pp. 39-79, disponível em <https://doi.org/10.1515/shll-2021-2040>, consultado em 2022-02-15.
- Madeirense puro. Uma marca de Gonna Creative Studio*, <https://madeirenpuro.com/>.

- MARQUES, Maria Aldina e DUARTE, Isabel Margarida, 2019, «Formas de tratamento e preservação da face em interações verbais online», in *Revista da Associação portuguesa de Linguística*, (5), pp. 236-249, disponível em <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln5ano2019a17>, consultado em 2022-02-15.
- MARTINS, A. M. (coord.) [2000-]. *CORDIAL-SIN: Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe / Syntax-oriented Corpus of Portuguese Dialects*. Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, <http://www.clul.ulisboa.pt/en/10-research/314-cordial-sin-corpus>.
- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, MENDES, Amália e DUARTE, Maria Eugênia, 2018, «Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro», in *Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 20 – Especial, pp. 245-262.
- OLIVEIRA, Sandi Michele de, 2005, «A retrospective on address in Portugal (1982-2002): Rethinking power and solidarity», in *Journal of Historical Pragmatics*, vol. 6, issue 2, pp. 307-323.
- OUSHIRO, Lívia, 2021, «A importância de estudos de avaliação e percepções sociolinguísticas», in *Revista de Letras*, n.º 40, vol. (1) jan/jul, pp. 9-20.
- PAASI, Anssi, 1996, «Regions as social and cultural constructs: reflections on recent geographical debates», in IDVALL, M. e SALOMONSSON, A. (eds), *Att skapa en region: om identitet och territorium*, Copenhagen, NordRefo, pp. 90-107.
- PAASI, Anssi, 2009, «Regions and regional dynamics», in RUMFORD, Chris (ed.), *Handbook of European Studies*, London, Sage, pp. 464-484.
- PAASI, Anssi, 2012, «Regional identities», in JUERGENSMEYER, Mark e ANHEIMER, H. (eds.), *Encyclopedia of Global Studies*, London, Sage.
- PAASI, Anssi, 2022, «Examining the persistence of bounded spaces: remarks on regions, territories, and the practices of bordering», in *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/04353684.2021.2023320>, consultado em em 2022-02-15.
- «Porto Santo», s.d., in *Wikipédia: A enciclopédia livre*, disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Santo#/media/Ficheiro:Location_PXO.svg, consultado em 2022-02-15.
- RAMOS, Jania, 2011, «De nome a pronome: um estudo sobre o item “senhor”», in *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, vol. 16, n.º 2, pp. 69-84, disponível em https://www.researchgate.net/publication/275251266_De_nome_a_pronome_um_estudo_sobre_o_item_senhor, consultado em 2022-02-15.
- ROSADO, José, 2003, «Linguagem popular portossantense», in *Xarabanda*, n.º 14, pp. 43-46.

- SCHREIER, Daniel, 2009, «Language in Isolation, and Its Implications for Variation and Change», in *Language and Linguistics Compass*, 3 (2), pp. 682-699.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1950, *Vocabulário Popular do Arquipélago da Madeira: Alguns Subsídios para o Seu Estudo*, Funchal, Junta Geral do Funchal.
- SOARES, Urbano Canuto, 1914, «Subsídios para o cancioneiro do arquipélago da Madeira. Tradições populares e vocábulos do arquipélago da Madeira», in *Revista Lusitana*, vol. XVII, pp. 135-158.
- THOMÉ-WILLIAMS, Ana Clotilde, 2004, «Sociolinguistic aspects of forms of address in Portugal and Brasil: Tu or Você», in *Intercultural Communication Studies XIII*, 3, pp.85-99, disponível em https://www.researchgate.net/publication/255604157_Sociolinguistic_Aspects_of_Forms_of_Address_in_Portugal_and_Brazil_TU_or_VOCE, consultado em 2022-02-15.
- WEINREICH, Uriel, LABOV, William, e HERZOG, Marvin I., 1968, «Empirical foundations for a theory of language change», in LEHMANN, W. P. e MALKIEL, Yakov (eds.), *Directions for Historical Linguistics*, Austin e London, University of Texas Press, pp. 97-195.

Exemplos para a História da Ortografia no Funchal: Da Paisagem Linguística ao Património Linguístico com a Toponímia

Examples for the History of Orthography in Funchal: From
Linguistic Landscape to Linguistic Patrimony with Toponymy

*Helena Rebelo*¹

Resumo

Numa comunidade, como a citadina, há heranças linguísticas de um passado mais ou menos longínquo visíveis no presente, em pleno espaço público. Em gerações consecutivas, os antepassados deixaram registos escritos que são reflexos das mudanças ortográficas ocorridas ao longo do tempo, devido, sobretudo, a opções políticas que alteraram a grafia. Consequentemente, convivem (orto)grafias diferentes num mesmo território porque permanecem marcas de épocas anteriores. Umhas estão mais visíveis do que outras. Algumas encontram-se em espaços interiores, enquanto muitas se situam no exterior como elementos da Paisagem Linguística. Todas são bens patrimoniais, embora as haja menos valorizadas. Porque comportam linguagem verbal, integram, directamente, mas também indirectamente, uma componente de Património Linguístico. Pretende-se observar o caso do Funchal, num percurso não linear pela cidade. Registam-se os dados nas ruas, prestando atenção aos pormenores da paisagem funchalense, seja ela não linguística, linguística ou mista e simbólica. Recolhem-se informações, em especial nas placas toponímicas a indicar artérias e, ainda, nas marcas comerciais

¹ Vide <http://orcid.org/0000-0002-8345-9436> e <https://www.cienciavita.pt/> (CIÊNCIA ID: 2F12-B7AA-6E62): Professora Auxiliar na Universidade da Madeira (UMa), é licenciada e mestre pela Universidade de Coimbra. Na UMa, doutorou-se em Linguística Portuguesa e, na Universidade de Aveiro (UA), desenvolveu um pós-doutoramento. É membro do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas-UA e está ligada ao Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais-UMa, ao Grupo de Estudos da Paisagem. Participa em encontros científicos e tem publicações. Em 2017, recebeu o Prémio Maria Aurora, Funchal. Desde 2019, dirige o Mestrado em Estudos Regionais e Locais da UMa e, desde 2021, é coordenadora do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, na Faculdade de Artes e Humanidades de que é vice-presidente. Contacto: mhrebello@staff.uma.pt.

com publicidade e logótipos coloridos, além de vários sinais, inclusive de trânsito, que revelam particularidades ortográficas. Todos os elementos linguísticos são informativos. Associam-se a indicações de Património Linguístico espalhadas pelos diversos espaços urbanos. Olhando de perto, com atenção, os elementos da paisagem oferecem matéria de estudo linguístico. Neste amplo conjunto de manifestações patrimoniais que surgem na paisagem urbana, pretende-se destacar a História da Ortografia, através de alguns exemplos, com décadas e séculos, colhidos através de fotografia, no Funchal, entre 2019 e 2022. A observação desta amostra constitui, por si, um *corpus*. Dele, extrai-se uma descrição de alguns tópicos relativos à escrita, mais precisamente à representação ortográfica. Os pormenores paisagísticos identificam-se como vestígios de um Património Linguístico directo e indirecto, herdado, mas que a comunidade vai alterando, reconstruindo e também constituindo, para o legar às gerações vindouras, mantendo incongruências e combinações improváveis. As escritas da cidade de ontem renovam-se hoje e perpetuam-se no amanhã. Assim acontece com o Funchal na paisagem e no património linguísticos, nomeadamente na toponímia.

Palavras-chave: História da Ortografia; Paisagem Linguística; Funchal; Toponímia; Património Linguístico.

Abstract

In a community, such as a city, there is linguistic patrimony of a more or less distant past visible in the present, in the middle of the public space. In consecutive generations, ancestors left written records that are reflections of the spelling changes that occurred over time, due, mainly, to political options that altered the spelling. Consequently, different (ortho)spellings coexist in a territory because marks from earlier times remain. Some are more visible than others. Some are found indoors, while many are located outdoors as elements of the Linguistic Landscape. All are heritage assets, although some are less valued. Because they contain verbal language, they are a component of Linguistic Patrimony. It is intended to observe the case of Funchal, in a nonlinear route through the city. The data is registered strolling through the streets and paying attention to the details of Funchal landscape, whether non-linguistic, linguistic or mixed and symbolic. The information is collected, specially, in toponymic plates indicating arteries, and also in trademarks with advertising and painted logos, as well as various elements, including traffic signs, which reveal orthographic particularities. All linguistic elements are informative and associated with indications of Linguistic Patrimony scattered throughout the various urban spaces. Looking closely, the elements of the landscape offer linguistic matter of study. In this wide set of heritage manifestations that arise in the urban landscape, it is intended to highlight the History of Spelling, through some examples, with decades and centuries, collected with photographs in Funchal, between 2019 and 2022. The observation of this samples constitutes, in itself, a *corpus*. From it, a description of some topics related to writing, more precisely the orthographic representation, is done. The landscape details are identified as traces of a direct and indirect Linguistic Patrimony, which is inherited, but that the community changes, reconstructs and also constitutes, to bequeath it to future generations, maintaining incongruities and unlikely combinations. Yesterday's city writings are renewed today and perpetuated

tomorrow. This is the case with Funchal in the linguistic landscape and patrimony, particularly in toponymy.

Keywords: History of Spelling; Linguistic Landscape; Funchal; Toponymy; Linguistic Patrimony.

Considerações Introdutórias

A História da Madeira apresenta-se com diversos rumos de pesquisa, sendo múltiplas as problemáticas e, conseqüentemente, as análises. A nível da Linguística ou dos Estudos Linguísticos, as abordagens são, por conseguinte, também elas plurais, com uma diversificação temática evidente e, por isso, incontornável. Pretende-se abordar o tema da História da Ortografia ligado à investigação no domínio da Paisagem Linguística na cidade do Funchal, observando, acima de tudo, vestígios do Património Linguístico comunitário. Metodologicamente, percorreu-se a cidade para recolher, de modo aleatório, através de registo fotográfico², imagético, em suporte digital, uma amostra visual de inscrições, isto é, documentação escrita, destinada à análise e à reflexão em torno de questões que a Ortografia coloca aos falantes da comunidade. Os exemplos compilados funcionam como provas de que a História também se faz através da História da Língua, que vai ficando perpetuada em inscrições com grafias do passado, mas, concomitantemente, do presente. O património é passado porque é herança, mas é, igualmente, presente porque se constrói, constituindo-se, no agora. O Património Linguístico perpassa nesses fenómenos de mudança e evolução. Com ele, acompanha-se a escrita da(s) língua(s) da comunidade.

Para o efeito, importa perguntar: O que significa “ortografia”? Composto por dois elementos: “orto” (certa) e “grafia” (escrita), o vocábulo remete para uma representação visual, um alfabeto, convencionada e padronizada de uma língua. Nem todos os idiomas têm uma vertente escrita e os que a têm preocupam-se em estabelecer as regras para a sua fixação, a fim de manter uma homogeneidade comunitária. Por conseguinte, com a criação da ortografia, o que se propõe é: escrever escorreitamente, seguindo uma norma estabelecida; centrar-se nas regras da adequação gráfica fixadas numa determinada língua e empregar uma (única) grafia que todos os falantes de uma comunidade linguística usem, sem questionar, porque lhes foi explicada e a aprenderam. Com mais de 800 anos de história, a língua portuguesa apresenta-se com questões de ortografia, entre outras abordadas por diversos linguistas,

² As fotografias inseridas neste artigo são da autora e os anos referidos nos finais dos títulos de todas elas correspondem àqueles em que foram tiradas.

que são tema de discórdia³, no seio da comunidade alargada (comunidade macro), que é constituída por todos os falantes de português no mundo inteiro. Na segunda metade do século XX⁴, o assunto parecia estar resolvido. Com o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990* (AO1990), renasceram dúvidas e incertezas, que ficarão marcadas nas vivências quotidianas das populações, sobretudo nas comunidades locais e regionais. A situação será comum por todo o país, no território continental e nas ilhas, para não falar de outros países de língua portuguesa. As grafias variam segundo os falantes e, por exemplo, na toponímia, vão ficando escritas do passado, ultrapassando em muito o caso madeirense, que aqui serve de estudo. Multiplicando-se os exemplos, observe-se apenas a placa toponímica da Praça do Comércio de Coimbra: PRAÇA DO COMMERCIO (cf. Fotografias 1a e 1b).

Fotografias 1a e 1b – Placa toponímica em Coimbra, 2019



³ Vejam-se, por exemplo, as seguintes publicações: CASTELEIRO *et al.*, 2007, *Atual: O Novo Acordo Ortográfico*; CASTRO *et al.*, 1987, *A Demanda da Ortografia Portuguesa*.

⁴ O *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1945* foi estabilizando a situação, embora continuassem as divergências de posições. O AO1990 teve (e continua a ter) consequências profundamente desestabilizadoras. Aliás, comprova-se pela Paisagem Linguística em estudo.

Uma língua, enquanto um dos primeiros monumentos nacionais e, portanto, comunitários, é um bem patrimonial em si mesmo e deveria merecer alguma atenção especial. Porém, no conjunto, sobressai um certo desinteresse quer por parte das entidades institucionais, quer por parte dos falantes individualmente, que, na escrita, não revelam ter a noção da importância dos pormenores gráficos, nomeadamente dos sinais, sobretudo a nível da acentuação. Ignoram, quase por completo, o valor diferenciador desses elementos, do mesmo modo que ignoram a História da Língua, embora as publicações dedicadas ao assunto sejam múltiplas e destinadas a um público diversificado⁵. Muitos nunca ouviram falar das primeiras gramáticas, surgidas no século XVI, ou em relíquias livrescas para o estudo da língua. Quem leu as crónicas de Fernão Lopes ou a obra emblemática de Gaspar Frutuoso? A grafia das placas toponímicas de arruamentos do Funchal são um claro exemplo dessa desatenção relativamente à escrita: a acentuação gráfica e os sinais de todo o género, incluindo o ponto a indicar uma abreviatura, mudam segundo o gosto de quem concebeu ou concretizou essas inscrições identificadoras para a localização das pessoas no meio urbano. Por que razão haverá tanta inconstância na grafia urbana, inclusive nas placas que fixam a língua viva no seio da comunidade? É uma questão de fundo para a qual não é fácil encontrar resposta adequada.

1. História da Ortografia do Português: Uma Síntese

A escrita das línguas tem história. Na História da Humanidade, a invenção da escrita remontará à Suméria, na Mesopotâmia, a cerca de 4000 anos antes de Cristo. A sua evolução foi passando por diversas fases até chegar ao presente. Está estabelecido que a escrita fenícia⁶ datará de cerca de 1000 anos antes de Cristo, a do alfabeto grego de 900 anos antes de Cristo, à qual se seguirá a formação do alfabeto latino (cf. Fotografias 2a e 2b), o que se usa para escrever em português. A escrita, ou melhor, a ortografia, da língua portuguesa também possui uma história. A fim de a sintetizar, abordam-se os períodos por que passou, ilustrando-a com uma amostra de inscrições que se recolheram na Paisagem Linguística do Funchal

⁵ Cf., por exemplo, TEYSSIER, 1980, *História da Língua Portuguesa*; CASTRO, 1991, «A língua portuguesa no tempo e no espaço»; CASTRO, 1991, *Curso de História da Língua Portuguesa*; WALTER, 1996, «O Português»; VENÂNCIO, 2019, *Assim Nasceu uma Língua – Sobre as Origens do Português*.

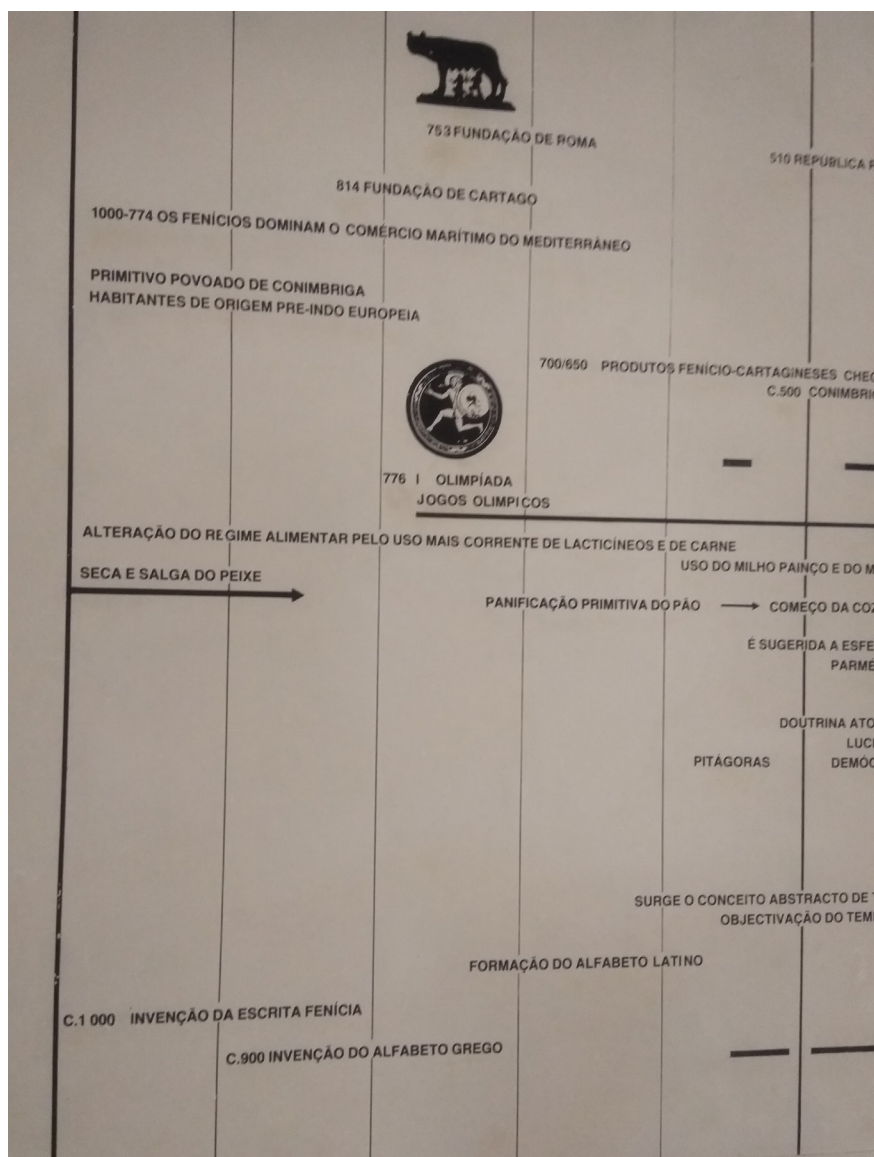
⁶ Cf. o painel cronológico de Fernando Lanhas datado de 1985 e elaborado com a colaboração de Adília Alarcão e Octávio Filgueiras, presente no Museu de Conímbriga.

interligada ao Património Linguístico, nas mais diversas componentes, acima de tudo a toponímia, mas ainda publicidade, propaganda, informação, nomes comerciais, mobiliário urbano, etc. Sintetiza-se a História da Ortografia Portuguesa a partir de Vázquez Cuesta e Luz (1988)⁷. Expuseram-na numa obra destinada a falantes de língua castelhana e traduzida para português. De modo bastante consistente, dividiram-na em três períodos históricos: 1.º fonético (século XII – finais do século XV), interessando à Madeira desde 1419-1420; 2.º etimológico (século XVI – inícios do século XX) e 3.º reformas ortográficas (início em 1916). A caracterização de cada uma destas fases é condensada sinteticamente, retomando-se cada uma com breves comentários.

Fotografias 2a e 2b – Linha do Tempo, Conímbriga, 2021



⁷ VÁZQUEZ CUESTA e LUZ, 1988, *Gramática da Língua Portuguesa*, pp. 335-341.



O Período Fonético estende-se por séculos e contempla, *grosso modo*, o Português Antigo ou Arcaico (incluindo o Português Médio ou Pré-Clássico⁸). Evidencia a importância dos escrevões – os que escreviam não eram muitos – cuja inovação figura na grafia dos sons das novas palavras, as dos romances, porque estes fones não existiam em latim (cf. as vogais nasais e as palatalizações, estas representadas, por exemplo, por: , <l>, <ll> e <ni>, <n>, <nn>). Assim, seguem velhas grafias e criam outras como <ch>, <nh>, <lh>, <~>, mas a variação gráfica é tão intensa que segue de acordo com as escolhas de cada escrevão. O fenómeno designado por “polimorfismo”

⁸ Cf. CASTRO, 1991, *Curso de História da Língua Portuguesa*.

manifesta a falta de uniformização linguística a nível gráfico e do significante. Procurando fazer corresponder a grafia à fonia, os exemplos de letras e grafemas para um fonema são muitos. É o caso de <qu> e <c> para /k/ (cinco/cinco), <gu> e <g> para /g/ (amigua/amiga, algem/alguém), <i> e <y> – com também <j> – para /i/ (lyvro/livro), <m> e <n>, além de <~>, (cimco/cinco, hõe/home/homem). Ademais, há, entre muitos outros casos, o aparecimento de <h> a <desfazer> um hiato, evidenciando-se em <teudo>/<tehudo> (forma arcaica de <tido>), a geminação de vogais como em <poboo> (povo) ou <cree> (crê) e a geminação de consoantes como em <cavallo> (cavalo). Este período é caracterizado, genericamente, por haver uma associação predominante entre a fonética – a fala expressa na oralidade com realce para as pronúncias – e a grafia. A escrita da língua segue o registo oral individual, sabendo-se que o latim era a língua de referência e a da alfabetização. Recorde-se que o primeiro texto oficial escrito em português, ou melhor, aquele a partir do qual se estabelece a existência da língua, embora o galaico-português seja a sua origem, é o Testamento de D. Afonso II de 1214. Assumiu o texto – dois exemplares subsistiram até hoje – a sua versão oral de rascunho, já que a língua latina seria a oficial. O galaico-português é língua que deriva do latim e resiste na faixa ocidental da Península Ibérica, no período histórico em questão. Contudo, por razões diversas, sobretudo políticas, o galego e o português, dele oriundos, vão fazer caminhos paralelos, muito próximos, com constantes pontos de contacto, com a ortografia a manifestar, concomitantemente, semelhanças e diferenças entre ambos. Este tema não é o tratado aqui⁹, mas é de lembrar que a Galiza era a terra natal de Pilar Vázquez Cuesta, uma das autoras da gramática referida para traçar a História da Ortografia da Língua Portuguesa.

O Período Etimológico está balizado entre o século XVI – a época das primeiras gramáticas, nomeadamente a de Fernão de Oliveira de 1536 e a de João de Barros de 1540 – e os inícios do XX. Recobre a fase do Português Clássico e vai até à do Português Moderno, sendo lembrado como o momento histórico do recurso às ortografias grega e latina, deixando-se de valorizar a pronúncia e a fonética. Portanto, a escrita afasta-se das articulações individuais. A invenção da imprensa não é alheia a esta escolha pela etimologia para a grafia. Escritores, editores e impressores, de certo modo com uma instrução mais vasta que os escrivães e copistas medievais procuram ir à raiz. Se no Período Fonético a instabilidade da adaptação da fonia à grafia é uma constante, no Etimológico, como a própria palavra o indica, há uma dinâmica estabilizadora da escrita (embora não se possa falar ainda em “ortografia”) porque o latim (lat.) e o

⁹ Não se opta por nenhuma das duas tendências existentes: a separatista e a integracionista, quanto ao galego e ao português.

grego (gr.) dão consistentes bases essenciais, a dos étimos, ultrapassando as opções individualizadas. Assim, manifesta-se, nos textos escritos (impressos), a proliferação de <ch> [k] (eschola-escola), <ph> [f] (phrase-frase), <rh> (rhetorico-retórico), <th> (theatro-teatro) e <y> (gr.) (estyllo-estilo). Os grupos <ct>, <gm>, <gn>, <mn> e <mpt> (lat.) surgem recorrentemente como em <fructo> (fruto), <augmento> (aumento), <signal> (sinal), <somno> (sono), <prompto> (pronto). As consoantes geminadas, algumas etimológicas como *buccam* > *bocca* > *boca* ou *sagittam* > *setta* > *seta* e outras não etimológicas como em *oceanum* > *occeano* > *oceano* persistem. Anota-se, nesta fase, a substituição de <-s> final por <-z>, como nos exemplos <portuguez> (português), <mez> (mês), <simplez> (simples). Os autores que vão pensando e opinando sobre as questões de grafia (com preocupações do plano “orto”) são vários. No século XVII, por um lado, em Vázquez Cuesta e Luz (1987), destaca-se João Franco Barreto com a obra *Ortographia da Lingua Portuguesa*, 1671. Vai avançar com duas orientações que acabaram por se fixar: 1 – acentuação gráfica (para indicar grau de abertura das vogais) e 2 – as grafias <-ão> e <-am> para ditongo final acentuado ou átono (como em “amarão” e “amaram”). Por outro lado, as autoras da gramática sublinham a posição de Bento Pereira em *Ars Grammaticae* de 1672, escrita em latim. Expõe duas propostas relevantes: 1 – o emprego distinto de <i>/<j> e de <u>/<v> (em latim, tinham correspondência) e 2 – é contrário ao emprego das consoantes duplas iniciais e das vogais geminadas, defendendo a sua redução. No século XVIII, a intensificação da polémica acentua-se com defensores das duas tendências da escrita, mas prevalece a corrente etimológica. São vários os seus defensores. As duas autoras lembram, entre outros nomes e publicações, João de Morais Madureyra Feijó, com *Ortographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa*, 1734, que apresenta uma obra de grande influência. No século XIX, diversos pensadores sublinham as incongruências e a falta de fixação da grafia da língua. O português continuava a ser uma língua escrita sem ortografia. Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos, alemã nascida em Berlim, em 1851, e que viveu no Porto, onde ensinou, assim como em Lisboa, tê-lo-á evidenciado: «Em Portugal não há, nem houve nunca ortografia oficial uniforme. Só ortografias variadas mais ou menos inçadas de erros, contradições, dislates, caprichos e idiossincrasias pessoais», isto segundo Alves¹⁰. O problema tinha anos e anos, até que, no século XX, com o primeiro governo republicano, a ortografia do português passa por alterações substanciais. Por essa razão, Vázquez Cuesta e Luz designam esta fase como a das reformas.

¹⁰ Cf. ALVES, 1993, *O Novo Acordo Ortográfico*.

O Período das Reformas Ortográficas leva à opção pela corrente fonética, sem se seguir totalmente, predominando a simplificação pela vontade de escolarização da população. Em 1911, o Governo Português nomeia uma Comissão de Filólogos, incluindo Gonçalves Viana, considerado o primeiro foneticista português. A finalidade da Comissão é a de definir as bases para a «nova ortografia» e o foneticista já tinha andado a estabelecê-las, no sentido de resolver a “complicadíssima” grafia arbitrária que vigorava. No ano de 1916, em Portugal, dá-se a implementação oficial da Nova Ortografia que, em 1927, sofre pequenas alterações, tentando acabar com o predomínio das influências grega e latina. Retoma antigas formas medievais, fixando-as, mas procura afastá-las do polimorfismo. Por vontade de uniformização de entidades brasileiras e aceitação das portuguesas, seguiram-se vários anos de negociações entre Brasil e Portugal, sobretudo na década de 40 (1940, 1943, 1945) e nas de 80-90 (1986-1990). Pode afirmar-se que ainda não tem solução porque, na prática, não existe uma ortografia, mas duas, mesmo se as novas tecnologias, nomeadamente os computadores com revisores automaticamente inseridos em programas de escrita de texto como o Word, dão primazia à ortografia brasileira. Há exemplos que falam por si como “Antônio”, “hegemônico”, “contato”, “fato”, “estresse”, etc., que surgem automaticamente, mesmo nos teclados “inteligentes” dos telemóveis, em vez de “António”, “hegemónico”, “contacto”, “facto”, “stress”. Em 1940, Rebelo Gonçalves publica o *Vocabulário Ortográfico*, em Portugal, e, no ano de 1943, a Academia Brasileira de Letras edita *Pequeno Vocabulário Ortográfico*. As duas obras têm tendências diferentes, principalmente nos acentos gráficos, embora resultem de um acordo comum, em 1931. Foram necessárias mais reuniões e negociações para, em 1945, haver concessões das duas delegações e se dar a assinatura do convénio luso-brasileiro ou Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1945 (AO1945). A tentativa de fixação da ortografia do português resulta da procura da uniformização da ortografia dos dois lados do Atlântico e não é aceite, no Brasil, nem pela imprensa, nem pela população em geral. Aliás, os políticos também não o valorizam: a própria Constituição Brasileira de 1946 não o segue e a Assembleia Legislativa brasileira derogou o Decreto-Lei, voltando à ortografia de 1943, isto é, a do *Pequeno Vocabulário Ortográfico*.

A situação levou ao AO1990, cujas alterações continuam a causar controvérsia, se se leu o texto desse suposto acordo, e confusão, se não se leu. Esta predomina e os falantes vão, como no passado, escrevendo consoante o que lhes é mais conveniente. O que mudou com o AO1990 não lhes desperta grande interesse, não reconhecendo a língua como um dos principais monumentos nacionais, identificadores porque essenciais para as vivências quotidianas em comunidade. Assim, os cinco tópicos com

alterações incisivas de 1990: as letras do alfabeto, as consoantes mudas, os acentos gráficos, o hífen e as maiúsculas/minúsculas continuam a não gerar consenso, não havendo, por conseguinte, qualquer uniformização, unificação, ortográfica, nem nenhum português (P) escrito unificado, já que, agora, as diferenças não são apenas entre a escrita do PE (Português Europeu) e do PB (Português do Brasil) (PE/PB), mas envolvem as outras comunidades: Português de Angola, Português de Cabo Verde, etc. No seio de uma comunidade micro, isto é, no interior de uma macro, como sucede, por exemplo, na cidade do Funchal, assim como em qualquer outra parte, as opções vão surgindo, aparecendo uma língua com grafia variável. Por conseguinte, o AO1990 aumenta o número de letras do alfabeto português, mas continuam a considerar-se estrangeirismos casos em que as letras <k>, <w> e <y> ocorrem. Não resolveu as diferenças com algumas consoantes, chamadas mudas, que, para os mesmos vocábulos, se escrevem e não se escrevem. Deixou a situação da acentuação gráfica ainda mais complexa do que já estava e, por vezes, os acentos gráficos desaparecem, mas a clareza das situações não é evidente. Sucede de igual modo com o hífen que é suprimido e é usado, sem se perceber a diferença. Também não simplificou, bem pelo contrário, a representação das letras. Os falantes deixaram de perceber os casos em que se usam minúsculas em vez de maiúsculas. As dúvidas perpassam na Paisagem Linguística e comprova-se que a flutuação, com a persistente instabilidade gráfica, obrigará a outros acordos ortográficos, procurando com muita dificuldade pôr cobro às incoerências levantadas pelo texto de 1990. A população vai escrevendo sem saber como se orientar e isso está bem patente na Paisagem Linguística do Funchal, tanto no âmbito público, como privado. Exemplos da toponímia dão conta das dúvidas de escrita dos falantes do passado ao presente. A História da Ortografia pode fazer-se ao andar pelo Funchal, quer no centro – o coração da cidade – quer nas zonas altas. A Paisagem Linguística do Funchal permite encontrar exemplos que remetem quer para a fase que privilegia a Fonética, como para a que opta pela Etimologia, mas a maior reflexão surge em torno das questões de ortografia da língua portuguesa desde o século XX. As marcas do presente ficarão no futuro, como permaneceram as do passado. É a História.

2. Paisagem Linguística: Exemplos Presentes e Passados

A Paisagem Linguística do Funchal dá a ler a cidade, que concentra aproximadamente metade da população da Região Autónoma da Madeira. Por vezes, está meio escondida e apenas quem a procura a avista, encontrando texto escrito para se localizar no espaço, nomeando-o através do que lê, se não se conseguir situar. Como já

se tem vindo a afirmar¹¹, a paisagem é, por princípio, não linguística, em particular quando é panorâmica, mas é evidente que a paisagem urbana se torna linguística ao perto, quando se vê que há letras e se consegue, literalmente, ler a paisagem. Posto isto, até que ponto é possível observar a História da Ortografia da Língua Portuguesa, ao deambular pela cidade? É viável. Aliás, o mesmo procedimento se poderia aplicar a outras localidades, o que é consensual (cf. Fotografias 1a e 1b: exemplo de Coimbra). Contudo, o estudo de caso é o Funchal, localidade a merecer interesse e investigação. António Aragão, cujo centenário se celebrou em 2021, em algumas obras¹² revela a dinâmica da história citadina e realça a sua importância enquanto capital regional.

No geral, a urbe funchalense tem duas faces indissociáveis que associa na perfeição. Por um lado, apresenta-se moderna, na vanguarda nomeadamente do mobiliário urbano e com, por exemplo, painéis publicitários de vários tipos e técnicas sofisticadas. Por outro, espelha o seu lado antigo, não sendo obra do acaso a designação “a zona velha da cidade” para uma parte substancial do seu centro, que é a sua origem. A Paisagem Linguística acompanha estas duas faces, juntando, em plena área central, por exemplo, um teleférico e ruínas “descobertas” após a aluvião de 2010. Liga o passado e o presente, ou melhor, no presente descobrem-se marcas do passado. Placas e indicações toponímicas atestam as combinações. Desde o Código Administrativo de 1878 que as câmaras terão a incumbência de atribuir nomes aos lugares, com as parcelas de arruamentos, que administram. Por isso, toda a toponímia funchalense oficial foi atribuída desde então, ao longo dos anos, à medida que a cidade se ia alargando e se abriam novas vias. Por exemplo, a rua Silvestre Quintino de Freitas ficou com o nome da pessoa que doou o terreno para que se criasse o acesso. Embora seja uma temática muito relevante para os Estudos Linguísticos, não se pretende explicitar a significação dos topónimos funchalenses¹³ e também não se propõe uma análise, concomitantemente geral e específica, da toponímia da localidade, como Thierry Proença dos Santos empreendeu para Machico¹⁴. Almeja-se, tão somente, dar conta de vestígios de um Património Linguístico através de registos escritos na Paisagem Linguística da cidade do Funchal para pensar na problemática da escrita da língua no passado, mas também no presente.

¹¹ REBELO, 2021, «Da Paisagem à Paisagem Linguística como Património ou Da Prática à Teoria: Para uma Tipologia da Paisagem Linguística».

¹² ARAGÃO, 1992, *O Espírito do Lugar. A Cidade do Funchal* e, 1984, *Armas da Cidade do Funchal no Curso da sua História*.

¹³ Cf., por exemplo, VERÍSSIMO, 2013, «Toponímia do Funchal», in *Blogue Passos na Calçada*.

¹⁴ SANTOS, 2019, «Notas sobre o léxico toponímico presente nos *Anais do Município da Antiga Vila de Machico*».

2.1. Marcas do Presente

O Funchal é uma cidade anfiteatro¹⁵, que se estende do «mar à serra», como diz o hino da Região Autónoma da Madeira, e, por isso, a sua Paisagem Linguística vai variando à medida que se dá o afastamento da baixa citadina (cf. Fotografia 3), desde a famosa Avenida do Mar, sendo o automóvel um elemento constante da paisagem. Enquanto existe a concentração habitacional em prédios, fixa-se o pequeno comércio no nível inferior dos edifícios e, aí, registam-se, nos nomes dos estabelecimentos comerciais, algumas marcas, como as dos cafés, assim como símbolos, nomeadamente a cruz das farmácias. Quando as moradias se multiplicam, há menos componentes linguísticas para ler e mais paisagem panorâmica para ver.

Fotografia 3 – Paisagem na subida para a Boa Nova, 2021



¹⁵ BRANDÃO, 2011, «Visão da Madeira», in *Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens*.

Fotografia 4 – Paisagem panorâmica do Funchal, 2021



Enquanto periferia, as zonas intermédias e as altas, como, por exemplo, Boa Nova, Penteadá, Álamos, São Gonçalo, São Martinho e Santo António, com casario espalhado pelas encostas, subindo progressivamente desde o nível do mar, são distintas do centro urbano. As partes cimeiras concentram bairros habitacionais, mas igualmente alguns serviços (exemplos: o Arquivo e Biblioteca da Madeira, nos Álamos, e a Universidade da Madeira, na Penteadá) e grandes superfícies comerciais (exemplos: o Madeira Shopping e o Fórum Madeira) da área da alimentação. O *Drive In* da McDonald's é a última modernidade a substituir uma empresa com vertente industrial inoperacional. Está, todavia, em mudança a sua paisagem e, por conseguinte, a que inclui marcas linguísticas também. Nos arredores que circunscrevem o núcleo central, os arruamentos distribuem-se em conformidade com as necessidades habitacionais. São diversos da organização do centro urbano, já que este corresponde a uma teia de ruas que concentra mais comércio do que residências. As habitações aumentam à medida que as lojas vão diminuindo, embora em algumas partes se tenham desenvolvido na cidade pontos comerciais, com grandes superfícies, como se indicou. Todavia, o que se pode designar como o "pequeno Funchal", a área da centralidade, corresponde ao que, ainda hoje, é identificado pela população como "o Funchal". Há expressões como "vou ao Funchal", mesmo morando no que, no presente, se designa como "Funchal", em São Gonçalo, no Imaculado – freguesia do Imaculado Conceição de Maria –, no Monte ou noutra freguesia das zonas altas funchalenses, durante muito tempo classificadas como "campo". Não deixa de ser interessante a combinação da cidade com hortas (sem contar com as recentes

“hortas urbanas”). Por exemplo, num ponto estratégico como é o Campo (a natureza na cidade) da Barca estende-se um bananal (cf. Fotografia 5). Aliás, as manchas verdes são bem mais do que, exclusivamente, as dos jardins públicos, já que as populações, à medida que o casario sobe, têm por costume plantar árvores de fruto junto às casas (abacateiros, chamados “pereiras”, nespereiras, anoneiras, entre várias outras). Por exemplo, de Santa Luzia ao Monte, há extensões de plantações e de terrenos cultivados. Além disso, as ruas ladeadas de árvores no centro vão-se mantendo, há décadas, tendo havido corte e renovação, o que permite ter uma vista panorâmica diferenciada no colorido céu citadino, ao longo do ano. Portanto, pode fazer-se a distinção entre o pequeno Funchal, central e comercial com o núcleo do poder – Sé, Câmara, Parlamento, Tribunal Central e Polícias, etc. –, assim como dos serviços – a Casa da Luz, o Ensino Secundário, etc. – e o grande Funchal, o periférico, com o casario envolvente, incluindo zonas comerciais e também de lazer. No conjunto, oferece uma paisagem emblemática a quem vê o Funchal (pequeno) do mar ou de um ponto alto (pequeno e grande).

Fotografia 5 – Bananal no centro do Funchal



Como evidência da modernidade, a publicidade está por todo o lado e observa-se que diminui à medida que se vai subindo até ao casario, em partes bem altas, antes de chegar à serra. Em concomitância, ao longo do percurso, a linguagem verbal, progressivamente, rareia também, podendo dizer-se que haverá mais Paisagem Linguística na baixa por esta comportar elevados fluxos de movimentação e concentração populacional temporária do que nas zonas cimeiras, onde se dispersam os habitantes pelas suas residências. Além de nomes de estabelecimentos: cafés, bares, restaurantes ou, pontualmente, de outras áreas comerciais, a Paisagem Linguística é quase inexistente. Haverá um ou outro aviso, mas é mais na toponímia das ruas ou com placas indicativas/informativas, que subsiste a componente linguística no território para informar algum forasteiro. Além disso, ela pode estar escondida porque encoberta, sucede com sinais de trânsito, mas também com as placas identificadoras da via por que a nomeiam, embora não se avistem ao longe, olhando para a paisagem citadina (cf. Fotografias 6a, 6b e 6c).

Fotografia 6a – Paisagem linguística escondida, 2022



Fotografia 6b – Paisagem vista de Santa Luzia, acima da igreja, 2022



Fotografia 6c – Paisagem com placa toponímica, ao longe, 2022



A toponímia com as inscrições identificativas das ruas (normalmente, duas placas: uma no início e outra no fim, ou seja, nas duas pontas da via), os nomes das lojas, as placas metálicas dos serviços (água, telecomunicações, luz, etc.) no chão, os sinais de trânsito (em especial os que têm texto), etc. são reais inscrições documentais que dão a ler o Funchal. O mesmo sucede com as informações fixas ou em movimento: publicidade, propaganda, painéis turísticos, e todas as placas de vários géneros: pintadas, gravadas, em suportes, etc., que dão linguagem verbal ou mista, com colorido, à cidade. A Paisagem Linguística funchalense hodierna é diversificada e multifacetada (cf. Fotografias 7-14).

Fotografia 7 – Banco pintado (botas), 2021



Fotografias 8a e 8b – Correio/cartas, 2021



Fotografias 9a e 9b – Marco dos correios e cinzeiro, 2021



Fotografia 10 – Marca pintada, Tipografia, 2021



Fotografias 11a, 11b e 11c – Comércio, frente, 2021



Fotografia 12 – Informação de explicação, 2021



Fotografia 13 – Inscrição livre, 2021



Fotografia 14 – No chão, placa gravada, 2021



Na paisagem funchalense, há linguagem não verbal que, semiologicamente, comunica um património comunitário. É visível tanto nos sinais de trânsito, que também podem incluir linguagem verbal (linguagem mista ou híbrida), como noutros sinais e símbolos, diferentes dos signos linguísticos (cf. Fotografias 15-18).

Fotografia 15 – Catavento, símbolo do vento, na Boa Nova, 2021



Fotografia 16 – Batente, símbolo do bater à porta, centro, 2021



Fotografias 17a e 17b – Avisos com linguagem mista, 2021



Fotografias 18a e 18b – Paragem com linguagem mista e simbólica, 2021



2.2. Vestígios do Passado

O centro concentra a maioria dos escritos do passado porque foi onde nasceu a cidade, junto ao “calhau”, à praia. Aí, descobrem-se as inscrições mais antigas, ao andar pelas ruas a deambular, com o propósito de passear e observar o meio envolvente. As placas das ruas assumem diversos tipos e feitios. Revelam a História e as histórias vivenciais da população ao longo dos séculos de povoamento. Os nomes próprios são importantes, assim como outras particularidades do quotidiano. No conjunto, encontram-se vestígios da História da Ortografia da Língua Portuguesa, através dos dados presentes na Paisagem Linguística como a toponímia. O que se regista é uma grafia que testemunha as fases da escrita do português, sendo a paisagem diversificada, também o é o que dela foi ficando gravado na pedra ou pintado em placas. Apresentam-se inscrições de monumentos históricos, e muitas mais haverá¹⁶, procurando reproduzir a grafia registada. Estas podem ser reagrupadas, tendo em conta alguns critérios, nomeadamente, a identificação, a datação e a preservação. Considerando-os, nos antípodas, estarão, por um lado, os casos que estão identificados, datados e preservados (a) e, por outro, os que não têm nem identificação, nem qualquer data, nem lhes é proporcionado qualquer cuidado para a sua manutenção (c). Observem-se os exemplos para os dois grupos. Pelo meio, registam-se casos com um ou outro critério, que, sem pretender alongar a demonstração com base na amostra, se reagrupam (b).

a) Inscrição Identificada, Datada e Preservada

Estes casos são reconhecidos como importantes para a comunidade e valorizados. São Património Linguístico. Representam vestígios passados que todos conhecem (reconhecem, se prestaram atenção, mas também desconhecem, se não deram conta deles). A Sé, cuja construção foi iniciada no século XV e finalizou nos inícios do XVI, tem gravada a dedicatória no exterior, logo na entrada principal, assim como uma invocação. Os textos situam-se mais precisamente nas partes laterais (cf. Fotografias 19a, 19b e 19c). Do lado direito para quem entra no edifício, vê-se a inscrição que se lê, na perfeição: «É à Imaculada Conceição da Virgem, Nossa Senhora». As palavras

¹⁶ Cf. MATOS e CARITA, 2008, *Funchal: Roteiro Histórico-Turístico da Cidade*, p. 153: exemplo de inscrição em lápide tumular que regista o ano de 1473 e foi levada para o Cemitério de São Martinho. Considerados autênticos jardins públicos em diversos pontos do mundo, os cemitérios são igualmente locais muito interessantes para registos linguísticos, nomeadamente da História da Ortografia. No Funchal, o Parque Arqueológico do Museu da Quinta das Cruzes, por guardar exemplares de conventos e igrejas, é outro espaço a contemplar para este género de estudos.

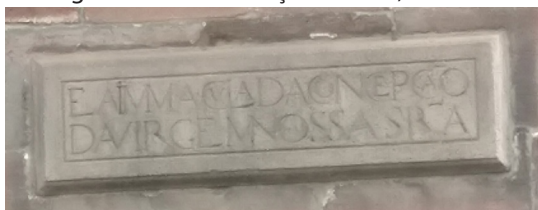
e abreviaturas não estão separadas. Seguem-se umas às outras sem espaços em branco. Não há acentuação; registam-se o til e consoantes geminadas:

«EAIMMACULADACONCEPÇÃODAVIRGEMNOSSASRA». A do lado esquerdo, «LOUVADOSEJAOSANTÍSSIMOSACRAMENTO» – «Louvado seja o Santíssimo Sacramento», invoca o Santíssimo Sacramento e duplica o modelo da anterior, não levantando questões de análise por se reescrever sem grandes dificuldades. As sequências de palavras, estas no sentido gráfico, de manchas entre dois espaços, não ocorrem separadas. O recorte das palavras é uma conquista importante na identificação das unidades linguísticas significativas, enquanto signos linguísticos, facilitando a leitura e a escrita.

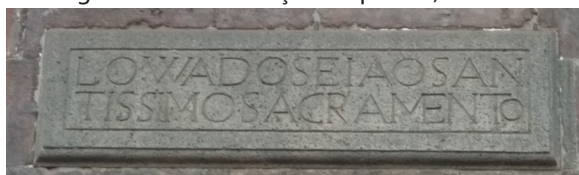
Fotografia 19a – Catedral (1493-1514), 2021-2022



Fotografia 19b – Inscrição direita, 2021-2022



Fotografia 19c – Inscrição esquerda, 2021-2022



Numa transcrição do século XVII muito valorizada, com direito a reescrita, junto ao Parlamento Regional, lê-se (cf. Fotografias 20a, 20b e 20c), por exemplo, «ANNO 1644» e a consoante dupla é etimológica.

Fotografia 20a – Monumento com inscrição, 2021-2022



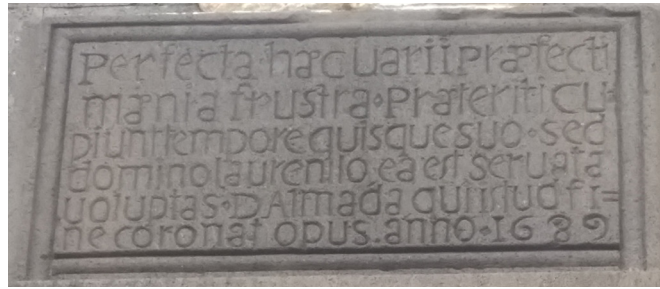
Fotografia 21a – Monumento reconstruído com lápide original, 2021-2022



Fotografia 21b – Parte de cima, 2021-2022



Fotografia 21c – Inscrição, 2021-2022



Fora estas, há mais inscrições dispersas pela cidade. Em especial nos monumentos do centro, vão aparecendo diversos exemplos, apontando, sobremaneira, para o Período Etimológico (cf. Fotografia 22). Algumas são mais antigas do que outras. Há casos que aparecem no comércio e em diversas placas. Neles, observam-se fenómenos ortográficos. Por exemplo, <ph> para <f> é uma clara opção etimológica e aquele grafema vai deixando de ser usado por se ter imposto o <f>. O mesmo foi acontecendo com <z> que foi sendo substituído por <s> (cf. Fotografias 23 e 24).

Fotografia 22 – MDCCXCIV, inscrição na Câmara, 2021



Fotografia 23 – 1872, «PHILARMÓNICA», 2021



Fotografia 24 – 1917, «PORTUGUEZA», 2021



b) Inscrições com Falhas de Identificação, Datação ou Preservação

A par das inscrições que foram preservadas porque valorizadas, sublinha-se que o património enquanto “conjunto de bens herdados” implica que lhe seja atribuída importância, caso contrário é subestimado, relativamente aos bens que têm valor. Portanto, também se vão registando vestígios de um passado mais ou menos longínquo pelo que se deduz, apesar de estar sem data legível ou esta não ser muito visível. Mesmo assim, tem a aparência de ser um património, incluindo linguístico, passado. Veja-se o seguinte caso: «E PROHIBIDO AFFIXAR ANNUNCIOS N’ESTA PROPRIEDADE» (cf. Fotografia 25). Lê-se perfeitamente e, nele, destaca-se um <h> a desfazer um hiato, além de sobressaírem as consoantes geminadas e de não haver nem acentos gráficos, nem o apóstrofe a assinalar a ligação em <n’esta> ser muito visível, com aglutinação a partir de <em esta> (nesta). O Funchal oferece a quem percorre as suas ruas e ruelas textos repletos de pormenores que apontam para as preferências (orto) gráficas dos falantes, membros que formam a comunidade linguística. Os nomes próprios ilustram vários pormenores. Vêm sem qualquer datação, mas as consoantes geminadas em grafias como «PERESTRELLOS» (cf. Fotografia 26) e «BETTENCOURT» (Fotografia 27) são reveladoras de antiguidade e de pertencerem ao segundo período

histórico da Ortografia, podendo situar-se na fase de transição para o terceiro. Embora os apelidos sejam sempre casos particulares, estes dois exemplos fazem recordar a propensão para as consoantes duplas da fase etimológica (ou falsamente etimológica). Essa inclinação resiste nos antropónimos, mesmo se desapareceram da ortografia do vocabulário comum.

Fotografia 25 – Inscrição num edifício de uma ruela, 2021



Fotografia 26 – Mosaico no edifício da Cruz Vermelha, 2021



Fotografia 27 – Arcadas do Bettencourt, 2021



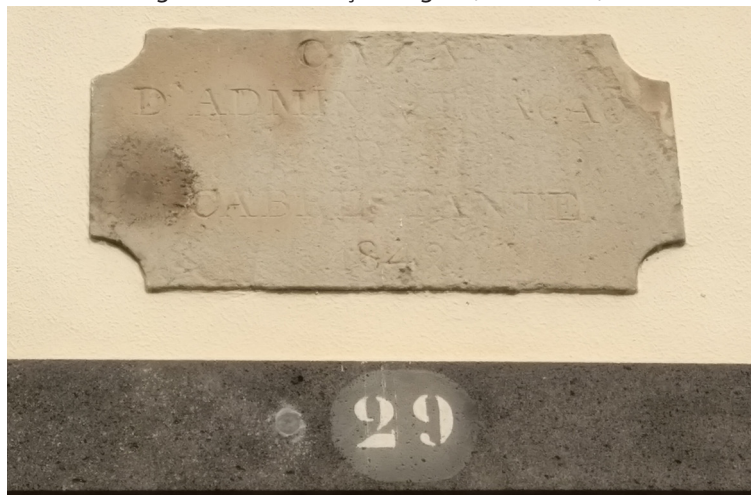
c) Inscrição NÃO Identificada, Datada ou Preservada

No adro da catedral, mais precisamente na parte lateral esquerda ao contornar o edifício, quem presta atenção ao chão que pisa descobre uma pedra diferente de todas as outras (Fotografia 28). Tem algo gravado e parecem letras. É indecifrável a inscrição, mas tem-se a nítida sensação de ser bem antiga. Desprestigiada, não lhe é dado qualquer relevo; não está identificada, nem datada, nem preservada. Aliás, quase ninguém presta atenção à inscrição. Todavia, seria interessante procurar descobrir de onde veio e o que tem escrito. Na verdade, desconhece-se se, porventura, já foi alvo de atenção. Enuncia-se apenas o propósito porque mereceria pesquisa, se se atestar nada haver sobre ela, podendo, depois, comprovar-se que nem é relevante. Mesmo assim, destaca-se de todas as outras pedras do adro, pelos vestígios de escrita que comporta. Pela cidade, encontram-se mais alguns exemplares (cf. Fotografias 29 e 30).

Fotografia 28 – Inscrição parcial, no chão do adro da Sé, 2021



Fotografia 29 – Inscrição ilegível, no centro, 2021



Fotografia 30 – Escudo apagado, no centro, 2021



Os exemplos anteriores remeteram para inscrições situadas no exterior e próprias da Paisagem Linguística. Contudo, também é importante olhar para o interior dos monumentos e dos edifícios porque há aí inscrições antigas, porquanto Património Linguístico. Na Quinta das Cruzes e noutros pontos estratégicos como o Convento de Santa Clara, tanto no exterior como no interior, ficaram “pedras com história”, em que há palavras; há escrita. Os monumentos edificados não são directamente Património Linguístico, mas sê-lo-ão indirectamente, quando nomeados e convertidos em linguagem verbal e também por possuírem texto, muito dele bem antigo. As inscrições do passado são vestígios ancestrais que se encontram sobremaneira no exterior, em especial nas construções patrimoniais, como nos exemplos facultados. O Património Cultural Imóvel comporta placas e inscrições deveras antigas, estando preservadas, como comprovado, provavelmente devido à importância (o valor é um critério imprescindível para ser considerado património) que lhes é atribuída. No entanto, não estão apenas fora dos edifícios, também se registam no seu interior. As igrejas são monumentos que qualquer turista – estrangeiro, nacional, regional ou local – visita. O passado da escrita do português está documentado nas inscrições tumulares que assinalam o tempo e as opções de escrita consentâneas, como as seguintes, bastante diferentes, que se observam no interior¹⁷ da catedral, para quem visitar o monumento nacional, mandado construir por D. Manuel I (cf. Fotografias 31 e 32).

¹⁷ Interessaria entrar noutros edifícios emblemáticos como o Teatro Municipal Baltazar Dias porque também aí se encontrarão inscrições que fazem a História da Ortografia no Funchal.

Fotografia 31 – Inscrição tumular, 2021



Século XVII

AQVIIAZDOMLVIS

DE FIGVEIRE DODELE MOS BISPO QUE FOIDO FVNCHALFALECEO

AXXVI[26]DENOVEMBRO

DE MDCVIII[1608]ANNOS

Fotografia 32 – inscrição tumular, 2021



Século XIX

AQUI JAZ

D AYRES D ORNELLAS DE VASCONCELLOS

NASCEU NO FUNCHAL A 18 DE SETEMBRO DE 1837

BISPO DE CERASA IN PARTIBUS INFIDELIUM

COADJUTOR E FUTURO SUCCESSOR DO FUNCHAL 6 DE MARÇO 1871 BISPO DO FUNCHAL 27 D OUTUBRO DE 1872

ARCEBISPO DE GOA PRIMAZ DO ORIENTE 19 DE NOVEMBRO DE 1874

MORREU EM LISBOA A 28 DE NOVEMBRO DE 1880

R I P

A igreja do Carmo também tem dois túmulos. Veja-se, por exemplo, um deles (cf. Fotografia 33):

«S.DEANTONIODECARVALHALESMERALDOFIDALGODACAZADES.M.^{DE}ESVA MOLHER D.MARIA BRANDÃO». Trata-se da «sepultura [S.] de António de Carvalho e Esmeraldo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade e [de] sua mulher, D. Maria Brandão». Mantém a junção dos vocábulos como na escrita latina, sem a separação em palavras, embora se destaquem breves espaços e o uso de maiúsculas iniciais de nomes. As abreviaturas são várias.

Fotografia 33 – Inscrição de sepultura, 2021



Com a exemplificação facultada, verifica-se que passear pelo Funchal, pelas ruas, e também entrar em monumentos, é ter contacto com inscrições que envolvem diferentes grafias. Nem todas têm transcrição e reescrita, como a que está situada perto do edifício do Assembleia Regional (cf. Fotografias 20a, 20b e 20c) e nem todas são valorizadas. De qualquer forma, todas juntas, permitem reconstruir modos diferentes de escrever português. A Ortografia, enquanto tal, é fixada a partir do último período, mas mesmo assim, ao longo do século XX e no decorrer do XXI, persistem muitas dúvidas na comunidade e isso verifica-se na toponímia, no comércio (logótipos e nomes), nos sinais de trânsito, informações, ou seja, na paisagem com linguagem verbal, não verbal, mista e simbólica. As marcas comprovam a pertinência do tema.

3. Questões de Ortografia na Paisagem Linguística

Como se pôde verificar, o Funchal, em particular a Baixa da cidade, o “pequeno Funchal”, apresenta uma Paisagem Linguística muito diversificada. Restringindo-a unicamente às placas toponímicas, a quantidade é elevada. Elas apresentam-se, ademais, com formatos e modelos diferenciados – pintadas, gravadas, fixadas em paredes ou postes, etc. – indiciando as diferentes épocas nas quais foram concebidas. Embora não se tenham contabilizado todas, porque exigiria um exaustivo e rigoroso trabalho de recolha da toponímia do Funchal, é possível afirmar que um conjunto não suscitará reflexão em torno de questões de Ortografia. Todavia, regista-se outro, um número considerável de placas toponímicas, além de mais elementos que integram a Paisagem Linguística, que tem obrigatoriamente de fazer pensar na escrita. Da observação dos dados compilados, o principal tópico que sobressai é a temática da acentuação gráfica. A colocação dos acentos parece ser um problema antigo na cidade, como o foi sendo, nas publicações de gramáticos, filólogos e linguistas, ao longo dos séculos, segundo a História da Ortografia, anteriormente sintetizada. Assinalam-se vários outros pormenores, e na Ortografia não se espera nada mais senão observar minudências, nomeadamente sinais diversos. Listam-se e exemplificam-se alguns casos para se ter a noção da proporção da temática que interessa considerar, sobretudo quando se propõem mudanças que alteram aprendizagens, como o fizeram o AO1945 e o AO1990, evidenciando as dificuldades de compreensão e aplicação do que não é apreendido. Os vestígios do passado, principalmente na toponímia, mas não só, ficam pela cidade, onde se registam vários fenómenos: acentuação, outros sinais diversos, antropónimos, oralidade, etc.

a) Acentos Gráficos

Há exemplos em que os acentos não estão grafados como seria de esperar (cf. Fotografias 34-35), mas são essencialmente duas as situações predominantes quanto à acentuação, por um lado, verifica-se a sua ausência (cf. Fotografias 36-38: «alfandega», «camara», «gloria») e, por outro, a sua presença, quando não seria esperada (cf. Fotografias 39-40 como em «Ribeiro Sêco» (1883) ou «Flôr»). O caso mais insólito é o de uma rua que numa ponta e na outra apresenta uma e a outra possibilidades, contemplando as duas grafias (cf. Fotografias 41-42), como se fosse aleatório e a ortografia dependesse da vontade do falante e não se tratasse de um assunto comunitário. Na escrita individual, isso até pode suceder e vai acontecendo com quem segue o AO1990, mas é curiosíssimo observar-se o fenómeno a nível de Paisagem Linguística, numa distância tão curta e na mesma artéria, por sinal junto à Escola Secundária Francisco Franco. O melhor exemplo das dificuldades quanto à colocação ou não da acentuação é, sem margem para dúvidas, «beco»/«bêco» (cf. Fotografias 42a, 42b, 42c, 42d). O Funchal é uma cidade com muitos e algumas placas incluem o acento circunflexo, a indicar o timbre fechado da pronúncia da vogal. Noutras, ele é inexistente porque, sendo um paroxítono (a penúltima sílaba é a tónica), a opção dos ortografistas recomenda deixar de marcar a sílaba tónica na escrita, indiciando que os paroxítonos predominam na língua portuguesa.

Fotografia 34 – «água», 2021



Fotografia 35 – «à», 2021



Fotografia 36 – «Alfândega», 2021



Fotografia 37 – «Câmara», 2021



Fotografia 38 – «Glória» e «seco», 2021



Fotografia 39 – «Seco», 2021



Fotografia 40 – «Flor», 2021



Fotografias 41a e 41b – «Rêgo»/«Rego», 2021



Fotografias 42a, 42b, 42c, 42d, 42e, 42f, 42g, 42h – «Beco»/«Bêco», 2021





Os muitíssimos casos com o acento agudo em falta levam a perguntar até que ponto é pertinente acentuar graficamente unidades linguísticas como: «frigorífico», «seminário», «agrícola» ou «além» (cf. Fotografias 43-46). A acentuação gráfica faz falta? Será indiferente colocar ou não um desses sinais na representação escrita? A presença – ou a ausência – deles torna diferentes as unidades linguísticas porque eles permitem identificar a sílaba tónica. A presença, assim como a ausência, possibilita distinguir unidades (cf. Fotografias 47a-47d) e categorias morfológicas como verbo – ele «policia» (policar) e nome – «polícia» (a polícia / as polícias). Veja-se ainda o caso de «aguas» (verbo «aguar») – «águas» (nome «a água»). Os pormenores, como a colocação ou não dos sinais gráficos, fazem a diferença. Evidentemente, isso chama a atenção de quem compreende o funcionamento da língua e observa a paisagem

envolvente. A população que se habitua a informações escritas sem as questionar acaba por não lhes dar valor, nem entender a sua pertinência. Não deixa de ser impressionante verificar que estes vestígios escritos têm largos anos e resultaram em grande medida de um trabalho desenvolvido por falantes que pouca relevância deram à escrita, ou melhor, à escrita adequada e fixada, a ortográfica, mantendo-se nas inscrições os conhecimentos que possuíam e eram fruto da sua época. A acentuação é uma conquista, falando de Património Linguístico, fundamental para perceber como se deve dizer, mas os falantes estão a delapidá-la por não entenderem a sua importância. Há claramente um património a perder-se, embora os acentos sejam como diamantes que, por não brilharem, desvalorizam. Aliás, apenas lhes dá o real brilho, a importância, quem percebe o quanto são funcionais. Pela amplitude do fenómeno, a acentuação gráfica perder-se-á nas próximas gerações. O AO1990 poderá também levar a esse desfecho, quanto à acentuação, por colocar propostas que levam ao seu desaparecimento, levantando uma questão como “nem Antônio, nem António; será Antonio”¹⁸. É certo que alguns vocábulos se têm usado com ou sem acento. Veja-se o caso de «túlipa»/«tulipa» que leva ou não acento consoante se diz como esdrúxula (proparoxítono) ou grave (paroxítono) e fenómenos semelhantes acontecem devido aos usos da população que vai optando pelos paroxítonos, como em «diospiro» (dióspiro) e «logotipo» (logótipo). Assumem dicionários as duas possibilidades, quando seria de esperar a do proparoxítono. A democratização dos usos chega à normalização linguística, nivelando por baixo, pela facilidade, e reencontra-se na paisagem que vai influenciar visualmente a população, como em «Tulipa», em vez de «Túlipa» ou em «agua de lavagem» em vez de «água de lavagem». O vocábulo «água» tende a ser articulado como paroxítono «á-gua» e a articulação do nome não será a mesma da forma verbal paroxítona «a-gu-a».

Fotografia 43 – «Frigorífico», 2021



Fotografia 44 – «Seminário», 2021



¹⁸ Assistiu-se a uma discussão precisamente sobre este tópico num encontro com vários docentes universitários que tinham a língua portuguesa como língua materna e de estudo.

Fotografia 45 – «Agrícola», 2021



Fotografia 46 – «além», 2021



Fotografias 47a, 47b, 47c, 47d, 47e e 47f – «Polícia»/«policia»; «águas»/«aguas»; «agua de lavagem» e «Tulipa», 2021





b) Til

É um sinal que não é um acento, embora muitas pessoas o identifiquem como tal. As vogais nasais levam til a indicar essa qualidade de nasalidade para se distinguirem das vogais orais. Portanto, trata-se de um diacrítico a representar um certo tipo de timbre vocálico¹⁹, já que pode ocorrer em simultâneo tanto com o acento agudo (ex.: “órgão”) como com o circunflexo (ex.: “bênção”). Nestes casos, os acentos, daí a sua relevância, revelam apenas o timbre vocálico (o agudo tende à abertura e o circunflexo ao fechamento) e o til, além de assinalar a nasalidade do ditongo, marca igualmente a sílaba tónica. Encontram-se elementos na paisagem funchalense que vão escritos com til. No entanto, entre eles, há-os em que o til se vai apagando e outros em que ele perde o seu tão característico formato (cf. Fotografias 48a e 48b).

Fotografias 48a e 48b – «João», 2021



c) Antropónimos

A Onomástica estuda tanto a Toponímia como a Antroponímia. Acontece que, relativamente à Paisagem Linguística, os dois campos de investigação se combinam, havendo topónimos com antropónimos, nomes de indivíduos, muitos deles desconhecidos da comunidade, no presente, mas outros ainda reconhecidos no seio comunitário. Os antropónimos são casos singulares a nível ortográfico e não se espera

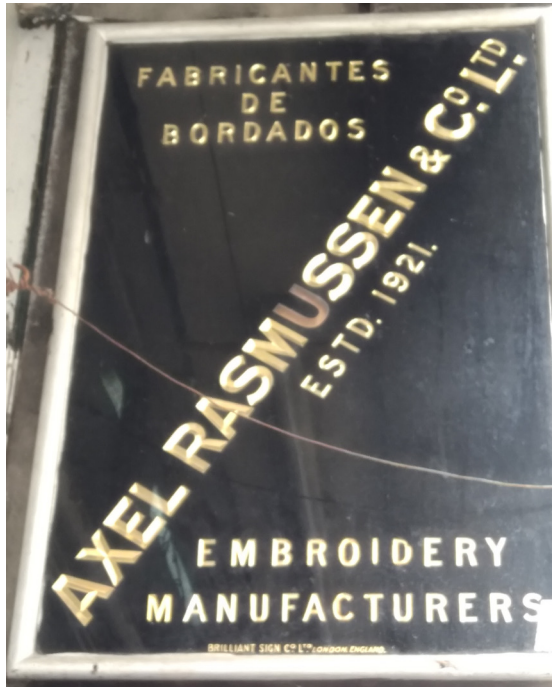
¹⁹ Em português, usa-se unicamente nas vogais, mas, no castelhano, por exemplo, emprega-se também em consoante: <ñ>.

encontrar regularidade. Porém, uns são mais irregulares do que outros. Os exemplos anteriores, «VASCONCELLOS» e «BETTENCOURT» (cf. Fotografias 26 e 27), comprovam que, hoje, manter a originalidade numa grafia pouco comum confere um certo estatuto à pessoa que possui esse Património Linguístico: os nomes identificadores da pessoa e das famílias são os primeiríssimos bens patrimoniais linguísticos de uma criança. Os antropónimos são, realmente, os primeiros bens linguísticos herdados dos antepassados. Antes de qualquer outro bem material, as novas gerações recebem esse legado imaterial que os identifica. Pelo Funchal, registam-se diversos exemplos de especificidade antroponímica (cf. Fotografias 49 e 50) e da sua presença, sobretudo, nas placas toponímicas, mas também em vários comércios. Observando, a título de exemplo, os dois antropónimos do *corpus*, socialmente, parece ter mais carga valorativa «Vasconcellos», com duplo <l>, do que «Vasconcelos», sucedendo o mesmo com «Bettencourt», se se mantiver com <t> dobrado, <ou> e as consoantes finais <rt>. Aliás, esta potência valorativa da originalidade ortográfica do nome apresenta-se apenas dentro de certos limites. Aceita-se a presença de um <y>, por exemplo, porque soa a antigo e aponta para uma ancestralidade da linhagem, mas quando o nome é excessivamente original, já parece não ser de tanto valor quanto os casos anteriores por soar a estranho, a estrangeiro, havendo línguas mais prestigiadas do que outras. Na paisagem, há igualmente diversos nomes estrangeiros com particularidades ortográficas divergentes das da língua portuguesa. Por exemplo, em «Rasmussen», a consoante a assinalar a vogal nasal em posição final não é o <-m> português e a presença de <-n> indicia nome estrangeiro. Porém, descobrem-se igualmente escritas antigas que subsistem em antropónimos como a rua «Conde Cannavial», com <n> dobrado, e muitos outros exemplos persistem, revelando-se autênticos marcos histórico-linguísticos aos olhos atentos dos passantes.

Fotografia 49 – «Perry», 2021



Fotografia 50 – «Axel Rasmussen», 2021



d) Estrangeirismos

A presença de numerosos estrangeirismos, com manifestações ortográficas que não são próprias da língua portuguesa, revelam o quanto o Funchal é uma cidade cosmopolita. O inglês é presença frequente na Paisagem Linguística (cf. Fotografia 9b, cinzeiro público, e Fotografia 51c, «Kiss & Ride») no século XXI, mas outras línguas vão surgindo. Sucede, inclusive, nas placas toponímicas, em especial quando homenageiam indivíduos, com origens estrangeiras, como o Brigadeiro Oudinot (<-ot> final é indicador de nome francês). Porém, o fenómeno estende-se às designações atribuídas a uma grande diversidade de elementos, como, por exemplo, aos edifícios, entre inúmeras outras possibilidades, nomeadamente as publicitárias que têm uma especial atenção à tradução (cf. Fotografias 51a e 51b).

Fotografia 51a, 51b e 51c – Estrangeiros e línguas estrangeiras, 2021



CARREIROS DO MONTE

CARROS DE CESTO
TOBOGGANS DO MONTE
LUGES DO MONTE
RODEL DO MONTE

GRÁTIS
Até aos 5 anos de idade
Up to 5 years old
Jusqu'à 5 ans
Bis 5 Jahre

€25
1 Pessoa
1 Person
1 Personne

€30
2 Pessoas
2 Persons
2 Personnes

€45
3 Pessoas
3 Persons
3 Personnes

MONTE - LIVRAMENTO
2 km

Mediante as condições climáticas não favoráveis, poderemos ter de encerrar.
Climatic conditions not favorable, we may have closed.
Dans des conditions météorologiques défavorables, il se peut que nous devions fermer.
Bei ungünstigen Wetterbedingungen müssen wir möglicherweise schließen

Horário	Business Hours	Heures de travail	Öffnungszeiten
2ª-Feira a Sábado 9h00 às 18h00	From Monday to Saturday From 9a.m. to 6p.m.	De lundi au samedi De 9h. à 18 heures.	Von Montag bis Samstag Von 09.00 Uhr. bis 06.00.

Encerrado | Closed | Fermé | Abgeschlossen*

* Exemplos ilustrados de forma não definitiva. Exemplos ilustrados de forma não definitiva. Exemplos ilustrados de forma não definitiva.



e) Marcas da Oralidade

Além dos estrangeirismos a remeterem para a fala, na paisagem, encontram-se várias marcas linguísticas do registo oral. Podem assumir diversas facetas, indo deste o apóstrofe à transcrição de uma pronúncia e, novamente, a acentuação gráfica pode diferenciar formas de dizer (cf. Fotografias 52-53). É certo que os nomes escolhidos para o comércio são desviantes²⁰ por natureza, mas são o nítido reflexo das escolhas dos falantes em função quer dos seus conhecimentos linguísticos, quer das suas capacidades criadoras movidas para a inovação linguística. Um nome deseja-se original para individualizar, sobretudo no domínio comercial, nem que para isso seja preciso adaptar os significantes dos signos linguísticos. Parece que escrever implica muitas vezes fugir às regras ou readaptá-las. O processo torna-se visível na paisagem urbana em geral e, no presente caso, na funchalense, é notório. Acontece que a escolha do nome se torna também um chamariz e tem de possuir um efeito de surpresa para marcar o consumidor que tenderá a memorizar o nome para o repetir oralmente com facilidade. Este fica marcado, bem gravado e inscrito, na memória. Certas marcas da oralidade subsistem em modos inesperados. Por exemplo, acontece com o registo de alcunhas e parece ser o caso com a «RUA DOS PROFETAS» (cf. Fotografia 54), no centro do Funchal, já que *Profetas* em contexto madeirense remete imediatamente para a alcunha dos habitantes da ilha do Porto Santo. No registo antroponímico, as alcunhas representam designações não oficiais, mas que ganham dimensão e podem assumir um estatuto de oficialização, não deixando de ser marcas de um registo mais coloquial.

Fotografia 52 – «Barato e Bom», 2021



Fotografia 53 – «Penha de Águia», 2021



²⁰ MOUTINHO e COIMBRA, 1997-1998, «VEJAKY sobre Desvios Linguísticos nos Nomes das Lojas».

Fotografia 54 – «Profetas»/«porto-santenses», 2021



f) Abreviaturas

Ao longo dos tempos, a necessidade de encurtar a escrita foi uma constante (cf. ex.: Fotografias 19b e 19c). Assim, as abreviaturas não são um indicador dos tempos acelerados da Modernidade com o uso de telemóveis e de SMS. Resultarão de precisar de espaço²¹ para escrever. O modo como se vai abreviando é que vai sendo diferente. A assinalar a sua presença está um sinal. Trata-se de um ponto a indicar abreviatura, que vai aparecendo e desaparecendo como se fosse irrelevante escrever a abreviatura com ponto, apesar de ser completamente distinto. Se alguém escrever “sem” está a reportar-se a uma preposição que significa ausência e se escrever “sem.” é porque se propõe abreviar um vocábulo, nomeadamente “semestre”. Haverá vocábulos cujas abreviaturas se reconhecem de imediato e, por isso, vai-se prescindindo do ponto da abreviatura, como em “século” – “séc.” (cf. Fotografia 55). No entanto, o pormenor faz toda a diferença, embora haja uma manifesta tendência de desinteresse generalizada relativamente ao assunto. Ora, esta propensão não será de agora ou, então, a Paisagem Linguística revela que os falantes desconhecem matérias que deveriam dominar, enquanto sujeitos alfabetizados. Assim, os exemplos de abreviaturas com sinal e sem ele são vários. O que mais curiosidade suscita a quem se interessa pelo assunto é a abreviatura de «doutor» – «Dr» (segunda consoante minúscula, em itálico, e sem ponto) / «DR.» (segunda consoante maiúscula com ponto depois dela). As duas formas de abreviar o título académico de licenciado (cf. Fotografias 56a e 56c) surge em diversas placas com variação na representação gráfica. Sucede que a variação tem sido tão grande, na escrita de todo o género, inclusive na académica, que a abreviatura se vai fixando por “Dr.”, quando, a aplicar a regra, seria “D.r”. Ademais, é fundamental realçar que a componente final da abreviatura, que vem após o ponto, é colocada em expoente, ou seja, acima da linha, embora também pareça ser uma minudência

²¹ Oralidade – eixo do tempo / Escrita – eixo do espaço: cf. FONSECA, 1994, «A Urgência de uma Pedagogia da Escrita», pp. 147-176.

a que poucos dão relevância. Aliás, nesta sequência de ideias, na comunidade, já se perdeu quase por completo o significado da representação dos números ordinais, em que o “o” e o “a” finais ficam acima da linha em que se escreve (1.º, primeiro, e 1.ª, primeira). No entanto, a tecla de computador com esses sinais tem facilitado em muito a sua resistência ao uso. Na paisagem, a abreviatura de «número» apresenta-se, igualmente, variada na representação: «n.º» e «Nos.» (cf. Fotografias 57a e 57b). Parece ser inquestionável que o ponto será o elemento que mais está sendo esquecido e apagado da abreviatura, embora surja em várias como, por exemplo, «Reverendo» – «REV.» (cf. Fotografia 58).

Fotografia 55 – Abreviatura de «Século», 2021



Fotografias 56a, 56b e 56c – Abreviaturas de «doutor», 2021



Fotografias 57a e 57b – Abreviatura de «número(s)», 2021



Fotografia 58 – Abreviatura de «Reverendo», 2021



g) Hífen

O hífen é um sinal que serve para unir elementos de compostos, formando, por justaposição, signos linguísticos que funcionam como um todo. O seu uso tem sido tão incompreendido que isso se explica ao ler o texto do AO1990, o último até ao momento, embora se vá pensando na imperiosa necessidade de revisão²² por os princípios estabelecidos não serem precisos, nem claros, nem orientadores. A confusão entre os compostos aglutinados e os justapostos ou as combinações de unidades nunca esteve tão intensa na comunidade de falantes. Estes deixaram de compreender a utilidade do hífen e começaram a aglutinar até o que não é recomendado, pelo próprio AO1990, aglutinar, como os vocábulos com formas reduzidas presentes em “alvi-negros”²³, “luso-descendente”, “sócio-cultural” (este tem sido sistematicamente usado aglutinado). Os exemplos a demonstrar o quanto a comunidade vai aceitando a medida, o uso, de cada um são inúmeros. Há largas dúvidas e unidades linguísticas como “Bem-vindo” ou “luso-britânica” vêm registadas sem hífen, existindo casos em que não se percebe se os falantes querem ou não usar o sinal, como em «foto-vídeo», em que “vídeo” leva acento (cf. Fotografias 59-61).

²² Cf. MARTINS, 2019, «Revogar Acordo Ortográfico não seria honesto», in *Expresso*, p. 23.

²³ Aliás, o sistema informático de revisão do computador corrige automaticamente e dá erro, a adequada justaposição!

Fotografia 59 – Hífen, «Bem-vindo», 2021



Fotografia 60 – Hífen, «luso-britânica», 2021



Fotografia 61 – Hífen, «foto-vídeo», 2021



h) Flutuação e Variantes Gráficas

O maior vestígio de instabilidade ortográfica vivenciada após o AO1990 que se deverá perpetuar na paisagem das cidades portuguesas será o tópico enunciado com “consoantes mudas” (cf. Fotografias 62-63). A instabilidade e a confusão é tanta quando se quer estabelecer uma ortografia orientada por questões de pronúncia (extremamente divergente na comunidade de falantes) que a flutuação só pode ser abundante. Provavelmente, os sinais de trânsito serão os elementos da Paisagem Linguística onde isso mais predominará. Veja-se o simples caso de presença/apagamento com «exceto» – «excepto» em alguns exemplos recolhidos pelo pequeno, e pelo grande, Funchal (cf. Fotografias 62a, 62b, 62c, 62d, 62e, 62f). Por curiosidade, numa comparação generalista, se se somassem os sinais de trânsito com e sem consoante muda para «excepto» – «exceto» seriam, acredita-se, quase tantos quanto os existentes para «beco» – «bêco».

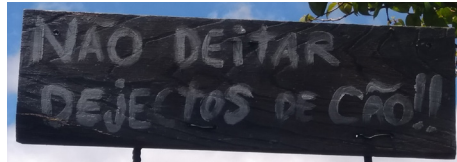
Fotografias 62a, 62b, 62c, 62d, 62e, 62f – «excepto» – «exceto», 2021





A conservação das consoantes mudas, em marcas registadas, nomes próprios, etc. (cf. Fotografias 63a-63d, «óptica», «dejectos», «protecção», «guarda[-]nocturno») é uma constante e vão ficar exemplos em várias placas, mas também em inscrições diversas. É complexo pedir a falantes com 12 ou mais anos de escolarização que deixem de escrever como lhes foi dito estar certo (seguir a ortografia) para, passados uns anos, lhes alterarem as orientações, dando indicações contrárias. As mudanças ortográficas não indicam evolução na língua; apontam unicamente para formas diferentes de a registar. Uma vez estabelecida a Ortografia, por regra, não deveria mudar; caso contrário, as alterações nunca acabarão. Assim, tem de ser singular porque deveria haver uma “orto”grafia e não ter plural como a dupla grafia do AO1990 propõe porque vem confundir e complicar quer a alfabetização, quer criar ruído na comunicação.

Fotografias 63a, 63b, 63c e 63d – Exemplos de “consoantes mudas”, 2021



Poder-se-ia prosseguir com a enumeração de casos da paisagem linguística da cidade que revelam a desvalorização linguística, na escrita do idioma. A situação agravou-se como o AO1990, já que dúvidas e hesitações têm manifestado uma mais acentuada flutuação, e indecisão, por parte dos falantes, encontrando-se lado a lado unidades com e sem aplicação das bases desse documento. Tem gerado uma grande confusão para os falantes que, aleatoriamente, passam a escrever como lhes parece mais conveniente. Isso observa-se em pormenores da Paisagem Linguística da cidade do Funchal. Casos de textos, na paisagem, em que não há coerência na opção, comportando unidades com e sem as orientações do AO1990, são inúmeros. Fica um exemplo para o comprovar, com «Projeto» e «efectuado» (cf. Fotografia 64).

Fotografia 64 – Exemplo de falta de coerência ortográfica, 2021



Considerações Finais

Na noção de “património” prevalece a herança de bens dos antepassados que foi deixada às gerações vindouras. Portanto, é inquestionável que “património” integra, do mesmo modo, os bens herdados dos antepassados e os que se vão constituindo e serão legados às gerações futuras. Por conseguinte, o património comunitário reconstrói-se no presente, ampliando-se, quando não se delapida, o que já existe e se herdou. Isto significa que o património seja ele móvel ou imóvel está em permanente construção e reconstrução. Vejam-se os restauros que, antigamente, alteravam fachadas de edifícios ou os readaptavam. Observem-se as peças que vão surgindo em leilões de antiguidades de patrimónios familiares que se desfazem. Atente-se nos nomes de lojas ancestrais que vão desaparecendo ou se vão esquecendo, até se apagarem da memória comunitária. É um património geral, inclusive linguístico, que está em causa.

O Património Linguístico pode ser directo ou indirecto. É-o directamente quando implica “língua(s)”, no caso dos antropónimos, estrangeirismos e marcas da oralidade. É-o indirectamente quando depende de outro elemento que não é verbal, mas passível de ser verbalizado²⁴. As publicidades com linguagem mista também o podem ser. Logo, a paisagem se não é Paisagem Linguística pode não ser considerada Património Linguístico, mas desde que se usem palavras para falar da paisagem ela, indirectamente, ganha essa dimensão. Aqui, observou-se o Património Linguístico directo através da Paisagem Linguística urbana, realçando principalmente a toponímia.

²⁴ Cf. *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* de 2003 da UNESCO e o conceito de “língua” como veículo de preservação e transmissão do Património Cultural Imaterial.

A análise da Paisagem Linguística da cidade do Funchal é reveladora da História da Ortografia e das três fases pelas quais foi passando o processo de escrita da língua portuguesa, desde o primeiro documento oficial do século XIII, embora a localidade funchalense tenha surgido posteriormente, ou seja, no século XV. Além das inscrições antigas ilustrativas de uma escrita versátil que se facultaram, outras há. Aqui, ficaram uns exemplos com textos e segmentos textuais, alguns mais influenciados pelo latim do que outros. Deu-se um afastamento progressivo, tanto na apresentação – com a separação das palavras – como no registo de <v> e <u>, <i>, <j> ou na presença de consoantes duplas ou, ainda, na acentuação gráfica (que subsiste, após ter sido abolida, ou que não se regista, quando se deveria, por ser essencial). Fica demonstrado que os falantes, incluindo quem concebe as placas toponímicas ou as campanhas publicitárias, embora, à partida, alfabetizados, têm dificuldades com a escrita, ou melhor, a ortografia convencionada, ficando vestígios das flutuações com variantes gráficas a que a comunidade atribui pouca importância.

Com frequência, o falante, enquanto transeunte, não dá relevância ao meio envolvente, à paisagem que o circunda, no seu dia-a-dia. Porém, o estudioso tem de o analisar. Uma paisagem urbana – o pequeno Funchal – e, concomitantemente, rural, mas suburbana – o grande Funchal – permite compreender que o tempo passa pelas pedras da cidade e vai transformando a paisagem. A História da Ortografia da Língua Portuguesa foi ficando registada nos arruamentos e os exemplos apresentados evidenciam-no. A escrita do presente, com todos os equívocos resultantes do AO1990, permanecerá num futuro próximo e num longínquo. A mudança parece estar em curso e encontra-se focada nos meios digitais. Com os códigos QR, podem substituir-se as placas toponímicas ancestrais (cf. Fotografias 65a e 65b). Com esta novidade identificadora, a que se juntam conteúdos, sobretudo históricos, que ultrapassam o simples nome da rua, os transeuntes e os forasteiros nacionais e estrangeiros poderão ter mais informações sobre a cidade. A motivação dos nomes manter-se-á viva, persistindo nessa informação transmitida a nível digital. Assim, continuará a saber-se, por exemplo, quem foi o ilustre Bettencourt cujo apelido ficou na ponte do Bazar do Povo, sobre a ribeira de Santa Luzia, e nas arcadas situadas nas proximidades (cf. Fotografia 27). Desaparecerão as placas toponímicas tradicionais? Mudará a Paisagem Linguística e atingirá o Património Linguístico. As alterações linguísticas poderão manifestar-se a vários níveis. Porém, julga-se que ficarão para a posteridade algumas placas tão características como a que nomeia a «PRAÇA DO MUNICÍPIO» do Funchal, onde a cedilha, mesmo reduzida, resiste.

Fotografias 65a e 65b – Placa antiga e placa recente com QR, 2021



Fotografia 66 – Placa Praça do Município, 2021



Referências Bibliográficas

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1945 – Aprovado pelo Decreto n.º 35 228, de 8 de Dezembro de 1945. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 32/73, de 06-02-1973.

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 – Resolução da Assembleia da República n.º 26/91, in *Diário da República*, I Série – A, n.º 193 de 23-08-1991.

ALVES, Manuel dos Santos, 1993, *O Novo Acordo Ortográfico*, Lisboa, Universitária Editora.

ARAGÃO, António, 1992, *O Espírito do Lugar. A Cidade do Funchal*, Lisboa, Pedro Ferreira Editor.

ARAGÃO, António, 1984, *As Armas da Cidade do Funchal no Curso da sua História*, Funchal, SRTC-DRAC.

BRANDÃO, Raul, 2011, «Visão da Madeira», in *Ilhas Desconhecidas: Notas e Paisagens*, Lisboa, Quetzal, pp. 179-199.

- CASTELEIRO, João Malaca et al., 2007, *Atual: O Novo Acordo Ortográfico*, Lisboa, Texto Editores.
- CASTRO, Ivo, 1991, «A língua portuguesa no tempo e no espaço», in *Falar Melhor, Escrever Melhor*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, pp. 53-89.
- CASTRO, Ivo, 1991, *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.
- CASTRO, Ivo et al., 1987, *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- FONSECA, Fernanda Irene, 1994, «A Urgência de uma Pedagogia da Escrita», in *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, pp. 147-176.
- MARTINS, Christiana, 2019, «Revogar Acordo Ortográfico não seria honesto», in *Expresso*, n.º 2450, Primeiro Caderno, 12-10-2019, p. 23.
- MATOS, Danilo e CARITA, Rui (coord.), 2008, *Funchal: Roteiro Histórico-Turístico da Cidade*, 500 Anos da Cidade do Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- MOUTINHO, Lurdes de Castro e COIMBRA, Rosa Lídia, 1997-1998, «VEJAKY sobre Desvios Linguísticos nos Nomes das Lojas», in *Revista da Universidade de Aveiro/Letras*, n.º 14, pp. 127-141, disponível em http://sweet.ua.pt/rlcoimbra/documentos/rlcoimbra_14RUA_1998.pdf, consultado em 2022-02-25.
- REBELO, Helena, 2021, «Da Paisagem à Paisagem Linguística como Património ou Da Prática à Teoria: Para uma Tipologia da Paisagem Linguística», in *Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n.º 60, 1.º semestre de 2021, pp. 198-221.
- SANTOS, Thierry Proença dos, 2019, «Notas sobre o léxico toponímico presente nos *Anais do Município da Antiga Vila de Machico*», in *Anais do Município da Antiga Vila de Machico*, Machico, Câmara Municipal de Machico.
- TEYSSIER, Paul, 1980, *História da Língua Portuguesa*, trad. port. de Celso Cunha de 1982, Lisboa, Sá da Costa.
- UNESCO, 2003, *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, disponível em unesco.org, consultado em 2022-02-25.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e LUZ, Maria Albertina Mendes da, 1988, *Gramática da Língua Portuguesa*, trad. de Ana Maria Brito e Gabriela de Matos. Lisboa, Edições 70.
- VENÂNCIO, Fernando, 2019, *Assim Nasceu uma Língua: Sobre as origens do português*, Lisboa, Guerra & Paz.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2013, «Toponímia do Funchal», in *Blogue Passos na Calçada*, disponível em <https://passosnacalçada.wordpress.com>, consultado em 2022-02-25.
- WALTER, Henriette, 1996, «O Português», in *A Aventura das Línguas do Ocidente*, Lisboa, Terramar.

Notas Históricas para o Estudo de um Itinerário da Alimentação, com Origem na Farinação dos Cereais, nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira

Historical Notes for the Study of a Food Itinerary, with Origin in Cereal Flour, in the Azores and Madeira Archipelagos

Duarte Nuno Chaves¹

Resumo

A produção de alimentos, com origem na farinação dos cereais, é uma das formas primárias de subsistência alimentar da humanidade. Como resultado desses processos, encontramos um conjunto de alimentos que são obtidos pela cozedura da massa proveniente da moagem dos cereais – a massa cozida em forma de bolo (pão), a massa cozida em forma de papas e a massa frita.

O presente texto tem como objetivo principal contribuir para a criação de um itinerário dos produtos gastronómicos, com origem nos métodos de farinação cerealífera, nos arquipélagos dos Açores e Madeira, permitindo, assim, o conhecimento sobre a origem [base] da dieta alimentar insular, nos dias de hoje, tendo como suporte o estudo e os resultados preliminares do trabalho de campo realizado, no período de 2019 a 2022,

¹ Doutor em História da Arte pela Universidade de Évora completou, em 2020, o Pós-Doutoramento, enquanto bolseiro do Fundo Regional de Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores, com projeto intitulado: *Religiosidade e memória coletiva em contexto de turismo cultural*. Investigador do CHAM – Centro de Humanidades da Universidade dos Açores, desde 2008, com o qual colabora, participa e coordena vários projetos dedicados ao estudo do Património Cultural Imaterial sendo, atualmente, subdiretor da referida instituição e membro da Comissão Coordenadora Científica deste centro na Universidade dos Açores. Enquanto docente universitário leciona disciplinas nas áreas da Inventariação Museológica e Património Cultural, nas licenciaturas de História, Turismo e Pós-Graduação em Turismo Cultural. Em 2018, o seu livro *As Imagens de Vestir da Procissão dos Terceiros: Um legado franciscano em S. Miguel, Açores, séculos XVII a XXI* foi galardoado com o prémio “Lusitania-História de Portugal”, da Academia Portuguesa da História. Ainda de referir a sua atividade enquanto produtor e realizador de documentários de cariz histórico e antropológico, aproveitando o campo do audiovisual e das humanidades digitais como suporte de produção de fontes. Inserido na linha temática “Património e Memória” do CHAM está a realizar, presentemente, um conjunto de documentários onde é elaborado um levantamento das tradições gastronómicas no arquipélago dos Açores. Contacto eletrónico: duarte.ns.chaves@uac.pt.

inserido no projeto de investigação da Universidade dos Açores *TASTE – Taste Azores Sustainable Tourism Experiences*.

Apesar da nossa investigação incidir essencialmente nas ilhas açorianas, efetuamos alguns paralelismos existentes com o arquipélago da Madeira, esperando assim contribuir para uma história da alimentação insular e atlântica que urge construir.

Palavras-chave: Alimentação; Cereais; Farinação; Itinerário; Património; Tradição.

Abstract

Food production, originating from the flouring of cereals, is one of humanity's primary forms of food subsistence. As a result of these processes, we find a set of foods that are obtained by cooking the dough from the milling of cereals – the dough cooked in the form of a cake (bread) and the dough cooked in the form of porridge and the fried dough.

The main objective of this article is to contribute to the creation of an itinerary of gastronomic products, based on the methods of cereal flouring, in the Azores and Madeira archipelagos, thus allowing knowledge about the base of the insular diet, nowadays, supported by the study and preliminary results of the field work carried out, from 2019 to 2022, as part of the research project of the University of the Azores, *TASTE – Taste Azores Sustainable Tourism Experiences*.

Although our research focuses essentially on the Azorean islands, we made parallels with the archipelago of Madeira, hoping to contribute to a history of insular and Atlantic food that urges to be written.

Keywords: Food; Cereals; Flouring; Itinerary; Heritage; Tradition.

Nota Introdutória

A redação deste artigo insere-se na pesquisa que nos encontramos a realizar para o projeto de investigação *TASTE – Taste Azores Sustainable Tourism Experiences*. Este é um projeto da Universidade dos Açores que conta com a participação do CEEAplA – Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico e com o CHAM – Centro de Humanidades da Universidade dos Açores, em colaboração com a Direção Regional de Cultura dos Açores e com várias entidades públicas e privadas, sendo financiado pelo PO Açores 2020.

Neste projeto, podemos encontrar a colaboração de investigadores nas áreas do Audiovisual, Antropologia, Turismo e História. Nesse âmbito, gostaríamos de mencionar a participação da investigadora Élia de Sousa que colaborou no projeto, na implementação do trabalho de campo e na elaboração de diversas fichas de recolha que contribuíram para o resultado final deste trabalho.

O projeto *TASTE* tem como principal objetivo contribuir para o conhecimento do arquipélago dos Açores, através da valorização da gastronomia e da produção

vinícola regional, promovendo, assim, as diversas manifestações de património cultural imaterial, como elemento identitário da cultura local e da herança gastronómica e vinícola destas ilhas atlânticas.

Embora a nossa investigação incida essencialmente no arquipélago dos Açores, apresentamos como objeto de estudo, para a redação do presente artigo, um contributo para um melhor conhecimento sobre a relevância que os cereais e os derivados dos processos da farinhação apresentam na dieta alimentar de açorianos e madeirenses, tendo como base de análise as reminiscências de uma história da alimentação que urge construir.

Este trabalho serve, ainda, para apresentar alguns dos resultados das recolhas de campo que realizámos ao longo do arquipélago dos Açores, no âmbito do projeto *TASTE*. As evidências preliminares, agora apresentadas, referem-se às primeiras recolhas que efetuamos nos concelhos do Nordeste e Ribeira Grande (S. Miguel), S.^{ta} Cruz da Graciosa (Graciosa), S.^{ta} Cruz das Flores e Lajes da Flores (Flores) e Vila do Corvo (Corvo).

O imaginário histórico-cultural do mundo insular alimenta-se, em grande parte, de memórias comuns que constroem a sua identidade singular e coletiva, sendo que o calendário religioso e o ano agrícola estabeleciam o mote para os seus hábitos alimentares. As tradições gastronómicas insulares e atlânticas são fruto da influência da alimentação praticada pelos seus primeiros povoadores, sendo que no caso açoriano, temos que analisar o fenómeno da alimentação no arquipélago, não como um todo, mas antes, enquanto nove realidades culturais que se complementam. Sobre esta questão somos da opinião que estamos num patamar muito primário, particularmente na produção de um aporte historiográfico sobre as tradições alimentares nos Açores.

A preocupação da generalidade dos investigadores com as questões relativas à história da alimentação apenas produziu efeito em meados do século XX, tendo nesta altura como campo de reflexão e de investigação, particularmente ao nível da história económica e social. Paralelamente, o diálogo interdisciplinar com a etnologia e a antropologia tem vindo a contribuir para o avançar de novos estudos.

No que se refere ao arquipélago dos Açores, pouco sabemos das envolvências da alimentação conventual, palaciana e do povo, pelo menos até ao século XIX. Nos últimos anos temos assistido à edição de algumas obras essencialmente de carácter culinário, fruto de uma dinâmica do fenómeno turístico, às quais falta uma análise às diversas ligações medievais do povoamento e à formação de uma sociedade estratificada durante a Idade Moderna, onde predominaram um conjunto de hábitos alimentares balizados pelo calendário litúrgico.

O primeiro estudo conhecido e com dados científicos credíveis foi efetuado por um dos pioneiros da antropologia em Portugal, o micalense Arruda Furtado (1854-1887). No final de Oitocentos, aponta-nos no sentido de uma autossuficiência alimentar, baseada na utilização do milho, quer na forma de pão, ou cozido em água, as favas, o inhame, a batata-doce e a couve, fragmentos de peixe salgado, cebola, alho, vinagre, manteiga de porco, sal, pimenta, mogango, melancia, melão, figos, nêspers e a laranja. «O leite não constitui presentemente uma alimentação predominante, nem mesmo para os pastores, como em certas populações doutros países»².

Uma das fontes à qual podemos ter acesso na atualidade e que nos apresenta indicadores sobre a evolução dos hábitos alimentares dos habitantes de algumas das ilhas do arquipélago, no século XIX, são os registos dos viajantes que aportaram nestas ilhas. Exemplo desta realidade são os irmãos Bullar, viajantes britânicos que passaram pelos Açores, em 1838, descrevendo precisamente esta realidade, que seria estudada cinquenta anos mais tarde por Arruda Furtado: «Consiste principalmente de hortaliças a alimentação da gente pobre. [...] uma comida quente que parecia saborosa constituída por batatas cortadas aos pedacinhos, couves, feijões, funcho e pão de milho, tudo cozinhado com banha de porco»³.

O investigador terçeirense Augusto Gomes (1921-2003), considerado como uma das principais referências para o estudo da gastronomia açoriana, é, ainda nos dias de hoje, uma fonte marcante para o estudo da culinária nos Açores e um importante repositório do receituário das ilhas, através das suas publicações *Cozinha Tradicional da Ilha Terceira* (1982), *Cozinha Tradicional da Ilha de São Miguel* (1988), *Cozinha Tradicional da Ilha de Santa Maria* (1998), *O Peixe na Cozinha Açoriana – e Outras Coisas Mais* (2001). Estas publicações para além do seu carácter culinário, brindam-nos com os saberes-fazer de uma gastronomia regional.

Em 1997, foi publicado na revista *Arquipélago* o artigo «O Pão no Arquipélago dos Açores: mudança e articulação das técnicas de cozedura» da autoria do investigador e docente da Universidade dos Açores, Rui de Sousa Martins. Este trabalho, de extrema importância para o estudo da relevância das tradições envolvidas da panificação, efetua um levantamento monográfico sobre os métodos de cozedura em todas as ilhas açorianas, fruto de um trabalho de campo realizado nas décadas de 80 e 90 da centúria passada⁴.

² Cf. FURTADO, 1884, *Materiais para o estudo antropológico dos povos açorianos. Observações sobre o povo micalense*.

³ Cf. BULLAR, 1986, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, p. 105.

⁴ Cf. MARTINS, 1997, «O Pão no Arquipélago dos Açores: mudança e articulação das técnicas de cozedura», pp. 119-170.

«As farinhas foram sempre uma componente essencial da alimentação açoriana, sendo consumidas sob a forma de papas e de amassaduras, com ou sem fermento, cozidas na brasa, sobre uma laje, no grelhador de barro, na fornalha, no forno e ainda um caldo ou fritas numa gordura»⁵.

Uma das definições que o autor em causa apresenta, para a definição de pão no arquipélago dos Açores, com referência a Héléne Balfet, consiste em «farinha amassada firme a que se deu determinada forma fixada pela cozedura», acrescentando que adota um conceito mais alargado onde «engloba os bolos fritos e os que são cozidos num caldo»⁶. No entanto, este autor clarifica esta definição, tendo em conta o contexto em que se insere, referindo que

«na linguagem popular açoriana, este termo aplica-se exclusivamente às massas fermentadas de cereais (trigo, milho, cevada), de forma convexa e cozidas no forno. As amassaduras de farinhas de cereais, de rizomas ou de sementes de leguminosas, com ou sem fermento, tendidas de forma circular e pouco espessa, cozidas num grelhador ou no forno são designadas pelo nome de *bolo*»⁷.

1. As Ligações Arquipelágicas

No período do povoamento, no século XV, alargado ao longo de toda a Idade Moderna, os arquipélagos da Madeira e Açores serviram de placa giratória da navegação europeia, em direção e retorno do continente africano e do Novo Mundo. Por via desta influência, a base das tradições alimentares destes ilhéus está assente na chamada Dieta Mediterrânica. Nos dias de hoje, temos um conjunto de receitas e práticas alimentares que percorrem quase 600 anos de história em comum, e que são elementos característicos do povo insular e atlântico.

Nesta perspetiva, os arquipélagos da Madeira e dos Açores apresentam um vínculo, quase que “umbilical”, desde o seu período de povoamento. Com uma matriz fortemente religiosa, a fé foi um catalisador para ultrapassar momentos de grande aspereza social, motivada pelo isolamento a que estas ilhas estiveram sujeitas até quase à segunda metade do século XX. Segundo Alberto Vieira (1956-2019), o facto de estes arquipélagos estarem no mesmo espaço oceânico, eixo fundamental para

⁵ Cf. MARTINS, 1997, «O Pão no Arquipélago dos Açores: mudança e articulação das técnicas de cozedura», pp. 120-121.

⁶ Cf. Notas do “itinerário do pão” da autoria de Élia de Sousa no âmbito do projeto *TASTE*, disponível em taste.tetrapi.org/itinerarios/. Vd. MARTINS, 1997, «O Pão no Arquipélago dos Açores: mudança e articulação das técnicas de cozedura», p. 121.

⁷ Cit., MARTINS, 1997, «O Pão no Arquipélago dos Açores: mudança e articulação das técnicas de cozedura», pp. 121-124.

a expansão europeia e particularmente para os impérios ibéricos, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, gerou uma maior aproximação cultural entre estas duas regiões⁸.

As ilhas que compõem os arquipélagos da Madeira e Açores já se encontravam referenciadas na cartografia europeia, desde meados do século XIV, tendo sido iniciados os seus processos de povoamento e imposição de direito de propriedade, por parte de Portugal, na primeira metade do século XV. A Madeira no período de 1418 a 1420 e os Açores de 1432 a 1450.

Enquanto arquipélagos com soberania portuguesa, tiveram uma ação importante no processo da descoberta/ocupação e posterior expansão de Portugal nos séculos XV a XVII. Estes espaços geográficos insulares, exerceram relevantes papéis enquanto áreas estratégicas e zonas económicas e ainda de apoio à navegação oceânica. Citando as palavras do historiador madeirense Alberto Vieira: «Para nós, insulares, as ilhas são quase sempre o centro do mundo, mas a Historiografia europeia sempre as definiu como escalas, pontes entre o Novo e o Velho Mundo»⁹.

Em 2018 e 2019 celebraram-se os “600 Anos do Descobrimento das Ilhas do Porto Santo e Madeira” pelos portugueses. Este foi o primeiro arquipélago português a apresentar uma ocupação efetiva por parte do Império Português, tendo esta situação contribuído para a implementação de um conjunto de estruturas institucionais, sociais e de governança, que seriam mais tarde replicadas em outros espaços de ocupação portuguesa¹⁰.

Na sequência do que aconteceu com os restantes arquipélagos atlânticos, as ilhas da Madeira e Porto Santo são do conhecimento dos navegadores a soldo de Portugal e Castela, situação atestada pela cartografia da época (século XIV), nomeadamente: a carta atribuída aos irmãos Pizzigani (1367); o denominado Atlas Medicis ou Mediceo (c. 1370); o planisfério catalão de Abraão Cresques (1375); a carta de Pinelli-Walckenaer (c. 1384); a carta de Sollerli (1385). Do início de Quatrocentos, cite-se a carta de Pasqualini (1408) com todas as ilhas legendadas em português¹¹.

A hospitalidade madeirense é uma referência histórica desde o século XV, tendo esta sensibilidade do “acolhimento” exercido um fascínio, na segunda metade do século XVII e princípios da centúria seguinte, a um conjunto de viajantes e cientistas, sendo que esta realidade aliada às supostas qualidades profiláticas do clima,

⁸ Cf. VIEIRA, 2017, «Memória e Identidade Insular de Gaspar Frutuoso à atualidade», p. 45.

⁹ Cf. VIEIRA, 2017, «Memória e Identidade Insular de Gaspar Frutuoso à atualidade», p. 45.

¹⁰ Cf. VIEIRA, 2017, «Da Madeira e dos Açores: Lugares da memória comum com tradições e conflitos», p. 277.

¹¹ Cf. VERÍSSIMO, 2016, «Descobrimento e povoamento do arquipélago da Madeira».

na cura da tuberculose, cativaram a atenção de novos forasteiros no limiar de Oitocentos. Esta situação potenciou a ilha como um importante destino turístico em Novecentos, repercutido até à atualidade¹².

Quanto aos Açores, algumas correntes historiográficas apontam o conhecimento da existência do arquipélago, por parte de navegadores e cartógrafos, num período anterior ao século XV, estando estas evidências assentes em fontes literárias e cartográficas que aludem para a existência de ilhas a norte da Madeira, em mapas datados de 1375 e 1413¹³. No entanto, e segundo Rui Carita, as fontes cartográficas mais credíveis pertencem aos mapas de Battista Beccario, de 1435 e do catalão Gabriel Valseca, de 1439. Será na legenda do portulano de Valseca que deparamos com uma das mais importantes fontes para o descobrimento das ilhas, na qual vem mencionado um tal de «diego de (?) pelot del rey de Portugal», apontado por diversos historiadores como sendo Diogo de Silves¹⁴.

O que nos dias de hoje se encontra associado à imagem da identidade cultural dos açorianos está diretamente ligado à diversidade multicultural dos primeiros povoadores, aliada a uma forte influência da Igreja Católica. Segundo Susana Goulart Costa, até meados do século XVIII, os açorianos, de uma forma geral, são profundamente crentes e manifestam a sua devoção e fé de uma forma veemente¹⁵. Esta penetrante religiosidade é exibida num “ADN” cultural muito vincado, e que apresenta constantes mutações na pluralidade cultural de cada uma das nove ilhas.

Avelino de Freitas de Meneses alerta-nos para o facto do açoriano, desde os primeiros séculos, ter um fascínio pelo Ultramar, em busca de novas oportunidades quando na ilha já não encontra forma de subsistência: «a história social dos Açores comporta simplesmente duas épocas. De início, um tempo curto de ingresso de gente, equivalente à humanização da paisagem; por último, um tempo longo de saída de gente»¹⁶. Este segundo momento vai comportar uma emigração que se perpetuará ao longo dos séculos para várias paragens, particularmente em direção às Américas.

As migrações populacionais da Madeira para os Açores foram uma realidade e uma constante, sendo esta uma situação que se encontra devidamente estudada e publicada, havendo, inclusive, itinerários genealógicos bem definidos entre estes dois arquipélagos.

¹² Cf. VIEIRA, 2008, «A História do turismo na Madeira: Alguns Dados para uma Breve Reflexão», pp. 95-117.

¹³ Cf. CARITA, 2008, «O descobrimento dos Açores», p. 51.

¹⁴ Cf. CHAVES, 2020, «Nota de abertura», pp. 11-20.

¹⁵ Cf. COSTA, 2008, «A Igreja: implantação, práticas e resultados», p. 144.

¹⁶ Cf. MENESES, 2008, «O povoamento», p. 76.

A nível económico e comercial, madeirenses e açorianos por diversas vezes cruzaram interesses, bem como fluxos migratórios, de uma forma mais acentuada da Madeira para os Açores, nos séculos XV e XVI. As rotas marítimas, como única forma de contacto, até ao século XIX, sempre mantiveram estes povos insulares em permanente boa vizinhança cultural e económica.

«A Madeira, pela posição charneira entre os Açores e as Canárias e pela anterioridade no povoamento, foi, desde meados do séc. XV, um importante viveiro fornecedor de povoadores para estes arquipélagos e elo de ligação entre eles; funcionou mais como polo de emigração para estas ilhas do que como área recetora de imigrantes. Se exce-tuarmos o caso dos escravos guanches e a vinda de alguns dos conquistadores de Lanzarote, podemos afirmar que o fenómeno de imigração é quase nulo, não obstante, no séc. XVI, os açorianos surgirem com alguma expressão no Funchal»¹⁷.

Ainda, segundo Avelino de Freitas de Meneses, este caracteriza a transferência dos insulanos madeirenses para os Açores, como o primeiro giro dos ilhéus, referindo-se ao processo de povoamento das ilhas açorianas e a consequente influência madeirense e porto-santense, no povoamento das ilhas de S.^{ta} Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa e Pico. Esta situação tem início no século XV, mas com repercussões ao longo da centúria seguinte¹⁸. Prova desta realidade são as ascendências genealógicas de várias famílias destas ilhas que têm origem madeirense nas suas linhagens.

Em 1474 a capitania de S. Miguel é vendida por João Soares de Albergaria a Rui Gonçalves da Câmara (c. 1430 – 1497), segundo filho de João Gonçalves Zarco, sendo este o período em que registamos a vinda de um grande contingente de indivíduos madeirenses para os Açores. Segundo o investigador Igor França, esta realidade está refletida «pela vivência percursora da humanização da paisagem na Madeira, que inspira a repetição de experiências nos Açores, como evidencia a introdução de videiras na ilha do Pico, ou a tentativa de cultivar a cana-de-açúcar, muito apelativa pelos elevados rendimentos que proporcionava»¹⁹. Em relação ao Pico a historiadora Susana Goulart Costa, a propósito da economia picoense no século XV, reforça e justifica a influência da experiência madeirense neste processo²⁰. No que diz respeito à produção da cultura sacarina, a ocorrência de pragas ditou um fim prematuro a este tipo de agricultura nos Açores.

¹⁷ Cit., VIEIRA, 2016, «As relações da Madeira com os Açores».

¹⁸ Cf. MENESES, 2008, «O povoamento», p. 95.

¹⁹ Cf. FRANÇA, 2017, «O contributo Madeirense no Povoamento dos Açores», p. 28.

²⁰ Cf. COSTA, 1998, «A economia picoense entre os séculos XV e XVIII: um exemplo ambíguo de uma periferia», pp. 81-101.

2. O Bolo (Pão)

«O pão de que há notícia, muitos séculos antes de Cristo, terá sido um dos principais alimentos do homem, que ingeriu à laia de papas, depois de bem triturar o cereal. Com a evolução do tempo, o homem afastou-se do seu ambiente natural, deixando de comungar com a natureza, desviou-se das condições que se lhe ofereciam com uma vida natural, deixando-se iludir com o gosto dos manjares mais ouros, perdendo, a pouco e pouco, o instinto que se lhe permitia escolher e distinguir os alimentos que mais convinham ao seu organismo»²¹.

Ao falarmos do pão e do seu peso na alimentação dos insulares, teríamos que discorrer sobre um sem-número de manifestações alimentares inclusas nos dois arquipélagos. A expressão religiosa “o pão nosso de cada dia” demonstra a importância que este teve, e continua a ter, na base da nossa dieta alimentar.

A difusão e proliferação, na maioria das casas, da cozedura do pão em fornos de lenha, essencialmente comunitários, nos arquipélagos dos Açores e Madeira, é algo que remonta a meados do século XIX. Sendo a sua confeção, no seio das famílias mais desfavorecidas, efetuada em grelhadores pétreos e/ou de barro, deu origem a algumas tipologias de pão (bolo), como sejam o bolo do caco (Madeira e Porto Santo) e a escarpeada (Porto Santo). No arquipélago dos Açores encontramos o bolo lêvedo (S. Miguel) e o bolo da sertã tradicional em S. Miguel, S. Jorge e no Pico, também conhecido como bolo de laje no Pico.

«O forno era uma exigência das casas mais destacadas. Os demais estavam dependentes do forno público, no início propriedade do capitão do donatário. Em algumas casas solarengas do meio rural, apresentavam mais que um forno em que se cozia o pão para a família, colonos e criados. António Carvalhal, em Ponta Delgada, é exemplo disso, tendo nos seus fornos lugar à cozedora de mais de trinta moios de trigo por ano»²².

Poderemos falar de um pão dos Açores e um pão da Madeira? Não nos vamos preocupar com esta questão, mas obviamente existiram algumas afinidades arquipelágicas e inclusive entre ilhas do mesmo arquipélago. A investigadora da Universidade da Madeira, Helena Rebelo, no seu artigo «Pão madeirense (hipónimos): pão da ou na Madeira? Questões regionais de cultura e de Património Linguístico», escreve sobre a expressão “pão da Madeira”, particularmente sobre a acalorada discussão familiar entre as diferenças do “bolo do caco” do Porto Santo e o da Madeira. Sobre isto, a autora explica que o primeiro tem essencialmente trigo e o

²¹ Cit., GOMES, 1997, *Cozinha Tradicional da Ilha de São Miguel*, p. 26.

²² Cit., VIEIRA, 2004, *A Mesa e a cozinha na História madeirense*.

segundo “batata”, ou seja, batata-doce. Esta situação leva a uma distinção no sabor, embora o nome se mantenha o mesmo²³.

Mas se dermos um “salto” ao arquipélago vizinho, particularmente ao Vale das Furnas, na ilha de S. Miguel, encontramos um “primo” do bolo do caco – o bolo lêvedo. É muito idêntico, no processo de confeção, ao bolo madeirense, através de um grelhador metálico (sertã), e na própria forma, mas distinto no sabor, pois é um bolo adocicado. É uma receita leve, elaborada com açúcar, farinha, leite, ovos e fermento. Quanto à sua origem ainda pouco se sabe, mas atendendo aos ingredientes que estão no seu receituário, o mesmo é recente, provavelmente uma mutação de uma outra tipologia de pão que terá ocorrido ao longo do século XIX nesta região.

Figura 1 – Bolo do caco e bolo lêvedo



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, 2021.

Figura 2 – Vista transversal do bolo lêvedo e do bolo do caco



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, 2021.

²³ Cf. REBELO, 2021, «Pão madeirense (hipónimos): pão da ou na Madeira? Questões regionais de cultura e de Património Linguístico», p. 193.

Ao longo do trabalho de investigação do projeto *TASTE* está a ser elaborado um itinerário, no qual poderemos presenciar histórias de vida em torno de alguns produtos típicos açorianos, como sejam: o bolo da sertã, bolo de laje, bolo lêvedo, broa de milho, massa sovada; pão de véspera; pão de mistura; pão de milho; pão de trigo; pão regional; pão de rosca, entre outros. Os registos estão centrados no processo de fabricação em panificação artesanal e industrial, sendo de destacar um papel predominantemente feminino nos processos de laboração das padarias que tivemos a oportunidade de visitar em muitas das ilhas do arquipélago.

Sobre esta identidade partilhada e as suas vivências atuais, será interessante examinar a afirmação da investigadora Helena Rebelo, quando fala do papel da mulher no processo de confeção e fabrico do pão, na Madeira, em comparação com a realidade açoriana:

«Culturalmente, é necessário observar que, no passado, o “pão” era, sobretudo, uma tarefa feminina. Eram as mulheres que preparavam a massa e que estavam envolvidas em todo o processo caseiro do fabrico do pão. Agora, com a sua intensa industrialização, é, predominantemente, um trabalho masculino. Há, cada vez mais, padeiros, em vez de padeiras. Encontrando-se eles envolvidos na criação constante de novos pães. Por exemplo, o que dizer de um exemplar como a “joana grande”? Será este pão genuinamente madeirense? Sê-lo-á da ilha da Madeira?»²⁴

Figura 3 – O papel predominantemente feminino, nos processos de laboração das padarias açorianas; Coop. Panificação Alegria Paz, C.R.L, panificação situada em Lomba da Fazenda, Nordeste, Açores



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, direitos de imagem de *TASTE – Taste Sustainable Tourism Experiences*, 2019.

²⁴ Cit., REBELO, 2021, «Pão madeirense (hipónimos): pão da ou na Madeira? Questões regionais de cultura e de Património Linguístico», pp. 185-200.

2.1. O Bolo do Caco

A importância do pão na dieta alimentar dos primeiros habitantes das ilhas atlânticas da Madeira e Açores foi fundamental para uma primeira progressão do processo de povoamento. Neste período, estabeleceram-se limites de importância espacial nos espaços circundantes dos moinhos e fornos, inseridos no processo de transformação da farinha e a consequente confeção do pão, tornando-se como áreas de sociabilidade das populações, estabelecendo-se, assim, consequentes teias de relações sociais e económicas, que marcaram a vida das ilhas²⁵.

A nossa base alimentar está assente na chamada Dieta Mediterrânica, mas acabamos por construir um conjunto de itinerários da nossa tradição alimentar que é muito característica destes povos insulares e atlânticos. A relação das práticas alimentares e dos rituais contribuíram para a coesão social. Nos dias de hoje temos um conjunto de receitas e práticas alimentares que percorrem quase 600 anos de história em comum, e que são elementos característicos do povo insular e atlântico.

Segundo Alberto Vieira, uma das principais preocupações dos primeiros povoadores foi assegurar a sua subsistência, daí resultando a importância que assumiu a produção de trigo: «Algumas das tradições culinárias, como a sopa-de-trigo, o cus-cuz, pão-de-trigo-da-terra e o bolo do caco, e a necessidade do colmo para cobrir casas e justificam esta persistência da cultura do trigo»²⁶.

A utilização dos diversos apetrechos de uso doméstico, usados na alimentação primitiva, está relacionada com a tipificação do espaço habitacional dos fogos iniciais, nos arquipélagos da Madeira e Açores, e à inexistência do forno doméstico nestas áreas familiares. Exemplo dessa realidade é o facto de as populações confecionarem o pão (bolo cozido) em placas tijolo aquecido, que serviam simultaneamente para o assamento de determinados alimentos.

Um desses exemplos é o bolo do caco, “imagem de marca gastronómica” do arquipélago da Madeira. Na confeção do bolo do caco, também conhecido como bolo na pedra (pão de trigo de forma redonda e achatado), originalmente era cozido numa pedra de “tufo lapili (o caco)”, previamente aquecida, conhecida localmente por cantaria mole vermelha²⁷.

²⁵ Cf. VIEIRA, 2016, «O Trigo e o Pão “nosso...” na capitania de Machico», p. 41.

²⁶ Cf. VIEIRA, 2016, «O Trigo e o Pão “nosso...” na capitania de Machico», p. 28.

²⁷ Vd. FERREIRA, 2016, «Acesso às Coleções em Reserva. Gastronomia Tradicional: O Bolo do Caco».

Segundo o antropólogo Rui de Sousa Martins,

«A derradeira fase da preparação do bolo de trigo ou de milho é a cozedura. O utensílio mais rudimentar, utilizado para o efeito, era a laje de rocha vulcânica favada que adquiriu a forma mais ou menos circular. O uso do grelhador pétreo deve retomar ao povoamento das ilhas, tendo servido ainda no século XIX e muito raramente nos princípios do século XX [...] são análogos à pedra do bolo de Pitões das Júnias Trás-os-Montes, que terá sido usada igualmente no Minho e na Galiza».

De uma forma geral encontramos referências a este sistema de cozedura no resto da Europa, Norte de África e no Brasil²⁸.

Figura 4 – Confeção do bolo do caco em chapas metálicas, ilha da Madeira



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, 2017.

Figura 5 – Comercialização do bolo do caco na atualidade



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, 2021.

²⁸ Cf. MARTINS, 1997, «O Pão no Arquipélago dos Açores: mudança e articulação das técnicas de cozedura», pp. 128-131.

2.2. O Bolo da Sertã ou do Tijolo

Quando, em 1474, a capitania de S. Miguel foi vendida por João Soares de Albergaria a Rui Gonçalves da Câmara, para além da chegada de contingentes migratórios, vamos assistir ao aparecimento de novas culturas e técnicas de produção. Segundo Igor França, esta realidade está refletida «pela vivência percursora da humanização da paisagem na Madeira, que inspira a repetição de experiências, como evidencia a introdução de videiras na ilha do Pico, ou a tentativa de cultivar a cana-de-açúcar, muito apelativa pelos elevados rendimentos que proporcionava»²⁹.

Eventualmente estas famílias madeirenses exportaram para os Açores a forma de cozer o pão em grelhador pétreo, tendo adotado e evoluído para o objeto que hoje é conhecido como sertã ou tijolo.

A utilização do grelhador pétreo é referenciada em diversas civilizações, não existe uma datação precisa com relação à origem deste objeto, apenas sabemos que estará relacionada com o emprego de um suporte de pedra aquecido, no qual eram assentados determinados alimentos, designadamente o pão ázimo.

No arquipélago dos Açores vamos assistir a utilizações desta técnica em grelhadores que utilizam o barro como elemento de dissipação do calor, objeto que vulgarmente é denominado de sertã. Segundo Carreiro da Costa,

«poderemos afoitamente afirmar que o termo sertã vem daí, dessas remotas civilizações, tanto do Oriente como das Américas, donde quer que as respetivas populações nómadas houvessem recorrido, como ainda recorrem a esse curioso processo de preparar alguns dos seus mais típicos alimentos»³⁰.

No entanto, o mesmo Carreiro da Costa, em 1963, no Emissor Regional dos Açores, refere que este utensílio de cozinha não se encontrava em todas as ilhas, apenas restrito às que tinham olarias, como S.^{ta} Maria, S. Miguel e Terceira³¹. Destaca ainda o fabrico em S. Miguel, mencionando que,

«o barro empregado é de inferior qualidade, recorrendo os oleiros, para uma melhor liga, ao emprego de areia, e, ao que parece, noutros tempos, à bosta de rês depois de seca e triturada. A face inferior é demasiada áspera e irregular, mas a superior não se mostra, no entanto muito lisa»³².

O princípio da utilização da sertã é análogo à aplicação da cantaria mole vermelha, aproveitada na Madeira para confeccionar o bolo do caco, mas neste caso

²⁹ Cf. FRANÇA, 2017, «O contributo Madeirense no Povoamento dos Açores», p. 28.

³⁰ Cf. COSTA, 1991, *Etnologia dos Açores*, p. 567.

³¹ Cf. COSTA, 1991, *Etnologia dos Açores*, p. 568.

³² Cf. COSTA, 1991, *Etnologia dos Açores*.

usando o barro como molde para o recipiente. Parafraseando Francisco Carreiro da Costa, este define a sertã como um utensílio em forma de «disco de barro grosseiro» não vidrado, cozido e com uma bordadura, utilizado na confeção do pão feito com farinha de milho, sem fermento e só com água e sal³³. Ainda segundo este investigador, a sua origem remota ao período da ocupação muçulmana da Península Ibéria, sendo o seu sistema de fabrico semelhante ao de várias zonas do continente e da Madeira.

A propósito dos trabalhos de intervenção arqueológica, realizados na Vila do Porto, ilha de S.^{ta} Maria, no sítio denominado de “Casa do Capitão”, local urbano de cronologiarrecuada, correspondente à fase de povoamento dos Açores, no século XV, as arqueólogas Ana Catarina Garcia e Brígida Baptista sinalizam a existência de um conjunto de artefactos, entre os quais uma sertã³⁴.

«Atendendo ao facto de os resultados apresentados serem relativos a quatro sondagens, a informação arqueológica recolhida é considerada uma amostragem das eventuais realidades que possam estar depositadas na zona de logradouro. Em termos tipológicos foram recolhidos os seguintes tipos de artefactos: cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança, porcelana, vidro, metal (ferro e cobre), lítico, fauna mamalógica (osso animal) e fauna malacológica (conchas). Os conjuntos tipológicos apresentam-se muito fragmentados com a quase ausência de perfis completos – exceto no caso de uma sertã, porém foi possível a atribuição de tipologias a alguns fragmentos através da consulta de paralelos cerâmicos do Museu de Santa Maria. Todos os fragmentos identificados foram produzidos a torno rápido, sendo possível identificar na cerâmica comum e, em alguns casos da cerâmica vidrada, marcas desta técnica de produção cerâmica. As técnicas de cozedura variam entre as redutoras (conferindo às peças uma coloração negra) e os oxidantes (coloração avermelhada/alaranjada), estas últimas predominantes no global do conjunto recolhido. Em relação ao espólio da sondagem 4, foi recolhido no depósito UE [404] – nível de entulho – um fundo de taça em faiança de esmalte branco e com decoração a azul com uma inscrição – Letra R»³⁵.

O objeto em si é habitualmente utilizado para confeccionar o peixe (por exemplo os chicharros), assar os grãos e cozer o bolo de milho, conhecido por bolo da sertã. Segundo Carreiro da Costa,

«a massa deste é obtida com farinha deste cereal [milho], água quente, sal e um pouco de doçura de trigo. Depois de escaldada e amassada, fazem com ela pequenas bolas que em seguida espalmam sobre a tendedeira previamente polvilhada de farinha.

³³ Cf. COSTA, 1991, *Etnologia dos Açores*, p. 567.

³⁴ Ainda segundo o artigo *infra*, esta habitação já está referenciada como pertença dos Capitães Donatários por Gaspar Frutuoso e Frei Diogo das Chagas, nomeadamente à existência do quarto Capitão Donatário, Pedro Soares de Sousa (1573-1580).

³⁵ BATISTA; GARCIA, 2013, «Contributos para uma arqueologia moderna e contemporânea em contextos terrestres do arquipélago dos Açores», pp. 1175-1181.

Após esta operação colocam o disco de massa, assim obtido, sobre a sertã, logo que esta se apresente aquecida»³⁶.

Atualmente o bolo da sertã é confeccionado em quase todas as casas açorianas, apesar de nem sempre utilizarem a sertã. Existe, assim, uma adaptação à evolução tecnológica e aos mecanismos de confeção, verificando-se que vai a cozer no fogão em vez do lume, e que são utilizados outros tipos de utensílios como frigideiras e assadores de metal, embora estes apetrechos na maioria das ilhas adote o termo sertã. Em raras exceções encontramos este utensílio em barro. Felizmente, aquando da recolha desta manifestação, tivemos um informante que utiliza a sertã de barro e conseguimos registar esse processo de forma tradicional, dado o objeto em questão³⁷.

Figura 6 – A confeção do bolo da sertã na ilha de S. Miguel, Açores



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, direitos de imagem de *TASTE – Taste Sustainable Tourism Experiences*, 2019.

Figura 7 – Bolo da sertã



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, direitos de imagem de *TASTE – Taste Sustainable Tourism Experiences*, 2019.

³⁶ Cf. COSTA, 1991, *Etnologia dos Açores*, p. 568.

³⁷ Cf. Notas do “itinerário do pão” da autoria de Élia de Sousa no âmbito do projeto *TASTE*, disponível em: taste.tetrapi.org/itinerarios/.

3. As Papas de Milho Cozido

Rui Gonçalves da Câmara estivera ligado aos primeiros processos de ocupação do território e respetivo aproveitamento dos campos, através da plantação dos cereais, principalmente o trigo e a cevada, mas também do pastel, cana sacarina, vinha e árvores de fruto. O trigo foi o cereal de maior abundância e importância na estrutura agrária do arquipélago, até ao princípio do século XIX, tendo desempenhado um duplo papel de subsistência e especulação consoante as ilhas e os respetivos anos agrícolas. A importância económica do trigo foi-se acentuando ao longo da Idade Moderna: «Pelo terceiro quartel do século XVII, S. Miguel pagava de dízima 1.455 moios de trigo, distinguindo-se muito das outras ilhas, porquanto Faial, a que mais pagava, não ia além de 205 moios.»³⁸

«A descoberta das ilhas atlânticas serve acima de tudo, como um laboratório de experiências para aquilo que se pretenderia fazer no futuro. Tende-se transportar para as ilhas a trindade mediterrânica: o pão, o vinho e o azeite. O azeite logo à partida ficou excluído por incapacidade de as ilhas produzirem a oliveira. O trigo, e a vinha foram com sucesso cultivados em grande parte das ilhas dos Açores. Nas Flores, apenas o trigo, que a pouco e pouco pelo rápido esgotamento do solo, e pelos problemas climatéricos que levantavam, começou a ter algumas dificuldades de garantir a subsistência do povo. O milho começa a ser introduzido nos Açores no século XVII, o padre Luís Maldonado na Fénix Angrense e o padre Cordeiro na História Insulana já o referem. Inicialmente como uma cultura exatamente para suprir as necessidades de farinha da região, mas também como alimentação de escravos. É curioso ver que ainda hoje em dia, eu conheço pessoas octogenárias que me dizem que tudo o que tinham que comer de pão de milho já o comeram na sua vida. Ainda hoje, o milho, tem um certo sentido pejorativo junto da comunidade»³⁹.

Este foi desde logo um importante produto cerealífero utilizado nos processos de farinha para a produção do pão, elemento básico da alimentação doméstica dos povoadores das ilhas e descendentes, particularmente até ao início do século XIX. A propósito da comercialização deste cereal e a sua importância nas trocas comerciais entre os Açores – enquanto “celeiro de Portugal” – e a Madeira, segundo a análise efetuada pela historiadora Maria Olímpia da Rocha Gil, aos documentos dos arquivos na Alfândega e Câmara Municipal de Ponta Delgada, referentes ao período compreendido entre o final do século XVI e finais da centúria seguinte, podemos

³⁸ Cit., GIL, 1970, *O porto de Ponta Delgada e o comércio açoriano no século XVII (elementos para o estudo do seu movimento)*, p. 110.

³⁹ Cit., Recolha no âmbito do projeto *TASTE*, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RG_4H7tggno&t=341s.

deduzir que os Açores sempre tiveram um canal de exportação privilegiado com o arquipélago vizinho:

«Observa-se que o circuito de distribuição de trigo, havia nítida distinção entre os negócios realizados, em primeiro lugar, para o estrangeiro (Canárias) ou então para Lisboa e, em segundo lugar, para a Madeira e Praças do Norte de África [...] sensivelmente após a primeira metade do século XVIII, as ordens de fiscalização de saída de trigo tornam-se mais precisa e rigorosas e, excetuando-se a Madeira e Mazagão, o cereal deveria ser canalizado apenas para Lisboa.»⁴⁰

Apesar da importância do trigo para os processos de farinação do pão, outros cereais rivalizaram, mas em menor importância, como sejam a aveia, a cevada, o centeio e o milho, sendo que este último acabaria por sobrepor-se como cultura dominante de subsistência no século XIX⁴¹.

O milho introduzido nos Açores no século XVII começou a rivalizar com relativa importância com o trigo, na dieta alimentar das populações insulares, nomeadamente devido à sua boa produção como cultura de sequeiro, favorecida pelo clima húmido e chuvoso do arquipélago açoriano.

Torna-se, assim, um cereal de aproveitamento multifacetado, que vai desde a sua utilização na farinação e consequente produção de pão ou consumido em papas, ou ainda em maçaroca assada ou cozida, passando ainda a sua aplicação enquanto alimentação do gado vacum. Viria a tornar-se, no princípio do século XIX, a base da dieta alimentar dos camponeses da generalidade do arquipélago dos Açores. Até Oitocentos, embora seja visto como um cereal de subsistência, na generalidade das ilhas rivalizou com o trigo nos mercados exportadores.

«São Jorge exporta estes dois cereais pelo menos ao longo do século XIX. E, pelas notícias que temos, a exportação de milho era significativamente mais volumosa que a de trigo, ao contrário das outras duas ilhas do distrito. Por um lado, estamos perante culturas com produtividades e preços diferentes, por outro, a necessidade e os interesses de quem monopolizava uma parte importante da terra impunham que se aproveitasse o território da ilha de modo a produzir estas duas culturas, e a conseguir excedentes para os mercados exteriores»⁴².

De registar que, no caso madeirense, devido à crise da batata no século XIX, o milho sob a forma de pão ou papas, revela-se como elemento principal da dieta

⁴⁰ Cit., GIL, 1970, *O porto de Ponta Delgada e o comércio açoriano no século XVII (elementos para o estudo do seu movimento)*, p. 111.

⁴¹ Vd. BRITO, 2004, *São Miguel – a Ilha Verde: estudo geográfico (1950-2000)*.

⁴² Cit., SOUSA, 2008, «Produção e consumo de cereais na ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX», p. 8.

alimentar das populações mais desfavorecidas, até à primeira metade do século XX. Esta situação levou a que a ilha se tornasse cada vez menos dependente da importação deste cereal⁴³.

«O milho introduzido cedo conquistou a mesa do madeirense, tornando-se, de parceria com a batata, no sustento preferencial dos madeirenses. Em 1841, a ilha importava 9000 moios de milho e 8000 de trigo; em 1847, produzia apenas vinte moios, tendo necessidade de importar o restante; em 1852, passava para cerca de 10.000 de milho e 5500 de trigo. Já nas décadas de setenta e oitenta, o milho era a base da alimentação das populações mais pobres. [...] O milho era servido de diversas formas na mesa rural madeirense: papas de milho, milho escaldado e estraçoado. Com a farinha, faziam-se as papas de milho e com o milho pilado faziam um caldo com cebo de carneiro ou boi, ou então umas papas com leite»⁴⁴.

Ao invés dos Açores, na Madeira, as papas de milho, vulgarmente denominadas de milho cozido, símbolo de uma alimentação humilde até à primeira metade do século XX, são na atualidade um dos pratos que faz parte da dieta generalizada dos madeirenses e da ementa da restauração local.

O milho cozido na Madeira é normalmente acompanhado de peixe, preferencialmente de atum de cebolada, chicharros ou cavala em molho de vilão e o gaiado de escabeche, sendo este um dos pratos preferidos dos pescadores nas vilas piscatórias.

«Desfazer a farinha de milho num pouco de água fria. Levar a água ao lume com a manteiga ou a banha e temperar com sal. Assim que ferver, juntar o milho desfeito na água e logo que retomar a fervura, adicionar a couve previamente lavada e bem escorrida. Quando a couve estiver cozida, juntar o resto de milho e deixar cozer mexendo de vez em quando, no início e sem parar, quando o milho começa a espessar. Quando o milho se apresentar bem cozido e seco deitar num tabuleiro ou em pratos e deixar solidificar. Variantes: juntar à água um ramo de tomilho (na Madeira dão-lhe o nome de segurelha). Também há quem junte à água um dente de alho esmagado e/ou favas. Para temperar, há também que adicione à cozedura um pedaço de toucinho, que se retira antes de empratar o milho (neste caso não juntar qualquer outra gordura)»⁴⁵.

⁴³ Vd. VIEIRA, 2004, «Madeira: da terra às tradições gastronómicas».

⁴⁴ Cit., VIEIRA, 2016, «O Trigo e o Pão “nosso...” na capitania de Machico».

⁴⁵ Cit., *Somos Madeira*, disponível em <http://www.somosmadeira.com/2015/05/milho-cozido-base-da-alimentacao.html>, consultado me 13/03/2022.

Figura 8 – Papas de milho cozido da ilha da Madeira



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, 2021.

Figura 9 – Milho com gaiado de escabeche da ilha da Madeira



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, 2021.

As papas de milho tornam-se, assim, até à segunda metade do século XX, uma das principais iguarias na alimentação das populações de açorianos e madeirenses, sendo que, no caso açoriano, estas denotam influências do continente português, nomeadamente das Beiras interiores, Alta e Baixa.

Nos Açores, as papas grossas, ou de carolo (papas doces de milho), apesar de ainda podermos encontrar a nível comercial, como por exemplo nas Furnas, em S. Miguel, vão muito possivelmente acabar por cair no esquecimento e, nos dias

de hoje, já começam a ser lembradas como uma tradição: «As papas grossas do antigamente, eram grossas em grosso modos, levavam leite gordinho puro das vacas, o carolo, açúcar e para acrescentar a farinha de milho que sobejada da peneiradela para aumentar a porção»⁴⁶.

Na ilha de S. Miguel estas papas são confeccionadas, usualmente servindo de iguaria em período quaresmal, sobretudo na Sexta-feira Santa, dia de jejum para os católicos, em que não era permitido comer qualquer tipo de carne. Segundo um dito popular, “na Quaresma, pessoa que não comer grão não é bom cristão”. Após a época quaresmal, as papas de carolo continuavam a ser iguaria na alimentação do povo, porém acompanhadas com pé de torresmo e/ou chouriço moído. Esta combinação é frequente nas freguesias do norte do concelho da Ribeira Grande, designadamente, na Lomba da Maia.

Segundo Andreia Melo e Frederico Maciel, partindo do exemplo da ilha de S. Jorge para a confeção destas papas, a ligação era feita essencialmente com leite, mas em muitos casos, e devido às carências financeiras, era usado o leite desnatado (aquele de que se havia tirado a gordura – nata) e, em casos extremos, nas casas mais pobres, ao leite era acrescentada água⁴⁷.

«Numa joeira (espécie de peneira que serve para separar as cascas do milho da farinha ou o trigo do joio) peneira-se o milho estraçoado a fim de o separar da farinha de milho. De seguida retiram-se as cascas do milho que ficam ao de cima do carolo afastando e facilitando, assim, o excesso das cascas e limpeza do carolo. Depois coloca-se o carolo a demolhar, de um dia para o outro, de modo a aguilizar a respetiva cozedura. No dia que se pretende fazer as papas, coloca-se uma panela ao lume com água e o carolo, deixando-se cozer, mexendo frequentemente para não pegar no fundo do tacho. Quando cozido, junta-se a farinha de milho inicialmente separada, leite (devagar, como se fosse um fio), até engrossar, açúcar a gosto, um pouco de sal, uma colher de sopa de manteiga, casca de limão (para quem gostar) deixando-se cozer mais um pouco. Coloca-se em pratos ou tigelas e ainda quentes, polvilha-se com açúcar e canela. O açúcar derrete-se formando um melaço o que torna as papas deliciosas. Em Rabo de Peixe e depois do carolo cozido juntamos também, abóbora cozida e ralada»⁴⁸.

O investigador Augusto Gomes nas suas pesquisas editadas no livro *Cozinha Tradicional da Ilha Terceira* menciona a recolha das «papas de milho» e «papas grossas ricas», sendo que estas se caracterizam pela inclusão do carolo de milho amarelo, farinha de milho, leite, açúcar e gemas de ovos em abundância:

⁴⁶ Junta de Freguesia de São Sebastião. disponível em <https://www.vilassebastiao.com/index.php?abrir=1.1.3.3>, consultado em 28/02/2022.

⁴⁷ Cf. MACIEL; MELO, 2020, *O Milho. O cultivo de uma cultura: Açores, Cabo Verde, Madeira e Canárias*, pp. 159-161.

⁴⁸ Cit., Recolha efetuada no âmbito do projeto TASTE. Disponível em: <https://youtu.be/-gYyykrpjUM>.

«4Kgs de carolo de milho amarelo
1Kgs de farinha de milho amarelo peneirado
12 Lts de leite
8Kgs de açúcar
1/2Kgs de manteiga
5 colheres de sobremesa bem cheias de farinha de trigo
48 gemas de ovos
5 colheres de chá bem cheias de sal grosso
Cascas de um limão sem parte branca
Canela q.b. para polvilhar»⁴⁹.

Ainda nessa mesma recolha, menciona o «pirão» confeccionado da mesma forma que encontramos em certos locais de África e com algumas analogias ao milho cozido da Madeira:

«Obtém-se o pirão adicionando farinha de milho a água fervendo, temperada de sal, e mexendo-se muito bem até se obter uma pasta consistente. Esta massa é muito suscetível, ao confeccionar-se, de formar grumos, a que a nossa gente denomina de «gadanhotos», razão por que se torna necessário mexer sempre enquanto durar a confeção»⁵⁰.

Figura 10 – Papas grossas ou de carolo como também são conhecidas nos Açores



Créditos fotográficos de Duarte Nuno Chaves, direitos de imagem de *TASTE – Taste Sustainable Tourism Experiences*, 2022.

⁴⁹ Cit., GOMES, 1982, *Cozinha Tradicional da Ilha Terceira*, p. 58.

⁵⁰ Cit., GOMES, 1982, *Cozinha Tradicional da Ilha Terceira*, p. 60.

4. A Massa Frita

Em Portugal, na doçaria tradicional do Natal e Entrudo, existe a tradição de fritar massa estendida, ou em forma arredondada, ganhando estes doces nomes próprios e diferentes, consoante o formato e as regiões de origem: sopas fritas, filhós ou filhoses (da sertã ou de forno na ilha Terceira), sonhos, coscorões, rabanadas e malassadas, estas últimas, muito características na ilha de S. Miguel e também no arquipélago da Madeira. Embora partilhando um princípio gastronómico comum, todos estes doces ganharam, ao longo dos tempos, um receituário muito próprio.

No que concerne aos hábitos alimentares dos insulares, estes são fortemente influenciados pelas técnicas trazidas pelos primeiros povoadores, originários de várias paragens, tendo estes costumes se adaptado à matéria-prima produzida nas ilhas. Paralelamente, as tradições gastronómicas portuguesas têm, em muitos casos, uma origem nos calendários litúrgico e agrícola e, entre receituário, inovação e terminologia, existe uma variedade de produtos gastronómicos que se ligam entre si.

Figura 11 – Fritura das malassadas micalenses



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, direitos de imagem de *TASTE – Taste Sustainable Tourism Experiences*, 2020.

Entre estas iguarias duas adquiriram uma considerável expressão nos dois arquipélagos; podemos destacar as filhoses (em todo o arquipélago dos Açores, com exceção da ilha de S. Miguel) e as malassadas (no arquipélago da Madeira e nas ilhas

de La Palma, arquipélago das Canárias, S. Miguel, arquipélago dos Açores, e no Havaí, fruto da emigração madeirense e açoriana, com origem no final do século XIX).

Quanto às malassadas, sobre as quais já tivemos oportunidade de efetuar um artigo de fundo⁵¹, são uma iguaria adocicada, com origem na ilha da Madeira, no século XVI, confeccionadas na altura do Entrudo (Carnaval), provenientes do período áureo do ciclo do açúcar de Quinhentos e que, devido à mobilidade arquipelágica existente nas ilhas do espaço geográfico da Macaronésia, facilmente esta tradição chegou aos arquipélagos vizinhos das Canárias (ilha de La Palma), Açores (ilha de S. Miguel), Brasil, e posteriormente foi levada por emigrantes madeirenses e açorianos para as ilhas havaianas, no final do século XIX.

As malassadas madeirenses são fritas, em formato de pequenas bolas, que podem ser servidas com mel de cana ou envolvidas em açúcar e canela; em S. Miguel, são dispostas em formato de filhós, muito idêntico às filhoses de Joelho da Beira Baixa, de Portugal Continental, sendo servidas envolvidas por açúcar branco.

As «mal-assadas», como estão mencionadas nos manuscritos de Seiscentos, encontram-se registadas em documentação conventual madeirense, desde o final do século XVII, servindo-se pela época do Entrudo. O termo deriva do facto de a massa no interior não cozer totalmente (mal-assada).

Figura 12 – As malassadas madeirenses regadas com mel de cana



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, direitos de imagem de *TASTE – Taste Sustainable Tourism Experiences*, 2020.

⁵¹ Cf. CHAVES, 2021, «As Malassadas e o seu itinerário na doçaria insular: Madeira, Canárias, Açores, Havaí e Bermudas», pp. 69-94.

Estas aparecem no receituário na ilha de S. Miguel suportadas em dois fatores: a influência madeirense do período do povoamento, motivada pela venda da capitania de S. Miguel a Rui Gonçalves da Câmara, e à conseqüente chegada de um contingente indivíduos madeirenses; em segundo lugar, à presença da Ordem de S. Francisco que potenciou a existência de uma doçaria conventual, com grandes repercussões na atualidade.

O professor da Universidade de Harvard, John White Webster (1793-1850), durante a sua passagem por S. Miguel, em 1820, efetua uma descrição da vida claustral das freiras nesta ilha, mencionado não só o quotidiano freirático e a sua comunicação com o mundo secular, mas também a arte de fazer doces e o receituário utilizado ao longo dos principais momentos do calendário litúrgico, no qual menciona a confeção das malassadas na terça-feira de Carnaval.

«O costume de presentear amigos e conhecidos em certas ocasiões do anno é cumprido com grande pontualidade por todas as classes. Assim, pela Páscoa, seria considerado altamente vergonhoso não mandar ao médico da familia, gallinhas, porcos, frutas, doces, etc. A pessoa a mais pobre, por elle tratada, empenha-se em lhe offerecer qualquer lembrança, e considerar se-hia offendida se ella não fosse accepta. Pelo Natal, e algumas outras festas, as familias fazem uns bolos especiaes, que mandam ao marchante, alfaiate, sapateiro, lavadeira, e outras pessoas, por ellas empregadas durante o anno. Na terça-feira do Carnaval, as freiras presentiam todas as pessoas das suas relações com grandes quantidades de amêndoas, doces secos e malassadas [...] é tamanho o consumo dos pratos saborosos, dos acepipes, no domingo que precede imediatamente a Quaresma, que este dia adquiriu a designação de «Domingo Gordo», contando-se numerosos e graves casos de doença e mesmo de morte repentina em S. Miguel, entre frades e freiras, devido ao abuso excessivo das iguarias.»⁵²

Figura 13 – As malassadas micalenses cobertas com açúcar refinado



Créditos fotográficos de Élia de Sousa, direitos de imagem de *TASTE – Taste Sustainable Tourism Experiences*, 2020.

⁵² Cit., WEBSTER, 1983, «A ilha de São Miguel em 1821», p. 132.

A tradição das malassadas seria levada, ainda no final do século XIX, por emigrantes madeirenses e açorianos, para as ilhas havaianas, aquando da chegada a este território insular de portugueses, destinados ao trabalho nas plantações de cana-de-açúcar. Segundo a investigadora Susana Caldeira, este fenómeno migratório português começou com o primeiro grupo de 120 madeirenses que chegou em setembro de 1878, a bordo do navio *Priscilla*, ao qual se seguiram milhares de outros emigrantes que perseguiram o seu sonho de uma vida melhor no que eles chamavam a “Terra Nova”. Ainda segundo esta investigadora: «Em certa medida, o isolamento entre os diversos grupos étnicos, ao longo do século XIX, permitiu aos portugueses desenvolverem os seus próprios padrões, partilhados étnica e culturalmente»⁵³.

As malassadas que são servidas na terça-feira de Carnaval (*Malasada Day*) fazem parte da identidade cultural deste arquipélago americano. As malassadas havaianas diferem das suas congéneres madeirenses e açorianas pelo facto de serem recheadas com cremes variados: haupia (coco), lilikoi (maracujá), manga, goiaba e abacaxi e, o mais tradicional, o creme de baunilha⁵⁴.

Independentemente da sua origem, as malassadas vieram para ficar na gastronomia do Carnaval nas ilhas da Madeira e S. Miguel, sendo que nas restantes ilhas dos Açores prevaleceu o termo filhós.

Quadro 1 – Ingredientes utilizados na confeção das malassadas micaelenses e madeirenses.

Malassadas de S. Miguel, Açores	Malassadas da Madeira
Ingredientes	Ingredientes
1kg de farinha	1kg de farinha
6 ovos	3 ovos
3 colheres de açúcar	11 gr de fermento de padeiro
1 cálice de aguardente	3 colheres de sopa de açúcar
125gr de manteiga	1 colher de café de sal
11gr de fermento padeiro	Água morna
1/2lt de leite	Mel de cana
1 colher de café de sal	

Fonte: Marta Gouveia (Casa da Madeira nos Açores), disponível em <https://youtu.be/DV5e5LlviKE>.

⁵³ Cf. CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, p. 11.

⁵⁴ CHAVES, 2021, «As Malassadas e o seu itinerário na doçaria insular: Madeira, Canárias, Açores, Havaí e Bermudas», p. 90.

Ainda no que diz respeito à massa frita, encontramos, particularmente nos grupos Central e Ocidental do arquipélago dos Açores, as tradicionais filhoses, ou filhós, como também são denominadas na gastronomia portuguesa; e que nestas ilhas também encontra correspondência, particularmente nos períodos do Natal e Entrudo. Deixamos ficar dois exemplos, fruto do trabalho de campo no âmbito do projeto *TASTE*.

Uma das nossas paragens foi na ilha do Corvo, sendo que aproveitamos para conversar com Maria da Conceição Freitas, que nos falou de algumas das suas memórias relacionadas com a confeção das tradicionais filhoses, que acontece por esta altura do ano⁵⁵.

O calendário litúrgico, que ocorre ao longo de todo o ano, balizado no Natal, Entrudo (Carnaval), Quaresma, Páscoa, Corpo de Deus, santos padroeiros, casamentos e batizados, é motivo para celebrarmos com pratos e iguarias provenientes das tradições alimentares de cada uma das ilhas açorianas. Originalmente, e até à década de 1970, na ilha do Corvo, as filhoses estavam associadas à época do Natal, muito devido ao facto de ser uma iguaria que era servida para todos aqueles que participavam na denominada “matança do porco”. Segundo a nossa interlocutora, esta era uma época de festa onde se reuniam as mulheres da família, nas vésperas da designada “matança”, para confeccionar as filhoses.

A chamada “economia do porco” está relacionada com uma boa parte dos hábitos alimentares dos açorianos, sustentada no que a suinicultura oferecia, e com um calendário próprio que passava pelo Natal e Carnaval. O abate do animal acontecia, habitualmente, entre novembro e fevereiro, sendo esta a altura do ano que apresentava condições atmosféricas favoráveis à conservação da carne, devido à temperatura baixa.

Noutra das expedições que efetuámos, a propósito do itinerário da gastronomia tradicional do Carnaval, nos Açores, fizemos uma paragem obrigatória no Museu do Carnaval da Ilha Terceira “Hélio Costa”, unidade museológica fundada em outubro de 2005, localizada na Vila das Lajes e inserida numa casa típica do Ramo Grande.

O Carnaval na Terceira, que decorre durante quatro dias, começa a ser preparado com muita antecedência, e em muitos casos ainda durante o verão, sendo

⁵⁵ Vd. recolha audiovisual, disponível em <https://youtu.be/VIGIBWxLyGE>.

este um dos momentos altos no calendário de festividades populares da ilha. Caracterizado pelas Danças, Bailinhos e Comédias, é um verdadeiro elemento distintivo e característico desta manifestação imaterial, que torna o período carnavalesco tão peculiar e único para os terceirenses.

O museu que tivemos oportunidade de visitar, tendo como anfitrião César Toste, presidente da Junta de Freguesia da Vila das Lajes, apresenta-nos uma exposição que retrata o Carnaval desta Ilha, recorrendo a objetos, fotografias, vídeos e documentos, que permitem representar a história, a festa e a vida. Este espaço é simultaneamente uma homenagem a Hélio Costa, responsável na contemporaneidade por escrever grande parte das letras para as tradicionais danças e bailinhos do Carnaval.

Para César Toste, o Carnaval assenta em quatro pressupostos: música, dança, moda e escrita, à qual acrescentaríamos a gastronomia. Segundo o nosso interlocutor, o

«bom terceirense faz festa, mas tem sempre uma boa mesa [...] ao longo do período do Carnaval sempre houve muita abundância gastronómica [...] o Carnaval em tempos idos era mais importante que o Natal [...] as pessoas preparavam melhor as suas mesas nesta época do que no Natal [...] em janeiro, devido à matança do porco e associado às reservas de açúcar e ovos, eram confeccionadas várias iguarias, sendo escolhido o melhor espaço da casa para receber os convidados e a gastronomia apresentada era um verdadeiro banquetex»⁵⁶.

Nos dias de hoje esta realidade mantém-se, todavia, numa dinâmica comunitária junto dos salões, onde se desenvolvem as danças de Carnaval. Os grupos de dança que participam nestes eventos são presenteados com as iguarias típicas da ilha, das quais se podem destacar, nos pratos quentes, a sopa de carne e a alcatra; e nos doces, as filhoses da sertã, filhoses do forno, filhoses escaldadas, rosas do Egito, bolachas republicanas, bichos de milho, arranhados, suspiros, coscorões e rebuçados. Nas bebidas não podem faltar os licores caseiros e a aguardente, para aquecer nos dias frios desta época⁵⁷.

⁵⁶ Vd. recolha audiovisual, disponível em <https://youtu.be/FulvnqStz2E>.

⁵⁷ Vd. recolha audiovisual, disponível em <https://youtu.be/FulvnqStz2E>.

Figura 14 – Confeção das tradicionais filhoses ou filhós, como também são denominadas na gastronomia portuguesa



Créditos fotográficos de Duarte Nuno Chaves, direitos de imagem de *TASTE – Taste Sustainable Tourism Experiences*, 2021.

Figura 15 – A fritura das filhoses da sertã, confeccionadas durante o Carnaval na ilha Terceira



Créditos fotográficos de Duarte Nuno Chaves, direitos de imagem de *TASTE – Taste Sustainable Tourism Experiences*, 2021.

Nota Final

Como nota final, podemos concluir da existência de um itinerário dos alimentos, com origem na farinhação dos cereais, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, e na existência de grandes afinidades entre estes dois espaços insulares.

Com a compra em 1474, da capitania de S. Miguel, por Rui Gonçalves da Câmara, para além da chegada de contingentes migratórios de madeirenses aos Açores, vamos assistir ao aparecimento de novas culturas e técnicas de produção, vindas para o arquipélago açoriano, via Canárias e Madeira. Estas conexões apresentam, simultaneamente, durante a Idade Moderna, ligações com o continente português, o norte de África e o Novo Mundo, e mais tarde em sentido inverso.

Ao longo deste trabalho, foram analisados alguns pontos comuns, que comprovam essas similitudes, quer sejam ao nível da utilização das bolas de pão, confeccionadas em grelhadores pétreos e de barro, que estão na origem do pão primitivo nestas regiões, quer, ainda, no aproveitamento da massa cerealífera para a confeção de papas e na fritura dos bolos fritos em banha de porco, que seriam pulverizados com açúcar ou mel de cana. O ano agrícola e o calendário litúrgico, balizados pelo Natal, Entrudo (Carnaval), Quaresma, Páscoa, Corpo de Deus, santos padroeiros, casamentos e batizados, foram, até ao século XX, os elementos diferenciadores e de balizamento para os períodos de produção gastronómica e culinária.

A diáspora destas duas regiões insulares foi, na contemporaneidade, um fator de exportação de algumas tradições identitárias da alimentação dos ilhéus para outras paragens, nomeadamente para o continente americano.

Em forma conclusiva, podemos afirmar que, apesar do seu carácter ilhéu e da proximidade atlântica, o aproveitamento das potencialidades do mar foi durante vários séculos secundarizado pela importância da agricultura, nomeadamente na produção de cereais, no tecido económico e comercial das populações insulares, sendo o mar apenas «a via que levava os açorianos e os seus produtos aos centros económicos e a periferia tornava-se menos isolada, embora sempre dependente das necessidades dos mercados externos»⁵⁸.

⁵⁸ Cit., MACHADO, 2013, «Propriedade e Mercadores», p. 137.

Bibliografia Citada

- BATISTA, Brígida; GARCIA, Ana Catarina, 2013, «Contributos para uma arqueologia moderna e contemporânea em contextos terrestres do arquipélago dos Açores», in *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1175-1181.
- BRITO, Raquel Soeiro de, 2004, *São Miguel – a Ilha Verde: estudo geográfico (1950-2000)*, 2.ª ed., Ponta Delgada, Fábrica de Tabaco Micaelense.
- BULLAR, Joseph e Henry, 1986, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, trad. de João Hickling Anglin, Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- CALDEIRA, Susana C. O. Castro, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Funchal, CEHA.
- CARITA, Rui, 2008, «O descobrimento dos Açores», in *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 49-62.
- CHAVES, Duarte Nuno, 2021, «As Malassadas e o seu itinerário na doçaria insular: Madeira, Canárias, Açores, Havaí e Bermudas», in *Viagens à volta da mesa nas ilhas da Macaronésia. Itinerários do Património Gastronómico e Vinícola*, Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, pp. 69-94.
- CHAVES, Duarte Nuno, 2020, «Nota de abertura», in *Questões de Identidade Insular na Macaronésia*, Velas, S. Jorge, Santa Casa da Misericórdia das Velas & CHAM – Centro de Humanidades, pp. 11-20.
- COSTA, Carreiro da, 1991, *Etnologia dos Açores*, org. de Rui de Sousa Martins, Lagoa, Câmara Municipal de Lagoa.
- COSTA, Susana Goulart, 1998, «A economia picoense entre os séculos XV e XVIII: um exemplo ambíguo de uma periferia», in *Atas do II Colóquio “O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX”*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 81-101.
- COSTA, Susana Goulart, 2008, «A Igreja: implantação, práticas e resultados», in *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 173-198.
- FERREIRA, César, 2016, «Acesso às Coleções em Reserva. Gastronomia Tradicional: O Bolo do Caco», in GÓES, Lídia Ferreira (coord.), *Museu Etnográfico da Madeira*, Funchal, SRETC – DRC.
- FRANÇA, Igor, 2017, «O contributo Madeirense no Povoamento dos Açores», in CHAVES, Duarte Nuno (coord.), *Açores e Madeira: Percursos de memória e Identidade*, Velas, S. Jorge, Santa Casa da Misericórdia de S. Jorge, pp. 19-31.

- FURTADO, Arruda, 1884, *Materiais para o estudo antropológico dos povos açorianos. Observações sobre o povo micalense*, Edição do Autor.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha, 1970, *O porto de Ponta Delgada e o comércio açoriano no século XVII (elementos para o estudo do seu movimento)*, Instituto de Alta Cultura.
- GOMES, Augusto, 1982, *Cozinha Tradicional da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura.
- GOMES, Augusto, 1988, *Cozinha Tradicional da Ilha de São Miguel*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- GOMES, Augusto, 1997, *Cozinha Tradicional da Ilha de São Miguel*, 2.^a ed., S. Miguel, Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais / Direção Regional de Cultura.
- GOMES, Augusto, 1998, *Cozinha tradicional da Ilha de Santa Maria*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura.
- GOMES, Augusto, 2001, *O Peixe na Cozinha Açoriana – E Outras Coisas Mais*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura.
- MACHADO, Margarida Vaz do Rego, 2013, «Propriedade e Mercadores», in *Abordagens à História Rural e Continental e Insular Portuguesa, Séculos XIII-XVIII*, Ponta Delgada, CHAM – Centro de Humanidades, pp. 137-144.
- MACIEL, Frederico; MELO, Andreia, 2020, *O Milho. O cultivo de uma cultura: Açores, Cabo Verde, Madeira e Canárias*, S. Jorge, Gráfica "O Telégrafo".
- MARTINS, Rui de Sousa, 1997, «O Pão no Arquipélago dos Açores: mudança e articulação das técnicas de cozedura», in *Arquipélago – História*, 2.^a Série, II, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 119-170.
- MENESES, Avelino de Freitas de, 2008, «O povoamento», in *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 63-110.
- REBELO, Helena, 2021, «Pão madeirense (hipónimos): pão da ou na Madeira? Questões regionais de cultura e de Património Linguístico», in CHAVES, Duarte Nuno (coord.), *Viagens à volta da mesa nas ilhas da Macaronésia. Itinerários turísticos do património gastronómico e vinícola*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, pp. 185-200.
- SOUSA, Paulo Silveira e, 2008, «Produção e consumo de cereais na ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX», in *Revista Atlântida*, vol. LIII, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 1-18.

- VERÍSSIMO, Nelson, 2016, «Descobrimento e povoamento do arquipélago da Madeira», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/descobrimento-e-povoamento-do-arquipelago-da-madeira-datacao>.
- VIEIRA, Alberto, 2004, «Madeira: da terra às tradições gastronómicas», in *História da alimentação na Madeira – coletânea de textos*, Funchal, CEHA, disponível em <https://pt.calameo.com/read/00001049261d8bbef3b16>.
- VIEIRA, Alberto, 2004, *A Mesa e a cozinha na História madeirense*, Funchal, CEHA, Biblioteca Digital.
- VIEIRA, Alberto, 2008, «A História do turismo na Madeira: Alguns Dados para uma Breve Reflexão», in *TURISMO. Revista anual*, pp. 95-117.
- VIEIRA, Alberto, 2016, «As relações da Madeira com os Açores», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/acoes-relacoes-com-os/>.
- VIEIRA, Alberto, 2016, «O Trigo e o Pão “nosso...” na capitania de Machico», in *Cadernos de divulgação do CEHA*, Projeto “Memória das Gentes que fazem a História”, n.º 1, SRETC/DRC.
- VIEIRA, Alberto, 2017, «Memória e Identidade Insular de Gaspar Frutuoso à atualidade», in CHAVES, Duarte Nuno (coord.), *Açores e Madeira: Percursos de memória e Identidade*, Velas, S. Jorge, Santa Casa da Misericórdia de S. Jorge, pp. 33-74.
- VIEIRA, Alberto, 2017, «Da Madeira e dos Açores: Lugares da memória comum com tradições e conflitos», in CHAVES, Duarte Nuno (coord.), *Açores e Madeira: Percursos de memória e Identidade*, Velas, S. Jorge, Santa Casa da Misericórdia de S. Jorge, pp. 273-299.
- WEBSTER, J. W., 1983, «A ilha de São Miguel em 1821», in *Arquivo dos Açores*, 13, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 128-155.

